

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional
Instituto de Economia



UFRJ

LONGA DURAÇÃO, SISTEMA MUNDO MODERNO CAPITALISTA,
TEMPOESPAÇO CÍCLICO-IDEOLÓGICO E A NATUREZA DO DECLÍNIO DA
HEGEMONIA AMERICANA: contribuição para uma análise da conjuntura.

Ísis Campos Camarinha

Rio de Janeiro

2020

Ísis Campos Camarinha

LONGA DURAÇÃO, SISTEMA MUNDO MODERNO CAPITALISTA,
TEMPOESPAÇO CÍCLICO-IDEOLÓGICO E A NATUREZA DO DECLÍNIO DA
HEGEMONIA AMERICANA: contribuição para uma análise da conjuntura.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Economia Política Internacional.

Orientador:

Prof. Dr. Carlos Eduardo da Rosa Martins

Rio de Janeiro

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

C172 Camarinha, Ísis Campos.

Longa duração, sistema mundo moderno capitalista, tempo-espaco cíclico-ideológico e a natureza do declínio da hegemonia americana: uma contribuição para uma análise da conjuntura / Ísis Campos Camarinha. – 2020.

357 f.; 31 cm.

Orientador: Carlos Eduardo da Rosa Martins.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2020.

Bibliografia: f. 344 – 357.

1. Sistema econômico capitalista. 2. Ciclos econômicos. 3. Hegemonia – Estados Unidos. I. Martins, Carlos Eduardo, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 330.12

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Luiza Hiromi Arao CRB 7 – 6787 Biblioteca
Eugênio Gudim/CCJE/UFRJ

LONGA DURAÇÃO, SISTEMA-MUNDO MODERNO CAPITALISTA,
TEMPO-ESPACO CÍCLICO-IDEOLÓGICO E A NATUREZA DO DECLÍNIO DA
HEGEMONIA AMERICANA: contribuição para uma análise da conjuntura.

Ísis Campos Camarinha

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Economia Política Internacional.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Eduardo da Rosa Martins (orientador)

Professora. Dra. Isabela Nogueira

Prof. Dr. Elias Jabbour

Prof. Dr. Luis Cesar Ribeiro

Prof. Dr. Luis Felipe Osório

Suplente: Prof. Dr. Maurício Metri

Suplente: Prof. Dr. Wagner Iglecias

À Taís Campos Camarinha, minha amada irmã.

In Memoriam

Agradecimentos

O mais imenso, profundo, forte e carinhoso agradecimento eu dedico a minha amada irmã, Taís Campos Camarinha. Eu te amo e você estará eternamente em meu coração e alma.

Em especial agradeço meus avós paternos, Jochris e Eneida pelo amor ao conhecimento que sempre procuraram passar aos netos e netas, bem como meus avós maternos Carlos e Regina, cuja relação carinhosa marcou minha vida. Ainda em especial, agradeço meus pais, José Tadeu e Cássia pelo orgulho que possuem de sua filha e por seu amor incondicional. Sou extremamente grata ao meu Orientador Carlos Eduardo Martins com quem ao longo dos quatro anos do doutorado aprendi não somente como orientanda, mas como aluna e colega no Laboratório de Hegemonia e Contra-Hegemonia do PEPI. Ele esteve sempre disposto e pronto a me ajudar e me incentivar a prosseguir, com elogios e palavras que me deram força para continuar e acreditar, mesmo diante das adversidades. Sou extremamente grata à Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro para executar esta tese que, espero, possa lograr frutos à sociedade. Agradeço todos os professores e professoras, a Secretaria Acadêmica e meus colegas do Programa que, ao longo destes quatro anos fizeram parte desta trajetória. Muito Obrigada!

Resumo:

Esta tese trabalha com objetos de envergadura: a Longa Duração Histórica, o Sistema Mundo Moderno Capitalista, os tempospaços deste Sistema e a Natureza do Declínio da Hegemonia Americana. Não podíamos fugir de nossas preocupações nem do caráter *total* a que se propõe a base teórica da análise dos Sistemas Mundo e que está ancorada em três tradições teóricas: o marxismo, a teoria da dependência e a historiografia da escola dos *Annales*. Por isso, a proposta faz parte de uma coerência. O objetivo é compreender a natureza do declínio da hegemonia americana tendo como pano de fundo seu significado dentro da longa duração do sistema mundial capitalista, sendo que este entendimento, é claro, precisou ser precedido por outros entendimentos, em particular o próprio sistema, seus tempospaços e como seus marcos históricos perfazem o desenvolvimento de sua estrutura, características e tendências seculares básicas, como os ciclos de Kondratieff e os ciclos sistêmicos de acumulação.

Palavras chaves: Longa Duração – Sistema Mundo Moderno Capitalista – Hegemonia Americana – Ciclos de Kondratieff

Abstract

This thesis works with great objects: historical long duration, the Modern Capitalist World System, the timespaces of this system and the nature of the decline of American Hegemony. We could not run away from our concerns, neither from the *total* spirit to it the theoretical basis the World System analysis proposes and is based in three theoretical traditions: Marxism, dependence theory and *Annales* historiographical school. Thus, the purpose is part of a coherence. The goal is to comprehend the nature of the decline of American Hegemony having as backdrop its meaning within the long duration of the capitalist world system, and that understanding, of course, needed to be preceded by others, in particular, the System itself, its timespace dimensions and its historical marks. All of them comprehend the development of the its structure, features and basic secular trends, as, for example, the Kondratieff Cycles and the Systemic Cycles of Accumulation.

Key words: Long Duration – Modern Capitalist World System – American Hegemony – Kondratieff Cycles

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
------------------	----

PARTE I

LONGA DURAÇÃO, TEMPOESPAÇOS E O SISTEMA MUNDO MODERNO CAPITALISTA

CAPÍTULO 1: Fundamentos para uma análise de Longa Duração

1.1. A análise dos Sistemas Mundo como movimento do saber.....	17
1.2. Tempo e Longa Duração.....	22
1.3. O tempo em a “Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro” por Karl Marx.....	26
1.4. Do Tempo ao Tempo Histórico-Social.....	31
1.5. Os marcos temporais do Sistema Mundo Moderno Capitalista.....	44

CAPÍTULO 2: Os tempospaços no Sistema Mundo Moderno Capitalista

2.1. Tempospaço Eterno.....	55
2.2. Tempospaço Episódico.....	64
2.3. Tempospaço Transformacional.....	65
2.4. Tempospaço Estrutural.....	72
2.5. Tempospaço Histórico-Categorial.....	98
2.6. Tempospaço Cíclico-Ideológico.....	137

PARTE II

TEMPOESPAÇO CÍCLICO-IDEOLÓGICO E A NATUREZA DO DECLÍNIO DA HEGEMONIA AMERICANA

CAPÍTULO 3: Ondas Econômicas Longas: Ciclos de Kondratieff

3.1. Revisão e Classificação da Literatura.....	158
3.2. Ciclos de Kondratieff: introdução e problematização.....	169
3.3. Léon Trotsky.....	185
3.4. Ernest Mandel.....	189
3.5. Joseph Schumpeter.....	196
3.6. Ciclos de Kondratieff e Capitalismo.....	204
3.7. Ciclos de Kondratieff: uma natureza múltipla, sistêmica e histórica.....	209
3.8. Ciclos de Kondratieff e Tendências Seculares.....	222
3.9. Ciclos de Kondratieff e Tendência Secular Declinante após a crise da década de 1970: evidências para a economia mundial.....	239

CAPÍTULO 4: Ciclos Sistêmicos de Acumulação, Ciclos de Kondratieff e a Natureza do Declínio da Hegemonia Americana

4.1. Ciclos Sistêmicos de Acumulação e Ciclos de Kondratieff: teoria e análise histórica-----	257
4.2. A natureza da Hegemonia Americana na longa duração do Sistema Mundo Moderno Capitalista-----	281
4.3. Controvérsias sobre o Declínio da Hegemonia Americana-----	298
4.4. Intersecção dos tempospaços e a Natureza do Declínio da Hegemonia Americana: grandes continuidades e grandes transformações-----	311
CONCLUSÃO-----	342
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	344

INTRODUÇÃO

Esta tese trabalha com objetos de envergadura: a Longa Duração Histórica, o Sistema Mundo Moderno Capitalista, os tempospaços deste Sistema e a Natureza do Declínio da Hegemonia Americana. Não podíamos fugir de nossas preocupações, nem do caráter *total* a que se propõe a base teórica da análise dos Sistemas Mundo, a qual está ancorada em três tradições teóricas: o marxismo, a teoria da dependência e a historiografia da escola dos *Annales*. Por isso, a proposta faz parte de uma coerência. O objetivo é compreender a natureza do declínio da hegemonia americana tendo como pano de fundo seu significado dentro da longa duração do sistema mundial capitalista. Este entendimento, é claro, precisou ser precedido por outros entendimentos que são igualmente objetivos, em particular, o entendimento do próprio sistema, dos seus tempospaços e como seus respectivos marcos históricos perfazem o desenvolvimento de sua estrutura, características definidoras e tendências seculares básicas, tais como os ciclos de Kondratieff e os Ciclos Sistêmicos de Acumulação que são fenômenos do tempospaço cíclico-ideológico.

Para percorrer estes objetos e objetivos sobrepostos uns aos outros dividimos a tese em duas partes. Na primeira abordamos os fundamentos teóricos da Longa Duração para compreender o desenvolvimento histórico do Sistema Mundo Moderno Capitalista pela ótica do que Immanuel Wallerstein argumentou serem os tempospaços da análise da longa duração dos Sistemas-Históricos: tempospaço eterno, episódico, transformacional, estrutural e cíclico-ideológico. Com o intuito de incluir as categorias da dependência e do modo de produção capitalista, acrescentamos mais um tempospaço à proposta original de Wallerstein: o histórico-categorial. Dentro desta primeira parte, no primeiro capítulo, trabalhamos o conceito do tempo e, posteriormente, a perspectiva do tempo histórico para tentar chegar a uma conceituação da longa duração. Na tese de doutorado de Karl Marx há um capítulo no qual analisa o *tempo* a partir da filosofia de Epicuro e, através dele, chegamos à conclusão de que o tempo deve ser uma premissa epistemológica e entendido tanto como “imutabilidades essenciais”, quanto como “diferenciações essenciais”, sendo que, da síntese desta duplicidade, podemos compreender a longa duração histórica e o conceito de modo de produção pensando a formação e o desenvolvimento do Sistema Mundo Moderno Capitalista. Pensamos que esta síntese está bem incorporada e alinhada à proposta dos tempospaços de Wallerstein,

a partir dos quais é possível dar inteligibilidade às “imutabilidades” e “diferenciações essenciais” dividindo-as em várias dimensões que devem ser sobrepostas para analisar não somente o nascimento do Sistema, mas também sua definição, desenvolvimento, estrutura, modo de produção e tendências seculares. Este recorte analítico nos permitiu lançar a hipótese de que os três marcos básicos sugeridos na literatura para o começo da civilização capitalista, o século XIII, XVI e XVIII, representam os marcos temporais do tempo-espaço estrutural e histórico-categorial, que se sobrepõem dentro da continuidade dos tempo-espaços eterno, episódico e transformacional.

No segundo capítulo explicamos mais pormenorizadamente estes tempo-espaços. Na dimensão do tempo-espaço eterno, a imutabilidade reina e está associada à geografia, às dinâmicas demográficas, à natureza de uma maneira geral e aspectos de longuíssima duração na história das civilizações. A dimensão do tempo-espaço episódico está para as ciências humanas como a matemática está para as ciências exatas, isto é, confere a matéria-prima ainda não trabalhada para a análise da longa duração, os eventos do tempo curto, seus nomes, personagens e cronologia. O tempo-espaço transformacional dá conta das inflexões dos sistemas históricos, um momento preciso em que se tem uma viragem na longa duração. A dimensão do tempo-espaço estrutural diz respeito à estrutura dos Sistemas que para o caso do Sistema Mundo Moderno Capitalista trata-se da construção de sua superestrutura político-jurídica com a formação dos Estados e do Sistema Interestatal, bem como da Divisão Internacional do Trabalho “axial” entre centro-periferia especificamente capitalista. A dimensão do tempo-espaço histórico-categorial incorpora e procura dar inteligibilidade às categorias do modo de produção capitalista, em especial a dialética da transferência de valor, tanto entre capital-trabalho quanto entre centro-periferia, bem como tal dialética produz tendências seculares particulares à totalidade do sistema e a cada uma de suas partes. Por último, na dimensão do tempo-espaço cíclico-ideológico busca-se compreender os ciclos de Kondratieff e os Ciclos de Hegemonia diante da perspectiva não somente ideológica, como também das bases econômico-sociais do desenvolvimento temporal do sistema, e é, na verdade, a dimensão da fusão dos tempo-espaços, já que sua dinâmica articula todos.

Na segunda parte da tese abordamos mais detalhadamente o tempo-espaço cíclico-ideológico. No terceiro capítulo apresentamos as teorias sobre as ondas econômicas longas do capitalismo e os ciclos de Kondratieff, buscando entendê-lo como múltiplo, histórico e sistêmico face ao desenvolvimento do próprio capitalismo. Ainda no terceiro capítulo, abordamos as tendências seculares enquanto temporalidades identificáveis em

direções econômicas determinadas, podendo ser visualizadas empiricamente para o período posterior à crise da década de 1970. No quarto e último capítulo o esforço é concatenar a teoria e a análise histórica subjacentes ao tempo-espaço cíclico-ideológico imbricando os Ciclos de Hegemonia, os Ciclos de Kondratieff e as tendências seculares da longa duração do sistema.

Coloca-se em perspectiva o significado da natureza da hegemonia americana e da natureza de seu declínio fazendo jus às “imutabilidades essenciais” e “diferenciações essenciais” através da identificação de “grandes continuidades” e “grandes transformações” na longa duração do Sistema Mundo Moderno Capitalista. Buscou-se compreender estas naturezas pela noção de Zênite, onde a conjuntura atual implica, pelo desenvolvimento dos tempo-espaços em sua longa duração, que as características definidoras do Sistema Mundo Moderno Capitalista, isto é, o Sistema Interestatal, a Divisão Internacional do Trabalho axial entre centro-periferia e o modo de produção capitalista chegaram a sua condição sistêmica mais “pura” ou ao seu ápice, ensejando uma dinâmica mais aguda às suas tendências seculares básicas. Por outro lado, e, concomitantemente, a “grande transformação” ao Oriente, em especial, ao projeto civilizatório¹ da China, comandada pelo Partido Comunista Chinês, enseja possibilidades concretas à transformação do Sistema e de uma confrontação ideológica aguda. Como as bases da hegemonia americana estão no centro das contradições circunscritas a este zênite, redundando que a natureza do próprio declínio da hegemonia americana sobrepe-se a tal zênite, mas que este, ao contrário, é mais forte do que o poder americano. Contudo, ainda assim, este poder tem potencial suficiente para abalar o mundo, pois perseguindo a continuidade básica e objetivos estratégicos de sua política externa.

Esclarecendo um pouco melhor, em uma passagem de “*A ilusão do desenvolvimento*”, Giovanni Arrighi colocou a ideia de aglutinação de tempo e espaço:

“Do mesmo modo que Schumpeter supôs que as inovações orientadas para o lucro e seus efeitos (o refreamento da competição num extremo e sua intensificação, no outro) se agrupam *no tempo*, podemos supor (independentemente da validade daquela outra afirmação) que se agrupam *no espaço*. Dito de outro modo, podemos substituir ‘enquanto’ por ‘onde’ na citação acima e lê-la como uma descrição das relações núcleo orgânico-periferia no espaço, ao invés de uma descrição de fases A-B no tempo (ARRIGHI, 1997, p.149)”.

Há aglutinação no tempo e no espaço e, em outro extremo, há um movimento de generalização no tempo e no espaço. Afirmamos que há três marcos na literatura para

¹ Em alguns discursos o presidente Xi Jinping utiliza a noção de civilização. Veja, por exemplo, o 19 Congresso Nacional do PCC, onde há a íntegra do relatório do discurso. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2017-11/03/c_136726423.htm>.

estabelecer o momento de viragem essencial para o capitalismo histórico. Consideramos que estes marcos não podem ser analisados separadamente: cada um deles, e todos concomitantemente, representam momentos fundamentais no âmbito dos tempospaços analíticos aqui explorados, com base na proposta de Wallerstein, para compreender o Sistema Mundo Moderno Capitalista.

O marco da Revolução Industrial, por exemplo, é o marco da afirmação do novo Sistema em seu tempospaço histórico-categorial, quando a generalização do trabalho assalariado e da grande indústria dá seus primeiros passos. É o marco do modo de produção capitalista, mas sendo no âmbito do Sistema-Mundo, uma formação econômico-social. Os marcos do século XIII e do século XV afirmam, ambos, momentos do exórdio do processo de constituição do tempospaço estrutural do Sistema, respectivamente a formação dos Estados na Europa, o Sistema Interestatal, e a Divisão Internacional do Trabalho. Não se pode dizer que os marcos são mutuamente excludentes entre si, ao contrário, trata-se da “complexidade do real”, da ontologia do Sistema Mundo Moderno Capitalista. Trata-se da identificação das camadas históricas correspondentes aos tempospaços e que representam o potencial para a emergência e consolidação das principais características do Sistema Mundo Moderno Capitalista: Sistema Interestatal; Divisão Internacional do Trabalho entre centro-periferia; propriedade privada dos meios de produção e Trabalho Assalariado. O desenvolvimento do Sistema é o desenvolvimento de sua estrutura e de suas categorias principais enquanto modo de produção. Ele não nasce sendo o que será, pois estamos tendo uma visão em retrospectiva própria da longa duração, aí que é que são fundamentais os processos espaciais e temporalidades. Este desenvolvimento, no entanto, é entrelaçado pela simultânea aglutinação e generalização no tempo e no espaço destas características, por isso mesmo somente podemos pensar em tempospaços. Mas histórica e concretamente o que isto significa?

Significa que a formação e expansão do Sistema Interestatal, enquanto característica estrutural aglutinou-se inicialmente na Europa, posteriormente, através da já avançada centralização política, colocou em movimento um projeto colonizador do mundo a partir do século XV-XVI, marcando a formação das relações centro-periferia que irão aprofundar o próprio processo temporal e espacial de acumulação dentro da Europa. Esta acumulação se dá majoritariamente pelo mecanismo da acumulação primitiva e pela constituição de formações econômicas e sociais baseadas no trabalho escravo nas periferias do Sistema, e do trabalho assalariado no centro. Destarte, o mesmo tempospaço estrutural de formação e consolidação da estrutura do Sistema teve

consequências diferentes para os espaços periféricos com uma acumulação temporal da riqueza completamente desigual. A mesma consideração de significado se aplica ao tempo-espaço cíclico-ideológico. Espaços diferentes, com inserções diferentes no mesmo Sistema, são acometidos por uma temporalidade diferente, tanto pela perspectiva da acumulação de riqueza, quanto pela perspectiva dos efeitos que os ciclos expansivos e recessivos, bem como ciclos ideológicos, desencadeiam dentro da natureza própria da periferia ou centro. Periferia esta que terá seu dinamismo econômico e formação social oriunda da lógica de acumulação primitiva e comercial que esteve predominante no Sistema em seu segundo marco. Foi este paralelismo descompassado que permitiu a viabilidade² da Revolução Industrial em larga escala através da especialização da Divisão Internacional do Trabalho, especialização esta que aglutinou a produção de manufaturados no centro e reservou à periferia a exportação de primários. Quero dizer, as próprias partes do Sistema possuem tempo-espaços orgânicos ao Sistema, orgânicos às suas primeiras inserções, numa cumulatividade histórica impressionante de longa duração. Por outro lado, os tempo-espaços do próprio sistema são impossíveis de se compreender sem os de suas partes. Por um processo majoritariamente ditado pela acumulação primitiva, pela lógica comercial, depois com a Revolução Industrial, um processo de acumulação que consolida e generaliza os elementos histórico-categoriais do modo de produção capitalista, produzindo num mesmo tempo, em espaços diferentes, acumulações de riqueza e poder político desiguais.

Cada hegemonia do capitalismo histórico conduziu as regras de acordo com os desafios do momento e impôs uma lógica de internacionalização e conexão, assim como uma lógica territorialista. A hegemonia americana destravou a aglutinação da industrialização do centro e generalizou ou “mundializou” os processos produtivos,

² “Cálculos coligidos por Ernest Mandel apontam que a riqueza reunida apropriada durante esse período pela Europa Ocidental superava o montante de todo o seu estoque de investimento na indústria quando a mesma região, a partir da Inglaterra, punha em marcha a Revolução Industrial: ‘a) E.J.Hamilton calcula o valor de transferência de ouro e de prata que os espanhóis fizeram da América do Norte e do Sul para a Europa, entre 1503 e 1660, em 500 milhões de pesos-ouro; b) H.T. Colenbrander calcula o botim extraído da Indonésia pela Companhia Holandesa das Índias Orientais, durante o período 1650-1780, em 600 milhões de florins-ouro; c) o padre Rinchon calcula os lucros que o capital francês obteve somente de *comércio* de escravos, no século XVIII, em 500 milhões de libras francesas-ouro, sem calcular os lucros obtidos pelo *trabalho* destes mesmos escravos nas plantações das Antilhas; d) H. V. Wisemann e a *Cambridge History of the British Empire* calculam os lucros obtidos do trabalho escravo das Índias Orientais Britânicas entre 200 e 300 milhões de libras inglesas-ouro; e) a mera pilhagem da Índia durante o período compreendido de 1750 a 1800 aportou à classe dominante britânica entre 100 e 150 milhões de libras-ouro. A soma total de todas estas quantidades ultrapassa um bilhão de libras inglesas-ouro, ou seja, mais que o valor total do capital investido em todas as empresas industriais europeias por volta de 1800!’ (MANDEL, *Apud* LUCE, 2018, p. 36-37).

porém, tal generalização não alterou a estrutura básica do Sistema, continuando dividido em centro, semiperiferia e periferia. Do ponto de vista transformacional, não de mudança do sistema, mas de mudança no Sistema, as inovações, inflexões e ideologias tiveram momentos de aglutinação espacial e somente temporalmente se generalizaram. E nem sempre, ou quase nunca, as mesmas transformações geram os mesmos resultados para cada componente estrutural do Sistema em termos de sua capacidade de acumulação de poder político e econômico, pois, enquanto estrutura de um Sistema, cada parte tem sua função.

Para tentar compreender esta complexidade a imprescindibilidade de pensar a longa duração e, com ela, a própria natureza do declínio da hegemonia americana, o próprio conceito do tempo e do tempo histórico nos pareceram evidentes. Se, de um lado, a longa duração é, por ela mesma, uma “duração longa”, uma continuidade ou imutabilidade, por outro lado, é, também, como a explicação do tempo epicurista elaborada por Marx nos revela, a contradição da transformação e, somente perante esta perspectiva, ela mesma, a longa duração, torna-se inteligível, viabilizando o completo entendimento de sua essência e dos fenômenos dentro dela. Por isso, tendo já observado que três outros autores, como Polanyi (2000) e Chase-Dunn; Roy Kwon (2012), sugeriram interpretações de continuidades e transformações, optamos por assim visionar, porém tendo como foco suas sobreposições mútuas e seus desenvolvimentos concomitantes determinados em enfoques temporais e espaciais a que, em referência a Immanuel Wallerstein, denominados de tempoespço estrutural, cíclico-ideológico, transformacional, eterno, episódico e histórico-categorial. Exploramos exaustivamente o tempoespço cíclico-ideológico e sintetizamos os principais debates sobre a hegemonia americana, desde sua natureza até seu momento de crise, porém gerando efeitos contraditórios internos e sistêmicos na direção de um declínio cada vez mais intenso e problemático para o mundo, já que a natureza de seu Declínio está ancorada nas “grandes continuidades” e “grandes transformações” da intersecção dos tempoespços, sendo que a conjuntura atual parece moldar-se de forma crítica, abrindo-se a possibilidade de um caos sistêmico sem precedentes, mas que também se abre a possibilidade de uma transição revolucionária. Porém, evidentemente, estas duas “aberturas” estão sob a determinação, como não poderia deixar de acontecer, desta lógica de aglutinação na medida em que cada espaço a seu tempo for sofrendo as consequências das contradições da conjuntura neste processo de zênite do Sistema Mundo Moderno Capitalista, e, conforme se encaixam na geopolítica e geoeconomia das transformações, principalmente face à política externa

americana, que, ao aprofundar a natureza de seu declínio tenderá a impor-se pela dominação.

Da “grande continuidade” da formação e expansão do Sistema Interestatal na longa duração da construção da superestrutura político-jurídica, paralelamente, ao longo do século XX e XXI, se processou no Sistema a “grande transformação” dos arranjos de uma superestrutura político-jurídica ancorada em Instituições Internacionais, tanto multilaterais quanto regionais, que, apesar de ainda estarem determinadas pela “grande continuidade” das relações centro-periferia, despontam como canal de articulações geopolíticas e geoeconômicas que intensificam a crise e o declínio da hegemonia americana. Da “grande continuidade” das tendências seculares do tempo-espaço-histórico categorial, como o desenvolvimento desigual e combinado, a tendência decrescente da taxa de lucro, a transferência de valor, bem como a generalização da lei do valor através da generalização de suas categorias que assumem na roupa neoliberal sua versão mais “pura”, se processa a “grande transformação” do desenvolvimento de forças produtivas – a “revolução científico-técnica” (MARTINS, 2011) - que não mais podem corresponder às relações sociais de produção do modo de produção capitalista, resultando em grave alerta para a emergência de movimentos conservadores e autoritários, mas que também está acompanhada de outra “grande transformação” localizada no Oriente, na China, e que conduz a um projeto concreto de alternativa, possuindo cada vez maior peso econômico e geopolítico, o que impinge a possíveis transformações ideológicas no âmbito internacional. Da “grande continuidade” dos Ciclos de Kondratieff e dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação o Sistema foi adquirindo “densidade dinâmica”, termo denominado por Arrighi e Beverly Silver (MARTINS, 2011, p. 151), até chegar neste contexto de Zênite de suas tendências seculares, às quais exercem uma pressão sobre os próprios Ciclos de Kondratieff ao diminuir suas fases expansivas e aumentar suas fases depressivas, e sobre os próprios ciclos sistêmicos, na medida em que a desconcentração do poder econômico mundial por causa da Ásia, ou do “*reorient*” (FRANK, 1998), pode implicar não em uma nova hegemonia, mas, em uma estrutura de liderança distinta. Nada disso, no entanto, passará ao largo do poder americano, mas a natureza de seu declínio está enraizada em processos mais fortes que seu poder.

PARTE I

LONGA DURAÇÃO, HISTÓRIA E O SISTEMA MUNDO MODERNO CAPITALISTA.

CAPÍTULO 1: Fundamentos para uma análise de Longa Duração

1.1. A análise dos Sistemas Mundo “como movimento do saber”

“A Análise dos Sistemas-Mundo é mais do que uma perspectiva; é também mais do que uma teoria, se é que é uma teoria. É um movimento do saber, e isso é de crucial importância para o desenvolvimento futuro das ciências sociais históricas. Um movimento do saber é um movimento social intelectual. Ele propõe uma reorientação no modo como organizamos nosso entendimento do mundo. No caso da análise dos Sistemas-Mundo, ela se baseia na rejeição das categorias das ciências sociais herdadas do século dezenove. Ela propõe substituir estas categorias por uma nova ciência social histórica (WALLERSTEIN, 2012, p. 17)”.

Como “movimento do saber”, a análise dos Sistemas-Mundo é, em sua própria totalidade, a evolução e conjunção de contribuições que formam ainda mais amplo movimento do saber. Edificou-se tendo como pilastros o marxismo, a historiografia dos *Annales* e a teoria da dependência³. Como pano de fundo histórico e teórico, o término da segunda guerra mundial e o surgimento da “teoria do desenvolvimento”. Os movimentos de independência na África e Ásia, a bipolaridade da Guerra Fria e a persistência de problemas sociais crônicos nos países que haviam conseguido alavancar, como no Brasil, uma primeira ponte à industrialização, serviram como concretude para a crítica das teorias da modernização, associadas a autores como W.W. Rostow em seu “manifesto anti-comunista”. Uma crítica à utilização das categorias das ciências política e econômica - pensadas a partir da realidade do núcleo orgânico do capitalismo mundial - como adequadamente aplicáveis à realidade das periferias do Sistema. Como afirma Wallerstein, a análise dos Sistemas-Mundo é um resultado em processo que emergiu em condições históricas que teriam permitido sua própria descoberta e a “descoberta” do terceiro mundo (WALLERSTEIN, 1996).

Como lembra Theotonio dos Santos (1998, p. 44), a teoria do Sistema Mundo é uma evolução da Teoria da Dependência e esta, por sua vez, é oriunda dos estudos da crítica da economia política de Karl Marx. A outra pilastros, o movimento historiográfico dos

³ Considera-se como Teoria da Dependência tanto os autores, de um lado, da Teoria Marxista da Dependência, quanto, de outro, os autores associados ao estruturalismo latino-americano (RODRÍGUES, 2009), dado que ambos, apesar de suas diferenças enfatizam o fenômeno da *dependência* como chave para a compreensão das periferias do Sistema Mundial. A dependência também foi apreciada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2011). Na exposição que segue a referência básica da Teoria da Dependência e sua conexão com a Teoria do Sistema Mundo é Theotonio dos Santos em “*Teoria da Dependência: balanço e perspectivas*” de 1998.

Annales, que teve em Fernand Braudel seu desenvolvimento mais expressivo, sustenta a perspectiva de longa duração que permeia estas contribuições. Sem a perspectiva da longa duração a própria crítica seria inviável, dado que, como veremos, a longa duração ergue-se como epistemologia. Por isso, como desdobramento deste somatório de forças intelectuais o “enfoque do Sistema Mundo”, em resumo,

“busca analisar a formação e a evolução do modo capitalista de produção como um sistema de relações econômico-sociais, políticas e culturais que nasce no fim da Idade Média europeia e que evolui na direção de se converter num sistema planetário e confundir-se com a economia mundial. Este enfoque, ainda em elaboração, destaca a existência de um centro, uma periferia e uma semi-periferia, além de distinguir, entre as economias centrais, uma economia hegemônica que articula o conjunto do sistema. Ao mesmo tempo, a teoria do sistema mundo absorveu a noção de ondas e ciclos longos de Braudel (1979) que se diferenciam dos ciclos de Kondratiev. Há, no entanto, tentativas de conciliar os ciclos de Kondratiev de 50 a 60 anos com os ciclos longos, mais ligados ao movimento do capital financeiro e das hegemonias estatais, que encontrou Braudel. Desta forma, a evolução do capitalismo é vista como uma sucessão de ciclos econômicos, articulados com processos políticos, sociais e culturais (DOS SANTOS, 1998, p. 45).

Este enfoque irá ter como referências, portanto, dada sua ampla gama de contribuições teóricas, autores que ou são propriamente mais associados à Teoria do Sistema Mundo, como Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, Beverly Silver, Christopher Chase-Dunn, Andre Gunder Frank, Barry Gills, Janet Abu-Lughod; e autores como Samir Amin, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Carlos Eduardo Martins; e, ainda, autores associados à “história mundial” ou à “macrosociologia histórica” como David Wilkinson, Arnold Toynbee, Willian McNeill, Marshall Hodgson entre outros⁴. Segundo Dos Santos, a análise dos Sistemas Mundo é “expressão teórica” dos debates sobre as transformações mundiais nos anos 70 e tem uma “perspectiva globalizadora” numa “nova síntese teórico-metodológica em processo” (DOS SANTOS, 1998, p. 48) que possui os seguintes elementos:

“1) A teoria social deve se desprender de sua extrema especialização e retomar a tradição das grandes teorias explicativas com o objetivo de reordenar o sistema de interpretação do mundo contemporâneo. 2) Esta reinterpretção deve superar sobretudo a ideia de que o modo de produção capitalista, surgido na Europa no século XVIII é a referênica fundamental de uma nova sociedade mundial. Este fenômeno deve ser visto como um episódio localizado, parte de um processo histórico mais global que envolve a integração do conjunto das experiências civilizatórias numa nova civilização planetária, pluralista e não exclusivista, baseada na não subordinação do mundo a nenhuma sociedade determinada.3) A formação e evolução do sistema mundial capitalista deve orientar a análise das experiências nacionais, regionais e locais buscando resgatar as dinâmicas históricas como parte de um esforço conjunto da humanidade por superar a forma exploradora, expropriatória, concentradora e excludente em que este sistema evoluiu. 4) A análise deste processo histórico

⁴ Esta rica miríade de contribuições foi analisada por Andre Gunde Frank e Barry Gills na introdução de *“The World System: five hundred years or five thousand?”* (1993).

deve resgatar sua forma cíclica procurando situar os aspectos acumulativos no interior de seus limites estabelecidos pela evolução das forças produtivas, relações sociais de produção, justificativa ideológica destas relações e limites do conhecimento humano. 5) Neste sentido, a evolução da ciência social deve ser entendida como parte de um processo mais global da relação do homem com a natureza: a sua própria, a imediata, a ambiental e o cosmos, só aparentemente ausente da dinâmica da humanização. Isto é, ela deve ser entendida como um momento de um processo mais amplo de desenvolvimento da subjetividade humana, composta de indivíduos, classes sociais, etnias, gêneros, instituições e povos que estão construindo o futuro sempre aberto destas relações (DOS SANTOS, 1998, p. 48-49)”.

Neste sentido, entre os anos de 1994 e 1995 a Comissão Gulbekian para a Reconstrução das Ciências Sociais, cujo presidente era, à época, o diretor do Fernand Braudel Center, Immanuel Wallerstein, e criada a pedido da Fundação Calouste Gulbenkian, teve como objetivo avaliar o desenvolvimento das ciências sociais. A comissão produziu um relatório a respeito do qual Wallerstein abordou em “*Open the Social Science*” (1996a)⁵. Segundo Wallerstein, o relatório aponta que as premissas científicas hoje dominantes foram estabelecidas aproximadamente entre 1850 e 1945. Teria havido um divórcio entre filosofia e ciência, afastamento da filosofia como ciência e da ciência como filosofia, um divórcio entendendo a ciência como empírica e a filosofia como especulativa⁶. Ainda, segundo o mesmo relatório, tal afastamento evoluiu para três clivagens neste intervalo de tempo (1850-1945). Uma primeira clivagem institucional do próprio conhecimento entre ciências do passado e ciências do presente, ou ciências idiográficas (história, etnografia) e ciências nomotéticas (economia, ciência política e sociologia). Uma segunda clivagem entre o “mundo” e apenas cinco países, já que 95% de todos os autores e escolas eram de cinco países (França, Reino Unido, Alemanha, Itália e Estados Unidos, uma extrema concentração da produção e do conhecimento (WALLERSTEIN, 1996a, p.3), sendo os Estudos Orientais, ou a disciplina Orientalismo (Estudo de grandes civilizações não ocidentais), um espelho desta clivagem (WALLERSTEIN, 1996a). E uma terceira clivagem oriunda da primeira e do liberalismo,

⁵Disponível em: <http://hiebertglobalcenter.org/blog/wp-content/uploads/2013/04/Reading-2-Immanuel-Wallerstein-Open-the-Social-Sciences.pdf>.

⁶ “When the rupture between Science and philosophy became definitive at the end of the eighteenth and beginning of the nineteenth centuries, social science proclaimed itself Science and not philosophy. The justification of this deplorable split of knowledge into two hostile camps was that science was deemed to be empirical in its search for truth whereas philosophy was metaphysical, that is, speculative. This was an absurd distinction, since all empirical knowledge has metaphysical foundations which are inescapable, and no metaphysics is worth considering unless it can be demonstrated to speak to this – worldly realities, which means that it must have empirical markers. In the effort to jump out of the frying pan of imposed, revealed truth, the intellectual class jumped into the fire of the mysticism of formal rationality. We all did it, even the Marxists as Gramsci reminded us” (WALLERSTEIN, p. 1995).

o entendimento de que Estado, Mercado e Sociedade Civil são esferas autônomas e esferas separadas das ciências nomotéticas⁷.

Em vista disto, a análise dos Sistemas-Mundo carrega em seu movimento, e essa é uma característica comum a todos os autores, exatamente a superação destas clivagens, procurando embasar-se de forma crítica ao eurocentrismo, de forma unidisciplinar (Interciência⁸) e a partir de uma nova unidade de análise, que é o sistema-mundo. A revisão da unidade de análise permite atacar as clivagens muito eficientemente e a *totalidade* é um de seus traços epistemológicos. A *totalidade*, no entanto, não pode ser plenamente reconhecida sem a dimensão do tempo, da longa duração, por isso, como afirma Wallerstein, todos os *Sistemas* são *Históricos*, assim como todas as totalidades são históricas. A busca aristotélica por Universais ou o conflito platônico entre o mundo sensível e as ideias, o “nada nunca muda” ou a “mudança é eterna” (tradução nossa), o nomotético e o idiográfico, não devem digladiar-se:

“You will notice immediately what this implies about social change. To the degree that we are talking of a system, we are saying that ‘nothing ever changes’. If the structures do not remain essentially the same, in what sense are we talking about a system? But, to the extent that we insist that the system is historical, we are saying that ‘change is eternal’. The concept of history involves a diachronic process. It is what Heraclitus meant when he said that we cannot step into the same water twice. It is what some natural scientists mean today when they talk of the ‘arrow of time’. Hence, it follows that both statements about social change are true, within the framework of a given historical system (WALLERSTEIN, 1996b).

Histórico porque está em um tempo e um espaço, porque este *estar/ser* um *tempoespaço* (conceito lançado por Wallerstein, mais adiante veremos) embute um padrão e uma coerência dentro da “seta do tempo” (“*arrow of time*”). E é somente pela *totalidade* como máxima unidade de análise ontológica do ser, como qualidade mesma da “complexidade do real”, que este *estar-se* é realizado em sua integralidade. Integralidade esta que é inseparável, portanto, e por pressuposto, de outras quatro características ou potências/tônicas (“*Thrust*”) epistemológicas que nascem para desafiar

⁷ Outro pano de fundo extremamente crucial é que estas três clivagens também são oriundas e alimentam a ambivalência na distinção entre o que seria “racionalidade instrumental” e “racionalidade substantiva”, onde Wallerstein explica e critica esta ambivalência além de apontar que seria um traço da geocultura do Sistema Mundo Moderno (WALLERSTEIN, 1995). Ver também Richard Lee (1994) “*Social Science Knowledge: a report on institutionalization*”, todos estes papers estão disponíveis no site do Fernand Braudel Center em *Publication/Papers and viewpoints*.

⁸ “For me, there is only a unitary *interscience*... If one tries to marry history and geography, or history and economics, one is wasting one’s time. One must do everything, at the same time... Interdisciplinarity is the legal marriage of two neighboring disciplines. I myself am in favor of generalized promiscuity. The devotees who do interscience by marrying one science with another are too prudent. It is bad morals that must prevail: let us mix together all the sciences, including the traditional ones, philosophy, philology, etc. who are not as dead as we claim (BRAUDEL *apud* WALLERSTEIN, 1999 - “*Braudel and Interscience: a preacher to empty pews?*”).

a epistemologia prevalecente. Estas características são denominadas por Wallerstein de globalidade, historicidade, Unidisciplinaridade e Holismo (WALLERSTEIN, 1996; Cf MARIUTTI, 2000). Como afirma Wallerstein, a “globalidade não é globalização” e nem pretende ser este diminuto. A globalidade⁹ é o entendimento da unidade de análise, entendimento de que os Estados não existem num vácuo, as sociedades existem num ‘mundo’ maior que elas, mas que delas não prescinde, nem as partes e nem o ‘mundo’ deste sistema podem ser compreendidos separadamente, estão ontologicamente vinculados. A historicidade deve ser entendida como o sustentáculo da longa duração, sustentáculo da inteligibilidade da vida do sistema estudado em sua globalidade, é o sustentáculo do “*unexcluded middle*” (WALLERSTEIN, 1996c), não pode ser confundida com história no tempo curto e nem com idiografia pura. A “Unidisciplinaridade não é multidisciplinariade” (WALLERSTEIN, 1996) na medida em que não existem “fronteiras entre as ciências sociais” se a complexidade do real não possui fronteiras. O Holismo confronta exatamente o reducionismo, segundo Wallerstein, síntese em uma palavra das prerrogativas epistemológicas anteriores, visando também um novo “casamento” entre a filosofia e as ciências como sendo crucial para a união das questões não somente da verdade, mas também do “bem” moral (Idem). Destarte, ampliando as considerações epistemológicas sobre dicotomias que denomina como macro/micro, global/local, determinismo/livre-arbítrio, verdade/bem¹⁰, esvanecem e reemergem numa *totalidade*.

Por outro lado, ele postula que a *globalidade ou totalidade* não devem ser confundidas com as teses do que chama “Universalismo Europeu”, ao contrário, deve também desembocar na crítica ao Eurocentrismo nas ciências sociais. Segundo Wallerstein, as críticas do Eurocentrismo sofrem de um “eurocentrismo anti-eurocêntrico”, quando na verdade, afirma, o caminho certo da crítica é: “o que quer que seja que a Europa tenha feito foi analisado incorretamente e submetido a extrapolações inapropriadas, as quais

⁹ “The first thrust was globality. It followed from the famous concern with the unit of analysis, said to be a world-system rather than a society/state. To be sure, modernization theory had been international, in that it insisted on comparing systematically all states. But it had never been global, since it posited no emergent characteristics of world-system, indeed never spoke of a world-system at all. World-Systems analysis insisted on seeing all parts of the world-system as parts of a ‘world’, the parts being impossible to understand or analyze separately. The characteristics of any given state at T (2) were said to be not the result of some ‘primordial’ characteristics at T(1), but rather the outcome of processes of the system, the world-system. This is the meaning of Gunder Frank’s famous formula, the ‘development of underdevelopment’ (WALLERSTEIN, 1996)

¹⁰ Wallerstein fala sobre essas dicotomias em “*Social science and the quest for a just Society*” (1997).

tiveram consequências tanto para a ciência quanto para o mundo político” (WALLERSTEIN, 1996d – tradução nossa)

Não surpreende que, por exemplo, seja assustadoramente desconhecido que algumas das maiores invenções que permitiram à Europa emergir como hegemonia no Sistema Mundo, tenham sido pensadas pelos Chineses, Indianos e Árabes, como a pólvora, a máquina de tear e o número zero, sem o qual nem computador haveria. Neste sentido, a análise do Sistema-Mundo como movimento do saber é também um movimento de redescoberta do que foi insistentemente escamoteado pelas teorias hegemônicas nas ciências sociais. Este duplo movimento está, como brevemente explicado, ancorado numa epistemologia própria e que almeja ser *total*. Pois é somente através dela que se pode elaborar a crítica de maneira sólida e criativa. Esta epistemologia, por sua própria natureza, implica uma fundamentação do conceito de longa duração e é sobre este conceito o tema das próximas seções.

1.2. Tempo e Longa Duração

Segundo Perter Burke (1991), até o surgimento da escola dos *Annales*, que o autor denomina como “*a revolução francesa da historiografia*”, a ciência histórica se resumia ao estudo das quimeras políticas, militares e suas respectivas personalidades. Em geral, descrição narrativa de fatos e acontecimentos reducionistas. Críticos desta visão histórica, Lucien Febvre e Marc Bloch, fundaram a Revista *Annales* em 1928/1929, vislumbrando alimentar no meio acadêmico a construção de uma “história total”: superando a fraqueza das análises predominantes, chamando ao dever e instigando os estudiosos de outras ciências sociais, economistas, antropólogos, geógrafos, psicólogos, demógrafos, sociólogos e linguistas, numa busca pela “profundidade e densidade”, trazendo à cena a importância de “forças estruturais, coletivas e individuais” (ODÁLIA, *Apresentação*, In: BURKE, 1991, p. 7). No transcorrer desta revolucionária tarefa, conforme afirma Burke, as três gerações da *Escola dos Annales* apoderaram-se de enfoques e conceitos, entre os quais se destacam a *longa duração*, a *estrutura* e a *conjuntura*¹¹. Assim, a fundação da Revista *Annales* renovaria a crítica do pensamento fazendo jus ao espírito Iluminista e à

¹¹ Segundo Peter Burke (1991) os principais termos na linguagem dos *Annales* eram, em ordem alfabética: “conjuntura, civilização, estrutura, Etno-História, História Episódica, História Global, História do Imaginário, História Imóvel, História-Problema, História Quantitativa, História Serial, História Total, Longa Duração, Mentalidade, História Nova e Psicologia Histórica” (BURKE, 1991, p. 174-179).

contribuição cumulativa de outros grandes pensadores como Karl Marx. Por ser um enfoque naturalmente confrontador à narrativa superficial dos acontecimentos, a longa duração é necessária e está presente nas obras dos principais nomes associados tanto à tradição dos *Annales*, como também na própria metodologia marxista, no materialismo histórico e na análise dos Sistemas Mundo.

A emergência da perspectiva temporal na história e mais amplamente nas ciências sociais teve seu equivalente na física com a proposição da teoria da relatividade de Einstein¹², a distorção do espaço-tempo, pois desvendava a existência de várias dimensões da realidade. No caso da história e das ciências sociais, da realidade social, conforme afirma Whitrow (2005), a “*teoria de Einstein da relatividade especial é incompatível com o conceito de Newton de tempo absoluto [...] a ideia de que o tempo deriva dos eventos [...] é compatível com uma multiplicidade de sistemas de tempo associados com diferentes observadores*” (WITHROW, 2005, p. 108). Analogamente, a percepção das multiplicidades temporais na história e nas ciências sociais, desenvolvida cuidadosamente por Fernand Braudel, assemelha-se em vigor criativo à revolução do entendimento do tempo na física. Nas palavras de Braudel,

“No existe un tiempo social de una sola y simple colada, sino tiempo social susceptible de mil velocidades, de mil lentitudes [...] son movimientos que no tienen ni la misma duración ni la misma dirección, integrándose los unos en el tiempo de los hombres, el de nuestra vida breve y fugaz, los otros en ese tiempo de las sociedades, para el que un día, un año no significan gran cosa, para el que a veces un siglo entero no representa más que un instante de la duración (BRAUDEL, 1970, p.29)”.

Para Braudel, em camadas temporais a realidade se processa no tempo curto, onde atuam os acontecimentos na contingência das estruturas e conjunturas. A longa duração é a chave porque carrega essência, características, traços, negativas e continuidades. Permite sair do raciocínio seja mecanicista seja idealista e é, na verdade, conforme aponta Carlos Eduardo Martins, uma confrontação à clivagem entre as ciências nomotéticas e idiográficas, revelando mundos e tempos em si *totais* e carregados de contradições:

“Esse conceito [longa duração] combate a separação entre as ciências nomotéticas e idiográficas e a segmentação disciplinar das primeiras entre a economia, a ciência política e a sociologia. A duração se diferencia do tempo cronológico e físico, de inspiração newtoniana, que se funda, simultaneamente, na diacronia entre unidades atômicas, padronizadas e infinitamente pequenas, e na estática, baseada em dimensões infinitamente longas. A duração é o tempo das estruturas. Significa mudança, processo e, portanto, irreversibilidade. Representa a dialética entre os tempos múltiplos e contraditórios da vida social,

¹² “La historia de las ciencias también conoce universos construidos que constituyen otras tantas explicaciones imperfectas pero a quienes les son concedidos por lo general siglos de duración. Solo se les rechaza tras un muy largo uso. El universo aristotélico no fue prácticamente impugnado hasta Galileo, Descartes y Newton; se desvanece entonces ante un universo profundamente geometrizado que, a su vez, había de derrumbarse, mucho más tarde, ante las revoluciones einsteinianas (BRAUDEL, 1970, p. 72).

que não podem existir isoladamente. Nessa dialética se apresentam em conjunto o tempo propriamente dito das estruturas, das conjunturas e do acontecimento. O tempo das estruturas significa o lento desgaste da arquitetura que fundamenta a organização suficientemente fixa entre as realidades e as massas sociais. As estruturas representam os apoios, os obstáculos e os limites diante dos quais os homens não podem se emancipar. São as *prisões de longa duração* (BRAUDEL, 1982, p. 14). O tempo das conjunturas representa o movimento das oscilações regulares e periódicas que atua sobre as estruturas e as modifica, renovando-as, sem afetar a expansão de seus componentes profundos. O tempo dos acontecimentos é o tempo breve, da crônica, do dia a dia, imediato e anárquico que incide sobre as estruturas e suas oscilações cíclicas. O conceito braudeliano de duração designa, portanto, um processo que para ser percebido exige um alto nível de abstração: um movimento de reflexão que parte do geral para o particular – e não o inverso, como o liberalismo concebeu -, e que permite dar ao tempo imediato e ao acontecimento seus limites e possibilidades (MARTINS, 2011, p. 23-24)”.

É importante a analogia com a física, conforme denota Carlos Antonio Aguirre

Rojas:

“Se analisarmos, com mais cuidado, o modelo de percepção do tempo, que foi dominante durante toda a modernidade, é o de um tempo derivado da física newtoniana, concebido como ‘marco temporal’, vazio e homogêneo, composto na regular sucessão dos segundos, minutos, horas, dias, semanas, meses e anos. Ou seja, um tempo abstrato e linear, constituído como dimensão *autônoma e separada* dos homens, que regula suas atividades sociais e individuais. Trata-se de um tempo de vigência social e de progressão regular e uniforme, que se apresenta como unitário e constituído de uma única dimensão, e cuja única decomposição/recomposição possível é a de sua fragmentação em unidades menores, da referência cronológica de anos, dias, horas, minutos, etc. Frente a este marco temporal, próprio da modernidade, assimilado pelas ciências sociais e pela história, deflagrou-se uma intensa polêmica, a partir da segunda metade do século XIX e impulsionada fortemente pelos postulados da teoria da relatividade de Einstein – que demonstrava esta visão newtoniana do tempo absoluto, contrapondo-lhe a relatividade do tempo. Aquela polêmica alcançou seu ponto máximo durante os anos 20 e 30 do século XX, às vésperas da segunda guerra mundial. Foi precisamente nessa atmosfera, de intensa reflexão sobre as estruturas e dimensões da temporalidade, que Braudel elaborou seu modelo dos diferentes tempos e da longa duração. E o fez precisamente numa linha de desconstrução da visão moderna do tempo, para superá-la com a nova teoria da decomposição e diferenciação temporal. Frente ao tempo da matriz física, único e unitário, típico da historiografia tradicional, Braudel propôs os múltiplos tempos históricos. Frente à homogeneidade dos segundos, minutos e horas do tempo moderno, reivindicou, ao contrário, tempos e durações de densidade e intensidade diferenciadas, hierarquizados, entre os quais, o mais importante é a longa duração. O tempo, ou melhor, os vários tempos deixaram de ser abstratos, vazios e aparentemente autônomos e independentes dos homens, como no caso do marco temporal da modernidade. Transformaram-se nas durações concretas e diversificadas, diretamente correspondentes e dependentes dos fatos, fenômenos e processos sociais. O tempo já não aparece como dominante e regulador das atividades humanas, mas simplesmente como instrumento de registro e medição dessas múltiplas durações sociais e históricas. Frente ao tempo linear e cronológico que se fragmenta em dias, meses, semanas, ainda concebido dentro das arcaicas divisões de passado, presente e futuro, a nova visão da temporalidade vai opor uma ideia mais complexa das muitas durações. Elas são agora espaços fluidos e densos, como um filme em movimento, que, em sua complicada dinâmica, constrói a ‘dialética das durações’, o próprio coração do devir histórico, segundo Braudel” (ROJAS, 2013, p. 22-23).

Por outro lado, acrescento ainda que a revolução no entendimento do tempo na física a partir de Einstein¹³ somente pôde ser compreendida em grandes escalas¹⁴. A grande escala da velocidade da luz permite uma temporalidade cósmica num espaço de tamanho igualmente cósmico. O confronto destas grandes escalas, sua contagem do tempo, com a escala menor da realidade temporal da terra permitiu perceber que o tempo é relativo porque as leis devem permanecer as mesmas para ambas as escalas¹⁵, para cada observador em cada uma destas escalas (realidades que são as mesmas)¹⁶. Concomitantemente, para tal, ficou provado que espaço e tempo não estão separados, ao contrário e que, inclusive “*o tempo e o espaço não existem independentemente do universo ou um do outro. Eles são definidos por medições no interior do universo*” (HAWKING, 2016, p. 43). Esta perspectiva de longuíssimas durações e distâncias contribuiu na física para aprimorar o entendimento da essência das leis/tendências/lógicas/contradições que dão vida dinâmica (não estática) ao cosmos (*ordem*). Seria possível que a perspectiva da longa duração pudesse contribuir para aprimorar o entendimento do “cosmos” histórico do “tempoespaço” social?

¹³ “Let us now see how Einstein’s general theory of relativity and quantum physics have contributed to solving the problem of the multiplicity of time. Einstein demonstrated that in physics there are as many times as there are frames of reference and that the speed of movement is relative to the point of view of the observer who chooses one of these frames of reference. That is to say, among other things, that time of macrophysics does not correspond to the time of microphysics, that the time of mechanics is not that of thermodynamics, nor the time of astronomy that of physics. But a too narrow connection between time and space, because it relates the frameworks of Time-Space and Space-Times, both quantified and continuous, did not allow Einstein to reveal that it is a matter not only of the difference of measures applied to the diverse times, but also of the qualitative differences and varied relations of past, present and future in these times (GURVITCH, 1964, p. 24).

¹⁴ Marx em uma passagem da sua tese de doutorado assim afirma sobre as dificuldades encontradas neste exercício: “O que se pode demonstrar no detalhe é ainda mais fácil de apresentar quando as relações são apreendidas em dimensões maiores; inversamente, análises muito gerais põem em dúvida se o resultado se confirmará no detalhe” (MARX, 2018, p. 32).

¹⁵ “A ironia é que a teoria da relatividade, quer na versão formulada por Einstein em 1905 (teoria especial da relatividade), quer na versão de 1915 (teoria da relatividade geral) de modo algum expressa a relatividade do conhecimento físico. Pelo contrário, ela afirma que a invariância das leis da natureza para além da multiplicidade dos pontos de vista de diferentes observadores. Na versão de 1905, o princípio da relatividade afirma a equivalência de todos os observadores que se movem uns em relação aos outros em movimento uniforme, quanto à formulação das leis da física. [...] Em outras palavras, o princípio da relatividade afirma que não há um observador privilegiado para a formulação das leis da física. Einstein estendeu esse princípio de modo a abranger as leis de propagação da luz. Numa linguagem familiar aos antropólogos culturais e aos sociólogos, Einstein aboliu o etnocentrismo da ciência, numa direção iniciada por Copérnico (abolição do geocentrismo) e por Galileu (abolição da noção de repouso absoluto para as leis da mecânica), e por ele estendida aos fenômenos eletromagnéticos (abolição da noção de repouso absoluto para a observação da propagação da luz) (ALMEIDA, 2009, p. 2-3). “*Relatividade e relativismo: Einstein e a teoria social*”.

¹⁶ Isto tem um significado profundo quando analogamente, pelo fato de as leis terem que permanecer as mesmas para os observadores, as leis de acumulação do capital, em escala mundial, por permanecerem as mesmas para diferentes observadores (centro e periferia) resultam em processo temporais distintos de desenvolvimento também para estes “observadores”.

Neste sentido, com o objetivo de apresentar uma discussão que possibilite construir bases conceituais sobre a Longa Duração, fez-se imprescindível pesquisar sobre o conceito do *Tempo*. Nosso ponto de partida será a tese de doutorado de Karl Marx, a partir da qual iremos então agregando outros autores à discussão para posteriormente apresentar, enquanto síntese, a teorização da Longa Duração elaborada por Fernand Braudel, e enfim apresentar um arcabouço conceitual sólido que possibilite avançar também em outros conceitos importantes, como tempo social, a estrutura e a conjuntura.

1.3. O *TEMPO* em a “Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro” por Karl Marx¹⁷.

Demócrito e Epicuro são considerados atomistas na filosofia, mas apesar disso, como demonstra Marx, “*se posicionam de modo diametralmente oposto*” (MARX, 2018, p. 37) e em sua tese de doutorado busca isso provar¹⁸. Entre as consequências mais importantes das diferenças entre os dois pensadores, a que nos interessa é a que versa sobre o entendimento do *tempo*. Em sua tese Marx dedica especificamente um capítulo sobre esta diferença. A chave para a compreensão é a *contradição entre imutabilidade e mutabilidade*, entre essência e existência (manifestação), entre matéria e forma, entre princípio e elemento¹⁹. Segundo Marx, vejamos na afirmação a seguir, a qual é, segundo ele, a explicação do tempo na filosofia epicurista: “*O tempo [...], a variação do finito, na medida em que é posto como variação, constitui a forma real que separa a manifestação da essência, que tanto a põe como manifestação quanto a reconduz à essência* (MARX,

¹⁷ György Lukács afirma que é já nesta tese de doutorado de Marx que nasce sua nova proposta ontológica (ver as páginas 130-133 de “Prolegômenos para uma ontologia do ser social”).

¹⁸ Segundo a apresentação de Albinati, não somente provar as diferenças, mas também provar que a filosofia Epicurista era uma filosofia da *autoconsciência* que “introduzia”, pelo princípio da declinação do átomo, a “liberdade na natureza”, onde valorizava também na filosofia epicurista a identificação da contradição como momento chave do real e a filosofia da *autoconsciência*, ao introduzir a liberdade, colocaria abaixo o determinismo atomista de Demócrito e coloca assim Ana Selva Abinati no prefácio à edição da Boitempo: “Na medida em que o movimento de declinação, introduzido por Epicuro, permite a passagem da necessidade à liberdade, também fica garantido o trânsito da física à ética, questões caras aos jovens hegelianos de esquerda. [...] Exposta a diferença fundamental dos princípios do atomismo de Demócrito e de Epicuro, salientam-se dois aspectos na filosofia epicurista: a apreensão da ‘alma contraditória’ do mundo e a emergência da autoconsciência como princípio de todas as coisas (ALBINATI, In: MARX, 2018, p. 11)”.

¹⁹ Remonta a Heráclito a contradição como princípio de todas as coisas, porém para minimamente compreender o máximo possível do teor desta tese escrita por Marx e, em particular seu capítulo IV da Segunda Parte, que foca exatamente sobre o *tempo*, foi imprescindível entender minimamente também sobre as bases da filosofia grega e helênica. O resultado encontrado para este direcionamento da elaboração conceitual foi o seguinte. A metafísica como essência; a discussão sobre a substância e forma, a teoria das ideias e o papel do tempo, em geral sobre se a verdade, o real, a essência estão contidos ou na *imutabilidade ou na mutabilidade*.

2018, p. 104)”. Em outra passagem explica que “*Epicuro converte a contradição entre matéria e forma em caráter da natureza fenomênica, que, desse modo, se torna o antítipo da natureza essencial, do átomo. Isso acontece da seguinte maneira: o tempo é contraposto ao espaço, a forma passiva da manifestação é contraposta à forma ativa* (MARX, 2018, p. 105)”.

Ao passo em que a essência se identificaria com imutabilidade e infinitude por um lado, na filosofia de Epicuro o tempo é a forma absoluta da manifestação, a mudança da substância em geral, e a “*forma pura do mundo fenomênico passa a ser o tempo*”. Epicuro define como o “*acidente do acidente*” – etimologicamente participio de *accidere*, que significa ocorrer, acontecer. A questão mais difícil é a recondução à essência. Ela se dá pela mudança da forma passiva do tempo em forma ativa, tornando-se forma ativa da natureza concreta. Aí é movimento, note-se que “*Epicuro é o primeiro a conceber a manifestação como manifestação, isto é, como estranhamento da essência, sendo que ela própria se torna atuante em sua realidade como tal estranhamento* (MARX, 2018, p.105). E, ainda,

“De acordo com Epicuro, o tempo é a variação como variação, a reflexão da manifestação em si mesma, por isso, a natureza fenomênica é posta, com acerto, como objetiva, a percepção sensível é convertida, com acerto, em critério real da natureza concreta, embora o átomo, seu fundamento, seja visualizado apenas por meio da razão. Por ser o tempo a forma abstrata da percepção sensível, faz-se necessário, de acordo com o modo atomista da consciência epicurista, que ele seja fixado como natureza especificamente existente na natureza (MARX, 2018, p. 105)”.

Aí que a essência superiorizada está na “*mutabilidade do mundo sensível, sua variação como variação, a reflexão da manifestação em si mesma*”. Enquanto num momento a substância é a forma ativa (pois na filosofia epicurista o declínio do átomo introduz a liberdade- já veremos isto), num outro se passiva, não autônoma em si mesma, o tempo substancia-se e a substância se ‘temporaliza’ (concomitantemente e contraditoriamente). Porém o princípio está contido em toda a manifestação, sem sua referência e, sem o contraditório nela contido, não há mundo. Como, segundo Marx, Epicuro chegou filosoficamente a este resultado? Isto é relevante, então segue.

Na base, tanto para Demócrito quanto para Epicuro o mundo consiste de átomos e vácuo. Para o primeiro os movimentos dos átomos são apenas dois, a queda (de cima para baixo) em linha reta e a repulsão. Para Epicuro além destes dois movimentos há ainda a *declinação/desvio do átomo da linha reta*. Epicuro identificou que há uma contradição contida no conceito de átomo caindo em linha reta: Caem em linha reta na mesma velocidade e, logo, não se encontram, não há contato e, portanto, a criação do mundo seria

impossível. De acordo com Marx, Cícero havia colocado exatamente este raciocínio como forma de explicar a declinação de Epicuro, mas num tom zombador. Contudo, afirma Marx, não é esta a contradição que interessa a Epicuro, a que interessa foi colocada por Lucrécio que “foi o único de todos os antigos que compreendeu a física epicurista” (MARX, 2018, p. 74).

Em primeiro Lugar, se o átomo é unicamente e necessariamente associado ao movimento em linha reta vertical isso significa que ele é “determinado puramente pelo espaço, sendo-lhe prescrita uma existência *relativa*, e sua existência é puramente material”. Na medida em que o átomo é também a negação do espaço abstrato, pois ao existir o átomo faz o vácuo não ser mais espaço abstrato (dentro de si / fora de si – o espaço do vácuo não é a substância do átomo), sendo o átomo absoluto em si consigo mesmo, pois é também, conceitualmente, “*negação de toda relatividade, a de ser toda relação com outra existência*” (MARX, 2018, p. 75), tal contradição é posta por Epicuro objetivamente, residindo ambas no conceito de átomo. Então se pergunta Marx “*Ora, como Epicuro pode realizar a pura determinação formal do átomo, o conceito da pura particularidade, que nega toda existência determinada por outra?*” (MARX, 2018, p. 76).

E responde:

“Dado que ele se move no campo do ser imediato, todas as determinações são imediatas. Portanto, as determinações antagônicas são contrapostas umas às outras como realidades imediatas. Porém, a *existência relativa* com que se depara o átomo, a *existência que ele tem de negar, é a linha reta*. A negação imediata desse movimento é *outro movimento* e, portanto, igualmente concebido como espacial – a saber, a *declinação da linha reta*. [Isto é, a negação da existência relativa é imprescindível para o conceito puro e absoluto do átomo – metafisicamente – sua particularidade abstrata como essência em si do princípio]. Os átomos são corpos puramente autônomos ou, muito antes, corpos pensados como tendo autonomia completa, como os corpos celestes. Por conseguinte, eles também se movimentam, não em linhas retas, mas em linhas inclinadas. *O movimento da queda é o movimento da não autonomia*. Portanto, quando representou a materialidade do átomo em seu movimento em linha reta, Epicuro realizou a determinação de sua forma na declinação da linha reta; essas determinações contrapostas são representadas como movimentos frontalmente antagônicos (MARX, 2018, p. 76).”

O que deveria ser uma imutabilidade diante da queda do átomo em linha reta é negado e a mutabilidade, a possibilidade realiza-se dialeticamente pelo encontro da essencialidade do *átomo* em sua “pura particularidade”, imutabilidade única e primária (teoria das ideias em Platão, Universais de Aristóteles): “Lucrécio diz com toda razão que, se os átomos não costumassem declinar, não teria havido nem contragolpe nem entrechoque deles, e o mundo jamais teria sido criado” (MARX, 2018, p. 82). Assim finaliza o capítulo sobre a declinação do átomo:

“A declinação epicurista do átomo modificou, portanto, toda construção interna do reino dos átomos, na medida em que, por meio dela, ganhou relevância a determinação da forma e foi realizada a contradição que reside no conceito do átomo. Por conseguinte, Epicuro foi o primeiro a captar, ainda que de forma sensível, a essência da repulsão, ao passo que Demócrito tomou ciência apenas de sua existência material. Por essa razão, encontramos em Epicuro a aplicação de formas mais concretas da repulsão; no plano político, é o *contrato*, no social, a *amizade*, enaltecida como a coisa mais elevada (MARX, 2018, p. 84).

Identificar o contraditório contido no princípio ou no átomo, pois o mundo consistiria de átomo e vácuo, permitiu à Epicuro introduzir a liberdade e o acaso em sua filosofia (ALBINATI, *apresentação In: MARX, 2018*). Se os átomos caem em linha reta, o que explica a repulsão, pois como se chocariam? Se os átomos são indivisíveis o que explica o vácuo e as formas? Pois bem, “*a afirmação da declinação como ‘alma do átomo’ é o conceito da particularidade abstrata; é o princípio da autonomia que, ao se contrapor ao movimento da queda em linha reta, possibilitaria o encontro dos átomos e a formação do mundo*” (ALBINATI, 2018, p. 11)²⁰. Além das consequências éticas e políticas de tal proposta filosófica que coloca a autonomia, a vontade como princípio norteador do mundo²¹, do ponto de vista metafísico as consequências são igualmente impactantes. A metafísica deixa de ser estática, determinística, e passa a ser dinâmica transcendental, passa a incluir neste sentido também o tempo. O átomo representa o ser mais primário e abstrato de constituição dos seres, das coisas, a maior abstração. Já nesta tese Marx atribui à contradição como condição ou relação mais importante. O abstrato é a imutabilidade, o universal, e o concreto a mutabilidade, sua contradição, revelada pelo tempo e pela particularidade abstrata, revela também o tempo. O tempo “encarna” a contradição entre imutabilidade e mutabilidade revelando a essência não mais como imutabilidade²² universalizante, mas como “síntese de múltiplas determinações” de si mesma. De tal modo, é na discussão sobre as qualidades dos átomos que é revelada a contradição que mais interessa a Epicuro:

“Por meio das qualidades, o átomo adquire uma existência que contradiz seu conceito, é posto como *existência exteriorizada, diferenciada de sua essência*. [...] Ter qualidades é algo que contradiz o conceito de átomo; pois, como diz Epicuro, toda qualidade é **mutável**, mas os átomos não mudam. Não obstante, trata-se de *consequência necessária* atribuir-lhes essa qualidade, pois os muitos átomos da repulsão, separados uns dos outros pelo espaço sensível, têm

²⁰ Apresentação da edição da Boitempo deste livro de Marx.

²¹ Por isso Marx afirma que era a filosofia da *autoconsciência*: “Só agora chegou a época em que será possível entender os sistemas dos epicuristas, dos estoicos e dos céticos. Trata-se das *filosofias da autoconsciência*” (Prefácio de MARX, 2018, p. 25).

²² Na física, por exemplo, a essência por meio desta contradição foi revelada por Einstein. Conforme a nota de rodapé 15, não se trata da relatividade do conhecimento. Foi partindo da premissa da imutabilidade das leis da física para diferentes observadores no espaço que Einstein comprovou possibilidade de mutabilidade manifestada na distorção do espaço-tempo.

de estar *diretamente separados uns dos outros e ser diferentes de sua pura essência*, isto é, devem possuir *qualidades* (MARX, 2018, p. 85-86 – grifos nossos)”.

As qualidades são tamanho, forma e peso. Todas as qualidades contradizem o conceito do átomo, sua “particularidade abstrata”, mas é exatamente nesta contradição que reside a realidade e a realidade como possibilidade de criação (inclusive):

“A análise das qualidades dos átomos nos fornece, portanto, o mesmo resultado que a análise da declinação – a saber, que Epicuro objetiva a contradição, presente no conceito do átomo, entre essência e existência e, assim, inaugura a ciência da atomística, ao passo que em Demócrito não ocorre nenhuma realização do princípio em si, apenas é registrado o lado material e são apresentadas hipóteses em função da empiria (MARX, p. 94) [...] A contradição entre existência e essência, entre matéria e forma, que reside no conceito do átomo, está posta no próprio átomo individual, quando este é dotado de qualidades. Por meio da qualidade, o átomo é estranhado de seu conceito; ao mesmo tempo, sua construção é completada. Da repulsão e das aglomerações de átomos qualificados associadas a ela surge, então, o mundo fenomênico. Nessa transição do mundo da essência para o mundo da manifestação, a contradição presente no conceito do átomo evidentemente alcança sua mais gritante realização. O átomo, conforme seu conceito, é a forma essencial, absoluta da natureza. *Essa forma absoluta é, então, degradada à condição de matéria absoluta, de substrato amorfo do mundo fenomênico.* Os átomos de fato são substâncias da natureza da qual tudo é suscitado, na qual tudo se dissolve, mas a aniquilação constante do mundo fenomênico não chega a resultado nenhum. Tomam forma novos fenômenos, mas o átomo permanece sempre como substrato na base. Portanto, na medida em que o átomo é pensado segundo seu conceito puro, o espaço vazio, a natureza aniquilada, é sua existência; na medida em que prossegue para a realidade, desce à condição de base material, que, sendo portadora de um mundo de múltiplas relações, jamais existirá a não ser em suas formas indiferentes e exteriores. Essa é uma consequência necessária, porque o átomo, pressuposto como algo abstratamente individual e pronto, não é capaz de operar como poder idealizador e abrangente daquela multiplicidade. A particularidade abstrata é a liberdade da existência, não a liberdade na existência. Ela não é capaz de brilhar à luz da existência. Esta é um elemento em que ela perde seu caráter e se torna material. Por conseguinte, o átomo não sai à luz do dia do fenômeno nem desce à condição de base material, onde se integra a ela. O átomo como tal só existe no vácuo. Assim, a morte da natureza se tornou sua substância imortal; com razão, Lucrécio exclama: ‘A morte imortal arrebatou a vida mortal’. Porém, Epicuro formula e objetiva a contradição nesse afunilamento máximo e, portanto, estabelece uma diferença entre o átomo, no momento em que se converte em base do fenômeno, ou seja, como [elemento], e o átomo como existente no vácuo, como [princípio]; é isso que o diferencia filosoficamente de Demócrito, que objetiva apenas um dos aspectos. Trata-se da mesma diferença que separa Epicuro de Demócrito no mundo da essência, no reino dos átomos e do vácuo. Porém, **só o átomo qualificado é o átomo completo**, só do átomo completo e estranhado de seu conceito pode surgir o mundo fenomênico; sendo assim, Epicuro expressa isso dizendo que só o átomo qualificado se torna ou só o [elemento indivisível] é dotado de qualidades (MARX, 2018, p. 101-102 – grifos nossos)”.

Agora devemos entender um pouco melhor as linhas gerais anteriormente traçadas sobre o tempo em Epicuro tal como explica Marx. De um lado a particularidade abstrata, enquanto relação consigo mesma, e para efetivamente ser, deve estar isenta de qualquer mutabilidade e relatividade, sua essência é essência abstratamente pela imutabilidade e singularidade. Destarte, se abstrai o aspecto temporal da matéria, pois só é eterna e

autônoma, essência, sem o aspecto temporal. Segundo Marx tanto Epicuro quanto Demócrito concordam com isto, entretanto “*diferem quanto a como o tempo, que foi afastado do mundo dos átomos, passa a determinar para onde ele é transferido* (MARX, 2018, p. 103). Para Epicuro ele, o tempo, é transferido para a manifestação e quando à reconduz à essência como explica Marx, funde dialeticamente espaço-tempo, funde dialeticamente materialidade e processo, pode-se dizer funde dialeticamente então o que “antes” era um “combate entre o nomotético e idiográfico”. E importante, o tempo de passivo e dispensável em Demócrito, em Epicuro passa a ativo (“natureza especificamente existente na natureza”) e *essencial à essência mesma expondo-a à contradição e totalidade*.

Para finalizar, segundo Marx, os corpos celestes (‘éter’ como ponto mais elevado, transformando-se daí, pois corpos imutáveis com leis universais, a palavra eternidade em eternidade) perfazem no sistema filosófico de Epicuro dimensão contraditória crucial.

“Nós vimos como toda a filosofia da natureza de Epicuro está impregnada da contradição entre essência e aparência, entre forma e matéria. *Porém, nos corpos celestes, essa contradição foi apagada*, os fatores antagônicos estão reconciliados. No sistema celeste, a matéria recebeu a forma dentro de si, acolheu a particularidade dentro de si e, assim, alcançou sua autonomia. *Nesse ponto, porém, ela deixa de ser afirmação da autoconsciência abstrata*. No mundo dos átomos, como no mundo da manifestação, a forma lutava com a matéria; uma determinação suprimiu a outra e, justamente *nessa contradição, a autoconsciência individual-abstrata sentiu sua natureza objetivada*. A forma abstrata, que lutava contra a matéria abstrata sob a forma da matéria, era *a própria autoconsciência*. Porém, quando a matéria se reconcilia com a forma e se torna autônoma, a autoconsciência individual se despe de seu disfarce e se proclama como o verdadeiro princípio, hostilizando a natureza que se tornou autônoma. Sob outro aspecto, isso se expressa da seguinte maneira: ao acolher em si a particularidade, a forma, como é o caso nos corpos celestes, a *matéria deixou de ser particularidade abstrata. Ela se tornou particularidade concreta, universalidade concreta*. Nos meteoros, resplandece, portanto, diante da autoconsciência individual-abstrata, sua refutação tornada objetiva – a existência e a natureza tornadas universais. Ela identifica neles, por conseguinte, seu inimigo mortal (MARX, 2018, p. 122-123)”.

Em suma, a explosão da contradição da própria filosofia epicurista pode-se dizer, explode também a própria necessidade de libertação e foi nesta que se agarrou Karl Marx em sua crítica da economia política. O tempo, entendido desta maneira, desemboca na longa duração como pré-condição epistemológica ao entendimento do real.

1.4. Do Tempo ao Tempo histórico-social

Uma distinção profunda entre o conceito de *tempo* em Kant, e o *tempo* em Epicuro segundo a interpretação de Marx, e que parece ser defendida por este último, é que para o primeiro “*o tempo não é uma característica dos objetos externos, e sim da mente*

subjetiva que deles tem consciência” (WHITROW, 2005, p. 30), à radical distinção que para Epicuro e, segue, para a crítica marxista, o *tempo* é força ativa existente na natureza, uma realidade concreta no mundo sensível²³. O *accidens do accidens*, a variação como variação, pode ser justamente compreendida na história. A longa duração, as “temporalidades diferenciais”²⁴ (ROJAS, 2013), os conceitos de conjuntura, estrutura, tendência secular e modos de produção representam a atividade do tempo enquanto movimento conector/revelador da essência em sua manifestação. Para chegar a uma explicação satisfatória é necessário colocar a *longa duração* como antítipo do tempo epicurista (filosófico) na “história total”. Assim procedendo nossa hipótese é a de que o conceito de Sistema Mundo Moderno Capitalista contém temporalidades numa perspectiva total e sistêmica e, para chegar a uma explicação satisfatória, é necessário colocar a *longa duração* como epistemologia e ontologia anterior²⁵ a estas próprias conceituações para depois defini-las por elas mesmas.

Como desenvolver o problema de colocar a *longa duração* como antítipo do tempo epicurista na história? Primeiro deve-se partir do óbvio. Em significação imediata a *duração* está definida por continuidade, por algo que permanece, não muda, abstração, generalização. Seria o *átomos*. Por conseguinte, enfrenta-se daí semelhante contradição (tal como colocou Lucrécio): não haveria história em si. A história é a manifestação, a longa duração como tempo ativo está presente como essência e está revelada nas estruturas e na conjuntura. Enquanto elemento mais abstrato, mais primário da história, a *longa duração* faz-se presente também por categorias. Isso implica uma realidade intrinsecamente dialética, conforme escreveu Gurvitch:

“As a matter of fact, all the characteristics of time, always in degrees, can only be understood dialectically: the ‘discontinuous continuity’ and the ‘continuous discontinuity’, the duration in succession and the succession in duration, the past, the present and the future, sometimes projected in one another, sometimes dominant over one another, and finally sometimes reduced to one another, and finally sometimes reduced to one another, the ‘quantitative-qualitative’ and the ‘qualitative-quantitative’ (quantity itself presented in the form of degrees of extensity and intensity), the homogenous heterogeneity, and the stable change

²³ Esta afirmação surge suficientemente clara pela Lei do Valor, cuja mediação ativa do tempo está na base do valor, pois pela duração do trabalho para produzir. Mais adiante será elaborada uma análise crítica acerca deste tema com base nas contribuições da Teoria Marxista da Dependência, o objetivo será aprofundar conceitualmente para dentro da longa duração o processo de transferência de valor entre centro e periferia buscando defender a hipótese de que por detrás, a real transferência na longa duração, é a temporalidade diferente, porém complementar, da acumulação de riquezas que é também a transferência de tempo.

²⁴ Segundo Rojas, as diferentes temporalidades são a chave metodológica em Braudel.

²⁵ Esta manobra de entendimento foi inspirada na percepção de Gurvitch de que o que ele chama de “fenômeno social total” precede ontologicamente de todas as suas manifestações e está ontologicamente presente antes de suas expressões e ‘partes’. Assim, apenas considera-se que antes ainda precede a este, ontologicamente, a longa duração.

and the changing stability. Bachelard sensed it well, and entitled one of his books *La dialectique de la durée* (1936)” (GURVITCH, 1964, p. 23).

As “temporalidades diferenciais” revelando a longa duração, o tempo em transformação revelando a essência. A dialética entre imutabilidade e mutabilidade está no tempo que é não somente metafísico, mas agora então epistemológico, totalmente ativo. Fernand Braudel trouxe não somente ao *tempo histórico* o conceito mais definido de *longa duração* de importância central, mas também foi o autor que defendeu a unidisciplinaridade e o diálogo entre os campos científicos das humanidades para alcançar a *história total* (*em toda sua totalidade*) e desbravar os domínios do *tempo histórico*. Para ele também a consciência da pluralidade do tempo deveria ser uma metodologia comum das ciências sociais (BRAUDEL, 1965, p. 263). Em “*A longa duração*”, seu mais famoso artigo, as palavras são delimitadas e escolhidas para expressar o conceito de longa duração. Primeiro vejamos como coloca a duração, o tempo em duração:

“Reintroduzamos, com efeito, a duração. Disse que os modelos eram de duração variável: valem o tempo que vale a realidade que eles registram. E este tempo, para o observador do social, é primordial, pois mais significativos ainda que as estruturas profundas da vida são seus pontos de ruptura, sua brusca ou lenta deterioração sob o efeito de pressões contraditórias (BRAUDEL, 1965, p. 285)”.

Quer dizer, a longa duração só é identificada ao estilo da recondução à essência de Epicuro/Marx, não como mera contagem, porém entendida como fragmentos inteligíveis e transubstanciados de um todo²⁶. A longa duração estruturada em torno a uma imutabilidade dinâmica essencial, a estrutura, mas que somente pode revelar-se na passagem do tempo mesmo, durado, na manifestação das durações menores por variações dos acontecimentos, revelando essências, continuidades e durações mesmo dentro e acompanhada de ricas manifestações. Representa a transcendência de um tempo quantitativo para um qualitativo na representação de uma estrutura e modo de produção. “*Esta duração social, estes tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também a base da atual vida social*” (BRAUDEL, 1965, p. 262); atua numa “dialética da duração” que é a “*oposição viva, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se* (BRAUDEL, 1965, p. 263); “*é de um polo a outro do tempo, do instantâneo à longa duração, que se situará nossa discussão*” (BRAUDEL, 1965, p. 264). Wallerstein, por exemplo, explica que para

²⁶ “Ora, estes fragmentos reúnem-se no termo de nosso trabalho. Longa duração, conjuntura, acontecimento encaixam-se sem dificuldade, pois todos se medem por uma mesma escala. Tanto mais que participar em espírito num destes tempos, é participar em todos. [...] O tempo imperioso do mundo (BRAUDEL, 1965, p. 288)”.

Braudel a “ponte” entre o instante (o tempo curto, pequeno) e o tempo de longuíssima duração (a la Levi-Strauss) seria a longa duração, a qual denominou de *unexcluded middle*, isto é, arena do terceiro possível²⁷ ao ser a longa duração ambos os polos da ponte e também nenhum (WALLERSTEIN, 1996c).

“Thus, says Braudel, the search for the infinitely small (by the idiographic historian) and the search for not long but *very* long duration (by the nomothetic social scientist) he says of the very long, “s’il existe, [il] ne peut être que le temps des sages” (1969, 76) share the same defect. Braudel ends by making two claims in effect. First, there are multiple social times which interweave and owe their importance to a sort of dialectic of durations. Hence, secondly, neither the ephemeral and microscopic event nor the dubious concept of infinite eternal reality can be a useful focus for intelligent analysis. We must rather stand on the ground of what I shall the *unexcluded middle* both time and duration, a particular and a universal that are simultaneously both and neither if we are to arrive at a meaningful understanding of reality (WALLERSTEIN, 1996c)”.

Neste mesmo artigo discorre sobre como a percepção da irreversibilidade - que em sua argumentação seria a perspectiva adotada por Ilya Prigogine em razão da superação da visão “equilibrada” e mecânica newtoniana, pela assimilação de uma visão do “caos determinístico” do tempo - assim como seu oposto, da reversibilidade do tempo, dimensão das estruturas advogada por Braudel, estão mutuamente presentes no conceito de longa duração, sendo esta, a longa duração, seu sentido, antes “ponte” do que “fim”. Em outro artigo, “*Social Change? Change is eternal. Nothing ever changes*” (1996b), propõe o paradoxo de que “*a mudança é eterna. Nada nunca muda*” como núcleo filosófico do entendimento da longa duração e da busca por uma epistemologia renovadora das ciências sociais: “*If the patterns of human interaction follow universal laws that hold true across time and space, then it cannot be true that ‘change is eternal’.*”

²⁷ Muito influenciado por Prigogine, em outro artigo Wallerstein explica que também este autor pensou em um terceiro excluído, o “caos determinístico” nas premissas dominantes Newtonianas: “No entanto, há uma diferença notável entre Braudel e Prigogine. Este é o ponto de partida deles. Braudel teve que lutar contra a visão dominante da pesquisa histórica, que ignorou a estrutura, em outras palavras, a duração. Prigogine teve que combater a visão dominante da pesquisa em física que ignorava sistemas sujeitos a condições de não equilíbrio e as consequências do fato de que as condições iniciais são sempre únicas, em outras palavras, o tempo. É por isso que vemos Braudel enfatizar a importância da longa duração, enquanto Prigogine enfatiza a da flecha do tempo. Nem quer cair de Charybdis para Scylla. Braudel não queria erradicar completamente a história do evento e substituí-la por uma história de muito longa duração. Prigogine também não quer abrir mão do tempo reversível para se entregar ao perigo de tornar impossível a ordem e a explicação. Ambos insistiram em permanecer na terra de terceiros não excluídos” (WALLERSTEIN, 1996c – tradução nossa “*Le Temps, la durée, et le tiers non-exclu: réflexions sur Braudel et Prigogine*”). E Wallerstein leva às últimas consequências morais: “Mas eu gostaria de insistir no fato de que não se trata apenas de afirmar os méritos do meio termo, mas os do terceiro não excluído; caos determinístico e determinismo caótico, nos quais tempo e duração são centrais e constantemente construídos e reconstruídos. Esse universo pode não ser mais simples do que a ciência clássica pensava descrever; mas afirma-se que é mais próximo do universo real, mais difícil de conhecer do que aquele que costumávamos perceber, mas mais digno de ser conhecido, mais relevante para nossas realidades sociais e físicas e, finalmente, mais moralmente promissor” (WALLERSTEIN, 1996c – tradução nossa).

Quite the opposite, in fact: it follows that ‘nothing ever changes’, or at least nothing fundamental ever changes” WALLERSTEIN, 1996b).

Algumas teorias sobre o tempo, especificamente as da *Série A*, fornecem explicações cognitivas enriquecedoras para entendermos junto com Braudel a *longa duração*. Segundo Alfred Gell (2014), os rótulos *Série A* e *Série B* vieram de um estudo de McTaggart que teria identificado na literatura esses dois tipos de tempo, sendo que o tempo na filosofia poderia ser entendido, segundo ele, a partir destas duas séries. A *Série A* corresponde a diferenciação entre eventos segundo os critérios de passado, presente e futuridade, sendo essencial para a ideia de mudança, de passagem, as coisas sendo organizadas de uma maneira e depois de outra (GELL, 2014, p. 144-145):

“Nas teorias da *Série A*, o tempo é manifesto em futuro, presente e passado; tendo como ideias básicas “passagem”, “se tornando”; o tempo é dinâmico; o real é dependente do tempo; passado, presente e futuridade são características *sui generis* de eventos; há diferenças básicas (ontológicas) entre eventos passados, presentes e futuros; a consciência humana do tempo subjetivo (da passagem do tempo) fornece esquemas apropriados para a compreensão do tempo, a temporalidade subjetiva reflete “se tornar” como um fenômeno objetivo do universo; a mudança resulta do tornar-se (GELL, 2014, p. 150). A *Série B* analisa o tempo como antes *versus* depois, ou seja, o tempo não é dinâmico e nem a verdade dependente do tempo; passado, presente e futuridade não são características reais de eventos e sim surgem de nossa relação com eles como sujeitos conscientes; não diferenças básicas (ontológicas) entre eventos passados, presentes e futuros; a consciência humana do tempo subjetivo reflete inadequadamente a natureza ‘real’ do tempo; ‘Tornar-se’ não é um fenômeno objetivo; a mudança é uma variação concomitante entre as qualidades de uma coisa e a data que essas qualidades são manifestadas por aquela coisa (GELL, 2014, p. 150)”.

Poderíamos dizer que a longa duração está contida na série A. Seus problemas, a conjuntura e a estrutura, porém, o tempo curto está contido na série B. Por exemplo, a proclamação da República no Brasil ocorreu em 15 de novembro de 1889 *depois* da abolição formal da escravidão em 1888; porém a proclamação da República foi um evento passado que continua ainda presente, pois uma República, e, claro, será futuro sendo um processo passado. Entretanto, neste processo de ser passado, presente e futuro, a República passou por, digamos, fases que possuem características ontológicas diferentes. Analogamente poderíamos incluir também o conceito de tempo epicurista no escopo cognitivo da Série A, bem como o marxismo e a teoria da dependência. De outro lado, temos que se encaixam no entendimento da Série B a teoria marginalista da economia, por exemplo.

Quer dizer, para a série B, não há um tempo como fluxo, somente como ‘paradas’, não há a ideia do enquanto e nem a ideia de concomitância (presente – o presente está concomitante comigo ou com outro ser). É importante aqui ressaltar que antes *versus*

depois não é causalidade, isto é, se X veio antes de Y logo X causa Y, pois a causalidade é um processo. Podemos conceber que a Série B é uma variante da Série A, isto é, o passado localiza-se antes do presente e do futuro, e estes últimos depois do passado, contudo, eis o busílis, o presente torna-se passado assim como o futuro (isso se o tempo não parar) e o passado foi presente e também futuro; mas o antes não pode ser o depois. Conforme Gells, “*A distinção entre eventos temporalmente anteriores e temporalmente posteriores é uma função da assimetria do tempo como categoria e não uma função das propriedades dos próprios eventos*” (2014, p. 19). Portanto, a questão é sobre a propriedade, a “particularidade abstrata” do ser que permite ao tempo ser tempo, assim como este então ativo, por sua vez, na natureza biológica e social.

Segundo Wallerstein:

“To understand Braudel’s categories, one has to see that he is fighting a war on two fronts, against the two nominally antithetical positions which have dominated social thought since at least the middle of the nineteenth century, idiographic and nomothetic epistemologies (WALLERSTEIN, 1988, p. 290). “In place of the events that are dust, Braudel urged us to focus our attention on two objects of analysis, two kinds of time he considered **more real**. There are the enduring structures (primarily economic and social) that determine over the *longue durée* our collective behavior – our social ecology, our civilizational patterns, our modes of production. And there are the cyclical rhythms of the functioning of these structures – the expansions and contractions of the economy, the alternation of emphasis in political and cultural phenomena that regularly occur. Underneath the ephemeral happenings of the immediate public arenas lie the enduring continuities of patterns (including the pendular patterns) that change slowly (WALLERSTEIN, 1988, p. 291 – grifos nossos).

A leitura desta passagem em Wallerstein apoia nossa proposição de incluir os modos de produção no domínio da longa duração²⁸. Wallerstein propõe adicionar a cada temporalidade de Braudel (tempo episódico, cíclico e estrutural) um espaço, argumentando que *tempo* e *espaço* não são duas categorias separadas, como numa clivagem similar entre as ciências nomotéticas e idiográficas, mas única categoria que denomina de *tempoespaço* (1988;1996e;1997a). Isso faz aprimorar o próprio conceito de tempo epicurista ao antítipo da longa duração na história total. Especificamente a

²⁸ “O marxismo é um mundo de modelos. Sartre protesta contra a rigidez, o esquematismo, a insuficiência do modelo, em nome do particular e do individual. Eu protestaria, como ele (contra tais ou tais pequenas diferenças), não contra o modelo, mas contra a utilização que dele fazemos, que cremos estar autorizados a fazer. O gênio de Marx, o segredo de seu prolongado poder explica-se pelo fato de ter sido ele o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais, e a partir da longa duração histórica. Estes modelos foram imobilizados em sua simplicidade dando-lhes valor de lei, de explicação preliminar, automática, aplicável em todos os lugares, a todas as sociedades. Se os colocássemos sobre os rios mutáveis do tempo, sua trama seria posta em evidência, porque é sólida e bem urdida; reapareceria sempre, mas diferenciada, por vezes atenuada ou avivada pela presença de outras estruturas, suscetíveis elas também, de serem definidas por outras regras, e portanto por outros modelos. Assim, limitamos nós o poder criador da mais poderosa análise social do século passado. Ela não saberia encontrar força e juventude senão na longa duração... Acrescentaria eu que o marxismo atual me parece a imagem, mesmo, do perigo que espregueia toda ciência social, seduzida pelo modelo em estado puro, o modelo pelo modelo” (BRAUDEL, 1965, p. 292).

dimensão da materialidade, como tal também é supremamente nevrálgica no materialismo histórico. Tal como concebido por Karl Marx, o conceito de modo de produção tem como núcleo de seu entendimento a categoria trabalho como *átomos*, abstração primária e fundamental que, através da perspectiva da *longa duração* pode, em sua imutabilidade essencial, ser confrontada enquanto abstração às suas manifestações temporal-históricas no âmago das relações sociais de produção. Em Marx, como existência ativa, o tempo não é somente tempo transcorrido, tempo é contradição, as transformações do capital, os problemas do circuito produção-circulação, a teorização do dinheiro, em todos estes ‘domínios’ de sua totalidade, o tempo revela-se nas transformações dialéticas das categorias, suas propriedades, num mesmo ou quase mesmo tempo (ou seja, tempo não ‘durado’ em um sentido), sendo lógica ativa, no caso, contraditória-negativa-sintética-dialética dum todo. Pois em face do exposto, o tempo é a dialética entre imutabilidade e mutabilidade, essência e manifestação (tanto que em nenhum momento, ao menos que a presente autora tenha percebido, Marx em sua tese referiu-se ao tempo como duração, apenas como variação da variação). Mas a duração irá entrar no arcabouço teórico de Marx quando apresenta a grandeza do valor como a quantidade de trabalho medida em duração na sua crítica da economia política.

Muito embora Braudel critique Gurvitch pela sua classificação temporal na sociologia por ter demasiadamente engessado os tempos sociais, reconhece que seu esforço deu um colorido enriquecedor à necessária proposta de incorporação da dimensão do tempo nas ciências humanas. Realmente há conceituações importantes em “*O espectro do tempo social*” (GURVITCH, 1964). Para Gurvitch o *tempo* é um complexo de “*movimentos convergentes e divergentes que persistem numa sucessão descontínua e mudam numa continuidade de momentos heterogêneos*” (GURVITCH, 1964, p. 18 – tradução nossa). E, assim, diz que “*concebe a ideia de tempo de Aristóteles como movimento, ou melhor, uma pluralidade de movimentos, bem como concebe dos oponentes de Aristóteles a ideia de que o tempo possui características qualitativas, nem sempre mensuráveis nem quantificáveis*” (GURVITCH, 1964, p.19 – tradução nossa). Segundo ele, apesar de Jean Piaget ter considerado apenas o movimento convergente, numa ideia de sucessão única, Gurvitch (1964, p.19) propõe incluir a divergência, pois haveria múltiplas formas de correspondência no universo do tempo. E, precisamente, neste sentido, entende que, por sua própria complexidade, o tempo social não pode ser entendido por “*graus parciais de totalização*”, porém sim pelo que chama de “*fenômeno social total*”. “*Realidades incrustadas em outras realidades*” (tradução nossa), sobre o tempo social desta

“incrustação” (vertical e horizontal); pluri-dimensional – símbolos, objetos, padrões, regras, ideias e valores), Gurvitch coloca também, tendo a mesma percepção que Rojas na interpretação de Braudel, que as “temporalidades diferenciais” não são só tempo curto, médio e longo; porém que os níveis, camadas e atividades sociais (religião, economia, política, técnica, cognição, ética, direito), cada um tem sua própria temporalidade: “*each of these tends to move in it’s own time*” (GURVITCH, 1964, p. 13) . E, além, que o tempo está contido nas relações, sendo qualidade do próprio ser social, [...] “*time is not conditionate by external conduct, but by the social framework, and, to sum it up, by the total social phenomena in their global, group and microsocial aspects*” (GURVITCH, 1964, p.14).

Então distingue os tempos sociais: tempo de longa duração; tempo de aparência enganosa ou tempo surpresa; o tempo de pulsação irregular; tempo cíclico ou de repetição; tempo em atraso sobre si próprio; e; tempo explosivo (BRAUDEL, 1965; GURVITCH, 1964, p. 13). Cada um destes tempos atua (não exclusivamente) numa camada²⁹ ou nível de análise do social e, ainda, cada um destes tempos estaria mais ou menos hierarquizado em sua influência de acordo com os distintos tipos de sociedade, classificando-os em sociedade arcaicas (Primitivas) - que são fenômenos sociais globais também -, e em, com sua própria terminologia: Sociedades Históricas, identificando estas últimas em teocracias carismáticas; sociedades patriarcais; sociedades feudais; sociedades globais nas quais as cidades-estados predominam e estão geralmente em processo de se tornar impérios; sociedades do capitalismo nascente e chamadas ‘absolutismo iluminado/esclarecido’; sociedades globais liberal-democráticas com capitalismo competitivo; sociedades com capitalismo plenamente desenvolvido e organizado; sociedades fascistas com base técnico-burocrática; sociedades planejadas baseadas num Estado coletivista e; sociedades planejadas baseadas num coletivismo pluralista descentralizado. Então classifica os tipos históricos de sociedade ou de sociedades globais e aplica a “convergência ou divergência”, peso etc. dos tempos sociais por ele identificados a cada uma delas.

Sua proposta é superinteressante e no sentido proposto, podemos dar um pouco do teor do seu modelo refletindo sobre o fato de que no capitalismo e na democracia liberal o tempo social emerge como domínio, em tese, mais ativo, pois o “tempo do poder” é

²⁹ “Gurvitch utilizes the conceptualization of levels as a systematic way to penetrate from the surface of readily observed, objectified social data to the very deepest, most obscure and veiled layers of social reality” (KORENBAUM, 1963 – *Translator’s preface* In: GURVITCH, 1964, p.XXVI)

submetido a constante aprovação popular e o tempo do capital é submetido à noção de custo e lucro. Transfere-se o inerente direito individual do domínio do próprio tempo no ato do trabalho para o tempo do poder democrático, sem, contudo, de fato alterar a estruturação do próprio tempo subalterna a um modo de produção específico, no caso o capitalismo³⁰. As escalas do tempo nas sociedades, a percepção do tempo nas sociedades e a configuração social por meio da qual o tempo é tratado ou concebido em *sistema de sociabilidade*, inclusive, emergem como parte mesma do ser social, novamente. Basicamente, nesta passagem, focando nas escalas do tempo nas sociedades modernas, Gurvitch analisa que:

“According to the viewpoint of this philosophy and attitude, man has no time to lose. Thus, time is most precious, it is the producer of wealth and power. ‘time is money’. Even more, laziness delay and wasted time are the sources of all evil. These affirmations were already found in Bacon, Machiavelli and Erasmus. Also subscribing to it very willingly were Descartes, Locke, Leibniz and of course the Encyclopedists. The famous *Encyclopedia* carries as its subtitle, *rationale Dictionary of Arts and Crafts*. But, the arts and crafts are tied to the effort to gain time, and the tendency to quantify social time so accentuated in this structure, is considered as a means of eliminating the *loss of time*, or in any case, of limiting this loss (GURVITCH, 1964, p. 130-131).

O mote do entendimento social do tempo em Gurvitch, ou seu espírito digamos, é de extrema relevância, inclusive pelo fato de que apresenta um entendimento mais vascularizado do tempo. Entretanto, para passar do tempo ao tempo histórico social, seguiremos a proposta de Immanuel Wallerstein em três de seus artigos: “*The inventions of timespace realities: towards an understanding of our historical systems* (1988), “*The time of space and the space of time: the future of social Science*” (1996e) e “*Spacetime as the basis of Knowledge*” (1997a). Nestes trabalhos, partindo da conceituação de Fernand Braudel, Wallerstein propõe cinco tempospaços sobrepostos ou inspirados nas “temporalidades diferenciais” braudelianas: tempospaço geopolítico-episódico; tempospaço cíclico-ideológico; tempospaço Estrutural; tempospaço Eterno e; tempospaço transformacional, sendo este último colocado originalmente por Wallerstein. E, vale notar, ao contrário, por exemplo, da proposta de Gurvitch, esta síntese temporal permite suspender a clivagem nomotética/idiográfica.

O tempospaço episódico³¹ é o tempo do evento, do episódio, o tempo de curta duração. O *tempospaço* cíclico-Ideológico é o tempo da conjuntura, o tempo médio com

³⁰ “A inalterável *temporalidade* do capital é *a posteriori e retrospectiva*. Não pode haver futuro num sentido significativo da expressão, pois o único ‘futuro’ admissível já chegou, na forma dos parâmetros existentes da ordem estabelecida bem antes de ser levantada a questão sobre ‘o que deve ser feito’ (MÉSZAROS, 2002, p. 177).

³¹ Alteramos apenas para tempospaço episódico por considerarmos que o geopolítico contém uma noção temporal mais longa do que o episódico, isto é, o geopolítico tem lógica de longa duração.

seus “rítmos e pulsações”. O *tempoespaço* estrutural é o tempo da longa duração e estes últimos dois tempos são perpassados pelas *tendências seculares*. Nesta dimensão estão localizados os traços característicos de um dado Sistema, suas propriedades. O *tempoespaço* eterno é o tempo de muito longa duração, que pode ser o tempo ecológico, geográfico, demográfico. O *tempoespaço* Transformacional é o tempo das crises estruturais, dos nascimentos e mortes dos Sistemas Históricos, grandes rupturas. Neste último tempo Wallerstein utiliza também o termo *Kairos*, como “raros momentos onde a livre vontade é possível” (tradução nossa), também, seguindo esta linha de interpretação, estaria este *tempoespaço* alinhado com a discussão anterior da necessária *autonomia do átomos*, da vontade, das possibilidades criativas do real num real limitado em determinado momento histórico.

É somente com a crítica ao tempo positivo/cronológico/causal (antes e depois) que se entende a *longa duração* em seu sentido íntegro. Não se trata de imobilidade, não é meramente um tempo imóvel, tem movimento, “fluxo e refluxo da vida material”, movimentos e rupturas de movimentos num tempo uno, total. Por isso Braudel aponta como primeira chave da história da longa duração a *tendência secular*. É exatamente esta tendência que faz o tempo revelar a essência. Havendo ou identificando-se a tendência secular inerentemente haverá uma estrutura concatenadora, lógica, essencial, relativamente aprisionada no tempo, porém, enquanto vívida, a temporalidade histórica do todo social encontra também seu significado de longa duração, como momento crucial em sua própria inteligibilidade, comparada no *tempoespaço*, nas *crises estruturais*. Por isso Braudel irá dizer que é uma dimensão de semi-imobilidade em torno da qual tudo e todos os andares do tempo giram (BRAUDEL, 1965, p. 271). A estrutura manifesta-se em torno “*a uma certa coerência*”, nesta passagem Braudel dá um exemplo, do revelar a longa duração:

“Mas meditemos sobre um exemplo, rapidamente analisado. Eis, perto de nós, no quadro da Europa, um sistema econômico que se coloca dentro de algumas linhas e regras gerais bastante nítidas: ele se mantém em função, mais ou menos do século XIV ao XVIII, digamos, para maior segurança, até cerca de 1750. Há séculos, a atividade econômica depende de populações demograficamente frágeis, como o mostrarão os grandes refluxos de 1350-1450 e, sem dúvida, de 1630 – 1730. Durante séculos, a circulação vê o triunfo da água e do navio, tornando-se obstáculo e sendo inferiorizada toda a espessura continental. Os progressos europeus, salvo as exceções que confirmam a regra (feiras de Champgne, já em declínio no início do período, ou feiras de Leipzig no século XVIII), todos estes progressos situam-se ao longo do litoral. Outras características deste sistema: o primado dos negociantes; o papel eminente dos metais preciosos, ouro, prata e mesmo cobre, cujos conflitos incessantes serão abrandados apenas pelo desenvolvimento decisivo do crédito, com o fim do século XVI; os repetidos

flagelos das periódicas crises agrícolas: a fragilidade, digamos, da própria base da vida econômica; o papel, enfim, desproporcionado, à primeira vista, de um ou dois tráficos exteriores: o comércio do Levante do século XII ao XVI, o comércio colonial no século XVIII. Creio ter definido, ou melhor evocado, por minha vez, após alguns outros, os traços mais importantes, para a Europa ocidental, do capitalismo mercantil, etapa de longa duração. Apesar de todas as mudanças evidentes que os atravessam, estes quatro ou cinco séculos de vida econômica tiveram uma **certa coerência**, até a reviravolta do século XVIII e da Revolução Industrial, da qual ainda não saímos. Alguns traços lhes são comuns e permanecem imutáveis, enquanto que em torno deles, entre outras continuidades, mil rupturas e reviravoltas renovavam o panorama do mundo (BRAUDEL, 1965 [1958], p. 270-271) [...] “é com relação a estas grandes extensões de história lenta que a totalidade da história pode ser repensada, como a partir de uma infra-estrutura (BRAUDEL, Idem)”.

Sobre a conjuntura, e especificamente sobre este tempo na história econômica, afirma ainda Braudel:

“Um dia, um ano podiam parecer boas medidas a um historiador político, antigamente. O tempo era uma soma de dias. Mas uma curva de preços, um aumento demográfico, o movimento dos salários, as variações da taxa de juros, o estudo (mais sonhado que realizado) da produção, uma análise severa da circulação reclamam medidas muito mais largas (BRAUDEL, 1965, p. 266) [...] A dificuldade, por um paradoxo apenas aparente, é revelar a longa duração no domínio em que a pesquisa histórica acaba de obter inegáveis sucessos: o domínio econômico. Ciclos, interciclos, crises estruturais escondem, aqui, as regularidades, as permanências de sistemas ou, segundo alguns, de civilizações econômicas, - isto pe, velhos hábitos de pensar e agir, quadros resistentes, difíceis de desaparecer, às vezes contra toda lógica (BRAUDEL, 1965, p. 270)”.

Nesta dimensão temporal a história total tem curvas e ritmos, seu tempo cíclico. Exemplificando a emergência da importância deste tempo Fernand Braudel traduz a contribuição de Ernest Labrousse (1933), autor que identificou as origens econômicas da Revolução Francesa como oriunda do ciclo dos preços na França (BRAUDEL, 1965, p. 267). Aqui, estatísticas revelam movimento e este movimento atua nas forças sociais. Deve-se acrescentar, seguindo a interpretação de Rojas, que as “temporalidades diferenciais” também podem ser entendidas, não somente pelo curto, médio ou longo, também pelos diversos tempos nas “ordens” (Braudel, 2009a, p. 35) econômica, social, política, geográfica, antropológica, etnográfica etc, cada uma contendo seu próprio tempo dentro da temporalidade da história total. Portanto, afirma-se por meio desta apresentação teórica que há intensas tarefas, tanto ontológicas quanto epistemológicas, a serem feitas acerca das dimensões do *tempo no tempo-espaço histórico-social*. Haveria, neste sentido, uma sobreposição ontológica, do ponto de vista desta complexidade do tempo, das categorias estrutura, modos de produção e longa duração? Os modos de produção são um tipo de estrutura de longa duração, porém enquanto formação econômica e social os modos de produção estão incluídos numa estrutura social.

A partir desta referência é possível expandir os sentidos da longa duração. Como tais se relacionam com as estruturas e estas, ou inversamente, os modos de produção com as estruturas, longa duração e a conjuntura. Um sentido diz respeito à existência de uma lógica onipresente, por isso, imutável, compartilhada por todas as civilizações e se tal é evolutiva ou não. Quando Durkheim (2007) define fato social como “*maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele*” denotaria uma forma de manifestação da longa duração?! A coerção assume preponderância na definição do fato social, expõe a tensão entre estrutura e individualismo (liberdade), escancara a possibilidade não somente do social, mas da longa duração³². Ainda em Durkheim, a generalização de uma conduta, crença, valor, moral, instituição ao ser geral impõem-se passando a ser um fenômeno da sociologia, pois, por sua generalização adquire poder coercitivo. Por sua vez, podemos desenvolver o raciocínio, somente pode generalizar-se e ser coercitivo se perdurar no tempo. Um fato social isolado, contudo, não é uma estrutura, porém para existir uma estrutura social é preciso que seja composta por fatos sociais, destarte, vários fatos sociais conformariam uma primeira aproximação à noção de estrutura, a qual somente pode ser entendida no tempo. Como diz Braudel, a *estrutura* domina o problema da longa duração, compara-a a prisões (‘coerção’³³) e conecta-a diretamente ao tempo por ser uma realidade que o “tempo tarda enormemente em desgastar e em transportar” (BRAUDEL, 1970, p.70-71). Apesar de Durkheim ser funcionalista, em todo caso, o “sociológico como coerção” confere certo sentido à noção de estrutura.

Segundo Lukács (2010, p. 325), na ontologia de Marx, o “*reconhecimento da universalidade do ser*”, duma “*persistência continuada de momentos importantes*” no interior do “*processo irreversível das transformações*”/manifestações, “*é importantíssimo*”. É clara a influência da metodologia de ir e voltar do concreto ao abstrato e do abstrato novamente ao concreto redescobrimo-o em sua totalidade, em suas

³² “Podemos assim representar-nos, de maneira precisa, o domínio da sociologia. Ele compreende apenas um grupo determinado de fenômenos. Um fato social se reconhece pelo poder de coerção externa que exerce ou é capaz de exercer sobre os indivíduos; e a presença desse poder se reconhece, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência que o fato opõe a toda tentativa individual de fazer-lhe violência. Contudo, pode-se defini-lo também pela difusão que apresenta no interior do grupo, contanto que, conforme as observações precedentes, tenha-se o cuidado de acrescentar como segunda e essencial característica que ele existe independentemente das formas individuais que assume ao difundir-se (DURKHEIM, 2007, p. 10)”.

³³ “Parece que el ejemplo más accesible continúa todavía siendo el de la coacción geográfica. [...] También los encuadramientos mentales representan prisiones de larga duración” (BRAUDEL, 1970, p. 71).

conexões, contradições e negações, do tempo curto ao longo como mostra a passagem abaixo:

“La operación consistente en pasar del tiempo corto al tiempo menos corto y al tiempo muy largo (este último, si existe, no puede ser más que el tiempo de los sabios) para después, una vez alcanzado este punto, detenerse, reconsiderar y reconstruir todo de nuevo, ver girar todo en torno a uno, no puede dejar de resultar sumamente tentadora para un historiador (BRAUDEL, 1970, p. 98).

Braudel insiste existirem duas chaves para o problema da longa duração, as tendências seculares e a estrutura com suas crises estruturais. Reconhece que são oriundas de algumas agendas de pesquisa da economia, pelo estudo dos movimentos de preços (Simiand e Lambrousse, Lacombe), mas que devem ser expandidas para as ciências sociais como um todo. Estrutura, conjuntura e evento compõem três tempos – longo, médio e curto -, os quais se entrelaçam no enfoque da longa duração. A longa duração é simultaneamente conceito onde o tempo para e onde caminha. Onde é força, coerção e, pelo antítipo epicurista, autonomia, transformação numa contradição sistemática entre imutabilidade e mutabilidade, revelando a essência. Não se quer partir do Sistema Mundo Moderno Capitalista para entender “os átomos”, mas como a particularidade abstrata de cada elemento ou categoria “transformaciona-se” e neste sentido temporalmente revela sua essência enquanto totalidade e possibilidade relacional.

Destarte, com este intuito, propõe-se acrescentar aos tempospaços propostos por Wallerstein mais um: tempospaço histórico-categorial, dimensão do entendimento das categorias não somente em abstração, mas também em historicidade, suas manifestações no tempo. Este tempospaço permite também identificar relações mútuas, “particularidades abstratas” coexistentes, o que nos permite entender as leis de desenvolvimento dos sistemas econômico-políticos e das formações econômico sociais. Com esta adição quer-se demonstrar que as categorias são parte da longa duração que pode ser definida como “simultaneidade de continuidade e transformações”, conforme finaliza Lúkacs o seu “Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social”:

“Se, pois, quisermos concretizar o pensamento metodológico fundamental de Marx sobre a importância – que tudo fundamenta – da historicidade (podemos radicalizar, do *tempo*) para a doutrina das categorias, temos de dizer: a história é a transformação das categorias. A filosofia pré-marxista considerava sua tarefa principal pensar um sistema de categorias no interior de cujo domínio algo fosse capaz de existir determinado por ele e – quanto uma tal filosofia pudesse reconhecer a história é aquele processo universal irreversível em cujo curso, unicamente, as categorias são capazes de realizar seus processos singulares, por ele determinados, na **simultaneidade da continuidade e transformações**. O fato de só poderem tornar-se conscientes no pensamento do sujeito do ser social, mas nada muda na constituição objetiva em si do processo em seu conjunto e das categorias nas quais as mudanças históricas das formas da objetividade se tornam a cada vez existentes no interior desse processo (LUKÁCS, 2010, p. 379-380 – grifos nossos)”.

E, através deste tempo-espaço histórico-categorial não está apenas contida a historicidade, mas a atenção para as divisões analíticas abstratas indivisíveis no concreto real, aparentando ser identidades ou negações simultâneas (“cada um é imediatamente seu contrário”), as quais sem a imersão no método dialético que consiga processar tal aparência por dentro em suas inter-relações como uma totalidade e historicidade, podem levar, por exemplo a conclusões como as da Lei de Say (MARX, 2011, p. 48), para quem produção e consumo são iguais e culmina na famosa máxima de que toda oferta gera sua própria demanda. Enfim, caminhar do tempo ao tempo histórico-social implica ter a longa duração como epistemologia e, com base na sustentação do tempo epicurista, que a longa duração é a “*simultaneidade da continuidade e da transformação*”, por assim devemos pensar em “grandes continuidades” e “grandes transformações”, simultaneidade das estruturas sociais, seu desenvolvimento e ritmos.

1.5. Os marcos temporais do Sistema Mundo Moderno Capitalista.

Qual é a longa duração do Sistema Mundo Moderno Capitalista? Como identificá-la? Onde localizar seu nascimento em meio a outras longas durações anteriores e concomitantes? Após as considerações sobre a longa duração como epíteto do tempo epicurista, sobre como mutabilidade e imutabilidade comportam-se no tempo como processo que revela numa totalidade a essência manifestada, deve-se historicamente observar as “grandes transformações” e “grandes continuidades”. Mas como proceder? A exploração dos *tempoespaços* propostos por Wallerstein será nosso atalho, incluindo ainda como dissemos, o tempo-espaço histórico-categorial. Antes, contudo, uma advertência é necessária: esses tempo-espaços não são autônomos e nem estão separados, recorreremos a essa terminologia como mero recurso de inteligibilidade, não estamos cometendo uma clivagem, mas precisamos esmiuçar as entranhas do Sistema Mundo Moderno Capitalista. Resgatando, são cinco *tempoespaços* através dos quais será analisada a longa duração e o Sistema-Mundo Moderno Capitalista: episódico; cíclico-Ideológico; estrutural; eterno; transformacional e histórico-categorial. O *tempoespaço* histórico-categorial é responsável pelo entendimento profundo das leis de desenvolvimento dos modos de produção e, mais concretamente, das formações econômico-sociais, leis estas que estão em ininterrupto fluxo de interatividade com os demais *tempoespaços*.

Uma das hipóteses de nossa tese é a de que o Sistema-Mundo Moderno Capitalista desenvolveu-se até sua forma acabada de hoje em camadas históricas encadeadas por estes *tempoespaços* sincronizados, porém ‘diferenciais’ e sobrepostos, sendo que no início do século XXI suas principais categorias históricas qualificadoras aparecem mais generalizadas (ainda que numa dinâmica polarizante) dando ao século XX e começo do XXI um caráter mais “purificado” dentro do sentido abstrato do capitalismo como modo de produção e concomitantemente atingindo uma totalidade sistêmica estrutural muito mais agigantada e inédita do que qualquer outro sistema. Tal “purificação”, representada também pelo projeto neoliberal que tem dominado as lógicas das relações econômicas a partir do final da guerra fria, impulsionado pela estratégia de retomada da Hegemonia Americana, abre espaço para a exacerbação das contradições e da luta de classes rumo a global crise transformacional, inclusive também gerando importante influência no *tempoespaço* cíclico-ideológico, em especial a própria Hegemonia Americana e os ciclos de Kondratieff. Essa ideia de “pureza” pode ser observada na seguinte passagem de Marx:

“(…) teoricamente, se parte do suposto de que as leis da produção capitalista se desenvolvem em estado de pureza. Na realidade, as coisas ocorrem sempre aproximadamente, mas a aproximação à tanto maior quando mais desenvolvida se faz a produção capitalista e mais se elimina sua mescla e entrelaçamento com os vestígios de sistemas econômicos anteriores (MARX *Apud* MARINI, 2011, p. 174).

A contradição é que quanto mais próximo de sua pureza mais próximo também está de uma explosão transformadora que implica em vários cenários. Mas qual o exórdio deste Sistema? Para saber quando algo começa é preciso distinguir suas características de outros sistemas, sua ontologia, ou metafísica. Com base na exposição precedente chega-se à conclusão de que somente é possível, por outro lado, conceber tal ontologia através da longa duração histórica exatamente pela dimensão decisiva do tempo enquanto revelador da essência, das principais imutabilidades e principais mutabilidades que tem o papel de criação³⁴.

A literatura fundamenta-se em quatro possibilidades: (i) o Sistema existe há 5000 anos; (ii) Século XIII-XIV; (iii) Século XVI ou; (iv) Século XVIII com a Revolução Industrial. O debate todo parece girar ao redor da questão da acumulação, modo de produção e a natureza das relações centro-periferia; a questão das diferenças qualitativas entre Impérios, Estados e Hegemonias de um lado e seus relacionamentos com o mercado de outro, assim como da influência deste último no nascimento do capitalismo; grandes

³⁴ Sobre o papel da criação ver Prigogine (1996).

descobrimientos e Revolução Industrial-Tecnológica. Ainda surgem outras questões como: se o primeiro “ciclo de acumulação sistêmico de acumulação” foi em Gênova, por que é tão relevante o entendimento do feudalismo, predominante na Europa Ocidental, como modo de produção forjador do capitalismo? Por que, posteriormente, os Grandes Descobrimientos foram encabeçados pelos países Ibéricos, mas a Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra? E por que, ainda, a Holanda figura como primeira hegemonia do Capitalismo Histórico, a Inglaterra segunda e os Estados Unidos a terceira? As respostas a estas perguntas são alcançadas pela análise da *totalidade* numa unidade de análise maior do que cada Estado ou elemento separado. Ao responder estas perguntas a perspectiva dos Sistemas-Mundo na verdade está participando do debate caloroso sobre a passagem ao capitalismo, mostrando de maneira única como este sistema foi forjado inseparavelmente do quadro histórico dos povos, mas também das dimensões temporais.

O famoso debate entre Paul Sweezy (1989) e Maurice Dobb (1974) teve como pontos de discussão principais, segundo Rodney Hilton (1989, p. 13), os seguintes problemas: “a definição de servidão”; “a origem das cidades”; “o papel do artesanato”; os mercadores e a economia monetária”; “o início da simples produção de mercadorias”; “as vias alternativas para a emergência da produção capitalista”; o conceito de “agente motor”.

A crítica inicial de Sweezy a Dobb se refere ao equívoco deste último em utilizar uma relação virtual de identidade entre o feudalismo e servidão. A objeção de identidade deve-se ao fato de que mesmo que a servidão esteja no centro das relações de produção, definir o feudalismo como tal seria ambíguo, pois a servidão existiu em outros modos de produção que não o feudalista, ao mesmo tempo em que generaliza as conclusões da definição de feudalismo pela observação empírica da Europa ocidental às demais regiões da Europa, ou, o que pressupõe o mesmo efeito, menciona exemplos da definição assumida para a Europa ocidental por meio de outras regiões da Europa. Além disso, segundo Sweezy, não apresenta uma análise sobre as leis e tendências de um sistema dotado das características que propõe. Isto pelo fato de que “*o modo de produção feudal não se restringia a essa forma clássica*” (1989, p. 34). Neste sentido, a ausência de tal análise é um grande vácuo metodológico na obra de Dobb, pois, do ponto de vista lógico, seria a partir dessa análise que a compreensão do movimento de transição de um modo de produção a outro deveria surgir, ou seja, entendendo suas leis e tendências, seu tempo.

Este último ponto (análise das leis e tendências do modo de produção feudal, ou, na realidade de qualquer sistema de produção) é, dentro do contexto do debate, o ponto

nevrálgico, pois a partir dessa análise conclui-se se o sistema em questão é estático (HILTON, 1989, p. 26). Sweezy não utiliza essa terminologia, pelo contrário, diz que o feudalismo não era estático por possuir instabilidades inerentes ao seu funcionamento, mas que apesar disso, estas não tendiam a transformá-lo. Contudo, isto não parece impedir a utilização do termo neste sentido, dado que é igual à conclusão da não-capacidade de transformação do feudalismo, perpetuando-se a si mesmo, ou dinâmico, carregaria as contradições para a transformação:

“Podemos concluir, então, que o feudalismo europeu ocidental, apesar da instabilidade e insegurança crônicas, foi um sistema com forte tendência em favor da manutenção de certos métodos e relações de produção. [...] Creio que se Dobb tivesse levado na devida conta esse caráter inerentemente conservador e imobilista do feudalismo europeu ocidental, ele teria sido obrigado a alterar a teoria que apresenta para explicar a desintegração e o declínio da baixa Idade Média” (SWEEZY, 1989, p. 36).

Assim, no primeiro caso (estático), seria necessária uma força externa, ou, um “agente motor” para a transição³⁵. É exatamente este argumento que defende Sweezy ao enfatizar que, segundo a definição do modo de produção feudal dada por Dobb e interpretada por aquele como “*um sistema econômico no qual a servidão é a relação de produção predominante, e em que a produção se organiza no interior e ao redor da propriedade senhorial*” (SWEEZY, 1989, p. 34), estaria “implícito” que os mercados são “na maioria locais” e que o comércio a distância não desempenharia “papel decisivo nos objetivos ou métodos de produção” e que, neste caso, trata-se de um “sistema de produção para uso” (SWEEZY, 1989, p. 35). Assim, neste contexto de produção de valores de uso não existiria a pressão para a constante revolução do método de produção e, tampouco, para a consequente revolução nas relações de produção, gerando uma “*tendência no sentido dos usos e da tradição*” (SWEEZY, 1989, p. 35).

Dentre os motivos responsáveis pelo declínio do feudalismo apontados por Dobb, que se resumem ao aumento da necessidade de receitas por parte dos senhores feudais (essa necessidade de aumento das receitas foram provocadas, segundo Dobb (1974) por gastos extravagantes, pelo aumento da classe parasitária, pela fuga dos servos, e pelo

³⁵ “Todos os participantes do debate inicial, com exceção de Paul Sweezy (e quaisquer que fossem suas objeções a respeito das formulações de Maurice Dobb), rejeitaram o argumento de que o modo feudal de produção era estático e se perpetuava a si mesmo, não gerava as condições para a própria transformação e, portanto, necessitava de uma **força externa** para desequilibrá-lo. Sweezy, acompanhando o pensamento de Pirenne, localizou tal força externa no capital mercantil acumulado na área de comércio entre o Mediterrâneo e o Oriente Médio, o qual, por assim dizer, foi injetado no sistema feudal estável mediante os ofícios de alguns mercadores de origem social desconhecida. Como o feudalismo, segundo Sweezy, era um modo no qual toda a produção se destinava ao uso, e não para a troca, o futuro progresso da Europa Ocidental feudal, depois do século XI, deveu-se a **fatores externos** (HILTON, 2004, p. 31, da versão digitalizada – grifos nossos)”.

aumento das guerras e do banditismo), Sweezy defende apenas dois (aumento dos gastos com extravagância e fuga dos servos), mas desacredita que estes surgiram devido a forças que operavam no interior desse modo de produção. Para comprovar sua tese da necessidade de uma força externa e ao mesmo tempo invalidar a argumentação de Dobb utilizando o próprio argumento deste, Sweezy adverte: Sim, houve um aumento dos gastos com bens extravagantes por parte dos nobres e conseqüentemente um aumento da necessidade de receitas, mas essa possibilidade somente foi possível devido à “rápida expansão do comércio a partir do século XI”; sim, houve uma fuga crescente dos servos, mas isso foi devido mais ao fato de terem “para onde ir”, do que à opressão dos senhores, isto é, tal fuga ocorreu “simultaneamente ao crescimento das cidades nos séculos XII e XIII” (SWEEZY, 1989, p. 39) “*Sem dúvida, a opressão de que fala Dobb foi um fator importante a predispor os servos à fuga, mas por si mesma dificilmente teria originado uma emigração de grandes proporções*” (SWEEZY, 1989, p. 40).

A explicação dada por Sweezy implica que a economia de troca monetária diluiu o sistema feudal por quatro motivos básicos: (i) a partir do momento que os mercadores fixaram centros de comércio e entrepostos locais, estes se tornaram naturalmente geradores de produção de mercadorias, sendo que estas competiam com vantagens com as produzidas no interior dos feudos (ii) a riqueza passa a se manifestar, devido à emergência do valor de troca, por meio do dinheiro o que aflora o espírito do negociador (iii) “evolução dos gostos da classe feudal”, desejando e comprando novos artigos de consumo (iv) o “desenvolvimento das cidades”, centro da economia de troca, gerou a possibilidade de “uma vida melhor e mais livre”. O fator crucial é, portanto, segundo Sweezy, que a existência paralela do comércio, mercado e produção para a troca, desintegrou gradativamente, por ser mais eficiente que o sistema de produção para uso, ou seja, o aspecto central é que o comércio engendrou um sistema para produção de troca, com proeminência do valor de troca e não do valor de uso, fato que pressionou as relações de produção feudais.

Na realidade, como explica Sweezy, as tendências subjacentes a esses fenômenos, as quais representaram a lenta transfiguração das relações de produção dominiais, foram que a escassez de servos, oriunda da fuga dos mesmos para as cidades, aumentou seu “poder de barganha” e, conseqüentemente conseguiram obter relações de dependência mais “flexíveis”, como por exemplo, tornar-se arrendatários, ou, substituir as obrigações feudais por rendas em dinheiro, além disso, por mais que a produção dominial fosse aumentada com vias a obter lucro nas cidades, sua divisão do trabalho era precária e sem

divisão entre produção e consumo, “o servo tinha deveres, mas também tinha direitos”, por isso, “*mais cedo ou mais tarde teriam de ser encontrados novos tipos de relação produtiva e novas formas de organização, a fim de atender as exigências de uma ordem econômica diferente*” (SWEEZY, 1989, p. 45). Pois bem, continua Sweezy, dado então que estamos lidando com o declínio do feudalismo, daí decorre que após este declínio, o sistema que prevaleceu foi “intermediário”, um período de “produção de mercadorias pré-capitalista”, no qual “os elementos predominantes não eram nem feudais nem capitalistas” (SWEEZY, 1989, p. 49).

Entretanto, em sua resposta ao artigo de Sweezy, Maurice Dobb contrapõe esta visão elaborando um argumento pertinente: o sistema que prevaleceu não pode ser dito intermediário, mas sim ainda em grande medida feudal, pois se observarmos a classe que manteve o poder, esta ainda era a mesma, isto é, não tínhamos ainda uma burguesia dominante nem tampouco um Estado burguês precoce e, em muitos aspectos, a burguesia ou, o capital mercantil, era frequentemente aliada à reação feudal (DOBB, 1989, p. 64). Além desse ponto, Dobb defende-se dizendo que a identidade entre feudalismo e servidão não é equivocada, pois sua definição cobre bem os termos da relação de produção entre o produtor direto e seu suserano, no qual o produtor possui os meios de produção e essa seria a característica fundamental das relações sociais em relação ao nível das forças produtivas do sistema feudal. No que tange ao “agente motor”, Dobb afirma que houve sim uma interação entre o declínio do feudalismo e o comércio, sendo que o último acentuou as contradições do primeiro e, afirmar que aquele modo de produção não carregava os elementos para a transformação é negar a teoria de Marx do desenvolvimento histórico (DOBB, 1989, p. 58-60). Ademais, enfatiza Dobb, não se deve “vulgarizar” a “economia monetária” e mesmo quando se joga importante peso na transformação da renda em espécie para a renda em dinheiro, isto não muda o fato de que a origem desta ainda tinha a mesma base, ainda configurava-se dentro de uma relação de produção específica e, o modo social como é extraído o excedente, ou, como ocorre a expropriação, que é a base da acumulação, é o ponto “crucial” (DOBB, 1989, p. 63).

Sweezy e Dobb estão discutindo no âmbito de dois *tempoespaços*, o histórico-categorial e o transformacional. Embora Sweezy aponte o comércio e os mercados como elementos decisivos na passagem ao capitalismo, não explica a novidade, pois mercados e comércio não são suficientes para decifrar a ontologia e metafísica do capitalismo (e Braudel encarregou-se de deixar este ponto claríssimo). O renascimento do mercado na Europa teria sido o “agente motor” da transformação do tempoespaço histórico-categorial

para Sweezy e para Dobb o desenvolvimento interno das contradições do modo de produção feudal, isto é, o tempo-espaço histórico-categorial, levou à transformação.

Para Immanuel Wallerstein a crise do sistema feudal foi determinante, porém Wallerstein entende que, embora indícios de capitalismo tivessem existido anteriormente na história, ele (o capitalismo) nunca teve a chance de se tornar dominante e, foi somente com o aspecto inédito da superestrutura político-jurídica do Sistema Interestatal que o capitalismo pôde se desenvolver e tornar-se dominante, sendo que ambos, o capitalismo e Sistema Interestatal, são duas faces da mesma moeda. Ou seja, a transformação foi oriunda da intersecção do tempo-espaço histórico-categorial com o tempo-espaço estrutural numa configuração muito específica historicamente. A unidade econômica, a economia-mundo, teve que ser maior do que a unidade política, isto é, as trocas comerciais tiveram que ser exploradas num espaço maior do que as unidades políticas Estatais para engendrar o predomínio da acumulação capitalista, onde as diferenças espaciais das fronteiras políticas proporcionavam a possibilidade de acumulação diferencial. A unidade política, em meio à concorrência, atua de forma a projetar leis e instituições para a acumulação capitalista. Quando então ocorrem os grandes descobrimentos na direção do Atlântico as possibilidades de acumulação se amplificam e é estabelecida a Divisão Internacional do Trabalho entre centro-periferia e semi-periferia. A ‘sociedade feudal’ era um “estado de civilização”³⁶ coexistindo com outros “estados de civilização” na Ásia e África, coexistência essa que situando-se no tempo-espaço eterno levaram Andre Gunder Frank e Barry Gills a pensarem em um mesmo e único sistema que existe há 5000 anos e tem na acumulação sua imutabilidade essencial. Para outros autores o tempo de transição de

³⁶ Marc Bloch analisa o feudalismo como um “estado da civilização” fazendo jus à historiografia dos *Annales*, fundamenta sua pesquisa nas evidências linguísticas das influências das invasões bárbaras, no estudo da memória coletiva, da propagação do passado no presente coletivo, na observância das relações de dependência pessoal características da feudalidade europeia, do estado de desordem oriundo do desmantelamento do Império Romano, do elemento religioso como base dos costumes e da própria mentalidade. “Sujeição rústica; em lugar do salário, geralmente impassível, o largo uso da *tenure-serviço*, que, no seu sentido exacto, é o feudo; supremacia duma classe de guerreiros especializados; vínculos de obediência e de proteção que uniam o homem e, nesta classe guerreira, revestem a forma particularmente pura da vassalagem; fraccionamento dos poderes, gerador da desordem; no meio de tudo isto, no entanto, a sobrevivência doutros modos de agrupamento, parentela e Estado, devendo este, durante a segunda idade feudal, retomar um novo vigor: parecem ser estes os traços fundamentais da feudalidade europeia. Como todos os fenômenos revelados por esta ciência de eterna mudança que é a história, a estrutura social assim caracterizada apresentou, decerto, a marca original dum tempo e dum meio (BLOCH, [S.d] p. 509)”. O termo *tenure* está associado tanto à posse quanto à estabilidade e assim explica Bloch: “Como era hábito, havia dois processos de remunerar estes diversos cargos: o sustento pelo dono da casa ou a *tenure* que, neste caso, era onerada por trabalhos profissionais não remunerados e se chamava feudo (BLOCH, [S.d.] p. 392).

ruptura ocorreu durante o século XVIII com a Revolução Industrial e somente poderíamos falar em capitalismo a partir daí.

Nossa proposta atenta que o marco da Revolução Industrial é o marco da afirmação do novo Sistema em seu tempo-espaço histórico-categorial e que o marco do século XIII/XIV e XV/XVI desnudam e afirmam o tempo-espaço estrutural do Sistema. O tempo-espaço episódico, a história narrativa, é a matéria prima utilizada em base comum, assim como a matemática é a matéria-prima para as considerações nomotéticas das suas primas. O tempo-espaço transformacional implica um conjunto de fatores e forças que perpassam os demais tempo-espaços dos sistemas-civilizatórios, sendo a dimensão que revela o tempo. O tempo-espaço eterno é a dimensão de forças como a demografia, os condicionantes da natureza, a geografia e os contatos civilizacionais que existem independentemente em abstração.

Pensamos que não se pode dizer que os marcos sejam mutuamente excludentes entre si, nem que a causa foi interna ou externa, estamos lidando com um sistema maior que a Europa (ver discussão adiante) ao contrário, trata-se da “complexidade do real”, da ontologia do Sistema Mundo Moderno Capitalista. O tempo-espaço cíclico-ideológico revela longa duração no sentido da reversibilidade e da reprodução, dos grandes significados ideológicos dentro das inflexões transformadoras, assim como este tempo-espaço é a manifestação das tendências seculares circunscritas do próprio sistema, tanto face à sua estrutura básica quanto ao seu modo de produção ou formação econômico-social, o tempo-espaço histórico-categorial. A identificação das camadas históricas correspondentes aos tempo-espaços ajudam a interligar estes quatro “marcos zero” onde cada um abriu o “portal” para a emergência e consolidação das principais características do Sistema-Mundo Moderno Capitalista: Sistema Interestatal; Divisão Internacional do Trabalho axial entre centro-periferia e semi-periferia; propriedade privada, capital industrial, Trabalho Assalariado³⁷, e a incessante acumulação de lucro monetário e da produção para o lucro, por fim, a crescente desigualdade polarizante.

³⁷ “O mal entendido domina os debates que se referem à natureza e à definição conceitual do sistema mundial moderno (capitalista) e – se isso tiver um sentido – do sistema mundial das épocas anteriores. A razão última desse mal-entendido vem do fato de que o capitalismo não pode ser definido pela simples associação de três ordens de fenômenos: a propriedade privada, o trabalho assalariado e a extensão das trocas comerciais. Esse método empírico oculta o essencial, ou seja, que o capitalismo só existe quando o nível de desenvolvimento das forças produtivas implica a usina moderna, que põe em ação um equipamento mecânico pesado e não mais um equipamento artesanal. A combinação propriedade privada/trabalho assalariado/produção comercial precede efetivamente o capitalismo não só na Europa mercantilista e até feudal, mas também outros lugares, pelo mundo inteiro e durante séculos, por vezes milênios. Essa combinação constitui a mais longa pré-história do capitalismo (AMIN, 2006, p. 69).

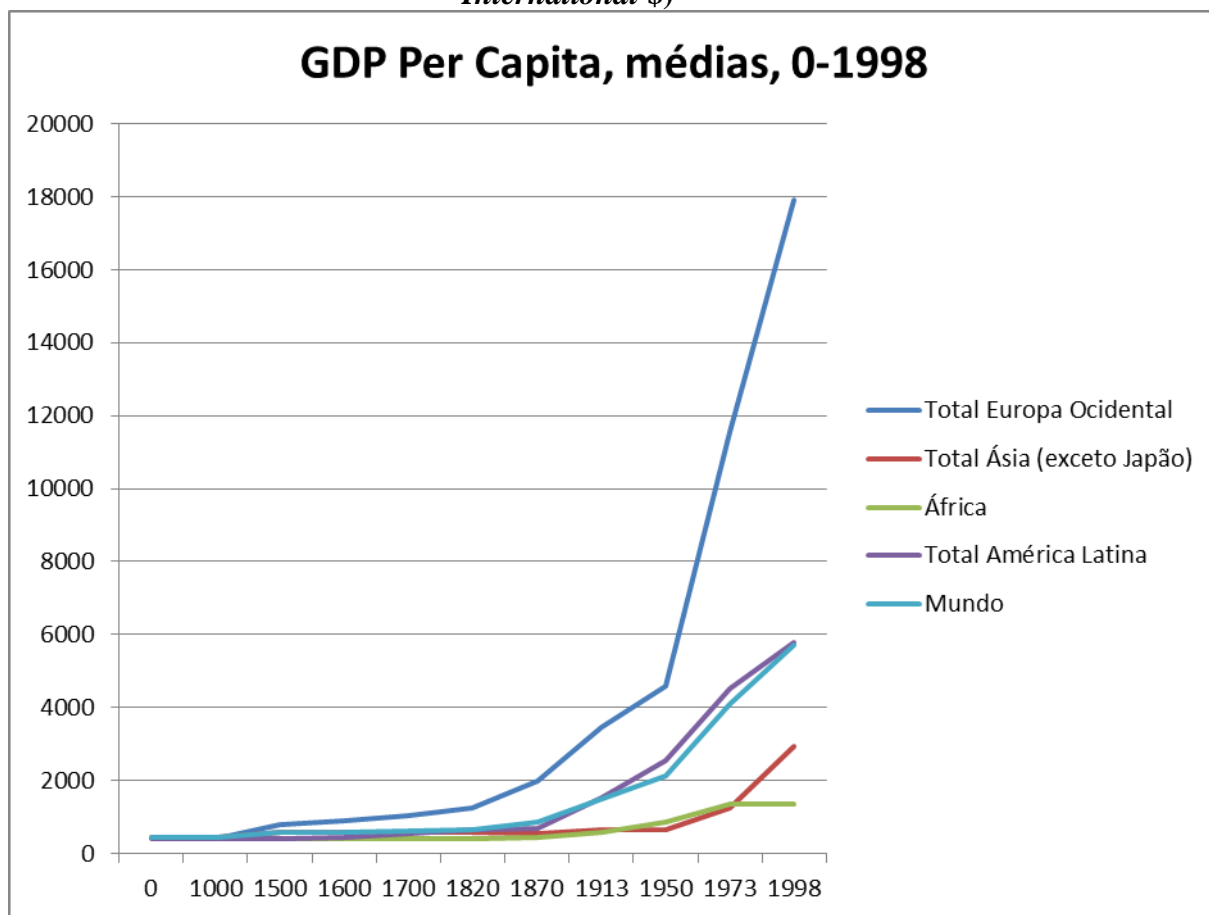
Em “*The world economy: a millennial perspective*”, Angus Maddison (2001) apresenta uma quantidade considerável de dados que nos permitem observar o chamado fenômeno da “grande divergência”. Trata-se de uma clara bifurcação ou descolamento na capacidade de crescimento do produto per capita da Europa em relação ao Oriente, mais precisamente China, ou, em geral também, às demais regiões do planeta. Até o início desta bifurcação a desigualdade econômico-sistêmica era praticamente irrisória. Chase-Dunn e Bruce Lerro (2013, p. 23), por exemplo, propõem duas espécies de relação centro/periferia, por “diferenciação” e a outra por hierarquização. No primeiro caso, que é o que provavelmente ocorria “antes da hegemonia europeia” (Abu-Lughod (1989) também aponta que “antes da hegemonia europeia” podiam até existir hegemonias regionais, mas não hegemonia de todo o sistema como foi o caso do nascimento do Sistema Mundo Moderno Capitalista) a diferenciação se dá pela densidade populacional, tamanho territorial, centralização/descentralização da unidade política. No segundo caso, por hierarquização, a “natureza da relação” é exploratória e de dominação. É este o mote do Sistema Mundo Moderno Capitalista. Outro ponto apontado por Maddison (2001) é o fato de que até o “século XV, o progresso tecnológico europeu em muitos campos era dependente (ou havia sido) das transferências de tecnologia oriundas da Ásia e do mundo Árabe”³⁸.

Destarte, uma qualidade inegável do Sistema é que produz desigualdades crescentes, uma polarização crescente entre as regiões. Assim, como forma de clarificar o debate de seu exórdio, como dissemos, podemos observar três marcos “teóricos”, a partir dos quais também podemos observar que em cada um deles houve já um descolamento da posição da Europa, portanto dando-nos evidências. O primeiro marco é a partir do século XIII, quando a partir deste momento se pode ver que o nível de renda per capita da Europa Ocidental começa a se descolar das demais regiões. O segundo vai de 1500-1800, corroborando o marco (ii), quando as demais regiões continuam estagnadas e a Europa acelera mantendo o deslocamento, porém em um ritmo ainda não tão expressivo quanto o observado a partir de 1800 que corrobora o marco (iii). Atualmente a desigualdade se esgarça a partir de 1950 quando os níveis de produto per capita da Europa, incluindo a América do Norte, atingem comparativamente níveis

³⁸ “Until the fifteenth century, European progress in many fields was dependent on transfers of technology from Asia or the Arab World (MADDISON, OECD, *The World Economy: a Millennial Perspective* [2001] 2006, p. 26).

exponenciais em relação aos das demais regiões, mesmo estas tendo apresentado crescimento mais acelerado do que antes da revolução industrial.

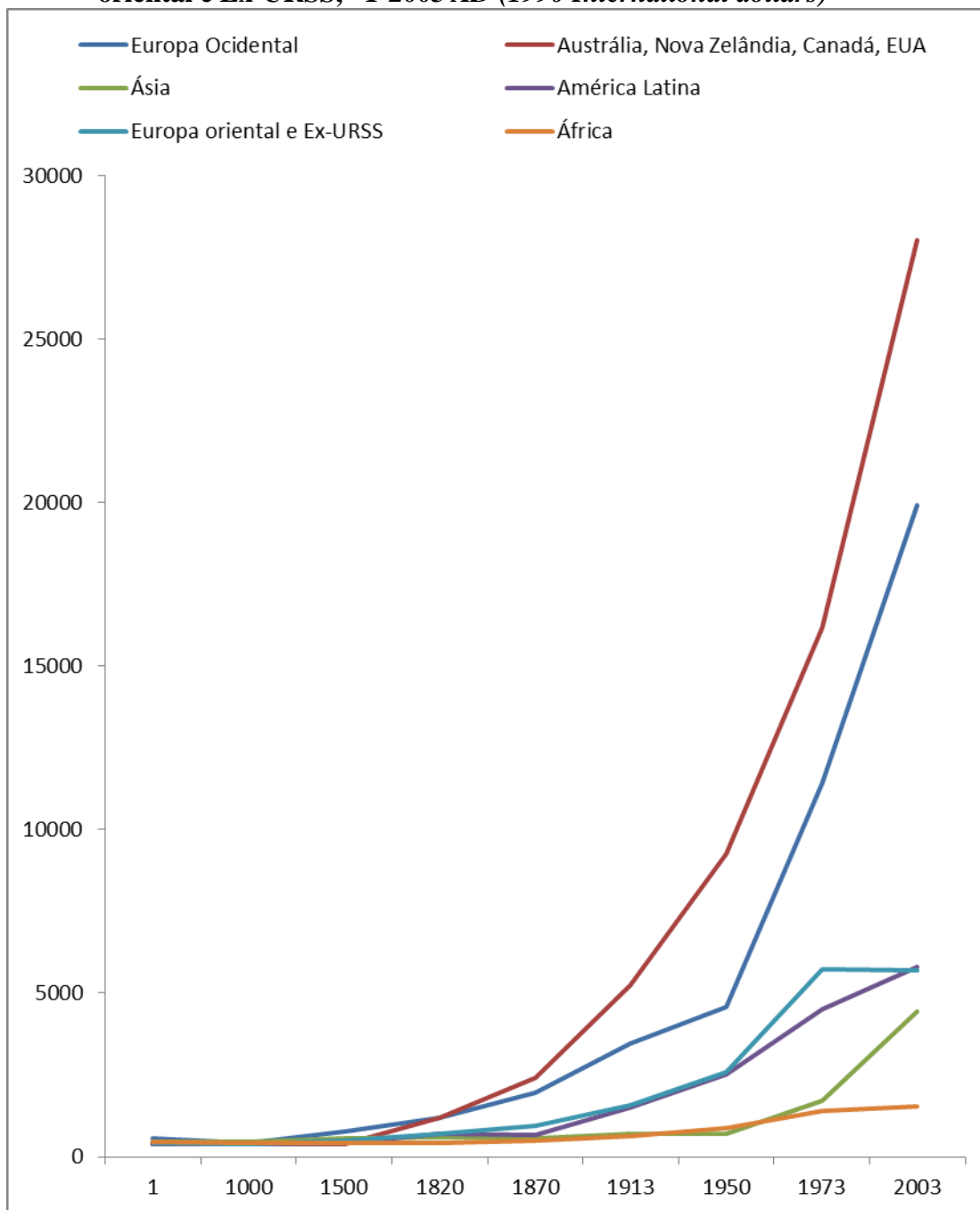
Gráfico 1: Evolução das Trajetórias das médias de renda per capita para Europa Ocidental, Ásia, África, América Latina e Mundo, “0-1998 A.D (1990 International \$)”



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados originais de *GDP Per Capita* em Maddison (2001, p. 264, Tabela B-21).

Em outro trabalho, “*Contours of the World*” (2007, p. 70), Maddison apresenta as proporções do nível do PIB per capital entre o Ocidente (incluindo Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Estados Unidos) e as demais regiões. Podemos observar também a demarcação destes marcos. No ano 1000 esta relação está equiparada em 0.9:1. Do ano 1000 até o ano 1500 a relação sobe ligeiramente para 1.4:1, entre 1500 e 1820 há outra subida para 2.1:1. Do ano 1820 para 1870 vai para 2.3:1, de 1870-1950 para 5.6:1. Abaixo o gráfico correspondente do PIB per capita por região, onde visualmente podemos também constatar os deslocamentos nestes marcos temporais.

Gráfico 2: Evolução das Trajetórias dos Níveis de “Per Capita GDP” para Europa Ocidental, Ásia, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, EUA, África, Europa oriental e Ex-URSS, “1-2003 AD (1990 International dollars)”



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados originais de *Level Per Capita GDP* em Maddison (2007, p. 70, Tabela 2.1).

Cada um destes deslocamentos e marcos tem um significado para o Sistema e foram rasgados por “grandes transformações” e mantem-se por “grandes continuidades” dentro dos *tempoespaços* da longa duração do Sistema Mundo Moderno Capitalista. Resta-nos tentar entender como se sobrepõem para moldar o Sistema em sua *totalidade*. Procuramos então tentar entender através da proposta dos tempoespaços, pois nos parece sustentada pela perspectiva teórica do entendimento do tempo histórico discutida anteriormente. “Então, o que a perspectiva comparativa e evolutiva dos sistemas-mundo nos diz sobre as continuidades e as transformações da lógica do sistema? (CHASE-DUNN, 2012, p.102). No próximo capítulo iremos discorrer sobre os diversos tempoespaços.

CAPÍTULO 2: Os tempoespaços do Sistema Mundo Moderno Capitalista

2.1. Tempoespaço eterno

Desde que encaradas as civilizações na relação do homem com a natureza e na relação com outras civilizações, do ponto de vista de longuíssima duração, sem elaborar qualquer tipo de comparação qualitativa entre tempos e espaços, somente observando presenças e o aspecto da sobrevivência, há problemas e influências inexoráveis dos recursos naturais (ecologia de maneira mais ampla, incluindo aí também clima), da geografia, da demografia, da hierarquização e, seu correlato, do poder. Não é preciso aqui fazer um relato exaustivo de como foram criadas as civilizações, porém é útil apresentar dentro desta perspectiva as contribuições de Andre Gunder Frank e Barry Gills; William McNeill e Chase-Dunn. Neste nível se lida com a vida material em sua quintessência.

Em “*The world system: five hundred years or five thousand?*” (1993), organizado por André Gunder Frank e Barry Gills, todos os autores³⁹ da edição defendem a tese da existência de uma “entidade transcivilizacional”⁴⁰ que recorta a história antiga, medieval e moderna (McNEILL, *forward*, p. vii). Isso não significa, contudo, que os autores concordem que tenha sido sempre um único e mesmo Sistema Mundial, mas se sim, quais são as palavras e conceitos, como coloca McNeill no *forward*, para comprovar a inteligibilidade de que o sistema mundial contemporâneo teria, como afirmam Frank e

³⁹ K. Ekholm, J. Friedman, David Wilkinson, Samir Amin, Janet-Abu-Ludhod e Immanuel Wallerstein.

⁴⁰ “This enlargement of scale resembles the shift Splenger and Tynbee achiev in the first half of the twentieth century, locating the most importante entity of world history in a transcivilizational pattern of relationships that expanded geographically through time from an initial core in Mesopotamia (McNEILL, p. xii).

Gill ser sua tese, uma “história de pelo menos 5000 anos”, sendo a “ascensão do ocidente e da Europa um fenômeno recente dentro deste sistema e provavelmente passageiro” (tradução nossa)?

Para Frank e Gills (1993) o *sistema mundial* engloba o ‘mundo’, sempre englobou - ao contrário, afirmam, do *sistema-mundo* de Wallerstein em que sua unidade é antes uma lógica específica fechada a um espaço social essencialmente conectado e que somente hoje engloba o mundo – ademais, para eles: a acumulação de capital sempre jogou um importante papel no sistema mundial, chegam inclusive a preferir denominar não “modos de produção”, mas “modos de acumulação”, onde a acumulação não seria uma diferença específica do moderno sistema-mundo (contrapondo-se a Amin e Wallerstein denominam de, respectivamente, Tributário e Império-Mundo as unidades anteriores sendo distinguidas pelas relações sociais e pela diferença na superestrutura); a estrutura centro-periferia é aplicável ao sistema mundial desde antes de 1492; a hegemonia e as rivalidades marcam o sistema-mundial também para antes de 1492, assim como os ciclos econômicos longos e sua conexão com as demais categorias teóricas formam uma lógica específica de 5000 anos (FRANK;GILLS, 1993, p. 3-4).

Na fundamentação deste Sistema único que existe há 5000 anos, Andre Gunder Frank e Barry Gills colocam atenção demasiada nas palavras ao invés de notar as relações e a rede que se cristaliza enquanto relação social⁴¹. Todavia estes autores não deixam de, ao menos no que tange o *tempoespaço* eterno, assim como em outras perspectivas, especialmente as que levam em consideração a análise integrada das ciências, inclusive valorizando corretamente a própria arqueologia, terem razão em muitos pontos. Verdade

⁴¹ Definem acumulação como mera existência do capital enquanto infraestrutura, instrumentos de produção, bens em geral e comércio: “We also argue for this position, which is supported by more and more archaeological evidence and analysis, some of which is reviewed by Sherrat (n.d) and Algaze (n.d). However, we wish to expand the working definition of capital beyond the confines of current Marxism to encompass much wider manifestations of surplus transfer, both private and public. Therefore, we argue that for millennia already and throughout the world (system) there has been capital accumulation through infrastructural *investment* in agriculture (e.g. clearing and irrigating land) and livestock (cattle, sheep, horses, camels, and pasturage for them); industry (plant and equipment, as well as new technology for the same); transport (more and better ports, ships, roads, way stations, camels, carts); commerce (money capital, resident and itinerant foreign traders, and institutions for their promotion and protection); military (fortifications, weapons, warships, horses, and standing armies to man them); legitimacy (temples and luxuries); and of course the education, training, and cultural development of ‘human capital’. Chapter 2 refers to capital accumulation already in prehistoric times, and it can also be inferred from the work of various archaeologist cited below. Even the drive to accumulate, or the obligation to do so in a competitive world, is not confined to modern capitalism (FRANK;GILLS, 1993, p. 7)”.

é que, quando estamos em condições de observar os *átomos*, estamos em condições de estabelecer o próprio movimento do tempo.

Segundo entendem Frank e Gills, para Wallerstein e Samir Amin a *diferencia specifica* do Sistema pós 1500 é a incessante acumulação de capital. No entanto, os autores do único Sistema defendem que a acumulação é característica oriunda da *sempre presente competição* do Sistema Mundial e suas rivalidades. Os pontos fortes mais importantes são seu ataque ao Eurocentrismo, propondo um “humanocentrismo” que busca reconhecer a importância e convivência estrutural de todos os povos e civilizações, suas conexões e, a partir delas, extrair uma história mundial (1993, p. 11-13), e sua ênfase nas *continuidades* deste todo sistêmico que é a própria história mundial (p. 16), “*any world history should try to trace and establish the historical continuity of developments between then and now in the world systemic whole and all its parts*” (FRANK;GILLS, 1993, p. 16).

A continuidade mais sobressalente é a conexão estabelecida pelas civilizações e povos, seus contatos, seus choques, suas relações. Entender estas conexões e observá-las em sua dinâmica conjunta, e não meramente comparativa, eis o espírito duma análise da História Mundial segundo eles. Por essa perspectiva o próprio “milagre europeu” faz-se “bem menos grandioso”, ou, lembrando a crítica de Wallerstein acerca dos “Avatares do eurocentrismo”, “bem menos extraordinário”, menos intrínseco à própria Europa e mais intercivilizacional, e eis como podemos também entender o *universalismo* proposto por Wallerstein e o *humanocentrismo* proposto por Frank e Gills.

“What we have acquired the habit of regarding – according to the history of the world that is in fact no more than the history of the West – as the beginning of modern times was only the repercussion of the upsurge of the urban, mercantile civilizations whose realm extended, before the Mongol invasion, from the Mediterranean to the Sea of China. The West gathered up part of this legacy and received from it the leaven which was to make possible its own development. The transmission was favored by the crusades of the twelfth and thirteenth and fourteenth centuries...There is nothing surprising about this Western backwardness: the Italian cities...were at the terminus of the great commercial routes of Asia...The upsurge of the west, which was only to emerge from its relative isolation thanks to its maritime expansion, occurred at a time when the two great civilizations of Asia [China and Islam] were threatened (GERNET, *apud* FRANK;GILSS, 1993, p. 26) The editor’s perspective on world system history extends and deepens the rejection of Eurocentrism that was made by earlier world-system theory. However, all the contributors in this book agree on and participate in this important task. We affirm that in the future all world-history writing must be *humanocentric* and as objectively as possible assess the overall *unity* of human history while encompassing the *diversity* of its cultural expressions. No centrismo based should any longer be allowed to distort our *universal* human understanding of our one world history (FRANK;GILLS, 1993, p. 307)”.

Esta perspectiva ataca diretamente o debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo, inclusive mesmo caro aos marxistas que observam nas contradições intrínsecas, herméticas e isoladas aos modos de produção os motivos da passagem de um para outro modo ou relações de produção⁴². Estas conexões, conforme diversos estudos arqueológicos comprovam, foram estabelecidas através das trocas por causa de insuficiências ecológicas, resultando em trocas por parte destas civilizações, migrações ou mesmo políticas expansionistas, até mesmo as identidades étnicas que supostamente deveriam ter majoritária razão de ser por identidade interna, hermética, são relacionais dentro do Sistema Mundial, a partir de relações de poder político historicamente construídos (FRANK;GILLS, 1993, p.18-20; 42). A geografia neste sentido joga um papel chave. O elemento de imutabilidade de longuíssima duração, melhor, as evidências do *tempoespaço* eterno (ecológico, climático, geográfico, demográfico e do poder) da longa duração contribuem metodologicamente para o entendimento de que a separação interno/externo é equivocada assim como para a reafirmação das próprias bases epistemológicas da análise dos Sistemas Mundo⁴³. Por outro lado, tal imutabilidade tem um preço, substancialmente negam que o sistema mundo possa estar logicamente vinculado aos modos de produção, preferindo uma leitura da estrutura social rígida:

“Our thesis, as well as the related debates reviewed above, also have far reaching political implications. Amin and Wallerstein identify the world system with its mode of production. Our study of the millennial world system and how it operates leads us to demur. Gills insists that the world system must not be confused with its ‘modes of production’”. Instead, he sees a complex mixture or articulation of modes at all times in the development of the world accumulation process and the world system and cannot accept the identification of the world system with a single dominant mode. Frank (chapter 6) goes further and argues that feudalism, and socialism, but also capitalism, are only ‘ideological modes’, which should be excluded from our social-scientific analysis altogether. This issue is perhaps the central political point in the social-scientific debate, which Amin and Wallerstein also join. They argue that the modern world-system is uniquely characterized by the capitalist mode of production. That is why they will not accept the proposal that the analysis of this world system can and should be pushed back before 1500. Before that, they argue and are joined by Abu-Lughod, there were other world-systems. Amin and Wallerstein insist, like probably all Marxists and most other, whether or not they see other prior world-systems, that in earlier times other modes of production were dominant. Amin sums them all up as ‘tributary’ modes of production, in which ‘politics [and ideology] is/was in command”,

⁴² Mesmo não concordando com o conceito de modo de produção, substituindo-o por modo de acumulação, André Gunder Frank e Barry Gills consideram que há transições entre os modos, propondo a teorização destas transições (1993, p.98).

⁴³ “Tudo isso confere às flutuações da vida material um sentido suplementar e talvez explique a sua simultaneidade: esta possibilidade de uma coerência física do mundo e da generalização de uma certa história biológica com as dimensões da humanidade teriam dado ao globo a sua primitiva unidade, muito antes das grandes descobertas, da Revolução Industrial e da interpenetração das economias (BRAUDEL, 1995, p. 37).

to recall Mao Zedong. In the modern capitalist world-system, by contrast, the economic law of value is in command, and that on a world-system scale. We insist that this is nothing new. Therefore, Frank also suggests that it would be senseless to call all that previous history throughout most of the world 'capitalist'. If 'capitalist' does not distinguish one 'thing' from another, then there is no point in maintaining the label. Amin, Wallerstein, and most others insist that 'capitalism' is distinguishable. Of course, today especially the political/ideological Right finds 'capitalism' particularly distinguished and distinguishable from 'socialism'. Frank denies that any of these categories have any social-scientific and/or empirical content and suggests that they serve only ideological 'false-consciousness' purposes to confuse and confound instead. The (mis)use and replacement of these categories bears importantly on the analysis and understanding of some major world events today, particularly the end of 'socialism' and the American 'hegemony', albeit not of the 'end of history'. We believe that ideological blinkers – or worse, mindsets – have too long prevented us from seeing that the world political-economic system long predated the rise of capitalism in Europe and its hegemony in the world. The rise of Europe represented a hegemonic shift from East to West within a pre-existing system. If there was any transition then, it was this hegemonic shift within the system rather than the formation of a new system. We are again in one of the alternating periods of hegemony and rivalry in the world system now, which portends a renewed westward shift of hegemony across the Pacific. To identify the system with its dominant mode of production is a mistake. There was no transition from feudalism to capitalism as such. Nor was there (to be) an analogous transition from capitalism to socialism (FRANK;GILLS, 1993, p. 46-47).

No artigo de K.Ekholm e J.Friedman (*In*: FRANK;GILLS, 1993), autores que também consideram a estrutura centro-periferia como existente desde a Mesopotamia, os autores dão ênfase a um raciocínio de que não importa o tipo de relações de produção, o que importa é a imutabilidade básica de que uma sociedade somente consegue acumular excedente *acima do possível* (dados seus recursos e população) se houver uma relação de exploração ou relação externa que drene este excesso. Portanto, a acumulação numa sociedade depende de um sistema muito mais vasto do que seu espaço e tempo. Por exemplo, as civilizações da Mesopotamia, Egito e Vale do Indu apesar de similares na fertilidade, eram deficientes em recursos naturais como pedras, certos metais e madeira (GILLS;FRANK, 1993, p. 82). Isto é, há imutabilidade na origem ecológica/geográfica do Sistema Mundial (GILLS;FRANK, 1993) que implica contatos e conexões intercivilizacionais/transcivilizacionais via relações comerciais ou conquista⁴⁴. O controle político sobre determinados espaços, portanto, era vital para a manutenção das civilizações urbanas que, na medida em que aumentavam seus tamanhos, acabavam interagindo em espaços comuns e, assim, surgia um sistema de competição ou também cooperação via comércio e necessidade de recursos (GILLS;FRANK, 1993, p. 82)⁴⁵.

⁴⁴ Por exemplo, a tese de Mackinder sobre a Eurásia como região *pivot* da História é uma tese que coloca a geografia como elemento de longuíssima duração, uma continuidade lógica do Sistema.

⁴⁵ "The ultimate rationale for the origins of the world system were thus embedded in the economic imperative of the urban-based states. A larger and larger economic nexus was built up. Specialization within

Frank e Gills afirmam também que na altura de 3000 a.c os “nexos econômicos Afro-Euroasiáticos sobre os quais se baseava o sistema mundial já estavam estabelecidos” e a “ascensão e queda dos grandes centros urbanos” transcorre por causa desta estrutura de controle político de espaços e competição a partir de determinações ecológicas e tecnológicas, criando uma “dinâmica perpétua de rivalidade” e acumulação (GILLS;FRANK, p. 83). Esta dinâmica geraria movimentos de expansão e acabaram fundindo “sistemas”, tendo sido o caso das incorporações/fusões entre Índia e a China (FRANK;GILLS, 1993, p. 85). Argumentam ainda que a sustentabilidade demográfica dependia desta lógica, onde a elevação demográfica⁴⁶ dependia (depende) estreitamente da acumulação do excedente (*surplus*) via comércio, tributação ou pilhagem, além disso, as próprias sociedades não seriam as mesmas sem a transferência dos excedentes produzidos em cada uma delas, porém diferenciando-se entre centro e periferia. Este critério de transferência de excedente é o critério que determina que as sociedades que dela participam formam um sistema mundial único⁴⁷ (FRANK;GILSS, 1993, p. 93).

Mas o *tempoespaço* eterno enquanto problema da longa duração é também a insistência do problema da ordem social, pois “tudo é ordem social”:

“É Marx quem tem razão: quem possui os bens de produção, a terra, os barcos, os teares, as matérias-primas, os produtos acabados e, além disso, as posições dominantes? Torna-se porém evidente que estas duas coordenadas – sociedade e economia -, por si sós, não bastam: O Estado multiforme, ao mesmo tempo causa e consequência, impõe a sua presença, perturba as relações, inflete-as, quer queira quer não, desempenha o seu papel, pesadamente, muitas vezes, nestas arquiteturas que podemos reagrupar através de uma espécie de tipologia das diversas socioeconomias do mundo, umas de escravos, outras de servos e senhores, outras ainda de homens de negócios e pré-capitalistas. Regressamos assim à linguagem de Marx, ficamos a seu lado, mesmo se rejeitarmos os seus exatos termos ou a ordem rigorosa que faria com que toda uma sociedade deslizesse para uma ou para outra destas estruturas. O problema continua a ser de classificação, de **hierarquia** refletida das sociedades. Ninguém há de escapar – logo no plano da vida material – a essa necessidade” (BRAUDEL, 1995, *civilização material v.1*, p. 513). [...] “Tentei dizê-lo logo a partir do primeiro capítulo deste livro ao sublinhar os desníveis do *mundo desigual* dos homens. São estas desigualdades, estas injustiças, estas contradições, grandes ou minúsculas, que animam o mundo, o transformam sem cessar nas suas

the complex division of labor deepened, while the entire nexus expanded territorially ‘outward’. In the process, more and more ecological niches were assimilated into one interdependent economic system. Thereby, the world system destroyed and assimilated self-reliant cultures in its wake (GILLS;FRANK, 1993, p. 83).

⁴⁶ William McNeill tem duas contribuições importantes que se entrelaçam com a demografia, “A condição humana” e depois “Plagues and Peoples”.

⁴⁷ Não sobre a questão da unidade estritamente, pois esta está baseada em conexões que revelam coerências e dependências assimétricas, mas sobre a relativa “globalização” (claro que não no sentido e nem fenômeno atual do termo) do *oekumeno* para antes de 1500, o espaço do mundo já conhecido pelos homens, “em suma, o Universo, a ‘nossa velha casa’, está ‘descoberto’ há muito tempo, muito antes dos Descobrimientos” (BRAUDEL, 1995, p. 49-50).

estruturas superiores, as únicas verdadeiramente móveis (BRAUDEL, 1995, p. 514 – grifos nossos).

Ora, ao lado da “eternidade” da geografia, demografia e ecologia, está a hierarquia das organizações sociais, das civilizações, seus (nossos) sistemas de sobrevivência social, econômica e política. Conforme apontam Chase-Dunn e Roy Kwon (2012), outra perspectiva de imutabilidade foi a proposta por Chase-Dunn e Hall (2006) ao “modificar os conceitos desenvolvidos pelos teóricos do sistema-mundo”, identificando o que chamam de “modelos de reiteração” (também colocado em Chase-Dunn e Lerro, 2013 – “*Iteration Model*”) que trata das “causas contínuas da evolução da tecnologia e da hierarquia dentro” e entre as “organizações políticas”, sendo que estas, afirmam, “desde a Idade Paleolítica realizam interações importantes entre si”, sendo impossível compreender a evolução dos sistemas-mundo sem considerar esta “eternidade”, na qual o modelo é “impulsionado por pressões populacionais”, “conflitos” e “degradação ambiental”, descrevendo “*forças causais básicas que estavam em operação na Idade da Pedra e que continuam a operar no sistema global contemporâneo*”. (CHASE-DUNN;KWON, 2012, p.97-98).

Chase-Dunn e Bruce Lerro (2013, p. 18-19) também explicam que os Sistemas Mundo são sistemas de interações entre organizações políticas (*polities*) e isso, claro, não muda, sendo outra “eternidade”, podendo, ou não, espacialmente englobar o mundo, porém, a palavra “mundo”, dizem, serve para expressar a característica mutuamente interativa do sistema, interações importantes entre as organizações políticas que permeiam a vida das pessoas e civilizações do sistema. Assim, o sistema mundo pode ser pequeno, médio ou grande, não importa, porém o Sistema Mundo Moderno Capitalista é o primeiro a sê-lo, engloba o mundo (CHASE-DUNN;LERRO, 2013;WALLERSTEIN).

Para Chase-Dunn e Lerro (2013) as organizações políticas, que chamam de *Polities*, são definidas como autoridades únicas que reclamam/exercem soberania e controle sobre um território ou grupo, podendo ser bandos, tribos, Estados ou Impérios, sendo que o Sistema dessas interações é integrado pela regularidade do que chamam de *redes de interação* (através do comércio, comunicação, ameaças, alianças, migração, casamento etc.) e *redes de informação* (através de comunicação e conhecimento) (2013, p. 18-20). Ademais, propõem que a partir do entendimento do funcionamento das fronteiras espaciais do Sistema, relacionadas a três aspectos, (i) transporte de alimentos, (ii) transporte de bens de prestígio e (iii) político-militar, há clara tendência intrínseca à expansão e incorporação e, neste sentido, a globalização seria um processo, dizem os autores, que vem ocorrendo a milhares de anos (CHASE-DUNN;LERRO, 2013, p.20-

21). Inobstante, reconhecem particularidades em “modos de acumulação” (FRANK e GILL também usam essa terminologia) diferentes e, em geral, são os usualmente reconhecidos pela academia, assim denominando-os: *kin based mode of production*, modo de acumulação tributário, modo de acumulação baseado na precificação de mercado, e, por fim, o modo de produção capitalista de “comoditização lucrativa” que tem no capital (“propriedade privada que é utilizada na produção de mercadorias para gerar lucro empregando trabalho “*commoditizado*”⁴⁸) (CHASE-DUNN; LERRO, 2013, p. 24-26).

Afirmam que se situam no que denominam de “materialismo institucional”. Em sua visão a “evolução sociocultural” é basicamente a ideia de que a “mudança social é padronizada e direcionada” (tendência). Segundo os autores esta premissa busca contornar o radicalismo entre o evolucionismo clássico (que implicaria num darwinismo social e em ideias de superioridade, onde os autores apontam três problemas relacionados às noções de “evolução biológica”, “teleologia” e de “progresso”) e o relativismo cultural. Assim, defendem que o padrão evolucionário da mudança social não é evolução biológica, não pode ser confundido com a noção de progresso e nem pode confundir-se com teleologia (ou inevitabilidade, podendo incluir o acidental), porém, insistem, deve-se ter em mente que há aproximação com a biologia, pois inerentemente o homem é dotado de genes que lhe permitem elaborar símbolos, linguagens e combinações comunicativas complexas para organizar sociedades complexas; apesar desta característica, genética, no entanto, afirmam os autores, não somos como “formigas”, já que estas não ‘pensam’ ao agir com seus instintos, não possuem a volição/capacidade de fazer diferente, de criar. A “evolução sociocultural” justifica-se, pois, para eles, como evolução (em analogia com o que seria biológico), dada a herança cultural no tempo e no espaço, possibilidade de mudança (mutação) através da invenção, propagação e difusão de informação, aprendizado etc (CHASE-DUNN; LERRO, 2013).

Por outro lado, consideram que esta evolução sociocultural está sujeita a processos “desiguais no tempo e espaço”, sendo esta desigualdade, segundo eles, a principal característica dos Sistemas Mundo, ou seja, não haveria nada como estágios da evolução sociocultural. Porém, também é possível observar desenvolvimentos comuns em vários espaços e tempos civilizacionais, portanto, entender as condições e tendências e quais foram/são as causas destes desenvolvimentos sociais é o objeto de uma teoria da mudança

⁴⁸ “Privately owned property that is used to produce commodities and to make profits by employing commodified labor (CHASE-DUNN; LERRO, 2013, p. 26).

social, bem como da continuidade social. Por isso, segundo Chase-Dunn e Lerro, pode-se dividir em “continuismo” e “transformacionismo”, onde o primeiro é definido pela continuidade de uma lógica fundamental de desenvolvimento social; enquanto o segundo é definido pelas reorganizações fundamentais da lógica de desenvolvimento social. Para tanto as categorias podem ser culturais ou materiais, aí que chegamos ao seu posicionamento do “materialismo institucional”, uma mistura ou fusão do “continuismo” com “transformacionismo” e do “cultural” com “material”:

“The theoretical approach that we employ is termed ‘institutional materialism’, a synthetic combination of culturalist and materialist approaches. Institutional materialism explains human sociocultural evolution as an adaptive response to demographic, ecological, and economic forces in which people devise institutional inventions to solve emergent problems and to overcome constraints. [...] Solving problems at one level usually leads to the emergence of new problems, and so the basic constraints of societies are never permanently overcome, at least as of yet. Institutional materialism sees a geographical widening of the scale of ecological and social problems created by social evolution rather than a transcendence of material constraints. It also acknowledges the importance of environmental and geographical factors in both constraining and facilitating social change. This is what allows us to construct a single basic model (see Chapter 2) that represents the major material forces that have shaped social evolution over the last twelve millennia (CHASE-DUNN; LERRO, 2013, p. 13)”.

Novamente estão presentes a demografia, a ecologia e a geografia, o tempo-espaço eterno como determinantes. Nesta mesma linha, William McNeill em “*Plagues and Peoples*” (1976) e em “*The Human Condition*” (1980), sustenta que o desenvolvimento civilizacional é impulsionado por duas lógicas, denominadas de “microparasitária” e “macroparasitária”. A primeira diz respeito ao aspecto biológico em si, vírus e bactérias, que afetam tanto a saúde humana quanto alimentos, e a superação deste obstáculo por parte de grupos humanos e sociedades. O advento da agricultura, como diz McNeill, proporcionou a capacidade de superar alguns destes obstáculos, porém, adverte, não definitivamente, pois a própria lógica microparasitária possui sua capacidade de regeneração e espraiamento, especialmente quando as sociedades atingem escalas e contatos maiores, mais intensos e complexos, criando novas formas de afetar a vida social. Por outro lado, argumenta que, ainda que “inconsciente”, a capacidade de superação dos obstáculos microparasitários geraria o aumento populacional que implica novos desafios de superação, o primeiro deles relacionado à organização social. Esta organização, diz McNeill é definida, em todos os tipos civilizacionais, como macroparasitária, onde classes e indivíduos cumprem funções não igualitárias havendo a

exploração de uma classe por outra⁴⁹. A urbanização e o comércio são adjacentes destas organizações. No limite, a história das civilizações seria recortada pelas rupturas do equilíbrio micro-macroparasitário e pelo retorno ao equilíbrio, criando novas determinações sem, contudo, solucionar definitivamente os problemas relacionados a cada um destes modos parasitários.

Sabemos da importância, por exemplo, da peste negra para a crise terminal do feudalismo e dos riscos de uma pandemia ou epidemia global. Da mesma forma, é inegável que a geografia, a demografia e a ecologia são inerentes à vida social e humana e que, também a organização das sociedades mais complexas, e até as mais simples, estiveram/estão regradas por relações hierárquicas e de poder, em última instância “macroparasitárias”. Entender as rupturas e o retorno ao equilíbrio na somatória destas variáveis é sem dúvida importante, porém é necessário expandir as ferramentas de análise e entender que outras formas de ruptura existem também, outras formas de “equilíbrio” existem e igualmente afetam os rumos da longa duração revelando essências no tempo diferencial.

2.2. Tempo espaço Episódico

A curta duração, os momentos vistos desde sua cronologia, desde seus nomes, personagens, fatos e descrições estão contidos na noção de episódico. Podemos dividir o episódico em dois tipos: determinantes e secundários. Os eventos episódicos determinantes ou afetam ou são afetados pela longa duração e, sendo assim são a matéria prima inicial das abordagens de qualquer pesquisa sobre o desenvolvimento histórico dos Sistemas Mundo. Elaborar uma descrição do episódico do Sistema Mundo Moderno Capitalista e ilustrar com uma cronologia seria uma tarefa extremamente dispendiosa porque os eventos são praticamente infinitos e, neste sentido é também ele “eterno”. Não obstante estará presente por sua própria natureza como “matéria prima” das argumentações subsequentes.

⁴⁹ “A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (MARX;ENGELS, *Manifesto do partido comunista*, 2005 [1848] p. 45).

2.3. Tempoespço Transformacional

Algumas associações naturais e instantâneas vêm à mente quando se aborda a transformação, por exemplo, revolução, inflexão, inovação, crise, enfim criação, o novo ou o esgotamento. Embora tais associações estejam corretas, pois são realmente elementos do tempoespço transformacional, a definição mais abstrata é de que reflete um conjunto de forças que num dado momento histórico culmina numa transformação *no* ou *do* sistema.

A leitura atenta da trilogia braudeliana, “*Civilização Material, Economia e Capitalismo*”, revela que, dentro de seu recorte, do século XV ao século XVIII, o objetivo é perscrutar o tempo lento da longa duração, como ele aparece neste período, mas também há de fundo em muitas passagens importantes o contraste desta longa duração com aspectos “transformacionais” a partir do século XVIII. Algumas ênfases no conjunto da obra são notáveis.

Insiste que a partir do século XV houve uma explosão demográfica que, posteriormente à peste negra, veio para reavivar as perdas anteriores ao passo em que “*tudo teve de se adaptar a esta pressão de conjunto*” (BRAUDEL, 1995, p. 29). Esta “revolução biológica”, diz Braudel, foi o maior fator das demais revoluções da era, com “episódios” como a conquista do Império Turco-Otomano (1453), a descoberta e colonização da América, a vocação imperial da Espanha e, finalmente a revolução dos preços⁵⁰.

⁵⁰ “Stepping beyond the limit of prudence, for in this instance it is a bad counsellor, let us say that the population of the Mediterranean may by and large have doubled between 1500 and 1600. It rose from 30 or 35 million to 60 or 70 million, i.e. an *average* annual rate of increase of 7 per 1000. The very striking, and indeed revolutionary advance of the first sixteenth (1450-1550) on the whole slowed down during the second (1550-1650) (approximate dates). This is the very general proposition I would make, without any guarantee at the outset of the discussion, hoping that the reader will not lose sight of it amid the imperfect evidence and arguments that follow. Before he hears them he will be aware, then, that this increase was universal, that it was common to both rich regions and poor, the populations of the plains, the mountains, and the steppes, to all towns, whatever their size, and all rural districts. He will be prepared to accept that this biological revolution was the major factor in all the other revolutions with which we are concerned, more important than the Turkish conquest, the discovery and colonization of America, or the imperial vocation of Spain. Had it not been for the increase in the number of men, would any of these glorious chapters ever have been written? This revolution is more important too than the ‘price revolution’, of which it may have been a contributory factor even before the massive arrivals of bullion from America. This increase lay behind all the triumphs and catastrophes of a century during which man was first a useful worker and then, as the century wore on, a growing burden. By 1550 the turning-point had been reached. There were too many people for comfort. Towards 1600 this overload halted expansion in new directions and and with the rise of banditry, the latent social crisis whose effects were felt everywhere or almost

Então insiste paralelamente na ênfase à longa duração, entre os séculos XV e XVIII 80 a 90% das pessoas vive da terra (BRAUDEL, 1995, p. 36), terra esta da qual ainda sim depende a vida susceptível às imprevisíveis más colheitas, variações climáticas que oneram, num ritmo histórico, os campos e as cidades com a fome, satisfeita até então predominantemente com vegetais (1995, p. 89). Aqui a vida material esteve enjaulada segundo Braudel a este ritmo rural, ao ritmo correlato das pestes, pragas e epidemias durante o que ele denomina *Ancient Regime* Biológico, que só termina a partir do século XVIII. No entanto, apesar de tal enjaule de longa duração da vida material, no próprio longo prazo o saldo é positivo no período, justificando a ‘revolução biológica’:

“Se tivéssemos de resumir as principais características deste *Ancien Régime* o importante seria, sem dúvida, destacar as possibilidades de recuperação a curto prazo, tão poderosas, quando não tão rápidas, como todos os golpes bruscos que atingem as pessoas. A longo prazo, as compensações surgem insensivelmente, mas acabam por ter a última palavra. O refluxo nunca leva inteiramente o que a maré anterior trouxe. Esta ascensão a longo prazo, difícil e maravilhosa, é o triunfo do número de que tantas coisas dependem (BRAUDEL, 1995, p.77).

Junto com a ‘revolução biológica’, a Revolução Alimentar do século XVIII:

“As plantas de cultivo não param de viajar e de alterar a vida dos homens. Mas os seus movimentos fazem-se naturalmente, levam séculos, por vezes milênios. Após a descoberta da América, porém, estes movimentos multiplicam-se, aceleram-se. As plantas do Velho Mundo chegam ao Novo; inversamente, as do Novo Mundo chegam ao Velho: de um lado, o arroz, o trigo, a cana-de-açúcar, o cafezeiro...; do outro o milho, a batata, o feijão, o tomate, a mandioca, o tabaco...” (BRAUDEL, 1995, p. 144).

A leitura nos leva a entender que a vida material⁵¹ se desenrolava normalmente lenta como em geral sempre foi nas duas determinações mais elementares ou eternas e rasgadas pelos “abismos entre pobres e ricos” que eram refletidos nos diversos tipos de consumo,

everywhere, prepared the way for the bitter awakenings of the seventeenth century (BRAUDEL, *The Mediterranean and the world of Mediterranean in the age of Philip II*, p. 402-403).

⁵¹ “Estas realidades da vida material – alimentos, bebidas, habitação, vestuário – não têm entre si laços estreitos, correlações que baste assinalar de uma vez por todas. Distinguir entre luxo e miséria é apenas uma primeira classificação, monótona, por si só pouco precisa. Na verdade, todas estas realidades não são apenas fruto de necessidades prementes: o homem alimenta-se, habita, veste-se porque não pode fazer outra coisa, mas, posto isto, poderia alimentar-se, habitar, vestir-se de maneira diferente daquela que usa. As reviravoltas da moda dizem-no de maneira ‘diacrônica’, e as oposições do mundo, a cada momento do passado e do presente, de maneira ‘sincrônica’. Com efeito, aí, não estamos no domínio exclusivo das coisas, mas antes no das ‘coisas e das palavras’, entendendo-se este último termo para além do seu sentido vulgar. Trata-se de linguagens, com tudo o que o homem lhes dá, lhes introduz, tornando-se inconscientemente prisioneiro delas, diante da sua escudela de arroz ou da fatia do seu pão de cada dia. O importante, para seguirmos os passos de livros inovadores como o de Mário Praz, é começar por pensar que estes bens, estas linguagens devem ser vistos em conjunto. No âmbito das economias em sentido lato, sim, sem discussão. Das sociedades, sim, sem dúvida. Se o luxo não é um bom meio de sustentar ou de promover uma economia, é um meio de segurar, de fascinar uma sociedade. Enfim, jogam as civilizações, estranhas companhias de bens, de símbolos, de ilusões, de fantasmas, de esquemas intelectuais...Em suma, até o mais profundo da vida material estabelece-se uma ordem complicada em que intervêm os subentendidos, as tendências, as pressões inconscientes das economias, das sociedades, das civilizações (BRAUDEL, 1995, p. 300-301).

habitação e vestuário⁵², sobretudo o fato de que o interior da casa do pobre era destituído de mobílias (BRAUDEL, 1995, p. 254) e o rococó (BRAUDEL, 1995, p. 279) veio como a grande inovação do XVIII para os ricos (contrastando luxo e miséria na vida material). O salto qualitativo só viria a partir do século XVIII, a longa duração antes da revolução industrial era mais pesada, lenta.

Destarte, não necessariamente como às vezes se pensa, a curta duração corresponde à vida material, na verdade a vida material conforme Braudel corretamente a coloca no primeiro volume evidencia a longa duração pela ausência substancial de transformações, os mesmos limites geográficos, técnicos e alimentares.

“É a poeira da história, uma micro-história no mesmo sentido em que Georges Gurvitch falava de uma microsociologia: fatos miúdos que, ao repetir-se infinitamente, se afirmam, na verdade, como realidades em cadeia. Cada um deles serve de testemunha a milhares de outros que atravessam a espessura de tempos silenciosos e *duram*. Foram estas sequências, estas ‘séries’, estas ‘longas durações’ que retiveram a minha atenção: traçam as linhas de fuga e o horizonte de todos estes cenários passados. Introduzem uma ordem, pressupõem equilíbrios, definem permanências, o que há, em suma, de mais ou menos explicável nesta aparente desordem. Uma ‘lei’, dizia Georges Lefebvre, ‘é uma constante’. Evidentemente, trata-se ainda de constantes com prazo, longo ou médio, prendendo-nos aquelas mais ainda do que estas, a propósito das plantas nutricionais, do vestuário, das casas, da antiga e decisiva divisão entre cidades e campos... A vida material submete-se mais facilmente a estas evoluções lentas do que os outros setores da história dos homens. [...] Então, o que é uma civilização, senão a instauração antiga de uma certa humanidade num certo espaço? (BRAUDEL, 1995, p. 512-513).

Aponta o século XVIII como marco de grandes revoluções, tenham sido elas desenvolvidas entre os séculos XV, XVI e XVII, como a expansão demográfica a que se refere ou alimentar. Não obstante, em retrospectiva aponta, por exemplo, que a primeira revolução mecânica da Europa ocorreu nos séculos XI, XII e XIII, trata-se da generalização dos moinhos de água e de vento (1995, p. 320), onde a dimensão demográfica se funde à dimensão técnica, “*Aumentando o número de moinhos ou o tamanho das rodas motrizes ao ritmo da população, terá havido, na generalidade, duplicação do equipamento motor entre os séculos XII e XVIII* (BRAUDEL, 1995, p. 324)”. Aqui é a via da lenta transformação que mostra um movimento de longa duração, a elevação do equipamento motor, um acúmulo sobreposto de pequenas inovações que

⁵² Os vestuários estiveram no centro da grande transformação que foi a Revolução Industrial e por conta da geografia dos povos estabeleceu antes disso uma Divisão Internacional dos respectivos tecidos, matérias primas. “Antes de concluirmos, uma história do traje deve levar-nos até uma história dos têxteis e dos tecidos, a uma geografia da produção e das trocas, ao trabalho lento dos tecelões e às crises regulares que a penúria das matérias-primas arrasta. A Europa tem falta de lã, de algodão e de seda; a China, de algodão; a Índia e o Islã, de lã fina; a África Negra compra tecidos estrangeiros no litoral atlântico ou do oceano Índico, a preço de ouro ou de escravos. É essa a maneira que têm os pobres desse tempo de saldar as suas compras de luxo! (BRAUDEL, 1995, p. 294)”.

proporcionaram um aumento sustentado na capacidade energética, abrindo as portas à verdadeira revolução com o vapor (BRAUDEL, 1995, p. 337-338).

Tal lenta transformação, o fato de “não vir a galope”, foi expressa também nas grandes revoluções técnicas com a artilharia, a imprensa e a navegação de alto-mar entre os séculos XV e XVIII, porém, afirma o historiador, certa continuidade perpetua a longa duração do período:

“Sobretudo certos setores mantêm-se estagnados: no domínio dos transportes – embora o mundo tenha conhecido a sua unidade marítima a partir de Magalhães -, no domínio da agricultura, cujos progressos revolucionários atingiram apenas pequenos setores e se perdem no conjunto das rotinas, encontramos a lentidão, as impossibilidades desesperantes de um *Ancien Régime* alterado, mas ainda não abolido (BRAUDEL, 1995, p.351)”

Segundo ele, foi a Europa Ocidental, com a liderança de Portugal e Espanha que rompeu com o que Braudel chamou de *Ancien Régime* da Navegação (uma navegação que geograficamente não se afasta muito das costas, mesmo que com as mesmas técnicas) (BRAUDEL, 1995, p. 373-374) e provocou uma revolução comercial e “geográfica” (ainda que o espaço tenha permanecido onde sempre foi, seus acessos foram revolucionados) a partir do século XVI com a navegação em alto-mar no Atlântico. Assim, nos ajuda a compreender Braudel, a longa duração foi surpreendida nesse marco do século XV-XVI com as grandes navegações de alto mar. Esta transformação teve consequências angulares para o nascimento de uma Divisão Internacional do Trabalho ampliada e a solidificação da economia-mundo.

Neste *Ancien Régime* narrado por Braudel o domínio das técnicas e rotas comerciais esteve concatenado com as civilizações Chinesa, Árabe e, em menor grau, Indiana. Muitas das técnicas que a Europa iria posteriormente utilizar na sua “modernidade”, como a pólvora, a imprensa e a própria bússola para a navegação haviam já sido criadas na China (ver capítulo 6, Revoluções e Atrasos Técnicos). A artilharia à pólvora e a imprensa generalizam-se no sistema, mas a navegação em alto mar não, a Europa descobriu o alto mar e, segundo Braudel, tal façanha não poderia ter sido explicada pela posse de uma técnica melhor, deveria ser explicada por outra razão:

“Respondemos que, primeiro, estas navegações árabes antigas levaram o Islã a dominar o Velho Mundo até o século XV, como já tivemos ocasião de explicar, e não são magros os resultados; depois, dispondo de um canal de Suez (séculos VII-XIII), por que haviam eles de procurar a rota do Cabo? E que iam encontrar? Ouro, marfim, escravos, apanhavam já as cidades e mercados do Islã na costa de Zanzibar e através do Saara, no anel do Níger. Era necessário ‘precisar’ desta África ocidental. Então, o mérito do Ocidente, bloqueado no seu apertado ‘cabo da Ásia’, terá sido o de precisar do mundo, de sair de casa? Nada teria sido possível, repete um especialista da história chinesa, sem o avanço das cidades *capitalistas* do Ocidente...Elas são o motor sem o qual a técnica teria sido impotente. O que não significa que tenha sido o dinheiro, o

capital a construir a navegação de alto-mar. Pelo contrário: China e Islã, são à época, sociedades abastadas, providas do que hoje chamaríamos colônias. A seu lado o Ocidente é ainda um ‘proletário’. Mas o importante é a prolongada tensão que, a partir do século XIII, alimenta a vida material e transforma toda a psicologia do mundo ocidental. Aquilo a que os historiadores chamaram fome de ouro, ou fome de mundo, ou fome de especiarias, é acompanhado, no domínio da técnica, por uma constante procura de *novidades* e de aplicações *utilitárias*, isto é, a serviço dos homens, para assegurar ao mesmo tempo diminuição e maior eficácia dos seus esforços. A acumulação de descobertas práticas e reveladoras de uma vontade inconsciente de dominar o mundo, um interesse acrescido por tudo quanto é fonte de energia, dão à Europa, muito antes do seu triunfo, o seu verdadeiro rosto e a promessa da sua supremacia (BRAUDEL, 1995, 377).

Este exemplo é rico para atrelarmos o tempo e o espaço sistêmico em seus aspectos transformacionais. As transformações podem ocorrer súbita ou paulatinamente no tempo e, no espaço, as mesmas podem ocorrer com inúmeras possibilidades ou contingências. Elas podem ser de caráter técnico-científico, relacionadas ao contrato social de produção, institucional-organizacional ou filosófico-ideológico. Mas, a qualidade diferencial da transformação é que ela modifica traços da longa duração, rompe com o tempo lento que até então vigorava. Por outro lado, seja qual for a inovação, afirma Braudel *“nunca tem valor a não ser em função do desenvolvimento social que a propõe e impõe [...] é que para triunfar neste domínio é sempre necessário ter autorização da sociedade [...] A sociedade é que manda”* (BRAUDEL, 1995, p. 393-394).

Incluída num tipo específico de “quebra da longa duração”, a definição proposta por Wallerstein define o tempo-espaço transformacional como um momento de mudança do sistema oriundo das contradições propriamente sistêmicas que culminam em uma crise sistêmica e, então, transformação para um *novo* sistema. Já o tipo específico de “quebra da longa duração” enfatizado nos estudos de Giovanni Arrighi entenderá a transformação essencialmente como determinada pelas contradições dos ciclos sistêmicos de acumulação, no tempo médio e da conjuntura, dinâmica sobre a qual ainda nos debruçaremos pormenorizadamente. As transformações daí encadeadas são mudanças no sistema, principalmente mudanças de Hegemonia, mas que podem vir a ser ou não mudanças do sistema como colocado por Wallerstein.

Neste sentido, procurando traçar uma inteligibilidade conjunta dos aspectos transformacionais na longuíssima duração dos Sistemas Mundo, Christopher Chase-Dunn propõe a “hipótese do desenvolvimento semi-periférico”. Para ele as semiperiferias têm significado evolucionário no desenvolvimento dos Sistemas Mundo (CHASE-DUNN; HALL, 1997, p. 79; Cf CHASE-DUNN, 1998).

“A ideia mais importante que advém desta perspectiva teórica é que as mudanças transformacionais nas instituições, estruturas sociais e lógicas de

desenvolvimento são causadas principalmente pelas ações de indivíduos e organizações dentro de comunidades políticas que são semiperiféricas em relação a outras organizações políticas no mesmo sistema. Esta ideia é conhecida como a hipótese do desenvolvimento semiperiférico” (CHASE-DUNN;KOWN 2012, p. 98).

Analisando comparativamente os Sistemas Mundo, haveria cinco tipos ou casos de mudança ocasionada pelo desenvolvimento semiperiférico: “conquistas de semiperiferias “marchantes”⁵³tribais”; “conquista de semiperiferias “marchantes” estatais”; “commoditização extensiva e intensiva por cidades-estado capitalistas semiperiféricas”; “a ascensão da Hegemonia Europeia”; “ascensão e queda de estados hegemônicos no interior do sistema mundo centrado na Europa”; “emergência de desafios revolucionários ao capitalismo na semiperiferia do sistema-mundo contemporâneo” (CHASE-DUNN;HALL 1997, p. 83). Ou seja, inclui as transformações a respeito das quais tanto Arrighi quanto Wallerstein apresentam em seus trabalhos. Na verdade, a “hipótese do desenvolvimento semiperiférico” identifica uma “continuidade”/imutabilidade de longa duração para as transformações, sendo a semiperiferia o “conceito vital de entendimento dos padrões de mudança social”.

Por outro lado, corroborando nosso ponto sobre a sobreposição das estruturas sociais com os modos de produção e com a centralidade do *trabalho* como *átomos* abstrato da longa duração, Chase-Dunn e Lerro (2013) salientam que para se entender os padrões de mudança social e, portanto, a ontologia propriamente dita dos Sistemas Mundo, é preciso “*conceitualizar diferentes lógicas de desenvolvimento e de modos institucionais por meio dos quais os recursos socialmente criados são produzidos e acumulados*” (CHASE-DUNN;LERRO, 2013, p. 24). Ou seja, as transformações de longa duração que manifestam as essências diferenciais dos Sistemas Mundo.

Inequivocamente, percebe-se que, dos tipos de padrão de mudança social propostos por Chase-Dunn, com exceção dos casos “marchantes”, os demais são parte da natureza do Sistema Mundo Moderno Capitalista, ou seja, denotam tanto a formação histórica deste sistema quanto seus “ciclos sistêmicos de acumulação” tal como proposto por Arrighi e sua tendência secular a produzir movimentos “antissistêmicos” tal como proposto por Wallerstein. No primeiro caso, o da commoditização extensiva e intensiva por cidades-estados capitalistas semiperiféricas, é automática a vinculação com os casos Genovês e Veneziano analisados por Giovanni Arrighi, no segundo e terceiro, ascensão

⁵³ Em inglês Chase-Dunn e Hall utilizam a terminologia “marcher” e também “marcher states”. A primeira refere-se a organizações políticas de tipo “chiefdoms”, isto é, unidades tribais descentralizadas, porém compartilhando do mesmo contexto de construção coletiva cultural. Como os autores não utilizaram a terminologia usual “nômade”, optou-se por manter a tradução por “marcher,” “marchante”.

da hegemonia europeia e ascensão e queda de hegemonias, é automática a vinculação aos casos Holandês, Britânico e Norte-Americano, também analisados por Arrighi. No último caso temos uma vinculação automática com as propostas de estudo de Wallerstein sobre as transformações sistêmicas, onde especialmente estudou a ascensão da Europa como sendo fundamentalmente a passagem do feudalismo para o capitalismo diante da crise sistêmica do feudalismo, e estudou o desenvolvimento da *geocultura* do sistema, o “liberalismo centrista” (WALLERSTEIN, 1974), observando a presença de “movimentos antissistêmicos” (WALLERSTEIN;ARRIGHI,HOPKINS, 1989). Evidentemente a questão implícita é se e quando estes movimentos assumirão protagonismo dentro dos Estados, afirmarão seu “poder relacional e estrutural” (lembrando Susan Strange) através deste (ou de outro tipo de organização política) para propor uma lógica sistêmica nova.

Ademais, é importante o teor da “hipótese do desenvolvimento semiperiférico” de que as hegemonias, assim como foi o caso da própria ascensão da hegemonia europeia, não saíram originalmente de posições centrais dentro do Sistema, isto é, do ponto de vista de sua posição no tempo-espço estrutural elas eram periferia/semiperiferias que se tornaram centros e depois hegemonias, com aspectos relacionais próprios face aos demais núcleos orgânicos do sistema mundial capitalista. Quer dizer, para Chase-Dunn, a lógica transformacional da mudança social é ditada pela capacidade histórica das semiperiferias, mas também não quer dizer que todas irão assim proceder.

Contudo, podemos pensar em alguns motivos para tal padrão: primeiro que as semiperiferias ao serem caracteristicamente uma mistura de centro e periferia não possuem os mesmos constrangimentos que a periferia assim como não possuem as mesmas garantias que o centro, viabilizando a capacidade de dar respostas diferenciadas que permitem transpor sua posição; esta capacidade, contudo, não se limita ao teor abstrato anterior, sendo concomitantemente determinantes sua posição geográfica e sua formação histórico-ideológica. Como afirmou Arrighi em “*A ilusão do desenvolvimento*”, esta capacidade de “mobilidade” das posições, quando acontece, é considerada “excepcional” (1997, p. 171) e, como tal, esta excepcionalidade tem origem numa multiplicidade de fatores. No caso da conquista de hegemonia é ainda mais excepcional e um dos fatores mais determinantes é a natureza da crise econômica e social das bases da hegemonia precedente à “subida” da semiperiferia, pois disto depende a resposta semiperiférica que será superior e capaz de gerar um “novo pacto” para o “interesse geral” (ARRIGHI, 1996). Enfim, ditas essas palavras sobre o tempo-espço transformacional, na próxima seção iremos enveredar no tempo-espço estrutural do Sistema Mundo Moderno

Capitalista que tem duas estruturas básicas, o sistema interestatal e sua divisão em posições complementares e hierárquicas, o centro, a semiperiferia e a periferia.

2.4. Tempo espaço Estrutural

“Nos séculos 14 e 15, quando ainda não existiam colônias, quando a América não existia para a Europa, quando a Ásia existia apenas por intermédio de Constantinopla e quando o centro da atividade comercial era o Mediterrâneo, a divisão do trabalho tinha uma forma e um aspecto inteiramente diversos dos do século 17, quando os espanhóis, portugueses, ingleses e franceses possuíam colônias estabelecidas em todas as partes do mundo. A extensão do mercado e a sua fisionomia dão à divisão do trabalho, em épocas diferentes, uma fisionomia e um caráter dificilmente dedutíveis da simples palavra *dividir*, da ideia e da categoria (MARX, 2009, *Miséria da Filosofia*, p. 144).

A luta ideológica por trás da delimitação abstrata do conceito de estrutura social se esconde atrás de diversas dicotomias como “estática/dinâmica”, “morfologia/fisiologia”, “sincronia/diacronia”, implicando numa “suposta antinomia entre estrutura e processo”, “realismo e nominalismo”, isto é, “existência real da estrutura e esquema lógico-abstrato”, entre “empirismo e formalismo”, entre “realidade e modelo”, enfim, “velhas dicotomias” (SROUR, 1978, p. 65-66).

Estas dicotomias ocorrem em razão da falta de incorporação do conceito de *tempo* como dimensão ativa da realidade, como dimensão ativa do processo cognitivo, que contém elementos de sucessão, movimento, concomitância e dialética. Fernand Braudel, parece ter sido influenciado por uma noção específica de Lévi-Strauss à qual faz menção diversas vezes em suas explicações sobre a longa duração, trata-se dos “determinismos inconscientes”, a dimensão inconsciente das sociedades.

Em seu livro “*Antropologia Estrutural*” a preocupação gira em torno à necessidade de cooperação e até mesmo fusão entre a história e a etnologia, além de ter sido inspirado pelos avanços na ciência linguística que, segundo o autor, teria conseguido decodificar um “Sistema de Relações Estruturante”. Lévi-Strauss crê que é possível do mesmo modo proceder no entendimento das Organizações Sociais. Ora, pois, ele está escrevendo sobre sociedades primitivas nas quais os sistemas de parentesco são importantes no seio da reprodução social e da sociabilidade, projeta então o método linguístico para estabelecer as *n* possibilidades destas relações de parentesco tendo como base um “inconsciente” (“operações inconscientes”) comum básico:

“em todas as sociedades as regras de casamento representam modos de garantir a circulação das mulheres no seio do grupo social, isto é, de substituir um sistema de relações consanguíneas, de origem biológica, por um sistema sociológico de aliança. Uma vez formulada essa hipótese de trabalho, restaria apenas empreender o estudo matemático de todos os tipos de troca concebíveis

entre n parceiros para daí deduzir as regras de casamento operantes nas sociedades existentes. Outras seriam, ao mesmo tempo, descobertas, correspondendo a sociedades possíveis. Finalmente, poderíamos compreender sua função, seu modo de operação e a relação entre formas diferentes” (LÉVI-STRAUSS, p. 72).

Pretende-se, conforme defende Strauss, que a noção de estrutura social seja o nível mais profundo, mas que ao mesmo tempo, enquanto modelo, não é a “realidade empírica” assim como não se confunde com as relações sociais, sendo estas últimas, na verdade, a “matéria-prima empregada para a construção dos modelos que tornam manifesta a própria estrutura social” (LÉVI-STRAUSS, [1958] [S.d], p. 301). Segundo ele, para merecer o *status* de estrutura social os “modelos” devem satisfazer quatro condições: (i) ser um sistema onde uma “modificação” em algum de seus “elementos acarreta uma modificação nos demais”; (ii) todos pertenceriam a um grupo de “transformações”; (iii) é possível “prever a reação do modelo em caso de modificação de um de seus elementos” e; (iv) ainda, deve “dar conta de todos os fatos observados”. (LÉVI-STRAUSS, [1958] [S.d], p, 302). Ou seja,

“A análise busca reduzir a diversidade [2 ou de 300 sistemas de parentesco] a uma ordem, qualquer que seja. Por detrás da diversidade, pode-se, de fato, discernir princípios gerais, em número limitado, que são aplicados e combinados de diversos modos” (RADCLIFF-BROWN *apud* Lévi-Strauss [1958] [S.d], p. 329).

Esta definição busca “simplificar” (termo que usa com certa frequência) a lógica da realidade em relações de causalidade essenciais entre elementos essenciais, preferindo a identificação duma imutabilidade comum num sistema estável de interações e transformações. Ainda, para Lévi-Strauss tudo se resume ao “sistema de comunicação” social, seja na linguagem, nos casamentos como na economia⁵⁴, trata-se de comunicar símbolos, signos e valores. Trata-se de encontrar o inescapável ou inexorável no âmbito das sociedades e para todas elas. Cada diversidade do “inescapável”, relações de parentesco e sociológicas, relações de dependência e dominação, relações simbólicas incorporariam e exalariam escalas temporais (LÉVI-STRAUSS, [1958] [S.d], p. 313). Agora, pois pensando no campo da etnologia, como ele afirma, Lévi-Strauss não descartou a diacronia (argumenta no todo usando o raciocínio do diacrônico e sincrônico⁵⁵

⁵⁴ “Que relação poderia haver, afinal, entre a existência concreta dos grupos humanos realmente observáveis e noções como valor, utilidade e lucro? (LÉVI-STRAUSS, [1958] [S.d] p. 323).

⁵⁵ “Mas, sobretudo, desde o artigo de Jakobson, sabemos que a oposição entre sincronia e diacronia é largamente ilusória, boa apenas nas etapas preliminares da investigação (LÉVI-STRAUSS, [1958] [S.d], p.102)”.

enquanto pensa o papel das disciplinas) e nem a história, aliás, defendeu a interdisciplinaridade, mas preferiu focar nos aspectos da sincronia.

“Para o etnólogo, a sociedade envolve um conjunto de estruturas que correspondem a diversos tipos de ordem. O sistema de parentesco fornece um meio de ordenar os indivíduos segundo certas regras, a organização social fornece outro, as estratificações sociais ou econômicas, um terceiro. Todas essas estruturas de ordem podem ser elas mesmas ordenadas, contanto que se percebam as relações que as unem e de que modo elas agem umas sobre as outras do ponto de vista sincrônico. [...] Tais tentativas de formular um modelo **total** de uma dada sociedade colocam o etnólogo diante de uma dificuldade já mencionada no início deste capítulo, a de saber até que ponto o modo como uma sociedade concebe suas várias estruturas de ordem e as relações que as unem corresponde à realidade (LÉVI-STRAUSS, [1958] [S.d] p. 342)”.

Embora tida como controversia a posição de Strauss, Fernand Braudel considera que este autor se situa na temporalidade referente a muita longa duração ou de longuíssima (ver Braudel e Wallerstein), tentando situar-se no tempo-espaço eterno e chega inclusive a afirmar:

“Estarei errado em pensar que os modelos das matemáticas qualitativas, tais como se nos apresentaram até aqui (35), prestar-se-iam mal a tais viagens, antes de tudo porque eles circulam sobre um só dos inúmeros caminhos do tempo, o da longa, **muito longa** (grifos no original) duração, ao abrigo dos acidentes, das conjunturas, das rupturas? Voltarei, uma vez mais, a C. Lévy-Strauss, porque sua tentativa, nestes domínios, me parece a mais inteligente, a mais clara, a melhor enraizada, também, na experiência social, da qual tudo deve partir, para onde tudo deve voltar. De cada vez, observêmo-lo, focaliza ele um fenômeno de uma extrema lentidão, como que intemporal. Todos os sistemas de parentesco perpetuam-se, porque não há vida humana possível para além de uma certa taxa de consanguinidade, porque é preciso que um pequeno grupo de homens, para viver, se abra sobre o mundo exterior: a proibição do incesto é uma realidade de longa duração (BRAUDEL, 1965 p. 286).

Como afirma Braudel (Revista História e Ciências Sociais: *A longa duração*, 1965, p. 279), os modelos implicam durações e destas derivam seu “significado” e seu “valor de explicação”, mas ele adverte que o modelo deve ser confrontado com a realidade num ir e vir similar ao ir e vir do abstrato ao concreto:

“Para mim, a pesquisa deve ser continuamente conduzida da realidade social ao modelo, em seguida de àquela e assim por diante, por uma sequência de retoques, de viagens pacientemente renovadas. O modelo é, assim, alternativamente, ensaio de explicação da estrutura, instrumento de controle, de comparação, verificação da solidez e da própria vida de uma estrutura dada. Se eu fabricasse um modelo a partir do atual, gostaria de recoloca-lo logo na realidade, depois fazê-lo remontar no tempo, se possível até seu nascimento. Após o que, eu computaria sua vida provável até a próxima ruptura, segundo o movimento concomitante de outras realidades sociais. A menos que, servindo-me como de um elemento de comparação, eu não o passeie no tempo ou no espaço, à procura de outras realidades capazes de iluminar-se, graças a ele, com uma nova luz (BRAUDEL, 1965 p. 286).

Por vezes há muitas críticas entre autores e na maioria delas o resultado é um esvaziamento das possibilidades criativas das contribuições, impedindo-se de fato de se alcançar uma complementação ou mesmo síntese. Neste sentido, deve-se fazer notar que as categorias marxistas, por exemplo, oriundas do debate na economia política, e a

estrutura social por meio da qual se reproduzem na realidade, dizem respeito a uma duração específica e a um momento histórico específico. Esta duração não está no domínio da muita longa duração, mas coloca os sistemas de trabalho (analogia aos sistemas de parentesco) como trabalho sendo inescapável então ao domínio da muito longa duração do viver em sociedade. Partindo daí podem-se identificar, distintivamente ao longo da história, e, entre sociedades que existiram ao longo da história, as relações sociais de produção em função e mediadas pelo trabalho.

Contudo, Marx, em “*Crítica do Programa de Gotha*” (2012), observa que, o “trabalho não é a fonte de toda riqueza”, riqueza entendida em valores de uso, riqueza material, mas que a fonte de toda riqueza material, entendida em valores de uso, é a natureza, porém *tanto quanto o trabalho* “que é apenas a *exteriorização de uma força natural*, da força de trabalho humana” (MARX, 2012, p.24). Trabalho e natureza são as origens da riqueza material, toda riqueza material entendida em valores de uso provém de sua combinação (seja em sociedade ou não) sendo que o “trabalho se realiza com os objetos e os meios a ele pertinentes” (MARX, 2012, p. 24). A combinação está, contudo, intermediada pelo meio social, pela forma econômica, e são determinantes as “condições objetivas do trabalho” na relação complexa entre ser a fonte da riqueza e, diante da divisão do trabalho em sociedade, ter que passar pela distribuição e apropriação da mesma (na sociedade)⁵⁶.

“Os burgueses têm excelentes razões para atribuir ao trabalho essa *força sobrenatural de criação*; pois precisamente do condicionamento natural do trabalho segue-se que o homem que não possui outra propriedade senão sua força de trabalho torna-se necessariamente, em todas as condições sociais e culturais, um escravo daqueles que se apropriaram das condições objetivas do trabalho. Ele só pode trabalhar com sua permissão, portanto, só pode viver com sua permissão (MARX, 2012, p. 24-25)”.

Entendendo as condições objetivas como as “várias pretensões dos diferentes tipos de propriedade privada” ressalta que daí parte a chave da diferenciação particular dentro da imutabilidade essencial da combinação trabalho e natureza e como se dá a distribuição e apropriação da riqueza material:

“A distribuição dos meios de consumo é, em cada época, apenas a consequência da distribuição das próprias condições de produção; contudo, esta última é uma característica do próprio modo de produção. O modo de

⁵⁶ “Mas essas distorções são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como ela surge, depois de um longo trabalho de parto, da sociedade capitalista. O direito nunca pode ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade. Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: ‘De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!’ (MARX, 2012, p. 32-33)”.

produção capitalista, por exemplo, baseia-se no fato de que as condições materiais de produção estão dadas aos não trabalhadores sob a forma de propriedade do capital e de propriedade fundiária, enquanto a massa é proprietária somente da condição pessoal de produção, da força de trabalho. Estando assim distribuídos os elementos da produção, daí decorre por si mesma a atual distribuição dos meios de consumo. Se as condições materiais de produção fossem propriedade coletiva dos próprios trabalhadores, então o resultado seria uma distribuição dos meios de consumo diferente da atual. O socialismo vulgar (e a partir dele, por sua vez, uma parte da democracia) herdou da economia burguesa o procedimento de considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção e, por conseguinte, de expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição. Depois de a relação real estar há muito esclarecida, por que retroceder? (MARX, 2012, p. 34)”.

No materialismo histórico a estrutura social é “*configuração transitória de um processo*” e carrega em si a contradição do modo de produção, apontando para a “necessidade interna da dinâmica” dentro de uma estrutura que é capaz de se reproduzir metabolicamente e transformar-se (por assim dizer, tornar-se velha, amadurecer e perecer) (SROUR, 1978, p. 97;99). Aqui, as antinomias ou dicotomias tornam-se vivas, aqui a clivagem entre as ciências nomotéticas e idiográficas deve obrigatoriamente ser reduzida a pó. Conforme Srouer,

“Assim, o conceito de estrutura não pode ser situado totalmente à margem da ideia de transformação, mas simplesmente a estrutura é um produto do pensamento, a transformação um produto da ação histórico-concreta dos agentes coletivos. Marx, aliás, reconhecia enfaticamente que, na teoria, estrutura e transformação se supõem, quando dizia que dialética é essencialmente crítica e revolucionária, porque apreende, ‘de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir’. A concepção dialética de estrutura social faz justiça aos aspectos de regularidade e reprodução da vida social, sem negligenciar o fluxo dos eventos que resultam dos embates entre agentes coletivos que, ao mesmo tempo, sustentam e recriam, produzem e rompem a configuração transitória das relações sociais que os articula. Isto é, a ideia das formas variantes de estrutura social e de suas articulações é a condição maior da produção do conceito. Pois este não produz o real, nem o apreende como conceito isolado, mas é indispensável como instrumento teórico para a obtenção de conhecimentos concretos” (SROUR, 1978, p. 102).

E, deve-se ressaltar, tomando a liberdade de resgatar, mais uma vez, para proceder com tal teorização é preciso tomar o tempo como epistemologia no marco do tempo epicurista. O modo de produção é o entendimento da *particularidade abstrata* de uma estrutura, sendo que a estrutura social engloba mais. Não somente particularidade abstrata, mas sua especificidade enquanto abstração de um todo concreto. A estrutura social agiganta-se envolta desta particularidade ao mesmo tempo em que dela faz parte. Como mesmo Marx observou em seus escritos sobre metodologia, e utilizando a palavra estrutura, é a “*totalidade das relações de produção que constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas*” (MARX, 2008, p. 47). O caminho

que se percorre é do atomístico/abstrato à totalidade historicamente comparada em suas diferenças essenciais e o processador o *tempo*, a longa duração como “simultaneidade de continuidades e transformações”. Por exemplo, a ênfase na produção (modo de produção), em oposição à ênfase no consumo, troca ou utilidade, é o encontro da abstração de que não se pode nem ter sociedade e nem consumo, troca ou utilidade caso não seja efetuada a produção (SROUR, 1978, p. 104), e isto é uma abstração imutável, uma imutabilidade essencial comum a todas as sociedades. Porém, este essencial, contém sua mutabilidade numa diferença também essencial:

“[...] todas as épocas da produção têm certas características em comum, determinações em comum. A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração razoável na medida em que destaca e fica o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse *universal*, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas. [Certas] determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Nenhuma produção seria concebível sem elas; todavia, se as línguas mais desenvolvidas têm leis e determinações em comum com as menos desenvolvidas, a diferença desse universal e comum é precisamente o que constitui seu desenvolvimento. As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade – decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos -, não seja esquecida a **diferença essencial** (MARX, 2011, p. 41).

Há essencialidade na diferença e particularidade no comum. Eis talvez o processamento chave na atuação do tempo como epistemologia⁵⁷ no entendimento da longa duração histórica, e também como antítipo do tempo Epicurista lido pelo Jovem Marx. Assim, ele, Marx, também estava reduzindo à pó a clivagem entre as ciências nomotética e idiográfica. Nenhuma produção dos seres é não total e nenhum total é total sem a particularidade dos seres substanciados e objetivados numa contradição essencial-categorial repleta de historicidade, permitindo movimento, tempo, e estruturação para uma reprodução do que é efetivamente real, a “semi-imobilidade”. O que confere totalidade ao modo de produção é a totalidade das relações sociais que são estabelecidas ao redor e no trabalho humano, momento da produção, ato inexorável e comum do existir humano na natureza, onde, segundo Lukács (2010), o trabalho é o primeiro processo que “introduz no ser a práxis” (2010, p. 70) e são as relações sociais de produção no ato do trabalho e de sua apropriação, o fundamento. Há, neste sentido, inteligibilidade na diferença essencial entre os modos de produção, entretanto as estruturas totais ao redor

⁵⁷ Como coloca Lukács, uma epistemologia que culmina numa ontologia própria dos seres, especialmente do ser social ou da sociedade, considerando que a “historicidade dos seres” é momento chave do pensamento que a entende, e que as essências e categorias são fruto da historicidade e não de uma abstração “isolada e subjetiva”.

do movimento histórico-temporal desta diferenciação essencial ou da particularidade do comum não se resumem somente à esfera da produção ou do trabalho, embora estas sejam nevrálgicas. Aqui entra o entendimento profundo do que é estrutura social.

A superestrutura política, jurídica e ideológica permite a reprodução no nível de análise preposto, pois deve “congelar” as relações de produção, relações sociais da produção, para que então possa reproduzir-se toda a formação social na sua base econômica e, também, vice-versa. A esfera do poder político, das regras jurídicas (ou religiosas), atua dando caráter efetivamente social, geral e estruturante ao modo de produção, sua longa duração, permitindo-o reproduzir-se e, no caso do capitalismo, ampliar-se. Agora, o modo de produção, entendido então como estrutura social tem passado e é produto de um passado que se tornou “futuro”, é produto da história, sim total, produto do *tempo*. Por isso, enquanto totalidade histórica, a estrutura social é sempre realmente uma “unidade do diverso”. Pela própria complexidade das “múltiplas determinações” dentro desta estrutura social, cuja primeira abstração é o modo de produção, nem sempre as transformações em cada um dos níveis (economia, produção, política, jurídico e ideológico etc.) serão compassadas e mecânicas ou virão numa ordem pré-estabelecida. Assim, do nascimento do capitalismo a sua constituição plena como modo de produção numa estrutura social houve/há todo um transcorrer vivo de temporalidades e espaços, inclusive categoriais. Dentro da perspectiva do Sistema-Mundo estas temporalidades e espaços são essenciais. A verdadeira “unidade do diverso” é o Sistema-Mundo. No sentido de Lukács o Sistema-Mundo seria o invólucro do ser social, porém tendo como unidade de análise não mais os Estados ou qualquer outra unidade política, como Impérios presos em suas fronteiras, por mais que sejam unidades coerentes. Mas quais são as características desta estrutura social sistêmica? O Estado, seu sistema capitalista-competitivo (Imperialista) e sua Divisão axial Internacional do Trabalho entre centro, semiperiferia e periferia.

Braudel definiu a estrutura que domina o problema da longa duração como *economia-mundo*. Wallerstein recuperou este conceito para sustentar sua tese da formação do Sistema Mundo Moderno Capitalista e acrescenta ainda outras características estruturais, denominando de característica estrutural prioritária a *incessante acumulação de capital*⁵⁸. A teoria da dependência explicou o processo

⁵⁸ “It is my view also that no historical system that ever existed before can be plausibly seen as operating on the principle of structural priority to the *ceaseless* accumulation of capital (WALLERSTEIN, 1993, p. 293)

endógeno de acumulação através da transferência de excedente/valor no sistema por meio das posições centrais e periféricas, assim como decifrou aspectos políticos e sociológicos da dependência, isto é, aspectos políticos e sociológicos dos Estados Modernos periféricos que não possuem as mesmas diretrizes de poder e competição que os Estados centrais devido a sua inserção na Divisão Internacional do Trabalho. A teoria da dependência contribuiu assim de duas maneiras, tanto pela identificação das relações centro-periferia quanto pela contribuição que fez à lei do valor em escala mundial⁵⁹. Janet Ab-Lughod falou de um sistema diferente pela presença estrutural de Hegemonia Sistêmica (Única) a partir do XVI. Destarte, a narrativa da construção do Sistema Interestatal e das relações centro-periferia é importante força estrutural do sistema e dentro dele, no que pensamos denominar, de tempo-espço histórico-categorial, se desenvolvem os desenvolvimentos do modo de produção, suas categorias em suas relações e tendências seculares.

Em seu estudo sobre a sociedade feudal Marc Bloch procura retratar o “estado de civilização” referente aos vocábulos *feudalis*, *feudo* e *feudalismo*. Para ele este “estado” teria sido causado pelo “*entrecruzar de toda espécie de correntes de civilização*” em decorrência das invasões Islâmicas, dos Magiares, Escandinavos, Húngaros e Bárbaros (note-se este movimento como transformacional e incluído nos dois primeiros tipos propostos por Chase-Dunn). Assim, um movimento já sistêmico/”transcivilizacional” que em meio ao enfraquecimento do Império Romano por problemas políticos e biológicos (peste dos Antoninos (ver McNeill)), contribuiu para o desmantelamento definitivo da estrutura Imperial que vigorava na região europeia representada pelo Império Romano. As consequências apontadas por Bloch: o enfraquecimento e despovoamento das cidades; campos tomados pela instabilidade da posse da terra, insegurança nas rotas fluviais, decadência das ordens religiosas e da vida intelectual e “*profunda descida da curva demográfica*”.

Porém, Bloch divide a Idade Feudal em duas fases, e somente na segunda houve o que ele chamou de “*revolução econômica da segunda idade feudal*”, que incluiu, segundo seu estudo: entre 1050-1250 um movimento de povoamento; cruzadas (impulsionada pela Reforma Gregoriana da metade do século 1000); “colonização dos planaltos ibéricos”, “progresso demográfico”, reestabelecimento do comércio cuja “*união*

⁵⁹ A contribuição específica da Teoria da Dependência será tratada adiante quando reservarmos um dos itens deste primeiro capítulo ao tempo-espço histórico-categorial que se encarrega dos problemas do desenvolvimento das formações econômico-sociais.

pela Alemanha e, sobretudo, pelas feiras de Champagne” ao porto de Bruges nos países baixos (de onde adentravam mercadorias do Oriente), tendo inclusive resultado no ressurgimento da cunhagem de moedas nos começos do século XIII⁶⁰, assim como dos fluxos dos meios de pagamento, fazendo com que mercadores e artesãos fossem cada vez mais importantes como classe (ver seções sobre a “primeira” e “segunda” idade feudal). Esta “revolução econômica da segunda idade feudal” seria a sobreposição do marco primeiro do Sistema Mundo Capitalista onde, como veremos com a proposta de Fiori, Tilly e Nobert Elias, emerge um ambiente de configurações político-competitivas de centralização do poder e criação de mecanismos econômicos para a guerra, impulsionando a acumulação de riqueza concomitantemente.

Segundo Bloch, contudo, os “laços de dependência pessoal” ainda prevaleciam, onde os “laços vassálicos”, as prestações de serviço e a terra eram âncoras das relações sociais. Prevalencia a “redução ao mínimo do papel social do salário”, definido por ele como “pagamento periódico de uma quantia em dinheiro” e, em seu lugar, a cessão da terra e o “*albergar o homem em casa*”. Bloch afirma que embora houvesse carência de moeda, ela cumpria um papel precificador mesmo que o ato da troca pudesse ser com mercadoria/bens, assim:

“As trocas não eram, portanto, inexistentes: pelo contrário, eram irregulares ao último grau. A sociedade daquele tempo não desconhecia evidentemente nem a compra nem a venda, mas não vivia como a nossa, da compra e da venda. Também o comércio, ainda que sob a forma de troca, não era único, nem talvez o mais importante dos canais pelos quais se processava então a circulação dos bens através das camadas sociais. [...] Um grande número de produtos passava de mão em mão a título de foros, pagos a um chefe como remuneração pela sua proteção ou como reconhecimento do seu poder. O mesmo acontecia com essa outra mercadoria que é o trabalho humano: o trabalho gratuitamente fornecido ao senhor fornecia mais mão-de-obra do que o trabalho remunerado. Numa palavra, a troca, no sentido estrito, ocupava menos lugar na vida econômica, sem dúvida, do que a prestação de serviços; e porque a troca era, assim, rara e por isso só os pobres deviam resignar-se a subsistir apenas à custa da sua própria produção, a riqueza e o bem-estar pareciam inseparáveis do comando. Todavia, uma economia constituída deste modo à disposição dos próprios poderosos só lhes proporcionava, afinal, meios de aquisição singularmente restritos. **Quem diz moeda diz possibilidade de reservas, capacidade de espera, antecipação dos valores futuros**, coisas que, reciprocamente, a penúria de moeda tornava extremamente difíceis (BLOCH, [s.d.] p. 93 – grifos nossos).

Na verdade, a revolução que dará força estrutural ao Sistema Mundo Moderno Capitalista tem exatamente a ver com a utilização da moeda por parte do poder político

⁶⁰ Até então “O mundo muçulmano, com o mundo bizantino, exerceu sobre o Ocidente, até o século XII, uma verdadeira hegemonia econômica: as únicas moedas de ouro que circulavam ainda nas nossas regiões saíam das oficinas gregas ou árabes, ou então – tal como muitas de prata imitavam-lhes as cunhagens” (BLOCH, [s.d.] p. 21).

para, por meio destas capacidades de “reserva, espera e antecipação”, imbricar duas lógicas: a guerra à acumulação comercial e a guerra aos instrumentos financeiros. Esta imbricação teria sido colocada em processo pela característica politicamente fragmentada da Europa Ocidental que obrigava constantes embates bélicos entre os diversos reinos e localidades políticas, bem como pela retomada do comércio no Mediterrâneo a partir da reconquista de Constantinopla pelas Cruzadas⁶¹, fortalecendo um ponto nodal sistêmico de acumulação que conectava a Europa às rotas Afro-Asiáticas. De fato, aparentemente o pré-requisito para o “*capitalismo como capitalismo*” teria sido, para além dos conceitos de trabalho assalariado, propriedade privada e trocas comerciais, a “*rivalidade numa constelação de Estados*” sob a herança de um modo de produção feudal que, inclusive era a própria razão da posição periférica da Europa face aos “Sistemas Tributários” e ou “Impérios-Mundo”.

“Podemos então voltar a Braudel, que nos propõe uma explicação luminosa do nascimento do poder capitalista, não como produto espontâneo do mercado mas, ao contrário, fora e acima das obrigações que ele impõe. Braudel qualifica a transformação qualitativa, que se cristaliza na Europa no fim da Idade Média, de passagem de um poder fragmentado e atomizado para um poder concentrado, do qual as cidades italianas de início, as Províncias Unidas no século XVII, a Inglaterra a partir de 1688 constituem os modelos sucessivos. É essa transformação que marca o aparecimento do capitalismo e o define, não a existência de trocas comerciais, que é muito anterior a ele (AMIN, 2006, p. 133)”.

A posição periférica da Europa Ocidental, em função de sua fragmentação pós-invasões bárbaras em comparação às formações asiáticas e árabe-islâmicas e da civilização do vale do Indu, permitiu a formação de um Sistema muito próprio de competição pelo poder. Diferente do Império-Mundo de Wallerstein, o Sistema de Poder Interestatal Europeu, que se cristaliza mais claramente a partir de 1648 com o Tratado de Westfália.

José Luís Fiori esmiúça esta nova interpretação teórica para o nascimento e funcionamento do sistema mundial. Nesta interpretação, ancorada tanto na tese de Nobert Elias da “Sociogênese do Estado” quanto na teoria *cartalista* da moeda de Knapp, defende que não foi nenhum automatismo “intrínseco” (interno – rememorando a discussão do “agente motor”) ao modo de produção capitalista, como o “assalariamento da força de trabalho” e o “jogo das trocas”, o fator determinante para a acumulação de riqueza e a geração acelerada do lucro, mas sim a particularidade do contexto do poder político na

⁶¹ Sobre o papel das cruzadas neste processo de reconstituição das áreas de comércio e monetização ver Metri (2007).

Europa Ocidental. A passagem de uma “economia das necessidades”⁶² para uma “economia do lucro” e da acumulação de riqueza não teve origem no “automatismo” inerente a algumas características do mercado, das trocas ou do capitalismo, mas sim, no processo e contexto de fragmentação do poder político na Europa após a queda do Império Romano e do Império de Carlos Magno devido, entre outras coisas, às invasões bárbaras (FIORI, 2007, p. 14).

Em síntese, explica Fiori, a desintegração política e econômica na Europa do Império Romano que seguiu às invasões bárbaras, provocou um vácuo de poder e o “desaparecimento quase completo da moeda e da economia de mercado entre os séculos IX e XI”, mas a partir do século XII e XIII (o marco (i)), começaria importante reversão incipiente atrelada à capacidade de organização política exigida pelas “Guerras de Conquista”, o processo de “feudalização”, que era ancorado pelas “forças centrífugas e centrípetas” (ELIAS, 1990).

Segundo Norbert Elias, após este intervalo de tempo, nos dois séculos seguintes às invasões bárbaras, havia elevada fragmentação das populações, mas, já a partir do século XI, devido ao aumento demográfico, a pressão sobre a terra toma uma dimensão de “inflexão da normalidade”, pois a sociedade havia atingido o nível do “excesso demográfico” (ELIAS, 1990, p. 42). A partir deste momento, portanto, começa a gestar-se “naquela parte do planeta o ‘jogo das guerras’” (FIORI, 2004). A formação e concentração do poder político e a constante necessidade de dominação de novas terras, pouco produtivas, e manutenção das existentes é o “elo perdido” na gênese do Estado. Neste primeiro momento, a terra era o instrumento e objetivo do poder. Era, devido ao sistema de tributação direto (a partir do monopólio das armas e da capacidade de violência-opressão sob os súditos), isto é, em que o pagamento é efetuado com os próprios produtos produzidos, a própria expressão da riqueza, mas não somente desta, era concomitantemente, porque dela advinha a capacidade material para a guerra, a própria expressão do poder militar.⁶³

⁶² Um outro argumento a favor da hipótese do poder global para esse ponto da passagem de uma economia das necessidades para uma economia do lucro é que, no próprio decorrer do século XIII até a revolução industrial, a acumulação de dinheiro por acumular, para o indivíduo, era algo muito relativo porque os benefícios materiais disso, em termos de capacidade de diversificação do consumo e investimento no sentido de utilização o metal para coisas da sobrevivência pragmática, eram muito limitados, não havia uma diversidade do consumo nem dos investimentos que se justificasse além da normalidade requerida, com exceção, evidentemente de uma vida luxuosa que, era somente possível por relações de sangue e classe basicamente.

⁶³ “Antes e durante boa parte do ‘longo século XIII’, a acumulação de poder dos príncipes ou soberanos se calculava pela quantidade de território (T) e da população camponesa e urbana (C + U) incluída dentro de

A especificidade do processo de feudalização, em comparação à idade antiga e também em comparação aos outros Sistemas (Tributário e Império-Mundo), foi um momento lógico anterior da “sociogênese do Estado” na medida em que construiu temporal e fisicamente uma cultura da guerra e das armas que propiciou a centralização necessária do poder de forma paulatina. Essa centralização retroalimentava-se pelo circuito tributário que implicava o acúmulo de um excedente produtivo por parte da população para que o poder soberano pudesse manter e expandir seu poder paralelamente, dado com uma das moedas de troca na construção de alianças era a própria terra. Assim, foi possível, devido a esse processo de centralização do poder e da violência, a monetização dos tributos pelo poder soberano, declarando devedores seus súditos e estabelecendo os primeiros padrões monetários (METRI,2007) pela, literalmente, imposição de seu poder. Como consequência, estabeleceu também os primeiros parâmetros para a construção dos preços, isto é, de um sistema de preços, que por sua natureza arbitrária em nada teve a ver, segundo a Teoria do Poder Global e a Teoria *Cartalista* da Moeda, com o alargamento da atonicidade do mercado com a moeda assumindo, naturalmente pelo adensamento das trocas, o papel de expressão fiel dos valores. Portanto, a monetização, imbricada à nova gestão do poder político, que coexistiam com outros poderes políticos (e tal coexistência é o X da questão), representou uma verdadeira revolução na capacidade organizacional da produção da riqueza, já que a tributação, em meio à disputa pelo poder, deu início à crescente necessidade de produção de excedente e formas institucionais de financiamento. Por outro lado, essa ampliação pressupunha paralelamente a própria ampliação dos mercados e, a partir destes, das trocas. Assim, quanto mais mercados, trocas e tributação monetária se retroalimentavam, mais as condições tanto para o fortalecimento do poder político quanto para o fortalecimento da acumulação sistêmica de riqueza emergiam (FIORI, 2007, p. 19-21).

“Da mesma forma, a ‘monetização’ dos tributos representou uma mudança radical no processo de acumulação do poder e também nas relações entre o

seu domínio: ($\rightarrow P = \rightarrow T + \rightarrow \{C + U\}$). E se media pela capacidade desse poder soberano de definir a quantidade e a frequência do pagamento dos tributos (I) e das rendas e serviços (R) por parte dessa população. Esse poder de tributar era essencial, porque era ele que ‘financiava’ a reprodução do próprio poder, por meio da contratação dos exércitos mercenários e da mobilização militar dos servos, camponeses e cidadãos. Naquele momento da história, a base material do poder e a riqueza dos soberanos podiam ser expressas de forma análoga: $P = R = (\{I + R\} / (T + \{C + U\}))$. E a acumulação de poder de P1 se dava por meio da conquista de mais T, C e U, subtraídos a P2, P3 etc., e pelo aumento da sua capacidade de criar novos tributos e impor a exigência da prestação de novos serviços. O tributo, em qualquer uma de suas formas, foi sempre um ato de força fundamental para a reprodução do poder do soberano sobre um certo território e sua população.” (FIORI, 2007, p. 19).

poder e o mundo da produção e das trocas. O crescimento dos tributos, exigido pelo aumento das guerras e das conquistas, estimulou o aumento da produção, da produtividade e do excedente do trabalho e da terra. E os pagamentos dos tributos em dinheiro estimulou a troca desse excedente ampliado nos mercados onde o ‘contribuinte’ podia acumular os créditos necessários para o pagamento das suas dívidas na moeda soberana. Dessa maneira, criou-se um círculo virtuoso entre a acumulação de poder dos soberanos e o aumento do excedente, das trocas e dos mercados.” (FIORI, 2007, p. 19-21).

Esta imbricação só fazia sentido, contudo, porque existia a “pressão sistêmica competitiva” desencadeada pelos processos históricos mencionados. Numa outra dimensão, entretanto, também se reproduzia pela própria metafísica que adquiria o poder em termos de ser expressão tanto de comando sobre outros territórios e sobre seu próprio, como também em termos de ser expressão na nova forma da riqueza, o dinheiro, que tinha como superestrutura jurídica e de garantia de contratos o próprio poder soberano. A mesma “pressão sistêmica” em cada um destes poderes foi a pedra angular do “milagre da Europa” e, depois, ao associar-se com a necessidade do lucro, tornou-se, definitivamente, a “originalidade da Europa” (FIORI, 2007, p. 24): “*A guerra, a moeda e o comércio sempre existiram. A originalidade da Europa, a partir do ‘longo século XIII’, foi a forma em que a ‘necessidade da conquista’ induziu e depois se associou com a ‘necessidade do lucro’.*” (FIORI, 2007, p. 24) e:

“[...] a origem histórica do capital não ‘começa pelo mercado mundial’, nem pelo ‘jogo das trocas’. Começa pela conquista e pela acumulação do poder e pelo seu estímulo autoritário ao crescimento do excedente, das trocas e dos grandes ganhos financeiros construídos à sombra dos poderes vitoriosos. E, como consequência, a teoria da formação do capital e do capitalismo também tem de começar pelo poder, pelos tributos e pelo excedente, partindo das primeiras formas de definição do trabalho excedente e de sua transformação em dinheiro e em capital, a partir do poder dos soberanos.” (FIORI, 2007, p. 25).

Num primeiro momento, o do “longo séculos XIV-XV”, instaura-se na Europa o que podemos chamar, tendo como base a Teoria do Poder Global, a dialética dos ‘3Ts’, tributos, território e terra, a qual por seu desenvolvimento dentro de um ambiente de “pressão competitiva” culminou na monetização e no aumento da produtividade das atividades econômicas. Consequentemente, o fato de nenhum poder soberano ter conseguido efetivamente expandir-se a ponto de eliminar todos os seus concorrentes, porque se beneficiavam mutuamente desta condição sistêmica, foi o prelúdio da formação do “mosaico monetário Europeu” (METRI, 2007). Como tal, este mosaico foi lócus imediato das primeiras possibilidades de multiplicação do dinheiro pelo próprio dinheiro, mas sempre ancorado na “violência do poder” (FIORI, 2007, p. 20). De modo que há, histórica e efetivamente, a “precedência lógica” do ‘poder’ sobre a produção, distribuição e acumulação acelerada da riqueza. Segundo a teoria do Poder Global, portanto, o quadro

sistêmico do poder e das Guerras na Europa após a queda do Império Romano, está na origem genética do próprio modo de produção capitalista porque sem a centralização do poder e sem o estabelecimento de um primeiro sistema de preços a partir da imposição de excedente pelo ‘protoestado’, não seria possível, somente pelo mercado e pela divisão do trabalho, mesmo que organizada em torno da exploração do trabalho assalariado, o desenvolvimento da acumulação acelerada de riqueza e do lucro.

“Ou seja, a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do ‘jogo das trocas’, ou do próprio mercado, nem veio, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Veio do mundo do poder e da conquista, do impulso gerado pela ‘acumulação do poder’, mesmo no caso das grandes ‘repúblicas mercantis’ italianas, como Veneza e Gênova.” (FIORI, 2007, p. 16-17).

A necessidade de acumulação de poder era equivalente à necessidade de sobrevivência do território, pois permeada pela “pressão competitiva”. Como o poder político é “fluxo” (FIORI, 2007), para existir precisa ser visto/exercido, caso contrário seria contraproducente, já que, se não é visto, é incapaz de estabelecer limites cognitivos àquele em situação subalterna, tanto do ponto de vista dos súditos quanto do ponto de vista dos demais poderes soberanos, o que acaba abrindo opções de ação a estes últimos e, assim, as vontades e as regras daquele que teria o poder não seriam reais. Por isso, para ser efetivo, o poder global é de “soma zero” (FIORI, 2007, p. 17) precisa se reproduzir, se acumular permanentemente a expensas do poder do outro, sendo a expansividade do poder um fenômeno vital nesta teorização. Mas, paradoxalmente, foi exatamente o fato de “todos” (principais potências Europeias) perseguirem esse mesmo objetivo e pressionados pela mesma lógica, o fator determinante para o impedimento da construção de um Império com anexação total dos blocos ou poderes em conflito. Caso isso tivesse ocorrido, toda lógica competitiva que então gerava a fusão do poder com a riqueza e sua acumulação seria bloqueada, parando o processo. Este aspecto culmina no que podemos chamar de paradoxo do “insucesso” do poder, porque é exatamente este “insucesso”, no sentido de não conseguir conquistar de fato todos os oponentes, a força propulsora da acumulação e do próprio poder e da riqueza. Por isso que a medida que os poderes soberanos foram tomando a forma moderna e os “tabuleiros” e territórios (METRI, 2007) foram ficando mais rígidos e delimitados, a acumulação do poder passa cada vez mais a se confundir com a acumulação da riqueza, pela capacidade de acumulação monetária pela atividade econômica, atividades bancárias e por políticas de construção de um mercado nacional forte e, ponto nevrálgico, pela capacidade de internacionalizar as moedas e tornar o outro econômica e monetariamente submisso.

“A introdução da moeda no mundo do poder e da troca transformou a Europa em um imenso ‘mosaico monetário’ (Metri, 2007) na medida em que todos os soberanos foram ‘monetizando’ progressivamente seus próprios tributos e, como consequência, também seus créditos e dívidas internas de longo prazo. Dessa forma, surgiram infinitas moedas pela Europa, cada uma válida dentro de seu ‘território de tributação’, que se tornou, ao mesmo tempo, uma ‘comunidade de pagamentos’ do ponto de vista dos mercados. Nestes, sempre existiram moedas privadas, mas a ‘moeda estatal’ – ou moeda autorizada pelos soberanos – manteve sua primazia hierárquica com relação a todas as demais, porque só ela aceita nos ‘guichês do príncipe’. Portanto, foi nas operações de cancelamento das dívidas e créditos dos soberanos e na arbitragem do ‘câmbio’, entre as infinitas moedas do ‘mosaico monetário europeu’, que surgiram as primeiras oportunidades de multiplicação do dinheiro por meio do próprio dinheiro. Os primeiros bancos europeus nasceram dessas funções e começaram a internacionalizar suas operações e a multiplicar sua riqueza mobiliária ou ‘financeira’ à sombra do poder (FIORI, 2009, p. 165-166)

A expressão mais significativa desta transição foi exatamente a ideologia mercantilista e a forma como foram conduzidos os processos de colonização de exploração. Com a revolução industrial e os movimentos de independência o paradoxo se aprofunda. O poder torna-se acumulável, mas sua dimensão já não mais se confunde somente com os “3Ts”, mas, igualmente, com a capacidade de imposição da submissão econômica de seus pares. Os territórios passam a ter não mais a obviedade da simples extensão física do poder pelo poder, mas passam a ser vistos como fatores estratégicos nas atividades econômicas, origem essencial do poder nessa transição. Obviamente, a dimensão militar continua sendo central, tendo em vista que a “pressão competitiva” continua e essa é a força da própria acumulação e da expansão ou mundialização do modelo Europeu. Nas palavras de Elias e, expressão correntemente utilizada por Fiori: “*quem não sobe, cai*”.

“Por esses caminhos, foi se consolidando na Europa uma aliança cada vez mais estreita e multiforme entre o poder e o capital; a grande diferença europeia, com relação aos impérios asiáticos, onde a relação dos poderes soberanos com a atividade mercantil e financeira foi muito mais frouxa – uma relação de ‘neutralidade indiferente’, nas palavras de Irfan Habib – graças a sua grande capacidade de tributação do uso da terra, uma das possíveis razões da interrupção do expansionismo chinês, no início do século XV. (FIORI, 2007, p.24)

A presença do poder, para o fomento da acumulação acelerada, é notável em empreendimentos que, na época, não faziam a menor racionalidade econômica, todavia, como havia a capacidade e uma estratégia e objetivo políticos por trás, estes empreendimentos foram colocados em prática. As grandes navegações foram um exemplo deste tipo. Neste sentido, podemos aproximar a definição de capitalismo da Teoria do Poder Global com a definição Braudeliana, já que esta última define capitalismo como sendo a lógica e a esfera de acumulação tendo em vista a articulação e manutenção de posições monopólicas (acima do nível do mercado), as quais precisam,

necessariamente, de poder, o andar superior. Num mercado plenamente competitivo, em que os agentes possuem as mesmas capacidades e condições, o lucro é baixo ou inexistente e a acumulação irrelevante. O mesmo funciona na dimensão política, se todos tem o mesmo poder não há nem pressão, nem possibilidade de acumular poder. De modo que a junção da “não-competição perfeita” tanto na esfera econômica quanto na política foi, e é essencial, para o processo de acumulação acelerada de riqueza na forma monetária e também material nestes sentidos. Indo além, podemos dizer, também, que a primeira competição imperfeita não ocorreu na esfera das trocas, mas sim na esfera do poder político. Se o capitalismo é definido, entre outras coisas, pela competição/concorrência, pela perspectiva do Poder Global ele só é possível porque lhe precede lógica e historicamente a competição/concorrência pelo poder. Daí que a lógica-causal vai do Estado para o capital e não o inverso. A própria possibilidade de internacionalização do capitalismo depende disso e, neste depender, fica claro o paradoxo do ‘insucesso’ do poder que é a pedra angular de sua longa duração, agora nas palavras de Fiori:

“A expansão competitiva dos ‘Estados-economias nacionais’ europeus criou impérios coloniais e internacionalizou a economia capitalista, mas nem os impérios, nem o ‘capital internacional’ eliminaram os Estado e as economias nacionais. Nesse paradoxo, esconde-se a contradição político-econômica mais importante do ‘sistema mundial moderno’. Os Estados que se expandem e conquistam ou submetem novos territórios expandem igualmente seu ‘território monetário’ e internacionalizam seus capitais. Mas, ao mesmo tempo, seus capitais e sua riqueza se expressam em suas moedas nacionais e só podem se internacionalizar mantendo seu vínculo com alguma moeda nacional, a sua própria ou a de um Estado nacional mais poderoso. Por isso pode-se dizer que a ‘globalização econômica’ é um traço originário e constitutivo do sistema capitalista, mas não é uma obra do ‘capital em geral’, nem representa o fim das economias nacionais. Muito pelo contrário, ela é o resultado da expansão vitoriosa dos Estados-economias nacionais’ que conseguiram impor seu poder de comando sobre um território econômico supranacional cada vez mais amplo, junto com sua moeda, sua dívida pública, seu sistema de crédito, seu capital financeiro e várias formas indiretas de tributação seletiva destinadas a cobrir parte dos custos de gestão do próprio poder global. Essa contradição do sistema impediu o nascimento de um único poder global ou império mundial, mas não impediu a oligopolização do poder e da riqueza internacional nas mãos de um pequeno núcleo de grandes potências, que nunca teve mais do que seis ou sete membros europeus, até o momento da entrada dos Estados Unidos e do Japão no ‘círculo governante’ do mundo, no início do século XX. [...] Sendo assim, do nosso ponto de vista, o que estabiliza – sempre de forma transitória – a ordem hierárquica do sistema mundial não é a existência de um líder ou *hegemon*, é a existência de um conflito central e latente e de uma guerra potencial entre as grandes potências” (FIORI, 2007, p. 30-31).

A primeira temporalidade estrutural do Sistema Mundo Moderno Capitalista foi então o processo de nascimento de uma configuração política própria, o Sistema Interestatal, o Estado Nacional. Temporalidade estrutural que começa a se desenvolver a partir do século XIII e que atingiu hoje um sistema interestatal com 193 Estados Nacionais membros da ONU, por exemplo. O processo de construção do Sistema

Interestatal situa-se na dimensão do tempo-espaço estrutural, na temporalidade política e jurídica que espacialmente começou na Europa, coexistindo com Impérios e Colônias enquanto pela via da monopolização comercial engendrava a acumulação pela via do capitalismo comercial.

Outro elo determinante esteve situado na dimensão “cíclico-ideológica” logo do estopim das transformações da temporalidade política: as cruzadas e o peso dos monoteísmos nas disputas pelo poder na região do Levante e da Anatólia. De modo que o descobrimento das Américas foi resultado, no âmbito do tempo-espaço transformacional, da pressão exercida por estas disputas, a queda de Constantinopla em meio ao primeiro “ciclo sistêmico de acumulação” (ARRIGHI, 1996), o Gênova, que em função da supremacia financeira proporcionada puderam estrategicamente “apoiar” os esforços da Península Ibérica visando contornar o problema de defesa e das rotas comerciais Euro-Asiáticas por causa da ameaça do Império Otomano⁶⁴. Ou seja, o descobrimento do Novo Mundo ocorreu necessariamente nesse tempo-espaço. Contudo, resta entender: Qual a natureza deste Estado Moderno, deste poder moderno? Será que todos alcançaram o nível de acumulação de poder e riqueza só por essa formalidade?

A natureza seria precisamente o que Charles Tilly considerou denominar como *Coerção Capitalizada*⁶⁵. A internalização do capital nas estruturas do Estado como

⁶⁴ “Nos primeiros e poucos séculos de sua existência, os estados europeus se multiplicaram no espaço que lhes deixaram as grandes potências muçulmanas que circundaram o Mediterrâneo e os conquistadores nômades que, vindos da estepe eurasiática, assombraram o Ocidente. Quando conquistaram territórios, os muçulmanos, os mongóis e outros invasores instituíam caracteristicamente governantes militares e sistemas de tributação que produziam receitas importantes; no entanto, não intervieram decisivamente nos arranjos sociais locais. Dentro de seu próprio espaço, os europeus cultivaram seus campos, manufaturaram, negociaram e, especialmente, lutaram entre si. Quase inadvertidamente, criaram desse modo estados nacionais (TILLY, 1996, p.63) “Os banqueiros mercantis genoveses aproveitaram rapidamente as oportunidades criadas pela derrocada dos principais bancos privados de Barcelona no craque do começo da década de 1380, transformando-se nos financistas mais importantes da região ibérica – [...] a parte meridional da Península Ibérica e a cidade vizinha de Magreb eram as regiões do Mediterrâneo mais integralmente ‘monopolizadas’ pela iniciativa genovesa. Era perfeitamente natural que os negócios genoveses reagissem ao aumento da pressão em outros lugares recuando para essa fortaleza. [...] Em segundo lugar, a Península Ibérica, para os negociantes genoveses, era não apenas a fortaleza natural para onde recuar, mas também o posto avançado natural de onde poderiam partir em busca dos suprimentos de que eles estavam sendo privados. À medida que os venezianos ampliavam seu controle da prata alemã e das especiarias asiáticas, tornou-se imperativo que os negociantes genoveses, no mínimo, ampliassem seu controle sobre o ouro africano, que era levado para os portos do Magreb pelas caravanas comerciais do Saara, e que, idealmente, descobrissem uma rota comercial para o Oriente pelo Atlântico, a fim de substituir a rota cenro-asiática perdida (ARRIGHI, 1996, p.118-120). Ver também METRI (2007).

⁶⁵ Charles Tilly diferencia três formas por meio das quais as pressões competitivas externas e a constante preparação para a guerra influenciaram as estratégias de coerção e capital no continente europeu: “intensa coerção”; “grande inversão de capital” e “coerção capitalizada” (TILLY, 1996, p.80-81). No primeiro caso, as sociedades nas quais a força dos proprietários de terra/rurais era maior, resultou numa excessiva coerção para arrematar as necessidades materiais da guerra, seu processo de extração, inclusive também coercitivamente de outros povos, são seus exemplos Brandenburgo, Rússia, Polônia e Hungria (Idem). No segundo caso, os espaços políticos nos quais eram intensas as trocas comerciais e o processo criativo de

estratégia para a preparação para a Guerra foi o processo decisivo. Esta sistemática aparece mais completa, após longo período de gestação em função dos ‘tempoespaços’ mencionados e das formações das classes na Europa, apenas no século XVII. Segundo Tilly, dois movimentos paralelos se mostraram gerais na Europa: o aumento da centralização de comando dos territórios se processava concomitante ao aumento da urbanização⁶⁶ (aumento da população nas cidades) (TILLY, 1996, p. 98;103). A “interação entre Estado e Cidades” era forte, a troca era simples: crédito para arregimentar a guerra e defesa⁶⁷. A acumulação comercial das cidades, grandemente ancorada no comércio de longa distância podia ser acelerada pelo crédito, numa acumulação financeira particularmente atrelada ao poder, pois pela tomada coercitiva de zonas monopolizadas. A invenção da “coerção capitalizada” pôde estruturar administrativamente a tributação (resultado da centralização e da necessidade de extração de excedente para pagamento do crédito), o comércio, a acumulação e regulamentação (TILLY, 1996, p. 107), sendo a origem da Dívida Pública⁶⁸. Niall Ferguson (2007) aponta para este caminho também

produção de necessidades, sem, contudo, ter uma centralização clara de poder, as lideranças dependeram de pactos com os capitalistas, eis os casos das cidades-estado italianas, da República Holandesa e da Catalunha (Idem). O último caso, os governantes acabaram criando a internalização estrutural, a “incorporação dos capitalistas e das fontes de capital diretamente às estruturas de seus estados. Os detentores de capital e de coerção interagiam em termos de relativa igualdade. A França e a Inglaterra acabaram seguindo o modo de coerção capitalizada, que produziu estados nacionais plenamente desenvolvidos mais cedo do que os outros modos examinados” (Idem, p. 81). Contudo, vale ressaltar com prudência, que a união entre Coerção e Capital nos países fora do centro Europeu seria qualitativamente distinta como ainda teremos oportunidade de abordar em outro espaço da tese ao resgarmos as contribuições da Teoria Marxista da Dependência e o estruturalismo latino-americano.

⁶⁶ “Com algum risco, e negligenciando em grande escala a variação regional, podemos dividir o crescimento urbano da Europa a partir de 1000 em cinco fases: um período de considerável expansão até mais ou menos 1350; uma época de depressão seguida de flutuação não-tendenciosa entre 1350 e 1500; uma aceleração no século XVI; uma redução no século XVII e, finalmente, uma enorme aceleração depois de 1750 (Henberg&Lees 1985: 7-9). A devastadora disseminação da peste no século XIV marca a transição da primeira para a segunda fase; a navegação ibérica para a América, o início da terceira fase; o crescimento da indústria algodoeira depois de 1600, o começo da quarta; a implosão do capital, das manufaturas, dos serviços e do comércio nas cidades, a mudança da quarta para a quinta fase (TILLY, 1996, p. 102)”.

⁶⁷ As próprias transmutações nas tecnologias da guerra, seu aumento de complexidade, levaram a uma ligação ainda mais estreita desta troca. E para ressaltar o vínculo: “Os Estados, por sua vez, atuam sobretudo como receptáculos e aplicadores dos meios de coerção, especialmente a força armada. Hoje em dia, o desenvolvimento de estados que investem no bem-estar público, de estados regulamentadores, de estados que empregam grande parte de seu esforço em intervir nas questões econômicas, suavizou e obscureceu a centralidade da coerção. Contudo, durante esse milênio de história europeia que estamos examinando, os gastos militares usualmente consumiram a maior parte dos orçamentos do estado, tomado isoladamente (TILLY, p. 104)”. “O custo da guerra, que por muitos e muitos séculos representou o maior ônus do orçamento do Estado, só foi superado na segunda metade do século XX pelo custo da previdência social (FERGUSON, 2007, p. 48)”.

⁶⁸ “As inovações decisivas haviam ocorrido entre 1515 e 1565, quando os Estados Gerais dos Países-Baixos dos Habsburgos (cujas províncias setentrionais, após se revoltarem em 1568, tornar-se-iam no final a República Holandesa) determinaram a cobrança de anuidades garantidas pelo estado e asseguradas por novos impostos específicos e que rendiam juros atraentes (Tracy 1985). Consequentemente, ‘numa emergência, a República Holandesa poderia levantar em dois dias um empréstimo de um milhão de florins a juros de apenas 3%’ (Parker 1976: 212-13). Os títulos de crédito do estado tornaram-se um investimento

através da leitura do que denominou de “*quadrado do poder*”, a “*combinação ótima de quatro instituições*” (“burocracia fiscal”, “dívida nacional”, “banco central” e “parlamento”) que teria sido gerada pelas “exigências do financiamento para a guerra” (FERGUSON, 2007, p. 37) ineditamente primeiro na Inglaterra. E, ponto importante, o monopólio da violência e da coerção passou a ser dos Estados Nacionais⁶⁹.

Mas se sempre houve guerra na história, por que a associação é inédita? As guerras desencadeadas pelos povos nômades não iriam mesmo gerar os resultados dado que para tanto o vínculo ao território é fulcral. Do ponto de vista da guerra em outros ‘Sistemas’ ou regiões, Tilly faz uma comparação:

“As dinastias chinesas entraram em colapso quando a esfera administrativa do império fugiu ao seu controle, quando os senhores da guerra se organizaram nos interstícios do império e quando os invasores nômades (principalmente os manchus) assolaram o território imperial e tomaram as rédeas do poder. A China se tornou o local de grandes rebeliões e guerras civis, mas não de guerra entre múltiplos estados. Nesse particular, a Europa manteve o recorde (TILLY, 1996, 128-129)”.

De fato, a tese de Immanuel Wallerstein sugere a existência dessa fusão desde o início do sistema, sendo, para ele, impossível separar a categoria ‘Estado’ da categoria ‘capital’. E, mais importante, seria impossível dizer qual teve “precedência lógica” sobre o outro. Em sua visão houve, no exórdio desse sistema, duas variáveis interdependentes, a economia-mundo europeia e o capitalismo. A configuração política do primeiro foi o motivo principal que acelerou o processo de constituição e desenvolvimento do modo de produção capitalista, porém, concomitante e reciprocamente, o modo de produção capitalista, por ser um sistema “mais eficiente de extrair o excedente”, foi utilizado como instrumento de fortalecimento político do Estado e das classes oligárquicas da época, para suportar a crise do feudalismo, que havia se instalado na Europa desde o século XIV. Por isso, conclui: no âmbito da dúvida de que das duas uma, ou foi o Estado que propiciou o avanço do capitalismo ou, foi o nascimento do capitalismo que propiciou o nascimento do Estado Absolutista (que tem seu ápice no século XVIII), a única solução plausível é

favorito dos investidores holandeses, cujos agentes taxaram toda a economia em seu próprio benefício. Na verdade, a palavra ‘capitalista’ em seu uso moderno parece ter derivado do termo que designava aqueles cidadãos holandeses que pagavam a taxa mais alta *per capita* de impostos, apregoando desse modo a sua riqueza e sua capacidade de crédito. [...] Ao adotar as técnicas fiscais holandesas, os ingleses conseguiram reduzir a dependência em que se achavam anteriormente em relação aos banqueiros holandeses e, no final, sobrepujaram os holandeses na guerra (TILLY, 1996, p. 150-151)”. Lembrando também que tanto em Holanda quanto na Inglaterra o protestantismo, ao contrário da Igreja Católica, não proibia a usura, não considerava pecado (c.f. “Ética protestante e o espírito do capitalismo”).

⁶⁹ “Finalmente, a definição de estado dada por Max Weber, historicamente contestável, começou a fazer sentido com relação aos estados europeus: ‘o estado é uma comunidade humana que reivindica (com sucesso) o monopólio do uso legítimo de força física dentro de um determinado território’ (Gerth & Mills 1946: 78) (TILLY, 2007, p. 126)”.

reconhecer a verdade das duas possibilidades, isto é, reconhecer a concomitância e organicidade dos dois processos.

Por outro lado, a fusão entre Estado e Capital neste intenso sistema competitivo redundou em duas posições sistêmicas antagônicas e complementares, o centro e a periferia. Estas posições estão determinadas pela Divisão Internacional do Trabalho que é estabelecida quando do nascimento do Sistema assim como dentro mesmo do processo de acumulação que une sistemicamente estes dois papéis. Eis aqui o âmago da definição de economia-mundo braudeliana, a qual se desenvolverá a partir da Europa, posteriormente denominada por Wallerstein de Sistema Mundo Moderno Capitalista quando, ao não se transformar em Império-Mundo e projetar uma expansão mundial, torna-se Sistema-Mundo Capitalista e, o moderno vem posteriormente com a consolidação da geocultura do “liberalismo centrista”.

Segundo Braudel, o capitalismo é definido pelo “andar superior”, pela capacidade do poder de comandar zonas de acumulação superando assim a não lucrativa lógica da economia de mercado (jogo das trocas).

“Aí começa uma zona de sombra, de contraluz, de atividades de iniciados que creio estar na raiz do que nos é dado compreender sob a palavra capitalismo, sendo este uma acumulação de poder (que baseia a troca numa relação de força, tanto e mais do que na reciprocidade das necessidades), um parasitismo social, inevitável ou não, como tantos outros (BRAUDEL, 1995, p. 8).

Somente através do poder é possível ampliar o espaço e o tempo necessários ao processo de acumulação. Estas zonas emergiram em seu caráter essencial a partir do século XV, o segundo marco do exórdio do Sistema. Se, de um lado, a “revolução dos preços” ocasionou o nascimento das posições centrais e periféricas dentro da Europa, isto é, a Divisão Internacional do Trabalho na economia-mundo europeia (WALLERSTEIN, 1979), de outro os grandes descobrimentos no Atlântico, as Américas, e os processos de colonização e manutenção de zonas de comércio monopólicas selaram o destino das periferias para além do espaço Europeu. Destarte, o tempo-espaço estrutural do sistema possui duas posições básicas, os espaços de acumulação periféricos e os espaços de acumulação centrais que operam no Sistema Interestatal Capitalista.

Temos então em foco o tempo-espaço estrutural da superestrutura política e jurídica que começa no primeiro marco, século XIII-XIV e, selando a posição central dos Estados da Europa Ocidental em relação ao Oriente e ao ‘novo mundo’ um segundo marco, o século XV-XVI. Ambos representam a formação e consolidação do Sistema Interestatal Europeu e das relações atlânticas centro-periferia, cuja assinatura do Tratado de Westfália em 1648 representou sua existência perante o Direito Internacional. Esta

estrutura neste momento ainda não estaria completa, esteve em processo e somente sabemos disso resgatando a longa duração em retrospectiva a partir do tempo atual. Em seu seio a acumulação primitiva de capital reproduziu-se mediante relações coloniais, posições monopólicas de comércio, exploração e zonas de influência, Imperialismo escancarado das grandes potências da Europa Ocidental. O tempospaço de construção desta superestrutura político-jurídica se deu em uma temporalidade diferente para cada espaço do Sistema, porém cada um destes espaços esteve/está inserido na lógica sistêmica de toda superestrutura, ao mesmo tempo em que esta somente se reproduz como tal mediante suas próprias assimetrias internas e constantes buscas pelo equilíbrio de poder entre as grandes potências, bem como, veremos com Giovanni Arrighi, pela liderança hegemônica de uma delas. Mas o que exatamente haveria de idiossincrático, ou melhor, ontologicamente, pela perspectiva da longa duração, haveria uma novidade? Estamos falando de uma estrutura totalmente nova?

Immanuel Wallerstein (1979;1993) e Samir Amin (1993;2006) procuraram dirimir esta questão propondo dois conceitos, os Impérios-Mundo e as Formações Tributárias⁷⁰. Do ponto de vista dos modos de produção a formação tributária possui a característica de ter a distribuição do excedente centralizada por uma unidade (classe) política. Esta unidade é ancorada pelas grandes religiões (Confucionismo, Hinduísmo, Islamismo e Cristianismo), predominando neste sentido aspectos não econômicos (AMIN, 1993;2006)._Neste modo de produção as comunidades aldeãs⁷¹, ou classes, ou grupos, fazem parte do circuito político centralizado de repartição do excedente através da cessão de tributos, que, podendo assumir tanto a forma monetária quanto física, sustentam a centralização. Evidentemente que tal circuito exige, em sua forma centralizada, uma divisão política do trabalho cujas funções econômicas que se definem deslocadas do produto da terra são alimentadas exatamente pelo circuito mencionado, assim como através das cidades. Entretanto, o fornecimento de bens públicos como defesa e infraestrutura é vital para manter a coesão social dita de um “Império-Mundo”. Aqui se conecta a explicação de Wallerstein por denominar um “Império-Modo de Produção-Mundo” como sendo uma única unidade política controladora da unidade econômica.

⁷⁰ Há também a diferenciação feita por Andre Gunder Frank e Barry Gills, que apesar de defenderem a tese de um sistema único de 5000 anos, afirmam que existiriam quatro dos modos de acumulação dentro deste modo de acumulação sistêmico único: a “acumulação privada dominante”, onde o Estado facilitaria a acumulação privada; a “acumulação Estatal dominante”, onde a acumulação privada facilitaria a acumulação Estatal; a “acumulação privada total” e a “acumulação Estatal total”. Ao invés de falar em modos de produção preferem modos de acumulação que se dividem entre de tipo Público e Privado.

⁷¹ Ver Sour (1978) sobre modo de produção asiático e esse papel das obras públicas.

Como nota Wallerstein, a competição interna é eliminada. Além disso, estes “Impérios-Mundo” de formação tributária, exatamente pelo seu caráter dimensional, ocupavam grandes espaços, o que de certa forma faz com que sejam possíveis. Wallerstein afirma que sempre existiram economias-mundo, mas que sempre acabavam por tornar-se Impérios-Mundo, o que inviabilizava a passagem do “protocapitalismo” para o capitalismo.

Ao contrário, a economia-mundo europeia possibilitou uma base estrutural para o desenvolvimento do capitalismo porque suas entidades políticas eram menores que a área na qual atuavam os fatores econômicos e que dava contorno a unidade econômicas das trocas do sistema, possibilitando assim uma liberdade de manobra aos protocapitalistas (WALLERSTEIN, 1979, p. 491;1993, *In*: FRANK;GILLS, p. 254). Note-se, portanto, que paralelamente à competição econômica, paralelamente à “mão invisível” na esfera econômica, há sobreposta a competição política, uma “mão-invisível” na esfera do poder, fazendo com que a constante necessidade de afirmação e reafirmação do poder na Europa alimente o “protocapitalismo” presente e este, através da conquista, da acumulação primitiva, dos lucros comerciais, instrumentos de financiamento da guerra Estatal, a revolução industrial e, por fim, a generalização do trabalho assalariado e da forma Moderna do Estado, constituam o Sistema Mundo Moderno Capitalista no qual impera a lei da incessante acumulação de lucro monetário e da produção para o lucro em escala mundial.

Um elo essencial nesta escalada do tempo-espaço estrutural é o processo de acumulação primitiva que se desenrola a partir de posições monopólicas de poder dentro da economia-mundo, a definição Braudeliana de capitalismo como andar superior. As diferenças de preço no comércio de longa distância eram até então o processo de acumulação básico do Sistema com redes de troca relativamente equilibradas entre as regiões como mostra Abu-Lughod (1993;1989), apesar de existirem relações centro-periferia. Abu-Lughod (1993;1989) defende que o Sistema Mundo do século XIII (1250-1350) e anteriores eram diferentes do sistema mundo do XVI. São dois tipos de diferença ressaltados por ela, uma que decorre das rotas de comércio e seus respectivos pontos nodais⁷² e outro, este aí crucial, ao contrário do sistema mundo que nasce no XVI, os

⁷² A autora identifica 8 circuitos interseccionados de comércio para o Sistema Mundo do XIII e que conectavam 3 ou 4 regiões políticas e culturais distintas, cada uma com um ou mais hegemonos: I, ligando Bruges, Troyes, Genova, Veneza; II, ligando Veneza, Genova, Constantinopla, Alexandria, Cairo, III, ligando Mar Negro, Tabriz, Kukhara, Samarkand, Peking, Karakorum, IV, ligando Tabriz, Baghda, Basca, Hormuz, Muscat e Jiddah; V, ligando Alexandria, Cairo, Mar Vermelho, Aden e Jiddah; VI, ligando

sistemas anteriores, especialmente os circuitos do Oceano Índico, possuíam hegemonias regionais, mas não hegemonias sistêmicas⁷³, ou seja, havia uma relação de poder mais equilibrada sem a emergência de uma hegemonia para todo o Sistema.

Frank e Barry Gills (1993) apontam três corredores estratégicos importantes no desenvolvimento do Sistema Mundial antes da inflexão para o Atlântico, 1. Nilo – Mar Vermelho; 2. Síria – Mesopotâmia – Golfo Pérsico e 3. Mar Egeu – Mar Negro e Ásia Central. No entanto, afirmam que os ciclos de hegemonia e os ciclos de acumulação estão provavelmente inter-relacionados e se refere a existência de “super-hegemonias” históricas, de 900 a.c – 800 a.c Califado Abássida (Bagda); Índia e até 1500 d.c a China, Europa em ascensão após 1500, Inglaterra e Estados Unidos, portanto, a existência histórica de um suposto equilíbrio hegemônico entre as regiões não poderia ser verificado, já que estas “super-hegemonias” teriam emergido.

“For instance, William McNeill (in conversation with Frank) suggests that China itself accumulated capital by absorbing surplus and capital from the West in the several centuries before 1500 AD. Was China therefore super-hegemonic? Prior to China, India was possibly super-hegemonic in the world system. In the period of the eight and ninth centuries AD, the Abbassid caliphate, with its great metrópole at Baghdad, may have been super-hegemonic. The development of european domination over the Mughal, Qing, and Ottoman empires should however also be understood in terms of the conjuncture of European expansion and these region’s entropic phases of accumulation and hegemony. In the nineteenth century, Great Britain is a candidate for super-hegemonic status, fallowed by the United States in the mid-twentieth century, and possibly Japan in the very late twentieth and early twenty-first centuries. Thus, super-hegemony need not be limited only to the capitalista world economy, but may have existed at other times in the history of world system development. Super-hegemony is more flexible than empire, or imperialism. Super-hegemony operates not only through political and interstate levels of diplomacy, alianca, and war, but also and maybe more importantly, thorough super-accumulation. If super-hegemony existed before recente times, how, when, and why did the super-hegemonic center of the world system, the most favored locus of accumulation, shift around the world system? (FRANK.GILLS, 1993, p. 104-105)”

Ao que tudo indica tendo como prova os dados apresentados por Maddison, que evidenciam um deslocamento crescente por parte da Europa a partir do século XIII, momento em que está em processo a centralização de poder, isto é, a formação do Sistema Interestatal da Economia Mundo Europeia, porém ainda no Sistema Mundo estudado por

Muscat, Aden Calicut, Mar Arábico, Quilon, Cambay; VII, ligando Calicut, Quilon, Cambay, Baía de Bengala, Laçacca e Palembang e; VIII, ligando Malacca, Patembang, Mar do Sul da China, Canton, Zaytun, Hangchow e Mar Oriental da China (ABU-LUGHOD, 1993, p. 283-,284). As cidades que se repetem são intersecções, ou seja, que conectam um a outro circuito.

⁷³ “While each of these core regions had one or more hegemon, no single subsystem exercised hegemony over the entire system. Rather, a rough and somewhat stable balance existed (ABU-LUGHOD, 1993, p. 284).

Abu-Lughod (sem o Atlântico) onde prevalece um relativo equilíbrio entre os circuitos comerciais em termos da capacidade para elevar-se uma hegemonia sistêmica.

“The world of the thirteenth century is not fascinating in itself but, because it contained no single hegemonic power, provides an important contrast to the world system that grew out of it: the one Europe reshaped to its own ends and dominated for so long. This contrast suggests that the characteristics of world systems are not invariant. There is no unique way for the parts to be organized. Furthermore, world systems are not static. They evolve and change (ABU-LUGHOD, p. 4-6).

Entretanto, a partir do século XVI o descolamento Europeu é flagrante e aí sim podemos inferir que algo definitivo acontece. Temos aqui, do ponto de vista da longa duração sistêmica o começo de uma tendência secular de ascensão que se reproduzirá a partir de *Ciclos Sistêmicos de Acumulação* de Arrighi. Para Abu-Lughod esta “superioridade”, a mudança para um novo sistema teria mais relação com particularidades e circunstâncias externas contingenciais “geográficas, demográficas e políticas” do que com particularidades “psicológicas ou institucionais” estritamente idiossincráticas ou “internas” à Europa (1989, p.18), onde o movimento então seria “transcivilizacional” (MCNEILL, *forword*, 1993) lembrando a contribuição dos autores no “livro dos 5000 anos”: “*Europe pulled ahead because the ‘Orient’ was temporarily in disarray* (ABU-LUGHOD, 1989, p. 18). Segundo a autora duas qualidades eram compartilhadas entre as regiões, uma intensa integração econômica, sendo a Europa sua periferia, e “eflorescência cultural”, pois assim, do ponto de vista comparativo, havia mais “similaridades” do que “diferenças” dentro do Sistema, estando presentes para além do espaço Europeu, já a “invenção do dinheiro e do crédito”, “mecanismos para alavancar capital e distribuir riscos”, assim como “saúde e riqueza mercantil” (ABU-LUGHOD, 1989, p. 15-18). Ela afirma então que o “oeste ascendeu porque o oriente estava temporariamente em desordem” face à (i) peste bubônica que atingiu o Império Mongol e contribuiu para sua desintegração, face (ii) ao fechamento dos Portos pela Dinastia Ming na China, ao (iii) igual fechamento do Sistema Mameluco no Egito e pela (iv) tomada de Constantinopla pelo Império Turco-Otomano. Porém ressalta que a vitória de Veneza na batalha de Lepanto em 1571 foi um fato de “mérito”⁷⁴, assim como, é claro o advento marítimo português. O estudo de Abu-Lughod corrobora os argumentos da estrutura distintiva do Sistema Mundo Moderno Capitalista. Conforme também entende Samir Amin, apontando

⁷⁴ “However, these naval defeats did not mean that Ottoman power declined, nor did they mean a break in the continuity of the land system that connected Anatolia with south eastern Europe (notably the Balkans) or with northern India and beyond. But they did mean that thereafter the Ottoman strength was to be overland. The importance of Turks and Arabs in the sea trade of both the Mediterranean and in the Indian Ocean was at an end (ABU-LUGHOD, 1993, p. 288).

para sua tendência polarizadora, onde, poderíamos dizer, em grau comparativo com sistemas anteriores, tal polarização implicaria que a desigualdade é dinamicamente aprofundada ao invés de estaticamente mantida.

“The ancient (tributary) epochs had nothing comparable to the ‘polorization’ on a global scale of the modern capitalista world. The earlier systems, despite significant levels of Exchange, were not polarizing on a world scale, even if they were on a regional scale to the benefit of the centers of the regional systems (for example, Rome, Constantinople, Baghdad, the Italian cities, China, India); By contrast, the capitalista system is truly polarizing on a global scale and is therefore the only one deservedly described as a world-system (AMIN, 1993, p.259)”.

Assim, uma dialética muito própria entre competição, monopólio, expansividade e acumulação estaria no âmago do Sistema Mundo Moderno Capitalista, a partir da economia-mundo europeia, isto é, como um elemento dinâmico da sua estrutura. A economia-mundo e o capitalismo são duas faces da mesma moeda, e sem o desenvolvimento do primeiro o segundo não vingaria, mas ao mesmo tempo, sem o desenvolvimento paralelo do segundo, a economia-mundo se transformaria em Império-Mundo conforme advoga Wallerstein.

O conceito de Divisão Internacional do Trabalho carrega quatro noções básicas: (i) a divisão é uma divisão entre processos produtivos e não de produtos isolados (ii) centro e periferia somente podem ser como tais se coexistirem, apenas existem “um em relação ao outro” (iii) é marcado por estruturas sociais diferentes e complementares para o sistema, bem como por formações estatais em que os interesses de classe refletem as zonas produtivas nacionais predominantes (iv) a troca é desigual (v) há diferenciação dos níveis salariais e vários “métodos de controle sobre o trabalho” ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo (WALLERSTEIN;HOPKINS, 1982, p. 44-50). A estrutura associada à Divisão Internacional do Trabalho, centro, semiperiferia e periferia é um aspecto de longa duração, pois reflete a relativa imobilidade/imutabilidade desta característica tripartida, sendo, portanto, uma estrutura ou superestrutura e esteve associada à centralização política do poder em meio à competição na Europa, mesmo que, por exemplo, ao longo do século XX, do ponto de vistas das atividades produtivas e da generalização formal do assalariamento como “método de controle do trabalho” (WALLERSTEIN) tenham viabilizado mudanças espaciais na geoeconomia.

“1960-65 são anos de transição. A distância na industrialização continua a diminuir, mas não há um declínio correspondente no comando econômico dos Estados do núcleo orgânico. Isso pode ser considerado como um sintoma de enfraquecimento da correlação positiva entre as atividades industriais e as atividades típicas de núcleo orgânico. Nos vinte anos subsequentes, uma correlação positiva enfraquecida, transformou-se numa correlação *negativa* cada vez mais forte. Em 1965-80, enquanto a periferia e a semiperiferia

continuaram a se industrializar tão rapidamente como havia ocorrido nas duas décadas anteriores, o núcleo orgânico começou a se desindustrializar, tanto pela parcela da força de trabalho quanto pela parcela dos índices de PIB (ver figura 6). Conseqüentemente, a distância em termos de industrialização entre o núcleo orgânico e a semiperiferia desapareceu, ou quase desapareceu (dependendo do índice escolhido), e a distância entre o núcleo orgânico e a periferia diminuiu consideravelmente. Contudo, nesse mesmo período, o comando econômico da semiperiferia, em relação ao núcleo orgânico, permaneceu constante, e o da periferia piorou (ver figura 5 e III.5). O corolário é que as atividades industriais estavam sendo periferizadas – isto é, estavam perdendo seu status de núcleo orgânico anterior. É interessante que foi perto do fim desse período que Wallerstein sugeriu que a dicotomia núcleo orgânico-periferia deveria ser desmaranhada da dicotomia entre atividades primárias e atividades industriais (ver nota 7). A importância dessa sugestão é sublinhada pelas tendências em 1980-83, quando a semiperiferia aumentou ainda mais sua ‘vantagem’ industrial perante o núcleo orgânico e simultaneamente experimentou uma queda pronunciada em seu comando econômico em relação tanto ao núcleo orgânico quanto à periferia. Em resumo, a industrialização da semiperiferia e da periferia foi, em última análise, um canal, não de subversão, mas de reprodução da hierarquia da economia mundial (ARRIGHI, 1997, p. 185-186)”.

Como isto é possível? Eis a grande questão e a resposta tentará ser explorada também na seção sobre tempo-espaço histórico-categorial, onde pensaremos sobre a categoria da dependência. Por enquanto, apenas faremos uma consideração importante do tempo e do espaço em termos de Divisão do Trabalho. Os grandes descobrimentos estão datados do século XVI, o descobrimento do novo mundo foi o marco de estabelecimento do tempo-espaço estrutural nos termos das relações centro-periferia e este processo estrutural esteve pautado na lógica colonial e de acumulação comercial própria do exórdio do Sistema. Isto somente foi possível por que o fornecimento de recursos naturais e metais preciosos das Américas substituiu o esforço que teria que ser feito nas terras europeias para sustentar a revolução industrial, pois a Europa não teria conseguido ser sua própria fornecedora. A periferia cumpriu um papel importantíssimo para o capitalismo e para a revolução industrial: possibilitou uma relação campo-indústria para as nações centrais no nascimento do capitalismo. Os modos de produção escravista nas Américas foram um dos elos de alimentação para possibilitar a lógica do capital na Inglaterra durante a Revolução Industrial, pois as demandas por manufaturas oriundas do complexo produtivo de escravos e da lógica do “exclusivo metropolitano” era parte do impulso da produção de manufaturados na Europa, cuja demanda por recursos naturais e metais preciosos eram, por conseguinte, também impulsionada, e, além disso, tal “última” impulsão alimentava a demanda por escravos nas periferias, dando início a todo o processo de retroalimentação. Esta “triangularidade” nas relações centro-periferia do Atlântico é o que caracterizaria o “novo tipo de periferia”, sendo este, por exemplo, o argumento de

Pommeranz em “*A grande divergência*”⁷⁵. É exatamente nesta dimensão analítica que conseguimos delimitar o tempo-espaço estrutural como parte constitutiva para as condições ou pré-requisitos ao modo de produção capitalista. Portanto, o sistema interestatal europeu e o sistema colonial viabilizaram uma diversidade de modos/métodos de controle sobre o trabalho, de rotas de acumulação do capital comercial numa “unidade do diverso” das “Relações Mundiais de Produção” (PALLOIX, 1972).

2.5. Tempo-espaço Histórico-Categorial

“expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção (...) essas categorias são tão pouco eternas como as relações que expressam. São produtos **históricos e transitórios** (MARX, *Apud* NETTO, 2009 – grifos nossos)”.

As categorias econômicas - trabalho, divisão do trabalho, dinheiro, preço, valor, crédito, capital, escravidão, concorrência, monopólio, dívida, meios de produção e propriedade - são historicamente determinadas em suas relações. São também, não somente historicamente determinadas em suas relações como também são determinadas em suas relações internacionais. Estas determinações são ambas determinadas pelas relações sociais de produção historicamente construídas e reproduzidas em sua própria lógica total e superestrutural.

O problema metodológico que a análise do Sistema Mundo poderia enfrentar é tomar o “*todo vigente*” (MARX, 2011, p. 54) e terminar com relações “*determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor etc*”, ao invés de tomar o “*simples*”, trabalho, valor de troca, para chegar ao “*todo vigente*”. Acredito que este problema não seja um problema (tão grande) quando emoldurado por um “*todo vigente*” historicamente construído em suas relações sociais de produção que nascem num tempo-espaço (não ao mesmo tempo em todos os espaços), coexistindo e relacionando-se, sendo, portanto uma relação, com outros tempo-espaços com suas próprias relações sociais de produção, mas que, na medida em que se consolidam em sua estrutura política e jurídica, como no caso do capitalismo no Sistema de Estados da Europa, torna-se dominante⁷⁶. Outro ponto é que, uma vez já elaborada por Marx a principal crítica à

⁷⁵ Sobre esta discussão da grande divergência ver Giovanni Arrighi “Adam Smith em Pequim” (2008).

⁷⁶ Samir Amin explorou o conceito de formações econômico-sociais e as diferenças que, por exemplo, numa formação, o fato de o modo de produção capitalista ser dominante, mas não exclusivo nas periferias e dominante e exclusivo no centro do Sistema Mundial, estando esta diferença na base da transferência de valor e da acumulação em escala mundial.

economia política do capitalismo, tendo exposto as contradições no modo de produção capitalista, é preciso pensá-las em sua projeção sistêmica e, o capitalismo, tal como definido em suas relações sociais de produção, atinge um nível mais “puro” (por isso também mais contraditório) e generalizado, a partir da Revolução Industrial. Como diz Marini: “*Somente então se pode afirmar que (apesar de seguir estorvada por fatores de ordem extraeconômica, como, por exemplo, os monopólios coloniais) a economia internacional alcança sua plena maturidade e faz jogar em escala crescente os mecanismos próprios da acumulação de capital*” (MARINI, 2011, p. 179). As categorias econômicas capitalistas, bem como as categorias políticas que promoverão a expansão do Sistema Interestatal generalizam-se sob uma lógica sistêmica renovada, mais madura, mais pura que permitiu, de um lado, a acumulação mundialmente ampliada da riqueza ao mesmo tempo em que manteve subjacente uma lógica Imperialista e de desenvolvimento desigual e dependente.

Há um conjunto de obras e autores que se debruçaram sobre as manifestações do tempo-espaço histórico-categorial em nível mundial. Na verdade, é também amplamente conhecido que o plano de Marx de “ir” até as relações internacionais usando-se de seu método não foi de fato plenamente desenvolvido por ele mesmo em vida, cabendo a outros autores por completar. Assim, neste decorrer, duas categorias foram desenvolvidas, o Imperialismo e a Dependência. O desenvolvimento da primeira, muito anterior ao desenvolvimento da segunda, tratou de evidenciar como as contradições inerentes da acumulação capitalista, enquanto modo de produção, levam à concentração e centralização de capitais, à exportação de capitais, pois da necessidade de expansão geográfica dos espaços de acumulação ampliada do capital, à corrida por recursos naturais (a partilha do mundo) e ao capital financeiro; portanto, como todos estes levam ao Imperialismo. O desenvolvimento teórico da segunda tratou de evidenciar as entranhas do processo de acumulação nos países periféricos e como se dá a transferência de valor, isto é, é o outro lado do Imperialismo. A dependência não somente se manifesta na realidade, ela também produz realidades e dinâmicas. Uma das principais manifestações da dependência é o que denominaremos de *temporalidade espacialmente desigual da acumulação/apropriação de riqueza*. Este “fenômeno” é a razão pela qual as estruturas se mantêm, razão pela qual o centro é centro e a periferia é periferia.

Mas como podemos explicar a *temporalidade espacialmente desigual da acumulação/apropriação de riqueza* no tempo-espaço do Sistema Mundo Moderno Capitalista através da “categoria da dependência” (LUCÉ, 2018)? Primeiro é importante

entender que (i) somente pode ser compreendida numa totalidade de categorias dentro do modo de produção capitalista cujas mediações se processam num nível de unidade de análise global (tanto no sentido do processo “global da reprodução” quanto no sentido “global” de internacional ou mundial e que; (ii) somente pode ser compreendida pela história das formações econômico-sociais e seu desenvolvimento e cumulatividade no tempo. Neste sentido, além de ser extremamente complexo, o tempo-espaço histórico-categorial é o entendimento do tempo como duração, sucessão, concomitância e cumulatividade histórica da natureza das categorias econômicas do modo de produção capitalista dentro deste tempo enquanto formação econômico-social total. Tempo como circuito das metamorfoses das categorias econômicas do capitalismo, portanto, tempo como concomitância orgânica e sucessão de metamorfoses dialeticamente concomitantes, sucessivas, cumulativas e verdadeiramente lógicas destas categorias em escala duplamente “global” nos dois sentidos frisados. Tempo como sucessão cumulativa de contradições históricas e categoriais abstratas que se “essencializam” (neologismo) na concretude da longa duração. É o tempo que permite compreender a particularidade com que se desenvolvem as forças produtivas para as partes deste sistema assim como para seu todo. Como afirma Florestan Fernandes: “*Marx evidencia que não se tratava apenas de mostrar que a produção é determinada socialmente, mas que, exatamente por isso, era preciso considerá-la em sua diferenciação temporal e espacial* (2008, p. 23)”.

Nas relações sociais de produção estabelecidas entre os Estados, a historicidade cumulativa das relações monopólicas e de propriedade (da terra, capital e trabalho) (somente compreendidas pela perspectiva do tempo histórico), sustentadas inicialmente pela colonização, imprimiu uma marca genética provocadora da transferência de valor/excedente e, por isso, de transferência da temporalidade da construção da riqueza social, de forma desigual. Pois produto cumulativo da história, a generalização da sociabilidade própria do modo de produção capitalista produz uma totalidade sistêmica própria que, da mesma maneira que se pode opor capital e trabalho, pode-se também opor centro-periferia. Continuando com esta analogia, da mesma forma que há uma transferência de valor do trabalho para o capital, mediante uma troca desigual, há entre periferia e centro uma categoria similar, superior, de transferência de valor mediante uma troca desigual.

Marini coloca esta oposição como mais do que “deformações” ou “insuficiências” do capitalismo na periferia, mas como uma oposição que tem no capitalismo das periferias um estado “*sui generis*” e que só se compreende ao nível do “conjunto”. Na realidade, a

maioria dos autores da teoria da dependência buscou denotar este aspecto “*sui generis*” que é, ao mesmo tempo, um aspecto sistêmico do próprio desenvolvimento do Sistema Mundo Moderno Capitalista. Como estamos pensando este objeto de maneira a integrar tempos e espaços, é imprescindível colocar que a acumulação primitiva, que imprimirá os primeiros traços cumulativos de longa duração à estrutura centro-periferia, desenvolveu-se paralelamente à própria construção da tempo-espaciação estrutural, viabilizou a concatenação de uma Divisão Internacional do Trabalho altamente especializada concomitantemente ao fortalecimento político e econômico dos Estados em desenvolvimento na Europa. A dependência da periferia nasce como pressuposto do “devir” do capitalismo no centro, tanto em sua dimensão econômica quanto também política. Marini definiu a dependência como

“uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. Neste sentido, a conhecida fórmula de Andre Gunder Frank sobre o ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ é impecável, como impecáveis são as conclusões políticas a que ela conduz (MARINI, 2011, p. 135)”.

A dependência tem como resultado o que estamos denominando de *temporalidade espacialmente desigual da acumulação/apropriação de riqueza no Sistema Mundo Moderno Capitalista*⁷⁷. A dependência se reproduz e é reinventada na longa duração do Sistema, tendo como resultado a desigualdade da acumulação de riqueza. É, portanto, uma categoria historicamente construída pela totalidade estrutural do modo de produção capitalista. Como categoria, portanto, como notam diversos autores da Teoria Marxista da Dependência, sua única forma de superação seria a superação de seu próprio marco histórico de reprodução, o capitalismo, o que seria exatamente as “consequências políticas” do aspecto “impecável” do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” conforme citação anterior. De fundo, as próprias contradições da acumulação capitalista no centro somente conseguem ser “controladas” através da amplificação da dependência como categoria de sustentação total do Sistema em âmbito mundial. Isto é, tanto do ponto de vista econômico quanto político, o primeiro através da transferência de valor, que

⁷⁷ Em artigo apresentado para o terceiro encontro da Teoria do Valor Trabalho, na ocasião colocou-se como *temporalidade descompassada da acumulação da riqueza*, denominação que talvez apresente um entendimento distorcido de que a temporalidade é descompassada, quando na verdade a temporalidade é compassada, isto é, um único tempo dialético para ambos, centro e periferia, sendo o descompasso espacial e temporal no âmbito do resultado global da acumulação da riqueza social.

implicará nessa temporalidade desigual, e o segundo mediante estratégias propriamente Imperialistas e “Sub-Imperialistas” de condução das relações internacionais por parte de frações dos “blocos no poder” dos países dependentes. Ademais, cada marco de reprodução e reinvenção da dependência está umbilicalmente entrelaçado com os ciclos de hegemonia (suas fases de expansão material e financeira conforme teorização de Giovanni Arrighi) e com as dinâmicas dos ciclos de Kondratieff, as quais serão nosso objeto na segunda parte da tese⁷⁸.

A economia política já vinha em debate à época de Marx⁷⁹, porém foi ele quem colocou a categoria do valor-trabalho num contexto histórico e dialético cuja única saída concreta para a superação das contradições ali encontradas era o Comunismo⁸⁰. Haveria uma contradição posta na lei do valor-trabalho que não conseguia satisfatoriamente ser resolvida na tradição da economia política à época: a troca desigual entre capital e trabalho. De um lado, o movimento dialético da troca desigual se faz aí entre trabalho e capital; de outro, concomitantemente, outro movimento dialético da troca desigual, por sua vez, compensando as contradições do momento capital-trabalho no centro do Sistema, se faz entre a periferia e o centro do Sistema Mundo Moderno Capitalista e, para os países dependentes a compensação é a “superexploração” e quase sempre o autoritarismo que

⁷⁸ Teothonio dos Santos, Raul Prebisch, Ignácio Rangel, Celso Furtado e Caio Prado Junior entre outros podem ser referências para a compreensão de como ambos os ciclos influenciam nas formações capitalistas dependentes.

⁷⁹ Esse debate dava-se entre os principais economistas das teorias do valor e que, segundo Marx, em sua “Contribuição à crítica...” coloca da seguinte forma as polêmicas desencadeadas no ambiente: “Como Ricardo, ao dar sua forma acabada à Economia, foi o que mais claramente formulou e desenvolveu a determinação do valor de troca pelo tempo de trabalho, é natural que sobre ele se tenha concentrado a polêmica dos economistas. Despojando-a de sua forma, amiúde inepta, pode-se resumir essa polêmica nos seguintes pontos: 1 – o próprio trabalho tem um valor de troca, e trabalhos diferentes têm distintos valores de troca. Fazer do valor de troca a medida de si mesmo é um círculo vicioso, pois o valor de troca que serve para medir necessitará, por sua vez, de uma medida. Essa objeção resolve-se no problema: dado o tempo de trabalho como medida imanente do valor de troca, desenvolver o salário operário sobre essa base; 2 – se o valor de troca de um produto é igual ao tempo que contém, o valor de troca de um dia de trabalho é igual a seu produto. Ou o salário de trabalho deve ser igual ao produto do trabalho. Mas o caso é que sucede o contrário. Ergo [logo, portanto – latim] essa objeção resolve-se no problema: como é que a produção, sobre a base do valor de troca criado pelo único tempo de trabalho é menor que o valor de troca de seu produto? Resolvemos esse problema no estudo do capital; 3 – os preços de venda das mercadorias baixam ou sobem de acordo com seu valor de troca conforme a relação variável da oferta e da procura. É precisamente por isso que o valor de troca das mercadorias é determinado pela relação entre a oferta e a procura e não pelo tempo de trabalho nelas contido. Essa conclusão singular não faz mais que renovar a pergunta: como é que sobre a base do valor de troca se desenvolve um preço de venda distinto de dito valor? Ou, mais exatamente: como é que a lei do valor de troca não se realiza senão em prejuízo próprio? Esse problema está resolvido na teoria da concorrência; 4 – a última contradição, a mais surpreendente na aparência não é exposta, como é corrente, em forma de exemplos raros, é a seguinte: se o valor de troca não é outra coisa que o tempo de trabalho contido em uma mercadoria como podem possuir valor de troca as mercadorias que não contêm trabalho? Ou, em outros termos: de onde provém o valor de troca das simples forças da natureza? Esse problema acha-se resolvido na teoria da renda fundiária (MARX, 2008, p. 91-92)”.

⁸⁰ Marx inclusive coloca como distintas as denominações economista, socialista e comunista.

também na maioria das vezes é colocado em marcha com apoio das potências Imperialistas.

No clássico artigo de Marini, “*A Dialética da Dependência*” a dialética está localizada exatamente no duplo papel “contraditório” da formação histórica dependente: servindo de facilitadora à mais-valia relativa⁸¹ no centro ao mesmo tempo em que para si o efeito é o aumento da superexploração do trabalho que, por sua vez, é possível pela congênita “cisão do ciclo do capital” na formação periférica; uma dupla funcionalidade que contribui globalmente, no âmbito do sistema, para a acumulação do capital mesmo diante de suas próprias contradições no centro. Uma mesma natureza da formação capitalista, a dependente, mas que produz um duplo efeito para dentro e para fora. Uma mesma natureza de formação capitalista, a dominante do centro, que produz também um duplo efeito para dentro e para fora. Contudo, segundo Luce (2018), em comparação a outros autores que também estudaram a troca desigual:

“[...] o que a partir da TMD denominamos *transferência de valor como intercâmbio desigual* consiste em explicação diversa do que a polissêmica noção de intercâmbio desigual que ocupou as páginas do debate entre Samir Amin, Arguiri Emmanuel e outros nos anos 1970; ou do que a noção geral de drenagem de excedentes, de Paul Baran, utilizada também pela análise do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein. A categoria que expomos no capítulo 1 consiste, também, como colocado desde o início pelos fundadores da TMD, em uma explicação vigorosa que situa na produção e apropriação de valor as causas para as desigualdades estruturais que marcam as relações de exploração nas economias dependentes, **para além** da questão da defasagem entre os preços dos produtos manufaturados e dos produtos primários, que preocupava a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), sendo a deterioração dos termos de intercâmbio uma das formas de manifestação, mas não a própria **essência** das transferências de valor (LUCE, 2018, p. 15)”.

De fato há uma essência para além dos aspectos mercadológicos e encontra-se revelada apenas no entendimento de que tanto a dependência quanto a “troca desigual como transferência de valor” são categorias numa totalidade de categorias⁸² às quais inseparáveis da historicidade das formações econômico-sociais no interior do Sistema Mundo Moderno Capitalista (que ele mesmo é produto da historicidade). É interessante notar que as definições colocadas em “oposição”⁸³ às definições da TMD podem ser

⁸¹ “A questão fundamental cuja resolução Marini assumiu como tarefa teórica em *Dialética...* foi: se o traço definidor do modo de produção capitalista é a extração de mais-valia e a acumulação de capital mediante o incremento da produtividade do trabalho e o papel crescente desempenhado pela mais-valia relativa; e se os dois correspondem a métodos para acicatar a concorrência capitalista, barateando os preços de mercado, por que justamente nos países de menor produtividade os preços apresentam uma tendência maior à queda? E por que essa realidade não levou a um desestímulo à incorporação dos países da América Latina na exportação dos produtos nos quais lhes coube especializarem-se na divisão internacional do trabalho? (LUCE, 2018, p. 27)”.

⁸² Seguimos aqui também Luce, “por categorias, entendemos a expressão teórica do concreto. Portanto, parte constitutiva da realidade” (2018, p. 25).

⁸³ Leia-se, não num sentido deletério, mas apenas diferentes em sua dimensão analítica.

postas como contraposições explicativas que ajudam a explicar o âmago da “*transferência de valor como intercâmbio desigual*” na medida em que podemos identificar sejam lacunas/imprecisões (às quais nossa explicação também está sujeita) ou pontos/avanços positivos nas explicações de cada uma delas.

Wallerstein (c2004, p. 28-29), por exemplo, aprimora seu entendimento da “divisão axial do trabalho entre centro e periferia”, esforço que fora inicialmente feito no livro I do Sistema Mundo Moderno, para incorporar a dinâmica de longa duração⁸⁴. Avalia que na verdade não são os produtos em si classificados e divididos entre industriais e primários (ainda que de extrema relevância), mas os processos produtivos monopólicos que possibilitam lucratividade maior, sendo assim, a dicotomia centro-periferia seria um “conceito relacional” (*relational concept*). Segundo ele, os processos produtivos periféricos são “competitivos” e os processos produtivos do centro “quase monopólios” (*quasi-monopolies*), sendo este aspecto qualitativo a troca desigual: isto é, os produtos classificados ou como competitivos (leia-se generalizados) ou como monopólicos sofrem diferentes influências e possibilidades de controle dos preços (mundiais)⁸⁵, ou seja, diferentes lucratividades e diferentes paridades de poder de troca no tempo e no espaço. Na longa duração, os processos produtivos monopólicos/centrais podem se tornar periféricos, sendo criados novos processos produtivos monopólicos/centrais⁸⁶. Esta “transformação” foi observada intensamente ao longo do século XX e acabou influenciando aspectos qualitativos da própria dependência. Na verdade a relação monopólica desde a acumulação primitiva⁸⁷ colonial foi o embrião das formações

⁸⁴ Mas, de fato, já é superior em a dialética da dependência de Marini, pois já está incluída como “o novo anel da espiral” como parte integrante do que depois será a reconceituação feita por Wallerstein. Giovanni Arrighi também elabora uma reconceituação em “A ilusão do desenvolvimento”, especialmente para as semiperiferias.

⁸⁵ Além disso, é notório como com a financeirização avançada condenou os preços dos produtos majoritariamente exportados pelos países periféricos às especulações fictícias.

⁸⁶ “Since, as we have seen, quase-monopolies exhaust themselves, what is a core-like process today will become a peripheral process tomorrow. The economic history of the modern world-system is replete with the shift, or downgrading, of products, first to semiperipheral countries, and then to peripheral ones. If circa 1800 the production of textiles was possibly the preeminent core-like production process, by 2000 it was manifestly one of the least profitable peripheral production process. In 1800 these textiles were produced primarily in a very few countries (notably England and some other countries of northwestern Europe); in 2000 textiles were produced in virtually every part of the world system, especially cheap textiles. The process has been repeated with many other products. Think of steel, or automobiles, or even computers. This kind of shift has no effect on the structure of the system itself. In 2000 there were other core-like processes (e.g. aircraft production or genetic engineering) which were concentrated in a few countries. There have always been new core-like processes to replace those which become more competitive and the move out of the states in which they originally located (WALLERSTEIN, c2004, p. 29)”.

⁸⁷ É importante resgatar a colocação de Samir Amin acerca da definição de acumulação primitiva e que para ele continua a atuar com ainda mais vigor, pois a acumulação em escala mundial é essencialmente, de acordo com a lei do valor, uma acumulação primitiva, a qual a troca desigual seria sua expressão máxima.

econômico-sociais periféricas, a primeira relação histórica de subordinação que lhes (nos) impôs o que Marini qualificou como separação/cisão do ciclo do capital e das “esferas de consumo” das classes, possibilitando concretamente como explicou em “*A dialética...*” a superexploração do trabalho⁸⁸ e a transferência de valor como troca desigual⁸⁹. E, já no marco de consolidação do tempo-espaço histórico-categorial a acumulação capitalista desenvolve-se em processo de constante centralização de capital e monopolização, momento no qual se desenvolvem aspectos Imperialistas propriamente capitalistas. O marco de consolidação do tempo-espaço histórico-categorial, a Revolução Industrial, correspondeu também às primeiras observações estatisticamente comprovadas dos ciclos de Kondratieff elaboradas por Nikolai Kondratieff e à profunda ligação entre o progresso tecnológico e as contradições do modo de produção capitalista, e o que eram antes relações monopólicas “primitivas” passam a constituir-se em relações monopólicas de caráter tecnológico e financeiro, processo que culminou em novas contradições qualitativas da dependência.

Em “*A superexploração do trabalho e a economia política da dependência*”, Carlos Eduardo Martins recupera os meandros do conceito de superexploração em Marini para demonstrar seus elos íntimos com a própria lógica da acumulação capitalista em geral e, mais especificamente, com sua face dependente nas formações periféricas, frisando em definir a superexploração de modo a englobar esta passagem qualitativa da dependência como novo caráter da dependência após a Segunda Guerra Mundial mediante a atuação das grandes corporações multinacionais. Define então a superexploração com as seguintes palavras:

“A superexploração do trabalho se estabelece, a partir do desenvolvimento da produtividade do trabalho, naquelas empresas, ramos ou regiões capitalistas que sofrem depreciação do valor de suas mercadorias, em razão da introdução, em seu espaço de circulação, de progresso técnico realizado por outras empresas, ramos ou regiões. Isso ocorre quando a maior parte do crescimento da produtividade, nesse âmbito, origina-se de inovações tecnológicas externas – produzidas em outras empresas, setores ou regiões -, não podendo os primeiros compensar com a geração endógena de progresso técnico o movimento de apropriação de mais-valia que sofrem. [...] É justamente a

⁸⁸ Muito embora Marini esteja destrinchando a dependência própria da América Latina, o continente africano como um todo e também a Ásia estiverem incluídos neste nível primitivo de subordinação, ou dependência.

⁸⁹ Ademais, integrando outras contribuições do pensamento histórico-estruturalista e cepalino, complementares, mas que estão incluídos no âmbito da categoria “Dependência”, há outras “tendências macroeconômicas” crônicas (BIELSCHOWISKY, 2000) propriamente periféricas e que fazem parte das “contradições histórico-estruturais da reprodução do capitalismo dependente” como a heterogeneidade estrutural e produtiva, o desemprego estrutural, a deterioração dos termos de troca, o desequilíbrio externo, o déficit em transações correntes, assim como o que poderíamos denominar de passividade e reflexividade cíclica face à dinâmica dos ciclos de Kondratieff e, também, pelo que Samir Amin denominou de transferência do efeito multiplicador.

situação descrita que fundamenta o desenvolvimento dependente de uma região ou formação social; isto é, quando a maior parte do aumento da produtividade de seus capitais decorre de inovações tecnológicas produzidas pela acumulação capitalista de outros centros, ou quando, na ausência de dinamismo tecnológico interno, suas mercadorias sofrem somente a depreciação oriunda da concorrência estabelecida por inovações introduzidas em outros pólos (MARTINS, 2009, p. 198)”.

Ao contrário das nações centrais, as nações periféricas capitalistas não possuem o mesmo nível de correspondência entre as relações sociais de produção e o nível de desenvolvimento das forças produtivas⁹⁰ (AMIN, c1976)⁹¹, isto propriamente oriundo, exatamente, da “cisão” originária identificada por Marini entre produção e circulação do capital. A anterior e “primitiva” inserção das economias periféricas programadas para produção e exportação de certos produtos primários demandados numa relação de “exclusivo colonial”, resultou na cisão do encadeamento cíclico entre a produção e a circulação (o ciclo do capital) porque a realização do produto do trabalho (escravo ou não), cujo produto resultante era o eixo vital da economia periférica, era concretizada não pela função de consumidor do trabalhador, mas pelo capital comercial europeu. De tal monta que, em contraposição com o que ocorreu nas nações centrais - em que as relações sociais de produção, os contratos entre o trabalho e o capital, correspondiam a um desenvolvimento interno da economia e, portanto, à função realizadora do trabalhador e, por meio desta relação, ao desenvolvimento das forças produtivas em vista da mais-valia relativa – nas nações periféricas a “cisão” no ciclo do capital provoca a não correlação entre o consumo e o trabalho, fato que abre a possibilidade, diante da pressão da relação monopólica da troca desigual, à superexploração do trabalho e como fonte de mais-valia, e não a elevação da composição orgânica, está última que se dará pelo capital estrangeiro, que, poderíamos pensar ser uma “quarta forma do capital” em disputa com o capital comercial, industrial e financeiro, mas podendo ser ele mesmo estes três.

“Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a **essência** da dependência latino-americana (MARINI, 2011, p. 155)”.

⁹⁰ O debate sobre se o modo de produção à época colonial já ser ou não capitalista, independentemente de se ter, por exemplo, como no Brasil, trabalho predominantemente escravo, demonstrou a complexidade da idiosincrasia periférica. De todo modo, a solução para este debate é exatamente situar o espaço-tempo periférico como momento específico da acumulação do capital em escala mundial. Assim fica mais clara a conexão essencial de uma totalidade integrada, porém diferenciada (LUCE, 2018). Ver “Modos de Produção e Realidade Brasileira” (1980) e “Formação do Capitalismo no Brasil” (DOWBOR, 2009).

⁹¹ Ver “*Unequal Development: an essay on the social formations of peripheral capitalism*”.

Conforme sintetiza Carlos Eduardo Martins:

“Os países centrais passam a concentrar, em seu aparato produtivo, os elementos tecnológicos que articulam o crescimento da composição técnica e orgânica do capital e que permitem o desdobramento internacional de D em D'. Os países dependentes são objeto dessa articulação e oferecem os elementos materiais para a especialização do centro através de sua integração à divisão internacional do trabalho. Essa integração é constantemente redefinida pelo centro, segundo as necessidades do crescimento mundial da composição técnica e orgânica do capital. Diferentemente dos países centrais, onde a combinação entre a relativa homogeneização da base tecnológica e as pressões das massas para partilhar parte dos superlucros obtidos no mercado mundial permitirá ao subsetor IIa (que produz bens saláris) responder tecnologicamente às inovações introduzidas pelos segmentos vinculados ao consumo suntuário, criando a base para um mercado de massas e para a indústria de bens de capital que alavancarão de forma orgânica a industrialização do centro; os países dependentes, ao se integrarem no mercado mundial a partir de grandes desníveis tecnológicos, sofrem, inversamente, descapitalização, e não podem responder da mesma forma, recorrendo à superexploração do trabalho (MARTINS, 2009, p. 201-202).

Em essência, portanto, a contradição essencial que determina a dependência é o fato de que enquanto participante da economia mundial numa relação monopólica de deterioração dos termos de troca e dos domínios tecnológicos⁹², as classes dominantes da periferia utilizam-se da superexploração do trabalho para contrabalançar a não correspondência entre suas relações sociais de produção e o desenvolvimento de suas forças produtivas, aspecto básico do capitalismo no centro, tal “correspondência” culmina na tendência ao aumento da composição orgânica e, portanto, na tendência de queda da taxa de lucro (isto quando não mais fortes a atuação das variáveis de contratendência) que será a variável angular dos ciclos econômicos, ciclos estes que influenciam, por sua vez, no desenvolvimento das periferias. É uma contradição do capitalismo propriamente periférico, mas organicamente ligada à acumulação no centro e que conferem um contorno total à lógica de acumulação “mundializada”.

O fato objetivo resulta em que os valores trocados pela periferia não correspondem aos seus valores em tempo de trabalho, ou que, conforme coloca Luce (2018), há uma

⁹² Carlos Eduardo Martins critica as críticas endereçadas a Marini sobre sua posição supostamente circulacionista e de não considerar que os avanços tecnológicos como estratégia de obtenção de mais-valia na verdade renegariam a maior exploração do trabalho em segundo plano. Defende que o que Marini buscou comprovar que o capitalismo mesmo dentro dos parâmetros de avanços tecnológicos, devido às diversas instâncias de articulação entre abstrato e concreto, efetivamente é um sistema que não abdica desta maior exploração do trabalho: “Em nossa opinião, o equívoco dessas críticas está em não situar adequadamente os níveis do modo de produção e do capital em geral, de um lado, e da concorrência e das formações sociais concretas, de outro, em que o primeiro nível se realiza, como planos de análise diferenciados e necessariamente articulados do funcionamento da economia mundial capitalista. Nesta seção, demonstraremos que a apropriação de mais-valia e a superexploração são compatíveis com o modo de produção especificamente capitalista e com o recurso à maior intensidade tecnológica pelo capital expropriado (MARTINS, 2009, p. 203)”.

“*não-identidade* entre o valor produzido e o valor apropriado”, pois os produtos exportados pela periferia tendem a quatro cenários possíveis (i) crescer menos dos que os que importam do centro; (ii) não crescem enquanto os do centro crescem; (iii) caem enquanto os que importam crescem⁹³ ou; (iv) caem enquanto os que importam não crescem. Este fato é colocado de maneira objetiva na economia mundial, um fato econômico histórico cuja elucidação Marini propôs em sua dialética. A não correspondência dos valores, assim como dos valores em relação ao tempo, possuiria um fundo essencial para a dinâmica orgânica de transferência de valor porque os preços não seguiriam a lógica de determinação do valor-trabalho medido em tempo, mas, concomitantemente, a lógica estaria presente na medida em que a acumulação se processa na globalidade e no tempo através da transferência via Balanço de Pagamentos. Por sua vez, isto pressionaria pela superexploração do trabalho como estratégia de compensação.

“Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis de troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. Convém distinguir os mecanismos que operam no interior de uma mesma esfera de produção (tratando-se de produtos manufaturados ou de matérias-primas) e os que atuam no marco de distintas esferas que se inter-relacionam. No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis de troca; no segundo, adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas. [...] No segundo caso – transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas -, o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. [...] Frente a esses mecanismos de transferência de valor, baseados seja na **produtividade** seja no **monopólio de produção**, podemos identificar – sempre no nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação. Trata-se do recurso ao incremento de valor trocado, por parte da nação desfavorecida: sem impedir a transferência operada [...] isso permite neutralizá-la total ou parcialmente [...] Esse mecanismo de compensação pode ser verificado tanto no plano da troca de produtos similares quanto de produtos originados de diferentes esferas de produção. Preocupamo-nos aqui apenas com o segundo caso. O que importa assinalar é que, para aumentar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração da força de trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos. A rigor, só o primeiro – o aumento da intensidade do trabalho – se contrapõe realmente às desvantagens resultantes de uma menor produtividade do trabalho, já que permite a criação de mais valor no mesmo tempo de trabalho. Factualmente, todos contribuem para aumentar a massa de valor realizada, por

⁹³ Lembrando aqui da importância da tese vanguardista de Raul Prebisch sobre a deterioração dos termos de troca.

isso, a **quantidade de dinheiro** obtida através da troca. Isso é o que explica, neste plano de análise, que a oferta mundial de matérias-primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção. O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2011, p. 144-147 – grifos nossos)”.

Guardemos, por enquanto, estes três grifos em negrito da citação, produtividade, monopólio de produção e quantidade de dinheiro, em breve retornaremos a elas. Na visão de Samir Amin o problema da troca desigual é posto como *acumulação primitiva* da lei do valor em escala mundial. Segundo ele, a lei do valor prevê a mobilidade do trabalho, capital e mercadorias, e, sendo a mobilidade do trabalho, pois, inexistente no espaço das “*relações mundiais de produção*” (PALLOIX, 1972), destarte, sob este ponto de vista, se daria a dinâmica da troca desigual pela base das diferenças salariais. Para Samir Amin o sistema capitalista mundial não pode ser reduzido ao modo de produção capitalista e a transferência de valor que ocorre em escala mundial corresponde ao mecanismo de acumulação primitiva. A não mobilidade da mão-de-obra e a determinação histórica do valor da força de trabalho de acordo com cada uma das formações econômico-sociais é o busílis do problema. Amin confronta a troca desigual com a teoria ricardiana⁹⁴ do comércio internacional: ainda que o país possa ganhar com valores de uso na especialização, a troca do valor do trabalho no intercâmbio não é igual. Esta não igualdade da troca do valor do trabalho é um fenômeno correlacionado com a tendência à superexploração bem como à possibilidade de internacionalização superlucrativa do capital industrial, além de ser fator crucial na “*relação dialética tendência-contratendência, em que a lei do nivelamento da taxa de lucro entra em cena mais cedo ou mais tarde, repondo a concorrência sob novo patamar*” (LUCE, 2018, p. 44)”. Ainda, estas diferenciações nas “*relações mundiais de produção*” estão no âmago das reconfigurações da geoeconomia mundial. Evidentemente que o espaço da economia mundial representa uma acumulação cujo teor primitivo é mais acentuado do que nos espaços nacionais, muito embora nestes últimos existam processos similares. A verdade é que a lei do valor “justa” se funcionasse corretamente equivaleria ao mundo da escola austríaca e dos neoclássicos (ou como nos sonhos de Proudhon⁹⁵). A lei do valor se

⁹⁴ O mote de todas as reflexões sobre a troca desigual é exatamente rechaçar a teoria ricardiana da especialização na economia internacional.

⁹⁵ Ver a crítica da “Miséria da Filosofia”.

desenrola concretamente burlando-se constantemente, mas preservando-se como princípio de sociabilidade, e isto é, fundamental.

Tal como desenvolvida a problemática da transformação dos valores em preços de produção, temos que Marx trabalhou com algumas premissas e temas a partir das quais é preciso pensar a troca desigual: (i) dadas taxas de mais-valia iguais (entre ramos) as taxas de lucro somente podem variar (comparativamente entre os ramos) devido a dois fatores: ou em razão de diferenças na composição orgânica do capital ou no tempo de rotação do capital; (ii) mobilidade de capitais, igualdade das taxas de lucro e igualdade salarial; (iii) concorrência, circulação e dinheiro. São estas as premissas e temas vitais à compreensão da lei do valor e como se dá o desenvolvimento do capitalismo, entretanto, quando colocadas em amplitude internacional estas variáveis e premissas devem ser reposicionadas⁹⁶.

Por exemplo, Arguiri Emmanuel (1981) “*propõe que a troca desigual é uma troca de duas mercadorias em uma relação diferente daquela que resulta da lei do valor* (p.38)”, e afirma que isto ocorreria porque “algumas das premissas no original em Marx não são observadas na economia internacional” (CAMARINHA, 2016, p. 502). No longo prazo, para a economia internacional, por causa da mobilidade dos capitais, afirma ser verificável a igualdade das taxas de lucro, mas não são iguais as taxas de mais-valia e nem dos salários, ou seja, duas premissas seriam “violadas”. Ademais, são, portanto, diferentes também as composições orgânicas do capital entre os países. Sua explicação propõe comparar dois esquemas, em ambos as composições orgânicas de capital entre os países são diferentes e em ambos são países trocando a mesma mercadoria/bem. A comparação entre seu esquema 1 e o esquema 2 se dá porque no primeiro são iguais as taxas de mais-valia e salários (conforme o original em Marx, e, assim, de acordo com a lei do valor segundo Emmanuel); e no segundo, são diferentes entre os países as taxas de mais-valia e salários (relação diferente daquela que resulta da lei do valor). Arguiri propõe ainda um terceiro esquema, supondo o processo de industrialização e internacionalização dos capitais que prevê a igualdade das composições orgânicas, porém permanecendo as diferenças nas taxas de mais-valia e níveis salariais. No terceiro esquema a troca dos bens torna-se melhor, mas ainda assim maior do que supondo a lei do valor sem ser violada:

“Comparando ambos (esquema 1 e esquema 2), a proporção da troca dos bens se deteriora quando passamos do esquema 1 para o esquema 2. Enquanto no esquema 1, como taxas de mais-valia e salários iguais, o preço de produção

⁹⁶ Na obra “Imperialismo e Comércio Internacional” os autores irão em geral propor este reposicionamento e retirar suas conclusões e definições sobre a troca desigual.

para o país com maior composição orgânica A, desenvolvido, é de 340, no esquema 2, com taxas de mais-valia e salários diferentes, o preço de produção A é de 385,65, ou seja, as diferenças salariais e da taxa de mais-valia provocaram uma melhora nos seus termos de troca face aos países subdesenvolvidos B que passa de 70 no esquema 1, com taxas de mais-valia e salários iguais, para 23,35 no esquema 2, com taxas de mais-valia e salários diferentes, ou seja. As diferenças salariais provocaram a deterioração dos termos de troca para os países de menor composição orgânica do capital e com salários e taxas de mais-valia menores. [...] Neste último esquema (esquema 3) demonstra que apesar da industrialização diminuir a deterioração dos termos de troca para os países subdesenvolvidos, não reverte completamente a desigualdade da troca (CAMARINHA, 2016, p. 503-504).

São notáveis três dificuldades na explicação de Arguiri Emmanuel que contribuem em contraste positivo para definir melhor a essência da troca desigual, são elas: (i) O preço de produção de A ser maior do que o de B, se assim for, não haveria estímulo para o mercado comprar de A e, assim, sairia ganhando B (dado que são as mesmas mercadorias/bens); isto ocorre porque confunde-se preço de produção com valor de troca, não estando refletida a contradição posta dialeticamente na dinâmica das transferências de valores entre valor e produtividade; (ii) além disso, supondo industrialização no esquema 3, a deterioração dos termos de troca seria menor, portanto o processo de globalização produtiva teria um lado somente positivo, não refletindo as vicissitudes reais de transferência de valor; (iii) pressupõe-se taxas de mais-valia iguais, porém, a concorrência impinge sua diferenciação e o movimento de internacionalização é reflexo destas diferenças que são, aí sim, correspondentes também às diferenças de taxas de mais-valia e de salários. Em suma, estas dificuldades não permitem captar a transferência de valor, realmente teria razão Luce em colocar em “oposição” à TMD.

Na mesma gama de autores de “Imperialismo e Comércio Internacional” Charles Bettelheim (1981) admite a troca desigual tal como definida por Arguiri, mas adiciona explicar a troca desigual entre países de igual desenvolvimento, sendo esta última um tipo “amplo” de troca desigual, a qual seria caracterizada pelo fato de um país, ao efetuar-se a troca, estar fornecendo mais trabalho embutido naquela mercadoria exportada do que na mercadoria que importa. Aqui nesta proposição de Bettelheim o entendimento do significado da transferência de valor como troca desigual está colocado, ou seja, o tempo de trabalho não tem correspondência monetária, mas, por outro lado, durante a explicação ainda estariam explícitos os diversos momentos que levam a esta realidade, acabando por confundirem-se as relações da mesma forma que na leitura de Arguiri. Entretanto, Bettelheim acerta no eixo central do significado, o “opondo” tempo de trabalho (valor) e moeda. Ainda admite a possibilidade neste sentido amplo de ocorrer troca desigual sem se ter a especialização, admitindo, portanto, o elemento da produtividade

(CAMARINHA, 2016, p. 506), cuja diferença permitiria a que 1 hora de trabalho seja trocado pelo produto de menos de 1 hora de trabalho (Ver, por exemplo também AMIN, 1975, p. 75), reestabelendo a temporalidade/materialidade da relação:

“Ou seja, de novo, é preciso que a periferia trabalhe muito mais para comprar certa quantidade de produtos do centro do que o inverso e, também, comparativamente o centro consegue acumular mais riqueza material neste sentido, então, outro descompasso tempo-material ao desenvolvimento é considerado além daquele previsto anteriormente por Bettelheim (CAMARINHA, 2016, p. 506)”.

O significado da proposição de Bettelheim está alinhado com parte do significado da transferência de valor como intercâmbio desigual, mas ainda assim carecem elementos explicativos conceituais importantes, mas também não pretendemos aqui preencher. Além disso, a possibilidade “ampla” da troca desigual equivale a modificações dos esquemas de Emmanuel. Por fim, Samir Amin (1975)⁹⁷ explica a troca desigual a duas possibilidades: “composições orgânicas diferentes, mas com taxas de mais-valia iguais, e aquela oriunda de composições orgânicas iguais, mas com taxas de mais-valia diferentes (CAMARINHA, 2016, p. 506), considerando o segundo caso como o mais adequado num contexto de internacionalização de capitais, formações históricas desiguais e não mobilidade da força de trabalho, conferindo as bases da troca desigual.

De fato, de qualquer forma, em superfície está posto que para a análise da troca desigual na economia mundial capitalista as premissas originais de Marx (na problemática da transformação dos *valores em preços de produção*), são postas sob reflexão, isto é, supõem-se taxas de exploração/mais-valia distintas e composições orgânicas do capital iguais ou parecidas; outras premissas permanecem, a livre mobilidade de capitais que devem tender ao nivelamento das taxas de lucro. Fica patente que a dinâmica da troca desigual pressupõe a análise concomitante das composições orgânicas, rotação do capital, dos níveis salariais, das taxas de mais-valia, da existência do monopólio, da possibilidade ou não da formação de uma taxa de lucro geral diante das efetivas condições de mobilidade internacional do capital e dos níveis de produtividade do trabalho. Essa análise, entretanto, deve ser sobreposta à análise da conversão do trabalho em valor enquanto sua expressão monetária nos preços de produção e de mercado.

Devemos agora considerar com mais cuidado a posição da TMD não somente face ao manejo de tal inversão e análise concomitante de categorias assim como face ao caráter essencial da transferência de valor e suas correlações para o que estamos propondo ser a

⁹⁷ “*La acumulacion a escala mundial*”.

temporalidade espacialmente desigual da acumulação/apropriação de riqueza no Sistema Mundo Moderno Capitalista, buscando então explicitar melhor a dependência e a transferência de valor como uma categoria em meio a uma totalidade de categorias, todas perpassadas pela *historicidade* e sob os efeitos/pressões da longa duração e das relações de propriedade deste Sistema. Como isso se quer evidenciar teoricamente ao entendimento das desigualdades espaciais para as possibilidades de construção/apropriação de riqueza material (valores de uso) entre o núcleo orgânico do capitalismo e a periferia deste Sistema, fato que reproduz uma estrutura de longa duração. Ademais, para compreender é preciso tomar o tempo como fluxo cumulativo, tempo como transformações e dialéticas categoriais, tempo como manifestação dinâmica da substância na contradição entre imutabilidade essencial e mutabilidade concreta, tal como tentamos apresentar como tempo epicurista. O tempo emerge como valor social e o valor mesmo como tempo, como elemento de vitalidade, elemento de sociabilidade em meio a relações de propriedade historicamente determinadas pelo modo de produção capitalista.

A Transferência de valor como essencialmente transferência de tempo e a temporalidade espacialmente desigual da acumulação/apropriação de riqueza no Sistema Mundo Moderno Capitalista

“O tempo é tudo, o homem não é nada – quando muito, é a carcaça do tempo. Não se discute a qualidade. A quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada. Mas essa equalização de trabalho não resulta da ‘justiça eterna do Sr. Proudhon; muito simplesmente, é um fato da indústria moderna (MARX, 2009, p. 68)”.

Se há transferência de valor e se este é definido, essencialmente, enquanto substância, pelo trabalho, e, enquanto grandeza, medido pelo tempo de trabalho (socialmente necessário no caso), a transferência de valor é, portanto, essencialmente, também, a transferência do tempo, da temporalidade da produção de riqueza, transferência esta que se manifesta no longo prazo na *temporalidade espacialmente desigual da acumulação/apropriação* (como “distinção qualitativa entre produção e apropriação” (CARCANHOLO, *Apud* LUCE, 2018, p. 32) *de riqueza* tal como ressalta também Luce apontando a seguinte passagem de Marx:

“Em cada país vale certa intensidade média do trabalho, abaixo da qual o trabalho para a produção de uma mercadoria consome mais tempo que o socialmente necessário, e por isso não conta como trabalho de qualidade normal. Apenas um grau de intensidade que se eleva acima da média nacional, num país dado, muda a medida do valor pela mera duração do tempo de trabalho. Não ocorre o mesmo no mercado mundial, cujas partes integrantes são os vários países. A intensidade média do trabalho muda de país para país; é aqui maior, lá menor. Essas médias nacionais constituem assim uma escala cuja unidade de medida é a unidade média do trabalho universal. Comparado

com o menos intensivo, o trabalho nacional mais intensivo produz, pois, em tempo igual, mais valor, que se expressa em mais dinheiro. Porém a lei do valor é modificada ainda mais em sua aplicação internacional pelo fato de que no mercado mundial o trabalho nacional mais produtivo conta também como mais intensivo, sempre que a nação mais produtiva não seja obrigada pela concorrência a reduzir o preço de venda de sua mercadoria a seu valor. Na medida em que a produção capitalista é desenvolvida num país, na mesma medida elevam-se aí também a intensidade e a produtividade nacional do trabalho acima do nível internacional. As diferentes quantidades de mercadorias da mesma espécie, que são produzidas em tempo igual de trabalho em diferentes países, têm, portanto, valores internacionais desiguais, que se expressam em preços diferentes, isto é, em somas diferentes de dinheiro conforme os valores internacionais. O valor relativo do dinheiro será portanto menor na nação em que o modo de produção capitalista é mais desenvolvido do que naquela em que é menos desenvolvido (MARX, 1996, p.190).

Neste processo de longa duração, Intensidade e produtividade do trabalho são trocadas uma pela outra conforme podemos deduzir da seguinte passagem de Luce onde aponta o “segredo da transferência de valor como intercâmbio desigual” (2018):

“Com isso, os capitais e economias que atingem uma *intensidade nacional* superior na divisão internacional do trabalho logram realizar suas mercadorias como se fossem portadoras de mais trabalho incorporado do que efetivamente contêm – ou capturam riqueza que flui para si além daquela que foi gerada por eles. E ao fazê-lo, fazem-no porque outros capitais e economias estão perdendo ou transferindo valor. Aqui reside o segredo do intercâmbio desigual ou – sendo mais precisos – o segredo da *transferência de valor como intercâmbio desigual* (LUCE, 2018, p. 36)”

Isto ocorre pelas (i) diferenças das formações econômico-sociais envolvidas; (ii) diferenças entre o valor e preço de produção/mercado. O tema da transferência de valor foi abordado por Marx na problemática da transformação dos valores em preços de produção como vimos. Conforme precisamente adverte Luce:

“Quando pensamos no quantum de valor produzido e apropriado por uma economia comparativamente à média do trabalho universal, comparece em cena o conceito de preço de produção. [...] Tem razão por isso Reinaldo Carcanholo quando sustenta que ‘partindo da identidade e oposição [...] entre produção e apropriação de riqueza na sociedade capitalista, as categorias centrais da teoria do valor são: valor e preço de produção (2018, p. 38)”.

Por outro lado, somente podemos compreender esta diferenciação mediante a categoria dinheiro, mediante a independência que tal categoria atinge na sociabilidade capitalista como resultado das trocas a partir de uma divisão social específica que fundamenta concretamente o valor de troca; a possibilidade do dinheiro e a independência que este assume por “encarnar” o valor, o tempo de trabalho, unidade de medida do valor. Aqui vamos nos aproximando da essencialidade da transferência de valor também como temporalidade espacialmente desigual da acumulação/apropriação de riqueza e, em última instância, da essencialidade da transferência do valor também como transferência do tempo medido em dinheiro/capacidade de apropriação de riqueza e não da riqueza medida em tempo (momento inicial da abstração), uma intervenção essencial que faz operar a troca desigual nas Relações Internacionais assim como opera na dinâmica

propriamente nacional de exploração do trabalho e também da concentração e centralização de capital. No plano da teoria do valor trabalho o tempo é central, não somente como duração e sucessão, mas também como concomitância dialética entre categorias num circuito temporal preciso e estabelecido no processo global produção-circulação-distribuição/apropriação.

A aparente invisibilidade de certos aspectos da realidade não pode ser justificativa racional para sua negação. O tempo é invisível/imaterial e o espaço visível/material? São duas percepções superficiais das coisas e por isso não se deve inferir que o tempo é irreal. Wallerstein já nos alertava que a perspectiva dos Sistema-Mundo busca superar as “clivagens” pois tais clivagens levam ao tratamento do tempo como dimensão “irrelevante”⁹⁸ (WALLERSTEIN, 1996c). Assim, repleta de toda “racionalidade instrumental”, por exemplo, a ascensão marginalista no debate da economia política representa tal ‘divórcio’/clivagem, como também representa a anulação do tempo como aspecto social do trabalho na economia em toda sua “racionalidade substantiva” (valor e moral). O fetiche da moeda completou a tarefa. Para introduzir a argumentação devemos considerar o tratamento da dimensão do *tempo* e *valor*. O tempo era uma preocupação de Marx desde sua tese de doutorado, podemos arriscar que a base do “tempo epicurista” está já lançando as bases do processo mental que daria vida à teoria do valor e da mais-valia em suas pesquisas. Vejamos os principais pontos teóricos sobre tempo e valor a partir da leitura de Marx (especialmente, 2008, *Contribuição à Crítica*; 2009, *A miséria da filosofia*; 2011, *Grundrisse*; entre outros), seus raciocínios e sua conceituação categorial (ao menos pelo que me foi possível entender).

Primeiro: na sociabilidade⁹⁹ capitalista, o valor, enquanto essencialmente trabalho, transforma-se em valor de troca, uma relação quantitativa de valor medida pelo

⁹⁸ “The belief that Science is something different from and even antagonistic to philosophy, the so-called divorce between the two, is in fact relatively new. It evolved as the endpoint of the process of the secularization of knowledge that we associate with the modern world-system. Just as philosophy came to displace theology as the basis of statements of truth by the end of the Middle Ages, so science came to displace philosophy by the end of the eighteenth century. I say “science” did this, but it was a very particular version of science, that associated with Newton, with Francis Bacon, and with Descartes. Newtonian mechanics posited a series of premises and propositions which achieved canonic status in our modern world: Systems are linear; they are determined; they tend to return to equilibria. Knowledge is universal and can ultimately be expressed in simple covering laws. And physical processes are reversible. This last statement is the one that seems most counterintuitive, because it suggests that fundamental relations never change, and that time is therefore irrelevant. Yet this last proposition is essential it one to maintain the validity of the other parts of the Newtonian model (WALLERSTEIN, 1996c)

⁹⁹ “Da análise do valor conclui-se que para criar valor de troca é preciso que o trabalho esteja determinado socialmente, que seja trabalho social, não simplesmente social, mas de um modo particular. É um modo específico de sociabilidade (MARX, 2008, p. 57)”.

tempo de trabalho, somente socialmente validado na compra e venda (troca), relação que se dá especificamente através de trocas individuais atomizadas de várias mercadorias produzidas por vários indivíduos: muito diferente da relação entre valor, trabalho e sociabilidade (ou validação social), por exemplo, de uma divisão familiar, uma divisão primitiva ou feudal (MARX, 2008, *Contribuição à crítica...* p. 59-60). Em todos os processos históricos de “reprodução das condições materiais de existência” o trabalho é indispensável, onde a relação do homem com a natureza e a sociedade se dá pelo trabalho e seu resultado implica num tempo gasto e efetivo. Este tempo é inerente ao trabalho assim como é inerente ao indivíduo direto que trabalha no sentido de lhe pertencer no ato da produção (sendo fisicamente indissociável), sendo impossível, por exemplo, que apenas 1 indivíduo produza, em condições produtivas equivalentes, o que 100 produziram¹⁰⁰. A diferença específica desse tempo na sociedade burguesa seria que reduzido a uma relação social determinada pelo mercado, tendo que tornar-se equivalente para ser validado, permite a “alienação” (ou “cisão”) do tempo pessoal/individual/inerente (o trabalho particular), pois passa a ter que ser intermediado por um tempo geral em sua sociabilidade. Dissocia-se o tempo do trabalho direto, o tempo particular de seu vínculo material mediante uma relação específica estabelecida pelo mercado e por relações de propriedade específicas que ao mesmo tempo (de)socializa e socializa. O tempo particular é tempo social, porém a sociabilidade própria de ser mercadoria (cujo valor é tempo geral do trabalho) implicou, com o paralelo desenvolvimento do dinheiro (equivalente geral) que acompanha esta dissociação, a alienação, também muito específica, do tempo particular sob a forma de valores de uso, mercadorias e dinheiro. Sob a concorrência é impossível estabelecer o controle sobre o tempo e o tempo é o movimento do capital assim constituído¹⁰¹ neste movimento de transformação dos valores e reverberações sobre seus tempos, os valores de uso e os valores de troca, o trabalho diferenciado/concreto e o trabalho não-diferenciado/geral-abstrato¹⁰². O desenvolvimento deste trabalho geral-abstrato e do valor de troca se dá com

¹⁰⁰ Não estamos ainda considerando aqui as consequências da máquina como redutor do tempo de trabalho no processo de produção e nem das contradições daí oriundas.

¹⁰¹ “O tempo é tudo, o homem não é nada – quando muito, é a carcaça do tempo. Não se discute a qualidade. A quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada. Mas essa equalização de trabalho não resulta da ‘justiça eterna do Sr. Proudhon; muito simplesmente, é um fato da indústria moderna (MARX, 2009, p. 68)”.

¹⁰² “O trabalho de cada indivíduo, ainda que se manifeste em vários valores de troca, possui esse caráter social de igualdade, e não se manifesta no valor de troca senão à medida que se refere ao trabalho dos demais indivíduos como trabalho idêntico. Além disso, no valor de troca, o tempo de trabalho do indivíduo isolado aparece diretamente como tempo de trabalho geral, e esse caráter geral de trabalho isolado reveste

o desenvolvimento das relações de propriedade especificamente capitalistas. O resultado é o desaparecimento da individualidade dos trabalhadores (ver citação em nota de rodapé) e, portanto, o desaparecimento de sua temporalidade particular, ganhando o tempo geral uma projeção de domínio, mas numa especificidade propriamente burguesa.

“Ao contrário, na indústria patriarcal rural, na qual o que fiava e o que tecia viviam sob o mesmo teto, na qual a parte feminina da família fiava e a masculina tecia, para as necessidades da família, fio e tecido eram produtos sociais, fiar e tecer eram trabalhos sociais no seio da família. Porém, seu caráter social não consistia no fato de que o fio, equivalente geral, fosse permutável pelo tecido, equivalente geral do mesmo tempo de trabalho geral. Era a organização familiar, com sua divisão de trabalho, que determinava o produto do trabalho com seu característico selo social. Ou melhor, consideremos as corveias e os tributos em espécie da Idade Média. O que constitui aqui o laço social são os trabalhos determinados dos indivíduos em sua forma natural, é a particularidade e não a generalidade do trabalho. Ou consideremos, por fim, o trabalho em comum sob sua forma primitiva, tal como o encontramos no umbral da história de todos os povos civilizados. Nesse caso, o caráter social do trabalho não se origina claramente do fato de que o trabalho do indivíduo assuma a forma abstrata da generalidade ou de que seu produto revista a forma de um equivalente geral. A comunidade, na qual se subentende a produção, é que impede que o trabalho do indivíduo seja trabalho privado, e seu produto um produto privado que, ao contrário, faz aparecer o trabalho individual como função de um membro do organismo social. Compreende-se que o trabalho que se realiza no valor de troca é trabalho do indivíduo isolado. Para que se converta em trabalho social, lhe é preciso adotar a forma de seu oposto imediato, a forma de generalidade abstrata (MARX, 2008, p. 59-60)”.

Em sendo esta organização social anárquica, fragmentada e sem nenhuma validação social inerentemente prévia, o que é particularidade tem que se tornar seu “oposto”, o “geral” e, a solução desta contradição, por ter que tornar iguais coisas diferentes, é dada pelo dinheiro que é “*uma relação oculta envolta sob uma envoltura material*” (MARX, 2008, p. 60). “*Enfim o que caracteriza o trabalho que cria valor de troca é que as relações sociais das pessoas aparecem, por assim dizer, invertidas, como a relação social das coisas*” (MARX, 2008, p. 60).

Segundo: Esta imbricação capitalista entre substância e grandeza do valor sintetiza-se “macroeconomicamente” (totalidade) no tempo de trabalho socialmente necessário, “*aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho*” (MARX, 1996, p. 167). Nas trocas e sob efeito da concorrência, o trabalho individual é trabalho comum/geral, e, como tal, ao incorporar-se sob a forma dinheiro, o salário é sua forma de expressão monetária. A conversão de tempo individual em tempo geral é a conversão do tempo de trabalho particular em dinheiro. É na *relação* que se dá

um caráter social. O tempo de trabalho representado no valor de troca é o tempo de trabalho do indivíduo, mas do indivíduo que não se distingue dos demais indivíduos, enquanto realizam um trabalho igual [...] (MARX, 2008, p. 57)”.

a conversão do tempo individual em tempo geral, assim, na relação propriamente estabelecida entre capital-trabalho, a forma do trabalho individual é o salário (mas aí em sua forma tempo geral) e a forma do trabalho geral a mais-valia (mas aí em tempo individual apropriado sob a forma de lucro). O tempo é dividido numa cisão que somente pode ser fato concreto do ponto de vista da passagem completa de um tempo para outro dentro da sociabilidade específica do capitalismo e o dinheiro se encarrega de ser uma cápsula do tempo.

Devemos explicar usando a crítica de Marx ao “Sr. Proudhon” na “Miséria da Filosofia”, que é uma resposta à “Filosofia da Miséria” de autoria do último. Esta digressão serve também para blindar possíveis críticas de aproximação à noção de “proporcionalidade”¹⁰³ de Proudhon. Marx prova que essa “relação de proporcionalidade” - qual seja a de que o “Sr. Proudhon” alega ter identificado como vigente na sociedade capitalista, na qual o valor do trabalho é igual ao tempo de produção – transforma-se, pois, dos vários capitais em concorrência, em lei de *desproporcionalidade* (MARX, 2009, p. 79). A proposta do “Sr. Proudhon” de instaurar a proporcionalidade preservando a concorrência, a anarquia da produção capitalista e as relações de propriedade vigentes é, para dizer o mínimo, vã, segundo Marx, uma “*interpretação utópica da teoria de Ricardo*” (2009, p. 63). Em cada página de a miséria da filosofia e nas *observações primeira, segunda, terceira e quarta*, Marx mostra como Proudhon confunde as categorias econômicas com leis eternas, não compreendendo as transformações históricas das relações sociais de produção e sua correspondência às forças produtivas materiais das formações econômico-sociais. De fundo, portanto, confunde-se em não perceber a concatenação entre as categorias na sociedade capitalista e seu modo de produção. A concorrência é parte integrante, historicamente constituída na anarquia própria da produção capitalista, e das quais depende o lucro e, portanto, a desproporcionalidade.

Conforme vai discorrendo Marx, o problema é maior do que somente a declaração da “proporcionalidade” (salários equivalerem em valor exatamente ao valor em tempo) como solucionadora do problema da extração e apropriação de mais-valia, isto é, supostamente corrigindo o efeito da forma própria da propriedade na sociedade capitalista

¹⁰³ “O que resta da ‘relação de proporcionalidade’? Nada mais que o desejo de um homem honesto, que gostaria que as mercadorias se produzissem em proporções tais que pudessem ser vendidas a um preço honesto. Os bons burgueses e os economistas filantropos, sempre, gostaram de formular esse desejo inocente (MARX, 2009, p. 81)”.

(tomando o efeito como causa, como diz Marx, melhor ainda, não entendendo a oposição dialética), mas, talvez pior, a alegação de que há uma proporcionalidade entre o valor do trabalho e o salário tal como elabora sistematicamente a economia política defendendo que se o tempo de trabalho é a medida e grandeza do valor das mercadorias no ato relativo da troca, tempo de trabalho gasto na produção de mercadorias, e, como a força de trabalho é uma mercadoria no sistema capitalista, o seu valor é o valor do tempo gasto na produção de sua própria (re)produção (e não no resultado desta produção, o produto do trabalho). A (re)produção da força de trabalho que, enquanto essencialmente trabalho humano, depende de alimentos basicamente, ou o mínimo para sua sobrevivência, assim, o salário seria equivalente exatamente ao seu valor enquanto força de trabalho, uma remuneração “justa” com base na lei do valor¹⁰⁴.

Na verdade, Marx colocou que a “retribuição igualitária de todos os produtores”; “igualdade de participação” no produto, onde em na nota de rodapé 37 desta edição de “A Miséria da Filosofia” (2009) diz-se que a “concretização dessa possibilidade constituirá aquilo que Marx denominou de ‘primeira fase’ da sociedade comunista” (p.66). Assim, pelo fato de, enquanto tempo individual de trabalho, o trabalho seja remunerado pelo tempo geral gasto nesta particularidade sob a forma salário, enquanto tempo geral recebe uma quantidade aquém do tempo individual/particular efetivamente utilizado na produção da riqueza naquele tempo de trabalho e gasto de energia vital, viabilizando assim, na forma da mais-valia, uma alienação do tempo em sua forma geral através do dinheiro. Essa cisão terá diferentes formas de manifestação. O capital domina o tempo e detém o trabalho particular; o trabalho recebe o tempo geral, não possuindo o resultado do trabalho particular (valores de uso ou mercadorias) porque elas são propriedade do capital dada a relação proprietária. O capital domina o trabalho particular na sua forma de mercadoria e na passagem desta para tempo em geral sob a forma dinheiro no preço, incorporando tempo de trabalho, valor acima do valor já incorporado pelo capital investido em tempo passado¹⁰⁵. O trabalho recebe seu valor no salário, mas abaixo

¹⁰⁴ Assim posiciona-se o ‘Sr. Proudhon’: O que é o salário? É o preço de custo do trigo etc; é o preço integral de todas as coisas. Vamos mais longe: os salários é a proporcionalidade dos elementos que compõem a riqueza e que são consumidos reprodutivamente, a cada dia, pela massa dos trabalhadores (*Apud*, MARX, 2009, p. 70)”.

¹⁰⁵ Nos *Grundrisse* a troca entre capital e trabalho e posta: “o trabalho é valor de uso comprado, cujo uso é ser trabalho que produz, uma relação econômica; o trabalho como valor de uso para ele mesmo vem do preço; o trabalho que gera valor, como trabalho produtivo, força produtiva que conserva e multiplica o capital, uma força pertencente ao próprio capital e “A separação destes dois processos é tão evidente que eles podem dissociar-se no tempo e não tem absolutamente que coincidir (MARX, 2011, p. 213). Ainda em outra passagem: “Na troca simples, na circulação, esse duplo processo não tem lugar. Se a mercadoria *a* é trocada pelo dinheiro *b* e este, em seguida, pela mercadoria *c* destinada ao consumo – o objeto original da

do valor que contribuiu para produzir na produção, apropria-se de menos valor porque seu trabalho particular foi reduzido a trabalho geral, eis a cisão em duas formas básicas, salários e mais-valia, posteriormente, num terceiro momento de realização, lucro.

“Sempre que o preço de uma mercadoria se realize em ouro, troca-se por ele em qualidade de mercadoria, de materialização particular do tempo de trabalho; mas quando é seu preço o que se realiza no ouro, troca-se por ele como dinheiro e não como mercadoria, isto é, como materialização geral do tempo de trabalho (MARX, 2008, p. 123)”.

Os valores de uso, os resultados objetivos (“trabalho objetivado”) do trabalho, são “materializações”, “cristalizações” do tempo de trabalho utilizado pelos indivíduos, “*resultado (s) da força vital gasta pelo homem*” e mulher (2008, p. 53). Porém, enquanto valores de troca, os resultados objetivos do trabalho são “tempo homogeneizado”, “trabalho abstrato-geral”, onde os valores de uso criados num intervalo de tempo são as bases materiais da determinação de uma relação, a relação de troca e, de “*diferenças de magnitude em tempo de trabalho nelas realizado*” (MARX, 2008, p. 54), esses resultados, na troca, passam a serem equalizações de tempo de trabalho quantitativamente determinadas em suas relações sociais de produção, assumindo na forma dinheiro sua expressão/representação mais avançada e simples. Embora o tempo em si do trabalho particular continue no passado produzido e inerente ao tempo de quem o produziu concretamente (como tempo que foi/é inseparável do trabalho por sua própria natureza objetiva de ter sido gasto por alguém); na sua forma abstrata e geral, no futuro monetário, esse tempo, pois da mais-valia, transfere-se em materialização para compra e comando do tempo. “*O valor de troca e o caráter geral do trabalho aparecem na separação e disjunção indiferente da compra e da venda* (MARX, 2008, 124)”. Nesta separação o elo temporal é o dinheiro:

“[...] encerra toda riqueza material que se desenvolve no mundo das mercadorias [...] é representante corporal da riqueza material [...] encarnação imediata do trabalho geral, na forma, e o agregado de todos os trabalhos concretos, no conteúdo [...] é a riqueza universal individualizada (MARX, 2008, p. 161)”.

Terceiro: “*É, antes, a comensurabilidade das mercadorias como tempo de trabalho materializado que converte o ouro em dinheiro*” (MARX, 2008, p. 98). É materialização do tempo pelo desenvolvimento histórico de uma organização social do trabalho que

troca para $a -$, a utilização da mercadoria c , seu consumo, se dá totalmente fora da circulação; não diz respeito à forma da relação; está situada fora da própria circulação, e é um interesse puramente material que só expressa uma relação do indivíduo A , em sua naturalidade, com um objeto de sua necessidade singular. O que ele faz com a mercadoria c é uma questão que está fora da relação econômica. Aqui, inversamente, o valor de uso do que é trocado por dinheiro aparece como relação econômica particular, e a utilização determinada do que é trocado por dinheiro constitui a finalidade última de ambos os processos. Por conseguinte, isso já diferencia formalmente a troca entre capital e trabalho da troca simples – dois processos distintos” (MARX, 2011, p. 214).

implica uma validação social realizada na instituição do mercado. “*As formas civilizadas de dinheiro e suas contradições são em primeiro lugar as contradições da própria categoria dinheiro, uma categoria desenvolvida a partir do desenvolvimento do valor de troca, forma social do produto*” (MARX, 2011, p.95), portanto. Para este entendimento interpõe-se fundamental a “distinção” que se obtém no movimento circular entre moeda e dinheiro; a forma-dinheiro na circulação simples M-D-M e na circulação na forma D-M-D, o desenvolvimento histórico e categorial da medida dos valores, meio de circulação e enfim do dinheiro, todos concomitantes e pressupostos, porém, por isso, mesmo potencialmente não coincidentes diante da cada vez maior independência do dinheiro como categoria na esteira da ampliação da divisão do trabalho e do próprio capitalismo histórico em suas relações angulares, principalmente as relações de propriedade.

Quarto: Tendo o produto sua forma social no valor de troca, tendo seu desenvolvimento separado e independente (no dinheiro) de sua “existência natural” e, o dinheiro sendo representante e comandante de tempo de trabalho em geral, o preço como numerário do valor em dinheiro é o aspecto nominal de sua existência real. Assim, há que serem analisadas as questões que envolvem o preço, e, como já apontado na discussão prévia sobre a troca desigual e a transferência de valor, as ligações e ontologias entre valor e preço de produção, aliás, como a própria natureza do dinheiro permite tais ligações e ontologias, como através da compreensão destas podemos entender o dinheiro como materialização do tempo em seu momento de apropriação que é, o mesmo que a capacidade e a ponte da transferência de valor, sua real efetividade, e valor como ato de trabalho passado concreto (em custo, portanto, e em “gasto vital de energia”). “*Nos livros Primeiro e Segundo só tínhamos de nos ocupar com os valores. Agora, destacou-se como parte do valor o preço de custo e, além disso, surgiu uma forma transmutada do valor, o preço de produção da mercadoria*” (MARX, 2008, *O capital: processo global de produção capitalista* 1.3 v. 4, p. 216). Precisamente a independência do dinheiro, que Marx aponta como resultado dessas relações e metamorfoses, sua contradição de ser separação espacial e temporal da imanência do valor de troca, é o que permite a transferência espacial e temporal do próprio valor e seu tempo intrinsecamente materializado na riqueza, tempo particular, tempo com qualidade, tempo passado como resultado.

Nos *Grundrisse* no Capítulo do Dinheiro Marx argumenta colocando em foco a seguinte pergunta que aqui transcrevemos:

“Chegamos aqui à questão fundamental, que não se relaciona mais com o ponto de partida. A questão geral seria: as relações de produção existentes e suas correspondentes relações de distribuição podem ser revolucionadas pela mudança no instrumento de circulação – na organização da circulação? Pergunta-se ainda: uma tal transformação da circulação pode ser implementada sem tocar nas relações de produção existentes e nas relações sociais nelas baseadas? [...] Além disso, haveria de investigar, ou caberia antes à questão geral, se as diferentes formas civilizadas do dinheiro – dinheiro metálico, dinheiro de papel, dinheiro de crédito e dinheiro-trabalho (este último como forma socialista) – podem realizar aquilo que delas é exigido sem abolir a própria relação de produção expressa na categoria dinheiro, e se, nesse caso, por outro lado, não é uma pretensão que se autodissolve desejar, mediante transformações formais de uma relação, passar por cima de suas determinações essenciais? As distintas formas de dinheiro podem corresponder melhor à produção social em diferentes etapas, uma elimina inconvenientes contra os quais a outra não está à altura; mas nenhuma delas, enquanto permanecerem formas do dinheiro e enquanto o dinheiro permanecer uma relação social essencial, pode abolir as contradições inerentes à relação dinheiro, podendo tão somente representá-las em uma ou outra forma (MARX, 2011, p. 74-75)”.

E, em referência às controvérsias com Darimon e Proudhon, escreve:

“Na última formulação, o problema teria imediatamente se reduzido a: abolir a alta e baixa dos preços. A última teria se reduzido a: abolir os preços. Ou seja: acabar com o valor de troca. Este problema [teria se reduzido a] o que significa: acabar com a troca, tal como corresponde à organização burguesa da sociedade. Este último problema significaria: revolucionar economicamente a sociedade burguesa. Teria então ficado evidente desde o início que o mal da sociedade burguesa não pode ser remediado por meio de ‘transformações’ dos bancos ou da fundação de um ‘sistema monetário’ racional (MARX, 2011, p. 85)”.

Após discorrer brevemente sobre a gênese e essência do dinheiro formula ainda uma segunda questão: “*a existência do dinheiro ao lado das mercadorias não envolve desde logo contradições que estão dadas nessa própria relação?* (MARX, 2011, p. 96).

O dinheiro é categoria inerente da lógica que entrelaça as relações sociais de produção da sociedade burguesa e capitalista cuja forma social dos produtos do trabalho (e do próprio trabalho como força de trabalho) é uma forma de mercado, tem sua validação social via mercado. São quatro contradições que nos permitem compreender a partir da leitura de Marx a possibilidade da temporalidade espacialmente desigual da acumulação/apropriação de riqueza neste sistema e que estão subjacentes à transformação dos valores em preços, ou seja, as contradições entre valor e preço¹⁰⁶.

O dinheiro envolveria assim, por meio destas contradições, a capacidade de projeções temporais observáveis em seu valor e em suas relações internacionais de valor. São quatro contradições apontadas por Marx (2011, p. 96-99): (i) a separabilidade do dinheiro como algo existente ao lado da mercadoria e, por isso, a não convertibilidade imediata das

¹⁰⁶ “Dispensa elaboração o fato de que a contradição entre valor de troca e preço – entre preço médio e os preços dos quais é média -, a diferença entre as magnitudes e suas magnitudes médias, não é suprimida quando se suprime a simples *diferença de denominação* entre as duas [...] (MARX, 2011, p. 89)”.

formas de existência da mercadoria em seu equivalente social universal, assim, a “permutabilidade da mercadoria, ao existir fora”, no dinheiro, está sujeita a condições externas e não naturalmente intrínsecas; (ii) a dupla existência do valor de troca, como mercadoria e como dinheiro, duas existências independentes e também como pressuposto simultaneamente dependentes, “*o constante movimento de equiparação, que pressupõe justamente a constante não equiparação*” (MARX, 2011, p. 97), uma existência que em sua *unidade* pode somente realizar-se “*percorrendo as mais extremas dissonâncias*” (MARX, 2011, p.97); (iii) nestas duas contradições anteriores, na separabilidade e “constante equiparação e não equiparação” na unidade, já “reside a possibilidade de crises comerciais”, pois, mercadoria e dinheiro, o valor do valor de troca como valor universal em oposição à particularidade natural, opõe também consumidores e “estamento mercantil”/produtores/comerciantes, a “troca para consumo e a troca pela troca”, a demanda e a oferta; (iv) de sua propriedade universal-social o dinheiro desenvolve sua particularidade como mercadoria particular enquanto mercadoria universal, origina-se uma “incongruência”, “*o dinheiro está em contradição consigo mesmo*” (MARX, 2011, p. 99):

“Vemos, portanto, como é imanente ao dinheiro realizar suas finalidades à medida que simultaneamente as nega, se autonomizar em relação às mercadorias; de meio, devir fim; realizar o valor de troca das mercadorias ao se separar dele; facilitar a troca ao cindi-la; superar as dificuldades da troca imediata de mercadorias ao generalizá-las; autonomizar a troca em relação aos produtores na mesma medida em que os produtores devêm dependentes da troca. Todas as contradições do *sistema monetário* e da troca de produtos sob o sistema monetário são o desenvolvimento da relação dos produtos como *valores de troca*, de sua determinação como *valor de troca* ou *valor* simplesmente (MARX, 2011, p. 99-100)”.

É precisamente nesta autonomização, cuja base é a separabilidade e que tal é também a separabilidade temporal e espacial que a relação valor adquire no dinheiro, que transcorre o mecanismo manifesto da troca desigual como transferência de valor enquanto transferência de tempo encapsulada no dinheiro que comanda riqueza material no espaço. Nesta separabilidade o dinheiro consegue servir de cápsula de tempo geral (circulação) e comandar tempo particular (produção), precisamente quando em preço acima do valor. O desenvolvimento do dinheiro, por sua vez, não deixa de estar também envolto em relações políticas e de propriedade de larga envergadura que estão, por sua vez, concatenadas também (em via de mão dupla – tanto na autonomização como na política) à concorrência e monopólio e, portanto, à dimensão do tempo-espaço estrutural como estrutura política-jurídica. Sobre esta questão espaço-temporal, resalto duas citações de Marx:

“Como esses atos adquiriram agora formas de existência espacial e temporalmente separadas uma da outra, indiferentes entre si, sua identidade

imediate deixa de existir [...] com a separação de compra e venda, com a cisão da troca em dois atos independentes entre si espacial e temporalmente, fica patente ainda uma outra nova relação (MARX, 2011, p. 97)”.

Destarte, temos categorias históricas cujas mediações neste léxico das obras de Marx nos permite pensar como se processam no tempo e no espaço sendo na exposição fundamentais o dinheiro, o valor de uso, o valor de troca, o trabalho geral, particular, abstrato, concreto, homogêneo, complexo, universalidade, particularidade, mediação, imediato, concomitância, equivalência, separação, convertibilidade, identidade, unidade, produção, troca, consumo, trabalho, mais-valia, lucro, salário, propriedade, tempo de trabalho geral e particular, autonomização, estranhamento, externo/intrínseco, tempo, espaço etc. Neste sentido, seria possível pensar que a concepção do tempo enquanto sucessão-lógica, movimento, transformação, concomitância e cumulatividade está no âmago deste entendimento categorial na medida em que se pensam essas categorias em seu conjunto histórico-determinado entrelaçado por suas relações mútuas em serem “seres” abstrato-concretos.

Agora, dando continuidade à temática da *dependência*, se a introdução da máquina faz aumentar a produtividade do trabalho dentro da mesma duração de tempo anterior, de outro possibilita um grau de exploração maior do tempo trabalhado e externalizado monetariamente em preço de produção (e não valor de produção). Conforme Marini,

“A relação positiva entre o aumento da força produtiva do trabalho e a maior exploração do trabalhador, que adquire um caráter agudo na economia dependente, não é privativa dela, mas é inerente ao próprio modo de produção capitalista. Isso se deve à maneira contraditória como essas duas formas fundamentais de exploração incidem no valor da produção e, por consequência, na mais-valia que esta gera. O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, que implica produzir mais no mesmo tempo e com um mesmo gasto de força de trabalho, reduz a quantidade de trabalho incorporada ao produto individual e rebaixa seu valor, afetando negativamente a mais-valia. A maior exploração do trabalhador oferece duas alternativas: aumentar o tempo de trabalho excedente (modificando ou não a jornada de trabalho), ou, sem alterar a jornada e o tempo de trabalho, elevar a intensidade do trabalho; em ambos os casos, aumenta a massa de valor e a mais-valia produzidas, mas no último (que se diferencia do aumento de produtividade porque, ainda que se produza mais no mesmo tempo, isso acarreta um maior gasto de força de trabalho), desde que o novo grau de intensidade se generaliza, cai o valor individual das mercadorias e, em circunstâncias iguais, diminui a mais-valia. NO marco do regime capitalista de produção, essas tendências opostas que se derivam das duas grandes formas de exploração tendem a se neutralizar, uma vez que o aumento da força produtiva do trabalho não somente cria a possibilidade de uma maior exploração do trabalhador, mas conduz a esse resultado. Com efeito, a redução do tempo de trabalho que o operário necessita para produzir uma certa massa de mercadorias permite ao capital, sem entender a jornada legal e inclusive reduzindo-a, exigir do trabalhador mais tempo de trabalho efetivo e, portanto, uma massa superior de valor. Com isso, a ameaça que pesava sobre a taxa de mais-valia e de lucro se compensa total ou parcialmente. O que aparece, no plano da produção, como uma diminuição do tempo de trabalho converte-se, do ponto de vista do capital, em aumento da produção exigida ao trabalhador. Isso se expressa nas condições de produção

por meio da elevação da composição orgânica do capital, isto é, na diminuição relativa e absoluta (segundo o ritmo da acumulação) do capital variável; em outras palavras, na redução relativa ou absoluta da força de trabalho empregada e na expansão do exército industrial de reserva (MARINI, 2011, p. 182-183).

A questão do preço de produção na observância da superexploração do trabalho, que é mais aguda na periferia está de fundo, relacionada com a transformação dos valores em preços de produção/preços de mercado também. Lembrando que mesmo atualmente os salários podem ser medidos em remunerações por hora de trabalho, por exemplo. Então que, retornando à citação de Marini, podemos falar numa superexploração do trabalho como intensificação do tempo trabalhado numa mesma jornada de trabalho, mas também podemos falar em superexploração ou “superalienação” do valor, medido em tempo de trabalho, na medida do aumento da produtividade, mantendo-se os salários constantes, implica um aumento da massa global de valores produzidos sem, contudo, que esta massa tenha sido passada, em termos de valor, para o trabalhador direto.

Em outras palavras, o produtor direto produz efetivamente mais valor que pode ser apropriado pelo capitalista ainda que este valor, pela lei da grandeza do valor (ter sido produzido em menor tempo de trabalho), caia, no caso, como disse Marini, somente cairá na medida em que tal grandeza “nova” está generalizada, nos primeiros momentos da introdução da máquina os preços de produção tendem a serem superiores aos valores de produção (pois o valor de uso em questão está sendo produzido num tempo menor do que o tempo socialmente necessário, sendo que o preço de produção/mercado é superior ao valor unitário), é o superlucro de que fala Mandel. Assim, o dinheiro, em preço de produção, “encarna” o tempo que foi alienado em termos de valor do produtor direto (pois produziu efetivamente mais valores de uso) e, como tal, o dinheiro a mais, ganho pelo capitalista, é nada mais do que alienação de tempo e valor de uso. O trabalho objetivo dissocia-se do valor medido em tempo de produção pelo produtor direto e passa a assumir uma vida dependente do mercado e das relações sociais de propriedade. Aqui, de uma categoria quantitativa a grandeza do valor adquire um *status* substantivo. Como diz Marini mais adiante, “*supor o contrário é admitir que o capitalismo [...] converte-se em um sistema cada vez menos explorador*” (2011, p. 184).

Mesmo sob a argumentação de que a máquina (“trabalho morto”) é capital adiantado pelo capitalista, o circuito se fecha desfavoravelmente ao trabalho, origem do valor. Mas esta consideração precisa ser esmiuçada de uma vista mais holística, as relações centro-periferia, onde a alienação de tempo e valor fica mais evidente e desnuda a temporalidade espacialmente desigual da acumulação/apropriação de riqueza. Esta alienação é possível

pela relação de propriedade que está pré-estabelecida entre o trabalhador direto e o capitalista proprietário dos meios de produção, depois pelo valor e preço do salário e pelo mercado. Na arena internacional tal alienação/transferência é possível pelo capital estrangeiro monopólico, tanto monetário quanto tecnológico-produtivo, e pela determinação dos preços internacionais. Esta configuração foi possível por uma acumulação primitiva prévia e pela prévia Divisão Internacional do Trabalho, isto é, pelos movimentos concretos da história que tem peso cumulativo de longa duração.

Outra conexão importante, as formações econômico-sociais periféricas e dependentes possuem certos traços macroeconômicos seculares em razão desta origem que lhes imprimiu a dificuldade de ter correspondência entre as suas relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas devido à cisão originária, manifestando-se nas tendências à deterioração dos termos de troca, na tendência crônica ao déficit em transações correntes, num desemprego estrutural e superexploração do trabalho, numa maior desigualdade e numa “transferência dos efeitos do multiplicador” (AMIN, 1975)¹⁰⁷, por exemplo. Estas tendências por sua vez demarcam a possibilidade de reprodução da condição da dependência pela perspectiva da transferência de valor. Por trás disso, para as formações econômico-sociais dependentes a forma do capital estrangeiro assume com rigor uma espécie de “quarta forma de capital” dentro do próprio circuito do capital, estando esta quarta forma cimentada em relações de propriedade a nível internacional. Os valores monetários que saem nas transações correntes nas formas de remessa de lucros, juros e dividendos, não são meramente apenas valores monetários, são efetivamente, como argumentamos anteriormente, a transferência de valor e de tempo entendidos em suas origens concretas do trabalho e da riqueza material, isto é, o que se transfere é tempo que não se materializa em riqueza material, mas que foi já usado, tendo sido transferido numa expressão monetária que é capaz de comandar a compra de uma riqueza material superior no centro, ou seja, é uma limitação da capacidade de apropriar-se da riqueza material produzida na periferia pela periferia, apropriação em valores de uso, tal como ocorre entre trabalho-capital, ocorre entre centro-periferia. Através da lei do valor e, simultaneamente de sua negação, é possível pensar e observar estas transferências.

“Este conjunto de formas é expressão das *transferências de valor* entre as economias dominantes e as economias dependentes, no movimento concreto da economia mundial. As formas não se confundem com a essência da

¹⁰⁷ Está tendência ou o conceito de transferência do efeito multiplicador keynesiano foi pensada por Samir Amin em “La acumulación en escala mundial”.

categoria, cujo significado foi explanado nos tópicos anteriores. Ressalva feita, o tratamento analítico das *formas* específicas da *transferência de valor como intercâmbio desigual* consiste de uma aproximação correta, porque é a partir das formas que podemos entrever tendências e fazer a apreensão de processos que apresentam regularidades. A *deterioração dos termos de intercâmbio* expressa mais diretamente a dependência comercial: as economias dependentes produzem valores de uso cujos preços de mercado sofrem baixas tendencialmente maiores que os preços dos bens produzidos pelas economias dominantes; o *serviço da dívida* expressa mais diretamente a dependência financeira; as economias dependentes, ao não possuírem moedas fortes, nem determinarem os fluxos financeiros internacionais, contraem relações de subordinação não somente frente à função dinheiro-mundial, mas frente à própria função capital-dinheiro em sentido mais geral; *as remessas de lucros, royalties e dividendos* expressam mais diretamente a dependência tecnológica: ao não disporem ou não controlarem as tecnologias e meios de produção necessários para uma série de mercadorias produzidas, as economias dependentes são subsumidas a relações que implicam transferências negativamente determinadas de valor em seu desfavor; a *apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio* por parte de capitais de economias imperialistas sobre os recursos naturais das economias dependentes expressam mais diretamente o intercâmbio de não-equivalentes inclusive no próprio terreno em que estas últimas possuem maior riqueza com seus diferenciais de fertilidade natural da terra/riqueza naturais. [...] As formas da dependência podem ser desglosadas apenas isoladamente a cada uma das formas em que acontece o intercâmbio de não-equivalentes. São, antes, um entramado de relações, cuja essência é explicada mediante a categoria original da TMD, *transferência de valor como intercâmbio desigual*. E, uma vez em movimento, as *transferências de valor* provocam a reprodução ampliada da dependência, em cuja malha de relações esta última pode mudar de forma e de grau, como se verifica historicamente; porém, a dependência se mantém, como elemento estrutural, a menos que seja transcendida mediante a transformação revolucionária da sociedade (LUCE, 2018, 51-52)”.

No discurso capitalista o valor do salário é o valor das mercadorias necessárias à sobrevivência do operário, suficiente para sua reprodução enquanto mercadoria (Lei de Bronze dos Salários – que foi rechaçada por Marx na sua Crítica ao Programa de Gotha). Este valor é, por sua vez, determinado pela quantidade de trabalho da produção destas mercadorias (alimentos e vestuários – e pode-se incluir, conforme se criam mercadorias de massas outras), só que o preço do salário depende da oferta de força de trabalho, ou, do tamanho do exército industrial de reserva. Mas o valor produzido pelo trabalhador assalariado é sempre maior do que ambos. Ora, se o valor é medido em tempo de trabalho, e se em salário esse valor é menor ao valor criado, significa que o capitalista aliena tempo de trabalho do trabalhador medido em mercadorias/riqueza produzidas, um tempo que o trabalhador perde e o capitalista ganha, uma alienação efetiva de trabalho criativo e energético, sua expressão monetária confere assim, ao capitalista um comando maior das possibilidades de seu próprio tempo gasto em mercadorias, seja novo capital, seja luxo, seja gasto no sistema financeiro que amplifica seu poder por uma relação meramente proprietária.

Assim, a realidade do sistema de produção capitalista é que a classe que mais tempo trabalha para a construção da riqueza social e material é a classe que menos tem comando sobre essa mesma riqueza criada, na prática, um tipo de escravidão moderna (a escravidão define-se pelo roubo da vida do outro, e, uma das expressões disso é o roubo do tempo do ser humano em sua vida, não pode viver e usar seu tempo para suas capacidades físicas, mentais, morais ou culturais, a vida e o tempo de sua vida, sua autonomia nestes dois universos, lhe é completamente alienada): “[...] o valor relativo, medido pelo tempo de trabalho, é, fatalmente, a fórmula da escravidão moderna do operário, e não, como o pretende o Sr. Proudhon, a “teoria revolucionária” da emancipação do proletariado (MARX, 2009, p.66)”. A crítica da economia política do valor-trabalho como vista na tradição da economia-política em Adam Smith e Ricardo é efetivamente descobrir a anarquia da produção capitalista e suas leis de desproporcionalidade, ou seja, nos termos colocados pela teoria do valor, sem a crítica de Marx, fica impossível entender que a superação da alienação vem apenas com a superação da anarquia e de uma relação de propriedade específica:

“Assim, das duas, uma: ou se deseja a justa proporção dos séculos passados com os meios de produção da nossa época, e se é simultaneamente reacionário e utopista; ou se deseja o progresso sem anarquia e, neste caso, para conservar as forças produtivas, se é obrigado a abandonar as trocas individuais. As trocas individuais só são compatíveis com a pequena indústria dos séculos passados, com o seu corolário da ‘justa proporção’, ou com a grande industrial atual, mas com todo o seu cortejo de miséria e anarquia. De tudo o que dissemos, constata-se que a determinação do valor pelo tempo de trabalho – não é mais que a expressão científica das relações econômicas da sociedade atual, como, bem antes do sr. Proudhon, Ricardo demonstrou-o clara e nitidamente (MARX, 2009, 83)”

O tempo medido em riqueza é possível na independência do dinheiro e, como sua natureza depende do próprio mercado, portanto, na independência do mercado como esfera de sociabilidade. Assim, o que era um primeiro momento da determinação, o valor medido em tempo de trabalho para produção da riqueza, passa, em um segundo momento desta determinação (mesmo sem perder a concretude da primeira determinação), a ser o valor medido em dinheiro que comanda tempo de trabalho da riqueza produzida e a própria riqueza produzida. Isso significa que da mesma forma que coloca Luce para dizer que “*outros capitais e economias estão perdendo ou transferindo valor*”, estão por sua vez essencialmente *perdendo tempo* (pois medida do valor) *ou transferindo tempo*. É esta perda que confere a qualidade de ser a *temporalidade espacialmente desigual de acumulação/apropriação de riqueza* um aspecto da realidade.

Esta perda ou transferência de tempo também ocorre na troca desigual entre trabalho e capital. Isto parece, como diz Marx, “exótico” e mesmo impossível, isto é, como é

possível transferir tempo se o tempo é abstrato e intangível, se não é matéria? Neste ponto regressamos às reflexões do tempo epicurista tal como interpretadas por Marx em sua tese de doutorado, para fazer algum sentido mínimo. Para além da mera associação semântica entre valor e tempo, pois sendo o primeiro medido em tempo de trabalho, temos que compreender realmente sua materialidade. Poderíamos enveredar na discussão sobre escravidão, por exemplo, na medida em que todo o domínio de existência do indivíduo, inclusive seu tempo e o domínio do seu tempo de vida que lhe é em substância inalienável, está posto como alienável.

Se, os países desenvolvidos, devido aos mecanismos que burlam a lei do valor no mercado internacional, conseguem auferir (monetariamente) uma expressão/encarnação maior de valor do que o valor efetivamente colocado em movimento por suas formações econômico-sociais, por sua vez esta expressão maior irá ser concretamente a possibilidade encarnada de comprar valor para além do valor efetivamente produzido por sua formação econômico-social e o que vem a ser um correlato qualitativo e de implicações graves, a possibilidade encarnada de comprar tempo medido em riqueza material, é que diferencia “desenvolvimento de subdesenvolvimento”: num mesmo tempo, com produções de valores diferentes, há comandos de tempo diferentes, comandos estes encarnados na expressão monetária por comprar mais riquezas em menos tempo de trabalho, o que é a própria negação dentro da afirmação da lei do valor. Assim que se pode entender como, embora como tempo de trabalho em média superior, as formações econômico-sociais periféricas não comandam valor e nem riqueza correspondente, ao passo em que as formações econômico-sociais centrais, embora com tempo de trabalho em média inferior, comandam valor e riqueza superiores aos correspondentes a este tempo de trabalho. É a transferência do tempo concretamente manifestada na combinação dialética e histórica de categorias. A transferência de valor adquire na longa duração uma qualidade superior de ser transferência de tempo. Uma acumulação que seria impossível de se realizar sem esta transferência de valor/tempo.

De um lado a possibilidade de cisão do tempo e de sua transferência ocorre entre classes e de outro entre nações. Não é porque não há poupança que um e outro não “enriquecem”, mas sim porque há uma transferência de tempo e valor como capacidade de compra de mercadorias reais. Assim, o tempo deve ser social não no sentido da sociabilidade burguesa, mas no sentido de superá-la. As reflexões sobre o tempo e seu lugar teórico no Sistema Mundo, na economia política e na civilização devem ser aprofundados, por isso tratamos de entender a longa duração, tentando entender

primeiramente o tempo, há muito a fazer. Falar em transferência de tempo é ainda confuso, Marx usou o verbo *roubar*: “*O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual, aparece como uma base miserável comparável com esse fundamento, recém-desenvolvido, criado pela própria grande indústria*” (MARX, Apud MARTINS, 2011, p. 110).

Tendências Seculares

Buscamos compreender o primeiro e segundo marcos do capitalismo histórico como sendo marcos da formação da superestrutura política que estava sendo criada de modo a, ao consolidar-se, engendrar a acumulação primitiva, bem como a estrutura jurídica que viria a ser processada concomitantemente ao desenvolvimento do tempo-espaço histórico-categorial enquanto modo de produção capitalista. Tinha ainda em seu aspecto político vínculos com um arranjo histórico-categorial em que prevalecia a lógica do capital comercial/mercantil e da renda da terra. Uma primeira categoria histórica que forneceu, neste processo, os meios a tal superestrutura, dando-a a possibilidade de acelerar a produção material necessária à guerra, foi o capital financeiro, o capital portador de juros – retroalimentaram-se. Como notam Braudel e Arrighi nas cidades-estados italianas estava concentrada a visão capitalista de acumulação D-D’ que permitiu colocar em marcha projetos de poder comerciais e territoriais.

Na medida em que aparecem e se desenvolvem as categorias históricas próprias ao capitalismo industrial, se desenvolvem e se estabelecem tendências seculares propriamente circunscritas à lógica dialética de interação das categorias predominantemente capitalistas. Neste sentido, histórico-categorial, o marco emblemático foi a revolução industrial e, com ela, se afirmam as principais tendências seculares do sistema capitalista. Como vimos na tentativa de explicar a transferência de valor e tempo entre capital-trabalho e centro-periferia, o lucro é a forma específica da mais-valia na sociedade capitalista, porém sua acumulação irá apresentar um aspecto cíclico devido à antinomia entre capital e trabalho e oferta e demanda, sendo representada pela tendência secular à queda da taxa de lucro paralelamente ao desenvolvimento das forças produtivas. Igualmente, para amplificar a lei do valor deve-se, ao longo do tempo, generalizar o assalariamento propriamente capitalista, a generalização do trabalho assalariado, isto é, romper com modos antigos, escravidão, por exemplo, após ter cumprido já seu papel sistêmico. Deve-se, por lógica, também, haver a tendência a transformar tudo em mercadoria, isto é, ampliar e generalizar a lei do valor.

As tendências seculares são manifestações temporais de determinados fenômenos intrínsecos à reprodução do modo de produção e suas categorias econômicas capitalistas associadas à evolução e generalização do tempo-espaço histórico-categorial. A tendência secular do declínio da taxa de lucro dentro da lei geral de acumulação foi analisada pormenorizadamente por Marx e está associada à outra tendência secular dela derivada: os ciclos de Kondratieff ou as ondas longas do capitalismo histórico. Estes ciclos, por sua vez, estão circunscritos concomitantemente à dimensão mais ampla do tempo-espaço cíclico-ideológico. Estas tendências e suas superações históricas podem ser entendidas, por sua vez, através da perspectiva de fusão com o tempo-espaço estrutural (política e jurídico) que aparece então na tendência secular dos ciclos sistêmicos de acumulação estudados por Giovanni Arrighi.

A dependência é em si uma tendência secular e, por exemplo, é tendencialmente reflexiva aos ciclos de Kondratieff, pois de sua nuclearidade a partir dos centros de acumulação capitalista. São ainda outras tendências seculares o “desenvolvimento desigual e combinado” (entre e dentro das nações) e a generalização da lei do valor através da tendência à generalização espacial das categorias econômicas capitalistas em suas relações sociais e correlações. Esta generalização inclusive estende-se à expansão e multiplicação do Sistema Interestatal, o tempo-espaço estrutural (ou super-estrutural).

Estas tendências seculares devem conseguir serem observáveis nas conjunturas das variáveis econômicas, sociais e históricas. Estas tendências apresentam uma tendência direcional no tempo ao mesmo tempo em que são dinamicamente reversíveis e evolutivas (cíclicas e transformadoras). Enquanto tendências manifestam-se empiricamente esboçando realmente tendências de média e longa duração observáveis empiricamente, em *trends seculares*, mas também pela observação histórica, sendo que são então “grandes continuidades” observáveis no desenvolvimento do Sistema em sua forma cada vez mais “pura”. As tendências seculares são próprias ao Sistema e ao modo de produção capitalista cujo entendimento pertence à dimensão histórico-categorial, mas que possui e deve possuir intersecções com os demais tempo-espaços.

***A Tendência Decrescente da Taxa de Lucro, o desenvolvimento das forças produtivas e as tendências seculares*¹⁰⁸.**

¹⁰⁸ Nesta subseção sobre a lei da tendência decrescente da taxa de lucro transcrevemos parte da explicação que consta de meu trabalho de conclusão da graduação apresentado no curso de economia da Facamp de título “A dinâmica da centralização mundial de capital e a crise de 2008” (CAMARINHA, 2015).

Segundo Marx, a composição do capital pode ser vista da ótica do valor (trabalho abstrato) ou da ótica da matéria (trabalho concreto): pela ótica do valor, a relação que se estabelece entre capital constante e capital variável é denominada de *composição-valor do capital*, sendo a proporção do valor da força de trabalho (soma global dos salários) sob o valor do capital constante (soma do valor dos meios de produção); pela ótica da matéria, a relação entre capital constante e capital variável é denominada de *composição técnica do capital*, sendo a massa dos meios de produção utilizados e a quantidade de trabalho que foi utilizada para manuseá-los (MARX, c1996, p. 245). “Entre ambas há estreita correlação: para expressá-la, chamo a *composição-valor do capital*, à medida que é determinada por sua *composição técnica* e espelha suas modificações, de: *composição orgânica do capital*” (MARX, c1996, p. 245). A *composição orgânica do capital* é a composição das determinações recíprocas entre valor e técnica, ou, técnica e valor, e, a evolução da *composição orgânica do capital* é impulsionada pela Lei Geral de Acumulação Capitalista.

Porém, logo no início de sua explicação adverte que a categoria da *composição orgânica do capital* (relação entre composição valor e composição técnica), a partir de então em sua explanação, deve ser entendida enquanto composição orgânica do capital de uma sociedade, não apenas dos ramos ou capitais individuais, sendo preciso entender uma referência média, então denominando nova categoria, a *composição do capital social* (MARX, c1996, p. 245). Esta consideração será importante quando formos analisar os Ciclos de Kondratieff.

No caso da *composição orgânica do capital* permanecer igual, ou seja, no caso em que o capital adicional empregado - seja oriundo da inversão de parte da mais-valia ao capital original para transformá-la em capital, seja devido à ânsia de “enriquecimento”, “abertura de novos mercados” ou devido a “necessidades sociais” novas - exija sempre a mesma massa de capital variável empregado para transformá-lo em mais-valia, como resultado, as necessidades do processo de acumulação capitalista começam a crescer mais velozmente do que o crescimento da oferta de mão-de-obra, então a discrepância entre as necessidades e a oferta de mão-de-obra provoca a elevação dos salários¹⁰⁹, mas, não obstante, mesmo em tal contexto, aparentemente vantajoso para a classe trabalhadora, a relação social do capital e a valorização continuam, embora de forma reduzida (MARX, c1996, p. 246).

¹⁰⁹ “Queixas quanto a isso ressoam na Inglaterra durante todo o século XV e primeira metade do século XVIII (MARX, 1996, p. 246).”

Neste contexto, (*composição orgânica do capital* permanecendo constante) a reprodução da relação social do capital dá-se de forma “extensiva” e não “intensiva”, pois esta última pressupõe a modificação da composição orgânica do capital. Sob esta forma extensiva, a conseqüente elevação dos salários resulta na diminuição da parte não paga do trabalho apropriada pelo capitalista. Neste caso, a trabalhador apresenta um aumento na sua capacidade de apropriar-se de parte do produto social produzido, o que favorece a elevação de seu consumo. Contudo, no que tange a natureza específica do modo de produção capitalista, a força-de-trabalho empregada neste modo de produção não tem por objetivo satisfazer os compradores, mas sim a valorização do capital mediante a máxima apropriação das mercadorias produzidas e não pagas pelo capitalista. (MARX, c1996, p. 250-251). Por isso, logo em seguida, afirma Marx, há um limite ao aumento do salário para que não arrisque a vida do sistema. Quando chega ao ponto de ameaçá-lo, o processo de acumulação tende a desacelerar e os motivos que o fizeram chegar a tal ponto de saturação perdem sua força. Com a desaceleração da acumulação e a diminuição da demanda por trabalho que daí se segue, inicia-se a redução dos salários, remontando favoravelmente e paulatinamente ao capitalista toda a relação entre trabalho pago/trabalho não pago, necessária à vida do sistema (c1996, p. 252-53).

“A elevação do preço do trabalho permanece, portanto, confinada em limites que não só deixam intocados os fundamentos do sistema capitalista, mas também asseguram sua reprodução em escala crescente. A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador (MARX, c1996, p. 253)”.

O aumento do salário como proporção do produto social e a diminuição paralela da mais-valia apropriada pelo capitalista ocorre devido à relação dialética de valor de uso e valor (valor de troca) que se forma na produção da mercadoria, como consequência das relações sociais impostas em sua produção, as quais impõem à mercadoria o duplo caráter do trabalho. O objetivo do capitalista é a valorização do capital mediante, principalmente, a elevação da mais-valia apropriada passível de realização na circulação, de preferência na roupa do superlucro. Entretanto a elevação da mais-valia é função da capacidade produtiva do trabalho, isto é, pelas condições concretas do trabalho (ótica do valor de uso e da técnica) e não pelas condições abstratas (ótica do valor). É desta forma, alterando as condições da capacidade produtiva do trabalho (ótica do valor de uso e da técnica), que o

capitalista irá burlar os efeitos depreciativos sobre a apropriação no caso de elevações salariais:

“Marx prossegue: ‘quando falam da determinação do preço pelos custos de produção, os economistas não se referem a isso. Por essa via, nunca se poderia criar um valor maior que o original; nenhum valor de troca maior, penas um valor de uso superior, que não nos importa aqui’. Mas isso seria contraditório com o próprio conceito de capital. [...] ‘Em suma, se aceitarmos que o valor do capital não se valoriza, não se multiplica, temos de aceitar também que o capital não é um elemento real do processo produtivo, não é uma *relação específica de produção*; isso implica supor condições em que os custos de produção não têm a forma de capital e o capital não é condição da produção’. [...] ‘É fácil compreender’, lemos no *Grundrisse*, ‘como o trabalho pode acrescentar valores de uso; a dificuldade está em compreender como ele pode criar valores de troca maiores que os que já existiam’. [...] Segue-se a resposta que já conhecemos: a mais-valia tem origem na diferença entre o trabalho objetivado no salário e o trabalho vivo realizado pelo trabalhador. Pois ‘o capital não existiria se fosse necessária uma jornada de trabalho para manter um trabalhador vivo durante uma jornada; nesse caso, a jornada de trabalho seria permutada por seu próprio produto, de modo que o capital não poderia valorizar-se nem, portanto, converter-se como capital [...] (ROSDOLSKY, 2001, p. 182-183)”

A busca pela valorização e a concorrência entre os capitalistas incita a busca pela melhora da relação técnica do capital como forma imediata de ampliar a mais-valia produzida pelo trabalhador direto e apropriada pelo capitalista (“diferença entre o trabalho objetivado no salário e o trabalho vivo realizado pelo trabalhador”) no mesmo intervalo de tempo já que é a estratégia mais passível de ser controlada. Portanto o aumento da produtividade do capital social utilizado para produzir mercadorias é inerente. Conforme a acumulação e o aumento da produtividade do capital social se desenrolam, as mercadorias são produzidas utilizando-se relativamente cada vez menos capital variável para comandar uma massa cada vez maior de capital constante. Neste contexto, de elevação da mais-valia relativa, a alteração da composição técnica influencia a composição-valor: dado que o valor de toda mercadoria é representado pela fórmula $\sum M = \sum C + \sum V + \sum m$ (em que C é o valor do capital constante; V o valor do capital variável e m a mais-valia) pode-se inferir que com o aumento da produtividade social do trabalho, o valor correspondente do capital constante tende a aumentar *relativamente* ao valor correspondente do capital variável (MARX, c1996, p. 255). A tendência de aumento do valor do capital constante deve ser avaliada sempre de maneira relativa, pois da mesma forma que a produtividade impele sua maior utilização ela também reduz relativamente o valor dos elementos do capital constante:

A razão disso é simplesmente que, com a crescente produtividade do trabalho, não apenas se eleva o volume dos meios de produção por ele utilizados, mas cai o valor deles em comparação com seu volume. Seu valor se eleva, pois de modo absoluto, mas não proporcionalmente a seu volume. O crescimento da diferença entre capital constante e capital variável é, por isso, muito menor do

que a diferença entre a massa dos meios de produção em que o capital constante é convertido e a massa da força de trabalho em que se converte o capital variável. A primeira diferença cresce com a última, mas em grau menor. Além disso, se o progresso da acumulação diminui a grandeza relativa da parte variável do capital, não exclui, com isso, de modo algum, o crescimento de sua grandeza absoluta (MARX, 1996, p. 255).

A tendência a aumentar a composição da parte constante do capital, tanto em termos de valor quanto em termos técnicos, impacta na taxa de lucro porque o capital constante apenas repassa seu valor (já construído) à mercadoria, não criando, por isso, valor. Somente a parte variável do capital total possui a capacidade de criar valor. Assim, no caso de um aumento da composição orgânica do capital, a capacidade de criação de valor em relação à massa de valores existentes decai, mas de maneira relativa. Isso porque, como se sabe, a relação entre a taxa de mais-valia (m) e o capital total [$C + V$ (C = capital constante e V = capital variável)], expressa na fórmula $m \backslash C + V$ tende a cair. De modo que, supondo taxa de mais valia $m \backslash v$ de 100%, observa-se a seguinte evolução da taxa de lucro:

Tabela 1: Esquema de Evolução das Taxas de Lucro conforme altera-se a composição orgânica do capital

Capital Constante	Capital Variável	$m \backslash C + V$	Taxa de lucro
50	50	$50 \backslash 100$	50%
100	70	$70 \backslash 170$	41%
150	80	$80 \backslash 220$	36%
200	100	$100 \backslash 300$	33%

Fonte: (MARX, 2008a, Volume IV)

Logo, ao desvendar o que é o Lucro e, mais importante, de onde é que o capitalista consegue retirá-lo, Marx desvenda que o modo de produção capitalista, a partir de sua Lei Geral da Acumulação opera mediante a contradição da tendência à queda da taxa de lucro. A contradição está posta porque o aumento da produtividade do trabalho, fenômeno que proporciona aumentar a quantidade de valor apropriado pelo capitalista, isto é, aumentar a mais-valia relativa, conduz também ao aumento *relativo* do capital constante que não cria valor, apenas o transmite. Como o capitalista adiantou ambos, capital constante e capital variável, seu retorno *relativo* deve ser calculado sob essa base, gerando uma evolução contraditória:

O decréscimo e acréscimo relativos, respectivamente, do capital variável e do capital constante, embora cresçam ambos em termos absolutos, constituem apenas, conforme vimos, outra expressão do aumento da produtividade do trabalho. [...] O número de trabalhadores que o capital emprega, ou seja, a massa absoluta de trabalho que mobiliza e, por conseguinte, a massa absoluta de trabalho excedente que suga, ou de mais-valia ou de lucro que produz, podem, portanto, crescer, e crescer de maneira contínua, apesar da queda

progressiva da taxa de lucro. No regime de produção capitalista, isto é mais que uma *possibilidade*, é uma *necessidade*, se abstraímos das flutuações temporárias. O processo capitalista de produção, na essência, é ao mesmo tempo processo de acumulação (MARX, 2008a, p. 286;288-289).

Há crescimento *absoluto* do lucro (massa de lucro), mas em termos *relativos* a tendência é seu decréscimo. Dialeticamente as mesmas leis que, por um lado, elevam a massa de lucro, por outro, fazem decair a taxa de lucro por aumentar a massa e o valor do capital constante em progressão relativamente ao capital variável. “*As mesmas leis geram, para o capital da sociedade, crescimento absoluto da massa de lucro e taxa cadente de lucro* (MARX, 2008a, p. 290)”. Marx chama de “lei de dupla fisionomia” (MARX, 2008a, p. 291). Isso implica que o capitalismo tem que incorrer sempre na mesma contradição para tentar superar a contradição passada. Torna-se imperativo, decorrente desta lógica, a sobreacumulação, já que provoca a necessidade de se investir cada vez mais capital para empregar a mesma quantidade de mão-de-obra anterior para extrair a mesma massa relativa ao capital global de excedente anterior (MARX, 2008a, p. 293294). O processo de acumulação ampliada é, em última instância, também fomentado por esta lógica, mesmo que a necessidade de ampliação advenha de um momento anterior. Fortalece-se assim o ímpeto da ampliação da acumulação. Por outro lado, todo este desenvolvimento contraditório do capital estará por detrás dos movimentos de concentração e centralização. A elevação da qualidade tecnológica da produção como estratégia para atingir a redução no tempo de produção das mercadorias - conseguindo tanto maior alienação quanto maior valorização - pode resultar inclusive, decorrente da diferença entre o valor produzido internamente na firma e o valor de mercado, num superlucro. Nesta explanação de Marx ele aponta para a relação “mercadorias em isolamento” e “mercadorias em totalidade” como outro elo do raciocínio, constrói as conclusões sobre as crises, a superacumulação de capital e enfim dissecou sua própria afirmação de que “*Não se produz riqueza demais. Mas a riqueza que se produz periodicamente é demais nas formas antagônicas do capitalismo* (MARX, 2008a, p. 337)”.

Destarte, o modo de produção capitalista tende a revolucionar as forças produtivas até um ponto histórico em que não mais serão compatíveis como suas bases sociais, momento este identificado com a “revolução científico-técnica” (MARTINS, 2011), sendo esta, portanto, também uma tendência secular a partir da tendência secular dos problemas da lei do valor. Por outro lado, deve-se observar como colocou Marx, que existem “forças de contratendência” importantes e que freiam as contradições da reprodução capitalista e da acumulação da riqueza propriamente capitalista, entre estas está o rebaixamento dos

salários, das matérias-primas, novos mercados ou produtos e, mesmo, as expansões financeiras, porém todas, ao agir extensiva e intensivamente contribuem para alimentar as contradições.

Estas contratendências (que são tendências também) estão associadas logicamente às demais tendências porque exigem uma ampliação e generalização espacial e temporal das categorias definidoras do Sistema Mundo Moderno Capitalista: a ampliação do trabalho assalariado para ampliar a base da origem do valor e da capacidade de realização do valor, bem como o aumento da oferta de trabalho que possibilite forçar a diminuição ou estagnação dos salários, garantindo a transferência de valor e tempo expressa, então, agora, na taxa de lucro; uma crescente especialização qualitativa da Divisão Internacional do Trabalho entre centro e periferia para a reprodução da dependência e, assim, da transferência de valor e tempo num “desenvolvimento desigual e combinado”; as contratendências possibilitam o desenvolvimento cíclico das ondas longas com alternâncias entre fases A (expansão) e fases B (contração) que tem como liga inflexora o custo do capital, a taxa de lucro, as inovações, bem como as inflexões políticas e sociais; em última instância todas estas tendências levam à crescente expansão financeira e, com ela, ao aumento da desigualdade e da possibilidade de crises sistêmicas que, por sua vez, podem ser entendidas pelos *Ciclos Sistêmicos de Acumulação* onde os papéis das hegemonias do capitalismo histórico entram como categoria sistêmica ao lado da dependência.

2.6. Tempo-espço cíclico-ideológico¹¹⁰

“As palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto que os documentos. Consideremos algumas palavras que foram inventadas, ou ganharam seus significados modernos, substancialmente no período de 60 anos de que trata este livro. Palavras como ‘indústria’, ‘industrial’, ‘fábrica’, ‘classe média’, ‘classe trabalhadora’, ‘capitalismo’ e ‘socialismo’. Ou ainda ‘aristocracia’ e ‘ferrovia’, ‘liberal’ e ‘conservador’ como termos políticos, ‘nacionalidade’, ‘cientista’ e ‘engenheiro’, ‘proletariado’ e crise (econômica). ‘Utilitário’ e ‘estatística’, ‘sociologia’ e vários outros nomes das ciências modernas, ‘jornalismo’ e ‘ideologia’, todas elas cunhagens ou adaptações deste período. Como também ‘greve’ e ‘pauperismo’. Imaginar o mundo moderno sem estas palavras (isto é, sem as coisas e conceitos a que dão nomes) é medir a profundidade da revolução que eclodiu entre 1789 e 1848, e que constitui a maior transformação da história humana desde os tempos remotos quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado. Esta revolução transformou, e continua a transformar, o mundo inteiro (HOBSBAWN, *Era das revoluções*, [S.d], p. 5).

¹¹⁰ Nesta seção os parágrafos sinalizados com * vieram transcritos originalmente de outra contribuição nossa, uma resenha sobre o quarto livro de Wallerstein publicado pela *Revista Plural*.

Esta dimensão é a mais difícil. É o ritmo da vida do sistema. É nesta dimensão temporal e espacial que se expressa o verdadeiro teor da longa duração como epíteto do tempo epicurista, aqui está o movimento de desenvolvimento do sistema. Nesta perspectiva saltam aos olhos três desenvolvimentos interconectados, que correspondem aos ritmos cíclicos e às tendências seculares do Sistema: os *Ciclos Sistêmicos de Acumulação* e/ou ascensão e queda de hegemonias; as ondas econômicas longas, isto é, os *Ciclos de Kondratieff* e, por fim, a “*Geocultura*” do Sistema Mundo Moderno Capitalista. Como a segunda parte da tese versará sobre os ciclos de hegemonia e os ciclos de Kondratieff, nesta seção iremos apenas apresentar o desenvolvimento da geocultura própria do Sistema Mundo Moderno Capitalista tal como proposto por Wallerstein, denominando-a de “Liberalismo Centrista”, sua superestrutura político-ideológica; e a proposta de Beverly Silver e Eric Slater (2001) sobre “as origens sociais das hegemonias mundiais”.

Tal como a estrutura, o traço “geocultural” do Sistema irá transcórrer a partir de marcos e, ao longo do seu desenvolvimento, é possível observar movimentos cíclicos de proximidade e afastamento desta geocultura intimamente vinculados aos dois outros ciclos, de hegemonia e de Kondratieff. Em todo caso, ela emerge como caráter ideológico e cultural numa tendência secular bastante marcada e que culminou no que Wallerstein denominou de “Liberalismo Centrista”. Esta proposição complementa a proposta de Silver e Slater (2001) em “*Caos e Governabilidade no Sistema Mundial Moderno*” que consideram que em cada fase expansiva dos ciclos de acumulação as hegemonias tornam-se lócus do “pacto social” (que posteriormente se generaliza para o Sistema) entre as “classes dominantes” e “subalternas”, pactos estes que tendem, também em seu processo de distribuição da acumulação, a situar-se somente até as “zonas intermediárias” das camadas sociais, vigorando paralelamente relativa ordem ou controle da “zona baixa”. De outro lado, é indispensável em sua construção a forma científica e política que irá assumir a oposição capitalismo e socialismo a partir do século XIX.

Embora Wallerstein recorte o período de formação e consolidação desta geocultura entre 1789, com a Revolução Francesa, até 1873-1914, é possível retroceder no tempo da longa duração para compreender suas origens, ou seja, a Revolução Francesa, isto é, seu significado de longa duração não saltou do dia para a noite. Por mais que estejamos nos referindo ao tempo-espaco episódico, como tal, a Revolução, pois, esta, produto de contradições, age/é o tempo-espaco transformacional.

A ruptura mental inicial contra o pensamento único-teológico na Europa havia sido inaugurada pelo movimento renascentista na Itália, cujas cidades haviam sido protagonistas das primeiras experiências avançadas do “protocapitalismo”, impulsionando seus primeiros ciclos sistêmicos de acumulação nas cidades italianas como narrou Giovanni Arrighi. Apesar de ter sido mais presente nas artes e ciências, o renascimento proporcionou a ruptura necessária para com a irracionalidade medieval e recolocou o homem como foco dos símbolos e referências intelectuais e morais. Mesmo contemporâneos a esta “redescoberta” do Eu, Maquiavel e Thomas Hobbes “fundaram” filosoficamente a racionalidade do Estado Moderno, substituindo assim o monopólio da lógica religiosa. Mesmo assim, somente após a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), com a assinatura do Tratado de Westfália, a “religião perde” e a soberania a reparte, não haveria mais uma superestrutura teocrática de governança do Sistema Europeu de Estados, e nenhum destes Estados poderia impor suas crenças sobre outros, a autonomia e soberania eram indivisíveis, ao menos no tempo-espaço da Europa...

Note-se que a Guerra dos Trinta Anos é deflagrada durante a fase recessiva de um ciclo de Kondratieff da economia mundo europeia e, segundo algumas alas das teorias cíclicas, a própria Guerra teria viabilizado a passagem a uma fase expansiva a partir de 1621. Em todo caso, a Guerra cumpre este papel, a partir do momento em que o conflito entre Estados está regido também por conflitos ideológicos. A Guerra dos Trinta Anos marca, enfim, a consolidação da Hegemonia Holandesa no Sistema. Paralelamente, a Hegemonia Holandesa é a consolidação da passagem da dinâmica de acumulação do Mediterrâneo para o Atlântico, pois de seu papel de interposto comercial-monopólico, assim como da consolidação de um Sistema essencialmente Político¹¹¹.

O ciclo de acumulação liderado pelos Holandeses e, principalmente em sua fase de expansão financeira, forjou os primeiros traços das alianças e organizações “tripartidas” deste Sistema, isto é, entre “Estados, empresas e domicílios” (ARRIGHI, 1997, p. 20). A Revolução Industrial e a Hegemonia Inglesa iriam, em seu “capitalismo pleno” (*idem*), especializar estas funções:

“No ‘capitalismo pleno’, essas instituições vieram a realizar funções especializadas, umas em relação às outras: os Estados se especializaram em fornecer proteção aos domicílios e empresas; os domicílios se especializaram em fornecer força de trabalho aos Estados e empresas; e as empresas se

¹¹¹ “Falamos em uma hegemonia holandesa no sistema europeu de Estados soberanos, antes de mais nada, porque os holandeses desempenharam um papel preponderante nas prolongadas lutas que resultaram na fundação formal desse sistema pelos Tratados de Westfália de 1648. Os tratados substituíram a ideia de uma autoridade imperial/papal supre-estatal pela ideia de que os Estados europeus formavam um único sistema político, baseado no direito internacional e no equilíbrio de poder (ARRIGHI *et al*; 2001, 49).

especializaram em fornecer aos Estados meios de proteção e aos domicílios, meios de subsistência. Além disso, as empresas fornecem, umas às outras, os meios necessários para produzir meios de proteção e meios de subsistência. Os ‘insumos’ de cada instituição são os ‘produtos’ de alguma outra instituição, de modo que as atividades de produção de proteção dos Estados, as atividades de produção de subsistência dos domicílios e as atividades de produção de mercadorias das empresas constituem uma teia de ações interdependentes. No interior dessa teia mais ampla, as relações insumo-produto entre as empresas constituem uma teia menor, e mais apertada, a que nos referiremos como o Sistema Interempresas. Por sistema inter-Estados, em contrapartida, nos referiremos ao conjunto de relações através das quais os Estados definem a soberania uns dos outros (ARRIGHI, 1997, p. 20-21).

É precisamente no âmbito das funções domiciliares como fornecedoras de mão-de-obra que será travada a luta de classes. Através dos movimentos intelectuais e da primavera dos povos justificados pelas condições concretas da existência da massa trabalhadora, os Estados e Empresas foram obrigados a internalizar demandas sociais referentes ao papel dos “domicílios”. Antes deste momento, que será o recorte preciso de Wallerstein, o iluminismo e a Revolução Francesa cumpriram também seus papéis. Em geral, ambos são entendidos dentro da mesma somatória de forças.

*Segundo sua interpretação e tese, para Wallerstein (1974) as duas ideias e valores básicos que irão passar a ditar o desenvolvimento do sistema, ao lado da ala dura da geopolítica no Sistema Interestatal, é a de que o poder emana do povo e que a mudança política é assunto público. A legitimidade popular do poder¹¹². Não obstante, segundo ele, até 1850-70, quando a ideologia liberal definitivamente ganha predominância, e principalmente após a Revolução Mundial de 1848, a ideologia conservadora esteve ativa e exerceu um papel importante como “contra-força” estimulante ao processo de construção ideológica do próprio liberalismo político e da oposição deste com o socialismo. Inclusive, e por isso, até a radicalização mais clara entre liberalismo e socialismo a partir de 1848, ainda segundo Wallerstein, estes últimos estiveram mesclados contra o conservadorismo atuante do antigo regime. Seria somente com a separação teórica e real mais evidente entre o conceito do burguês e o do proletário (com o marxismo e a segunda revolução industrial), é que se separam de vez, para então definirem os rumos do mundo. Assim que nessa busca da “metaestratégia política” o Estado figurou-se como requisito argumentativo e prático (WALLERSTEIN, 1974).

No caso da Hegemonia Inglesa teve forte influência a “metaestratégia política” do liberalismo mediante a própria revogação das Corn Laws (WALLERSTEIN, 1974). A revogação se deu no momento em que a economia-mundo estava entrando em uma nova

¹¹² Sabe-se que a primeira experiência conhecida da democracia nasceu em Atenas com Clístenes.

fase A de Kondratieff em 1850 - a primavera dos povos se deu logo ao final da fase B do Kondratieff anterior, que estaria sobreposto à Revolução Industrial, caindo a primavera dos povos bem no vale das tensões da fase recessiva do ciclo K anterior. Neste imbróglio histórico, ainda não muito bem definido em termos do que seria o “liberalismo centrista”, intelectualmente o liberalismo provinha de intersecções com a intelectualidade socialista, na verdade o liberalismo político.

“During the first half of the nineteenth century, socialism as a concept was still not separate from ‘bourgeois democracy’ as a concept, as Labrousse (1949b, 7) says, ‘jacobinism and socialism remained muddled in political life’. In some sense, it probably remained for at least a century thereafter that a full distinction of the two concepts did not exist. Nonetheless, liberalism (which seems to me a better locution than ‘bourgeois democracy’) and socialism began to have diverging trajectories as political options after 1830 (WALLERSTEIN, 1974, p. 77).

Após o fim das Guerras Napoleônicas, o Congresso de Viena em 1815 representou a “contra-revolução” do absolutismo despótico que levaria ao Imperialismo Clássico, no final do século, ao seu ápice e posterior declínio final com a primeira guerra mundial. De fato, foi exatamente a percepção de que somente o socialismo poderia superar a lógica Imperialista, a ameaça direta que os paladinos da “liberdade democrático-burguesa” identificaram em seus sistemas de valores, enquanto estes valores não enfrentavam diretamente sua própria objetividade, tais paladinos estavam ainda opondo-se à “contra-revolução”. Assim, coloca-se angular o tema da propriedade. A propriedade não é um valor como a liberdade formalizada, na teoria marxista sua forma precede a liberdade. Este o ponto de ruptura fulcral. O Imperialismo era, sobretudo, a decretação de uma propriedade alienígena, tal como é, na visão marxista, a alienação da mais-valia.

Múltiplas forças corroboraram para a construção do “liberalismo centrista”, primeiro a contestação do poder despótico na Revolução Francesa (estava ancorada numa já vasta amplificação da filosofia política, a qual apenas precisava das condições concretas para instaurar-se), numa união embrionária das duas forças intelectuais contra o conservadorismo (liberalismo e socialismo), necessitou da Revolução Mundial de 1848, a primavera dos Povos, da pressão das descolonizações nas Américas e, por fim, da eclosão da Revolução Russa mais adiante em 1917. Essas condições sedimentaram-se definitivamente apenas no final do *caos sistêmico* que se instaurou a partir do declínio da Hegemonia Inglesa, que ainda se sustentava em seu modo sistêmico, o Imperialismo.

*A “liberdade” como conceito fulcral da “geocultura” da atual organização social nasce no discurso histórico a partir da revolução francesa. Na verdade, esta revolução representou o teor discursivo das revoluções modernas porque foi expressão da

solidificação do novo modo de produção, o capitalismo, porém mais do que ela as revoluções inglesas (puritana e gloriosa). No exórdio, contestou a ordem feudal e a lógica da nobreza e da monarquia. Era-lhe inerente em sua base existencial, a necessidade de garantia da propriedade privada, pois era defender o direito de ser dono do fruto do seu trabalho e dos meios para exercê-lo, já que no momento em questão o capitalismo confundia-se ainda, em certo sentido, com o pequeno capitalista, pequeno produtor. O discurso, obviamente, somente teve força suficiente para ser internalizado como norma na sociedade depois que os núcleos de poder passaram a se tornar cada vez mais dependentes desta lógica organizacional de produção, assim que liberdade e capitalismo são, neste sentido específico, lados da mesma moeda¹¹³ na medida em que a expansão e aprofundamento do capitalismo é beneficiada pela capacidade de variabilidade das mercadorias, da divisão técnica e social do trabalho em meio a um número cada vez maior de potenciais consumidores/trabalhadores com autonomia relativa para realizar estas mercadorias, num processo mútuo de inclusão/exclusão na medida em que, paralelamente, suas contradições são a floradas¹¹⁴.

Este ponto está muito bem apresentado por Wallerstein quando discorre sobre a Revolução Mundial de 1848 e das respectivas lições dela derivadas para as três ideologias básicas do Sistema Mundo Moderno, e que nasceram com a Revolução Francesa e a era Revolucionária Napoleônica: o conservadorismo, liberalismo e socialismo (radicalismo). Por outro lado, e aspecto importante da explicação empírica, essas lições tiveram como referência ou parâmetro comparativo o fato de que na Inglaterra não havia eclodido a convulsão social de 1848:

The liberals drew two lessons. One was that they were in many ways closer to the conservatives than they had thought, and that alliances with radical elements often proved dangerous to their interests. But second, they

¹¹³O próprio dinamismo intrínseco contraditório ao sistema capitalista tem como contrapartida necessária a elevação da liberdade do indivíduo, parecendo ser uma das consequências quase que naturais de sua lógica de funcionamento ao lado de tantas outras de caráter negativo. Assim, capitalismo, liberdade e indivíduo evoluíram concomitante e organicamente, mesmo que, é verdade, o capitalismo tenha atingido uma estrutura monopólica contraproducente à própria liberdade do indivíduo.

¹¹⁴ Aqui estamos pensando pontualmente como o capitalismo abre margem para a aceitação e a ascensão das liberdades individuais ao depender da incessante criação de mercadorias e sua realização, ou seja, abre margem para que haja uma ampla gama de consumidores de vários gostos, valores, raças e culturas. Estamos excluindo aqui maiores considerações sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo em sua fase de acumulação primitiva que, evidentemente, atuou de maneira oposta suprimindo as liberdades com diversas estratégias de exploração entre povos e raças, acumulação esta notadamente importante para as diferenças atuais de desenvolvimento entre as nações sem dúvida. Ressaltando então, no parágrafo de referência desta nota aponta-se para a margem de aceitação relativa da liberdade à medida em que o capitalismo se aprofunda e desenvolve como modo de produção.

determined that they had to elaborate better theoretical justifications for the distinctions that they continued to wish to make among the citizenry, between the active and passive citizens à la Siéyès, if they wished to sustain this distinction. The conservatives drew a different lesson. The strategy of Metternich (really of de Maistre, Bonald, et al.) would not work. They were impressed that only Great Britain did not have an uprising, even though it had been the country where radical forces had been the strongest. They noticed that Great Britain had been the only country where conservatives had followed a more centrist path, ready to make some concessions, in order to absorb and co-opt at least middle-class forces into the arena of political decision making. And they noticed that this policy had succeeded, as the editorial in the *Times* suggested. The conservatives would now be ready to go down the path of pursuing some version of centrist liberalism albeit a somewhat more conservative one-what historians have come to call, ‘enlightened conservatism’. Radicals (erstwhile democrats) drew a different conclusion. It was that spontaneity was not enough. If one wanted to have major political impact, systematic and long term organization was a prerequisite. This would lead the ‘movements’- an ephemeral concept-down the path of bureaucratic organizations, with members and officers, with finance and newspaper, with programs, and eventually with parliamentary participation. (WALLERSTEIN, 2011[1974], p. 160)¹¹⁵

*O “liberalismo centrista” é exatamente a arte de incorporar os ideais da soberania popular, da cidadania e da igualdade para conter os riscos “antissistêmicos” de transformação da posição econômica e política da classe capitalista. O fato é que essa possibilidade somente se sustenta porque há um dinamismo próprio entre centro e periferia, que engloba a transferência de excedente ou valor, sustentando o ‘*centrist liberalism*’ no centro, ao mesmo tempo em que se gera tipo particular dele na periferia sob a égide do que permite o autoritarismo das classes dominantes nesses países. Assim que o liberalismo centrista, como “geocultura do sistema mundo moderno”, é também reflexo dos dilemas práticos e conceituais entre a noção de indivíduo/coletivo; propriedade privada como conceito burguês e propriedade privada como conceito que representa o direito de ser dono do fruto do seu próprio trabalho.

¹¹⁵“Os liberais aprenderam duas lições. Uma era a de que eles estavam de muitas maneiras mais próximos aos conservadores do que pensavam, e que as alianças com elementos radicais frequentemente provaram ser perigosos aos seus interesses. Mas segundo, eles determinaram que deveriam elaborar melhor justificações teóricas para as distinções que queriam fazer entre os cidadãos, entre ativos e passivos cidadãos a *La Siéyès*, se desejassem sustentar esta distinção. Os conservadores aprenderam uma lição diferente. A estratégia de Metternich (realmente de Maistri, Bonald, et al) não funcionaria. Eles estavam impressionados que somente na Grã-Bretanha não houve revolta popular, ainda que era o país em que as forças radicais haviam eram as mais fortes. Eles perceberam que a Grã-Bretanha foi o único país em que os conservadores seguiram uma caminho mais centrista, prontos a fazer concessões, com o intuito de absorver e cooptar pelo menos as forças da classe média à arena das decisões políticas. Então notaram que esta política foi bem sucedida, como sugere um edital do época do *The Times*. Os conservadores estariam a partir deste momento prontos para perseguir alguma versão do liberalismo centrista apesar de ainda prevalecer o que os historiadores chamaram de ‘conservadorismo esclarecido’. Os radicais (antigos democratas) aprenderam uma lição diferente. A de que a espontaneidade não era suficiente. Se se quer ter mudanças de impacto significativo, era pré-requisito ter organização sistemática e de longo prazo. Isso guiaria os ‘movimentos’ – um conceito efêmero rumo ao caminho da organização burocrática, com membros e escritórios, com finanças e jornais, com programas, e eventualmente com participação parlamentar. (WALLERSTEIN, 2011[1974], p.160).

Nas palavras de Wallerstein, o “liberalismo centrista” significa: “*To erect institutional barriers against the corrosive consequences of unlimited competition in ideas and moral values in an interdependent mass society*”¹¹⁶. Ao passo em que avançavam e se incorporavam institucionalmente as noções da democracia e da igualdade, de outro se aprofundavam dentro da lei a exclusão racial, étnica e de gênero como obviamente mostra a série de lutas ao longo de todo o século XIX e XX.

In the early nineteenth century, women were quite active in the abolitionist movements, especially in Great Britain and the United States. It was a period in which women’s rights were deteriorating everywhere – in the case of the United States, ‘dramatically’ (Berg, 1978,11). It should be remembered that the first *formal* exclusion of women from the vote was in the British Reform Bill of 1832, which was intended to enfranchise some who did not have the franchise before. But in doing this, the bill specified ‘male persons’, a phrase that had never before been found in English legislation. This phrase ‘provided a focus of attack and a source of resentment’, (Rover, 1967,3) out of which British feminism would grow.” (WALLERSTEIN, 2011 [1974], p. 204).¹¹⁷

Wallerstein também argumenta que a luta pelo sufrágio universal, a luta pela liberdade e igualdade de gênero e raça se traduzia ademais numa luta ideológico-científica, com estruturas do conhecimento positivistas e que de fato serviram como barreira à competição no âmbito das ideias e à noção de normalidade da mudança na vida social, esta última que seria, como ele aponta, um dos motes da revolução francesa, mostra que a mudança social é normal. O liberalismo como ciência social foi uma das principais barreiras utilizadas. O fato é que enquanto se consolidavam as ideias da Revolução no interior da Inglaterra e da França, no âmbito das relações internacionais, raciais e de gênero, a trajetória dessa consolidação seguiu um tempo paralelo, tanto no que tange ao sistema colonial quanto no que se refere às políticas econômicas. A revogação das *CornLaws* na Inglaterra em 1846, segundo defende Wallerstein, foi o ponto de inflexão da geocultura do sistema mundo moderno, isto é, o momento preciso a partir do qual se pode dizer que tal geocultura passou a existir e a evoluir como tal. Influenciada pelo pensamento de David Ricardo, a revogação da Corn Law (de 1815) marcou a divisão do trabalho entre centro-periferia de caráter moderno, já que a abertura comercial no setor

¹¹⁶ “Erigir barreiras institucionais contra as consequências corrosivas da competição ilimitada nas idéias e valores morais numa sociedade de massa interdependente” (Tradução Nossa).

¹¹⁷ “No começo do século XIX, as mulheres estavam bem ativas nos movimentos abolicionistas, especialmente na Grã-Bretanha e Estados Unidos. Era um período em que os direitos das mulheres estavam deteriorando em todos os lugares – no caso dos Estados Unidos dramaticamente (Berg, 1978,11). Deve ser lembrado que a primeira exclusão *formal* das mulheres ao voto foi na *British Reform Bill of 1832*, em que se tentava franquear que ainda não havia sido franqueado antes. Mas ao se fazer isso, a declaração especificava “pessoas homens”, expressão que não havia sido encontrada na legislação inglesa. Essa frase ‘provocou foco de ataque e fonte de ressentimento, (Rover, 1967, 3) a partir do qual o movimento feminista britânico cresceria” (WALLERSTEIN, 2011 [1974], p. 204).

agrícola alavancou a competitividade das nações periféricas nesse setor ao mesmo tempo em que gerou a especialização mais intensa e irreversível da produção dos produtos industriais na Inglaterra:

What did Repeal of the Corn Laws actually achieve? Two things, really. On the one hand, it ensured the reorganization of the axial division of labor in the world-economy, such that wheat production once again became a peripheral activity. The years following would see the rise of the United States and Canada in North America and of Russia and Romania in eastern Europe as great wheat exporters to western Europe, permitting an intensification of the industrial concentration in the western European zone.”(WALLERSTEIN, 2011[1974], p. 98).¹¹⁸

Ocorre então neste momento a passagem do intervencionismo comercial para o intervencionismo na indústria, de modo que o *laissez-faire* nunca foi a característica definidora da geocultura em formação, tendo mais mito que realidade nessa crença (WALLERSTEIN, 2011 [1974], p. 100).

“Nor should we forget that, to the extent that one may argue that free trade prevailed in the capitalist world-economy in the nineteenth century, or at least among European powers, it was at most a story of the midcentury Kondratieff A-period, 1850-1873. ‘The nineteenth century began and ended in Europe...with restrictions of international trade’ (Bairoch, 1976a,11), quite severe restrictions – the Continental Blocked at the end and the multiplicity of protectionist tariffs at the other. [...] Free trade for the British was a doctrine that was intended to prevent other governments from doing anything that might hurt British enterprise. In this sense, one might regard the antislavery (and antislave-trade) movement as the first great success of liberal interventionism. We have previously discussed the degree to which the British abolitionist movement was predicated on economic considerations [...] Free Trade was Free Trade Imperialism...¹¹⁹(Wallerstein, 1989, p.143-146)”

No entanto, a partir de 1850-1860, a economia mundo estava entrando numa nova fase A de Kondratieff, e essa expansão foi então facilmente associada com a revogação da Corn Law, ou seja, com o liberalismo econômico. No discurso, portanto, foram então incorporadas duas noções básicas inerentes ao liberalismo: desenvolvimento econômico

¹¹⁸ O que a revogação da Corn Laws realmente alcançou? Duas coisas, realmente. De um lado, garantiu a reorganização da divisão axial do trabalho na economia-mundo, de modo que a produção de trigo mais uma vez se tornou atividade periférica. Os anos seguintes vieram a ascensão dos Estados Unidos da América e do Canadá, Rússia e Romênia na Europa Oriental como grandes exportadores de trigo para a Europa Ocidental, permitindo a concentração da atividade industrial na zona da Europa Ocidental. (WALLERSTEIN, 2011[1974], p. 98)- Tradução Nossa.

¹¹⁹ Também não devemos esquecer que, na medida em que se pode argumentar que o livre comércio prevaleceu na economia-mundo capitalista durante o século XIX, ou pelo menos entre as potências européias, foi uma história circunscrita a fase A de Kondratieff, 1850-1873. ‘O século XIX começou e acabou na Europa...com restrições ao comércio internacional (Bairoch, 1976a,11). Restrições bem severas – o Bloqueio Continental no fim e a multiplicidade de tarifas protecionistas na outra ponta. [...] O livre comércio para os Britânicos era uma doutrina para prevenir outros governos de fazer qualquer coisa que pudesse prejudicar a empresa inglesa. Neste sentido, pode-se considerar que o movimento antiescravista (anti-comércio de escravos) foi o primeiro grande sucesso do liberalismo intervencionista. Discutimos anteriormente o modo como o movimento abolicionista Inglês era previsto em considerações econômicas (Wallerstein, 1989, p. 143-146). [...] O livre comércio era o Livre Comércio Imperialista.... (Wallerstein, 1989, p. 143-146) – Tradução Nossa

e melhoria social, a primazia do econômico sobre o político. Entretanto, estas duas características, eram incompreensíveis sem o intervencionismo e os contextos geopolíticos. A inflexão marcou então também a consolidação concomitante de três pilares definidores da economia mundo capitalista: ‘*strongmarket*’; ‘*strongstate*’ e; ‘*stronginterstate system*’ (WALLERSTEIN, 1974). Esta construção geocultural e econômica foi amparada pela cientifização do liberalismo (teoria do valor utilidade em oposição a teoria do valor trabalho), pela noção de cidadania e pela burocratização-jurídica do Estado, incorporando as recentes noções da revolução. Uma das utilidades do Estado Forte ou o Estado Liberal é exatamente sua capacidade de abafar as reivindicações da classe trabalhadora sem deixar em desvantagem a classe capitalista com “reformas inteligentes”. Ao mesmo tempo, certos pré-requisitos eram necessários para mesclar desenvolvimento econômico e combate ideológico na forma do liberalismo centrista, requisitos estes circunscritos apenas aos Estados centrais, sustentados por um Sistema Interestatal forte.

By 1875, it could be said that the liberal-imperial state was now securely in place in Great Britain and France and had shown its ability to contain the dangerous classes. It had thus become a model for other states. What was most constant in the model was certainly not fidelity to the free market (a fidelity that varied with the shifting economic position of given countries in the world economy and the impact of its cyclical rhythms). Nor was the liberal-imperial state marked by fidelity to the maximization of the rights of the individual (a fidelity that varied with the extent to which individuals used these rights to challenge the basic social order). What distinguished the liberal-imperial state was its commitment to intelligent reform by the state that would simultaneously advance economic growth (or rather the accumulation of capital) and tame the dangerous classes (by incorporating them into the citizenry and offering them a part, albeit a small part, of the imperial economic pie). To this end, liberal-imperial states had to revolve around the political center and avoid regimes that smacked either of reaction or of revolution. Of course, to be able to do this, a state had to have no major unresolved nationalist problems vis-à-vis outsiders and no strong internal unhappy minorities. It had also to be strong enough in the world-economy that the prospects of collective prosperity were not unreal. And it had to have enough military power or strong enough allies that it was free from excessive outside interference. When all these conditions prevailed, the liberal-imperial state was free to reflect the collective conservatism of majority that now had something to conserve. Therefore, first of all the liberal-imperial state had to be a strong state, a strengthened state. To be sure, from the beginning, the extension of the state’s powers was intended primarily to control the dangerous classes. And second, the liberal-imperial state involved a commitment to the extension of the suffrage. But, as we have seen, this extension was managed prudently. (WALLERSTEIN, 2011[1974], p. 137)¹²⁰

¹²⁰ Em 1875, podia ser dito que o Estado Liberal-Imperialista estava seguramente instaurado na Grã-Bretanha e na França e havia mostrado sua habilidade para conter as classes perigosas. Se transformou então num modelo para os demais Estados. O que era mais constante no modelo era certamente a não fidelidade com o livre mercado (uma fidelidade que variava conforme as trocas das posições econômicas de certos países na economia mundial e dos impactos dos seus ritmos cíclicos). Também o Estado Liberal-Imperialista era marcado pela fidelidade à maximização dos direitos do indivíduo (uma fidelidade que

O dilema passa facilmente do âmbito nacional para o internacional, do desenvolvimento em si para o desenvolvimento do Poder Estatal e da autodeterminação dos povos para um povo específico. Destarte, “categorias binárias”, mudanças políticas, a própria democracia no pêndulo político na longa duração do duplo movimento narrado por Polanyi na “Grande Transformação”. Como diz Wallerstein sobre estes pontos, especialmente acerca das “categorias binárias” (1974, p. 146), enquanto a desigualdade era a norma, não havia a necessidade de entendê-la ou justificá-la, quando passa a ser questionada, a ideologia pura do liberalismo nascida na Revolução entra em choque com a realidade prática do conceito de classe, gerando assim a própria possibilidade do liberalismo centrista tal como descreve Wallerstein. Neste sentido, a Guerra Fria teria promovido o ápice desta geocultura.

Retomando o esquema tripartido de Arrighi em “*A Ilusão do Desenvolvimento*” (1997), analogamente, assim como o “sistema interempresas” e o “sistema interestatal”, o “sistema interdomiciliar” vai dando “respostas” aos “desafios” (Arrighi fala num padrão resposta-desafio) no interior dos *ciclos sistêmicos de acumulação*. Estas “respostas” dependem da fase em que se encontram os ciclos sistêmicos (se “*expansão material*” ou “*expansão financeira*”), da complexidade técnica da divisão do trabalho, do nível de ameaças no sistema interestatal e da correlação de forças políticas internas às nações. Observa-se, por exemplo, neste movimento de construção do “liberalismo centrista” uma espécie de módulos de avanço e recuo face à questão central da liberdade e do trabalho. Em geral, as fases expansivas são caracterizadas por avanços nos direitos sociais, enquanto as fases recessivas apresentam em geral um padrão oposto. Tudo dependerá também do nível de ameaças no sistema interestatal, do seu grau de competitividade. A complexidade da divisão técnica do trabalho dita a formação de novas classes nos

variava na medida em que os indivíduos usavam seus direitos para desafiar a ordem social básica). O que distinguia o Estado Liberal-Imperial era seu comprometimento com reformas inteligentes por parte do Estado que poderiam simultaneamente avançar o crescimento econômico (ou melhor a acumulação de capital) e domesticar as classes perigosas (ao incorporá-las na cidadania e oferecer-lhes parte, embora pequena, da torta econômica imperial). Para este fim, o Estado Liberal-Imperial tinha que revolver o centro político e evitar regimes que agitavam ou por reação ou por revolução. É que para ser capaz de fazer isso, o Estado não poderia ter nenhuma questão nacionalista não resolvida vis-a-vis estrangeiros e nem internamente minorias insatisfeitas. Tinha também que ser forte suficiente na economia-mundo para que as perspectivas de prosperidade coletiva não fossem irreais. E teria que ter poder militar suficiente ou aliados suficientemente fortes e que estavam longe de interferências forâneas. Quando todas essas condições prevaleciam, o Estado Liberal-Imperial estava livre para refletir o conservadorismo coletivo da maioria que agora tinham algo a conservar. Por isso, em primeiro lugar, o Estado Liberal-Imperial tinha que ser forte. Para ser mais claro, no começo a força extensiva do Estado era para conter as classes perigosas internamente. E segundo, o Estado Liberal-Imperial envolvia um comprometimento a extensão do sufrágio. Mas como vimos, essa extensão era manejada prudentemente. (WALLERSTEIN, 2011[1974], p. 137) – Tradução Nossa.

processos de produção e de novas relações objetivas entre trabalho-ciência e capital. A correlação de forças pode ser analisada por todas estas perspectivas assim como pela posição do país em questão, se central ou se periférico. Como afirma Arrighi, as “*ondas longas são primordialmente um reflexo temporal dos processos competitivos da economia capitalista mundial*” (1997, p. 19), certamente também são os processos competitivos das forças político-ideológicas e da dinâmica dos movimentos sociais, populares, a esfera domiciliar.

As hegemonias dos Sistemas-Mundo podem ou não incluir em seu “interesse geral” as demandas oriundas destes processos como forma de superar o caos sistêmico instaurado durante a exacerbação das contradições de um ciclo sistêmico anterior. Por outro lado, as inovações sociais, tal como as inovações “Schumpeterianas”, são fenômenos que, ao mesmo tempo em que influenciadas pelas pressões sistêmicas de longa duração, igualmente representam a criatividade do desenvolvimento cíclico, de tal monta que pode vir a ser um ponto de viragem transformacional no (ou) do sistema.

Como padrão, segundo Beverly Silver e Eric Slater (2001), os períodos de expansão material das lideranças hegemônicas são marcados por pactos sociais entre classes dominantes e subalternas que permitem a construção de bases sociais estáveis para a reprodução da acumulação sistêmica enquanto os períodos de expansão financeira são de deslegitimação e contestação do pacto. O sentido é, segundo sua argumentação, o de que há uma “*aceleração da história social*” (SILVER;SLATER, 2001, p. 199) e de que nestas transições hegemônicas “*a velocidade, a escala e o alcance do conflito social, assim como seu impacto nas lutas pelo poder entre os Estados*” são progressivamente “*maiores*” (SILVER;SLATER, 2001, p. 190) e, portanto, “globalizados”, além do que os conflitos entre os Estado e os conflitos sociais internos tendem a se imbricar cada vez mais. Segundo essa tese, contudo, concomitantemente, nos períodos em que as lutas interempresarias/capitalistas e interestatais se intensificam a escalada dos conflitos sociais é cada vez mais “disfuncional”, “*levando a revoltas sistêmicas, colapsos estatais e revoluções*” (SILVER;SLATER, 2001, p. 161). Outro padrão entende-se uma continuidade de longa duração essencialmente detectada mediante diversas manifestações, é que nos períodos de expansão os “*grupos e classes sociais excluídos dos benefícios do pacto social hegemônico*”, especialmente durante as fases de “expansão financeira” (ou da “crescente financeirização”) na medida em que crescem em “*tamanho e poder de ruptura*” lutam por direitos e emancipação tornando-se ao mesmo tempo não

somente consequência da competição, mas também causa (SILVER;SLATER, 2001, p. 161).

Desde a hegemonia holandesa até a norte-americana os elos e o pêndulo das forças sociais tenderam a estabilizar-se e desestabilizar-se numa oscilação bastante sobreposta aos ciclos de expansão material e financeira, onde o pacto da hegemonia holandesa marcou a “*ascensão das classes proprietárias*” privada e pública (SILVER;SLATER, 2001), da propriedade e das soberanias, valores que teriam se desdobrado da “crise generaliza do século XVII” e que finalizou-se com dois marcos importantes, a assinatura do Tratado de Westfália em 1648 e a Revolução Gloriosa na Inglaterra em 1688 com a assinatura do “English Bill of Rights em 1689”, o primeiro formalizando o direito da soberania e da repartição religiosa e o segundo o direito da propriedade¹²¹(SILVER;SLATER, 2001, p. 163-164). Ainda segundo Silver e Slater, outro momento importante foi o Tratado de Utrecht de 1713, assinado entre Inglaterra e França e que marcou o fim da Guerra de Sucessão Espanhola estabelecendo as colônias de Portugal e Espanha nas Américas e o direito da Inglaterra em fornecer monopolicamente escravos negros às colônias espanholas, algo que fortaleceu também o ato de navegação de 1651. Assim, o “círculo virtuoso” de expansão material do século XVIII foi sustentado por estes pactos e tratados que proporcionaram uma estabilidade de posses para a reprodução da acumulação sistêmica cujos maiores “beneficiários” eram os mercadores, os colonos proprietários de terras (e de escravos) assim como as próprias coroas (SILVER;SLATER, 2001, p. 164), fechando cada vez mais a lógica do capital coercitivo da qual fala Tilly. Beneficiou-se também uma “classe média” nas ramificações destes grandes atores dentro e fora das colônias:

“Foi assim que entrou em funcionamento um ‘círculo virtuoso’ no início do século XVIII. Ao reduzirem o peso das classes parasitárias e levarem à criação do sistema de Westfália, as insurreições e revoluções políticas do século XVII

¹²¹ Esta garantia estava expressa em um de seus direitos através da declaração assim escrita: “That all grants and promises of fines and forfeitures of particular persons before conviction are illegal and void”. A Universidade de Yale possui um projeto no qual disponibiliza em seu site documentos históricos em diplomacia e direito (disponível em *avalonproject.*). Lá também consta o Tratado de Westfália na íntegra, os artigos vão estabelecendo os direitos territoriais, assim como estabelecem a negação de atos de agressão que violem esses direitos, enfatiza paz religiosa, porém um artigo em específico, o artigo XXXVIII coloca dois pontos conectados, o já avançado sistema financeiro da guerra e os direitos de soberania, assim estabelecendo que “That if Debtors have by force got some Bonds from their Creditors, the same shall be restor’d, but **not** with prejudice to their Rights”. É impressionante realmente ver este notável artigo, mesmo considerando que no século XX em 1902-1903, Inglaterra, Alemanha e Itália bombardearam os portos venezuelanos para pressionar o pagamento de sua dívida externa. Então o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Luís María Drago emitiu uma nota ao governo dos Estados Unidos, ficando esta nota referência para a Doutrina DRAGO que estabelece que “a dívida pública não pode motivar a intervenção armada e, ainda menos, a ocupação material do solo das nações americanas por uma potência europeia” (ACCIOLY *et all*, 2017, p. 361-362).

havia criado condições favoráveis a uma nova expansão do comércio e da produção. Uma ‘classe média’ cada vez maior participou dessa prosperidade, contribuindo para manter a estabilidade social e política. Ao mesmo tempo, a expansão comercial deu, aos governantes, meios para criar o aparelho coercitivo (e a união da elite) necessário para garantir a obediência das vítimas dessa prosperidade – em especial, os milhões de escravos africanos que se extenuavam nas florescentes colônias das Américas (SILVER;SLATER, 2001, p. 164)”.

Pelas estimativas de Goldstein (1988, p. 67) entre 1689 até a eclosão da Revolução Francesa em 1789 e o “estouro da Revolução Industrial”, ou seja, nos cem anos até a passagem para a Hegemonia Inglesa, o interregno 1689-1720 foi uma fase A, o interregno 1720-1747 uma fase B, o interregno 1747-1762 um fase A e, por fim, o interregno 1762-1790 uma fase B, este último tendo abarcado tanto a Independência Americana em 1776 quanto a própria Revolução Francesa. O que se observa é que, destes 100 anos, foram 46 anos de expansão contra 54 de contração, entretanto o último interregno de fase B foi também um interregno de caos e transição sistêmica no qual este pacto social narrado estava sendo dissolvido, o que explica o longo declínio e o período de forte convulsão social. Destarte pode-se dizer que tal pacto e processo expansivo e estável de acumulação para as grandes potências e classes médias sob hegemonia holandesa vai entre o fim da guerra dos trinta anos e a Revolução Americana, sendo que “*a revolução americana foi o primeiro grande acontecimento a assinalar uma mudança no ‘círculo virtuoso’ de expansão e coesão social*” (SILVER;SLATER, 2001, p. 169), mas, por outro lado, como observam Silver e Slater, a Guerra dos Sete Anos foi um “momento decisivo” e marcou o início da transição hegemônica (2001, p. 169), bem como a expansão financeira que colocou em oposição os abastados rentistas/ricos face à miséria (SILVER;SLATER, 2011, p. 171;186). De um lado, após o final da guerra dos sete anos a Inglaterra saiu vitoriosa, mas também os colonos americanos que armados pelos ingleses para lutar contra a França acabam fortalecendo-se (SILVER;SLATER, 2011, p. 170) e a pressão de uma fase B que começa em 1762 fora canalizada contra os Britânicos (SILVER;SLATER, 2001, p. 172); e de outro lado, a expansão financeira, caracteristicamente o último respiro das hegemonias, selou o processo de enfraquecimento do pacto, pois as classes médias estavam em crescente instabilidade pelo corte do “círculo virtuoso” (SILVER;SLATER, 2001, p.171). O período foi denominado por Hobsbwan de “a era das revoluções”, mas não somente na Europa e nos Estados Unidos, a América em si começava um processo explosivo¹²² de luta contra a lógica colonial que avançaria o século XIX, muito embora

¹²² Revolta dos escravos em São Domingos, Independência do Haiti em 1804, a ascensão da figura de Simon Bolívar e em 1794 a Convenção de Paris decretou a emancipação de todas as colônias francesas (SILVER;SLATER, 2001, p. 179).

tenha tido continuidade seu aspecto essencial, a escravidão, assim como a atuação colonial voltou-se para África e Ásia.

Contudo, o fim das Guerras Napoleônicas, que deu prosseguimento ao caos sistêmico anterior, o Congresso de Viena restaurou a convergência das forças conservadoras através da Santa Aliança enquanto o processo de acumulação estava passando para a esfera industrial sob hegemonia inglesa. Segundo Silver e Slater, a hegemonia inglesa estabeleceu a proteção jurídica do novo pacto social entre “privilégio e dinheiro” e propriedade, porém, ainda segundo os autores, devido à forte continuidade dos aspectos revolucionários do ponto de vista ideologicamente sistêmico, isto é, pois vários focos revolucionários continuaram a persistir, o novo pacto teve que equilibrar as demandas ao mesmo tempo em que agindo de forma coercitiva, vejamos:

“O apoio britânico à repressão restauracionista no exterior teve como contrapartida uma política de repressão e resistência à reforma na frente interna. [...] A repressão do pós-guerra foi particularmente severa. A guerra em si terminou em meio a tumultos, quando milhares de soldados e marinheiros dispensados voltaram para casa e depararam com o desemprego em suas aldeias. Os reformistas da classe média – alarmados com essa mobilização da ‘ralé’ – puseram de lado suas próprias queixas (por exemplo, a Lei do Milho de 1815) e tornaram a tomar o partido da oligarquia. As Leis de Coerção de 1817 suspenderam o direito de *habeas-corpus* e conferiram ao governo o poder de proibir reuniões. O massacre de Peterloo, contra manifestantes pacíficos de Manchester, em agosto de 1819, foi seguido pela aprovação das Leis das Seis Mordaças em dezembro. Esse cerceamento adicional dos direitos civis marcou o deslanchar da ‘mais longa campanha de perseguições nos tribunais que já houve em toda história britânica’ [Thompson, 1966, capítulo 15]. Todavia, não foi possível restaurar plenamente o *status quo* anterior à guerra nas relações intra- ou interestatais. [...] De acordo com Perry Anderson [1980, p. 36], ‘todo o mundo ideológico do Ocidente se transformou’. [...] Confrontado com o fermento revolucionário que se espalhava, o rei Guilherme apoiou uma reforma limitada, que concedeu direito de voto a 1/10 da população masculina adulta. A Lei de Reforma britânica foi aprovada em junho de 1832. Em agosto de 1833, o parlamento reformado aprovou um projeto de emancipação de escravos que indenizava generosamente os senhores pelo valor quase total de seus servos. Esse mesmo parlamento tratou então de aprovar uma nova Lei de Assistência Social em 1834, a qual eliminou toda a ajuda concedida aos desempregados [Polanyi, 1957, p. 224]. Como disse E.p.Thompson, em 1832 o ‘sangue mancomunou-se com o ouro para manter afastadas as reivindicações de *égalité*’. A reforma de 1832 representou um ‘acerto entre a riqueza latifundiária e industrial, entre o privilégio e o dinheiro’ [1966, p. 819-820]. [...] Aliás, os líderes políticos britânicos viam a reivindicação de sufrágio masculino universal, feita pelo cartismo, como um ataque à Constituição, que revelava que o ‘constitucionalismo [havia] adquirido um sentido inteiramente novo’ no século XIX. Em vez do interesse primordial de conseguir proteção contra a interferência do Estado, os capitalistas passaram então a buscar proteção ‘não contra a Coroa, mas contra o povo’ [Polanyi, 1957, p. 225]. Após a reforma parlamentar de 1832, a Grã-Bretanha reassumiu seu papel de líder simbólico das correntes reformistas da classe média no continente europeu e começou a se apresentar como o modelo de como realizar a reforma (SILVER;SLATER, 2001, p. 182-184)”.

Esse “modelo” avançou as demandas numa dose “centrista”. Porém, a medida em que seu “círculo virtuoso” se processava enquanto acumulação material e industrial-financeira, cresciam também as forças dos atores sociais subalternos neste modelo, abrindo espaço para um novo período de lutas e propostas ideológicas, em especial o socialismo. Ainda assim, em 1848 a primavera dos povos fora derrotada, pois as “*classes médias escolheram a ordem*” (SILVER;SLATER, 2001, p. 185) e dentro desta um arranjo específico entre seus direitos de propriedade, seus direitos políticos e os vínculos para com o comércio exterior.

“Em suma, a hegemonia britânica passou a simbolizar um papel político maior para as classes proprietárias mas não nobres (as burguesias) da Europa. De maneira lenta mas segura, o poder social da classe média proprietária viria a ser reconhecido no Ocidente. O sufrágio universal, no entanto, continuou a ser uma exigência dos radicais. As diversas reformas, em sua maioria, foram acordos entre a antiga elite e a classe média emergente destinados a afastar as concessões mais radicais e democráticas à classe trabalhadora que despontava (SILVER;SLATER, 2001, p. 185)”.

Então, o sentido do “centrismo” é o da característica do pacto, conforme estão narrando e definem Silver e Slater, de ir até as “zonas intermediárias” sendo sustentado enquanto consegue manter paralelamente acumulação e ordem na “zona baixa”. No caso inglês o pacto com a classe média teve como pedra angular o “alívio tributário”, o fim do período de guerras, e os excedentes marítimos com o Império Colonial (SILVER;SLATER, 2001, p. 187). Continua-se o processo colonizador em Ásia e a escravidão no eixo Atlântico e o Imperialismo de Livre Comércio toma seus contornos através do centro Inglês e do concerto europeu do Padrão Ouro para os privilegiados participantes.

“[...] a desintegração dos impérios coloniais no mundo ocidental foi acompanhada e sucedida pela expansão desses impérios no mundo não ocidental. No princípio do século XIX, os Estados ocidentais reivindicavam 55%, mas controlavam, na verdade, cerca de 35% da superfície do planeta. Em 1878, esta última proporção havia-se elevado para 67% e, em 1914, para 85% (Magdoff, 1978, p. 29, 35).’Nenhum outro conjunto de colônias na história foi tão grande’, observou Edward Said (1993, p. 8), ‘nenhum mais completamente dominado, e nenhum foi tão inferiorizado em poder, diante das metrópoles ocidentais’. A Grã-Bretanha ficou com a parte do leão nessa conquista territorial. Ao fazê-lo, ressuscitou a dominação imperial numa escala que o mundo nunca tinha visto até então. Esse ressurgimento da dominação imperial constitui, de fato, a principal razão para se designar a hegemonia mundial da Grã-Bretanha no século XIX pela expressão *imperialismo* de livre comércio – expressão que usamos não apenas para enfatizar o domínio britânico sobre o sistema mundial mediante a prática e a ideologia do livre comércio, como fazem Gallagher e Robinson, mas também e especialmente para sublinhar as bases imperialistas do regime britânico de governo e acumulação em escala mundial com base no livre comércio (ARRIGHI, 1996, p. 53-54)”

Não é de se espantar que diversas guerras, no entanto, foram travadas fora do centro por causa do avanço do Imperialismo, especialmente na China e na Índia. Assim,

é essencial ressaltar este aspecto, quando se diz que o modelo e os processos de acumulação se estabelecem, quer-se dizer que entre os países do epicentro da acumulação comercial e industrial há um pacto intra- interestatal, mas sua generalização é mais ou menos homogênea para o sistema porque mesmo durante os interregnos expansivos as contradições espaçotemporais aparecem, porém não suficientemente para desmontar um arranjo central, ainda que tais contradições cumpram um papel estritamente importante nas periferias e no longo prazo do sistema no âmbito de seu tempo-espaço transformacional.

Dentro deste arranjo, segundo as estimativas de Goldstein (1988, p. 67), os respectivos interregnos dos Kondratieff são: 1790-1814 – fase A; 1814-1848 – fase B; 1848-1872 – fase A e, por fim, 1872-1893 – fase B. Se a transição da hegemonia holandesa para a britânica também foi a transição do mercantilismo ao liberalismo econômico, por outro lado, o período de revoluções oriundo da ruptura do pacto holandês culminou na revolução industrial ao ter mobilizado forças inventivas face às pressões sociais, isto é, a invenção da máquina para substituir o trabalho humano, inventividade esta que se segue como lógica. Por isso têm implicações *totais* as “*transformações estruturais no equilíbrio de forças de classe*” (SILVER;SLATER, 2001, p. 188). Estes ciclos, por outro lado, apesar de serem ciclos reversíveis, sobrepondo ciclos de hegemonia e de acumulação costurados pelas oscilações na correlação de forças sociais, eles não são meras “repetições” uns dos outros (SILVER;SLATER, 2001, p.188). De qualquer maneira há uma continuidade do padrão na longa duração que opõe o pacto às suas contradições, assim como em cada novo ciclo há a formação de novas estruturas de classe e novos dilemas globais, *totais*. Durante a fase A (1790-1814) da passagem para a hegemonia Inglesa e que teve nas Guerras Napoleônicas seu desfecho político interestatal, o desfecho econômico intercapitalista foi a revolução industrial e a consolidação das bases materiais do ciclo britânico.

Entre 1814-1848, numa fase B de estagnação do primeiro estágio da revolução industrial, houve então a construção propriamente dita do pacto e o advento da segunda revolução industrial que terá nas ferrovias e no carvão seus pilares (no caso da Hegemonia Inglesa). O auge de sua hegemonia se dá plenamente então na fase A que dura até 1873 quando chega a “grande depressão”. Neste interregno 1873-1896 se dá a passagem para a lógica financeira de acumulação e para o capitalismo monopolista e, através da invenção da energia elétrica e dos automóveis, a partir de 1896-1914 o Sistema vivencia um novo Kondratieff. A fase de declínio da Hegemonia Inglesa sobrepõe-se à fase B que vai de

1917-1940, de caos sistêmico que culmina na guerra final de transição. Os ciclos seguintes seriam liderados pela hegemonia americana que, já no período de caos sistêmico britânico colocou os termos do novo pacto (New Deal Keynesiano e a Liga das Nações) e havia sido bem sucedida em sua resposta à grande depressão, que rivalizava com a resposta britânica e alemã.

“Como a rodada anterior de competição excessiva, essa rodada deu origem a, e foi suplantada por acordos costumeiros que restringiram a competição. Diferentemente da fase B anterior, entretanto, a fase B do final do século XIX deu origem não a um único conjunto de acordos capazes de impor a cooperação interempresas numa escala mundial (**esta ‘mundialização’ iria esperar o término da segunda grande guerra**), mas a uma multiplicidade de acordos contraditórios. Três principais respostas à competição excessiva da fase B podem ser distinguidas: a britânica, a alemã e a norte-americana. A resposta britânica consistiu de uma tentativa de encontrar uma nova base na qual podiam ser recuperadas as relações de cooperação/complementariedade entre uma Grã-Bretanha líder e um mundo de seguidores. Tendo perdido sua liderança nas atividades industriais, a Grã-Bretanha procurou fortalecer seu papel de líder no comércio, nas finanças e no suprimento de proteção global. Essa especialização na intermediação econômica e política exigiu tanto a preservação de um sistema de livre-mercado quanto a consolidação do controle militar britânico sobre os mares. Essas duas exigências se chocaram mais direta e seriamente com a resposta alemã, que tendeu a restringir a competição nas relações interempresas através da sua transferência para as relações inter-Estados. Essa tendência teve dois componentes, um interno e outro externo à jurisdição do Estado alemão. O componente interno consistiu de restrições sobre a competição, apoiadas pelo Estado e patrocinadas pelo capital e pelos fundos públicos, por meio de diversas formas de integração *horizontal* das empresas capitalistas. O complemento necessário dessa prática restritiva foi uma política expansionista no sistema inter-Estados, principalmente porque a acumulação capitalista tornou-se mais dependente da ampliação do espaço econômico através do qual o poder monopolista do Estado podia ser exercido. Consideramos no seu conjunto, os componentes interno externo da resposta alemã implicaram nada menos que uma regressão às práticas mercantilistas do início do capitalismo. A resposta norte-americana à competição excessiva da fase B do final do século XIX não foi nem livre-cambista nem mercantilista. Ela tendeu a restringir a competição através da ‘internalização’ (e portanto suplantação) do mercado, não pelo Estado, como na resposta mercantilista, mas pela própria empresa capitalista. Na resposta norte-americana, a integração *vertical* das empresas foi muito mais importante do que a integração horizontal, e o aumento da massa de lucro (via um aumento de bens intermediários) foi muito mais importante do que os aumentos das taxas de lucro via práticas restritivas [ver Chandler, 1977]. A resposta foi, portanto, expansionista no nível das relações interempresas, e tudo o que ela exigiu, no nível das relações inter-Estados, foi algum acordo de ‘porta aberta’ que garantisse a liberdade de entrada e a proteção de empresas capitalistas sob tantas jurisdições de Estado quanto possível (ARRIGHI, 1997, p.26-27).

O fim do Kondratieff amplia a competição intercapitalista que passa para a competição interestatal através do aumento do protecionismo e das incursões Imperialistas. Na verdade, como estão argumentando Silver e Slater, estas respostas não foram somente respostas à grande depressão, mas resposta às crescentes pressões sociais que se estabeleciam dentro dos países centrais onde o mundo do trabalho entrava em modo selvagem. Construiu-se assim três movimentos na Europa, um que buscava

assimilar as demandas trabalhistas pela perspectiva revolucionária, outro que buscava uma união nacional como resposta às lutas de classe através da guerra e do ambiente de crescente rivalidade, e outro que visava a proteção das classes abastadas no mercado financeiro e se ancorava no tempo prévio já passado (os “restauracionistas”), porém, evidentemente estes movimentos anulavam-se e, de fato, somente com o término das grandes guerras em 1945, com a hegemonia americana seria estabelecido um novo pacto baseado em sua resposta e a questão das bases sociais tornava-se *global* (SILVER;SLATER,2001). Entretanto, já no período de caos sistêmico há a projeção do modelo de proteção social mediante a aliança entre sindicatos e empregadores.

“Dada a militância das classes trabalhadoras nas décadas que antecederam a guerra, foi uma surpresa, para a maioria dos observadores contemporâneos, que em 1914 os cidadãos europeus (inclusive a maior parte da classe trabalhadora) fossem para a guerra com aparente entusiasmo. Era como se as elites dominantes houvessem conseguido montar projetos hegemônicos nacionais que promovessem a fidelidade de todas as classes ao Estado. Na verdade, a partir do momento em que as massas ficaram em condições de fazer exigências de proteção social e econômica a seus respectivos Estados, o internacionalismo da classe trabalhadora ficou em terreno instável. As massas das nações europeias defenderam suas bandeiras. Para surpresa dos estrategistas da guerra, praticamente não houve evasão da convocação militar. A militância dos trabalhadores e a agitação socialista tiveram uma queda vertiginosa nos primeiros anos da guerra. É claro que, em parte, essa queda teve raízes na coerção [Tilly, 1989, p. 441-442], mas também se enraizou nos esforços ativos do governo no sentido de assegurar a anuência e a cooperação dos sindicalistas. Os acordos tripartite entre sindicatos, empregadores e governos asseguraram que não haveria chamamentos a greves por parte dos líderes sindicais, em troca do reconhecimento dos sindicatos pelo governo e pelos empregadores e da criação de processos coletivos de negociação e solução de conflitos. Em muitos países (por exemplo, os Estados Unidos), a Primeira Guerra Mundial assinalou a primeira vez em que os empregadores relaxaram sua hostilidade implacável contra os sindicatos [Hibbs, 1978, p. 157; ver também Feldman, 1966; Brody, 1980; Dubofsky, 1983; Davis, 1986; e Giddens, 1987] (SILVER; SLATER, 2001, p. 196-197)”.

Ainda assim, a Revolução Russa de 1917 decretou o aspecto de continuidade deste período para o longo prazo do século XX e, definitivamente, posteriormente em decorrência da Revolução Chinesa e ascensão da China como grande potência, para o longo século XXI. Entre o final da primeira grande guerra e começo da segunda a luta nacionalista assumiu uma face fascista-nazista nos países derrotados, o entendimento econômico teve na figura de Keynes sua “revolução macroeconômica” como resposta ao desafio Marxista em meio à “crise restauracionista do *laissez-faire*” (SILVER;SLATER, p. 204), e os países da periferia do Sistema iniciaram suas lutas de libertação e, em alguns deles, como no Brasil, e já desde o XIX formalmente independentes, de desenvolvimento industrial.

A segunda guerra foi o desfecho dos três movimentos anteriormente citados como anulando-se, pois conforme afirmam Silver e Slater, é possível opor a proposta de Woodrow Wilson à de Lenin e o modelo New-Deal Keynesiano ao de Marx, portanto, pois num sentido forma-se um pacto de “terceira via” ancorada na sociedade de consumo de massas e os problemas sociais ganhariam o *status* de meros problemas técnicos (SILVER;SLATER, 2001, p. 213-214). Entretanto, esta “terceira via” somente teria sucesso com a “disseminação global” e papel das grandes corporações norte-americanas (SILVER;SLATER, 2001, p. 215) e também do regime de Bretton Woods, bem como do papel estratégico do Plano Marshall. Também, igualmente relevante, foi a expansão do sistema de Westfália num sistema interestatal ampliado, a inclusão do princípio da autodeterminação dos povos e do reconhecimento de que o desenvolvimento econômico e social são partes do processo de pacificação e da ordem mundial. Este desenvolvimento, contudo, não estava baseado no livre comércio, mas na “*liberdade de investir através das fronteiras do Estado*”, a “*expansão transnacional da empresa capitalista*” (ARRIGHI, 1997, p. 29). Projeta-se um pacto global e concomitantemente bipolar com a URSS.

“A promessa hegemônica – explicitada nos ‘estágios de crescimento econômico’ de Walt Rostow (1960) – foi que todos os povos do mundo poderiam realizar o sonho americano. Cada país teria que passar por um conjunto de estágios semelhantes, para chegar à ‘era do consumismo de massas’, mas todos estavam caminhando para esse mesmo destino (desejável). Igualmente explicitada no subtítulo do livro de Rostow – ‘Um manifesto não comunista’ – estava a natureza reacionária do pensamento e da política oficiais e semi-oficiais dos Estados Unidos perante o Terceiro Mundo (SILVER;SLATER, 2001, p. 217).

Esta *globalidade*, entretanto, era o desenvolvimento do sistema e não necessariamente de suas partes por igual. Serviu também para dar um contorno sistêmico ao tempo-espaço estrutural, um contorno mais definido. Serviu para concluir “grandes transformações” e “grandes continuidades” no tempo-espaço transformacional e aumentou a lógica antrópica do tempo-espaço eterno, isto é, o problema da materialidade ecológica e demográfica no processo de acumulação do Sistema-Mundo. Os alicerces do pacto social da hegemonia americana entraram em colapso quando da estratégia de retomada de sua hegemonia durante os anos subsequentes à crise da década de 1970 que marcou a inflexão para uma fase B de Kondratieff e que esteve calcada na globalização financeira, na reestruturação da geoeconomia mundial para a Ásia tendo como ponta de lança a iniciativa das próprias empresas americanas e no neoliberalismo implantado por FMI, Banco Mundial e OMC. Em decorrência, retrocessos significativos dos direitos sociais foram paulatinamente costurados e a acumulação ampliou a polarização social, porém, concomitantemente, também em decorrência dos processos internos escolhidos pelos

asiáticos, o oriente e sua classe trabalhadora despontam como grandes vitoriosos. Ainda resta saber se tal vitória será traduzida para um efetivo novo pacto social e como será a relação deste novo pacto com os ciclos de hegemonia e Kondratieff. Nas palavras de Silver e Slater:

“Portanto, a atual tendência generalizada para descartar a classe trabalhadora como força social importante talvez seja tão prematura quanto foi, no fim do século XIX e início do século XX, o desprezo pelo campesinato como força revolucionária. É que, assim, como as rebeliões de camponeses, da China ao Vietnã, foram fundamentais para a formação e a crise da hegemonia norte-americana, também as rebeliões de trabalhadores, nessa mesma região do mundo, poderão revelar-se fundamentais para que sejam compreendidas as origens sociais da hegemonia mundial no século XXI. Mas, tal como as revoltas dos camponeses no século XX entremearam-se com uma revolta mais ampla contra o Ocidente, podemos esperar que o futuro conflito de classes se misture com a mudança do equilíbrio de poder entre os mundos ocidental e não ocidental. É para esse mutável equilíbrio intercivilizacional do poder que nos voltaremos agora, no capítulo 4 (SILVER;SLATER, 2001, p. 225)”.

PARTE II

TEMPOESPAÇO CÍCLICO-IDEOLÓGICO

CAPÍTULO 3: Ondas Econômicas Longas: Ciclos de Kondratieff

3.1. Revisão e Classificação da Literatura

Os Ciclos de Kondratieff representam uma fração temporal longa de média duração da extensão viva do desenvolvimento do capitalismo e de suas crises periódicas. Como mesmo ressaltou Kondratieff, o estudo das crises até então esteve focado nos ciclos comerciais ou industriais de menores extensões, variando entre 3-5 anos os Kitchins, de 7-11 anos os Juglares e entre 15-25 anos os de Kuznets¹²³.

Joseph Kitchin estudou o movimento dos fatores econômicos e concluiu que apareciam em *minor cycles* e *major cycles*, estes últimos agregando dois e, as vezes, segundo ele, mais raramente, três *major cycles*. Os ciclos *minor* aparecem com duração média de 40 meses (3 anos e 1/3), enquanto os *major* entre 6 a 9 anos (KITCHIN, 1923). Em seus estudos utilizou os dados da Grã-Bretanha e Estados Unidos, focando em três variáveis, os preços das mercadorias, os juros e *clearing* (compensação), identificando três ciclos sincronizados, o de preços, de juros e de compensações. Através das análises de máximos e mínimos com dados mensais elabora a identificação destes ciclos e sua duração (a distância temporal entre uma máxima e uma mínima), sendo a média de duração de dois ou mais ciclos mais próxima da média geral do que a de um ciclo isolado. Apesar de ser comum na literatura identificar os ciclos de Kitchin com os ciclos de inventário, ao menos neste artigo a que fazemos referência do autor, são apenas mencionados os fatores psicológicos como causas, não falando nada de inventário e nem de estoque (KITCHIN, 1923). Ademais, aparece também o reconhecimento dos *major cycles*, comumente identificados ao nome de Clément Juglar em duração (7-10/11 anos), e, aí sim, em seus estudos, Juglar menciona o mecanismo dos inventários, mas como sendo predominantemente influenciados pelo setor financeiro ou pelos ciclos de crédito.

¹²³ Seria possível também falar nos ciclos de Hymin Minsky, para quem a economia capitalista passa por constantes ciclos cujos seis estágios levam à especulação e aumento dos riscos, sua elaboração foi bastante utilizada para tentar explicar a crise financeira de 2008. Na verdade, as crises financeiras e sua periodicidade no final do século XIX foi o contexto histórico-econômico em que floresceram os estudos sobre os ciclos menores denominados *business cycles* ou *comercial cycles*, caracteristicamente atrelados às conjunturas mercadológicas, psicológicas, especulativas e monetárias. Os ciclos de Kondratieff são superiores não somente cronologicamente em extensão, mas também porque seus estudos adotam uma perspectiva estrutural dos ciclos e que permite concatená-la com aspectos da história do desenvolvimento histórico do capitalismo.

Segundo Juglar, sem o mecanismo do crédito as crises seriam apenas monetárias, sendo os bancos e as taxas de desconto “barômetros” dos ciclos e crises comerciais (LEGRAND, [2018?]). Segundo Neihans, tais ciclos são divididos em três fases, a prosperidade, a crise e a liquidação; elas são “assimétricas”¹²⁴ em sua duração, ou seja, a prosperidade é a mais longa (7 a 9 anos), a crise seria abrupta e expressa numa queda de 3 semanas e a liquidação seria um segmento gráfico “mais ou menos plano num nível baixo” que dura de 2 a 4 anos (NIEHANS, 1992, p. 554). Para Juglar os ciclos não podem ser explicados por causas externas, sendo um mecanismo endógeno das economias em crescimento e desenvolvidas, como explica Niehans, Juglar define os ciclos endogenamente a partir da atuação dos bancos no sistema de crédito e moedas, o que seria basicamente uma explicação com causa na esfera institucional-financeira. Para Juglar, os movimentos de liquidez dos bancos são determinantes da esfera real, das variáveis como comércio, importações, exportações, receitas, impostos, inventários, preços e movimentos populacionais (NIEHANS, 1992, p. 550). Sua comprovação empírica se limitou aos estudos estatísticos de Inglaterra, França e Estados Unidos. O mecanismo que gera o movimento cíclico (as correlações cíclicas entre as variáveis em suas mútuas imbricações lógicas) é bastante simples, segundo Neihans esquematiza: nas fases de prosperidade a confiança eleva a oferta bancária de crédito, a economia se aquece e, em decorrência, os preços começam a subir; este aumento gradualmente no tempo diminui a competitividade do país no comércio mundial, incluindo aí o comércio internacional como parte da explicação, ou seja, considerando economias abertas, e também gradualmente as mercadorias não mais conseguem ser vendidas aos preços de mercado; o resultado é a acumulação (estocagem) dos inventários devido à diminuição de demanda e, assim, os preços cessam de crescer; paralelamente, em razão da diminuição da competitividade (pois da inflação), as importações aumentam de forma a drenar reservas de ouro (pois no padrão ouro, já que Juglar só viu essa realidade); o quadro implica um aumento de demanda por crédito que, em razão da drenagem de reservas, acaba não sendo realizada e a crise eclode na forma de um “pânico financeiro e escalada das taxas de juros”; na sequência, na liquidação, “a estrutura de crédito é gradualmente liquidada, os preços caem e a confiança é retomada, fornecendo as condições para uma nova prosperidade” (NIEHANS, 1992, p. 556). Juglar ainda coloca, segundo Niehans, que devido à contradição de que todos os países ao mesmo tempo não poderiam sofrer perda

¹²⁴ Por isso a denominação na literatura de “ocean waves”, ver também Niehans (1992)

de reservas, por uma questão lógica, a sincronização dos ciclos seria observável para as economias desenvolvidas (no caso de seu estudo, Grã-Bretanha, França e Estados Unidos). Juglar chega a mencionar a inovação como sendo mais propícia nos momentos de liquidação, quando as condições de custo são menos arriscadas, porém coloca-a como secundária, não a tendo apreciado como motor fundamental da prosperidade (NIEHANS, 1992, p. 557).

Por sua vez, segundo Duijn, os ciclos de Kuznets estão associados às atividades de construção, que incluem investimentos residenciais e estruturas não residenciais, e o mecanismo levava em consideração o impulso à formação das famílias e com elas da demanda por residências (DUIJN, 1983). Entretanto, segundo Duijn, a existência destes ciclos não é comumente mais aceita, tendo sido realidade para os EUA (objeto de estudo de Kuznets) no período 1840-1914. Todos estes ciclos foram nomeados após suas descobertas e foi Schumpeter quem promoveu os respectivos *lables* (exceção para os Ciclos de Kuznets) (DUIJN, 1983).

Entretanto, a temporalidade do desenvolvimento histórico do capitalismo prevê ondas longas de muito maior duração, tendo sido Fernand Braudel um dos maiores porta vozes das implicações teóricas e ecumênicas destas ondas longas seculares. Assim, estamos falando de ciclos de variadas temporalidades, variadas durações que, segundo defendem Kondratieff e também Schumpeter, entre outros como Duijn, sobrepõem-se um “dentro do outro”.

Portanto, uma primeira classificação da literatura estaria relacionada ou aos estudos cíclicos de menor duração ou aos estudos das chamadas ondas longas, que são os Kondratieff e as tendências seculares de longuíssima duração, o chamado *trend secular*. O *trend secular* estaria ligado em sua longevidade à própria longevidade das economias-mundo¹²⁵ (BRAUDEL, 2009a). Os ciclos de Kondratieff estariam dentro do *trend secular* e os Kuznets, Juglares e Kitchins, por sua vez, dentro dos Kondratieff, e os anteriores uns dentro dos outros. As correlações entre os Kondratieff e o *trend secular*, que corresponderia ao que denominaremos de “onda secular” estão relacionadas ao tempo das hegemonias do capitalismo histórico. Por enquanto focaremos nossa análise cíclica à

¹²⁵ “É, repetimos, saber se esse movimento ilegível para os contemporâneos registra, ou pelo menos esclarece, o destino longo das economias-mundo; se estas, a despeito do seu peso e da sua duração, ou por causa do seu peso e da sua duração, chegam a esses movimentos, os mantêm, submetem-se a eles e, explicando-os, explicam-se através deles (BRAUDEL, 2009a, p. 65).

temporalidade média, reservando as correlações do *trend secular* e ciclos de Hegemonia para o último capítulo.

Numa segunda classificação, agora somente focando as ondas longas, as diferenciações são por *causalidade*, isto é, pelas causas identificadas para a explicação do fenômeno cíclico. Neste sentido, da *causalidade*, segundo Joshua Goldstein (1988), em “*Long Cycles: prosperity and War in the modern age*”, há cinco linhas explicativas básicas sobre os Ciclos Longos de Kondratieff: a “teoria do capital investimento”; a “teoria da inovação”; a “teoria da crise capitalista”; a “teoria da guerra” e as “teorias híbridas” (GOLDSTEIN, 1988). Originalmente, conforme resgata Goldstein, entretanto, estas linhas interpretativas nasceram da tríade Nikolai Kondratieff, Trotsky e Joseph Schumpeter e teria sido somente em meio à crise da década de 1970 (após um período de esfriamento durante os ‘anos dourados’), segundo o autor, no que ele classifica como uma segunda rodada de debates, que as abordagens originais destes três autores se desenvolveram nestas linhas interpretativas a partir de diversas contribuições. Paralelamente se desenvolveram também pesquisas teorizando os Ciclos Hegemônicos e de Guerra advindos das tradições de Quincy Wright e Arnold Tonybee (GOLDSTEIN, 1988)¹²⁶.

Pela revisão elaborada por Goldstein, segundo classifica, então, a teoria do capital investimento é representada pelo próprio Kondratieff (1928), onde explica os ciclos pela reposição dos bens de capitais altamente duráveis e que por sua natureza exigem elevadíssimos níveis de investimento e capital acumulado; a *teoria da inovação* é representada por Schumpeter (1939), Mensch (1979) e Freeman (1982); a Teoria do que chama “crise capitalista” é representada por Ernest Mandel; a “teoria da guerra” é defendida por Johan Akerman (1932) e Norman Silberling (1943), onde o detonador dos ciclos econômicos longos é a Guerra e para Akerman os períodos de guerra culminam em fases ascendentes inflacionárias, enquanto os períodos que marcam o fim das guerras culminam em fases deflacionárias e crise institucional de crédito (GOLDSTEIN, 1988, p. 33). De acordo com Goldstein (1988, p. 34), Norman Silberling analisou a correlação existente entre Guerra e flutuações econômicas longas para os EUA e teria concluído que períodos inflacionários estão presentes nos períodos de guerra, mas não evidenciou que

¹²⁶ Para visualizar as linhas divisórias e os representantes principais Goldstein elabora uma representação gráfica para melhor visualização das diferenciações nos argumentos teóricos da presente narrativa (GOLDSTEIN, 1988).

esta ascensão teria sido influenciada por alterações física-produtivas, sendo um fenômeno estritamente monetário¹²⁷.

Por sua vez, conforme aponta Goldstein (1988), a teorização híbrida é representada por Gaston Imbert (1956) que vê tanto na guerra quanto na inovação as causas dos ciclos econômicos longos, onde estes, segundo menciona Goldstein (1988, p. 36-37), para Imbert, datariam para antes do período pré-industrial, tendo sido importantíssimo no campo por ter sido o primeiro a estudar os ciclos para estes períodos, defendendo que remontam até o século XIII. Em seus estudos defende que a inovação causa as fases de ascensão econômica numa espiral de crescimento, mas este gera o aumento da competição política por mercados e matérias primas, o que acaba eclodindo em guerras, sendo que através delas, por conseguinte, se desencadeia o processo de inflexão dos ciclos (GOLDSTEIN, 1988, p. 38). Destarte, embora usando o argumento da Guerra, discorda de Akerman e Silberning por entender que ela é antes causa de um ‘downswing’ que de um ‘upswing’¹²⁸.

Em “*Recent Long-Wave Theories: a critical survey*”, Jos Delbeke (1984) procura ressaltar os aspectos complementares entre as teorias e as classifica de acordo com o papel dado aos fatores de produção na prosperidade e depressão em termos da observância de abundância ou escassez de inovação; capital; trabalho; e matérias-primas e alimentos. Em “*Kondratiev Cycles and So-Called Long Waves: the early research*”, J. Tinbergen resgata trabalhos mais antigos de pioneiros holandeses e que, segundo ele, anteciparam muitos dos debates contemporâneos, sendo que teria sido J. Van Gelderen, o primeiro autor a prestar atenção aos movimentos ondulatórios na economia.

De acordo com Goldstein (1988), durante a segunda rodada de debates, a escola do “capital-investimento”, apesar de vir da tradição de Kondratieff, não se encaixa na tradição marxista, tendo se desenvolvido independentemente, diferenciando-se da escola da “crise capitalista”. Criada no final dos anos 70 no MIT, seus representantes criaram

¹²⁷Neste sentido, a primeira limitação dessa ala é que enfoca nos processos inflacionários dos períodos de guerra, isto é, mais associados ao monetarismo. Esse é um ponto importante, “*Kuznets and other liberal economists who opposed the ideia of long waves used the war argument to discount Kondratieff’s long waves as existing not in production and other physical series but only in price and other monetary series*” (GOLDSTEIN, 1988, p. 36).

¹²⁸“Imbert considered himself to be following in the Schumpeterian tradition, and his theory opposite to Trotsky’s in its view of capitalism. In Trotsky’s theory capitalism tends inherently toward stagnation and crisis and can expand only with the intervention of external forces (including war). In Imbert’s theory, capitalism tends inherently toward expansion (if government lets entrepreneurs do their job) and declines because of the intervention of war.” (GOLDSTEIN, 1988, p. 39).

um modelo computacional da economia americana indicando ciclos de 50 anos de duração sendo sua lógica fundamental a tendência inerente de “sobre expansão” do capital e, daí, o respectivo “sobre declínio” (GOLDSTEIN, 1988, p. 48). Segundo Goldstein, para eles, citando Forrester, “o setor de bens de capital cresce a uma taxa superior à necessária para o equilíbrio de longo prazo”, ou, em outras palavras, as “plantas de capital aumentam mais do que será necessário à produtividade marginal no longo prazo” (FORRESTER, 1981, p. 11 *apud* GOLDSTEIN, 1988, p. 48 – tradução nossa).

Segundo Goldstein (1988, p. 50) o modelo é sustentado no que Forrester denominou de “cinco processos fundamentais” (“*five fundamental processes*”): (1) “o uso do equipamento de capital na produção”; (2) “o período de vida das plantas de capital de 10 a 14 anos”; (3) “os processos existentes para a expansão do crédito”; (4) “a expectativa de vida das pessoas” e; (5) a “influência das tendências recentes nas atitudes especulativas das pessoas” (tradução nossa). Nesta análise o movimento da fase posterior está dado pelas forças da fase precedente, num movimento repetitivo e endógeno. Entretanto, mesmo que contenha essa explicação endógena, esta escola não explica o marco histórico em que começa nem como se diferencia no tempo. Além disso, sua análise se limita à realidade americana.

Na Escola da Inovação o representante principal é Gerhard Mensch (1981). Este autor é, por exemplo, utilizado por Giovanni Arrighi na elaboração conceitual do “Longo Século XX”¹²⁹. Mensch (1981) teoriza que as inovações ocorrem em aglomerados industriais nos quais há maior concentração de capital. Para ele as fases de depressão são períodos em que se “falhou” em inovar, constituindo uma espécie de vácuo no crescimento (GOLDSTEIN, 1988, p. 50). E, por inovação, define também, assim como Schumpeter, como estando atrelada ao surgimento de novos produtos, processos e técnicas e tecnologias. Sua ideia central é a de que os produtos tem um ciclo de vida:

“According to Mensch, new products follow ‘life cycles’ in which the market at first accepts them hesitantly, then rushes to acquire them, then eventually loses interest (p. 52) – the more basic the innovation, the longer the life cycle. A new product eventually saturates the market, and refinements in subsequent years bring diminishing returns (p. 63). The saturation of the market, supplier concentration, and diminishing returns on improvements combine to set the stage for technological stalemate, according to Mensch. But stagnation in turn

¹²⁹ “Assim, nossa sequência de ciclos sistêmicos parcialmente superpostos tem uma estreita semelhança formal com o ‘modelo de metamorfose’ do desenvolvimento socioeconômico de Mensch. Este autor (1979, p. 73) abandona ‘a ideia de que a economia se desenvolveu em ondas, defendendo a teoria de que ela evoluiu por uma série de impulsos inovadores intermitentes, que assumem a forma de ciclos sucessivos em forma de S’ (figura 1). O modelo menschiano retrata fases de crescimento estável num rumo bem definido, alternando-se com fases de crise, reestruturação e turbulência, que acabam recriando as condições do crescimento estável.” (ARRIGHI, 1996, p. 09)

eventually stimulates innovation and leads to new growth in new economic sectors. Mensch predicts that the present technological stalemate will break with a cluster of innovations in 1984 – 94, which will stimulate a new long-term upswing (p. 197).” (GOLDSTEIN, 1988, p. 51)

Um Segundo grupo de representantes desta escola são Christopher Freeman; Jonh Clark e Luc Soete (1982), para os quais as fases de expansão econômica são catapultadas pelo crescimento em uma ou várias indústrias ao mesmo tempo, gerando economias de escala e elevando o emprego da mão-de-obra. Eventualmente, com o aumento da competição os lucros começam a diminuir e o efeito do crescimento sobre o nível salarial também começa a reduzir a taxa de lucro, dando início à inversão do ciclo, onde enfatizam ainda o papel do investimento público (GOLDSTEIN, 1988, p. 52-53).

Ainda segundo Goldstein (1988, p. 54-55), outros autores que compartilham da visão desta escola da inovação são: George F. Ray’s (1980a;1983a), que foca no setor de energia como propulsor; Philip Ehrensaft (1980), que argumenta que há um ritmo inverso entre agricultura e indústria (ou agricultura e economia geral), isto é, enquanto uma está no *downswing* a outra está no *upswing*, além de mencionar também o papel da intervenção estatal; Cesate Marchetti (1983), para quem os ciclos dependem do tempo que leva para as inovações atingirem maturidade em escala internacional. Mas, como aponta Goldstein (1988), a análise crítica das teorias da Inovação por Nathan Rosenberg e Claudio R. Frischtak (1983,1984)¹³⁰ concluíram que não haveria ainda uma teoria adequada das ondas longas partindo das variáveis de inovação:

“[...] na adequate or even plausible theory of long cycles, based primarily on technological determinants, does not presently exist’ (1984:8). Such a theory, they argue, would have to fulfill four interconnected requirements: (1) causality – in particular, the relationship between growth and innovation; (2) timing – since major innovations vary in terms of their rate of diffusion and how long they remain important, temporal regularity can come only from macroeconomic effects on the timing of innovation; (3) linkages – ‘the mechanisms through which particular changes in technology exercise *sizable* changes in the performance of the macroeconomy’ (p.16); and (4) repetition – not only that innovation create long waves but that such waves repeat themselves (p.18).” (GOLDSTEIN, 1988, p. 55).

Por último, ainda pela lupa da economia, nessa segunda rodada de debates a escola da “crise do capitalismo” é representada por Ernest Mandel e David Gordon (GOLDSTEIN, 1988), estando este último associado ao quadro teórico do “*Social Structures of Accumulation*” e que vem a ser irmã gêmea da “Escola da Regulação”.

Para Ernest Mandel a expansão da onda longa se dá pela atuação das forças de contratendência à queda da taxa de lucro. Entre estas menciona inflexões no crescimento

¹³⁰ Ver todas estas referências em Goldstein, 1988.

da composição orgânica do capital, como redução dos custos de matérias-primas ou meios de produção; aumento da rotação do capital por algum avanço nos transportes ou energia; aumento da mais-valia e a exportação de capital. Para ele então, os principais indicadores das ondas longas são a taxa de lucro e de produção.

“Thus expansive long waves are periods in which the forces counteracting the tendency of the average rate of profit to decline operate in a Strong and synchronized way. Depressive long waves are periods in which the forces counteracting the tendency of the average rate of profit to decline are fewer, weaker, and decisively less synchronized. Why this occurs at certain turning points can be explained only in the light of concrete historical analysis of a given period of capitalist development leading up to such a turning point.” (MANDEL, 1995, p. 12).

Apesar de identificar a taxa de lucro como o eixo dinâmico das flutuações, Mandel discorda da percepção de que as ondas longas são automaticamente oriundas das forças econômicas, como faz Kondratieff. Para Mandel as forças extraeconômicas possuem papel decisivo. Enquanto a tendência da taxa de lucro e, portanto, a fase de recessão pode ser entendida como inerente aos fatores econômicos dentro da lógica interna ao sistema capitalista, a reversão da tendência é explicada por fatores extraeconômicos:

“To state it more clearly, although the internal logic of capitalist laws of motion can explain the *cumulative nature of each wave, once it is initiated*, and although it can also explain the transition from an expansionist long wave to a stagnating long wave, it cannot explain the turn from the latter to the former. [...] It can be understood only if all the concrete forms of capitalist development in a given environment (all the concrete forms and contradictions of ‘many capitals’) are brought into play. And these imply a whole series of noneconomic factors like wars of conquest, extensions and contractions of the area of capitalist operation, intercapitalist competition, class struggle, revolutions and counterrevolutions, etc.” (MANDEL, 1995, p. 16-17)

Talvez por essa razão afirme que os ciclos são de duração “irregular” e caracterizados como tendo *status* de “segmentos” da história, períodos históricos extraídos da totalidade (MANDEL, 1995, p. 76). Além disso, Mandel confere importância substancial às condições das lutas de classes. Estas se intensificariam nos períodos finais de expansão com o fortalecimento da classe trabalhadora, sendo que para ele a Fase A de expansão após o término da Segunda-Guerra Mundial decorreu principalmente pela derrota do movimento internacional da classe trabalhadora ao longo das décadas de 30-40 (GOLDSTEIN, 1988, p. 42). Segundo Goldstein, Mandel analisa que o declínio após 1968 seria o fechamento da última onda longa e que o capitalismo não poderia mais inverter a tendência da queda da taxa de lucro devido à melhor organização da classe trabalhadora, sendo que a única forma de sair da crise econômica seria através do socialismo (GOLDSTEIN, 1988, p. 43-44).

Para a “Estrutura Social de Acumulação” (*Social Structure of Accumulation*) é central a análise da superestrutura, onde as ondas longas equivalem a “Estruturas Sociais

de Acumulação” diferentes que combinam as contradições internas do capitalismo com as variáveis exógenas institucionais para explicar as fases de crescimento\desenvolvimento no capitalismo. O intuito dessa nova teorização seria o de transcender as percepções mecanizadas dando maior importância não a leis abstratas, mas sim à relativa independência da esfera política, ideológica e social (GORDON, 1994, p. 12). Da mesma forma, o desenvolvimento das relações de produção depende da configuração concreta dos conflitos de classes pela distribuição da riqueza gerada pelo desenvolvimento. Em suma, afirma Gordon:

“We propose that an intermediate level of analysis, focusing on the logic of long swings and stages of capitalism, is necessary for an understanding of capitalist development. This intermediate analysis is intended to complement both the traditional and abstract Marxian approach to capitalist development and the more recent concrete analyses of everyday life.” (GORDON, 1994, p. 13).

A premissa chave é que a busca pelo lucro pela via da inversão de capital precisa de um ambiente relativamente estável para satisfazer minimamente as expectativas dos capitalistas, o crescimento não ocorre no “vácuo” e nem no “caos institucional”, mesmo que ainda engendrado pelas leis internas da produção e acumulação da esfera econômica, o capitalismo precisa de uma “estrutura social de acumulação”: *“Without a stable and favorable external environment, capitalist investment in production will not proceed. We refer to this external environment as the social structure of accumulation”* (GORDON et al, 1994, p.13-14). Segundo Gordon et al, as três instituições principais que formam essa estrutura são o sistema monetário e de crédito, o “padrão de envolvimento do Estado na economia” e a luta de classes. Entretanto, alinhando-se à proposta de uma tendência à “expansão financeira”, consideram que se da perspectiva dos agentes capitalistas o ambiente institucional perde “legitimidade” ou torna-se pouco favorável, a estratégia de acumulação passa a ser o investimento no setor financeiro.

Por outro lado, defendem que a própria “estrutura social de acumulação” é endógena à totalidade do processo de acumulação, buscando enfatizar seu caráter “multidimensional”, assim, as ondas longas são o *“produto do sucesso ou fracasso dessas sucessivas estruturas sociais de acumulação em facilitar a acumulação de capital”* (GORDON, 1994, p. 17). No movimento, afirmam que os períodos de prosperidade são também recortados por contradições endógenas que levam o período de expansão a um fim ou inflexão, mas que, por outro lado, a superação da estagnação não se dá de maneira só endógena, mas por reformas estruturais que se introduzem, inicialmente, como economicamente exógenas, não obstante, como no todo a dinâmica é multidimensional e

endógena, no sentido de que as lutas ideológico-sociais-institucionais são oriundas/solucionadas a partir das contradições concretas da “estrutura social de acumulação” em questão, resulta que : *“The periods of boom and stagnation alternate, then, partly in response to exogenous events but more importantly in response to endogenous changes in the institutional context (see Gordon [1980], and Weisskopf [1981], for related treatments.”* (GORDON,1994, p. 17). Apesar do esforço em tentar entender as ondas longas pela via da multidimensionalidade, tratam apenas do âmbito nacional, e não como isto se manifesta internacionalmente, até mesmo porque as características institucionais podem variar de país para país, sendo este fato inclusive apontado como uma lacuna a ser preenchida (GORDON, 1994, p. 25).

Destarte, numa terceira perspectiva de classificação das teorias diferenciam-se em endógenas ou exógenas, isto é, se os ciclos são um fenômeno endógeno ou exógeno ao capitalismo. Pensamos na verdade que esta dissociação entre causas endógenas ou exógenas ao capitalismo precisa ser superada para poder acessar não somente a natureza do tempo-espaço cíclico-ideológico, assim como se interliga ao próprio sistema-mundo capitalista¹³¹. Primeiro porque se faz primordial a definição do capitalismo para assim identificar as delimitações espaço-temporais. A questão não se resume a causas exclusivas, mas antes na observação sistemática do que há de específico e sistêmico. Por exemplo, pensamos ser altamente elucidativa e norteadora a incursão metodológica de Samir Amin acerca da natureza sistêmica do sistema mundial capitalista:

“Por mundialização capitalista entendo que as evoluções que dirigem o sistema tomado em sua globalidade determinam o quadro no qual operam ‘ajustamentos locais’. Em outras palavras, este ponto de vista sistêmico relativiza a distinção ‘fatores externos/fatores internos’, pois todos os fatores são internos na escala do sistema mundial (AMIN, 2006, p. 11)”

O primeiro ciclo apontado por Kondratieff começou aproximadamente em 1790. Contudo, há autores que defendem a existência dos ciclos de Kondratieff, ao menos para os movimentos de preços, mesmo antes deste marco, e, conseqüentemente, neste ponto especificamente emerge a indagação do próprio marco do nascimento do capitalismo, se somente a partir da Revolução Industrial ou se antes. De acordo com Goldstein (1988) há relativo consenso entre os estudiosos dos ciclos de Kondratieff de que estes vêm ocorrendo desde 1450, ao menos para os movimentos de preços até 1790. Outros autores, entretanto, defendem que já vem ocorrendo para além destes 500 anos, é o caso de Gaston Imbert e André Gunder Frank, por exemplo.

¹³¹ O debate que envolveu a transição do feudalismo para o capitalismo sofreu da mesma “limitação” e, em muitos sentidos, ambos estão diretamente conectados.

Destarte, em conclusão e sem agregar, por enquanto, ainda mais argumentos que serão explorados no decorrer da tese, podemos expor os elementos chave que perpassam as teorizações e que também marcam diferenças entre as correntes e, em particular, cada autor envolvido. Vale esclarecer que foram brevemente resgatadas em suas distintas interpretações as teorias das ondas longas (descobertas por Kondratieff). No próximo capítulo serão melhor exploradas as ondas longas relacionadas aos ciclos de Hegemonia e Guerra. Assim, podemos resumir em seis pontos chave essa classificação da literatura baseada no trabalho de revisão efetuado por Goldstein (1988):

- 1) Subjacente à existência dos ciclos econômicos longos está implícita a questão do equilíbrio/estabilidade no capitalismo.
- 2) Não somente o equilíbrio/estabilidade no capitalismo como também desde quando se poderia datar a existência deste e dos ciclos longos. Isto é, os ciclos econômicos longos seriam um fenômeno exclusivo e orgânico ao capitalismo?
- 3) Suas causas são endógenas ou exógenas? Quais são essas causas?
- 4) Os indicadores econômicos utilizados para verificar a existência destes ciclos variam de escola para escola, mas em suma são: preços, inovações, comércio mundial, taxa de lucro, investimento de capital, salários e produção física.
- 5) A evidência empírica dos ciclos deveria perpassar todas as variáveis, isto é, os movimentos de expansão e contração devem refletir seus efeitos em cada uma delas de forma sincronizada.
- 6) A sincronização deve também estar presente para o conjunto dos países.

Como vimos diversos autores apontam causas específicas para os Ciclos de Kondratieff no que tange especificamente sua dinâmica e sua dinâmica propriamente capitalista ou não. Não obstante, vale indagar se estas diferenças mutuamente se excluem, isto é, se uma estiver “certa”, estaria a outra automática e logicamente “errada”? Na próxima seção apresentaremos a elaboração original de Nikolai Kondratieff, nas seguintes apresentaremos as contribuições de Trotsky, Mandel e Schumpeter. Posteriormente teceremos algumas reflexões sobre os Ciclos de Kondratieff e a ascensão do capitalismo para então elaboraremos uma interpretação dos ciclos de Kondratieff que busca expressar sua natureza *múltipla, sistêmica e histórica*, isto é, revelando que, apesar das diferenças entre os autores os ciclos em si não podem ser compreendidos como

“monocausais” (MANDEL, 1995), principalmente quando se tem em perspectiva o desenvolvimento histórico do capitalismo e do Sistema Mundo Moderno Capitalista em seus tempospaços. Tendo elaborado esta discussão e extraído os elementos centrais do debate, abordaremos brevemente sobre o *trend secular*, quando na última seção tentaremos sustentar empiricamente evidências de uma tendência secular declinante desde a crise da década de 1970 mesmo sob a vigência de um novo Kondratieff entre 1994-2008.

3.2. Ciclos de Kondratieff

Russo e Soviético, talvez o grande feito de Nicolai Kondratieff tenha sido propor uma teoria dos ciclos econômicos que foi aceita tanto por autores “conservadores e liberais” quanto “revolucionários”¹³², tornando-se referência nos estudos sobre a dinâmica econômica capitalista. Kondratieff demonstrou que os ciclos econômicos longos são orgânicos ao capitalismo e os movimentos de expansão endógenos, fato que por si poderia ameaçar o discurso da revolução, acabou sofrendo expurgo em 1930 (GOLDSTEIN, 1985, 31) acusado de liderar um partido contra-revolucionário (*Labouring Peasants Party*) (YAKOVETS, [S.d]), enquanto um economista liberal, Joseph Schumpeter, endossaria seus ciclos. “*No debemos olvidar que la violenta oposición que Kondratieff encontró entre los economistas marxistas se debió al supuesto ‘carácter apologético’ de su teoría* (GARVY, 1979, p. 126). Ele mesmo reconhecia que seus trabalhos haviam causado certo tumulto teórico, na prisão em uma carta a sua esposa datada de 7 de março de 1934, Kondratieff assim se expressou acerca da continuidade de seus estudos e trabalhos na prisão:

“I read the books that they let me have; I’ve taken to mathematics, and I keep writing the book on trends. This work has to shed light on the correlation that binds the development of mankind with opportunities of economic welfare in the long term perspective. I arrive at conclusions which, in many respects, I didn’t expect my self, and which are most distressing. Should the results of this work ever be brought out, they would perhaps arouse even a worse tumult than my other works ever did (*Apud* YAKOVETS, [S.d] p. 6).

E continua em outra carta de 7 de novembro de 1934:

“As soon as I finish this book, I’m going to start a new one, on long term fluctuations; I’ve got a fairly lucid idea of its frame and contents. Then I will

¹³²Goldstein também apresenta entre essas escolas outra classificação, onde as define como conservadora, que centra-se na temática da preservação da ordem estabelecida, retratando as determinações como rígidas e atemporais, tentando provar a naturalidade das configurações sociais, interpretando os ciclos como repetições regulares e idênticas; liberal, que se centra na temática da constante evolução da ordem existente, na inexorabilidade do progresso da ordem atual vigente; e revolucionária, que centra na superação das contradições da ordem estabelecida e no progresso pela mudança do sistema e não no sistema. (GOLDSTEIN, 1988, p. 10-11).

be writing on short-term cycles and crises. Once I finish, I will tackle again the introductory part, dealing with fundamental strategies, that I handed over to you in a rough copy. Finally, I will complete everything with a fifth book, which will deal with a synthetic theory of social economic genetics (development). These are just plans, so far; to see them in effect will require strength, mental peace, and strong belief. So plans can very well remain just plans (*Apud* YAKOVETS, [S.d] p. 6)”

Segundo Yakovets, em 17 de novembro de 1938 foi condenado à morte e executado nesse mesmo dia, porém, antes do expurgo e de sua prisão em 19 de junho de 1930¹³³, Kondratieff havia fundado o *Institute For The Study of Conjunctures*¹³⁴, do qual era diretor, tendo sido membro do Partido Socialista Revolucionário (PSR) desde 1905, foi prisioneiro por suas atividades revolucionárias precocemente aos 14 anos em 1906, no entanto, futuramente, obteve notável prestígio acadêmico e, logo após 1917, assumiu os cargos de Vice-Presidente da Comissão de Estado de Abastecimento Alimentar, Membro do Comitê Executivo do Conselho de Representantes Camponeses, Vice-Presidente do Comitê Central da Terra e do Conselho Econômico sob o Governo Provisório, e em outubro de 1917 foi Vice-Ministro de Abastecimento Alimentar e tornou-se membro da Assembleia Constituinte (Ver YAKOVETS;BARNETT, 1997). O trabalho que menciona na carta, somente publicado após 2001!, aparece sob o título “*Major Problems of Economic Statics and Dynamics: a Preliminary Sketch*” (YAKOVETS, [S.d]). Como afirma Ignácio Rangel, para atestarmos sua importância:

“Nikolai Kondratiev foi posto por Lênin na chefia do órgão incumbido do planejamento da economia soviética, nos anos 20. Era a primeira vez, nos tempos modernos, que se tentava a superação do que os marxistas chamavam de *anarquia da produção* e outros, inclusive Gorbatchev e os ‘perestróicos’, de *economia de mercado*. E ainda outros, elogiosamente, de *economia livre*. [...] Digo isto para acentuar que Kondratiev não era economista qualquer, ou não teria sido escolhido para posição tão estratégica. E não foi também por acidente que J. Schumpeter, em seu monumental *Business Cycles* foi buscar o seu nome para batizar o Ciclo Longo, que coroa sua teoria das flutuações econômicas (RANGEL, 1990, p. 30-31 – grifos no original)”.

Nikolai Kondratieff faz parte de uma importantíssima ala de marxistas que durante o interregno Imperialista do final do século XIX e começo do XX trouxe à tona o debate sobre as crises do capitalismo e a temática dos ciclos como estado dinâmico do desenvolvimento capitalista em oposição à visão estática tradicional da economia. Na

¹³³ Stalin estava à caça dos líderes do Partido do Trabalho Camponês, Kondratieff havia nascido em uma família camponesa muito pobre, e em 1932, após sua prisão foi considerado culpado e sentenciado a 8 anos de prisão e exílio a serem cumpridos em Suzdal (YAKOVETS, [S.d] p. 5).

¹³⁴ “Together with Wesley Mitchell’s National Bureau of Economic Research in the USA, F.A Hayek’s Institute for Trade Cycle Research in Austria, Michal Kalecki’s Institute for Research on Business Cycles and Prices in Warsaw, and R.G Hawtrey’s na A.C Pigou’s efforts from within the UK Treasury, Kondratieff’s Conjuncture Institute should be regarded as one of the pioneering centres of the early twentieth century created specifically to advance the study of economic fluctuations and business forecasting (BARNETT, 1997, p. 5)”.

verdade, ao contrário, trata-se de enorme avanço no conhecimento sobre o funcionamento do capitalismo ao qual poderia e deveria ser utilizado para formar a estratégia revolucionária e a transição ao socialismo/comunismo. Inclusive Kondratieff apontava a necessidade do planejamento econômico cuja eficácia dependeria do entendimento profundo do funcionamento dos ciclos econômicos. Entre estes economistas¹³⁵ figurava o mentor de Kondratieff, Tugán-Baranovski (T.B), cujo nome ficou associado ao revisionismo no âmbito da controvérsia do colapso do capitalismo¹³⁶, sendo que T. Baranovski fazia parte dos “marxistas legais” e seu estudo das crises e dos esquemas de reprodução/problema da distribuição face à lei do valor de Marx fizeram-no concluir que o capitalismo poderia se sustentar infinitamente e as crises teriam um papel central nesta durabilidade (ver ROSDOLSKI, 2001 e KONDRATIEFF, [1923] 2004 *M.I. Tugan-Baranovsky; the main features of his scientific worldview*)¹³⁷. Em artigo publicado em 1923 em homenagem ao pensador russo T.B, Kondratieff salienta a originalidade do autor por sua teoria dos mercados e das crises, assim como sua teoria da moeda, que teria sido seria proposta pelo entendimento não da “*função dos preços de outras mercadorias, mas sim de uma conjuntura econômica geral*” (tradução nossa) (teoria dos mercados e das crises), a que denominou, segundo N.K de “*conjunctional*”, bem como da importância de suas flutuações cíclicas. O ponto, esclarece Kondratieff, é que T.B, assim como ele mesmo, N.K, provará com sua teoria própria teoria dos ciclos longos, é que o capitalismo pode se desenvolver, não se deve subestimá-lo apesar e por causa de suas contradições ou tensões que causa. Para Kondratieff, assim como para T.B o “*capitalismo não morrerá uma morte natural*” (tradução nossa), mas sim pela ação objetiva e estratégica da ação humana, e a principal contradição, afirma, é que “*enquanto torna o homem um meio, um*

¹³⁵ O pensador russo também teve a oportunidade de trocar profícuas ideias com economistas liberais em sua viagem na década de 1920 à Inglaterra e aos Estados Unidos, como Mitchell e Keynes, além de também ter tido contato com Kuznets. Segundo Barnett, é provável que não somente Kondratieff tenha sofrido influência destes economistas como também estes sofreram de Kondratieff.

¹³⁶ “Podemos dizer que realmente todo o sistema teórico de Marx constitui uma negativa da possibilidade de expansão capitalista indefinida e uma afirmação da inevitabilidade da revolução socialista. Mas em nenhuma parte de sua obra encontra-se uma doutrina do colapso especificamente econômico da produção capitalista. Se isso é uma fraqueza ou não, veremos oportunamente. De qualquer forma, é claro que seu tratamento do problema, tanto nos aspectos positivos como negativos, preparou o terreno para uma extensa controvérsia que ainda não pode ser considerada, até hoje, como resolvida (SWEEZY, 1983, p. 154)”.

¹³⁷ Note-se a proposição meio que híbrida de T.B sobre a teoria do valor, que para ele se desdobra em teoria dos custos, ao entender tanto o trabalho quanto a utilidade marginal como características determinantes dos custos, valor, e/ou, preços, eliminando assim o problema da diferença entre valores e preços. Como tal deriva então a centralidade e possibilidade da produtividade como elemento solucionador do problema da distribuição (ver o artigo em questão de Kondratieff).

escravo das coisas, ao mesmo tempo eleva sua consciência e o fortalecimento da consciência pública e moral” (tradução nossa), onde:

“This most profound contradiction should inevitably increase both the mass discontentment and disappointment with the present, and the aspiration to the future social ideal; it should also increase the organizational level and an organized conscious aspiration to change the present for the sake of the future. [...] (KONDRATIEFF, 1923, p. 405)”.

Na trajetória das publicações dos trabalhos de Kondratieff, entre os principais textos de Kondratieff estão “*Los conceptos de estática, dinámica y conjuntura*”; “*La economía mundial y sus coyunturas durante y después de la guerra*” e “*Los ciclos largos de la conyuntura económica*”¹³⁸. Uma rápida comparação entre os títulos já faz notar a *conjuntura* como conceito chave. Por conjuntura define-se como uma “*coincidência de fatos diversos ou opostos num dado momento*” (DICIONÁRIO). A coincidência de fatos diversos e até mesmo opostos no âmbito da economia pode ser traduzida como expressões das causalidades entre as variáveis econômicas dentro de circunstâncias específicas, no caso dos ciclos de Kondratieff, expansão ou contração da atividade econômica. Portanto, se pensarmos em cada palavra que forma o conceito, *ciclo, econômico e longo*, tem-se que é um fenômeno da conjuntura que ocorre dentro da lógica e dimensão econômica, que se repete em fases específicas e que tem uma duração sustentada e prolongada. Esta seria apenas uma aproximação.

Em outro artigo publicado em 1925 no *The Quaterly Journal of Economics*, Kondratieff conceitua as diferentes visões estática e dinâmica¹³⁹ da economia,

¹³⁸ “Kondratieff himself translated *bol'shie tsikly* as ‘major cycles’, and he stuck to this translation between 1925 and 1928, when he debate on this topic was at its height. The proof of this is that in the journal in which Kondratieff first published his work – *Voprosy kon'yunktury* – there appeared an English summary of each article, and in these summaries Kondratieff translated *bol'shie tsikly* as ‘major cycles’. This allowed him to call 7-11 year business cycles ‘minor cycles’ (*malye tsikly*), which can also be translated as ‘small cycles’ or ‘short cycles’. Further proof is found in a letter which Kondratieff sent to Wesley Mitchell in English, in which he wrote of his article entitled ‘The Major Economic Cycles’. The Russian word for ‘majority’ is *bol'shinstvo*, for ‘great/major’ it is *bol'shoi*, and hence the most direct translation of *bol'shie tsikly* is ‘major cycles’ (BARNETT, 1997, p. 106). Como se sabe também a palavra Bolchevique tem a mesma origem em *bol'shinstvo* oriunda das discordâncias na social-democracia russa, dividindo-a em Bolcheviques e Mencheviques (REIS FILHO, 2003, p. 39).

¹³⁹ Em outros trabalhos Kondratieff adiciona ainda o conceito de genética ou genética sócio-econômica, aprofundando sua conceituação com a inclusão da reflexão sobre a previsão científica e o planejamento de políticas (ver YAKOVETS, [S.d]). “Socio-genetic permits of revealing regularities of heredity, mutation, and selection in the dynamics of society, including economics as its elemento. It unveils the causation of changes, as well as their inner structure and limits, as one stage is taking over from another, and at the rotation of cycles of different terms in social development. Account for genetic regularities and causation would significantly upgrade a forecast, but so far this goal has not been reached in the modern strategy and practice of socio-economic prognostication [...] Because Nikolai Kondratieff adhered to genetic approach in prediction, he held it as an indispensable requirement to take into overall account regularities and tendencies of dynamics active in the past and a possible shift of changes in the future, in contrast with widely held teleological view which suggests keeping to pre-assigned goals and designs ways to reach them. Genetic approach assumes, primarily, that workers in different fields of science, who had studied thoroughly and rigorously their aspects of the object under prognostication and its environment, should take

aprofundando o entendimento da natureza dinâmica dos fenômenos econômicos e aponta em direção à noção do equilíbrio dinâmico como sendo um “*equilíbrio de elementos variáveis*”. Enfatiza a “mudança” tem maior “amplo” significado que o “movimento”, e a visão estática seria incapaz de captar a natureza constantemente mutativa dos fenômenos econômicos, somente existindo fenômenos dinâmicos, *mudanças no tempo*. A concepção estática não considera as variações temporais dos fenômenos econômicos, concebendo a realidade como se seus elementos estivessem em estado de equilíbrio fixo, qualitativamente invariáveis e suas inter-relações entendidas estaticamente sob a base de um equilíbrio fixo. É um estado no qual, em determinadas condições, não atuam “*propriedades intrínsecas de variação de seus elementos nem de suas correlações*”, a visão estática da economia não investiga o elemento essencial da negação que permite, como a crise, a ruptura do equilíbrio (YAKOVETS, [S.d] p. 20-21 – tradução nossa). Entretanto, Kondratieff não descarta a importância auxiliar e “subsidiária” da visão estática na análise dinâmica, pois representa uma referência, um nível.

Segundo Kondratieff, a “*concepção dinâmica dos fenômenos econômicos considera os processos de mudança em seus elementos, entre eles e em suas inter-relações no tempo*”, com foco nas regularidades durante o “*progresso destas variações*” (KONDRATIEFF, 1925, p. 576-577 – Tradução nossa), sendo que permite compreender a “*hierarquia dos elementos econômicos e os mecanismos que governam suas mudanças*” (KONDRATIEFF, apud, YAKOVETS, p. 21 – Tradução nossa). Para Kondratieff nos processos dinâmicos as mudanças são qualitativas e quantitativas, e os tipos de processos dinâmicos evolucionários/não-reversível (*evolutionary/non-reversible*) e ondulatórios/flutuantes (*wave-like*). Note-se a conjunção *e*, os processos dinâmicos carregam todas estas mudanças e tendências.

O tipo de processo evolucionário é aquele em que, “*na ausência de fatores extraeconômicos, segue, no universo dessas mudanças, certa direção definida, não estando sujeito à repetição ou à reversão*”, por isso *non-reversible* (KONDRATIEFF, 1925, p. 579-580 – Tradução nossa). No tipo de processo ondulatório ou “*wave-like*”, ao qual Kondratieff associa ao conceito chave de conjuntura (YAKOVETS, p. 21), “*as variações indicam mudanças no curso das direções no tempo e estão sujeitas à repetição e reversão*” (Idem, 1925, p. 580 – Tradução nossa).

part in doing forecast of socio-economic development. Secondly, it requires a sufficient scientific training of decision-makers (public executives, businessmen, politicians, etc.) and their ability to hold in respect a forecast obtained, to interpret, and to put its results to an efficient use (YAKOVETS, p. 23;25)”.

“Proceeding further to analyze reversible and non-reversible processes in relation to the several economic elements, or to economic life as a whole, the following considerations should be borne in mind. Regarded as a whole, economic reality represents a non-reversible process, in which progress is accomplished by stages. But the individual economic elements, while they are thus subject, as parts of the whole, to a non-reversible process of variation, in some cases develop, when considered separately, through a reversible process. A considerable group of economic elements, such as, on the one hand, prices, rates of interest, and wages, and on the other hand, percentages of unemployment and business failures, exhibit processes of reversible, wave-like variations. At the same time, still other elements, such as population, the volume of production and trade, and the amount of capital, develop by a *complex* process of variation, in which there are at least two principal currents of change. The first of these currents is their general **trend of development**; the second is the **velocity** or rate of development. [...] The difference in the nature of the variations in the different economic elements is extremely important, since only by taking it into account is one enabled completely to understand the characteristics of economic dynamics. The economic evolution as a whole must doubtless be considered as a **single and indivisible process**, the acceptance of the classification of economic processes and elements here suggested is absolutely necessary for the purpose of scientific analysis of economic realities. The investigator may indeed find it expedient to concentrate his attention on one of the two forms of process; yet, when dealing with (say) reversible processes, he must always bear in mind the existence and the influence of non-reversible processes; and *vice versa* (KONDRATIEFF, 1925, p. 583 – grifos nossos)”.

Na construção teórica proposta por Kondratieff os ciclos da conjuntura que estudou referem-se “*somente para as condições da sociedade capitalista*”. Não obstante, estes mesmos ciclos longos da conjuntura apenas expressam parte da totalidade da dinâmica capitalista e, por sua vez, a “*dinâmica capitalista não está restringida aos ciclos longos de conjuntura*”: “*a dinâmica da economia capitalista também se manifesta nos processos de caráter evolutivo*”. (KONDRATIEFF, [2008?], p. 107- Tradução nossa). Por conseguinte, quais seriam então os limites conceituais e correlações entre a dinâmica da economia capitalista, vista como um processo de caráter evolutivo, e os ciclos longos da conjuntura capitalista? Kondratieff não responde à indagação, mas entende que:

“[...] traté de establecer una división entre el proceso de desarrollo, que poseen una cierta dirección, y los procesos de carácter fluctuante y conyuntural, que no manifiestan ninguna dirección definida. En tercer lugar, debo también estipular que en esta conferencia dejé de lado en absoluto la correlación entre los dos tipos de procesos señalados. Esto no significa que piense que los procesos de desarrollo van por un lado y los de fluctuaciones por otro, que ambos se dan en la realidad aparte e independientemente. Mi concepción es otra. El proceso de la dinámica real es uno. Pero éste no es recto, ni se presenta como una línea simple ascendente. Por el contrario, se desarrolla desigualmente, a saltos, con fluctuaciones. (KONDRATIEFF, [2008?], p 107-108)”.

Ou seja, entende que os ciclos fazem parte da unidade da dinâmica capitalista, mas que esta não se restringe aos ciclos e nem tampouco é reta e linear. O processo da dinâmica é *uno*, mas não linear, por isso os *ciclos* são parte da dinâmica capitalista. A indagação que Kondratieff não aprofunda, é explorada por outros autores nos debates que

se seguiram à publicação dos *Ciclos Largos de la Conyuntura Económica* e mesmo neste texto em questão, ou melhor, mesmo ao explicitar os ciclos e discorrer sobre sua natureza, Kondratieff tange a conexão dos dois tipos de processo ao adentrar nas considerações denominou de caráter “*histórico-descriptivo*”: ciclos de conjuntura e desenvolvimento capitalista.

Quando Kondratieff publicou sua pesquisa, como ele mesmo resgata, havia já uma literatura dedicada ao estudo de ciclos menores denominados de *ciclos industriais capitalistas* e que haviam sido confirmados por diversos autores¹⁴⁰ com uma periodicidade de 7-11 anos. Nestes estudos a compreensão fundamental destes ciclos industriais passava obrigatoriamente pelo estudo das crises (KONDRATEIFF, [2008?]). Observava-se e comprovava-se então que as crises eram periódicas e que nos períodos anteriores e posteriores à eclosão das crises a economia capitalista vivenciava fases de auge e depressão respectivamente. “[...] *Por cuanto más avanzó el estudio de las crisis periódicas del capitalismo, tanto más se tornó evidente que la crisis es sólo una fase del ciclo capitalista completo*” (KONDRATIEFF [2008?], p.109). Destarte, continua, auge, crise e depressão são as fases dos ciclos econômicos no capitalismo e “*só se entende a crise*”, diz Kondratieff, “*pelo estudo de todas as fases do ciclo*”. Ele afirma que como as grandes crises são mais fáceis de serem observadas e até mesmo sentidas, confeririam ponto de referência nas investigações visando identificar os ciclos longos da conjuntura, que, como os menores, também são compostos de mais duas fases: auge (Fase A) e depressão/contração (Fase B). Mas como identificar o ciclo longo da conjuntura?

Ora, os fatos coincidentes ou opostos num mesmo momento dizem respeito a determinadas categorias econômicas que irão, a partir dos seus movimentos, expressar se há tendência durável na coincidência e como esta aparece no tempo, sua duração. Estas categorias por sua vez são identificáveis dentro mesmo da lógica econômica quando da compreensão das causalidades a partir de certas ‘leis’ econômicas que dão inteligibilidade aos movimentos de expansão (auge) e contração (depressão) econômica. Tomando como exemplificação as mesmas variáveis utilizadas por Kondratieff - preços, taxa de juros, salário nominal, comércio exterior e produção física - nas fases de auge, caso existente a tendência de conjuntura de longa duração, todas estas variáveis tendem a aumentar. E, nas fases de depressão, caso existente a tendência de conjuntura de longa duração, todas

¹⁴⁰ Karl Marx, Rodbertus e Juglar (Idem).

as variáveis tendem a abaixar num mesmo momento ou período de tempo. Além disso, a sincronização conjuntural deve ser identificada para diversos países¹⁴¹.

A concomitância na variabilidade “inter-relacional”, expressando regularidades e direções que podem ser reversíveis, rememorando as definições anteriores sobre os fenômenos dinâmicos, onde se observam mudanças relativas nos, dos e entre os elementos no tempo, sendo que conformam uma inteligibilidade intrínseca direcionada, emerge como grande questão analítica. Como Kondratieff considera também que fenômeno estático serve de referência lógica a partir de um estado de equilíbrio fixo onde deveriam agir determinadas leis constantes entre as variáveis consideradas, dá-se que esta “conjuntura da vida econômica” mostra o movimento no tempo da atuação dessas referências estáticas, mas sendo em suas recíprocas mudanças também dinâmicas e evolutivas, sendo importante também, como posto anteriormente, entender a estática e a dinâmica na observância da influência de aspectos econômicos ou extra-econômicos, onde há, sim para ele, uma correspondência.

No caso da pesquisa de Kondratieff os países estudados foram Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos dentro do período posterior à Revolução Industrial, já que na sociedade capitalista. Outra preocupação metodológica era entender que há dados de caráter “nominal” e dados de caráter “real” na observação “*del volumen y escala de la vida económica de la sociedad*” (KONDRATIEFF, [2008?], p.114). Há dados, portanto, que não apresentam nenhuma *tendência secular cíclica*, os nominais, enquanto há outros que sim, estando estes últimos então “*relacionados orgánicamente a um aumento geral do volume e escala da vida econômica da sociedade*” (Idem, p. 114). Consequentemente, estes dados acusam

“tendências em una dirección determinada, como regla, tendencias de crecimiento. Pertenecen a este grupo: a) algunos elementos de carácter puramente nominal, por ejemplo, el interés, el salario, los depósitos bancarios, etc.; b) elementos de carácter mixto, es decir, sometidos a la influencia de las variaciones, tanto de factores nominales como físicos, por ejemplo, el volumen del comercio exterior expresado en valores y, finalmente, c) elementos físicos puros, como datos sobre la producción de distintas ramas de la industria, así como del consumo de determinadas mercancías. [...] Ante todo, y siempre que la naturaleza del fenómeno lo permitía, las magnitudes anuales de estas series fueron divididas entre la cantidad de habitantes del país. [...] con la división de las magnitudes anuales de la serie entre el número de habitantes, antes que nada se tenía en mente aproximarse a la determinación de las curvas que

¹⁴¹ Esta última consideração faz jus, por exemplo, com a própria definição de economia-mundo de Fernand Braudel, pois também afirma que a sincronização conjuntural da variação dos preços (não sua igualdade, o que é bem diferente) é um indicativo da unidade da economia-mundo capitalista.

representan el crecimiento real de la economía. (KONDRATIEFF, [2008?], p. 114-115).

Pois bem, o ciclo e suas fases de tendência seculares específicas, por lógica expressas nessas variáveis, portanto, somente existem se confirmados em sua perspectiva real, podendo ser variáveis nominais, mas que reflitam o pulsar da atividade econômica em volume e escala, estando entre si orgânica e conjunturalmente relacionadas.

Em “*La curva de desenvolvimiento capitalista*”, Trotsky aponta como deve o materialismo dialético analisar os achados de Kondratieff e critica o termo “ciclo” pelo excessivo apelo, infundado segundo ele, à regularidade matemática. Traz à discussão a relação propriamente entre economia e política, assim como entre as alterações da superestrutura capitalista e o funcionamento interno do capitalismo, colocando as guerras e as revoluções como propulsoras do caráter das ondas, apesar de tomar como internas ao funcionamento do capitalismo as causas para os ciclos menores (ciclos industriais, ver nota de rodapé).

“A recorrência periódica de ciclos menores está condicionada pela dinâmica interna das forças capitalistas, e se manifesta por si mesma sempre e em todas as partes uma vez que o mercado tem surgido à existência. Pelo que se refere às fases longas (de cinquenta anos) da tendência da evolução capitalista, para as quais o professor Kondratiev sugere, infundadamente, o uso do termo ‘ciclos’, devemos destacar que o caráter e duração estão determinados, não pela dinâmica interna da economia capitalista, senão pelas condições externas que constituem a estrutura da evolução capitalista. A aquisição para o capitalismo de novos países e continentes, o descobrimento de novos recursos naturais e, no despertar destes, fatos maiores de ordem ‘superestrutural’ tais como guerras e revoluções, determinam o caráter e a resituação das épocas ascendentes estancadas ou declinantes do desenvolvimento capitalista. Ao lado de que rumos deveria proceder a investigação? (TROTSKY, [1923] 1999)”.

Apesar de não negar a existência dos ‘ciclos’, Trotsky rechaça o caráter endógeno ou interno dos ciclos econômicos (os de 50 anos especificamente como pode ser observado na citação) no desenvolvimento do capitalismo. Segundo Day (1979, p. 219), em seu artigo Trotsky entende a superestrutura de forma autônoma e externa e, por esse motivo, seria ilógico pensar numa “periodicidade automática”. Apesar de maiores, segundo Trotsky os Kondratieff seriam um fenômeno “derivado”. Na leitura de Trotsky os efeitos internos dos ciclos industriais menores é que impulsionam alterações na superestrutura, porém demorariam certo tempo para manifestar-se, e, quando se manifestam, alteram a trajetória dos ciclos menores, dando, portanto, assim, forma aos ciclos de Kondratieff, não existiria, portanto, um ciclo longo “autônomo”. Porém, como pondera Day, em seu diagrama da “curva de desenvolvimiento capitalista” refere-se, em sobreposição os ondas de Kondratieff, reconhecendo-as no tempo ao menos, de épocas e períodos históricos que tem expressão na linha de tendência secular (DAY, 1979).

Contudo, Kondratieff não ignora o âmbito da superestrutura e, inclusive, segundo Ramirez, sua construção teórica dá conta inclusive do conceito de Imperialismo, tendo ele mesmo apontado para este *insight*, pois percebe e atesta que nas fases expansivas o aumento da competição por matérias-primas e mercados eleva a propensão bélica entre os grandes centros capitalistas. Ademais, através do que chama de “*análise histórico-descritiva*”, apresenta “*quatro regularidades empíricas*” sobrepostas aos ciclos, as mesmas que Trotsky defende serem causas dos ciclos, ao passo em que Kondratieff defende que são efeitos dos ciclos.

“Estas regularidades ayudarán ahora a orientarnos críticamente com respecto a las objeciones citadas. [...] Las guerras y revoluciones, de igual manera, no pueden carecer de una influencia muy profunda en el curso del desarrollo económico. Pero las guerras y revoluciones no caen del cielo ni nacen por actos arbitrarios de algunas personas. Surgen del suelo de las condiciones reales y sobre todo económicas. Si creyéramos que las guerras y revoluciones son sacudidas accesorias, que producen las ondas largas de la dinámica económica, entonces, debido a qué circunstancias ellas mismas se disponen en manchas, seriadas en periodos determinados y precisamente el los periodos de ondas ascendentes de los ciclos largos, como fue señalado arriba? Parece mucho más verosímil admitir que también las conmociones sociales surgen de manera más fácil precisamente en el periodo de empuje impetuoso de las nuevas fuerzas económicas. De esta manera, también las guerras y las conmociones sociales forman parte del proceso rítmico de desarrollo y resultan no las fuerzas originales de este desarrollo, sino la forma de su manifestación. Pero una vez habiendo surgido, ellas, claro está, a su vez ejercen una influencia poderosa, a veces perturbadora, en el ritmo y dirección de la dinámica económica (KONDRATIEFF, [2008?], p. 149-150)”.

Mas quais seriam essas regularidades? Segundo Kondratieff estão associadas às técnicas, condições da circulação monetária, emergência de novos países, guerras e revoluções (convulsões sociais), em suma, com a história. Os períodos que antecedem as fases de expansão apresentam aumento na *intensidade* de criação de novas técnicas e tecnologias, são “lapsos” de criação antes do começo da ascensão. Ele também aponta que anteriormente antecedem-se mudanças no âmbito monetário ou de novas fronteiras geográficas, como a influência de novos países. É importante salientar que o parâmetro da *intensidade* implica reconhecer que não é que as inovações não são passíveis de ocorrer em outros momentos do ciclo, mas que “*es indudable que los câmbios señalados en mayor o menor grado se realizan ininterrumpidamente y se les puede observar en el transcurso de toda la historia del capitalismo. Sin embargo, al parecer ellos transcurren desigualmente y aparecen con mayor intensidad*” (KONDRATIEFF, [2008?], p. 132).

Kondratieff demonstra que entre 1764 a 1795, anos antes da fase de ascensão do primeiro ciclo de Kondratieff (ver tabela 2 abaixo) houve intensa criação de novas técnicas que culminaram na primeira revolução industrial, assim como a emergência do papel econômico dos EUA, já independente e finda a guerra de secessão. Da mesma

forma, afirma que precederem a Fase A do segundo ciclo diversas invenções, todas ao longo da fase depressiva do primeiro ciclo (o que é uma característica também), tendo segundo seu compilado emergido ao todo 19 invenções¹⁴² que abriram as portas à segunda revolução industrial. Ademais, paralelamente a estes processos foram se montando as condições para o padrão-ouro e verdadeira revolução nos transportes e comunicação:

“De esta manera, es posible deducir de los datos arriba citados la existencia de la siguiente regularidad empírica: en el curso de, aproximadamente, dos decenios antes del inicio de una onda ascendente de un ciclo largo se observa una animación en la esfera de las invenciones técnicas. Antes de y durante el mismo inicio de una ola ascendente se observa una amplia aplicación de estas invenciones en la esfera de la práctica industrial, vinculada con la reorganización de las relaciones de producción. El comienzo de los ciclos largos habitualmente coincide con la ampliación de la órbita de las relaciones económicas mundiales. Al inicio de los dos últimos ciclos le preceden, finalmente, modificaciones serias en la extracción de metales preciosos y en la circulación monetaria (KONDRATIEFF, [1920] 2008, p. 136-137)”.

Kondratieff I: Fase A – 1790 > 1810/1817 \ Fase B – 1810/1817 > 1844-1851
Kondratieff II: Fase A – 1844/1855 > 1870/1875 \ Fase B – 1870/1875 > 1890-1896
Kondratieff III: Fase A – 1891/1896 > 1914/1920 \ Fase B – 1914/1920 >

Quadro 1: Periodização dos Ciclos de Kondratieff conforme datas de início e término das respectivas fases A e B. Fonte: Elaboração a partir da periodização-esquemática original de Kondratieff, [2008?], p. 129-130.

Ele explica que as invenções técnicas e descobrimentos científicos têm, em parte, sim um lado fortuito e humano, todavia, a aplicação econômica generalizada e os

¹⁴² “Al comienzo de la onda ascendente del segundo ciclo largo lo precede igualmente una serie de invenciones técnicas de la mayor importancia. Entre ellas es posible señalar: el perfeccionamiento considerable de la locomotora de vapor (1824), la invención de la turbina (1824-1827), el comienzo de la utilización del cemento Portland (1824), el comienzo de la extracción del salitre chileno (1830), la creación de la máquina segadora (1831), la construcción del primer automóvil (1831), el descubrimiento de la inducción (Faraday, 1832), el descubrimiento del electrotipo (Yacobi, 1833), la invención de la lancha eléctrica (1834), la invención del telégrafo electromagnético (1832), el telégrafo Morse (1837), la construcción del primer vapor a hélice (1836), la invención de los hornos calcinadores que operan con gas como fuerza motriz (1838), la invención de la bomba a vapor (1840), del martillo (1838), la invención de la prensa rotativa (1846), la introducción del proceso de perforación con corriente constante del agua a alta presión (1846), la invención de la máquina de coser (1847), el tendido de cable (1848) (KONDRATIEFF, [1920] 2008, p. 133)”. Para o terceiro ciclo K: “el dínamo de corriente continua de Gramme (1870), la bomba neumática de Sprengel (1875), la máquina para la obtención de amoníaco (1875), la taladradora (1875), el motor a gas (1876), la transmisión eléctrica de corriente continua (1877), el teléfono eléctrico (1877), el método Thomas de producción de acero (1878), el freno de aire de Westinghouse (1879), la locomotora eléctrica Siemens (1878), el descubrimiento del ácido hidrazoico (1880), el ferrocarril eléctrico (1880), la soldadura eléctrica y la forja 91881-1889), el tranvía eléctrico (1881), los transformadores (1882), la pólvora sin humo (1884), el primer dirigible con éxito de Renard y Krebs (1884), los motores de gasolina (1885), el montacargas eléctrico (1887), la transmisión eléctrica de corriente alterna (1891), la fundición eléctrica (1892), el telégrafo sin hilos (1892), el motor Diesel (1893), los aeroplanos (a partir de 1895), los motores de vapor en tándem, etcétera (KONDRATIEFF, [1920], p. 135)”.

paralelos aperfeiçoamentos dependem de condições reais, mais amplas, advindas da energia emanada dos ciclos longos. Resume assim este primeiro achado:

“De esta manera, es posible deducir de los datos arriba citados la existência de la siguiente regularidade empírica: em el curso de, aproximadamente, dos decênios antes del inicio de uma onda ascendente de un ciclo largo se observa uma animación em la esfera de las invenciones técnicas. Antes de y durante el mismo inicio de una ola ascendente se observa um amplia aplicación de estas invenciones em la esfera de la práctica industrial, vinculada com la reorganización de las relaciones de producción. El comienzo de los ciclos largos habitualmente coincide con la ampliación de la órbita de las relaciones económicas mundiales. Al inicio de los dos últimos ciclos le preceden, finalmente, modificaciones serias em la extracción de metales preciosos y en la circulación monetária (KONDRATIEFF, [2008?], p. 136-137)”

Como segunda regularidade empírica aponta que as guerras e revoluções são catapultadas pelas pressões competitivas por mercados e matérias-primas em decorrência das fases de expansão econômica, por isso, afirma que as convulsões sociais ocorrem com mais intensidade nas primeiras fases dos ciclos longos, de ascensão, e a incorporação de novos territórios obedece à mesma lógica, é a pressão econômica dos momentos de expansão que aumenta a necessidade de exploração geográfica. O compilado apresentado por Kondratieff sobre as evidências desta intensidade estão resumidos na tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Frequência quantitativa de Guerras, Revoluções e Convulsões Sociais para cada Fase dos Ciclos de Kondratieff.

Ciclos e Fases	Guerras, Revoluções – Convulsões Sociais.
Fase A	18
Fase B	5
Fase A	18
Fase B	4
Fase A	22
Fase B	-

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do texto do autor (KONDRATIEFF, [2008?], p. 137-140).

Como terceira regularidade empírica considera os movimentos da agricultura em face das fases dos ciclos, onde as fases B apresentam para a agricultura um período de “depressão prolongada”. Por último, ainda por meio do parâmetro da intensidade, observa como quarta regularidade empírica que a duração das fases de auge e declínio dos ciclos menores e, ao todo, dentro do ciclo mesmo de Kondratieff, são tanto maiores a depender se, no momento em que ocorrem, a tendência secular é expansiva ou depressiva.

Predominam anos de expansão se em uma fase A de Kondratieff e predominam anos de contração se em uma fase B:

Tabela 3: Frequência quantitativa dos números de anos contidos nas respectivas fases dos ciclos de Kondratieff

Períodos	Números de anos Auge	Números de Anos Depressão
Onda depressiva 1822-1843	9	12
Onda expansiva 1843-1874	21	10
Onda depressiva 1874-1895	6	15
Onda expansiva 1895-1912	15	4

Fonte: “Cuadro 4” (KONDRATIEFF, [2008?], p. 146).

Se todos estes fenômenos ou eventos são “efeitos” (p. 148) e manifestações dos ciclos, quais são, afinal, suas causas, qual a origem de sua força propulsora dentro da dinâmica interna do capitalismo? (KONDRATIEFF, [2008?], p. 156). Segundo Kondratieff a causa básica destas flutuações conjunturais é a *tendência ao equilíbrio*, sendo a *regularidade* dos ciclos oriunda da dinâmica *interna* do capitalismo que sempre tende a retornar ao equilíbrio. Portanto, neste sentido, os ciclos têm causas *endógenas*.

Para que haja tendência ao equilíbrio é preciso que haja duas coisas: fatores de alteração do equilíbrio e equilíbrio dinâmico. Segundo Yakovets, Nikolai Kondratieff alinhavou os ciclos longos ao entendimento dos conceitos de *estática, dinâmica e sócio-genética* (YAKOVETS, [S.d] p. 29-30): Entendimento das regularidades no movimento evolutivo do processo econômico, das relações de hierarquia e causalidade estáticas entre as categorias econômicas nesta regularidade, mas em nível dinâmico, isto é, no tempo, e em função das condições de mercado e conjuntura, traduzidos num equilíbrio dinâmico, cujo traço genético (o que confere sentido ou razão para o aspecto endógeno) é a reversibilidade periódica.

“Economic reality is transitive and fluctuating. ‘A theory of statics is **incapable of elucidating changes in the hierarchy of economic elements and in the mechanism governing the course of these changes**. This is why it is both awarding and necessary to look into, apart from those of the statics, the aspects of the dynamics in economic life, i.e. make it thinkable in terms of variation process’ (4. P. 44). Dynamics theory regards economic facts as under the change of economic elements and their correlations, seeking to establish regularities in the changes themselves (Ibid. p. 55). [...] Economic process as a whole appears as an irreversible process of transition from one stage or step towards another.’ (Ibid. p. 62). **However**, there is a group of economic elements, primarily of those possessed of a value, which exhibits wave-like and reversible changes. The growth rate ‘draws a wave-like curve and is essentially a reversible process’. (Ibid. p. 63) It is with reversible processes that Kondratieff associated his concept of *conjuncture* (market condition). He identified economic conjuncture as a direction and extent of variations, as

taken against the previous period, in the aggregate elements of the national economy. (Ibid. p. 70) (YAKOVETS, p. 21-22)” [...] the truth is that ‘there is always the conflict of causes in reality. The first group of causes works to balance out tendencies present in a system of economic elements, while the other either breaks these tendencies, creating a new starting position for the emerging of new balance-oriented tendencies, or curtails attempts to attain a balance.’ (Ibid. p. 319). In its research in equilibrium, statics does not investigate a field of phenomena whose economic essence is the **negation**¹⁴³, or breaking, of equilibrium, such as crises. (Ibid.p. 334). This is the subject matter of the dynamics, a more advanced structure of the theory.” (YAKOVETS, p 21)” [...] Account for **genetic regularities** and causation would significantly upgrade a forecast, but so far this goal has not been reached in the modern strategy and practice of socio-economic prognostication (YAKOVETS, [S.d] p.23 – grifos nossos)”

Ao apontar *regularidades empíricas* Kondratieff tinha em mente que estas eram evidências do contorno dos ciclos no tempo e na história em conjunto sobrepostas às flutuações conjunturais de determinadas variáveis econômicas. Essas regularidades não seriam as causas dos ciclos, mas sim efeitos da dinâmica inerente ao capitalismo, a qual seria oriunda das transformações na estrutura de oferta e demanda, capitaneadas pela criação, troca e ampliação das reservas de bens de capital. O ímpeto transformador do que chamou de “equilíbrio de terceira ordem” é interno ao capitalismo. Sabe-se que “*os elementos da economia capitalista nunca se encontram em estado de equilíbrio ideal*”, mas as evidências de flutuações conjunturais ondulatórias que ora sobem ora abaixam indicam que o sistema tem uma tendência ao equilíbrio quando sofre choques em sua estrutura produtiva. Assim, por um lado, as flutuações são evidências da não existência de um equilíbrio ideal ou estático e das flutuações “*análogas, segundo a opinião generalizada*”, que existem “*entre o preço de mercado e o preço de produção (preço normal, natural) e entre a taxa de lucro individual e médio, etcetera*”. Por outro lado, a característica “sobe e desce”, concomitantemente, é evidência de uma tendência ao equilíbrio que se materializa no tempo. São a saída e o retorno tendencial ao equilíbrio. E esta materialização no tempo depende concretamente da envergadura da alteração da base material devido ao desgaste, troca e ampliação dos bens básicos de capital. Chega a essa conclusão apoiando-se em Marx e na precisa definição de bens básicos de capital que dentre os demais tipos de bens possuem maior envergadura de tempo e capital a ser gasto, desviando assim o equilíbrio acima (Fase A) no longo prazo.

¹⁴³ “Statics has been the subject matter of numerous economic schools. Among these are mercantilism, physiocrats, classicists, the Austrian school of ultimate use, mathematical school, and marginalists. Marxism and historical school were the only ones to arise the problems of dynamics. ‘In fact, Marxism offers a whole system of static theory. Yet this theory is not singled out; instead it is bound up organically in the Marxist exposition with the dynamics theory. That it was Marxist school that brought forward the theory of economic dynamics is its most valuable and amazing feature.’ (Ibid. p. 339) (YAKOVETS, [S.d] p. 20).

“Claro está, entre estos grupos de mercancías y bienes no se puede establecer fronteras fijas y exactas, esto es indudable. Pero lo es también que tales grupos, aunque con fronteras elásticas, existen y Marx afirmó, que la base material de las crisis que se repiten periódicamente cada década (los ciclos medios) la constituyen el desgaste material, el cambio y la ampliación de la masa de instrumentos de producción en forma de máquinas que sirven en promedio 10 años; **entonces** es posible suponer que la base material de los ciclos largos es el desgaste, cambio y ampliación de los bienes básicos de capital, que requieren un tiempo prolongado y enormes gastos para su producción. *El cambio y la ampliación del fondo de estos bienes tiene lugar no suavemente, sino en sacudidas, otra de las expresiones de lo cual son las ondas de la conyuntura.* El período de construcción intensiva de estos bienes básicos de capital es el período de **ascenso**, el período de **desviación** del nivel real de los elementos económicos hacia **arriba** del nivel real existente de equilibrio (del tercer orden, según el esquema citado), es un período de ascenso prolongado de la conyuntura, aunque interrumpido por fluctuaciones de más corta duración. El período de calma en su construcción es, por el contrario, el período de movimiento del nivel real de los elementos económicos hacia el nivel de equilibrio y más debajo de él. Subrayemos sin embargo, otra vez, que en el proceso de desarrollo del ciclo, el propio nivel de equilibrio que cambia, pasa a otro escalón, como regla más alto. De esta manera, los ciclos largos de la conyuntura son procesos de desviaciones del nivel real de los elementos del sistema capitalista con respecto al nivel de equilibrio (de tercer grado, y puede ser más alto) de este sistema; procesos en el transcurso de los cuales **cambia el propio nivel de equilibrio**. [...] De las observaciones preliminares anteriores queda claro que la onda ascendente del ciclo largo está relacionada con la renovación y ampliación de los bienes básicos de capital, con **modificaciones radicales** y un reagrupamiento de las fuerzas productivas básicas de la sociedad (KONDRATIEFF, [2008?], p. 161-162)”.

Neste sentido, o radicalismo da transformação explica, em sentido bastante claro, o porquê de os ciclos de Kondratieff serem em si correspondentes a períodos históricos (RAMÍREZ, [S.d]). Mas como se reproduz e se sustenta no tempo a tendência secular inerente à natureza dos ciclos como tal? Como se dá a correlação entre os elementos econômicos para sustentar longos períodos de tendência secular à expansão, depois crise, depois sustentar a tendência secular de longo prazo à contração e depois novamente expansão, crise e assim sucessivamente, e isso tudo numa fração de tempo, 40 a 60 anos, cuja amplitude varia, segundo afirma Kondratieff, em apenas no máximo 25%? É aí que propõe um “modelo teórico de desenvolvimento das fases dos ciclos” por meio do qual fica mais clara a dinâmica endógena e os efeitos ou regularidades empíricas.

Devido a envergadura de tempo e capital gasta indeclinavelmente em função da radical transformação da base material nas fases expansivas do ciclo, determinados “pré-requisitos” são necessário para que comece uma fase A: acumulação de capital em “dimensões consideráveis” (física e monetariamente); acumulação contínua e superior à curva de investimentos; “concentração de capitais à disposição dos poderosos centros empresariais”, contribuindo para tanto o sistema de crédito e da bolsa de valores e; relativa abundância de capital livre e a “barateza” dele (KONDRATIEFF, [2008?], p. 162-163).

As inovações técnicas são necessárias do ponto de vista da radicalidade do processo, mas não são condições suficientes e exclusivas para transformar em realidade a potencialidade de seu conteúdo. Somente quando há capital acumulado, contínuo, concentrado, livre e barato chega o momento em que o investimento é rentável para efetivamente aplicar as inovações técnicas no âmbito dos bens básicos de capital e assim provocar alterações radicais e cumulativas nas condições de produção e, vis, demanda, i.e., nível de equilíbrio do sistema, “refletindo em todo sistema da vida econômica” (KONDRATIEFF, [2008?] p.164).

A explicação de Kondratieff é a de que tornando-se rentável começa a implantação ampliada da nova estrutura técnica e a revolução nas forças produtivas, acelera a atividade econômica em cadeia. Em consequência do aumento dos investimentos na renovação dos bens de capital básicos e do aumento geral da atividade econômica daí desencadeado, aumenta a procura por novos mercados e matérias-primas, intensificando a *causa belli* (Idem, p. 164), logo, como regularidade os próprios conflitos armados, assim como entre as classes e grupos devido à nova configuração adjacente à expansão em processo, culminando numa elevação das convulsões sociais.

Adiante no tempo, continua sua explicação, os efeitos deletérios dessas duas regularidades, “consumo improdutivo” (guerra) e sua destruição física, bem como a correlação entre aumento da demanda por investimento e elevação do custo de capital (aumento dos juros) deterioram as condições vantajosas ao capital. Paralelamente ao aumentar a demanda por capital, este entra na lógica de encarecimento e, o que antes era um movimento conjuntural de expansão, passa a inverter-se. Ao adentrar na tendência inversa, Fase B, são fomentadas forças para contornar o encarecimento do capital, nova técnicas, por exemplo, e, por isso, são, como regularidade, mais numerosas durante as fases depressivas. A taxa de juros passa também a ser influenciada, sendo detida a tendência de elevação, posteriormente caindo ao cair a demanda por investimento face à oferta, aumenta a acumulação do capital bancário, comercial e industrial (Idem, 166). Esta mesma acumulação criará as condições que farão com que novamente surjam as condições ao capital para nova expansão num novo ciclo.

“De esta manera, a medida que se desarrolla la tendencia descendente comienza a actuar cada vez con más fuerza los factores que refuerzan su ahorro y acumulación. La curva del ritmo de acumulación supera cada vez más considerablemente a la curva de su inversión. El capital se abarata. [...] De esta manera, nos aproximamos nuevamente al punto del cual partimos al construir el modelo del ciclo. [...] El modelo construido muestra que la dinámica de los ciclos largos posee una **regularidad interna**. Por ello, hablando estrictamente, no podemos considerar a uno u otro estabón de este

ciclo la causa de todo el ciclo. Podemos decir sólo que el ritmo de los ciclos largos é sum reflejo del ritmo en el proceso de ampliación de los bienes de capital básicos de la sociedad. Pero este proceso de ampliación es rítmico no porque le sea inherente metafísicamente tal ritmicidad, sino porque, está vinculado al proceso de acumulación e inversión de capital y al transcurrir en las condiciones concretas de la sociedad capitalista, debido a concatenación de los elementos analizada anteriormente, no puede transcurrir ininterrumpidamente con uno y el mismo ritmo (KONDRATIEFF, [2008?], p. 167-168)”.

Pois vinculado ao processo de acumulação e investimento próprios da economia capitalista a ampliação dos bens de capital leva, regularmente, a um *turning point*, mas Kondratieff enfatiza que cada ciclo ocorre em diferentes contextos históricos concretos e em níveis diferentes das forças produtivas, não sendo mera “repetição simples. “*Conservando os princípios da organização capitalista da economia*”, cada fase gesta as condições para a passagem à fase posterior e assim respectiva e regularmente (KONDRATIEFF, [2008?], p. 169 – tradução nossa).

O elo entre o capitalismo, sua lógica interna e seu desenvolvimento histórico pode, segundo Kondratieff, portanto, ser entendido e comprovado pela regularidade dos ciclos longos, pelas flutuações de conjuntura intrínsecas em torno a um equilíbrio¹⁴⁴, mas nunca ideal. Da mesma forma os ciclos somente podem ser entendidos por este elo. Muito embora reconhecidas as flutuações conjunturais tal como apresentadas empírica e cronologicamente por Kondratieff, há profundas divergências, a despeito do reconhecimento do fenômeno, quando se trata de determinar sua correlação com a dinâmica do capitalismo, precisamente se as causas são endógenas ou exógenas e; a relação com a “superestrutura” em última instância, sua correlação com a história do desenvolvimento capitalista. Logo, haveriam duas dimensões que se interconectam: a natureza e origem endógena ou exógena das causas dos ciclos de Kondratieff, tendo como referência o sistema capitalista; e, segunda, as divisões do tempo histórico a partir desta perspectiva¹⁴⁵.

3.3. Léon Trotsky¹⁴⁶

No texto em que cita Kondratieff, “*La curva del desarrollo capitalista*” (1923), Léon Trotsky sustenta a verificação analítica de ser insuficiente qualquer tipo de interpretação puramente econômica acabada da história, segundo ele, pois, conforme

¹⁴⁴ O parâmetro e a concepção do conceito de equilíbrio na explicação dos ciclos é angular, no entanto como o propósito desta seção é resgatar outros aspectos dos Ciclos de Kondratieff, a discussão sobre a questão do equilíbrio será retomada em outro momento.

¹⁴⁵ Há ainda outra questão diretamente ligada a primeira que diz respeito ao papel da tendência ao equilíbrio.

¹⁴⁶ Não se quer entrar em nenhuma controvérsia, nem tomar partido nas rivalidades entre Trotskistas e Leninistas. O objetivo não é este.

Engels (p. 87), a política em sua “manifestação superior” é igualmente determinante, especialmente na esfera da “superestrutura” que segue às lutas de classes, ou seja, propriamente a economia política, suas, entre economia e política, imbricações, “separações”, determinismos e influências mútuas seriam as dimensões de análise histórica. Então, as “irrupções ideológicas” dos interesses burgueses, o Imperialismo, o fascismo ou a causa revolucionária precisam ser colocados frente aos impulsos da economia, às oscilações da conjuntura econômica, em junção, os “impulsos” da economia sobre a política:

“Estos impulsos representaban la forma dialéctica de las tareas que se originan en la función dinámica y son transmitidas para buscar solución a la esfera de la superestructura. Las oscilaciones de la coyuntura económica (auge-depresión-crisis) conforman las causas y efectos de impulsos periódicos que dan surgimiento a cambios, ora cuantitativos, ora cualitativos y a nuevas formaciones en el campo político. Las rentas de las clases poseedoras, el presupuesto del Estado, los salarios, el desempleo, la magnitud del comercio exterior, etc., están íntimamente ligados con la coyuntura económica y, a su vez, ejercen la más directa influencia sobre la política. Estos hechos son suficientes para entender lo importante y fructífero que es seguir, paso a paso, la historia de los partidos políticos, las instituciones estatales, etc, en relación con los ciclos del desarrollo capitalista. No queremos decir que estos ciclos lo expliquen todo; debemos rechazar este razonamiento por la sencilla razón de que los ciclos mismos no son fenómenos económicos fundamentales, sino derivados. Los ciclos se producen sobre la base del desarrollo de las fuerzas productivas a través del mecanismo de las relaciones de mercado. Pero explican *una buena parte*, formando, como a través de impulsos automáticos, un indispensable resorte dialéctico en la mecánica de la sociedad capitalista. Los puntos de ruptura de la coyuntura comercial e industrial nos llevan a un contacto mucho más íntimo con los nudos críticos de la trama del desarrollo de las tendencias políticas, la legislación, y todas las formas de la ideología (TROTSKY, 1923, p. 88)”.

Temos em sucinta explicação nesta citação o aspecto mais dialético relacionado aos ciclos econômicos, e em especial para nossa análise, o aspecto ideológico do tempo-espaço cíclico-ideológico. Os reveses da transição de um período da curva do desenvolvimento capitalista a outro - nome especificamente dado por Trotsky no lugar de ciclo, denominação segundo ele equivocada, pois o fenômeno não seria “simetricamente estilizado” – revelam o aspecto dialético da história.

Assim, a “*curva*” do desenvolvimento capitalista, e não ciclo do desenvolvimento capitalista, segundo Trotsky, mesmo em sua “fase” de expansão, poderia apresentar uma condição ou estado de “estancamento”, quando o auge e a crise da curva inteira são iguais em magnitude, ou seja compensando-se; numa condição de “avanço”, quando a fase de expansão posterior à crise a excede em magnitude, ou seja, superando-a e, finalmente, numa condição de “contração” quando a crise, posterior à expansão que a precedeu é maior que tal expansão, ou seja, quando a crise supera o ascenso (TROTSKY, 1923, p.

89). Para ele cada uma dessas “épocas” (estancamento, declínio/contração e avanço) possuiria formas diferentes na política, leis, filosofia e poesia, assim como “*una transición de una época de esta clase a otra diferente debe producir necesariamente grandes convulsiones en las relaciones entre clases y entre estados, estando as guerras e revoluções espalhadas pela linha de demarcação de uma a outra época*” (TROTSKY, 1923, p. 90).

Ainda sobre os ciclos menores defende que estes sim devem ser denominados de ciclos, pois possuem flutuações periódicas recorrentes bem recortadas e estão condicionados pela dinâmica interna das forças capitalistas e pelo mercado. No entanto, sustenta que, no que se refere às “ondas largas”, portanto, em razão da “superioridade” das dimensões políticas, sociais, bélicas, ideológicas etc, sua dinâmica não estaria condicionada pela dinâmica interna da economia capitalista, mas sim “*por las condiciones externas que constituyen la estructura de la evolución capitalista*” (TROTSKY, 1923, p. 91). Tais forças ou condições externas seriam a aquisição de novos países e continentes, o descobrimento de novos recursos naturais e feitos maiores superestruturais como guerras e revoluções:

“La recurrencia periódica de ciclos menores está condicionada por la dinámica interna de las fuerzas capitalistas, y se manifiesta por sí misma siempre y en todas partes una vez que aparece el mercado. Por lo que se refiere a las fases largas (de cincuenta años) en la tendencia de la evolución capitalista, para las cuales el profesor Kondratieff sugiere, infundadamente, el uso del término ‘ciclos’, debemos destacar que su carácter y duración está determinada no por la dinámica interna de la economía capitalista, sino por las condiciones externas que constituyen la estructura de la evolución capitalista. La adquisición para el capitalismo de nuevos países y continentes, el descubrimiento de nuevos recursos naturales y, en el despertar de éstos, hechos mayores de orden ‘superestructural’, tales como guerras y revoluciones, determinan el carácter y la sucesión de épocas ascendentes, estancadas o declinantes del desarrollo capitalista (TROTSKY, 1923, p. 91)”.

Para dar inteligibilidade e vislumbrar “*os subterrâneos dos impulsos econômicos na política e vice-versa*”, Trotsky aponta um método de pesquisa que seria basicamente ao longo da curva de desenvolvimento “descortinar” os “sucessos” políticos e eventos da vida social, para efetivamente “*comprender la esencia del marxismo que busca las causas de los cambios de la superestructura social em los cambios de la base económica, y em ningún otro lado*” (TROTSKY, 1923, p. 92). Por fim, neste sentido, aponta a importância do estudo sobre a curva capitalista e os aspectos concretos de seu desenvolvimento como igualmente importantes para a própria compreensão do materialismo histórico e orientação política da classe revolucionária (*Idem*, p. 93-94):

“Finalmente, el mero hábito de pensar em términos de las categorías propuestas facilitaria enormemente la orientación política em la presente

época, que hoy revela más abiertamente que nunca la conexión entre la economía capitalista, que há llegado a la cima de su saturación, con la política capitalista, que se ha transformado hasta ser completamente desenfreada (TROTSKY, 1923, p. 94)".

Mais uma vez, assim como no começo do texto, o autor propõe a natureza da curva como inerentemente econômica e política, compreendendo o objeto epistemológico e próprio da economia política num sentido mais amplo de compreensão do próprio marxismo e das tarefas e estratégias políticas.

Contudo, embora Trotsky tenha redigido esta crítica à Kondratieff, consideramos que Kondratieff não ignorou o que Trotsky identificou como causas externas, mas ao contrário deste último, ressaltou que esta externalidade, na verdade, é mais um efeito direto de dentro do ciclo (do que para Trotsky é a “curva”) e não sua causa. Seria este, talvez, o verdadeiro sentido de que da base econômica é que se desenvolve uma superestrutura política como um aspecto da longa duração em manifestação histórica (mas a via é de mão dupla). Kondratieff não negligenciou o social e o político, nem tampouco afirmou que cronologicamente o ciclo era perfeitamente estilizado, apenas identificou um ritmo cíclico de longo prazo do desenvolvimento capitalista partindo de variáveis reais, propriamente endógenos a sua lógica, buscando elaborar a inteligibilidade necessária para compreender o porquê, em meio às contradições capitalistas, há fases de expansão. Ademais, através do que chamou “análise histórico-descritiva”, Kondratieff tampouco negligenciou o desenvolvimento histórico-concreto.

Por sua vez, Trotsky não negou a existência destas ondas longas, mas também não as concebeu como endógenas, talvez porque um dos pontos da controvérsia fosse exatamente o fato de que na hipótese de endógena, a teorização de Kondratieff ameaçasse a justificativa revolucionária. Esta suposta ameaça, no entanto, é equivocada em sua concepção, já que, mesmo em expansão as contradições se mantem, por outro lado, se se assume uma natureza exógena às ondas longas isso significa que podem existir em outros sistemas econômicos e políticos. Ademais, Kondratieff também não subestimou a qualidade ou tendência Imperialista deste movimento endogenamente rítmico do desenvolvimento capitalista. Veremos que esta controvérsia teve em Ernest Mandel sua representação mais recente, buscando enfatizar que é possível combinar explicações exógenas e endógenas, como bem observou Richard Day (1979, p. 197): “*En su último libro, Late Capitalism, Mandel há llevado a cabo um esfuerzo sistemático para reconciliar las conclusiones de Kondratieff con la tradición marxista em general y con los puntos de vista de León Trotsky em particular*”.

Por último, algumas reflexões que gostaríamos de apenas levantar como problemáticas para se estabelecer uma externalidade pura: se as ondas longas da conjuntura econômica são derivadas de fatores externos, o que explica sua natureza periódica e historicamente comprovada? Quer dizer, se é derivada de fatores externos significa que seria, portanto, aleatória sua natureza, o que seria exatamente conflitante com o fato de ser periódica e historicamente comprovável. Mesmo que “derivada” externamente, e, em se inserindo tal externalidade nas esferas geográfica, social e política, a origem da periodicidade deveria então ser encontrada nestas esferas (geográfica, social e política), isto é, haveria alguma lei interna de desenvolvimento nestas esferas e que, por isso, refletir-se-iam nas oscilações da conjuntura econômica representadas pelas ondas longas?

3.4. Ernest Mandel

Em *Late Capitalism* Mandel faz críticas importantes à Nikolai Kondratieff, toma argumentos de Trotsky como crítica à Kondratieff, além disso confere devidos créditos a outros autores marxistas como Aleksander Parvus, Van Gelderen e De Wolff, buscando enfatizar o pioneirismo destes últimos sobre o assunto, além de apresentar criticamente outros autores como Dupriez e Schumpeter. Vejamos estas críticas e créditos primeiro, reservando a própria teorização de Ernest Mandel para o final da seção.

Ao adentrar nas críticas de Trotsky a Kondratieff, Mandel “endossa” os argumentos do primeiro. O aspecto central de seu endosso é o entendimento de que as ondas não são “monocausais”, que, segundo ele, teria sido o pecado original de Kondratieff, para quem, apesar de elaborar uma concatenação econômica e social em fatos históricos, ainda assim concebe apenas uma única causa explicativa, sendo o social e o político meros efeitos e não determinantes de igual importância. Mandel também cobre a controvérsia ao expor como a tendência à crise é endógena pelas contradições e distorções entre produção de mais-valia, realização de mais-valia e acumulação; ao expor como o superar da crise está atrelado à inovação ou revolução tecnológica que permite suspender a contradição da lei do valor sendo tal revolução parcialmente endógena e, por outro lado, exógena, pois dependente dos avanços científicos e também das correlações de forças políticas e sociais; e ao expor que, portanto, a expansão é duplamente endógena e exógena e a contração endógena. A correção da crise não é mecânica (*Long Waves in Capitalist development*, p. 38):

“That is why we cannot accept the criticism addressed to us (and to the Marxist theory of the long waves in general) that we eclectically try to combine exogenous and indigenous explanations of capitalist development (i.e., try to ‘combine Trotsky and Kondratieff’). There is nothing eclectic in the thesis that sudden long-term upsurges in the average rate of profit can be explained, in the last analysis, only through changes in the social environment in which capitalism operates and that once these upsurges have occurred, the inner contradictions of the capitalist mode of production come into their own and inexorably lead to new declines in the rate of profit, both on a conjunctural basis (the industrial cycle) and on a long-term basis. It is inevitable that a new long wave of stagnating trend must succeed a long wave of expansionist trend, unless, of course, one is ready to assume that capital has somehow discovered the trick of eliminating for a quarter of a century (if not for longer) the tendency of the average rate of profit to decline (MANDEL, 1995, p. 23)”.

Pode não ser mecânica, porém, o desenvolvimento oscilatório do capitalismo em ciclos compostos por fases de expansão, crise e contração, representa que para haver contração é necessário que haja expansão, para haver crise é necessário que haja expansão e para haver expansão, relativamente em comparação (para se poder identificar em gráfico cada uma destas fases), é necessário que haja crise e também contração. Agora, por outro lado, como bem salientou Trotsky o que ele denominou de curva poderia apresentar-se sob o estado de estancamento, declínio/contração ou avanço. Ou seja, mesmo que num movimento de expansão é possível que a economia capitalista não esteja historicamente em avanço. Mandel segue Marx em sua sustentação de que os ciclos industriais ocorrem num intervalo de 7 a 10 anos como produto da renovação do capital fixo, da rotação do capital, mas também percebe que estes ciclos menores são parte de um ciclo maior. Em “Capitalismo Tardio” traz em nota de rodapé uma menção a Kondratieff reconhecendo o fato de que este último identifica corretamente os requisitos para o *boom*, mas que não identifica o real motivo: a elevação da taxa de lucro dentro de sua contradição orgânica.

“Kondratieff also enumerated the preconditions which he thought were necessary for a sudden extension of capital accumulation. They were: ‘1. high intensity of savings activity; 2. A relatively abundant and cheap supply of loan capital; 3. Its accumulation in the hands of powerful enterprises and centres of finance; 4. A low level of commodity prices, stimulating savings activity and long term capital investment’. The weakness of this explanation is obvious: all these phenomena occur, precisely in phases of under – investment (e.g. between 1933 and 1938 in the USA) without this leading to rapid technological renewal. Kondratieff completely overlooked the strategically crucial role of the rate of profit (MANDEL, 1976, p. 114)”.

Se formos analisar com atenção o mecanismo dos ciclos mais curtos percebe-se uma similaridade com o mecanismo de Kondratieff: as variáveis se “unem” logicamente a partir da noção de abundância ou escassez de capital, influenciando os preços e os custos, principalmente o custo do capital, a taxa de juros. Essa similaridade, no entanto, para por aí, pois Kondratieff não era monetarista, preferindo um entendimento mais real da economia, em todo caso, nesta crítica em particular, Mandel não deixa de ter sua razão.

Aliás, o ‘conflito’ entre explicações monetaristas e materialistas deve ser posto em sua devida importância. Do ponto de vista do âmbito verdadeiramente material, do materialismo, dos aspectos físicos e estruturais da riqueza, de fato, o grande investimento em infraestrutura de larga envergadura, por sua própria natureza, como bem afirmou Kondratieff, desencadeia, na expansão, um movimento em cadeia do efeito multiplicador. Outra crítica feita por Mandel é a crítica do *deus ex machina*, endereçada tanto à Dupriez quanto à Schumpeter. A explicação psicológica e monetarista (*value of Money index*) e o papel fetichizado do empreendedor como causas são descoladas da materialidade.

“The decisive turning point in this whole schema is thus occasioned by a purely psychological factor – which, in exactly the same way as Schumpeter’s outstanding entrepreneurial personalities with a proclivity for epoch-making innovations, performs the role of an arbitrary *deus ex machina* in it (MANDEL, 1976, p. 143).

Fica evidente claro, que o protagonismo marxista é fundamental. Este protagonismo apareceu primeiro com Aleksander Parvus¹⁴⁷ para quem a peça chave da dinâmica das ondas longas era a “*extensão do mercado mundial a partir de mudanças em todas as áreas do capitalismo, principalmente tecnologia, moeda, colônias, comércio e mercado*” (MANDEL, p. 123 – Tradução nossa). O segundo nome associado às ondas longas seria o marxista holandês J. Van Gelderen e, de acordo com Mandel seus três artigos que abordam a questão das ondas longas no capitalismo representaram um avanço explicativo dentro da área, pois, além de ter apresentado fundamentação estatística para diversas variáveis monetárias, financeiras e reais, Gelderen considerou como peça chave não somente a extensão do mercado mundial, mas também a extensão da produção, entretanto, a crítica crucial que faz Mandel é de que mesmo assim sua explicação continha um caráter dual que o levou a pensar no papel excessivo da produção de ouro para viabilizar a capacidade expansiva por ele identificada:

“More than ten years were to pass before this fertile idea of Parvus – which had won the immediate praise of Kautsky – was taken up once more, this time by the Dutch marxista J. Van Gelderen. In 1913, under the pseudonym of J. Fedder, Van Gelderen published a series of three articles in the periodical of the Dutch ‘left’, *De Nieuwe Tijd*, in which, taking as his starting point the

¹⁴⁷ “He expressed this idea for the first time in an article which appeared in the *Sächsische Arbeiterzeitung* in 1896, and he further elaborated it in his 1901 brochure, *Die Handelskrise und die Gewerkschaften*. Basing himself on a well-known passage from Marx, Parvus used the notion of a *Sturm und Drang* period of capital to provide a conceptual framework for ‘long waves’ of expansion followed by long waves of ‘economic depression’. The determinant of this long-term wave movement was for Parvus the extension of the world market by changes which were ‘under way in all areas of the capitalist economy – in technology, the money market, trade, the colonies’ – and were lifting ‘the whole of world production onto a new and much more comprehensive basis’. He did not give statistical data in support of his thesis; and he committed grave errors in his periodization. Despite this, however, his sketch remains the brilliant attempt of a Marxist thinker possessed of a mind which was uncommonly acute, even if also undisciplined and inconsequent (MANDEL, *Late Capitalism*, p. 123)”. Obs: O *Sturm und Drang* foi um movimento literário alemão.

price rises everywhere discernible in the capitalist countries, he constructed a hypothesis of ‘long waves’ for the history of capitalism since the middle of the 19th century. These articles, which have received far too little attention in Marxist literature up till now, raised the whole problem onto a level which was qualitatively much higher than on which it had been placed by Parvus or Kautsky. Van Gelderen not only attempted to assemble empirical evidence for his thesis and to follow in detail the movement of prices, foreign trade, output and productive capacity in many spheres, as well as movements of the bank rate, capital accumulation and the foundation of business, and so on. He also tried to *explain* the long-term wave-movement of the capitalist mode of production, and in so doing he started out, in contrast to Parvus, not from the extension of the market, but from the extension of production: ‘The precondition for the genesis of a spring tide in the capitalist economy is an extension of production, whether spontaneous or gradual. This creates a demand for other products, indirectly always products of the industry making means of production, and raw materials. The nature of the demand generated by the extension of production...can take the following two main forms: 1. Through the reclamation of sparsely inhabited regions. In these areas agriculture or animal husbandry provide the population with export products with which to pay for the wares it needs. The latter are two kinds: mass-consumption goods, mostly manufactures, and materials for production: machines, elements for railways and other types of communication, building materials. The rise in prices which is the consequence of this demand spreads from one branch of production to another. 2. Through the quite sudden rise of a branch of production which is in a stronger position than was the case previously to satisfy a particular human need (automobile and electric industry). The effect of this is the same, on a smaller scale, as that of the first form. The conclusion that Van Gelderen drew from this analysis – independently of Kautsky, who formulated something similar at this time – was that an expanding ‘long wave’ is typically preceded by a major increase in gold production. Admittedly, his explanation suffered from a pronounced dualism, for ‘spring-tides’ were attributed either to the extension of the world market or to the development of new branches of production. Moreover, he failed to realize that the question of additional capital investments cannot be reduced to the production of money *material* (i.e., gold production) but constitutes a problem of the additional production and accumulation of *surplus-value*. One cannot demand of a pioneer, however, that he should straightaway provide satisfactory answers to all the aspects of a newly discovered complex of problems. For there can be no doubt that Van Gelderen’s work was of a pioneering kind. Of the further elaborations of the theory of ‘long waves’ in the 1920s and 1930s – from Kondratieff to Schumpeter and Dupriez – hardly one went beyond the ideas developed by Van Gelderen (MANDEL, 1976, p. 124-125)”.

Quando Day (1979) afirma que o trabalho de Mandel buscou reconciliar Kondratieff à tradição marxista, de fato temos em boa medida que ele mesmo se situa como uma das mais importantes contribuições no debate. Seu posicionamento defensor da proposição de Trotsky buscou efetivamente tentar corrigir a “inversão causa-efeito” e a monocausalidade da teorização de Kondratieff.

“Trotsky put forward two central arguments against Kondratieff’s thesis: first, that the analogy between ‘long waves’ and classical ‘cycles’ is false, i.e. that long waves are not possessed of the same ‘natural necessity’ as classical cycles. Second, that while classical cycles can be explained exclusively in terms of the internal dynamics of the capitalist mode of production, the explanation of long waves demands ‘a more concrete study of the capitalist curve and the interrelationship between the latter and all the aspects of social life’. In other words, Trotsky objected to a monocausal theory of ‘long waves’ constructed

by analogy with Marx's explanation of classical cycles by the renewal of fixed capital. These two criticisms – which were shared by many Soviet economists in the 1920s – can be fully endorsed. If we have defined the 'long waves' as long waves of accelerated and decelerated accumulation determined by long waves in the rise and decline of the rate of profit, then it is plain that this ascent and decline is not determined by one single factor but must be explained by a series of social changes, in which the factor listed by Trotsky play a major role (MANDEL, 1976, p. 129).

Mandel propõe que a onda longa é tanto endógena quanto exógena. Endógena ao promover a tendência à queda da taxa de lucro, provocando a crise e a entrada nas fases B e exógena na inflexão e condições que permitem reestabelecer um crescimento sustentado das taxas de lucro, tendo como implicação para a análise concreta dos ciclos/ondas o fato de que se, para Kondratieff as causas de Trotsky/Mandel são efeitos do cume de uma fase expansiva A, para os últimos estes efeitos são causas “exógenas”, são a política da economia por assim dizer.

Ademais, no que tange à contribuição de Schumpeter (que será abordada na próxima seção), mais especificamente sobre o papel das inovações, Mandel encaminha sua crítica enfatizando a inovação como elemento material da contratendência à queda da taxa de lucro (ponto chave da fase expansiva), por isso, internalizando seu fomento para dentro das leis de acumulação do capital no longo prazo e não como produto de um *deus ex machina*. Outro ponto central é que sua análise aborda as questões de classes, colocando-as como nevrálgicas. No sentido encaminhado por Mandel à questão, seria possível fazer uma analogia com a importância dada por Marx ao caráter duplo da natureza do trabalho contido na mercadoria, isto é, à natureza contraditória do próprio capitalismo¹⁴⁸ e das ondas longas, pois teriam um caráter duplamente endógeno e exógeno. Vejamos agora a teorização de Mandel.

Primeiro, para compreender sua hipótese multicausal e duplamente endógena-exógena, é importante ter em mente a onda longa dividida não somente em fases A e B como uma crise que as intercala bruscamente, mas como uma onda com terrenos de maturidade crítica onde se dá o início do declínio das taxas de lucro e um terreno, próximo do vale cíclico, de recuperação, revolução tecnológica, redução do custo do capital e, então, de ascensão à fase de prosperidade. A síntese transcrita de Martins nos ajuda a explicar melhor esta questão importante.

“Mandel estabelece um modelo de análise das ondas longas, situando a taxa de lucro como um de seus elementos centrais. A fase de ascensão da onda longa é determinada por inovações radicais que: desvalorizam substancialmente o capital fixo e o capital circulante (matérias-primas e insumos produtivos de baixo valor agregado); aumentam a taxa de mais-valia e, conseqüentemente, a

¹⁴⁸ Sobre tal problemática ver a tese de doutorado de João Machado Borges.

massa de mais-valia, ao reorganizarem o processo de trabalho; intensificam a rotação do capital; e derrubam as taxas de juros ao centralizarem capital e disponibilizarem crédito abundante. Entretanto, a partir de meados do desenvolvimento da fase expansiva da onda longa a taxa de lucro entra em trajetória declinante. Isso ocorre em razão da elevação da composição orgânica do capital, do emprego e da demanda por matérias-primas. A pressão sobre os custos aumenta a demanda por créditos e impulsiona as taxas de juros e a inflação. O resultado é uma intensificação das lutas de classes e da competição intercapitalista que, em aproximadamente dez anos, derruba a taxa de lucro para níveis de recessão. A fase recessiva da onda longa se caracteriza por uma primeira parte onde as taxas de juros permanecem elevadas e as lutas de classes intensificadas. Isso se deve à demanda de crédito para pagamento de dívidas e às resistências dos trabalhadores à racionalização e reorganização do processo de trabalho sob o comando do capital. Na segunda fase da recessão, o capital centraliza as finanças, derruba as taxas de juros e vence as resistências dos trabalhadores para introduzir inovações tecnológicas e racionalizar o processo de trabalho com inovações organizacionais. A fase recessiva geraria um subinvestimento crônico que, somado à centralização de capitais, à disponibilidade de novas tecnologias, às inovações organizacionais e à elevação da taxa de mais-valia, permite disponibilizar os recursos necessários para desenvolver outra onda longa expansiva (MARTINS, 2011, p. 94)”.

Em “*Long Waves of Capitalist Development*” (1995) Ernest Mandel agradece tanto a Andre Gunder Frank quanto a David Gordon (SSA), mas deixa claro seu posicionamento discordando com estes dois autores, já que estes consideram, segundo Mandel, que as ondas longas podem se dar por aspectos exclusivamente endógenos à economia capitalista. Para Mandel os ciclos industriais avançam em ciclos de 7-10 anos, com amplitude variável dependendo da onda maior de 20 a 25, que pode estar numa fase de expansão ou não. A ideia de onda fica mais clara se pensarmos que está vem em um movimento exponencial e logo começa a forma uma curva para baixar quando estoura a crise e o declínio à recessão. Analogamente, dado que os ciclos industriais são essencialmente a reposição do capital fixo, tendo a rotação e a reposição total uma duração de 7-10 anos, também poderíamos dizer que ciclicamente ou “ondulatoriamente” as taxas de lucro no capitalismo crescem até 20-25 anos e depois declinam, embora não mecanicamente¹⁴⁹. Mandel inclusive coloca seria possível que as taxas de lucros destes dois “ciclos” poderiam apresentar direções, desempenho ou tendências opostas, no sentido de que uma cresce e a outra está em sua fase de declínio, ao que enfaticamente responde que sim (MANDEL, 1995, p. 9)

A explicação desta limitação temporal das taxas de lucro, isto é, seu declínio tendencial está ancorado no aumento da composição orgânica do capital e nas

¹⁴⁹ Anwar Shaikh em diversos artigos demonstra teórica e empiricamente estes movimentos e os distingue da confusão de ainda poder haver em meio à queda da taxa de lucro um aumento da massa de lucro. Mandel também considera que há uma articulação entre os *business cycles* e as ondas longas (MANDEL, 1995, p. 21).

dificuldades de realização da mais-valia que afetam a correlação entre produção e acumulação de capital. Para Mandel a competição também “induz o curso cíclico do modo de produção capitalista” e as vantagens econômicas desencadeadas pela tecnologia em termos de valor dentro dos componentes do capital orgânico, na medida em que são generalizadas igualam-se ao custo médio. Aqui, a dinâmica é endógena, são as leis do valor no capitalismo que impulsionam as tendências. Por isso, Mandel afirma que a grande questão não é decifrar a fase B, mas sim decifrar a Fase A:

“We have already underlined the fact that to have such long-term increases in the growth of industrial output and investment coincide with stagnating or declining rates of profit is theoretically unteachable and empirically undemonstrable. So the real problem within the framework of Marxist economic analysis is the following: is it possible, with the conceptual tools of Marxist economic analysis to explain long-term upsurges in the average rate of profit at certain historical turning points, in spite of the cyclic downturn of that same rate of profit at the end of each industrial cycle and in spite of the secular decline pointing to the historical limit of the capitalist mode of production? (MANDEL, 1995, p. 9)”.

Mandel então faz a identificação de variáveis “parcialmente autônomas” no ‘sistema’ marxista alegando que as abstrações de Marx não são correlações mecânicas. Assim, explica que na expansão as forças de contratendência são mais fortes e sincrônicas, sendo que o porquê destas forças de contratendência serem mais fortes no *upsurge* deve ser encontrado em análises mais concretas da história (1995, p. 11-12), concluindo que os “fatores extraeconômicos” tem papel chave na abertura para as ondas longas expansivas, quando então são liberadas as forças endógenas do capitalismo ao colocar em marcha a “lei da tendência decrescente da taxa de lucro”. Destarte, seria possível pensar em um duplo caráter endógeno e exógeno das ondas longas a partir da lógica das taxas de juros. Como se sabe, entre as forças de contratendência estão a redução no valor das matérias-primas ou redução no valor do capital fixo; comércio exterior e redução dos salários.

Mandel afirma, por exemplo, que a derrota da classe trabalhadora internacional nos anos 1930/1940s, a redução dos preços das matérias-primas a partir de 1951, o advento e disseminação das telecomunicações, a corrida armamentista foram os gatilhos extraeconômicos que possibilitaram os ‘anos dourados’; em 1848 foi o aumento das fronteiras geográficas rumo à África, Ásia e Oriente Médio; em 1893 teria sido a diminuição do valor das matérias-primas e a revolução tecnológica com a eletricidade. Segundo Mandel, a identificação das fases de *upsurge* é melhor captada por dados da produção mundial industrial e das exportações mundiais (ver seção empírica adiante) e pelas taxas de lucro que, por serem de acesso mais difícil, podem ser refletidas nas taxas

de juros já que esta variável se movimenta, no longo prazo, apesar de momentos excepcionais durante crises, paralelamente próciclicamente às taxas de lucro.

Entre os possibilitadores dos fatores de contratendência principais está a inovação ou a “revolução tecnológica” que propicia burlar a lei contraditória do valor na acumulação capitalista, dando vazão ao processo de proletarização do trabalho científico (MANDEL, 1995, p. 30) e a transformação da ciência em arma capitalista como fatores objetivos e ideológico na superação da queda da taxa de lucro, mas, por outro lado, também afirma que só com um conjunto de fatores favoráveis irá permitir cumprir este papel¹⁵⁰. Para além desses fatores objetivos do capitalismo o seu sucesso depende também do fator “exógeno”, ou melhor, “relativamente autônomo” das lutas de classes. Seriam então os resultados das lutas de classes e as forças políticas em confronto e o estado dos conflitos Imperialista que decidem o ponto de reversão expansiva.

Entre a teorização de Mandel e de Schumpeter há convergência sobre a importância das inovações como causas das ondas cíclicas. As inovações não são causas na teoria de Kondratieff, são tidas como efeitos secundários. No artigo “*Long-Wave Research: new results, new departures- an introduction*”, Alfred Kleinknecht sugere uma combinação entre o processo marxista, o processo schumpeteriano e o processo da *Social Structure of Accumulation* como recurso de explicação das cadeias de causalidade dos processos na onda longa. Vejamos na próxima seção a teorização de Schumpeter enquanto fazemos considerações sobre esta combinação.

3.5. Joseph Schumpeter

Como afirma Carlos Eduardo Martins (2011, p.88), os principais argumentos de Kondratieff para se defender das críticas elaboradas por Trotsky e outros foram relacionadas ao fato de que as guerras, revoluções, invenções e inovações são mais elementos dependentes da onda longa, isto é, elementos que respondem aos impulsos dos ciclos que estabelecem um equilíbrio dinâmico de longo prazo no setor de grande envergadura durável que tem fortes influências na aceleração da capacidade de circulação e rotação do capital, os bens de capital infraestruturais e básicos¹⁵¹. Outro argumento

¹⁵⁰ As inovações somente serão compradas se custo for menor que a vantagem econômica da produtividade; há diminuição do custo total superior ao valor médio social.

¹⁵¹ “Kondratieff se defendeu das críticas de Trotsky, procurando afirmar a forte dependência dos fenômenos tecnológicos, geopolíticos e superestruturais ao ciclo econômico e suas fases. Ele menciona que os descobrimentos técnicos e científicos não são aleatórios e que as novas técnicas estão disponíveis muito

defensivo de Kondratieff, conforme expõe Day (1979, p. 217), é que o capitalismo segue sendo o capitalismo independentemente de o ciclo durar 7, 10, 25 ou 50(48)-60 anos, isto é, como se pode dizer que o capitalismo não é mais capitalismo (dependendo da duração do ciclo) e que mesmo assim o ciclo, supostamente externo, possa agir na periodização da própria história capitalista?

“Al atravesar las diferentes etapas, el capitalismo sigue siendo capitalismo, y conserva sus rasgos y particularidades básicos. De otra forma, cómo podrían esas etapas ser etapas del capitalismo? La ley del valor y los precios, las tendencias de la razón del beneficio y la producción, las oscilaciones conyunturales y las crisis se manifestarían con una u otra característica distintiva en las diferentes etapas, pero no sé que el marxismo ni ninguna otra doctrina económica haya afirmado que la ley del valor y los precios, o la ley del beneficio y de las fluctuaciones conyunturales sean absolutamente diferentes en las diferentes etapas del desarrollo capitalista de forma que impidan las generalizaciones. Asimismo, no sé de ninguna fisiología que asevere que las leyes de la circulación sanguínea y de la respiración sean absolutamente diferentes en las diferentes edades del organismo, no admitiendo generalizaciones (KONDRATIEFF, *Apud*, DAY, 1979, p. 217-218).

Em geral, as análises exógenas sofrem desta deficiência, muito embora continue plenamente correta a importância da política, o caso é que na verdade estamos falando de economia política e não se pode desvincular uma da outra. Como vimos, Mandel procurou superar essa deficiência de Trotsky. Neste esforço as inovações como estratégia à pressão da queda da taxa de lucro passam a ser angulares. Para Schumpeter, um economista não-marxista, o lucro terá também papel angular, mas submisso à externalidade das inovações, as quais para ele são o fenômeno absolutamente determinante no processo de desenvolvimento dos seus “*Business Cycles*”. Novamente conforme sintetiza Carlos Eduardo Martins:

“Geram para as firmas que as introduzem um *premiun*: o lucro. Schumpeter o viu como uma renda diferencial que não pode ser atribuída a nenhum fator de produção (capital, trabalho ou terra) por um processo de imputação de custos. O lucro desencadeia um processo de competição, fundado na busca por inovações, que provoca sua difusão e, por fim, implica a eliminação da renda diferencial e a volta ao equilíbrio (MARTINS, 2011, p. 91)”.

Nos pontos chave que destacamos na revisão da literatura elaborado por Goldstein (1988) a questão do equilíbrio aparece como ponto de partida haja vista a própria teorização original de Kondratieff, onde este indica ser a tendência ao equilíbrio, dado que se sai dele pelo motivo de inversão de capital de densa envergadura, a razão interna

antes de sua aplicação prática, cabendo sua incorporação à economia por razões ligadas ao funcionamento dos ciclos. O mesmo valeria para a incorporação de novos territórios, cuja descoberta precede largamente sua integração à economia mundial capitalista, como é o caso de Argentina, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. As guerras e revoluções também não são aleatórias e são vistas por Kondratiev como próprias dos períodos de ascensão. Elas correspondem às lutas por mercados e matérias-primas ou à projeção impetuosa das novas forças econômicas sobre estruturas obsoletas (MARTINS, 2011, p. 88)”.

ao processo cíclico e também está sujeito às correlações causais estático-dinâmicas entre as variáveis econômicas. Em convergência com o argumento da tendência ao equilíbrio, em *“Teoria do desenvolvimento econômico”* (1997) Schumpeter expõe detalhadamente argumentos a favor da teoria do valor-utilidade. Partindo da interpretação de que os fatores são remunerados de acordo com sua produtividade marginal e, portanto, os preços da utilidade marginal de cada mercadoria, para ele, no sistema econômico capitalista não haveria excesso de demanda nem de oferta se se considera um sistema em livre concorrência. Neste caso não haveria a possibilidade do lucro, já que os fatores são remunerados, segundo Schumpeter, de acordo e justamente com suas produtividades marginais (SCHUMPETER, 1997).

“[...] Indo além, segue-se que em geral nenhum valor excedente acima do valor dos bens de produção pode ser obtido na produção. [...] Assim, nenhum produto pode até aqui apresentar um valor excedente acima do valor dos serviços do trabalho e da terra nele contidos. Por isso, numa economia de trocas – no momento antecipamos um pouco – os preços de todos os produtos devem ser iguais aos preços dos serviços do trabalho e da natureza neles incorporados, em livre concorrência. Completamos seu cálculo ao incluir também nos custos o valor em dinheiro de seus esforços pessoais. Então os custos são em sua essência os totais dos preços dos serviços do trabalho e da natureza. E esses totais de preços devem sempre se igualar às receitas obtidas pelos produtos. Nessa medida, portanto, a produção deve fluir essencialmente sem lucro. É um paradoxo que o sistema econômico, em sua situação mais perfeita, deva operar sem lucro. [...] É claro que nossa asserção não significa que, se o sistema econômico estiver perfeitamente equilibrado, produz sem resultado, mas apenas que os resultados fluem inteiramente para os fatores produtivos originais. Assim como o valor é um sintoma de nossa pobreza, o lucro é um sintoma de imperfeição. [...] Não haverá uma taxa geral de lucro líquido no sentido de um excedente sobre os custos?” (SCHUMPETER, 1997, p. 45-46).

De modo que, se o lucro é um sintoma de “imperfeição”, como ele chega afirmar, é, portanto, causado por forças exógenas à natureza do sistema econômico em condições “normais”. A introdução do dinheiro na análise não modificaria este quadro, pois assume que sua função é meramente técnica (SCHUMPETER, 1997, p. 63). No capítulo II em que trata dos “fenômenos fundamentais do desenvolvimento econômico” afirma que este, o desenvolvimento econômico, é a saída da situação de equilíbrio, sua “perturbação”, alterando o equilíbrio previamente existente (SCHUMPETER, 1997, p. 75). A causa desta perturbação é a ação inovadora da figura empresarial no âmbito da inovação¹⁵² e possibilitada em larga escala pelo papel dos bancos e do crédito¹⁵³ que são, por sua vez, também externos: *“Sem o desenvolvimento não há nenhum lucro, sem o lucro, nenhum*

¹⁵² E por inovação Schumpeter assume tanto avanços tecnológicos e operacionais nos processos de produção e transporte, quanto a invenção de novas mercadorias ou novos setores.

¹⁵³ “[...] de outro modo tornaria o desenvolvimento extraordinariamente difícil, se não impossível, numa economia de trocas em que prevalece a propriedade privada.” (SCHUMPETER, 1997, p. 111).

desenvolvimento.” (SCHUMPETER, 1997, p. 150). A “corrente de causação” (SCHUMPETER, 1997, p.202) entre a inovação e os elos estabelecidos no sistema econômico fugindo do equilíbrio prévio se reflete nas flutuações econômicas. Para ele, ainda, só se pode falar em capitalismo a partir do momento em que se observam estas flutuações econômicas e, com elas, o desenvolvimento (SCHUMPETER, 1997, p. 203). O limite lógico entre as fases de expansão e declínio é determinado pela generalização da absorção das inovações e produtos, assim como pelo custo do capital, que paulatinamente vai revigorando a tendência ao equilíbrio com o declínio do lucro, o qual, por sua vez estimula a corrida por mais inovações.

Essa percepção de que as flutuações são descolamentos da condição de equilíbrio concomitantemente à presença de forças para que o sistema tenda novamente ao equilíbrio é, sem dúvida, um dos pontos de convergência entre Schumpeter e Kondratieff. Outra convergência importante é a noção de que os ciclos são parte da dinâmica capitalista. Por outro lado, as diferenças principais talvez sejam a de que enquanto para Kondratieff as inovações técnicas e científico-tecnológicas são efeitos, para Schumpeter são causas únicas das flutuações; da mesma forma, enquanto para Kondratieff a força chave é o sistema, para Schumpeter é o indivíduo (empresa) (GOLDSTEIN, 1988, p. 33). No entanto, quando Schumpeter escreve “*Capitalismo, Socialismo e Democracia*” (1961), lançando o conceito de “destruição criadora” e da pressão competitiva monopólica, já aí estaria conformado também um teor sistêmico mais presente na dinâmica do desenvolvimento econômico¹⁵⁴ ao imputar à monopolização como dimensão transformadora fundamental.

Referente à inovação e a teorização marxista, segundo Carlos Eduardo Martins, o enfoque neo-schumpeteriano pode ser combinado com a contribuição marxista:

“A literatura neo-schumpeteriana traz importantes aportes à análise das ondas longas. Enfatiza a relação entre os aspectos tecnológicos e organizacionais na explicação de seu desenvolvimento e aduz elementos que reforçam as teses de Kondratiev e de Schumpeter sobre a existência de ciclos ligados a bens de longa durabilidade. Desenvolve os conceitos de paradigma tecnológico, paradigma tecnoeconômico, sistemas tecnológicos e trajetórias tecnológicas, evidenciando a articulação sistêmica entre convergências tecnológicas e conjuntos de inovações radicais, secundárias e terciárias. De grande importância é a crítica que os neo-schumpeterianos fazem a autores como Mensch e Schmookler (Freeman et al., 1982). Ela mostra que o paradigma tecnológico que entrelaça e impulsiona as inovações de uma onda expansiva não é estabelecido durante o período longo recessivo, mas sim na fase final da onda expansiva anterior. Ele se desenvolve a partir de um conjunto de tecnologias que durante a vigência de um determinado paradigma apresentam

¹⁵⁴ Ainda salienta que devido às estratégias monopólicas, devido à rigidez relativa dos preços ocasionalmente pode afetar as inflexões de recuperação.

uma trajetória limitada, mas que ao convergirem criam um novo padrão tecnológico. A ferrovia, o aço barato, a linha de montagem e o *chip* microeletrônico foram introduzidos ao final da onda longa expansiva ou, no mais tardar, aos primeiros anos da recessiva. A razão para o atraso dessas aplicações tecnológicas é organizacional e gerencial. Para que o novo paradigma tecnológico se transforme num paradigma tecno-econômico é necessário um conjunto de inovações gerenciais e organizacionais em níveis empresariais, políticos, sociais e ideológicos que reduza os custos de produção e eleve a produtividade e as oportunidades de lucratividade, permitindo a aplicação massiva das novas tecnologias. Esse enfoque pode ser combinado com a contribuição marxista, de inclusão da taxa de lucro na análise das ondas longas, como reconhecem Freeman, Soete e Clark (1982) e Theotonio dos Santos (1993) (MARTINS, p. 94-95).

Por sua vez, esta “engenharia” social, empresarial, política e ideológica pode ser combinada criticamente à teorização do SSA (*Social Structure of Accumulation*), porém num sentido quase que inverso, isto é, para esta escola (e para a Teoria da Regulação) o fundamental não é a inovação tecnológica, mas sim a inovação no contrato social dos respectivos períodos, um contrato que permita periodicamente a superação das contradições capitalistas.

Em *Business Cycles*, devemos apresentar as principais teses de Schumpeter. Na entrada da obra inicia já delimitando o escopo do que é interno ao mecanismo da economia e quais são os fatores ou eventos externos em tese não explicados por ela, mas que a afetam, assim, guerras, revoluções, “rebeliões sociais”, “desastres naturais” e “legislação governamental” são todos exemplos de fatores externos. As inovações, a descoberta de ouro e de novos mercados, segundo ele, denotariam a internalização destes fatores no sistema econômico por sua capacidade de internalização na prática comercial, por isso entende novos mercados (conquista do mundo) como um tipo de inovação. Como já dissemos, para Schumpeter o lucro representa o processo de desenvolvimento porque permite à economia sair de seu equilíbrio estático da produtividade marginal, isto segundo sua visão. As inovações, por sua vez, são as causas do processo de desenvolvimento porque permitem, no intervalo de sua não-generalização, que o capital, através de uma diminuição individualizado do custo face aos concorrentes, remunere-se acima de sua produtividade marginal, dado que a receita marginal torna-se maior que o custo marginal; entretanto, como os efeitos das inovações tendem num primeiro momento a propagar multiplicadores na economia, caracterizando largos períodos de expansão, num segundo momento em razão desta expansão chega o momento de generalização destas inovações e a incapacidade destas de dar continuidade à expansão, a generalização gera então a relativa cessação do lucro, da diferença que antes imprimira. Por isso, o desenvolvimento capitalista está fadado a ser cíclico, mas tal qualidade cíclica teria uma manifestação de

“irregular regularidade das flutuações” (SCHUMPETER, *Business Cycles*, p.25), enfatizando que a análise puramente estatística dos ciclos estaria fadada ao fracasso, pois não se conseguiria confirmar uma regularidade perfeita, sendo necessário expô-lo em sua base histórica geral¹⁵⁵.

Este movimento cíclico, por sua vez, teria sua dinâmica relacional e causal entre as variáveis temporalmente perpassadas por *lags*¹⁵⁶, espaços de tempo entre as mudanças nas variáveis e seus efeitos sob outras variáveis e os efeitos destas em outras e reciprocamente, etc. Por isso, se projeta no tempo e, em sendo uma saída do equilíbrio, é um equilíbrio dinâmico traçado historicamente. Segundo ele as mudanças no tempo histórico são causadas por fatores externos (guerras, revoluções, rebeliões sociais, desastres naturais e legislação governamental, inclui também mudanças monetárias autônomas), por “adaptação” (movimento mesmo de resposta aos fatores externos) e “fatores internos” (internos ao sistema econômico: mudanças nos gostos/preferências, mudanças na quantidade e qualidade dos fatores de produção, mudanças nos métodos de oferta de mercadorias, mudanças nas funções de produção) (SCHUMPETER, 1939, p. 65-66). Porém, observa ainda que todas estas mudanças internas são desencadeadas pela ação dos produtores. Ainda, segundo Schumpeter, o mecanismo de poupança-investimento não pode ser o ponto de partida explicativo do desenvolvimento cíclico da economia capitalista, pois a origem da capacidade de poupar (excedente) vem posteriormente, é oriunda da inovação se se parte de um equilíbrio estacionário e perfeito.

“We now return to our argument. We do not, of course, exclude Saving and Accumulation from the internal factors making for economic change; for, unlike variations in population, they certainly are a purely economic phenomenon. But we do exclude them from the fundamental contour lines of our analytic model. This decision may well look strange. To many it may seem to exclude the very essence of the matter. A little reflection will, however, quickly dispel that impression. As soon as we realize the necessity of starting our analysis of economic change from a stationary state in perfect equilibrium, exclusion of savings as a major factor in bringing about that change follows logically, for whatever the definition of saving the reader adopts, it is clear that most of its sources, as well as most of the motives for it, would be absent in a stationary state. If we take up any of the familiar attempts at estimating statistically the amount of saving done in any country at any time, we see immediately that the bulk of it, whether done within the sphere of business or the sphere of households, flows from revenues or elements of revenues which would not exist at all in a stationary state, namely from profits, or from other

¹⁵⁵ “General history (social, political, and cultural), economic history, and more particularly industrial history are not only indispensable but really the most important contributors to the understanding of our problem. All other materials and methods, statistical and theoretical, are only subservient to them and worse than useless without it (SCHUMPETER, 1939, p. 20).

¹⁵⁶ A ideia dos *lags* é incorporada também em outros autores como Goldstein, sendo de extrema relevância para entendimento do ciclo no tempo evidentemente, além de importante instrumento de entendimento do ciclo com os aspectos políticos.

incomes created or swelled by previous economic change. As to motives, it is equally obvious that most of them arise out of situations incident to economic change. It does not matter now, whether we define the stationary state so rigorously as to exclude all saving or not. What matters is the fact that its quantitative importance would be exceedingly small if the economic process in any way approximated the equilibrium picture: saving would be a 'trickle' and by virtue of this fact alone could not give rise to any troubles. This is, in fact, the reason why 'primitive' countries find it so difficult to finance the beginnings of capitalist industry themselves. It follows that, if we included savings as a major factor initiating economic change, we would be including in our premises part of what we are attempting to explain. Hence, it seems advisable to construct a model which does not contain it among the fundamental constituents. But this we may hope to get much better insight into the nature and role of saving than if, trying prematurely to be realistic, we carried it with us from the start." (SCHUMPETER, 1939, p. 78-79).

É notável como Schumpeter desconsidera a história ao mesmo tempo em que a tem como imprescindível para a análise dos ciclos. A inovação confere a possibilidade do lucro e, com este, a poupança. A inovação é interna (ainda que externa num primeiro momento? Mas internalizada pela subjetividade e não objetividade), pois atuando nas condições econômicas de produção e consumo sob a ação do homem de negócios "ambicioso" no capitalismo¹⁵⁷. Não se pode confundir inovação com invenção, ou seja, não necessariamente uma invenção vira inovação, somente torna-se inovação no processo econômico geral sendo a inovação, entre outras coisas, uma alteração na forma da função de produção (SCHUMPETER, 1939, p. 82).

"But this not only limits us, at first blush at least, to the case in which the innovation consists in producing the same kind of product that had been produced before by the same kind of means of production that had been used before, but also raises more delicate questions therefore, we will simply define innovation as the setting up of a new production function. This covers the case of a new commodity, as well as those of a new form of organization such as a merger, of the opening up of new markets and so on. Recalling that production in the economic sense is nothing but combining productive services, we may express the same thing by saying that innovation combines factors in a new way, or that it consists in carrying out New Combinations, although, taken literally, the latter phrases would also include what we do not now mean to include – namely, those current adaptations of the coefficients of production which are part and parcel of the most ordinary run of economic routine within given production functions. For cases in which innovation is of the technological kind we could have defined it directly with reference to the so-called laws of physical returns. Analytically, our assumption is a device to bring within the reach of theory an important feature of capitalist reality in general and a material element in the causation of economic fluctuations. We visualize new production functions as intruding into the system through the action of new firms founded for the purpose, while the existing or old firms for a time work on as before, and then react adaptively to the new state of things under the pressure accurately describes the situations and struggles that we actually observe in surveying capitalist evolution, and in particular the nature of its disequilibria and fluctuations. It also describes that process of incessant rise and decay of firms and industries which is the central – though much neglected – fact about the capitalist machine." (SCHUMPETER, 1939, p. 92).

¹⁵⁷ Define capitalismo como propriedade privada, divisão do trabalho e livre-concorrência.

Para ele o ciclo é evidência do progresso e não o oposto, exatamente pelo papel da inovação e, em sendo este progresso inerentemente cíclico, suas fases são determinadas uma pela outra, a recessão é a reação da prosperidade, e chega inclusive a mencionar que prosperidade não necessariamente significa bem-estar e nem recessão necessariamente miséria¹⁵⁸ (SCHUMPETER, 1939, p. 144;147). Os ciclos maiores de conjuntura não excluem a realidade de ciclos menores (Kitchin, Juglar, Kuznets), são vários ciclos juntos e sobrepostos. Sobre subconsumo e superprodução não nega estes fenômenos, mas atribui mais ao próprio mecanismo que propõe, estruturalmente problemático. Não nega a importância dos movimentos cumulativos, como acelerador, multiplicador e ciclo vicioso, no entanto não os concebe como causadores e sim propagadores. Assim como, para ele, o argumento da reposição dos bens de produção é equivocado, já que, segundo ele, a maior parte do maquinário dura mais de um ciclo e o ímpeto para a reposição somente vigora na prosperidade, por outro lado cada tipo de indústria tem uma necessidade temporal de reposição. Por fim, é a natureza da inovação que determina o ritmo e o tempo do ciclo, em sua natureza histórica o esquema explicativo é também bastante institucional, não levando apenas em consideração as características do capitalismo (propriedade privada etc.), mas também suas instituições e espírito na medida em que percorrer os ciclos históricos e o aspecto revolucionário em si do capitalismo é desenvolvido em sua obra “*Capitalismo, Socialismo e Democracia*”.

Desta aparente aproximação das noções de equilíbrio de Schumpeter e Kondratieff, devemos interpor que para o primeiro o lucro não é mais valia, aspecto teórico determinante dos processos cíclicos, principalmente quando os temos em sua natureza múltipla, sistêmica e histórica¹⁵⁹.

¹⁵⁸ “Fourth, there is a point at which the Picture of the working o four model presentes features that seem to differ from widely accepted, though not unanimous, opinion. It does not give to prosperity and recession, relatively each other, the welfare connotations which public opinion attaches to them. Commonly, prosperity is associated with social well-being, and recession with a falling standard of life. In our picture they are not, and there is even an implication to the contrary. This is partly due to certain facts which have not been introduced as yet, and which to some extent justify popular opinion. But we do not wish that feature of our present picture to be lost. It contains an important truth. Prosperity in our sense is, in fact, very far from being synonymous with welfare – witness, for example, the ‘hungry forties.’. And times of prolonged ‘depression’ are very far from being synonymous with misery – witness, for example, the progress in the standard of life of the working classes, 1873-1897. Our model supplies the explanation of this, and we shall repeatedly have to insist upon it (SCHUMPETER, 1939, p. 147).

¹⁵⁹ “O lucro visto apenas como renda diferencial e não como fenômeno geral e estruturante do capitalismo. Por isso, atribui sua existência à ação de forças externas sobre a sociedade capitalista e não à sua lógica interna. O resultado é uma incapacidade de perceber as tendências seculares do capitalismo e os ciclos como parte de seu desenvolvimento. Os ciclos são vistos como situações particulares, ligadas à ação dos *clusters* de inovações. Entretanto, uma vez esgotados, não há garantia de uma retomada dos ciclos de inovações, pois não há instrumento teórico que permita essa postulação, já que o autor não endogeniza a

3.6. Ciclos de Kondratieff e Capitalismo

Conforme já colocado na primeira parte da tese, em “*The world economy: a millennial perspective*”, Angus Maddison apresenta uma quantidade considerável de dados que nos permitem observar o chamado fenômeno da “*grande divergência*”. Trata-se de uma clara bifurcação ou descolamento na capacidade de crescimento do produto *per capita* da Europa em relação ao Oriente, mais precisamente China, ou, em geral também, às demais regiões do planeta. Até o início desta bifurcação a desigualdade econômico-sistêmica era praticamente irrisória, sendo mais fortes nos parâmetros formativo-social e formativo-geográfico. Nota-se que a Europa Ocidental começa a se desconectar produtivamente de forma bastante clara e expressiva em relação às demais regiões durante o século XVI, no entanto, também é possível observar que há um tímido, porém identificável distanciamento ou começo dele antes do século XVI. Apresentamos estes marcos como marcos sobrepostos na longa duração dos tempospaços do Sistema Mundo Moderno Capitalista. Seriam então não somente como marcos, mas também prova do movimento de ascensão do capitalismo e assim dos ciclos de Kondratieff? Vejamos.

Com produtividade constante, a não ser por contextos climáticos ou qualquer outros, os preços seriam em tese mais estáveis, por conseguinte, e isso na hipótese de mercados conectados mesmo antes destes marcos “espaço-temporais”, a dinâmica de preços não se dava tanto pela produtividade, mas sim outros fatores. O mercado em si, diferentemente de uma economia planificada vai, de fato, sempre gerar movimentos de preços. Além do que, se em livre concorrência, prega a teoria econômica ortodoxa, haveria equilíbrio: *estado* que colocaria abaixo a tese de que os ciclos são caracterizados pelo desvio e tendência ao equilíbrio. Este *estado* seria o *estado estacionário*¹⁶⁰, pois pela teoria do equilíbrio geral de Walras, por exemplo, o único crescimento possível é o quantitativo (NAPOLEONI, 1979, p.31), sem possibilidade de alterações endógenas da técnica e, por consequência do desenvolvimento em última instância. Inclusive, afirma

mudança tecnológica no capitalismo. Essa percepção limitou o pensamento schumpeteriano e neo-schumpeteriano que conferiram ao conceito de paradigma tecnológico uma dimensão demasiadamente abrangente, apesar de sua enorme utilidade, não articulando-o à lei do valor como instância que o fundamenta e o explica historicamente (MARTINS, 2011., p. 92-93).

¹⁶⁰ “Efetivamente, uma economia em que a técnica de produção e as preferências dos consumidores sejam imutáveis está destinada a alcançar, mais cedo ou mais tarde, um estado estacionário, onde o único crescimento possível é o de natureza puramente quantitativa, que ocorreria em consequência dos eventuais aumentos da população. Este problema é um dos mais relevantes deixados como herança pela teoria do equilíbrio ao trabalho científico posterior (NAPOLEONI, 1979, p. 31)”.

Claudio Napoleoni, toda a construção da pesquisa de Schumpeter apresentou-se como resposta a limitação da teoria econômica de Walras em face desta específica dificuldade de explicar o fenômeno do desenvolvimento ou como explicar a ruptura do estado estacionário.

“Como tivemos ocasião de destacar, mais de uma vez, a teoria do equilíbrio econômico geral deixava em aberto uma questão essencial, qual seja a do desenvolvimento econômico: recordemos que nesta teoria se supõe que a técnica produtiva e as preferências dos consumidores são imutáveis. Em tais condições, o sistema não pode deixar de evoluir para um ‘estado estacionário’, no qual o único crescimento possível é um crescimento puramente quantitativo em consequência do incremento eventual da população e também da disponibilidade de trabalho. [...] O primeiro ponto que se deve ter em mente para expor o pensamento de Schumpeter é que ele assume o equilíbrio walrasiano como ponto de partida para a sua teoria do desenvolvimento. Por um lado, ele sustenta que o sistema de Walras pe indispensável para trazer à luz as relações fundamentais que têm lugar em um sistema econômico e, por outro, que não é possível compreender o processo do desenvolvimento se não se puser em evidência de que modo nasce este processo através da ruptura do equilíbrio estacionário (NAPOLEONI, 1979, p. 49-50)”.

As oscilações inerentes aos ciclos longos podem ser consideradas sim como prova da ausência de um equilíbrio perfeito e estático, cada subida refletindo uma espécie de déficit de estoque e/ou expectativa do passado e cada descida excessos. Neste último raciocínio estaria implícita a tese da superprodução crônica do capitalismo aliada à contratendência das inovações e da superexploração. Em outro sentido pode-se ler que a elevação da produtividade do trabalho e da lucratividade do capital, portanto, é vital para a saída do estado estacionário e, também, do lucro empresarial-capitalista (ou mesmo Imperialista se se preferir) estando dadas as condições médias de produção. Neste sentido, os dados apresentados pelo estudo de Maddison trazem a evidência de que até certo ponto na história havia “certo *estado estacionário*”, a renda *per capita* ou como pode ser entendida como aumento das condições de consumo material, maior produto por habitante, ou seja, para além de efeitos meramente monetários, elevação da produtividade, dá um salto na Europa a partir de 1500 e nos demais continentes a partir do século XIX¹⁶¹.

Em “*Adam Smith em Pequim*” Giovanni Arrighi (2008) toma seriamente esta drástica inflexão histórica mostrando como não se pode entender mercado com desenvolvimento capitalista e nem o desenvolvimento capitalista como efeito do mercado. Então que ao invés de trabalhar como a limitação de um “*estado estacionário*”, concebe até o marco desta ruptura a “*armadilha do equilíbrio de alto nível*” e afirma que

¹⁶¹ Está visão é claro não se restringe a uma capacidade intrínseca à Europa, mas antes, como ainda será adiante aprofundado, numa situação específica da Europa dentro da dinâmica das relações econômicas entre centro-periferia.

a questão a ser esclarecida é porque a Europa conseguiu romper esta armadilha (ARRIGHI, 2008, p. 41). A *Grande Divergência* é em si também marco de transição de um sistema com produtividade relativamente homogênea para um sistema em que, mesmo como posteriormente teorizou Raul Prebisch (1947), os ganhos de produtividade são desigualmente apropriados. Em sentido claro, ao explicar a polarização como especificidade do capitalismo decorrente da operação da lei do valor em escala mundial, Samir Amin adverte explicitamente que:

“[...] a lei do valor é sozinha responsável pela constituição de um único antinomismo operando doravante em escala global (um centro ainda que composto de centros nacionais historicamente constituídos como tais – e periferias, todas elas economicamente dependentes desse centro), gerando uma diferenciação crescente de época em época, entre o centro e as periferias, durante toda a história dos cinco séculos do capitalismo e para todo o horizonte visível ou imaginável no quadro de suas leis imanentes. Não há nada de comparável ao *equilíbrio* relativo durável (por dois mil anos!) entre as regiões centrais chaves da época tributária (AMIN, 2006, p. 38)”.

Ainda na mesma obra em questão salienta Samir Amin que, conforme certamente apontado por Arrighi: “*a troca desigual revela apenas a ponta do iceberg: a troca apóia-se sobre produtos nos quais estão cristalizados trabalho cuja remuneração é mais desigual do que a diferença das produtividades o sugira*” (AMIN, 2006, p. 75). Além disso, uma coisa são flutuações aleatórias e outra coisa são flutuações conjunturais com periodicidade, ou seja, com lógica. Assim, o que é possível admitir é que, por exemplo, se puderem ser identificados ciclos anteriores ao capitalismo, seriam regidos pela lógica do sistema em questão à época. E, caso os ciclos de Kondratieff sejam identificáveis num tempo cada vez mais longínquo significa que ele mesmo é que dita a dinâmica sistêmica ou que ele é a dinâmica sistêmica, o que passa a ser um mistério e campo de pesquisa ainda mais necessário e insuficientemente decifrado. Na atual conjuntura o capitalismo atingiu seu ápice em termos de generalização de suas categorias econômicas definidoras, isto é seu Zênite ou “Pureza” – Estado (Sistema Interestatal), DIT (Relações Capitalistas com base na lei do valor entre centro-periferia e semiperiferia); Trabalho Assalariado e propriedade privada burguesa; e “premissas neoliberais” institucionalizadas no atual ciclos sistêmico - somente durante o século XX, o que, possivelmente, terá consequências importantes para a própria dinâmica dos ciclos de Kondratieff e suas implicações políticas e sociais.

Ademais, o problema da ruptura é, em última instância, um problema oriundo da clivagem teórico-analítica entre modo de produção e superestrutura, a qual é superada pelas análises do Sistema-Mundo, pois ao se referir do projeto epistemológico de Wallerstein do Capitalismo Histórico, de acordo com Carlos Eduardo Martins:

“A constituição do capitalismo como força dominante, vocacionada à mundialização, precederia, portanto, o surgimento de seu modo de produção específico. Para sua conversão em força dominante seria necessária a emergência do moderno sistema mundial. Ele se caracteriza pela conformação de um sistema interestatal articulado por uma economia-mundo que o atravessa mediante fluxos de capitais e mercadorias. Cria-se uma assimetria espacial entre a política e a economia que configura uma assimetria de poder entre essas duas instâncias. A política se torna geograficamente delimitada pela circunscrição do exercício da soberania a territórios e populações determinados. A economia, inversamente, pela sua capacidade de mover-se mundialmente, mediante a competição entre diversos atores privados por lucros, pode condicionar as políticas estatais, submetendo-as a seus objetivos. A criação dessa **superestrutura** – ou *andar superior*, na terminologia de Braudel – garante a articulação privilegiada do capital com o Estado, que o utiliza para garantir sua reprodução e expansão (MARTINS, 2011, p. 29 – grifos nossos).

Por tal viés crítico, supõe-se que, por exemplo, mudanças na superestrutura do capitalismo podem influenciar a estrutura “molecular de acumulação” (conceito de HARVEY e ver ARRIGHI, 2008), sendo que esta última, por sua vez, influencia na dinâmica dos ciclos de Kondratieff e, retroalimentando a dinâmica interativa, influencia mudanças na superestrutura. No âmago o capitalismo faz parte de uma configuração específica de hierarquia, monopólio e economia social que culmina num padrão também específico de acumulação de poder e de riqueza.

No longo prazo, ainda que caibam mais e mais rodadas expansivas de acumulação do sistema capitalista, esta estaria inevitavelmente inserida numa tendência secular de constantes contradições no âmbito do crescimento e desenvolvimento enquanto conceitos qualitativamente distintos do de acumulação. Nesta tese defende-se que a natureza dos ciclos de Kondratieff é *sistêmica* e implica entrelaçar dialeticamente a abstração econômica do modo de produção capitalista e a concretude da história, isto é, o capitalismo também como formação econômico-social¹⁶² e como conceito que engloba também a política, numa superação do problema relacionado à natureza *ou* endógena *ou* exógena dos ciclos de Kondratieff. A natureza dos Ciclos de Kondratieff é múltipla, nunca exclusiva a si mesma ou totalmente submissa. Nem tampouco pode ser vista como baseada num recorte cronológico perfeito.

Como já dito o debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo também foi permeado por este questionamento, se impulsionado por determinantes externos ou internos. O fato é que na realidade somente se compreende a transição, assim como os ciclos longos de Kondratieff, ou mesmo as tendências seculares maiores, novamente, tendo como foco a *unidade sistêmica e os tempospaços*. O próprio alcance do conceito

¹⁶² É um raciocínio similar ao da compreensão do desenvolvimento capitalista tipicamente periférico e da própria acumulação primitiva. Na realidade estão conectados.

sistêmico deve ser manejado não somente em amplitude e profundidade como também de modo de produção e formação econômica-social, completando o sentido da natureza múltipla, nunca exclusiva a si mesma ou totalmente submissa, captando a noção de história como transformação, mesmo contendo inteligibilidade cíclica. E, ponto mais explosivo, as crises representam reestruturações, elos entre um tempo e outro:

“They mark the beginning of a process of destructureation: one coherent world system which has developed at a leisurely pace is going into or completing its decline, while another system is being born amid much hesitation and delay (BRAUDEL, c1984, p. 85)”.

Elos estes que liberam forças de transformação. Para Wallerstein o termo crise deveria ser reservado para épocas de tensão dramática que são mais do que uma conjuntura e que marcam um ponto de viragem em estruturas de *longue durée*. Não deveria ser “degradado” até converter-se em mero sinônimo de mudança cíclica. O termo crise, para Wallerstein, descreveria raros momentos históricos em que “*os mecanismos habituais de compensação interiores a um sistema social se revelam tão ineficazes do ponto de vista de tantos atores sociais que começa a produzir-se importante reestruturação da economia e política*”.

Então que novamente indaga-se: são efetivamente as teorias sobre os ciclos de Kondratieff mutua e logicamente excludentes entre si? Suas diferenças, pontuadas de acordo com causas etc., tal como brevemente colocadas na revisão da literatura, mutuamente se excluem, isto é, se uma estiver “certa”, estaria outra automática e logicamente “errada”? Tendo em vista esta proposta de entendimento *sistêmico*, a resposta é não, não são mutuamente excludentes. Analogamente, como já dissemos na primeira parte, estas três datas apontadas para a ruptura também não são mutuamente excludentes. A proposição de Immanuel Wallerstein em seu segundo Livro sobre o ‘Sistema Mundo Moderno’ resume esta ideia ao condicionar a definição de capitalismo não somente a um modo de produção em abstrato, mas a um sistema social em movimento.

“The answer requires a definition of capitalism as a social system, as a mode of production, and, indeed, as a civilization as well. As we choose our dates, so we choose **scale of similarities and differences**. The argument of this book is that the modern-world system took the form of a capitalist world-economy that had its genesis in Europe in the long sixteenth century and that involved the *transformation* of a particular redistributive or tributary mode of production, that of feudal Europe (Braudel’s ‘economic *Ancien Régime*’) into a qualitatively different social system. Since that time, the capitalist world-economy has (a) geographically expanded to cover the entire globe; (b) manifested a cyclical pattern of expansion and contraction (Simiand’s phases A and B) and shifting geographical locations of economic roles (the rise and fall of hegemonies, the movements up and down of particular core, peripheral, and semiperipheral zones); and (c) undergone a process of secular

transformation, including technological advance, industrialization, proletarianization, and the emergence of structured political resistance to the system itself – a transformation that is still going on today (WALLERSTEIN, 1974b, p.7-8 – grifos nossos).

A entrada de Mackinder no “*Geographical Pivot of History*” é genial ao exprimir o alcance expansivo quando diz que a “*Era Colombiana*” acaba em 1900 quando “*nenhuma parte territorial do mundo é desconhecida e não foi dominada*”. Da mesma maneira, ou analogamente, os elementos abstratos que caracterizam o capitalismo teoricamente enquanto modo de produção, como o trabalho assalariado dissociado da propriedade dos meios de produção direto, por exemplo, tornaram-se generalizados e o neoliberalismo como proposição sistematizada de instituições e ações específicas veio como superestrutura ideológica-institucional com imensa influência sobre a dinâmica dos ciclos de Kondratieff e vice-versa. Primeiramente, tendo já exposto estas considerações sobre a temporalidade dos ciclos de Kondratieff face ao marco de nascimento do capitalismo buscando apontar o caráter sistêmico do desenvolvimento de ambos e situá-los de alguma maneira em torno à questão do *equilíbrio* é imprescindível esclarecer a afirmação de que as teorias sobre os ciclos de Kondratieff tal como organizadas na introdução e problematização não são mutuamente excludentes, pois as ondas longas, ou precisamente os ciclos de Kondratieff, tem uma natureza múltipla, sistêmica e histórica.

3.7. Ciclos de Kondratieff: uma natureza múltipla, sistêmica e histórica.

J.J. Van Duijn defende uma interpretação híbrida onde investimento e inovações têm papel fulcral. Gaston Imbert, Modelsky e Goldstein igualmente defendem interpretações híbridas. Há outras formas de classificação para as explicações dos ciclos, por exemplo, as teorias sub-consumistas; teorias psicológicas dos ciclos; teorias políticas dos ciclos e teorias monetárias (DUIJN, 1983, p. 7) ou ainda, conforme Duijn, no que se trata da literatura pré-grandes guerras, as categorias explicativas variam cada uma enfatizando fatores monetários, as próprias guerras, as inovações, bens de capital, reinvestimento e desequilíbrio no mercado de alimentos e matérias primas (Idem, p. 68). Esta observação permite considerar a possibilidade de uma conexão inseparável entre variáveis e contextos políticos, econômicos e sociais que são, na realidade, de fato, sistêmicos e múltiplos conferindo totalidade ao objeto em questão numa dimensão/realidade total. Somente através deste viés é possível superar o debate sobre interno/externo ou endógeno/exógeno, clivagem que somente obscurece a compreensão

dos fatos, além de culminar epistemologicamente numa clivagem indesejada, a clivagem entre a economia e a política, que Marx tanto tentou combater intelectualmente. Da mesma maneira, deve-se tomar cuidado para não cair também num ecletismo “não-dialético”.

Os economistas pioneiros no estudo e identificação das ondas longas foram reconhecidamente marxistas, Parvus, Van Gelderen, De Wolff¹⁶³ e o próprio Kondratieff; além de seus críticos que também eram marxistas como Oparin e Trotsky. O fato de Kondratieff ter sido criticado por seus contemporâneos também marxistas já foi ressaltado e seu motivo, a abordagem perigosamente “apologética” do capitalismo, por atribuir forças internas às expansões, acabou por influenciar as leituras mais atuais tendo Ernest Mandel como principal referência defendendo a causalidade exógena (no caso de Mandel para as entradas expansivas das ondas), tal como havia feito Trotsky. Curiosamente então seria “parecida” com a percepção, por exemplo, de Joseph Schumpeter sobre a origem exógena dos ciclos, ainda que por causas diferentes.

Como integrar tantas interpretações e como extrair a natureza sistêmica, múltipla e total que se quer extrair das ondas longas? Pretende-se que este esforço seja alcançável tomando-se em nota que: (i) do ponto de vista lógico não haveria em aparência oposição imediata alguma entre as noções de aumento dos investimentos em Capital no limite de sua rentabilidade (quando abre a porta para o *turning point*) e da elevação/declínio da taxa de lucro, assim como nem dessas duas com a eficiência marginal do capital Keynesiana, por exemplo; ou seja, o denominador do lucro é comum a todas as teorias; (ii) as inovações são catapultadas por razões endógenas sim à lógica capitalista, porém ganham autonomia no sentido de poder levar à atual Revolução Científico-Técnica (MARTINS 2011; SANTOS; RICHTA, 1971) e a capacidade científica torna-se locus indispensável de ação à superação do próprio capitalismo. Ademais, ponto articulante, as inovações não são monopólios e nem propriedade exclusiva do capitalismo, além de ser fruto também de institucionalização e contatos civilizacionais (o excessivo eurocentrismo ou ocidentalismo leva ao escamoteamento deste fato histórico), ainda a figura do Estado é grande promotor; (iii) as teorias que enfatizam as guerras situam-se na dimensão política, contudo ainda assim entre a teoria de Kondratieff e de Schumpeter há um *gap* sobre o papel do Estado, isto é, o aspecto político da dimensão “capital-tecnológica”, ou seja, a

¹⁶³ De Wolff sugere até uma data para a desintegração final do capitalismo, 1994, isto porque os ciclos e sua amplitude estariam ficando cada vez mais curtos e o limite matemático seria o ano de 1994 (DUIJN, 1983, p. 63).

percepção de que o Estado moderno é (a) em si uma inovação político-social que perpassou e passa como categoria determinante, além de o elo mais importante da economia política à economia política internacional e (b) promotor igualmente decisivo da inovação; (iii) o capitalismo começa como um sistema que utiliza a economia mundial como instrumento de acumulação primitiva e ainda o faz, sendo assim, como Sistema Mundo um objeto integrado em todas as suas características, porém, na medida em que se generalizam e se consolidam suas características histórico-categoriais e tais se tornam amplamente reprodutivas, a dinâmica dos ciclos de Kondratieff tende a ganhar peso no processo de determinação histórica e os aspectos superestruturais mencionados por Trotsky, Mandel e Kondratieff são pressionados pela lógica de autonomização das forças produtivas e, assim, duplamente influenciam e são influenciadas por ela; (iv) isto se reflete no fato de podermos identificar os ciclos de Kondratieff com períodos históricos específicos dentro do desenvolvimento do capitalismo e do Sistema Mundo, o que, mais uma vez, traz à tona a importância dos aspectos superestruturais do próprio desenvolvimento deste Sistema (v) há forças relativamente autônomas no âmbito da política, sociologia, e ideologia que por isso podem influenciar nos elementos anteriores, inclusive rumo a profundas transformações.

Neste sentido, reforçamos estes pontos tomando como sustentáculo e referência os pontos colocados por Carlos Eduardo Martins em sua tese de doutorado, dentro da qual propôs um balanço teórico sobre os ciclos de Kondratieff tendo em vista os principais debates, avançando de maneira significativa, em especial, no que tange às implicações políticas e sociais. Vejamos.

- (i) Há um fundamento tecnológico claro a partir da Revolução Industrial¹⁶⁴.
- (ii) “Os ciclos de Kondratieff são oscilações em torno das tendências seculares do capitalismo histórico, marcadas pela acumulação ilimitada, como sugere Nikolai Kondratiev (MARTINS, p. 97)”.
- (iii) São absolutamente variáveis centrais o PIB per capita e a taxa de lucro.
- (iv) Nas fases A expansivas generalizam-se os *cachos* de inovação que se desenvolvem ao redor de um paradigma tecnológico.

¹⁶⁴ Lembrando que há autores que defendem a existência dos ciclos de Kondratieff para antes da revolução industrial, entretanto, vale ressaltar, estes autores baseiam-se majoritariamente nas estatísticas de preços. Poderíamos afirmar que enquanto influenciada pela lógica de acumulação primitiva nascente do capitalismo histórico, as ondas de expansão estavam atreladas a condicionantes distintos, mas ainda a partir do lucro comercial e as deficiências ou alterações de cenário tinham fortes influências nos preços e na dinâmica econômica, principalmente quando se tem em mente o padrão monetário metálico e as descobertas de minas e fortes transformações na relação campo-cidade.

- (v) “As fases recessivas significam a convergência das crises de acumulação, desproporção, realização e da tendência decrescente da taxa de lucro, como afirma Theotonio dos Santos (MARTINS, p. 97).
- (vi) “A superação da fase recessiva exige uma reformulação institucional e organizacional que implica novos padrões empresariais, novas formas de internacionalização do capital e de centralização financeira, novo regime de regulação do trabalho, da força de trabalho, de intervenção estatal e de liderança internacional, como também assinala este autor (Theotonio), retomando em parte a literatura neo-schumpeteriana (MARTINS, p.97)”.
- (vii) Há dois momentos dinâmicos inflexores: da prosperidade à maturidade (na ascensão); da recessão à depressão (descenso).
- (viii) Sobre as implicações sociais e políticas: as crises de ascensão foram mais enfatizadas por Kondratieff e as crises de descenso mais enfatizadas por Mandel, portanto, intensa tensão social são períodos que marcam uma virada a outra.
- (ix) “As maiores concentrações de tensões são de transição da maturidade à recessão e da depressão à prosperidade”, tendo este último maior poder de institucionalização. Nos momentos de transição da prosperidade à maturidade emergem “transformações progressistas que antecipam os conflitos posteriores”. Nos momentos de transição da recessão à depressão entram em cena forças de destruição e reacionarismo (MARTINS, 2011, p.98-99).
- (x) “A expressão concreta das características gerais dos ciclos de Kondratiev pode ser maior ou menor, dependendo de coincidir ou não com a oscilação dos ciclos sistêmicos. Caso o Kondratiev se estabeleça durante o desenvolvimento de uma onda sistêmica, a sua radicalidade e caráter inovador serão impulsionados ou parcialmente contido pela combinação/confrontação das oscilações cíclicas. Como os Kitchin e os Juglars absorvem parcialmente em suas oscilações as tendências dominantes do Kondratiev, este incorpora, em parte, as tendências prevaletentes dos ciclos sistêmicos (MARTINS, 2011, p.100)”.
- (xi) Aplicação da teoria à conjuntura concreta:

“A época em que vivemos combina o movimento de descenso de um ciclo sistêmico, o estadunidense, e a emergência do novo Kondratiev. Ela constitui um tempo conjuntural específico cuja individualidade histórica apresenta resultados limitados em termos

econômicos ou sociopolíticos e permanece largamente caudatária das transformações estabelecidas durante a depressão dos anos 1980, marcada pelo apogeu do neoliberalismo. Isso explica a força aparente desse paradigma ideológico. Entretanto, alguns fatos devem ser considerados. O primeiro é que a fase expansiva do atual Kondratieff, iniciada em 1994, avança em sua transição à maturidade, o que desata forças reformadoras e revolucionárias e acelera o desgaste político das neoliberais, que ainda detém o controle ideológico do mundo contemporâneo. A crise que se inicia em fins de 2008 e que se prolonga até 2010, vista pelo modelo de seis subfases, representa provavelmente a passagem para a última subfase de expansão deste Kondratieff: o seu terceiro intervalo, precedido por 1994-2000 e 2003-2008. A crise atual, que se inscreve na longa expansão, sinaliza outra muito mais profunda, a partir da segunda metade, capaz de nos remeter às bifurcações do caos sistêmico, como de 1914 a 1945-1950, quando se impôs mundialmente a guerra para conduzir o sistema-mundo capitalista a um nível superior e um terço da humanidade passou a viver, até os anos 1980, sob regimes socialistas. E o segundo e mais importante elemento a ser tomado em consideração é que o balanço entre as forças sistêmicas e antissistêmicas é muito mais favorável às últimas hoje do que cem anos atrás. Isso abre possibilidades para uma atuação mais firme das forças socialistas e democráticas na direção da economia mundial, o que pode criar o ambiente para uma transição relativamente pacífica a um novo sistema mundial a ser estabelecida a partir do esgotamento da fase expansiva do novo Kondratieff. Para isso é necessário que os embriões institucionais da nova ordem sejam desenvolvidos na velha, para que possam dar um salto de qualidade no momento de uma crise geral do sistema. Mas essa possibilidade não se estabelecerá facilmente. Ela terá de superar as tendências do ciclo sistêmico que se desenvolvem da recessão para a depressão (caos sistêmico) e desatam forças ultrarreacionárias, impulsionando uma nova ofensiva fascista. Todavia, o tempo histórico se acelera e os ciclos sistêmicos perdem sua capacidade de articulação, pois as tendências seculares do capitalismo que os impulsionam se debilitam. Para abordarmos esse ponto, cumpre, previamente, focar a questão da tendência decrescente da taxa de lucro e o estágio de evolução em que ela se encontra na economia capitalista contemporânea (MARTINS, 2011, p. 100-101)”.

Posteriormente, em momento oportuno, exploraremos estes pontos, apenas para finalizar esta seção ressaltamos que, como mesmo frisou Mandel ao correlacionar os ciclos ao produto mundial industrial e às exportações, é absurda a possibilidade, na teorização marxista, ou até mesmo do pondo de vista marginalista neo-clássico, que haja concomitantemente aumento do produto industrial mundial (exponencial) e declínio da taxa de lucro em longos prazos. Ou seja, não faz sentido para o “*homo economicus*” que, em uma situação econômica desvantajosa de redução relativa ou absoluta dos retornos monetários, que continue com o mesmo ritmo produtivo em sua função econômica: “*Both the Marxian and mainstream traditions of economics have recognized this relation between investment and expectations* (GORDON *et al*, 1994, p. 13)”. É possível identificar um denominador comum na teorização dos ciclos justamente porque seria objeto fenomênico estranho à condição econômica do equilíbrio geral numa proposição estacionária e estável do capital na qual o lucro é nulo ou o preço é dado, as quantidades são dadas.

Para além da definição crítica ou não do capital, o agente do capital faz um cálculo e atua através deste cálculo, e este cálculo é “individual”. Se para Kondratieff a expansão se dá até o limite entre a capacidade de acumulação e o custo do capital, como produto

do aumento da demanda por capital, elevação da taxa de juros e dos preços, isto é, até a evidenciação da incapacidade de lucrar compensatoriamente; para Schumpeter o raciocínio é do ponto de vista deste cálculo o mesmo, ou seja, ainda que a origem do lucro em sua visão seja a inovação, para ele ao “*generalizar-se o processo concorrencial, tendendo a relacionar os preços aos custos, determinará o desaparecimento do próprio lucro. Desaparecimento, bem entendido, sob o ponto de vista da firma, porque ele, na realidade, longe de desaparecer, difundiu-se por todo sistema econômico*” (NAPOLEONI, 1979. p. 53) e assim está dada a reversão da expansão. Objetivamente não faria o menor sentido o capital não ser capital e o capitalista não ser capitalista, no capitalismo não se produz pelo consumo, porém antes por uma forma específica de mais-valia: o lucro¹⁶⁵.

“O capitalista, diz A. Smith, ‘não teria interesse em empregar esses trabalhadores se não esperasse da venda do produto deles mais que o necessário para lhe substituir os fundos’ (p. 97). Absolutamente certo, pressuposta a relação capitalista. O capitalista não produz para satisfazer suas necessidades com o produto; de maneira alguma produz visando de imediato o consumo. Produz para produzir mais-valia. Mas A. Smith não utiliza aquele pressuposto – que significa apenas que, presumida a produção capitalista, o capitalista produz por causa da mais-valia – para explicar a *mais-valia* como o fizeram vários de seus epígonos mentecaptos, isto é, não explica a existência da mais-valia pelo interesse, pelo desejo do capitalista de obter mais-valia.” (MARX, 1974, p. 69).

O motivo pelo qual a inovação certamente gera lucro é determinado por um processo já explicado por Marx: a venda da mercadoria acima do valor médio, do valor social para além da mais-valia já contida na relação capitalista de produção (seria então superlucro). A generalização da inovação altera a magnitude do valor médio, o qual aí sim gera a cessação do superlucro individual que é repartido entre os diversos capitais no longo prazo. Schumpeter, por partir de uma premissa estacionária, ainda que não pense o lucro como mais-valia específica da relação capitalista, entende o crédito como vital e o desenvolvimento/expansão inerente ao monopólio:

“Como numa economia planificada a realização de um processo inovador requereria uma ordem da autoridade planificadora que desviasse os recursos produtivos dos seus empregos correntes para novas utilizações, assim numa economia capitalista o crédito, nas mãos do empresário, assume uma função análoga, porque lhe permite utilizar, para os seus fins, uma parte da riqueza do sistema. [...] A primeira coisa a observar é que a introdução de inovações comporta inevitavelmente um certo grau de monopólio: de fato, antes que a inovação se difunda, ela é monopólio do empresário, e o lucro que este último obtém é precisamente devido a este monopólio. [...] Por outro lado, a grande quantidade de inovações que assim se determina está destinada, mais cedo ou

¹⁶⁵ Este ponto servirá posteriormente para adentrar na caracterização contemporânea dos ciclos de Kondratieff, pois do processo de acumulação financeira e fictícia, o primeiro mais-valia específica não orientada para a produção de mais-valia objetivada no trabalho direto e o segundo a própria esquizofrenia do capitalismo sustentado numa base de relações de propriedade monopolizadas e fictícia.

mais tarde, a exaurir-se, visto que, com o passar do tempo, a massa de mercadorias novas provenientes destas inovações, pressiona cada vez mais o mercado, o que, adicionado ao ritmo crescente dos reembolsos dos débitos da parte dos empresários, provoca fatos deflacionários que rebaixam as perspectivas de lucratividade e diminuem o ritmo de introdução das inovações. Este mecanismo é, para Schumpeter, o fator fundamental do andamento cíclico do desenvolvimento (NAPOLEONI, p. 55;57;59-60).”

Para Keynes também a “crise” é explicada pelo colapso repentino da eficiência marginal do capital, principalmente para as categorias de capital que na fase anterior mais contribuíram para os investimentos¹⁶⁶. Mas em sua visão é a volta da confiança depois de prolongado período recessivo ou depressivo que determina a expansão tendo passado então passado certo “lapso” de tempo preciso, ao que Keynes afirma ser o tempo um grande aliado na reconstituição das condições para o reestabelecimento da eficiência marginal de capital. É necessário, segundo ele, a passagem de um “lapso” de tempo preciso antes que se inicie a recuperação por razões não distintas do que, por exemplo, propôs Kondratieff, a “*extensão da vida útil dos bens duráveis em relação ao ritmo normal de crescimento em certa época e, segundo, pelas despesas correntes de conservação dos estoques excedentes*” (KEYNES, 1982, p. 246). Este lapso de tempo que liga a depressão à expansão age para reestabelecer as variáveis que determinam a eficiência marginal do capital. A onda para Keynes seria a curva da eficiência marginal do capital. Porém para ele é a dependência dessa eficiência em relação às expectativas que provocam as flutuações violentas por trás dos ciclos econômicos. Neste ponto Keynes abre as portas para a conexão entre a objetividade econômica e os diversos contextos que influenciam as expectativas, incluindo “subjetivos de classe”. Além do mais, reconhece o “sobreinvestimento” como característica dos períodos de expansão, definindo-o como um nível investimento que não é capaz, mesmo em pleno emprego, de manter um retorno acima dos custos de reposição, isto é, um nível de investimento que não dá conta das expectativas da eficiência marginal do capital no sentido de que seu nível encontra-se acima do nível de emprego em questão, melhor, da demanda efetiva, principalmente

¹⁶⁶ “Quando examinamos em detalhe qualquer exemplo concreto do ciclo econômico, constatamos a sua grande complexidade [...] Verifica-se, em especial, que as flutuações na propensão a consumir, no estado da preferência pela liquidez e na eficiência marginal do capital desempenham todas o seu papel. Sugiro, todavia, que o caráter essencial do ciclo econômico e, sobretudo, a regularidade de ocorrência e duração, que justificam a denominação *ciclo*, se devem principalmente ao modo como flutua a eficiência marginal do capital. Na minha maneira de ver, o ciclo econômico deve, de preferência, ser considerado como o resultado de uma variação cíclica na eficiência marginal do capital, embora complicado e frequentemente agravado por modificações que acompanham outras variáveis importantes no sistema econômico no curto prazo (KEYNES, 1982, p. 243).

quando na economia real há “períodos de intenso desemprego” e propõe enfim a redistribuição da renda como forma de manter níveis de emprego maiores para um patamar de nível de investimento menor e que afetará as expectativas da eficiência marginal do capital (KEYNES, 1982, p. 250), dando por fim, o veredicto de que “*Em conclusão, acho que não se pode, com segurança, abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o volume corrente de investimento* (KEYNES, 1982, p. 248), abrindo outra porta: o papel do Estado.

Em suma, observa-se que em última instância fatores inovadores não estão desvinculados de fatores de troca dos bens duráveis, nem tampouco estes são indiferentes ao custo do capital¹⁶⁷ e sua lucratividade, ao contrário. É uma “internalidade” (neologismo) econômica comum. O vínculo entre as variáveis que por vezes são consideradas ou exógenas ou endógenas ou causas únicas estariam, de um ponto de vista múltiplo, portanto, integradas, nem são as causas isoladas, é um complexo de “múltiplas determinações”.

Para a *Social Structure of Accumulation* (doravante SSA), o mercado não pode ser auto-regulado porque culmina em caos social¹⁶⁸. Para os autores da SSA, a análise macroeconômica deve partir do ambiente político-econômico que afeta as possibilidades de acumulação dos agentes capitalistas, esta entendida no nível da acumulação *industrial* no processo de criação de valor, com investimento em bens de capital – lucro e reinvestimento de parte do lucro para nova rodada de acumulação. Neste sentido a estrutura social de acumulação “*consiste em todas as instituições que impingem sobre o processo de acumulação [...] Algumas dessas instituições têm impactos gerais; outras se relacionam primeiramente a um passo específico do processo*” de acumulação (GORDON, *et al*, 1994, p. 14). Ainda, a estrutura social de acumulação é interna à macrodinâmica das economias capitalistas (Idem, p. 16), não sendo, portanto, exógena¹⁶⁹,

¹⁶⁷ As variações na taxa de juros e sua correlação com o custo do capital aparece como crucial na análise dos autores, por exemplo entre Kondratieff e os economistas liberais Wesley Mitchell e Fischer: “Kondratiev’s idea that the interest rate achieved a maximum at the start of a crisis and only began to fall after the crisis had begun is found in the work of both Wesley Mitchell and Irving Fisher” (BARNETT, 1997, p. 110).

¹⁶⁸ “O que Polanyi nos ofereceu aqui é um quadro magistral dos desenvolvimentos da utopia liberal do fim do séc. XIX à catástrofe final à qual ela conduzia – o Fascismo e a Segunda Guerra Mundial – ligando as dimensões nacionais do funcionamento destrutivo (e não auto-regulador) dos mercados de trabalho, da terra e da moeda a sua dimensão mundial (AMIN, 2006, p. 130)”.

¹⁶⁹ “Both mainstream and Marxist economists have tended to agree that capitalista economies are likely to experience periodic short-term and self-correcting business cycles. Many economists within both traditions have also suggested that capitalist economies may be prone to disequilibria, leading at least potentially to crisis tendencies or stagnation from which the economy is incapable of recovering without external assistance. Our model of stages of capitalism goes beyond both traditions, suggesting not only that

salientando inclusive que, em prova de ponto de vista múltiplo/multidimensional, o debate interno/externo leva a percepções erradas:

“In our view these debates suffer from two misperceptions. First, they tend toward single-factor theories of long swings; our emphasis on the importance of social structures of accumulation leads us to emphasize the multidimensional character of the capitalist accumulation process and the macrodynamics that it generates (GORDON, *et al*, 1994, p. 17)”.

Por outro lado, o motivo do movimento rítmico cíclico é que, processo e configuração, por meio dos quais a *estrutura social de acumulação* “facilita a acumulação”, contém *contradições* que levam ao final da fase expansiva abrindo um período de crise estrutural, desencadeando, por sua vez, outros processos autônomos, aí sim, pois cujos resultados são imprevisíveis, na arena política e social para o estabelecimento de reformas. Os períodos de crise podem ser superados com novos arranjos institucionais e, assim, a acumulação pode recomeçar. Essa *estrutura*, ao mesmo passo em que seria externa às “microdecisões” individuais e desconexas dos agentes capitalistas (“vários capitais” na inserção cognitiva de Marx), é, como já mencionado interna à “macrodinâmica” de acumulação. Por outro lado, explicam os autores, agem também os mecanismos estritamente econômicos que operam durante as crises, os quais paulatinamente reestabelecem a lucratividade do capital, como depreciação, inovação e renovação tecnológicas, dotados de forte impulso multiplicador/acelerador (neste sentido, portanto, corroborando o entendimento abstrato geral contido em Kondratieff e Schumpeter), culminando, por sua pressão generalizadora, na própria institucionalização das condições e políticas no nível “macrossocial” (Idem, p. 17-19).

De acordo com Kotz (1994), instituições promovedoras do crescimento dão o sentido à estrutura social de acumulação, mas estas fases expansivas não surgem num movimento cíclico regular, mas sim em “longas oscilações” irregulares em suas durações em contraposição ao termo “ondas longas” utilizado na literatura que sugeririam certa regularidade. Kotz cita como grande aspecto distintivo da teoria do SSA o fato de que consideram uma gama de causas econômicas assim como não-econômicas e também não são consideradas acidentais ou meramente externas.

“In the social structure of accumulation approach, a large array of social factors is incorporated into the explanation of both the expansion and stagnation phases of what are called long swings in economic growth. The causal elements include non-economic as well as economic factors. The crucial innovation offered by the social structure of accumulation approach is that the

capitalist economies are prone to longer-term fluctuations in the pace of capital accumulation but also that these fluctuations are mediated by determinate institutional structure, the social structure of accumulation, which cannot be analyzed separately from (and therefore is not exogenous to) the capitalist economy itself (GORDON *et al*, 1994, p. 16)”.

wide range of causal factors are not viewed as accidental or external. Rather, it is assumed that a large array of social factors, including some in the political and ideological spheres, can be viewed as governed by laws of motion. More precisely, the interaction between the accumulation process and a large set of social factors is assumed to follow a significantly regular and predictable course. This violates an unspoken assumption in previous long-run growth analyses, both Marxian and non-Marxian, that only a small set of narrowly economic factors can produce regular, law-governed behavior. To both Schumpeter and Kondratieff, both expansion and stagnation are caused by a narrow set of economic factor and both phases are regular and predictable. To Mandel and Sweezy, one phase is caused by such a narrow set of economic factors, while the other phase is not; the former phase is law-governed while the latter is accidental (KOTZ, 1994, p. 53)".

Aqui, para a SSA, a acumulação *exige* (KOTZ, 1994, p. 54) uma estrutura social, um conjunto de instituições, porém mesmo assim tal estrutura não é capaz de sustentar a acumulação indefinidamente. Mas indaga-se, por que exige? E por que ao mesmo tempo não é capaz de sustentar indefinidamente a acumulação? Exige porque a natureza da produção é anárquica e porque há o problema da desproporção e da distribuição subjacentes à própria configuração social da produção; porque são características do sistema capitalista a luta de classes e a competição, sob as quais a SSA (Estrutura Social de Acumulação) atua com efeito estabilizador, porém, por seu *status* latente e inalienável acabam agudizando-se na medida em que (i) tendências internas são exacerbadas tornando-se insustentáveis (subconsumo e aumento da composição orgânica do capital, por exemplo); (ii) chega-se num ponto crítico à ruptura da conexão entre a acumulação e a estrutura social que lhe dá suporte e; (iii) escancara-se a luta de classes e a competição, desfaz-se o “acordo estabilizador” da crise precedente, da estagnação precedente que desenhou as forças e seus arranjos no campo social, político e ideológico. Ainda, conforme detalha Kotz, para completar o circuito D-M-D’ são necessárias neste sentido quatro grandes exigências institucionais, a “disponibilidade de matérias primas a preços estáveis”, o “controle e organização efetivas do processo de trabalho”, uma “estrutura apropriada de demanda efetiva e um sistema apropriado de moeda e de crédito” (KOTZ, 1994, p. 54-59). Note-se que o arranjo que prevalece estável na Estrutura Social de Acumulação corresponde apenas à Fase A, expansiva, dos ciclos de Kondratieff. Para a SSA as “longas oscilações” são propriamente “estágios do capitalismo” (KOTZ, 1994, p. 59) ao que Kotz considera que “*the social structure of accumulation approach may appear to be similar to the Mandel and Sweezy theories, with the turn from expansion to stagnation automatic and the turn from stagnation to expansion dependente on purely accidental events*” (KOTZ, 1994, p. 58).

Importante colocar em sua devida relevância o papel histórico dos monopólios, estando, inclusive estes umbilicalmente ligados às grandes inovações via Estado e controle dos fluxos financeiros¹⁷⁰ sendo, portanto, face também do montante de capital livre disponível para nova expansão e sua estratégia principalmente sob novas formas de internacionalização. Da mesma forma, por outro lado, estas grandes inovações foram profundamente impulsionadas por grandes guerras e pelos Estados.

No debate colocado por Mandel, por exemplo, muitos elos são apresentados, através de sua análise é possível destrinchar as múltiplas ramificações deste *todo*. Os elos, expansão/taxa de lucro – inovação – forças sociais/ideológicas – Estado.

“Although basic innovations are bunched in a ‘countercyclical’ manner during the depressive phases of long waves, they do not themselves *cause* the transition to an expansionary boom phase. Explanation of the turning points must be sought elsewhere. Long-term changes in the average rate of profit are the main cause of fluctuations in the system, but these are related to other fundamental features of the capitalist mode of production. Whereas the upper turning points from the boom to the depressive phase are determined largely by endogenous factors, especially the rise in the organic composition of capital (growth of capital intensity), this is not true of the lower turning points. Exogenous ‘system shocks’ of various kinds are needed to propel the system out of the depressive phase. This is arena of acute social political struggles, whose outcome is by no means mechanistically predetermined (MANDEL, In FREEMAN, 1984, p. 195).

A crítica de Mandel às escolas da inovação é que estas são oriundas de forças endógenas ao capitalismo, pois de suas contradições, porém que estas mesmas inovações, por outro lado, não são suficientes para gerar a fase expansiva de longo prazo, é preciso estar presente significativo aumento do mercado e uma taxa de crescimento que sustente níveis de emprego (MANDEL, 1984, p. 197). O mesmo ocorre, igualmente afirma, com as teorias que enfatizam essencialmente fatores monetários e psicológicos (*Cassel’s Theory and Dupriez Theory*). Neste sentido, Mandel rejeita qualquer explicação “monocausal” das ondas longas no desenvolvimento capitalista como dissemos, concebendo mais como dinâmica múltipla: “[...] *we believe that the expansionary long waves result from an interaction between multiple, partially autonomous variables, leading to a sudden strong upsurge of the average rate of profit and a sudden rapid expansion of the world market* (MANDEL, In: FREEMAN, 1984, p.198)”. Para ele através da taxa de lucro mede-se o capitalismo pela sua própria lógica e, neste sentido,

¹⁷⁰ Conforme Samir Amin a tese dos cinco monopólios disputados no ambiente da rivalidade sistêmica que, segundo ele é a regra do sistema mundial capitalista, fazendo oposição às teorias dos ciclos hegemônicos. Os cinco monopólios são sob tecnologias que exigem grandes massas de capital que somente o Estado pode bancar; sob os fluxos financeiros; sob os recursos naturais; sob comunicação e mídia (aqui poderíamos avançar um pouco mais ao conceito de *guerras híbridas*) e; por fim, sob armamentos de destruição em massa (AMIN, 2006, p. 106-108).

efetiva-se mediante um arranjo de causas: *“it is to find a cause which is determined by a sufficient number of factors – partially interrelated, but partially autonomous from each other – so as to reflect the system’s heart as to make one understand why changes in that factor can precipitate a change in the way in which the system as a whole grows or does not grow* (MANDEL, In FREEMAN, 1984, p. 198).

Neste mesmo artigo ao mencionar as revoluções de 1848, a corrida Imperialista depois de 1893 e as descobertas de ouro, Mandel propõe que o sistema é catapultado por um “choque sistêmico”, ainda que tenha que ser combinado por tendências endógenas ao sistema para poder ter longevidade. Reproduzindo-se através de ondas da taxa de lucro, o desenvolvimento do capitalismo apresenta interações endógenas que levam à tendência decrescente da taxa de lucro, estas às fases B, porém as quais, segundo Mandel, através do exercício de forças extraeconômicas, guerras, revoluções e lutas sociais podem alimentar o processo endógeno de acumulação. No entanto os resultados destas lutas não são pré-determinados e nem tampouco diretamente relacionados ao processo de acumulação, muito embora seu ímpeto constitutivo possa ter sido (MANDEL, In FREEMAN, 1984, p. 201).

Algo que deve ficar claro para compreender a natureza “múltipla” diz respeito exatamente ao entendimento de que em uníssono, embora classificados ou como condição/causa/consequência, estão marcados e identificados traços característicos lógicos na temporalidade do desenvolvimento capitalista. Daí, adiante, deve-se compreender a imersão dos conceitos e das variáveis no tempo e na história.

A inovação pode ser, portanto, autônoma, endógena (estratégia capitalista à tendência da queda da taxa de lucro ou do aumento dos custos do trabalho) e político-estratégica. Este entendimento tripartido da inovação permite compreender como através de sua natureza endógena está conectada ao problema da taxa de lucro/eficiência marginal do capital; como sua natureza autônoma está ligada às transformações radicais das forças produtivas e de revoluções científicas, por fim, sua natureza político-estratégica com cálculos relacionados à superestrutura dos poderes Estatais e dos grandes capitais. A natureza autônoma da inovação implica reconhecer sua natureza humana e científica assim como, por isso, enfaticamente ressaltar que não se trata de um monopólio do capitalismo. Inobstante não significa, por outro lado, dizer que não se trata de um aspecto da economia capitalista ou que seja externo a ela, mas que a relação entre capitalismo e inovação é idiossincrática.

As ondas longas são a expressão mais acabada e elegante tanto da capacidade intrínseca ao sistema capitalista de fomentar o desenvolvimento das forças produtivas quanto alimentar forças contraditórias concomitantes oriundas das mesmas bases que possibilitaram a expansão, sendo concebidos concomitantemente a períodos históricos de amplo significado. Como objeto fenomênico da Economia Política Internacional assume então caráter sistêmico por que suas multiplicidades espraiam-se pelo espaço e no tempo sendo difícil sua compreensão a partir da divisão interno/externo. Do exposto nota-se como prerrogativa a concomitância de causas (categorias econômicas), da “múltipla causalidade” e como esta pode permitir hierarquias distintas entre suas causas (categorias econômicas), pois datando também os ciclos como períodos históricos inteligíveis.

“As categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção. [...] As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial. Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais. Assim, essas ideias, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são *produtos históricos e transitórios*. Há um movimento contínuo de crescimento nas forças produtivas, de destruição nas relações sociais, de formação nas ideias; de imutável, só existe a abstração do movimento – *mors immortalis*” (MARX, 2009, p. 125-126).

Por último, vale introduzir a ideia de “limite provável” de Kondratieff (BARNETT, 1997, p. 113), uma banda temporal em que os acontecimentos se difundem conjunturalmente de maneira combinada, porém não idêntica, quer dizer, potencialmente até desigual, o que vale também para as datas de começo e fim. Este desalinhamento irá ser mais evidente nas respectivas dinâmicas da Divisão Internacional do Trabalho e das relações centro-periferia e semi-periferia. As relações centro-periferia e semiperiferia são caracteristicamente estruturais do Sistema Mundo Moderno Capitalista. Supor que facilmente os países conseguissem passar das condições subalternas para de centro seria supor que as tendências estruturais de longa duração são inexistentes. Mesmo dentro da constatação de que há um elemento exógeno na emergência das inovações em seu sentido tripartido, possibilitando em momentos de crise um *catching-up*¹⁷¹, são raros os casos de

¹⁷¹ “Esse tema foi desenvolvido, particularmente, na literatura neo-schumpeteriana por Carlota Perez. Entretanto, a autora exagera essas possibilidades. Ela não articula o conceito de paradigma tecnológico às tendências seculares do capitalismo histórico, que supõem uma divisão internacional do trabalho e uma competição monopólica limitadoras dessas possibilidades, nem os ciclos sistêmicos, mais abrangentes que os Kondratieff e condicionantes de suas rupturas (MARTINS, 2011, p. 95-96)”.

superação das condições subalternas, relativamente. Este esforço de problematização da natureza múltipla e sistêmica (propriamente capitalista) dos ciclos de Kondratieff vem sendo elaborado e obteve avanços significativos com Ernest Mandel e com os estudos das superestruturas a partir dos ciclos sistêmicos. Neste sentido os ciclos de Kondratieff são também sistêmicos.

3.8. Ciclos de Kondratieff e Tendências Seculares.

Para melhor captar o sentido dos ciclos de Kondratieff é necessário resgatar a noção de *tendência secular* examinada por Fernand Braudel, o *trend* secular. Na parte dedicada à “*Economia Mundial e as divisões do tempo*”, Braudel analisa a noção de tendência secular à luz dos ciclos de Kondratieff¹⁷² e de ciclos de conjuntura mais curtos e também mais longos no tempo que são os *trends*.

“Seasonal shifts, which can still play a role even today (one thinks of the drought in 1976 for instance) are usually obscured in the complicated economies of the present day. But they were not always so invisible, on the contrary. Poor harvest or food shortages could in a few months create inflation equivalent to the entire sixteenth-century price revolution! The only good thing about this type of movement was that it was quite short-lived. After the storm, as Witold Kula puts it, the Polish peasant would, like the snail, come out of his shell. Other movements, or as they tend to be called *cycles*, imply a much longer time-span. In order to distinguish between them, they have been dubbed with the names of certain economists: thus a *Kitchin* is a short cycle of three or four years; the *Juglar*, or intra-decade cycle (that bane of the *ancient régime*) lasts from 6 to 8 years; a *Labrousse* (also known as an *intercycle* or *inter-decade* cycle) can last 10 to 12 years or more [...] The classic example of the *Labrousse* is the intercycle which brought depression and stagnation to France between 1778 and 1791 on the eve of the Revolution, which it must surely have helped to unleash. The hypercycle or Kuznets, a double Juglar, lasts about twenty years, while a *Kondratieff* spreads over a half-century or more [...] The longest cycle of all is the secular trend – which has been very little studied in fact, and to which I shall shortly be returning. Until the last named has been closely examined and restored to its true importance, conjunctural history, despite all the work it has so far inspired, remains terribly incomplete. All these cycles are of course contemporaneous with each other, synchronic: they coexist, overlap and intensify or diminish by their own movements the general trend. But it is technically easy to divide the general trend into particular movements, and to eliminate one group or another, the better to study an individual movement. The crucial initial question to be asked is whether such cycles, which have been identified by present-day economic observation, existed in the pre-industrial economies of the past. Were there such things as Kondratieffs before 1791 for instance? (BRAUDEL, 1984, p. 72-73).

Apesar de numa primeira impressão parecer mais difícil compreender os ciclos de Kondratieff e a tendência secular vinculando-os aos ciclos mais curtos, na realidade essa

¹⁷² E que já era no âmbito da obra a “teoria das temporalidades diferenciais” (Ver, ROJAS).

abordagem facilita o processo de delimitação conceitual. É como se o todo fosse se revelando no tempo para além do próprio tempo da conjuntura, mas que somente pode ser interpretado pela própria conjuntura. Ou, como se, apesar de uma tendência secular maior pudéssemos observar sub-tendências seculares em direção a esta tendência maior, o que faria tanto mais sentido lógico. Braudel se refere a estes ciclos como sendo os ritmos da conjuntura e Kondratieff define que as variáveis que indicam a existência dos ciclos podem apresentar dois tipos de alterações ondulatórias, tanto de “nível” e quanto do “ritmo” de desenvolvimento da tendência secular (KONDRATIEFF, [2008?], p. 128-129). Braudel também afirma que entre os ciclos o mais longo é a tendência secular. Observe a imagem do gráfico abaixo retirado do terceiro volume de “*Civilização Material e Capitalismo*”.

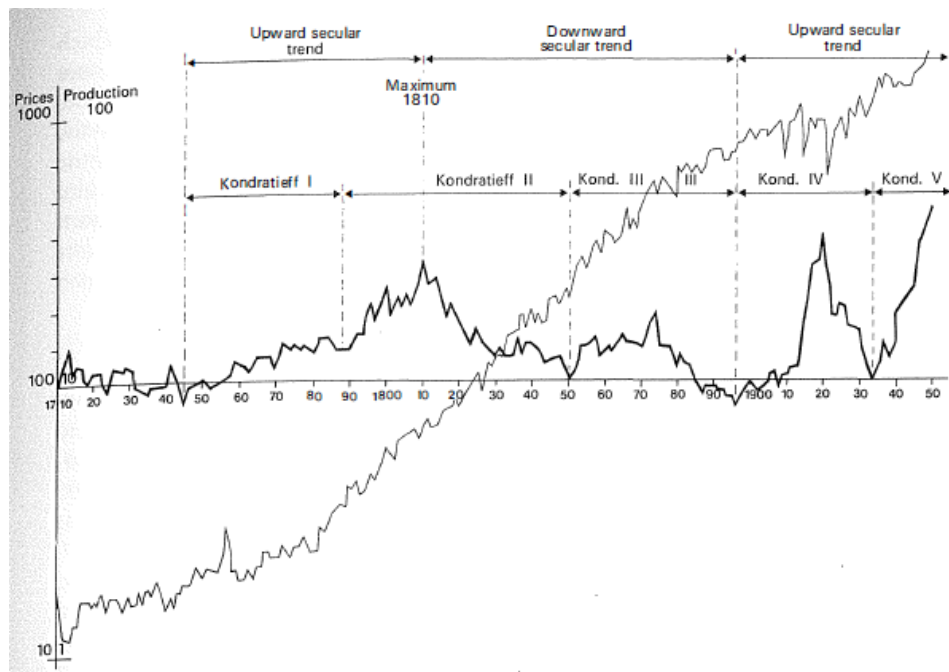


Imagem 1: Ciclos de Kondratieff e *Trend Secular* acrescentando-se a curva de produção. Fonte: Braudel, 2009a, p. 67.

Nesta imagem essas “diferenças” são visíveis: as tendências seculares englobam mais de um ciclo de Kondratieff. Cada ciclo de Kondratieff, por sua vez, apresenta tendências seculares, por isso podemos defini-los em ciclos, mas a tendência secular, quanto mais se amplia no tempo, mais evidente torna-se o ciclo dentro dela, e assim também a tendência secular. A tendência secular é uma característica dos ciclos, mas também é uma força que ao ampliar-se no tempo engloba o ciclo em sua lógica. Quando Kondratieff indica mudanças ondulatórias de nível está se referindo a evidência de que, por exemplo, nesse gráfico em questão, o nível de preços apresenta uma tendência

marcada de elevação entre 1750 e 1810, depois uma tendência marcada de diminuição entre 1810 e 1900, e, depois uma tendência marcada de elevação de 1900 até 1950. Não obstante, há ritmos de alterações diferentes nestes intervalos de tempo igualmente com tendências seculares dentro destes em cada uma de suas fases. Por isso, há outros ciclos menores dentro do próprio Kondratieff, assim como ele, supostamente em tese, estaria submetido a um ciclo maior. Nestes sentidos emerge central o significado de que o processo não é linear, apesar de ser parte de um todo e do desenvolvimento capitalista num sentido sistêmico.

Na história, se observam tendências estruturais que se intercalam, de aumento populacional com elevação da produtividade e aumento da densidade do comércio - seguida por diminuição populacional em conjunto com diminuição ou estagnação da produtividade e diminuição da densidade do comércio. São conhecidas na historiografia as tendências seculares, ou *trends*, de expansão e de contração: a revolução dos preços do XVI, a “crise generalizada do XVII”, a “era das revoluções” do XVIII”, a contração no longo século XIX e expansão do século XX¹⁷³.

“Se pensarmos em seus picos, diremos *cerca de 1350, cerca de 1650...* segundo os dados atualmente admitidos, distinguem-se quatro ciclos seculares sucessivos *no que se refere à Europa*: 1250 [1350] 1507-1510; 1507-1510 [1650] 1733-1743; 1733-1743 [1817] 1896; 1896 [1974?]...A primeira e a última data de cada um desses ciclos marcam o início da subida e o fim da descida; a data média entre colchetes assinala o ponto culminante, lugar das inversões de tendência secular, o que equivale a dizer *da* crise. De todos esses marcos cronológicos, o primeiro é, de longe, o menos seguro. Em vez de 1250, eu escolheria, como ponto de partida, o princípio do século XII. A dificuldade vem de que o registro dos preços, muito imperfeito nesses tempos distantes, não dá qualquer certeza, mas o início da enorme expansão dos campos e das cidades do Ocidente, as expedições das cruzadas, aconselhariam a recuar em pelo menos cinquenta anos o início do impulso europeu (BRAUDEL, 2009a, p. 65)”

Destarte, ousamos indagar “brasudelianamente”: seria o século XXI de tendência estrutural secular declinante e quais as implicações disto? Na abertura introdutória do segundo volume de “*The Modern World-System*”, Immanuel Wallerstein defende esta generalização secular entre fases longuíssimas de tendência A e fases longuíssimas de tendência B, em analogia às consagradas fases A e B de Kondratieff:

“The work of historians of European price trends between the two world wars along with the theory of secular economic cycles (trends that go up and down over approximately 250 years) with its two phase (A and B), elaborated by François Simiand have bequeathed us a generalization about early modern European history that still seems largely accepted: There was expansion in the sixteenth century (phase A) and contraction, depression, or ‘crisis’ in the seventeenth (phase B). The dates that demark these phases, the nature of the

¹⁷³ Os dados que corroboram os movimentos seculares dos “longos séculos” são basicamente os movimentos dos preços.

changes that occurred (even if we limit the discussion to economic matters), the regional variations, and above all, the consequences and causes of the flows are matters of much debate; but the generalization remains (WALLERSTEIN, 1974, p. 3).

Por outro lado, os ciclos de Kondratieff são também tendências seculares do desenvolvimento capitalista ao lado de mais outras três tendências, a expansão ilimitada da circulação do capital, o desenvolvimento desigual e combinado e a tendência decrescente da taxa de lucro (MARTINS, 2011) e que estão associadas ao tempo-espaço histórico-categorial e concomitantemente aos ciclos de Kondratieff, são dimensões e tendências que se interconectam e sobrepõem. As tendências seculares de aproximadamente 250 anos, pois, não são os únicos *trends* no sentido de apresentar tendência. Queremos focalizar na noção de tendência secular tendo em vista a reprodução no tempo de uma determinada tendência visível em alguma direção e que dura um tempo suficiente para ser com tal, uma tendência. Assim, nesta seção precisamente procuraremos refletir sobre esta noção de tendência secular e de várias tendências seculares sobrepostas.

Em 2014 o economista francês Thomas Piketty lançou “*O capital no século XXI*” e a escolha do título é explícita: faz analogia direta ao ‘*Capital*’ de Karl Marx. Traz também autores da economia política clássica, como Ricardo e Malthus; com autores da teoria do desenvolvimento econômico e dos ciclos econômicos como Kuznets. Neste livro, amparado em rica fundamentação empírica¹⁷⁴, analisou a indagação fulcral da economia política em seu debate clássico, retomando a discussão originária e essencial sobre a riqueza. Seus resultados abrangem desde sua distribuição, como esta determina e é determinada pelo crescimento econômico e acumulação. São apresentados dados sobre desigualdade e divisão da renda entre capital e trabalho desde o século XVIII para França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Embora Piketty não tome em consideração a teoria das “ondas longas”, suas conclusões são nevrálgicas para o entendimento da natureza dos ciclos neste começo de século XXI devido a cinco teses contidas em sua pesquisa¹⁷⁵.

¹⁷⁴ Para verificação dos detalhes estatísticos de sua argumentação o leitor pode acessar www.intrinseca.com.br/ocapital.

¹⁷⁵ Metodologicamente, para os resultados encontrados por Piketty, a riqueza nacional:

“[...] é o valor total a preços de mercado, de tudo que os residentes e o governo de um país possuem num determinado momento e que possa ser comprado e vendido em algum mercado. Trata-se da soma de ativos não financeiros (habitação, terrenos, imóveis comerciais, outras edificações, máquinas, equipamentos, patentes e outros ativos para fins de negócios, detidos diretamente) e dos ativos financeiros (contas bancárias, fundos de poupança, títulos, ações, investimentos financeiros de todo tipo, seguros, fundos de pensão etc.), subtraindo-se os passivos financeiros (todas as dívidas). Se nos limitarmos aos ativos e

Primeiro, pode-se inferir a partir de suas conclusões que haveria na realidade uma estrutura mais primária cujas características definidoras são o baixo crescimento e elevada relação capital-renda, situando o período dos “anos dourados” como uma “exceção”, sendo antes caracterizado, pode-se dizer, por um tipo de crescimento de exceção:

“É essencial começar recapitulando essa realidade, uma vez que continuamos, em grande medida, impregnados pela ideia de que o crescimento deve ser de ao menos 3% ou 4% ao ano. Isso é uma ilusão, seja do ponto de vista histórico, seja do ponto de vista da lógica.” (PIKETTY, 2014, p. 98). “Constata-se, antes de tudo, que a relação capital/renda seguiu trajetórias muito semelhantes nos dois países¹⁷⁶, apresentando uma relativa estabilidade nos séculos XVIII e XIX, depois passando por um enorme choque no século XX, para finalmente retornar, no início do século XXI, aos níveis próximos dos observados às vésperas das guerras do século XX. Tanto no Reino Unido como na França, o valor total do capital nacional se situava em torno de seis a sete anos de renda nacional ao longo dos séculos XVIII e XIX, até chegar em 1914. Em seguida, a relação capital/renda afundou brutalmente após a Primeira Guerra Mundial, as crises do período entreguerras e a Segunda Guerra Mundial, a tal ponto que o capital nacional não valia mais do que a três anos de renda nacional nos anos 1950. A relação capital/renda começou, então, a aumentar, e esse processo de alta não cessou. Nos dois países, o valor total do capital nacional se situava, no início de 2010, em aproximadamente cinco a seis anos da renda nacional nos anos 1980 e pouco mais de dois anos na década de 1950. Não devemos nos deixar iludir pela precisão dos números, mas a evolução geral é perfeitamente clara.” (PIKETTY, 2014, p. 118-119).

Segundo, a partir da proposição e estudo histórico-estatístico de duas leis fundamentais do capitalismo (explicadas mais adiante), assim como da existência da “força fundamental de divergência”¹⁷⁷, presente quando o retorno do capital (r) é maior do que o crescimento econômico (g), Piketty deduz que os efeitos sobre a desigualdade são estruturais e potencialmente disruptivos, sendo como afirma sua “tese central”:

“A tese central deste livro é precisamente que uma diferença que parece pequena entre a taxa de retorno (ou remuneração) do capital e a taxa de crescimento pode produzir, no longo prazo, efeitos muito potentes e desestabilizadores para a estrutura e a dinâmica da desigualdade numa sociedade.” (PIKETTY, 2014, p. 80).

passivos detidos pelas entidades privadas, obteremos a riqueza privada ou o capital privado. Se, por outro lado, considerarmos os ativos e passivos que pertencem ao Estado ou às administrações públicas (municípios, agências responsáveis pela seguridade social e previdência etc.), obteremos a riqueza pública ou o capital público. Por definição, a riqueza nacional é a soma desses dois termos: Riqueza Nacional = riqueza privada + riqueza pública.” (PIKETTY, 2014, p. 54).

¹⁷⁶ Reino Unido e França. Piketty concentra sua análise principalmente nesses dois países, nos Estados Unidos e também Alemanha. Mas afirma que um fenômeno que concerne ao conjunto dos países europeus.

¹⁷⁷ “Essa desigualdade fundamental, que denotarei como $r > g$, em que r é a taxa de remuneração do capital (isto é, o que rende, em média, o capital durante um ano, sob a forma de lucros, dividendos, juros, aluguéis e outras rendas do capital, em porcentagem de seu valor) e g representa a taxa de crescimento (isto é, o crescimento anual da renda da produção), desempenhará um papel essencial neste livro. De certa maneira, resume a lógica das minhas conclusões.” (PIKETTY, 2014, p. 33).

Terceiro, o capitalismo patrimonial que começou a se construir no pós-80 é nada mais do que reprise do capitalismo patrimonial do século XIX, exceção apenas das formas predominantes da renda do capital, que teria passado de fundiário no século XIX para imobiliário/industrial/financeiro no presente e; outra exceção marcante¹⁷⁸, o capitalismo patrimonial do XXI está balizado pela inversão demográfica, ou seja, declínio do crescimento demográfico. Nestes sentidos, o século XXI estaria condicionado por um duplo baixo crescimento, tanto econômico quanto demográfico, agravando as incidências estruturais da desigualdade e, ainda: *“Um dos principais ensinamentos da nossa pesquisa é que, em grande medida, foram as guerras que fizeram tábula rasa do passado e provocaram uma transformação das estruturas da desigualdade no século XX.”* (PIKETYY, 2014, p. 459).

Ele constata que na medida em que se eleva a relação capital/renda após 1980, novamente volta a se manifestar em patamares muito próximos aos observados durante o capitalismo patrimonial do século XIX. Devido ao que identifica como “leis fundamentais do capitalismo” este fenômeno da elevação da relação capital/renda ocorre paralelamente ao fenômeno também estrutural de diminuição das taxas de crescimento econômico. Quarto, as “forças de divergência” são muito mais potentes dentro dos países do que entre os países.

Piketty identifica duas “leis fundamentais do capitalismo” a partir das quais dialoga com os modelos de crescimento equilibrado e estáveis. Nestes modelos, como os de Harrod-Domar ou Robert Solow, as variáveis crescem à mesma taxa constante ou simplesmente não crescem (crescimento equilibrado), e nos modelos de crescimento estável as variáveis crescem a uma taxa constante e proporcional. Partindo de determinações próprias da lógica econômica enquanto campo científico, identifica duas “leis fundamentais do capitalismo”: a primeira expressa na fórmula $\alpha = r \times \beta$ (onde α é a participação do capital na renda nacional; r a taxa de remuneração do capital e β a razão capital/renda; e a segunda na fórmula $\beta = s / g$ onde s equivale a taxa de poupança e g a taxa de crescimento econômico).

Alterando as correlações de acordo com as regras algébricas temos que a segunda fórmula pode também ser escrita como $g = s / \beta$, ou seja, o crescimento econômico a dado nível de taxa de poupança é tanto maior quanto menor a razão capital/renda; e tanto

¹⁷⁸ Verificam-se também como elementos distintos no atual capitalismo patrimonial em contraste com o do século XIX o papel do Estado e das receitas fiscais na renda nacional (Idem, p. 462-463 – gráfico 13.1) e a notável estabilidade monetária no período XVIII-XIX.

menor quanto maior a razão capital/renda. Ora, em termos dinâmicos, quanto maior a razão capital/renda ao longo do tempo dada determinada taxa de poupança menor será o crescimento econômico, isto é, quanto maior for a relação proprietária da renda em relação à “riqueza passada” e às rendas do capital (lucros e capital fictício) menor o crescimento econômico:

“A desigualdade $r > g$ faz com que os patrimônios originados no passado se recapitalizem mais rápido do que a progressão da produção e dos salários. Essa desigualdade exprime uma contradição lógica fundamental. O empresário tendo inevitavelmente a se transformar em rentista e a dominar cada vez mais aqueles que só possuem sua força de trabalho. Uma vez constituído, o capital se reproduz sozinho, mais rápido do que cresce a produção. O passado devora o futuro (PIKETTY, 2014, p. 555)”

Da mesma forma, a remuneração do capital, de acordo com a “primeira lei fundamental”, será $r = \alpha / \beta$, ou seja, quanto menor a razão capital/renda, maior a taxa de remuneração. E, apresenta, desdobrando-se destes raciocínios, aqui uma quinta tese que como a participação do capital na renda nacional tende a seguir a tendência de sua razão, ficando patente, de um lado que, a taxa de remuneração do capital é mais ou menos constante, pois função de duas variáveis de mesma natureza e oposição direta com o trabalho nas mesmas considerações.

Por exemplo, poder-se-ia comparar a afirmativa de Robert Solow sobre o crescimento econômico de longo prazo como função na qual a taxa de crescimento do PIB é igual à taxa de crescimento demográfico. Sob esta ótica o período entre 1700-2012, tanto pelos dados apresentados por Piketty quanto por Maddison (2001), para a maioria das divisões cronológicas, não mostram evidências totalmente sistemáticas sobre sua veracidade principalmente para o tempo posterior ao capitalismo conforme apresentamos nas tabelas abaixo.

Tabela 4: Taxa de crescimento percentual anual média da Produção Mundial, População Mundial e Produção por habitante para períodos selecionados. Para o período 1700-2012 total foi calculado pela soma das taxas de crescimento anual médias entre 1700-2012

Período	Produção Mundial	População Mundial	Produção por Habitante
0-1700	0,1%	0,1%	0,0%
1700-2012	1,6%	0,8%	0,8%
1700-1820	0,5%	0,4%	0,1%
1820-1913	1,5%	0,6%	0,9%
1913-2012	3,0%	1,4%	1,6%

1700-2012 <i>total</i>	499,2%	249,6%	249,6%
------------------------	--------	--------	--------

Fonte: Piketty, 2014 p. 78.

Tabela 5: Taxa de crescimento percentual anual da Produção Mundial, População Mundial e Produção por habitante para períodos selecionados. Para o período 1820-1998 *total* foi calculado pela soma das taxas de crescimento anuais entre 1000-1998

Período	Produção Mundial	População Mundial	Produção por Habitante
0-1000	0,01%	0,02%	0,00%
1000-1820	0,22%	0,17%	0,05%
1820-1998	2,21%	0,98%	1,21%
1000-1998 <i>total</i>	573,78%	313,84%	256,38%

Fonte: Calculado a partir das informações originais em Maddison, 2001, p. 28.

Nos dados apresentados por Piketty (Tabela 4) verifica-se que até 1700 ‘prevaleceu a regra de Solow’, mas a partir de 1700 a correlação entre o crescimento populacional e a produção mundial esteve próxima de 2, isto é, a produção cresce a uma taxa duas vezes maior que a população. Similarmente, para os dados apresentados por Maddison na tabela 5 verifica-se que também até 1820, ou seja, até o marco do tempo-espaço histórico-categorial na porta da segunda revolução industrial, ‘valia a tese de Solow’, mas posteriormente a correlação que ora analisamos passa a ser igualmente próxima de 2, isto é, a produção crescendo muito aproximadamente o dobro do crescimento populacional a cada século.

Logo, dado que o crescimento demográfico, como afirma Piketty em sua terceira tese, está condenado a sofrer inversão o que devemos esperar da dinâmica da produção no século XXI? Como situar os ciclos dentro destas percepções, particularmente face ao possível condicionante mais primário para além dos ciclos no tocante ao crescimento, conforme infere-se de sua primeira tese? Caso se considerasse a veracidade desta correlação no capitalismo, deveríamos esperar, para os anos próximos do longo prazo, taxas de crescimento cada vez mais baixas à medida que se concretizam as projeções de declínio no crescimento demográfico mundial, e, supondo a manutenção de um crescimento estagnado (especialmente se ainda colocamos em consideração a “financeirização”) mas constante, uma elevação brutal da desigualdade num duplo baixo crescimento sendo tendências seculares no século XXI? Como afirma Piketty, “o

reaparecimento das relações elevadas entre o estoque de capital e o fluxo de renda nacional” originam-se “[...] *de um regime de crescimento relativamente lento*” (2014, p. 32). Segundo Fernand Braudel (2009a, p. 82) as longas reversões populacionais parecem ter sido acompanhadas das variações nas tendências seculares da economia-mundo.

Em decorrência da crise financeira de 2008 nos EUA, a dinâmica econômica desta nação e também da Europa e Japão, viram-se não somente imersas numa recessão e estagnação, mais especificamente os economistas viram-se num turbilhão de causalidades econômicas “nunca antes vistas” que ia contra os preceitos dos equilíbrios e premissas neoclássicos. O ex-secretário do Tesouro Americano do Governo Clinton, Lawrence Summers, interpretou a dinâmica e cunhou o termo “estagnação secular”¹⁷⁹ ao publicar um artigo intitulado “*The age of secular stagnation: what it is and what to do about it*” na revista *Foreign Affairs*.

As políticas monetárias colocadas em prática tanto pelo FED quando pelo BCE e pelo Banco do Japão, comprando ativos das principais instituições financeiras *to big to fail*, que haviam tido baixas patrimoniais devido ao estouro da bolha em 2008, somaram, ao todo, US\$ 5 trilhões de dólares durante os quase 10 anos de efetividade. O nome: *Quantitative Easing*. O fato é que, mesmo após esse gigantesco estímulo, as respectivas economias não conseguiram recuperar-se como esperado e muito menos recuperar-se comparativamente ao nível econômico anterior à crise de 2008. Nem tampouco os investimentos apresentaram elevação, nem tampouco a inflação. Paralelamente, além do programa de injeção monetária, os bancos centrais reduziram as taxas de juros alcançando, inclusive, tanto pelo conceito real quanto nominal, taxas de juros negativas, uma heresia econômica. Nas palavras do próprio Summers:

“Almost no one in 2009 imagined that U.S. interest rates would stay near zero for six years, that key interest rates in Europe would turn negative, and that central banks in the G-7 would collectively expand their balance sheets by more than \$5 trillion. Had economists been told such monetary policies lay ahead, moreover, they would have confidently predicted that inflation would become a serious problem – and would have been shocked to find out that across the United States, Europe, and Japan, it has generally remained well below two percent. (SUMMERS, 2016).

Como explicar que a curva de Philips não funcionava mais? Como explicar que apesar do aumento da oferta monetária na economia e das quedas das taxas de juros o equilíbrio de pleno emprego não estava sendo alcançado pelo aumento suficiente dos investimentos? Como explicar que o “mercado” estava preferindo alocar seus recursos

¹⁷⁹ Fenômeno à época tido como novidade é, na realidade, uma possibilidade característica do sistema capitalista ampla e profundamente trabalhada pela literatura de origem teórica marxista e, em menor medida, também keynesiana.

em juros negativos e não em investimentos? Summers propôs então resgatar o conceito de estagnação secular do economista Alvin Hansen elaborado em 1930 para poder responder a todas estas perguntas e, obviamente, como o próprio termo sugere, não se trata, segundo Summers, meramente de uma situação passageira, mas sim de uma situação potencialmente permanente. A razão, segundo ele: um desequilíbrio entre poupança e investimento, ou, mais precisamente, dois movimentos paralelos, aumento da propensão a poupar e diminuição da propensão a investir.

Se partirmos do pressuposto, seja Keynesiano, seja Marxista, de que poupança e investimento, ou oferta e demanda, não necessariamente estão em equilíbrio ex-ante, somente ex-post, evidentemente que esta explicação é um tremendo *quiproquó*. Ademais, sua explicação supõe o marco de 2008 como exórdio, quando na realidade, a “estagnação secular” vem já permanente desde 1970 conforme veremos. Mesmo reconhecendo a concentração da renda como uma das causas desse desequilíbrio, Summers, é claro, não conseguiu ir ao âmago do fenômeno.

Outra avaliação da estagnação secular muito famosa é a de Paul Krugman, no entanto também avalia o problema a partir do marco de 2008. A argumentação sustenta-se na teoria de John Maynard Keynes, precisamente na *Armadilha da Liquidez* e na completa ineficiência da política econômica governamental em agir de modo a debelar o problema da demanda, “dínamo” do sistema (KRUGMAN, 2012, p. 21). Para ele o aumento das dívidas nos anos posteriores a 1980, isto é, o aumento da alavancagem geral da economia americana em conjunto com o processo de desregulação, culminaram na eclosão do “momento Minsky”¹⁸⁰ em 2008. Aí entra sua crítica de que a atuação excessivamente monetarista via FED para tentar evitar a depressão resultou na armadilha da liquidez. “*Essa é a armadilha da liquidez: o que acontece quando zero não é baixo o suficiente, quando o Fed satura a economia com tanta liquidez que, embora não haja custo adicional em manter mais caixa, a demanda total continua muito baixa.*” E a demanda total continua muito baixa, continua,

“quando todos concluíram, de repente, que os níveis de endividamento estavam altos demais, os devedores se viram forçados a gastar menos, mas os credores não estavam dispostos a gastar mais, e o resultado foi a depressão – não a Grande Depressão, mas seja como for, uma depressão” (KRUGMAN, 2012, p. 31).

Por outro lado, Krugman defende que na realidade a depressão somente se mantém porque o governo americano não fez como em 1929 com o New Deal, nem como

¹⁸⁰ Hyman Minsky é reconhecido pela sua “Hipótese da Instabilidade Financeira” a partir da qual a economia teria uma dinâmica cíclica determinada dentro do mercado financeiro devido a esquema Ponzi.

em 1937 com a elevação dos gastos militares, isto é, sustenta que a recuperação depende da reanimação da demanda e, num ambiente de baixíssima confiança privada pós-momento Minsky e recomposição das finanças das famílias, o Estado deve ser o propulsor da demanda através dos gastos públicos. Chega inclusive a dizer:

“ [...] Gastos criam demanda, quaisquer que sejam [...] Durante toda a depressão, vozes influentes advertiram para os perigos dos gastos públicos excessivos e, em consequência, os programas de criação de emprego do New Deal sempre foram muito pequenos, considerando a profundidade da queda da atividade econômica. O resultado da ameaça da guerra foi, finalmente, silenciar as vozes do conservadorismo fiscal, abrindo as portas para a recuperação – por isso brinquei no verão de 2011, dizendo que nossa maior necessidade agora é a ameaça de uma invasão alienígena que leve a gastos maciços com defesas antialienígenas. Porém, o aspecto essencial é que é indispensável para sairmos dessa depressão em curso é outra explosão de gastos públicos” (KRUGMAN, 2012, p. 35-36).

Em frontal confrontação desta proposta as políticas de Austeridade que se seguiram como contrapartida aos pacotes da TROIKA, em razão da crise da Dívida Europeia (PIGS), agudizaram o problema da demanda, dessa vez a economia mundial como um todo começaria a entrar numa prolongada desaceleração econômica, e a “armadilha da liquidez” atingiria a Europa ainda mais em cheio a partir de 2015 quando o BCE começa o programa de compra de ativos. Tudo indica que a liquidez jogada nos mercados desde a crise de 2008 foi alocada justamente para alimentar os mesmos mecanismos financeiros que causaram a própria crise. Os programas de compra de ativos dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão somaram um total de aproximadamente U\$12 trilhões de dólares¹⁸¹.

Em “*The return of depression, economics and the crisis of 2008*” (2009) Krugman aponta o atavismo da crise de 2008 em relação às crises financeiras acometidas por México (América Latina em geral), Ásia e Japão. O traço comum, a desregulamentação e liberalizações; mas o mote é a analogia com os problemas característicos da economia mundial dos anos 30. Apesar de identificar todos esses fatores, o autor não vê o aumento da desigualdade como elemento chave na causação do problema de demanda, o que é bastante curioso, sendo que em “*Um basta à depressão econômica*” afirma:

“O que extraio disso tudo é que provavelmente devemos associar o rápido aumento da renda no topo aos mesmos fatores sociais e políticos que promoveram o afrouxamento da regulação financeira. A lassidão regulatória,

¹⁸¹ <https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-07-09/after-years-of-easing-meet-quantitative-tightening-quicktake>. Nos EUA ainda durante a administração Bush o congresso aprovou o *Troubled Asset Relief Program* (TARP) no valor de U\$ 700 bilhões para capitalizar os bancos. Depois com Obama foi promulgado o *American Recovery and Reinvestment Act* (ARRA) fechado em U\$787 bilhões, um pacote de estímulo à economia que aumentou os gastos governamentais, principalmente nas áreas de assistência médica e previdenciária, isto é, embora igualmente necessário, sob o ponto de vista da retomada de investimentos e da demanda agregada teve poucos efeitos (KRUGMAN, 2012, p. 107-109).

como já vimos, é crucial para a compreensão de como entramos nessa crise. Mas será que a desigualdade, em si, também desempenhou papel importante? [...] Mas será que existe também uma seta de causalidade apontando diretamente da desigualdade de renda para a crise financeira? Talvez; porém, é mais difícil sustentar esse argumento. (KRUGMAN, 2012, p. 75-76)”.
Ainda mais curioso é que Lawrence Summers atribuiu como um dos fatores de

desequilíbrio entre poupança e investimento, exatamente, o aumento da desigualdade e da parcela da renda que vai para os mais ricos. Por outro lado, Summers considera que uma das razões da diminuição da propensão a investir deve-se ao crédito mais apertado após a crise enquanto afirma também que talvez o mais importante na “nova economia” da estagnação secular é que ela tende a conservar capital e ser pressionada pela destruição acionária e, por fim, também aponta a diminuição do crescimento populacional (PRADO, 2014), mas aponta a “causa” para um aumento da poupança, especialmente das famílias que, ao contrário, como sabemos sobre o caso das famílias norte-americanas, são altamente endividadas tendo sido este endividamento papel central na eclosão da crise de 2008¹⁸². Segundo a explicação de Summers a diminuição da propensão a investir não estaria em convergência com a propensão da redução das taxas de juros em razão do aumento da poupança (PRADO, 2014, p. 254).

Eleutério Prado (2014) ao elaborar sua crítica marxista à “sacada” de Summers aponta uma questão importantíssima: que as contradições inerentes ao capitalismo necessitam de “crescimento ininterrupto” poderem ser abafadas, sendo que é o aumento da população empregada em atividades produtivas e não simplesmente o aumento populacional em si um dos cerne do problema do crescimento, sendo que a partir dos anos 60 e com a quarta revolução industrial surgiu um entrave novo na história do capitalismo: a desindustrialização e a diminuição do emprego da força de trabalho em setores produtivos. Por outro lado, o ponto que Prado quer frisar é que enquanto sistema o capitalismo se alimenta sim inerentemente da desigualdade, não sendo um impeditivo à acumulação, que pode originar-se na esfera financeira, estando esta acumulação, neste sentido, em oposição ao crescimento de riqueza material, só que, aí sim, neste contexto, sem uma contrapartida adicional (como o crescimento econômico) o sistema entra no que

¹⁸² Apresentando de maneira mais detalhada o autor mencionado dá razões tanto para o aumento na propensão a poupar quanto para a diminuição na propensão a investir. Então, se de um lado, o aumento da desigualdade e da parcela da renda que vai para os mais ricos, as incertezas sobre aposentadorias e benefícios, a redução na capacidade de tomar empréstimo (se endividar) e maior acumulação de ativos por BC's e fundos soberanos (aqui analisa especificamente a economia americana) aumentam a propensão a poupar; do outro a diminuição no crescimento da população, a disponibilidade de bens de capital mais baratos (aqui novamente para o caso da economia americana) e crédito mais apertado (maior regulação) diminuem a propensão a investir (SUMMERS, 2016 – *The Age of Secular Stagnation*).

seria a “estagnação”. Então afirma que para ter crescimento que “compense” a desigualdade, é fundamental uma oferta de trabalho ou crescimento populacional minimamente compatível ou proporcional só que ainda mais importante do que o crescimento populacional em si é o crescimento da população em *atividades produtivas*, já que é ali que se dá a origem do valor.

Então, problemas vêm se impondo desde 1970: a desindustrialização pela hipertrofia de atividades improdutivas (como serviços e finanças) (veremos nos dados sobre a participação da indústria mundial no PIB mundial); paralelamente, aprofundando o problema, a redução do crescimento demográfico e, finalmente, a diminuição do crescimento econômico. Logo, o significado do “estrangulamento secular” vai além das causalidades apresentadas por Summers e Krugman.

Já para Chesnais, a mundialização, iniciada na década de 80, é fenômeno que vai além de uma simples nova fase de internacionalização do capital em comparação àquela que se seguiu após 1950. É, na verdade, uma “*nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação*” (CHESNAIS, 1996, p.13). Enquanto produto histórico é desdobramento da acumulação da fase Fordista e que alicerçou a necessária base dimensional, e de mais quatro outros processos relacionados ao âmbito da regulação: liberalização (comercial, produtiva e financeira), fragilização e subtração dos direitos sociais do trabalho, desregulamentação e privatização. E, enquanto desempenho caracteriza-se pela redução do crescimento do PIB, do crescimento Industrial, pela “desinflação acelerada”, pelo “elevado desemprego estrutural” e pelo “agravamento das desigualdades na distribuição da renda” (CHESNAIS, 1996, p. 302-303), sendo tal desempenho resultado de alterações nos principais componentes da demanda efetiva: investimento, consumo e gastos públicos (CHESNAIS, 1996, p. 307). Tanto a mundialização quanto a macroeconomia do “encadeamento cumulativo de efeito depressivo” profundo são parte de um todo maior e sistêmico, o Regime de Acumulação Financeirizado. Metodologicamente, afirma “*estas questões dizem respeito tanto à política quanto à economia e estão relacionadas à necessidade de recorrer a uma abordagem sistêmica, lançando mão da noção de ‘totalidade hierarquizada’*” (CHESNAIS, 1996)”. Portanto, tanto a totalidade sistêmica quanto a totalidade hierarquizada estão contidos metodologicamente no próprio conceito de Regime de Acumulação Financeirizado e, por sua vez, a mundialização está contida neste Regime, cujas somas dialéticas culminam num efeito macroeconômico específico, o encadeamento cumulativo de efeito depressivo profundo, porém que, ele mesmo torna-

se, nessa totalidade, igualmente uma causa. Seria então uma tendência secular depressiva da economia mundial.

Embora Chesnais tenha elaborado a “hipótese de encadeamento cumulativo de efeito depressivo profundo” olhando para o cenário da década de 1990 tendo em foco as transformações das estratégias do grande capital e da “desregulação”, há razões suficientes para refletir sobre esta hipótese mesmo posteriormente à conjuntura de expansão verificada entre 1994-2008. Como bem ele mesmo colocou, é necessário enxergar os aspectos da conjuntura também como um sistema. Vejamos como considera o problema:

“A conjuntura mundial dos anos 90 apresenta, pois, as características de uma depressão econômica longa (no sentido de J. Schumpeter, em seu trabalho clássico sobre os ciclos econômicos). Para P. Sweezy (1995), nesta década as tendências são claramente estagnacionistas, como nos anos 30. Mesmo que a retomada, tantas vezes anunciada, viesse a se concretizar, é provável que não seria mais do que parte de uma ondulação, sobre o fundo dessa depressão longa. Se considerarmos os elementos decorrentes da análise que apresentamos, pode-se sustentar a hipótese de que as formas assumidas pela mundialização dos grupos industriais (capítulos 3,4 e 5), dos grandes grupos de distribuição (comércio atacadista e varejista) e do capital monetário (capítulos 10 e 11) exercem, de modo estrutural, um efeito depressivo sobre a acumulação. Esse efeito é global, embora seu impacto sobre os países e os conjuntos ‘regionais’ (isto é, continentais) permaneça diferenciado, de modo que o caráter mundial da depressão não comportou uma sincronização das conjunturas dos três pólos da Tríade (antes pelo contrário) (CHESNAIS, *Mundialização do Capital*, p. 304)”.

Concordamos que, sim, gera um efeito estrutural profundo e, neste sentido, vale conceber dois pontos: como se dá tal “encadeamento de efeito depressivo profundo” e como podemos entender o novo ciclo de Kondratieff que começa na década de 1990. Chesnais avalia as implicações em relação aos componentes da demanda efetiva, consumo, atrelado à renda, investimento privado e gastos públicos. Primeiro avalia as implicações do sistema da mundialização para o componente consumo/renda em decorrência de dois “canais”: (i) “queda dos rendimentos do trabalho assalariado” via destruição de empregos e pressão do rebaixamento dos salários (flexibilização, efeitos do próprio desemprego) e; (ii) “redistribuição da renda nacional em favor dos rendimentos rentistas”. Em segundo, analisa as implicações no componente gasto público. Este é afetado pela redução da arrecadação de impostos relacionados às rendas do trabalho (diretos e indiretos) e, em alguns países este efeito é amplificado pela redução de impostos pagos pelo capital e rendas financeiras. Este efeito gera outro efeito, o financiamento via títulos públicos, aumentando a dívida pública e, com ela, o aumento da crise fiscal, em cenários de elevação do custo da dívida este efeito é tanto pior. Em terceiro lugar analisa as implicações referentes ao componente do investimento. Se, de um lado, o quadro

anterior sob consumo/renda gera o aumento da rentabilidade, sendo este aumento também oriundo das deslocalizações, reestruturações e retrocessos dos direitos trabalhistas, de outro lado, tal rentabilidade, em face dos bloqueios aos demais componentes da demanda e, em face da própria lógica desta nova regulação-ideológica e das vantagens da acumulação financeira face à produtiva, não se traduz em aumento suficiente dos investimentos que signifique um crescimento sustentado da dinâmica econômica. Além do que, este investimento passa a ser “altamente seletivo no plano espacial”. Enfim, estas implicações em relação aos componentes da demanda efetiva tendem a ser cumulativos no tempo e a se retroalimentarem conformando um encadeamento causal cada vez mais intenso e profundo de seus efeitos internos. O resultado é um efeito depressivo profundo, não somente em grau mas, ao longo do tempo, isto é, na temporalidade em processo do capitalismo, oriundo deste encadeamento provocado pelo sistema da mundialização:

“Os mecanismos acima descritos têm caráter cumulativo. Só o investimento privado possui, pelo menos em princípio, a capacidade de contrabalançar os encadeamentos de caráter depressivo, tanto em função dos recursos financeiros que só ele possui, como no plano da legitimidade social que monopoliza. Mas o investimento, ou mais exatamente o capital, não enxerga além do mercado, isto é, na maioria dos casos, da rentabilidade a curto prazo. Por sua vez, as instituições que durante mais de quarenta anos corrigiram a avaliação e orientação dos mercados, ou seja, os Estados, foram incapacitados de agir. Não somente perderam boa parte de seu poder de contrabalançar a depressão, mas, ainda mais, tudo os empurra a implementarem políticas que irão agravá-la ainda mais (CHESNAIS, 1996, p. 309)”.

Este é o significado do encadeamento cumulativo de efeito depressivo profundo, acumular seus efeitos e tornar os próximos efeitos mais profundos, deprimindo assim as possibilidades de dinamização macroeconômica dos componentes da demanda efetiva no longo prazo, afetando, portanto, o crescimento. Porém, temos que responder dois problemas, talvez de caráter semântico ou não, de qualquer maneira é importante tomar em conta. Chesnais afirma que é um efeito depressivo sob a acumulação, entretanto menciona o aumento da rentabilidade do capital. Se, vejamos, aumenta a rentabilidade do capital, isto é, em tese, o que Mandel chamaria de taxa de lucro, em tese, também, tal aumento sustentado deveria estar refletido na sustentação de uma onda de expansão e crescimento. No entanto, um dos efeitos da hipótese de Chesnais é, exatamente, o não crescimento ou baixo crescimento.

Por outro lado, do ponto de vista concreto, observamos que o período entre 1994-2008 apresentou uma onda de crescimento como defende Martins (2011). Ora, como pensar este problema, isto é, como explicar uma nova onda econômica longa em meio a um contexto de depressão profunda da acumulação (segundo Chesnais), o que seria contraditório com a teorização que coloca como denominador comum exatamente a taxa

de acumulação. Poderíamos dizer que esta expansão é correspondente a uma fase A da onda longa econômica ou é um tipo de Fase A num ciclo tipicamente financeirizado; ou ainda, seria uma fase A influenciada pela China, fato que, podemos dizer, teria salvado o mundo de uma depressão pior?

Pensemos. Uma hipótese é que estejamos falando, entre 1994-2008, duma fase A referente não a uma onda longa de (48)50-60 anos, mas a um ciclo menor de conjuntura que por sua vez apresenta suas fases a e B, isto porque seria 14 anos de uma fase A, podendo estar inserida por exemplo num Kuznets. Portanto, sob esta hipótese, continuamos em uma fase B de Kondratieff que já dura, se pegarmos o ano de 1970, 50 anos. Ou, segunda hipótese, a fase B do Kondratieff pós 1945 termina em 1994, mas a expansão financeira e a mundialização do capital e o ciclo sistêmico em declínio reduzem a amplitude e força ascendente da onda econômica longa capitalista em sua fase A. Ou, terceira hipótese, foi oriunda da emergência global da China, variável política-econômica “supersistêmica” e que impõe indagar se adentramos ou estaríamos adentrando num ciclo sistêmico não exclusivo dos norte-americanos. Isto implica pensar, quem é o epicentro econômico do mundo na atual conjuntura, os Estados Unidos ou a China? De qualquer maneira, para todas as hipóteses as evidências de uma tendência secular braudeliânica declinante são fortes, porém são também fortes as evidências de uma onda expansiva na economia mundial a partir de 1990 e que termina em 2008. Estabelecer uma ‘bipolaridade’ entre as hipóteses e todas estas possibilidades é retirar a complexidade do tempo atual, lembramos que os ciclos de Kondratieff são sistêmicos, múltiplos e históricos e pela tese braudeliânica estão inseridos em *trends seculares* maiores.

Segundo Anwar Shaikh (2010) os maiores países capitalistas vivenciaram o começo de um *boom* a partir da década de 1980. Ele afirma que as causas foram devido à queda das taxas de juros, que levou a um aumento no retorno do capital, paralelamente, também devido à queda das taxas de juros, um aumento do endividamento das famílias para sustentação do consumo principalmente num cenário de congelamento dos salários reais dadas as modificações nas relações trabalhistas de Reagan e Thatcher; a desregulamentação das atividades financeiras e aumento da produtividade. Neste artigo, o autor propõe a tese de que a crise de 2008 representou os limites desta lógica: “*The underlying problem was that the fall in interest rates and the rise in debt which fuelled the boom had reached their limits* (SHAIKH, 2010, p. 45). Este cenário teria possibilitado e elevação das taxas de lucro, seus dados (taxas de lucro das corporações não-financeiras norte-americanas) permitem observar o seguinte: entre 1967 (18%)-1983 (8%) houve

uma queda de 10% das taxas de lucro; entre 1983 (8%)-1998 (13%) houve uma subida de 5% e, por fim, entre 1990 (13%)-2010 (10%) houve uma nova queda de 3%, ou seja, nem recuperou os níveis de antes da crise, mas ainda assim é possível identificar uma recuperação. Temos que, como entre 1990 até 2010 houve esta queda da taxa de lucro, a crise de 2009 teria sido a explosão dos limites entre a queda das taxas de juros e o aumento do endividamento das famílias que estava sustentando o consumo, além do que começaram a cair ao mesmo tempo, a partir de 1998, as taxas de lucro e juros desfazendo dois polos da acumulação. Ou seja, teria sido um *boom* estritamente provocado por uma lógica financeira. De qualquer forma houve as taxas de lucros não se recuperaram para os níveis de antes da crise da década de 1970. Outros autores como Gérard Duménil e Dominique Lévy também defendem o caráter financeiro, mas atribuem que o “neoliberalismo sob a hegemonia americana”, após o longo *boom* da década de 1990, havia então chegado a seu momento de crise (DUMÉNIL;LÉVY, 2005, 2011a,2011b).

Pensamos ser imprescindível colocar tal fenômeno em seu devido significado histórico e teórico de longa duração. Na medida em que se tem uma crise secular do capitalismo, se tem também possíveis efeitos sobre a força das ondas econômicas longas. Estas rédeas são ainda mais agravadas pelas tendências seculares da demografia e crescimento segundo as teses apresentadas em Piketty. Outro ponto essencial é que as teorias sobre as ondas longas no capitalismo levam em conta a lógica capitalista para explicar seu desenvolvimento e periodicidade, para explicar o próprio desenvolvimento histórico-concreto do capitalismo enquanto um sistema social e, assim, pois ocorrendo mediante inflexões críticas de intenso descaminho e turbulência social, varrem a histórica capitalista e, mesmo por causa desta e de suas próprias contradições, com guerras Imperialistas e revoluções. Tentaremos observar a dimensão empírica na próxima seção.

Queremos propor que estas ondas longas numa economia planejada (num exercício teórico de comparação) em que sejam diferentes as relações sociais de produção, em que as oscilações das taxas de juros e dos lucros, a necessidade de rebaixamento do valor da força de trabalho e, numa sociedade em que a inovação é totalmente humano-social, nesta sociedade as ondas longas estritamente capitalistas como as conhecemos neste varrer da história não mais seriam uma secularidade do sistema social. Por outro lado, nunca o tempo é linear, reto e tipo “série B”, assim também como deve sempre ser “epicurista”, isto é, haverá, neste novo sistema social, provavelmente, movimentos oscilatórios ou cíclicos, mas estes terão uma temporalidade, uma

periodicidade e um mecanismo distinto dos movimentos cíclicos capitalistas que estudamos como ciclos de Kondratieff.

3.9. Ciclos de Kondratieff e Tendência Secular Declinante após a crise da década de 1970: evidências para a economia mundial.

Conforme nossa exposição teórica, fomos buscar evidências empíricas dos ciclos de Kondratieff e do *trend* secular braudeliano após a década de 1970, tendo como amplitude não somente um punhado de economias, mas a economia mundial, visando preencher a lacuna de que todos os estudos sobre ondas longas são baseados em estatísticas estatais e restritas a algumas economias desenvolvidas (WALLERSTEIN, 1992, p.340)¹⁸³. Da classificação da literatura e de sua breve revisão apontamos dois importantes pontos chave, a sincronização entre países e entre as próprias variáveis. Com dados da economia mundial é possível observar a dinâmica sistêmica e refletir uma sincronização geral, uma conjuntura que pesa sob todas as economias. Iremos apenas apresentar algumas variáveis que permitem identificar o movimento secular da economia mundial a partir da década de 1970 e também que permitem identificar a hipótese de um novo ciclo de Kondratieff a partir da década de 1990.

Segundo Goldstein, do ponto de vista metodológico há seis abordagens possíveis e as variáveis escolhidas dependem da interpretação teórica em foco, elencando-as como segue (GOLDSTEIN, 1988, p. 66 – tradução nossa).

- (i) “Inspeção Visual”: análise visual de dados de séries históricas ou tratamento qualitativo da análise histórica.
- (ii) “Médias Móveis”: usadas para “evidenciar movimentos ondulatórios na série histórica com o intuito de eliminar movimentos cíclicos de mais curto prazo”, recurso não utilizado na inspeção visual. Podem variar, no caso dos Kondratieff, de 9 anos ou menos, dependendo do interesse analítico. Kondratieff usou este método além de ter divididos algumas variáveis pela população procurando identificar oscilações reais.

¹⁸³ Assim procedendo foi necessário entender as limitações envolvidas, de forma que apesar da clássica análise de algumas variáveis serem de praxe na literatura, nos casos em que não conseguimos encontrar dados para a economia mundial, procurou-se encontrar primeiro quais dados existem sobre a economia mundial. Wallerstein coloca assim seu chamado às pesquisas das ondas longas: “Therefore, I am calling for a massive reorientation of long-wave research: (i) towards collection of data at the level of the world-economy; (ii) towards world-economy-wide comparisons; and (iii) towards very long temporality (WALLERSTEIN, 1992, p. 341).

- (iii) Taxas de Crescimento de variáveis econômicas em perspectiva histórica a partir de períodos específicos. Tais taxas são comparadas entre as fases A e B¹⁸⁴.
- (iv) “Desvio da Tendência”: visa identificar movimento de longo prazo usando o recurso estatístico da elaboração de uma linha teórica, uma linha de tendência que será referência para estabelecer os desvios da série empírica em relação à teórica. Kondratieff também usou este método.
- (v) Análise das ondas longas a partir dos ciclos menores.
- (vi) “Análise Espectral” e outras técnicas estatísticas para explorar periodicidade “regularmente fixa” nas séries de dados.

De nossa parte iremos apenas utilizar as metodologias de inspeção visual, médias móveis e taxas de crescimento. Goldstein (1988) afirma que apesar de algumas pequenas diferenças, é realmente impressionante o consenso na demarcação entre 33 estudiosos de todas as escolas teóricas (p. 74). Para Kleinknecht (1992, *New Findings in ...*) há muita controvérsia sobre se os movimentos de preços e juros estão correlacionados com variáveis “reais” como produto, investimento e emprego. Para Oparin (*In: DAY*) somente se pode identificar os ciclos K pelos movimentos de preços e não por séries físicas, o que é problemático. Por exemplo, Gerztein apresenta uma conclusão detonadora do conflito real *versus* nominal:

“Gerzstein passa revista brevemente a la historia económica durante el período de ascenso y descenso del primer (1790-1844/51), y segundo (1844/51 – 1890/96) ciclos de Kondratieff. Sacando sus ejemplos principalmente de la Gran Bretaña y de los Estados Unidos, muestra que el período 1815-40 (descendente en Kondratieff; caída de precios) fue una época de un desenvolvimiento sin precedente de las fuerzas productivas, y realmente ‘el período’ de la revolución industrial. La terminación de las guerras y el restablecimiento de un comercio internacional relativamente libre causó la caída de los precios agrícolas, lo que redujo el coste de vida y contribuyó al incremento de la producción industrial. El período ‘declinante’ del segundo ciclo de precios coincide con la rápida industrialización de los Estados Unidos y Alemania. Tan sólo la dismunuición en el ritmo del crecimiento de la industria británica parecía apoyar la hipótesis de Kondratieff. Pero Gerzstein indicó que este retraso fue únicamente la consecuencia de la creciente industrialización del continente europeo y de los Estados Unidos. Inglaterra perdió su posición como primer productor y exportador de artículos acabados, especialmente de maquinaria; Gerzstein se niega a identificar este proceso en un solo país, acompañado de opuestos desarrollos en otros países, con el descenso de un ‘onda larga’ de carácter cíclico. Por último, en la subida del ciclo de precios más reciente (1890-1914), Gerzstein encontró muchos signos de un retardo general en el crecimiento de las fuerzas productivas y de la producción industrial y agrícola, si se compara este período con las décadas precedentes,

¹⁸⁴ “Pierre Chaunu defines the difference between periods A and B not as ‘growth [versus] decline (*décroissance*) but rather as “growth [versus] less growth (WALLERSTEIN, 1974., p.4)

que coinciden con un ‘descenso’ de la onda de Kondratieff (GARVY, 1979, p. 116)”.

Os movimentos de preços são sintomáticos das condições econômicas, mas não podem ser analisados isoladamente e nem sem o adequado embasamento internacional, isto é, sem o devido tratamento das estratégias de internacionalização do capital. É de fato, sobretudo importante, o comportamento das variáveis reais que refletem por isso dada intelegibilidade histórica do desenvolvimento do capitalismo como fenômeno integrante da globalidade maior que é o Sistema Mundo Moderno Capitalista. Conforme atentou Goldstein em sua revisão das análises empíricas:

“Of all the questions concerning the scope of the long wave, the central issue is whether long waves exist only in *prices* and other monetary variables (for example, interest rates) or also in *production* and other ‘real’ variables (for example, employment, capital investment, volume of trade). Most long wave studies have treated prices and production as moving in synchrony, particularly since periods of marked depression have generally combined both stagnant production and falling prices. But in recent decades, production and prices seem less synchronous, especially with the stagflation (high inflation combined with stagnation of production and employment) of the 1970s (GOLDSTEIN, 1988, p. 65)”.

Veremos que esta fase de estagflação cedeu lugar a um movimento secular de desaceleração inflacionária num contexto também secular de desaceleração econômica. Outro ponto importante da controvérsia empírica sobre a existência e comprovação dos Ciclos de Kondratieff (Ondas Longas) é que originalmente em seu artigo de 1926, Nikolai Kondratieff eliminou o que se denomina como *secular trends*, para conseguir visualizar os movimentos cíclicos. Os *secular trends* estão mais circunscritos na análise Braudeliana dos movimentos de preços de longuíssimo prazo que evidenciam ondas longas com tendências seculares que se sobrepõem também aos ciclos de hegemonia, os quais abordaremos adiante. A nossa intenção em se observar uma tendência secular após 1970 se circunscribe no objetivo de tentar comprovar que há de fundo uma profunda crise da capacidade de crescimento e desenvolvimento do capitalismo em sua amplitude sistêmica.

Há dois aspectos a serem notados, e isto irá ser recorrente na maioria das variáveis que iremos apresentar: primeiro há clara indicação de que a partir da década de 1970 a economia mundial é descrita por uma tendência secular de declínio geral das taxas de crescimento (ou em números absolutos mesmo) das principais variáveis até 2018 e; segundo, neste intervalo de tempo tendencial é possível observar a nova fase A de Kondratieff para 1990/4-2008, quando estoura a crise e maturidade entre 2008-2010, momento a partir do qual por sua vez, marca a passagem do início de uma fase B. Algumas variáveis apresentam indícios de aceleração ou expansão antes de 1990/4, isto

se deve ao lapso temporal dos canais de transmissão dos efeitos de variável a variável, embora estejam sincronizadas.

Para a comprovação nominal apresentamos abaixo dados sobre a taxa de crescimento anual dos custos ao consumidor para a economia mundial entre 1981-2018¹⁸⁵. Segundo a teorização dos ciclos de Kondratieff, a redução dos preços ou a redução da velocidade do crescimento dos custos é um dos sintomas das fases B. Podemos observar no Gráfico 3 que há realmente um declínio até 1999, quando paulatinamente começa a estabilizar-se e a subir a partir de 2002, alcançando um pico em 2008, quando então retorna ao nível de 1999, volta a subir até 2011. Vemos que houve, ainda que sutil, uma elevação sustentada a partir de 1999, mas que, devido à piora da dinâmica econômica mundial a partir de 2012, quando se tornam mais generalizados os efeitos da crise de 2008, é interrompida. Desde então até 2016 a trajetória é de queda sustentada, quando novamente começa a subir. O importante a se notar é a drástica queda de 12% em 1981 para 2,4% em 2018, ou seja, é uma tendência de baixa sustentada durante 37 anos.

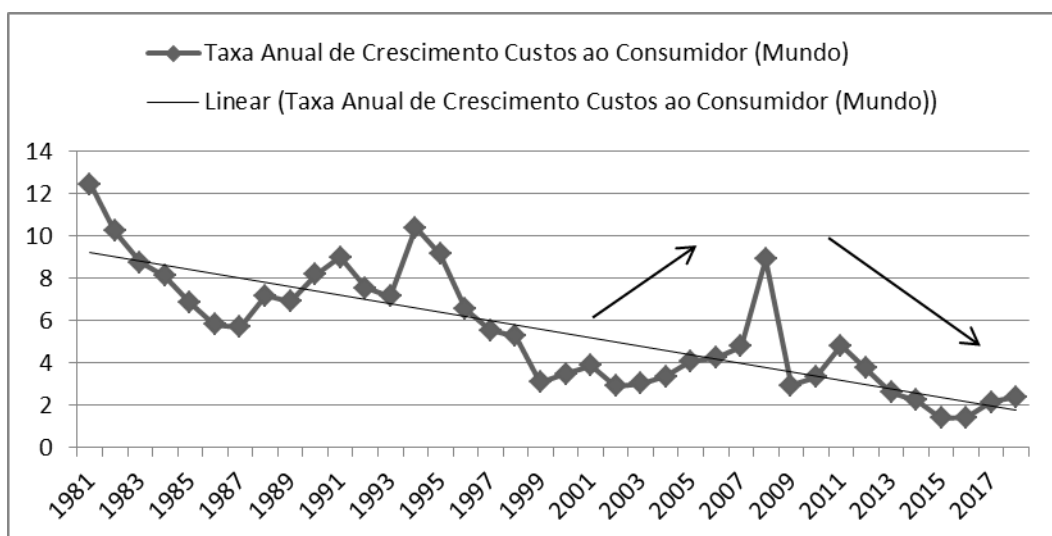


Gráfico 3: Evolução das Taxas anuais de crescimento dos custos ao consumidor para a economia mundial e linha de tendência entre 1981-2017. Fonte: Elaboração própria através dos dados originais de data.worldbank.org, World Development Indicators, Last update 28/08/2018.

Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/FP.CPI.TOTL.ZG?view=chart>

¹⁸⁵ Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/FP.CPI.TOTL.ZG?view=chart>>

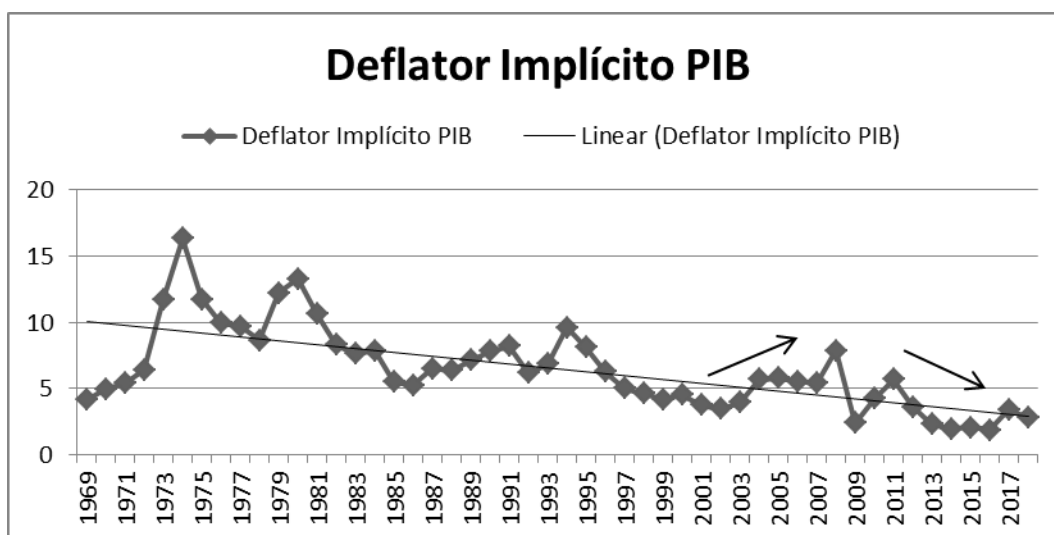


Gráfico 4: Evolução da Trajetória do deflator implícito da economia mundial e linha de tendência entre 1969-2017. Fonte: Elaboração própria através dos dados originais de data.worldbank.org, World Development Indicators data.worldbank.org, Last Updat 20/12/2019. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador> com nome do indicador *Inflation, GDP deflator (anual %)*.

No Gráfico 4 podemos observar a mesma tendência, mas para o deflator implícito, isto é, a razão entre o PIB corrente e o PIB a preços constantes¹⁸⁶. Neste segundo caso, no entanto, vemos que a tendência se revela somente em relação aos choques do petróleo nos anos 70, mas não a partir de 1969. Por outro lado, o aumento entre 2001 até 2008 mostra alinhamento com este período expansivo, assim como a partir de 2011 vota a se reduzir. De qualquer forma, enquanto em 1969 o deflator era de aproximadamente 4%, em 2018 se situa em 2,7%. Apesar de poder ter sido um movimento de ajuste devido à crise da década de 1970, de todo modo os níveis desde a crise de 2008 permanecem abaixo da média histórica para esta série¹⁸⁷. Ainda na esfera nominal o comportamento das taxas

¹⁸⁶ Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.DEFL.KD.ZG?view=chart>

¹⁸⁷ Quando confrontamos a análise visual em questão com a análise visual dos índices (index) a trajetória temporal é um crescimento exponencial para a maioria dos países. Isso, contudo, reflete o compasso básico do movimento absoluto dos preços no tempo, que tendem a subir realmente, porém a questão central é, como plantou Kondratieff, observar este movimento em sua aceleração ou não, mostrar a relatividade da variável em sua dinâmica.

de juros de empréstimo reflete o custo do capital que, segundo a teoria de Kondratieff deve aumentar durante a fase A e declinar durante sua fase B, pois é pré-requisito para um novo ciclo. O problema dos dados sobre as taxas de juros é que o choque de Paul Volcker deu um “visual” de declínio, quando na verdade o choque foi mais político do que outra coisa. Entretanto, já a partir de 1964 as taxas de juros estavam aumentando paulatinamente. Podemos ver no gráfico 5.

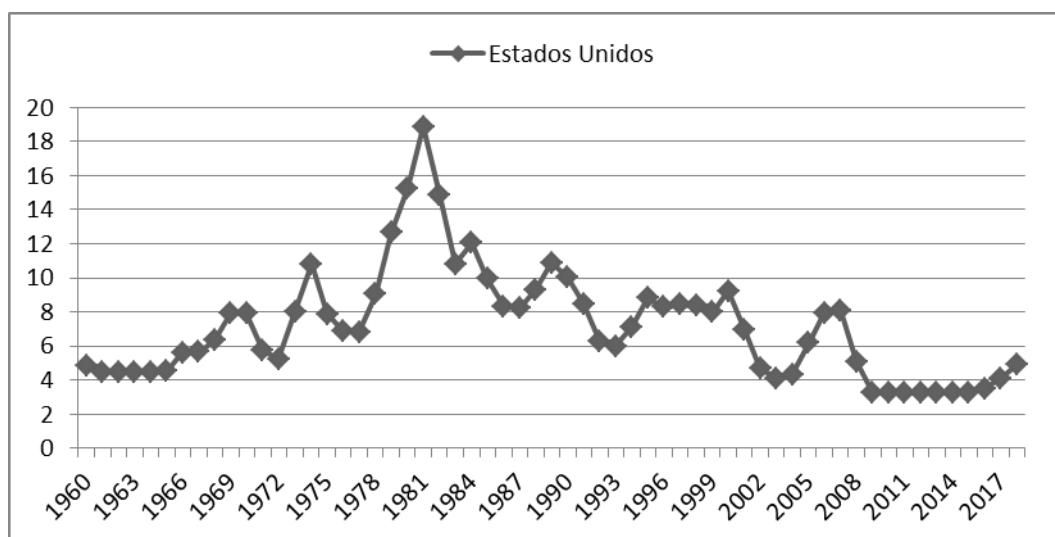


Gráfico 5: Evolução das taxas de juros de empréstimo para os Estados Unidos entre 1960-2017. Fonte: Elaboração própria através dos dados originais de data.worldbank.org, World Development Indicators, Last Update 20/12/2019. Disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.LEND> nome do indicador *lending interest rate (%)*.

A economia do Reino Unido também apresenta elevação anterior a 1979, mas suas taxas de juros atuais são muito inferiores às dos Estados Unidos, sendo seu declínio secular muito mais acentuado como podemos observar no gráfico 6. Assim também ocorre no Canadá (Gráfico 7).

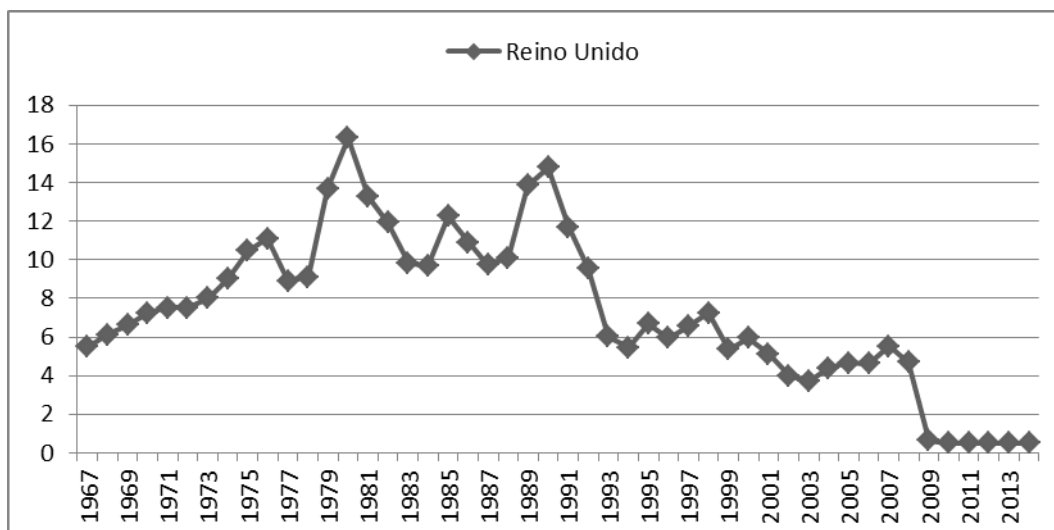


Gráfico 6: Evolução das taxas de juros de empréstimo para o Reino Unido entre 1967-2017. Fonte: Elaboração própria através dos dados originais de data.worldbank.org, World Development Indicators, Last Update 20/12/2019. Disponível em <https://data.worldbank.org/indicador/FR.INR.LEND> nome do indicador *lending interest rate (%)*.

Em geral, as economias apresentaram esta mesma dinâmica de redução sustentada das taxas de juros. Para as economias com dados disponíveis, muito embora as séries não comecem no mesmo ano, variando de caso a caso, a dinâmica foi similar. Destas verificações sabemos que posteriormente à crise de 2008 e à crise da Dívida da Europa, tanto o Fed quanto o BCE estabeleceram regimes monetários de elevadíssima liquidez e juros baixos.

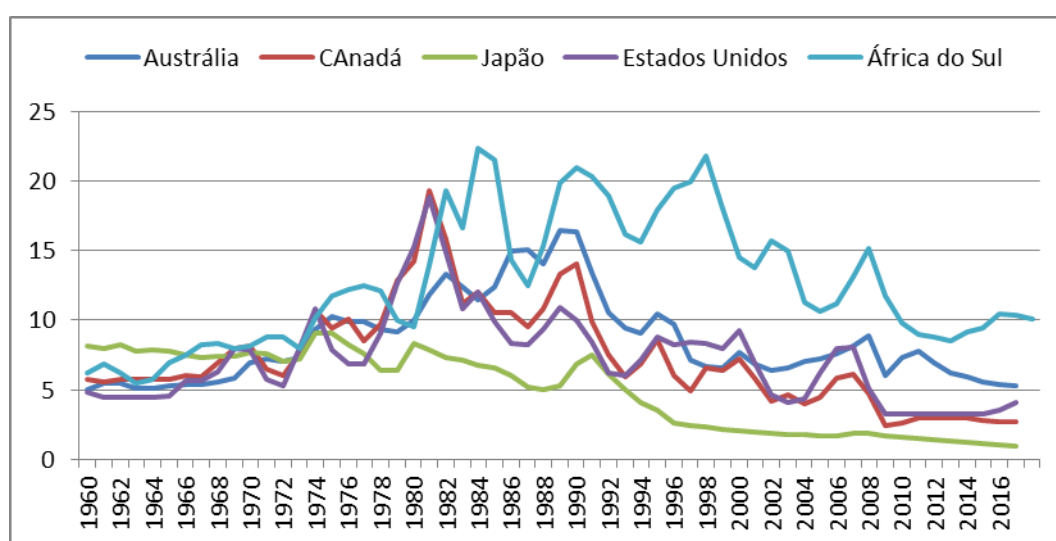


Gráfico 7: Evolução das taxas de juros de empréstimo para Austrália, Canadá, Japão, Estados Unidos e África do Sul entre 1960-2017. Fonte: Elaboração própria através dos dados originais de data.worldbank.org, World Development Indicators, Last Update 20/12/2019. Disponível em

<https://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.LEND> nome do indicador *lending interest rate* (%).

Uma das mais importantes de todas é a relação entre PIB e população mundial, ou seja, a taxa de crescimento percentual da renda per capita, conforme gráfico 8 e tabela 6 abaixo:

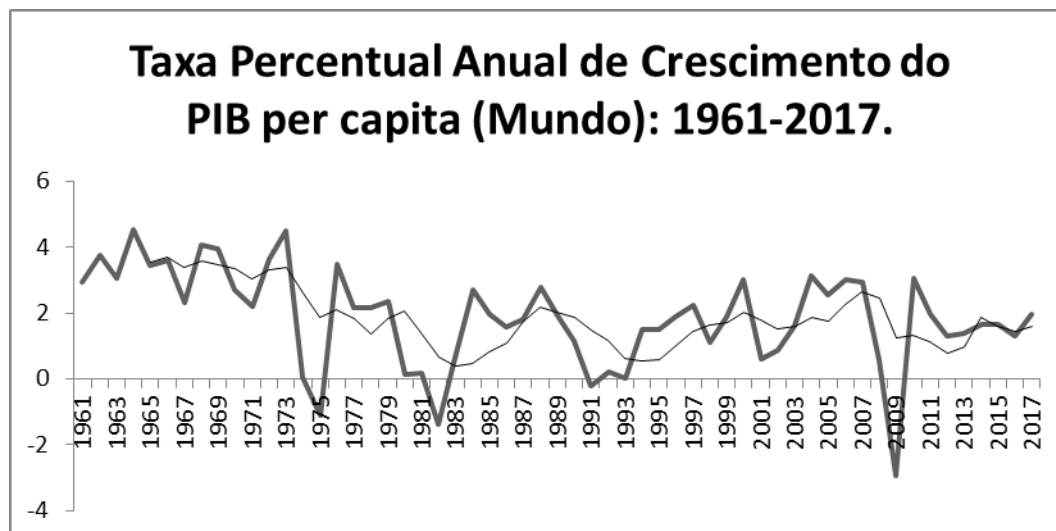


Gráfico 8: Evolução da trajetória das taxas anuais mundiais percentuais de crescimento da renda per capita entre 1961-2017. Fonte: Elaboração própria a partir de dados originais em data.worldbank.org, World Development Indicators, Last Update 28/08/2018 <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?end=2017&start=1961> com nome do indicador *GDP per capita growth (anual %)*.

Tabela 6: Taxas anuais de crescimento do PIB per capita da economia mundial entre 1961-2015 por ano

Ano	1961	1962	1963	1964	1965
Taxa Percentual Anual de Crescimento PIB Per Capita (Mundo): 1961-2017.	2,9	3,8	3,1	4,5	3,4
Ano	1966	1967	1968	1969	1970
Taxa Percentual Anual de Crescimento PIB Per Capita (Mundo): 1961-2017.	3,6	2,3	4,1	3,9	2,7
Ano	1971	1972	1973	1974	1975
Taxa Percentual Anual de Crescimento PIB Per Capita (Mundo): 1961-2017.	2,2	3,7	4,5	0,1	-1,1
Ano	1976	1977	1978	1979	1980
Taxa Percentual Anual de Crescimento PIB Per Capita (Mundo): 1961-2017.	3,5	2,2	2,2	2,3	0,1
Ano	1981	1982	1983	1984	1985
Taxa Percentual Anual de Crescimento PIB Per Capita (Mundo): 1961-2017.	0,2	-1,4	0,6	2,7	2,0
Ano	1986	1987	1988	1989	1990
Taxa Percentual Anual de Crescimento PIB Per Capita (Mundo): 1961-2017.	1,6	1,8	2,8	1,9	1,2
Ano	1991	1992	1993	1994	1995
Taxa Percentual Anual de Crescimento PIB Per Capita (Mundo): 1961-2017.	-0,2	0,2	0,0	1,5	1,5
Ano	1996	1997	1998	1999	2000
Taxa Percentual Anual de Crescimento PIB Per Capita (Mundo): 1961-2017.	1,9	2,2	1,1	1,9	3,0
Ano	2001	2002	2003	2004	2005
Taxa Percentual Anual de Crescimento PIB Per Capita (Mundo): 1961-2017.	0,6	0,9	1,6	3,2	2,5
Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa Percentual Anual de Crescimento PIB Per Capita (Mundo): 1961-2017.	3,0	3,0	0,6	-2,9	3,1
Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa Percentual Anual de Crescimento PIB Per Capita (Mundo): 1961-2017.	2,0	1,3	1,4	1,6	1,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados originais em data.worldbank.org, World Development Indicators, Last Updata 28/08/2018 <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?end=2017&start=1961> com nome do indicador *GDP per capita growth (anual %)*.

Neste período de 54 anos há dois picos de 4,5%, um em 1964 e outro em 1973. Note-se que após 1973 em nenhum dos anos há taxas de crescimento da renda per capita igual (nem superior obviamente) ao pico de 4,5%, cujo último foi exatamente em 1973, muito provavelmente refletindo o aumento da renda per capita dos países exportadores de petróleo. Em todo caso, observa-se que o ponto alto desta variável se encerrou no período 68/73, sendo seu declínio tendencial posterior resultado sintomático da entrada da economia mundial numa fase B de Kondratieff. As médias móveis a cada 5 anos são

respectivamente: 3,5%, 3,3%, 1,9%, 2,1%, 0,8%, 1,9%, 0,6%, 2,0%, 1,8%, 1,3% e 1,6%, conforme o gráfico 9.

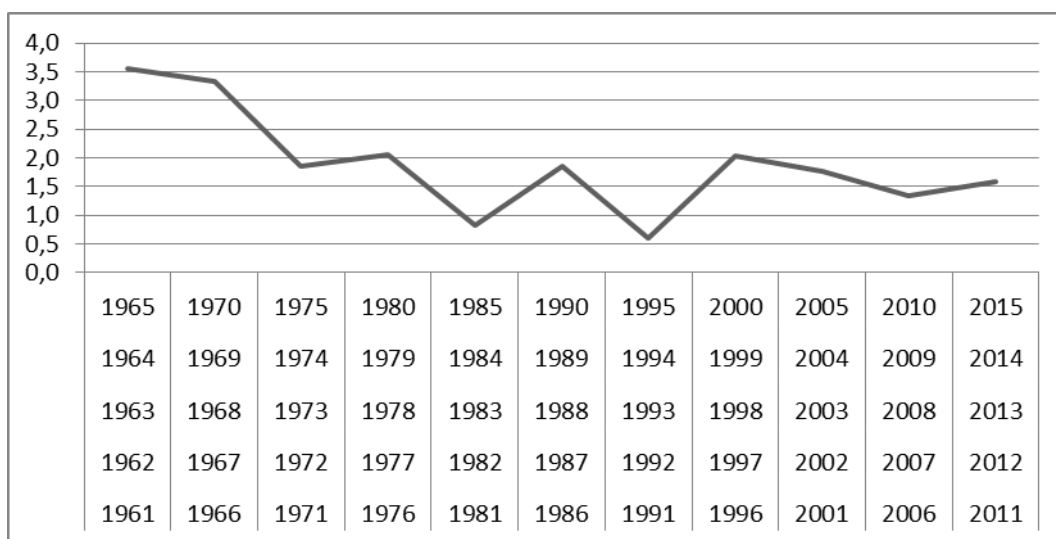


Gráfico 9: Evolução da trajetória das médias móveis de 5 anos da taxa de crescimento da renda per capita para a economia mundial entre 1961-2015. Fonte: Elaboração própria a partir de dados originais em [data.worldbank.org](https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?end=2017&start=1961), World Development Indicators, *Last Update* 28/08/2018 <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?end=2017&start=1961> com nome do indicador *GDP per capita growth (anual %)*.

No acumulado desses 54 anos (1961-2015) o crescimento da renda per capita mundial foi de 107,2%, uma média de 1,98% ao ano. Segundo dados de Maddison, o crescimento entre 1950-1973 foi de 48,5% (Média de 2,1% ao ano); entre 1913-1950 de 28,6% (Média de 0,7 ao ano); entre 1870-1913 foi de 42,6%, média de 0,99% ao ano) e, finalmente, entre 1820-1870 de 23,1%, média de 0,46%). Vale ressaltar, no entanto, que este crescimento de 107,2% acumulado se reduz para 66,98% se retirarmos os anos que ainda correspondem ao período de maturidade da fase A anterior que vai até 73, passando por um breve período de recuperação até 1979, mas depois sustentando o declínio tendencial que leva as taxas de crescimento para abaixo de 2% nos 35 anos entre 1980-2015. Neste intervalo entre 1994 até 2007/2010 houve uma ligeira recuperação devido à entrada num novo ciclo de Kondratieff.

Os dados sobre formação de capital fixo em relação ao PIB também fornecem evidência de um declínio secular a partir da crise da década de 70, muito embora essa proporção tenha mais estabilidade que as demais, contudo é muito importante para uma análise real da economia, pois é um termômetro da formação física e expansão do capital. Enquanto entre 1966 até 1974 a relação da formação bruta de capital fixo com o PIB na

economia mundial saiu de 23,73 para 28,24, após este pico, em 1974, essa relação caiu para 23,78 em 2016.

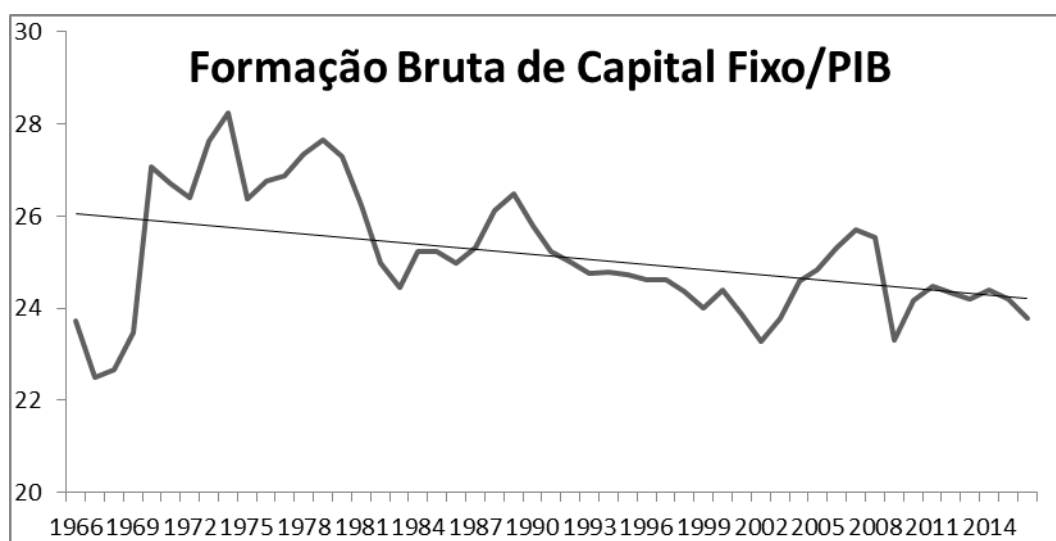


Gráfico 10: Evolução da trajetória da Formação Bruta de Capital Fixo como proporção do PIB para a economia mundial entre 1966-2016 e linha de tendência. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados originais em data.worldbank.org, World Development Indicators, *Last Update 28/08/2018*. Disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/NE.GDI.TOTL.ZS?view=chart> com nome do indicador *Gross Capital Formation (% of GDP)*.

Já a evolução anual das taxas de crescimento das exportações mundiais, apresentada no gráfico 9, refere-se às médias móveis de 9 anos, embora em termos absolutos as exportações tenham crescido exponencialmente, evidenciam onda de crescimento até o final da década de 1970 e posteriormente uma onda em descenso até 2017, tendo tido uma estabilização e ligeira recuperação a partir de 1999, porém a partir da crise de 2008 volta a comportar-se em descenso.

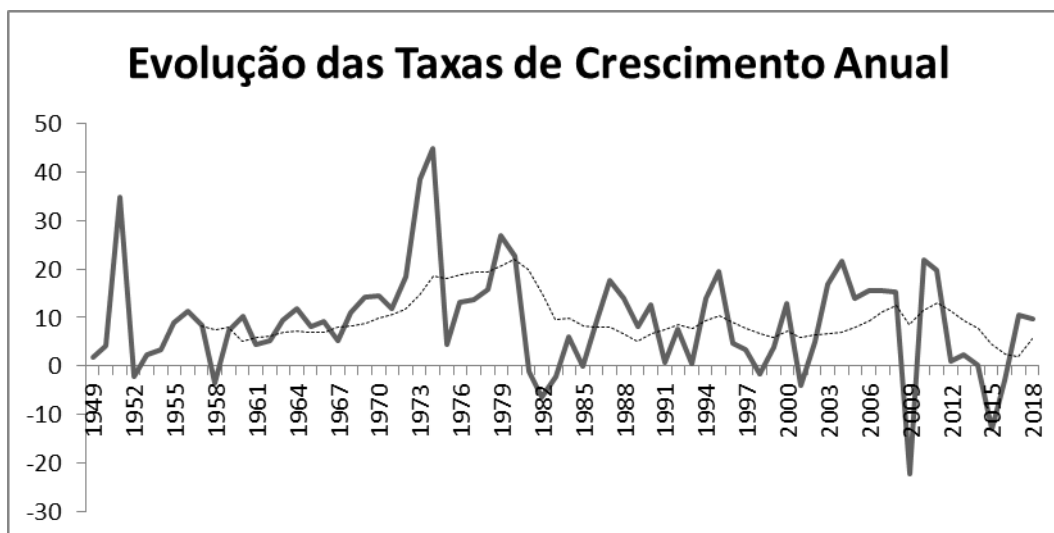


Gráfico 11: Evolução da trajetória da taxa de crescimento anual das exportações de Mercadorias da economia mundial e média móvel de 9 anos entre 1948-2018.. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados originais de volume das exportações mundiais em milhões dólares em World Trade Organization com indicador de nome *Merchandise exports by product group and destination – anual (million US Dollar)*.

Os dados ficam melhor visualmente com as taxas médias de crescimento por período conforme a tabela 6 abaixo. Recortando entre dois períodos, 1949-1974 e 1975-2018, cuja comparação refletiria também dois períodos distintos da ordem e do tipo de regime de acumulação, temos que o primeiro teve média maior que o segundo, tendo em vista o fato de que há entre 1994-2008 uma significativa retomada das taxas de crescimento das exportações de mercadorias mundiais, porém novamente com a crise de 2009 a taxa média de crescimento cai drasticamente.

Tabela 6: Evolução das taxas médias de crescimento das exportações de mercadorias da economia mundial por período selecionado 1948-2018

PERÍODO	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO
1949-1974	11,31
1975-2018	7,88
1994-2008	10,40
2009-2018	2,73

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados originais de volume das exportações mundiais em milhões dólares em World Trade Organization com indicador de nome *Merchandise exports by product group and destination – anual (million US Dollar)*.

São bastante claros também os indícios para as taxas anuais de crescimento do PIB mundial, tanto de um movimento de declínio secular quanto do começo de um ciclo de Kondratieff a partir de 1994. A tabela 7 abaixo apresenta as taxas médias e acumulado do

crescimento para quatro períodos. O período de maior crescimento acumulado e maior média foi entre 1961-1973 (12 anos) como 5,5 % de crescimento e um acumulado de 71,5; no período que marca o grosso da depressão pós 70, de 1974 até 1993 (19 anos) o crescimento acumulado foi de 58,1 e a taxa média de crescimento de 2,9; notem para o período seguinte, até a crise de 2009, um aumento da média para 3,3%, porém não do acumulado, evidenciando parte do declínio secular ainda que com aquecimento da atividade econômica mundial entre 1994-2008 (14 anos); por fim, o período entre 2009-2017 (8 anos) com um acumulado de apenas 22% e uma média de 2,5%, pior média de todos os períodos. Para o período todo entre 1973 até 2018 o crescimento médio foi 2,9%, muito abaixo da média de 5,5% durante apenas 12 anos, isto é, contra 45 anos. No gráfico 11 este movimento secular é visível, assim como a linha mais fina que representa médias móveis de 6 períodos revela uma grande onda de declínio entre 1967-1997, uma curta e rápida onda de aceleração entre 1997-2008, quando novamente torna a declinar.

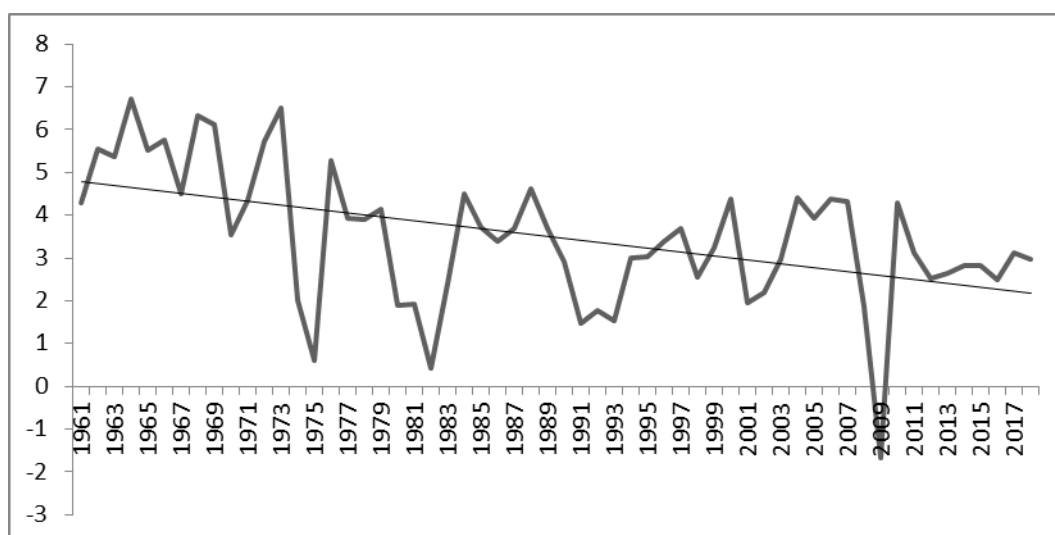


Gráfico 12: Evolução da trajetória das taxas anuais de crescimento do PIB da economia mundial entre 1961-2017. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados originais em World Development Indicators – World Bank, *Last Update 20/12/2019*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2017&start=1961> com nome do indicador *GDP growth (annual %)*.

Tabela 7: Evolução das taxas médias de crescimento do PIB da economia mundial e acumulada entre 1961-2017 para períodos selecionados.

PERÍODO	TAXAS MÉDIAS	ACUMULADO
1961-1973	5,5	71,5
1974-1993	2,9	58,1
1994-2008	3,3	48,9
2009-2017	2,5	22,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados originais em World Development Indicators – World Bank, Last Update 28/08/2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator> com nome do indicador *GDP growth (annual %)*.

Os dados sobre os valores agregados da indústria sob o PIB em dólares correntes mostram o fenômeno da desindustrialização a nível mundial. Embora haja muita controvérsia sobre este fenômeno, vale para mostrar que houve uma redução importante no valor adicionado da Indústria na economia mundial, caindo de 32% em 1995 para 25% em 2017.

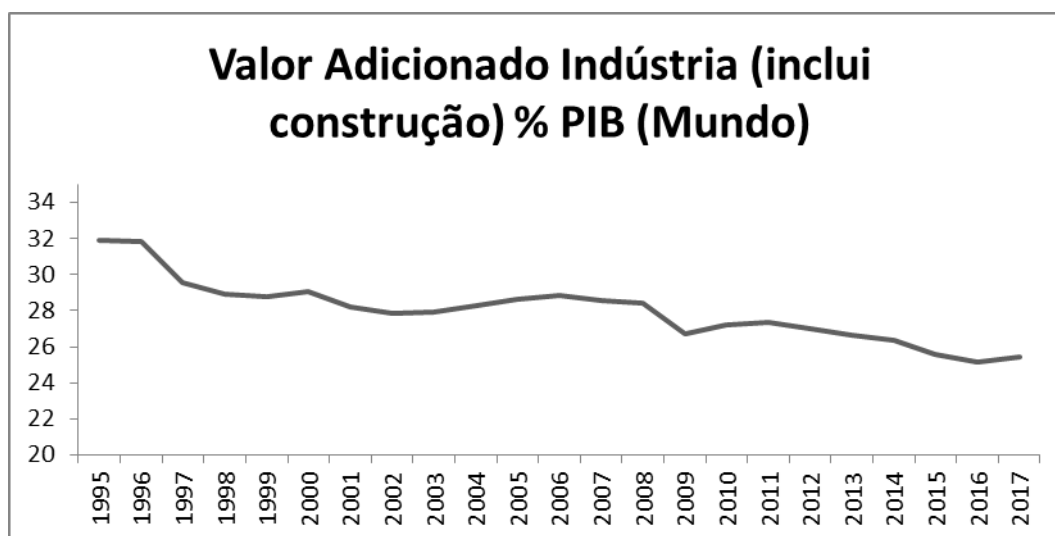


Gráfico 13: Evolução da trajetória do valor adicionado da indústria como porcentagem do PIB para a economia mundial entre 1995-2017. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados em World Development Indicator, Last Update 20/12/2019. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator> com nome do indicador *industry (including construction), value added (% of GDP)*.

Para verificar o nível de densidade dos investimentos na economia mundial de um ponto de vista “globalizado”, é bastante expressiva a tendência temporal de queda dos IDE (*outflows*) em relação ao PIB mundial conforme mostramos no gráfico abaixo. Nota-se que no período entre 1970 e 1984 há uma estabilização dos níveis de IDE em relação ao PIB mundial¹⁸⁸, porém, a partir do acordo do Plaza (1985), quando começa o *soft landing* do dólar, há o começo de uma onda de crescimento até 2000, quando há uma queda e logo uma recuperação em função do estouro da bolha da internet nos EUA. A partir de então volta a crescer anualmente até atingir o pico em 2007. Após a crise de 2008-9 há pontuais elevações, porém nota-se claramente a tendência de queda até 2018,

¹⁸⁸ Pela definição de IDE inclui controle ou influência sobre mais de 10% das ações, podendo ser fusão ou aquisição, *greenfield* e outros.

aproximando-se dos níveis da década de 1970. Mais uma vez podemos notar, portanto, que há uma onda expansiva para esta variável entre a década de 90/2000, entretanto, seu desempenho posterior indica que há forte desaceleração dos fluxos de investimento na economia mundial em proporção ao PIB. A média dos períodos mostra uma estagnação, pois entre 1970-1993 a média anual desta proporção ficou em 0,68%, quando entre 1994-2007 aumenta para 2,64%, permanecendo neste nível com 2,44% entre 2008-2018.

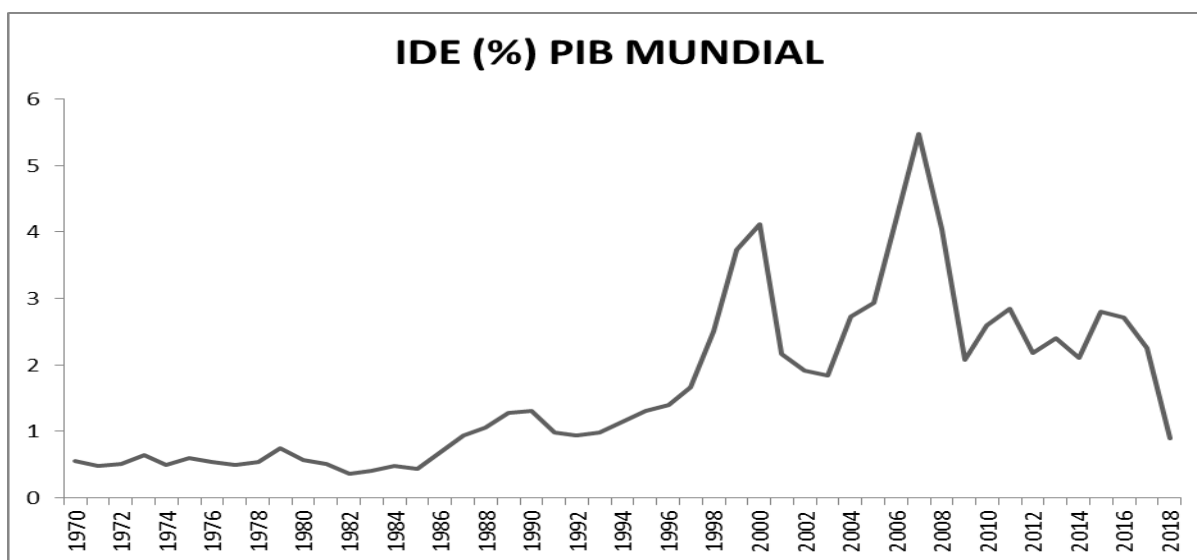


Gráfico 14: Evolução da trajetória de IDE como proporção do PIB da economia mundial entre 1970-2018. Fonte: Elaboração a partir dos dados originais em World Development Indicator, *Last Update 20/12/2019*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator> com indicador de nome *foreign direct investment, net outflows (% of GDP)*.

Para avaliarmos o nível de expansão financeira na economia mundial buscamos confrontar o valor dos preços das ações com o valor do PIB a preços correntes. Entre 1985-2018 o acumulado das taxas de crescimento do PIB mundial foi de 205,62%, enquanto a taxa de crescimento acumulado dos preços das ações no mundo, no mesmo período, foi de 493,72%, mais que o dobro.

Tabela 8: Evolução da trajetória de crescimento anual do PIB mundial e do valor total das ações para a economia mundial entre 1985-2018.

ANO	PIB MUNDIAL	VALOR AÇÕES
1985	5,0	41,5
1986	18,2	65,5
1987	13,8	67,2
1988	11,9	-8,1
1989	4,4	22,5
1990	12,6	-19,3
1991	5,9	-18,5
1992	6,2	-0,4
1993	1,6	43,1
1994	7,4	19,7
1995	11,1	14,8
1996	2,2	23,4
1997	-0,4	42,2
1998	-0,2	24,5
1999	3,7	41,8
2000	3,2	49,5
2001	-0,6	-27,3
2002	3,8	-18,2
2003	12,2	4,4
2004	12,6	24,7
2005	8,3	25,8
2006	8,4	29,2
2007	12,7	53,1
2008	9,7	-5,3
2009	-5,2	-24,9
2010	9,5	5,3
2011	11,1	4,1
2012	2,3	-20,2
2013	2,9	11,4
2014	2,7	15,0
2015	-5,4	41,6
2016	1,5	-22,3
2017	6,3	0,1
2018	6,1	-12,1
1985-2018	205,6	493,7

Fonte: Elaboração a partir dos dados originais em World Development Indicator, Last update 20/12/2019. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator> com indicador de nome *stocks traded, total value (current US\$)* e *GDP (current US\$)*.

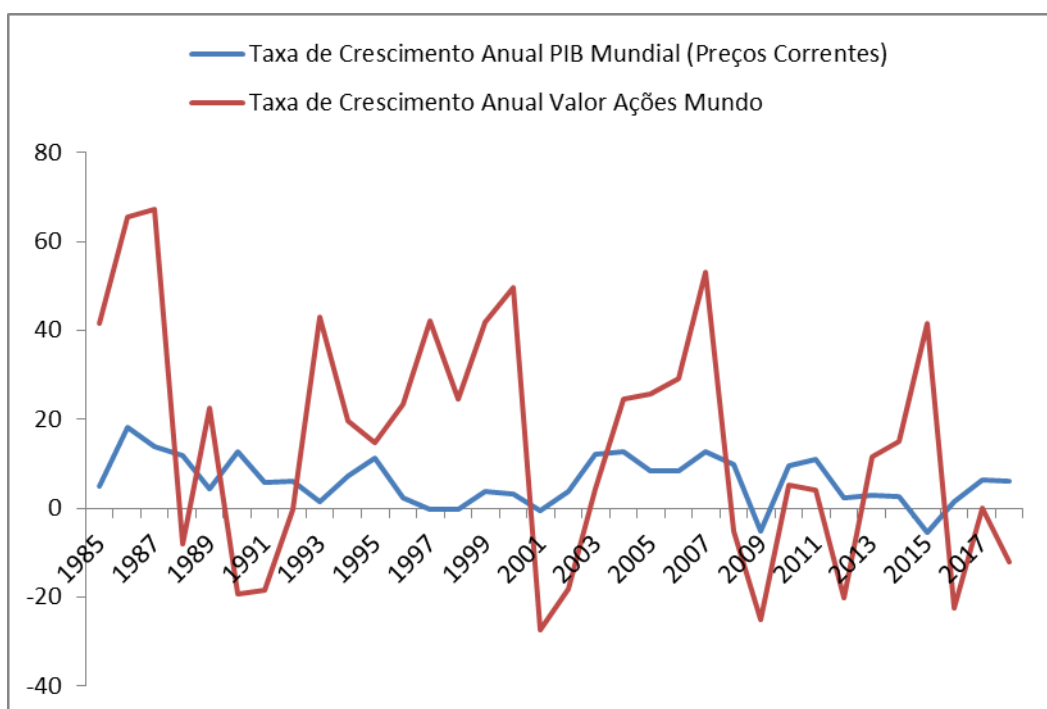


Gráfico 15: Evolução da trajetórias comparada das taxas de crescimento anuais do PIB mundial e do valor total das ações para a economia mundial entre 1985-2018. Fonte: Elaboração a partir dos dados originais em World Development Indicator, Last update 20/12/2019. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator> com indicador de nome *stocks traded, total value (current US\$)* e *GDP (current US\$)*.

Há quedas durante as crises financeiras no começo da década de 1990, durante o estouro da bolha da internet em 2001, durante a crise financeira de 2008 e, atualmente encontra-se abaixo do crescimento do PIB. Enquanto isso o valor nocional dos derivativos (derivativos de crédito, juros e câmbio) somaram 600 trilhões de dólares¹⁸⁹. Na metade de 1999 esse valor era de 81 trilhões de dólares. Seu pico foi na segunda metade de 2013 quando atingiu 710 trilhões de dólares.

Embora não tenhamos encontrado dados para examinar o desempenho das taxas de lucro, no banco de dados do Banco Mundial há indicadores a partir dos quais podemos

189

https://stats.bis.org/statx/srs/tseries/OTC_DERIV/H:A:A:A:5J:A:5J:A:TO1:TO1:A:A:3:C?t=D5.1&p=20172&x=DER_RISK.3.CL_MARKET_RISK.T:B:D:A&o=w:19981.,s:line.nn,t:Derivatives%20risk%20category. Segundo consta no site do BIS o “OTC Derivatives” são os saldos dos *dealers*, principalmente bancos. Cobrem o valor nocional, valor de mercado e exposição ao risco dos derivativos referenciados em taxas de juros, câmbio, *equity*, commodities e derivativos de crédito. As informações se referem a 12 jurisdições: Austrália, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Espanha, Suíça, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos. Incluem também a cada três anos os valores reportados por mais 30 jurisdições.

sustentar associações. Além da taxa de juros, que já apresentamos, podemos verificar a porcentagem de impostos e taxas sob os lucros comerciais. No período de 2005 a 2019 o percentual caiu, saindo de 53% para 40% em 2014, permanecendo em 40% até 2019¹⁹⁰. Dado similar revela que houve uma queda do número de impostos pagos pelos empresários, como média mundial, saindo de 34 em 2005 para 23 em 2019¹⁹¹. Os impostos sobre o comércio exterior também caíram a nível mundial. Como proporção das receitas governamentais, saíram de 5% em 1972 para 3% em 2017¹⁹². Os impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital como proporção da receita saíram de 20% em 1998 para 23% em 2017. No entanto, entre 2001 e 2006 saiu de 21% para 20%¹⁹³. A participação do consumo final no PIB (público e privado) saiu de 4,5% em 1971 para 3,0% em 2018, porém a média entre 2008-2018 ficou em 2,3%, abaixo da média face ao período 1993-2007 com 3,1% e ao período 1971-1993 com 3,2%.

Destarte, podemos verificar que a noção de tendência secular declinante - aquela que mostra declínio dentro de uma duração temporal suficiente para observar a tendência numa direção específica - é observada na maioria das variáveis da economia mundial. Mesmo diante desta tendência, ainda estão sobrepostas as tendências dos ciclos de Kondratieff, refletindo duplamente tanto o momento atual da expansão financeira e da mundialização quanto a lógica da acumulação e oscilação das variáveis do custo do capital e da reorganização da geoeconomia, produzindo um padrão de crescimento baixo e desenvolvimento problemático. No próximo capítulo, que será o capítulo final, buscaremos colocar esta duplicidade em seu significado histórico a partir da construção teórica até aqui elaborada, mas tendo como objeto adicional avaliar a natureza da Hegemonia Americana e seu declínio.

¹⁹⁰ <https://data.worldbank.org/indicador/IC.TAX.TOTL.CP.ZS?view=chart>

¹⁹¹ <https://data.worldbank.org/indicador/IC.TAX.PAYM?view=chart> Mede todos os impostos e contribuições nos níveis federais, estaduais e municipais, não inclui contribuições trabalhistas. “The taxes covered go beyond the definition of a tax for government national accounts (compulsory, unrequited payments to general government) and also measure any imposts that affect business accounts. The main differences are in labor contributions and value added taxes. The data account for government-mandated contributions paid by the employer to a required private pension fund or workers insurance fund but exclude value added taxes because they do not affect the accounting profits of the business - that is, they are not reflected in the income statement” (data.worldbank.org/details). Tal como descrito no site.

¹⁹² <https://data.worldbank.org/indicador/GC.TAX.INTT.RV.ZS?view=chart> Incluem taxas sob importação, exportação, lucros de exportação ou importação de monopólios, lucros comerciais e cambial.

¹⁹³ <https://data.worldbank.org/indicador/GC.TAX.YPKG.RV.ZS?view=chart> “Taxes on income, profits, and capital gains are levied on the actual or presumptive net income of individuals, on the profits of corporations and enterprises, and on capital gains, whether realized or not, on land, securities, and other assets. Intra governmental payments are eliminated in consolidation.”. Tal como descrito no site.

CAPÍTULO 4: Ciclos Sistêmicos de Acumulação, Ciclos de Kondratieff e a Natureza do Declínio da Hegemonia Americana.

4.1. Ciclos Sistêmicos de Acumulação e Ciclos de Kondratieff: teoria e análise histórica.

No debate entre Trotsky e Kondratieff, refinado na teorização de Ernest Mandel, a questão da natureza endógena ou exógena das ondas longas também era a questão na natureza correlacional entre os condicionantes econômicos e políticos, em geral, como as superestruturas do desenvolvimento capitalista estão correlacionadas com os ritmos cíclicos das ondas longas no capitalismo em seu nível superestrutural. Em primeiro lugar, em nossa discussão sobre os ciclos de Kondratieff e o capitalismo, apontamos que a questão da saída do equilíbrio era central e como tal esteve profundamente concatenada com os “marcos de passagem” para o capitalismo e que ficaram também conhecidos como o fenômeno da grande divergência, a partir do qual explodem as desigualdades regionais do sistema. Em sendo os ciclos/ondas de Kondratieff, por isso, identificáveis para a lógica de desigualdade capitalista e, em sendo explicado em seus aspectos causais tanto pela taxa de lucro quanto outras variáveis, considera-se a lógica cíclica específica destas ondas seja específica ao modo de produção capitalista e que, por isso, na hipótese de haver um movimento cíclico para outros tipos de modos de produção, este movimento será coordenado a partir de outras variáveis e outras correlações dialéticas. Por outro lado, apesar de ser profundamente determinado a partir das leis de desenvolvimento do capitalismo, é também determinante nas implicações sociais e políticas, mas os resultados e conflitos destas “ordens” não decorrem isoladamente da dinâmica cíclica do capitalismo. Nota-se, dentro do exposto até agora, que o campo científico das ondas longas é suficientemente rico e coloca a interação entre economia e política como questão vital das Relações Internacionais, sendo, por isso, propriamente um campo da Economia Política Internacional. No que se trata das relações internacionais e das relações de competitividade temos ainda que considerar os Ciclos Sistêmicos de Acumulação e a natureza das Hegemonias.

A dinâmica dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação implica que as hegemonias se fragilizam em razão das contradições intrínsecas aos seus momentos históricos e, também, em razão da natureza de suas hegemonias dentro da perspectiva do Sistema em si. Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi entendem os ciclos de hegemonia como parte mesmo do modo de acumulação capitalista histórico e não simplesmente como

fornecedor de “bens públicos”. Em primeiro lugar temos que definir o conceito de Hegemonia.

Conforme define Wallerstein, a posição idiossincrática da Hegemonia advém da superioridade em três instâncias: produção industrial, comercial e financeira; promovendo um desequilíbrio na capacidade de exercer e estabelecer “regras” e “vontades” nas arenas econômica, social, política, militar e diplomática (WALLERSTEIN, 2000, p. 255). A Hegemonia seria o momento específico no tempo deste Sistema em que um país detém simultaneamente superioridade nas esferas produtiva, comercial e financeira, tendo sido conquistadas e perdidas nesta mesma ordem: produtiva, comercial e financeira (WALLERSTEIN, 2000, p. 257). Ainda, por isso, segundo ele, é um fenômeno que ocorre em circunstâncias particulares não aleatórias e desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo histórico (WALLERSTEIN, 2000, p. 255-256). Segundo Wallerstein, do ponto de vista ideológico nestes espaços temporais de simultaneidade, as Hegemonias tendem a propagar um liberalismo global (WALLERSTEIN, 2000, p. 257); do ponto de vista militar são potências navais e, agora, navais e aéreas (WALLERSTEIN, 2000, p. 257). Parte importante do processo cíclico das Hegemonias é a existência de um espaço temporal dentro do qual o Sistema entra em um estado de “caos sistêmico” e que se encaixaria nos períodos de guerras de transição hegemônica que para Wallerstein são as “Guerras Longas de Trinta Anos”, as quais já teriam ocorrido três vezes: durante o ciclo Holandês, Inglês e Americano:

“In each case, the hegemony was secured by a thirty-year-long world war. By a world war, I shall mean (again somewhat restrictively) a landbased war that involves (not necessarily continuously) almost all the major military powers of the epoch in warfare that is very destructive of land and population. To each hegemony is attached one of these wars. World War Alpha was the Thirty Years’ War from 1618-48, when Dutch interests triumphed over Hapsburg in the world-economy. World War Beta was the Napoleonic Wars from 1792-1815, when British interests triumphed over French. World War Gamma was the long Euroasian wars from 1914-45 when U.S. interest triumphed over German (WALLERSTEIN, 2000, p. 258)”.

Nota-se que os desafiadores posteriormente hegemônicos foram semi-periferias, a Holanda em relação às potências Ibéricas do Atlântico e cidades-italianas, a Inglaterra e os Estados Unidos. Note-se que nestas guerras o futuro país hegemônico não necessariamente lutou contra a antiga hegemonia, como no caso da primeira guerra dos Trinta Anos; mas pode aliar-se à velha hegemonia para responder ao desafio de poder que emana de outra potência, geralmente representada por alguma ameaça de cunho ideológico fora do padrão da “geocultura” em construção. A Holanda com o

protestantismo, a Inglaterra contra a França Napoleônica e os Estados Unidos, Rússia, Inglaterra e França contra os autoritarismos e nazi-fascismos de Alemanha, Itália e Japão.

Immanuel Wallerstein sugere ainda que as transições hegemônicas sejam parte da explicação para os *trend seculares* já que supondo a existência destes ciclos de longuíssima duração, percebe-se que as grandes guerras globais e subsequentes eras hegemônicas estão localizadas no entorno espaço-temporal (“*just before and after*”) do pico (WALLERSTEIN, 2000, p. 259). E não tarda a atrelar os movimentos dos ciclos das Hegemonias ao aspecto ou dimensão política do funcionamento do capitalismo como modo de produção (WALLERSTEIN, 2000, p. 259). As hegemonias seriam a expressão da aceleração da acumulação de capital no tempo através de certos aspectos qualitativos-institucionais, mas que são parte da própria lógica da acumulação enquanto centralização da apropriação entre capitais, mas manifestada entre Estados, a temporalidade política do capitalismo histórico, não sendo exógeno, mas constitutivo no “tempoespaço estrutural”, nos ajudam as palavras de Wallerstein:

“The capitalist world-economy is not comprehensible unless we analyze clearly what are the political forms which it has engendered and how these forms relate to other realities. The interstate system is not some exogenous, God-given, variable which mysteriously restrains and interacts with the capitalist drive for the endless accumulation of capital. It is its expression at the level of the political arena (WALLERSTEIN, 2000, p. 264)”.

Portanto, as hegemonias são temporalidades e espacialidades geográficas, econômicas, políticas, militares e ideológicas do Sistema Mundo Capitalista cujas características denotam períodos qualitativos da evolução do Sistema. Por outro lado, como parte constitutiva do próprio Sistema, há tendências seculares deste que são mais fortes que as capacidades hegemônicas, isto é, as hegemonias são limitadas pelo próprio Sistema, pois o Sistema é que é a força maior (as Hegemonias são peças do Sistema, quando na verdade quem se desenvolve é o Sistema em sua totalidade, já que um complexo de determinações). Supõe-se, contudo, que este Sistema deve ser orquestrado em algum sentido, próximo ao que seria um “fornecimento de bens públicos”, mas mais, algo atrelado à “ordem”, regras ou padrões de conduta relativamente comuns e que beneficiem as partes de modo a não gerar uma competição exacerbada, tendo por essa perspectiva o papel das hegemonias uma conceituação atrelada à noção de “interesse geral” (ARRIGHI, 1996).

Para se reproduzirem as trocas, a Divisão do Trabalho e as condições materiais da economia é necessário um nível de padrão mínimo que seja capaz de costurar os diversos interesses do Sistema como sendo um “interesse geral”. Quando um Estado consegue

tomar para si a liderança de ditar tal interesse geral, estamos falando em Hegemonia: “*Um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral. É esse tipo de liderança que torna hegemônico o Estado dominante*” (ARRIGHI, 1996, p. 29). Para Arrighi, a liderança está relacionada ao reconhecimento dela e relacionada à capacidade da Hegemonia de unificar coerção e consentimento, atravessando de um a outro polo através de diversos instrumentos.

Num segundo momento da conceituação, Arrighi define as Hegemonias Mundiais, as quais somente poderiam emergir “*quando a busca do poder pelos Estados inter-relacionados não é o único objetivo da ação estatal*” (ARRIGHI, 1996, p. 29), ou seja, se, o único objetivo fosse somente a busca pelo poder, seria praticamente impossível conceber a possibilidade de um país exercendo liderança hegemônica, pois qualquer tentativa geraria represálias que travariam a consecução deste objetivo, não havendo a possibilidade de um consenso, ademais, pressões sociais e políticas internas às nações, exatamente no âmago da materialidade das classes, do desempenho da vida econômica etc são objetivos concomitantes. Em suma, pela proposição de Arrighi, num Sistema inerentemente anárquico como o Sistema Mundial Capitalista, onde não há a presença de um “governo mundial” ou “Estado Mundial” há a possibilidade de “Ordem” exercida pela liderança de um Estado cuja capacidade para exercer tal liderança assenta-se em outros poderes construídos através de algum tipo de transformação inovadora para a acumulação capitalista nos níveis organizacionais do Estado e das Empresas. As hegemonias fazem parte da montagem da “ordem”, mas esta não se limitaria, do ponto de vistas das possibilidades históricas, apenas à existência de hegemonias, sendo estas últimas uma característica própria do capitalismo enquanto “sistema sistêmico” de acumulação de riqueza e poder.

Contudo, a “ordem anárquica” intercala-se com o “caos sistêmico” que se refere “*a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização*” (ARRIGHI, 1996, p. 30). As transformações mencionadas, neste sentido, devem ser capazes de superar a situação de “caos sistêmico”, em geral, consolidadas após brutal desgaste das forças políticas e econômicas envolvidas nas principais lutas no interior deste caos sistêmico, saindo vitoriosa apenas a grande nação inovadora. Esta inovação permite superar a situação de caos sistêmico, através de uma nova estratégia para a coordenação interestatal e intra-social. São as chamadas “reestruturações fundamentais”. Estas reestruturações, contudo, não estão isentas de contradições. As reestruturações estão

relacionadas a algum tipo fundamental de inovação organizacional do Estado e das relações intercapitalista no sentido de “superar a concorrência”. Assim, ao passo em que o pilar da Hegemonia Holandesa foi seu papel de entreposto comercial, o pilar da Hegemonia Inglesa foi a “Internalização dos Custos de Produção” e o da Hegemonia Americana a internalização dos “Custos de Transação” (ARRIGHI, 1996). Estas inovações levaram a reestruturações nos padrões monetários, na Divisão Internacional do Trabalho (utilização territorial para a acumulação, a “lógica territorialista”), estabelecendo novos “Regimes de Acumulação”, com padrões, regras, políticas etc. Estas inovações teriam sido capazes de articular o crescimento econômico e a expansão material das economias envolvidas em sua lógica. Contudo, o próprio sucesso expansivo da lógica leva à elevação da “concorrência interestatal e intercapitalista” na medida em que a hegemonia começa a perder sua superioridade produtiva e comercial, quando, por último, perderia sua superioridade financeira.

É importante ressaltar que a anarquia do Sistema Interestatal Moderno está sustentada pelo conceito de Soberania, o que confere a possibilidade de estabelecer leis soberanas entre as quais a da propriedade privada¹⁹⁴ que é um dos pilares do capitalismo. Assim, um sistema de Estados Soberanos é um sistema que pôde consolidar um pré-requisito do próprio tempo-espaço histórico-categorial. Assim, formam-se dois níveis de contradição, uma oriunda das relações capitalistas em si e outra oriunda da natureza da reestruturação ao confrontar-se com as bases sociais. Estas contradições estão sintetizadas nos conceitos de expansão material e expansão financeira, fases básicas dos ciclos sistêmicos de acumulação. Outra contradição essencial é a estabelecida entre “capitalismo” e “territorialismo” na medida em que, conforme analogia de Arrighi (1996, p. 33), o capitalismo, através do Estado e dos agentes domésticos donos e centralizadores da propriedade privada, utilizam o *território* para acumulação de meios de pagamento adicionais¹⁹⁵. Em razão das próprias limitações expansivas, o esquema D-T-D’ tende a tornar-se cada vez mais complexo. O produto destas contradições é a crescente

¹⁹⁴ “Em contraste com o sistema medieval, ‘o modern Sistema de governo consiste na institucionalização da autoridade pública em domínios jurisdicionais mutuamente excludentes’ (Ruggie, 1983, p. 275). Os direitos de propriedade privada e os direitos de governo público tornam-se absolutos e distintos; as jurisdições políticas tornam-se exclusivas e são claramente demarcadas por fronteiras; a mobilidade das elites dominantes pelas jurisdições políticas se torna mais lenta e acaba por ser suspensa; a lei, a religião e os costumes tornam-se ‘nacionais’, ou seja, não sujeitos a nenhuma outra autoridade política senão a do soberano (ARRIGHI, 1996, p. 31).

¹⁹⁵ “Parafraseando a fórmula geral de Marx sobre a produção capitalista (DMD’), podemos traduzir a diferença entre essas duas lógicas do poder pelas fórmulas TDT’ e DTD’, respectivamente (ARRIGHI, 1996, p. 33).

incapacidade da aceleração das taxas de lucro investido na produção e comércio como proporção do capital acumulado. A acumulação então tende à valorização do capital na esfera financeira.

*A lógica de valorização financeira do capital apresenta-se como um momento de fuga devido à desorganização do padrão material. Apresenta-se como uma fase em que, diante do “caos sistêmico”, projeta-se uma concorrência interestatal na qual o vencedor irá reestruturar fundamentalmente as bases organizacionais e de acumulação, abrindo espaço para uma nova fase de expansão material, na qual predomina um regime de acumulação pertinente ao novo ciclo sistêmico de acumulação, isto é, a expansão financeira é intermitente e transitória por ser apenas sintoma do amadurecimento de um antigo regime e historicamente superada por nova expansão material, liderada por novo Estado Hegemônico mediante bases organizacionais e geoeconômicas totalmente novas. Ao mesmo tempo, segundo Arrighi (2008, p. 241-243), alguns velhos fenômenos acontecem em todas as expansões financeiras:

- 1) Todas as expansões financeiras desencadeiam três efeitos: (i) “oferta cada vez maior de dinheiro e crédito”; (ii) devido à inviabilidade de realização e lucratividade, há privação de governos e populações de apropriar-se dos rendimentos acumulados anteriormente; (iii) em decorrência de (i) e (ii), “criação de nichos de mercado altamente lucrativos para intermediários financeiros”.
- 2) “Inflação da riqueza e poder” da nação Hegemônica logo após a crise sinalizadora, aprofundando a crise de superacumulação.
- 3) Aumento da concorrência econômica e dos conflitos entre os Estados.
- 4) Redistribuição da propriedade do capital via acumulação por desapropriação.
- 5) Inversão da relação credor/devedor entre o Estado hegemônico e o seu sucessor. “Os mecanismos de inversão variaram de uma transição a outra”, mas, em todas, a “guerra foi um ingrediente essencial”.

* Parágrafo originalmente escrito em meu artigo “*Fase ou Regime de Acumulação: um diálogo entre as interpretações de Giovanni Arrighi e François Chesnais face à atual expansão financeira*” (2016).

**Por isso, Arrighi afirma que as tendências que parecem inéditas hoje no âmbito da ascensão do setor financeiro são na realidade familiares ao capitalismo histórico. A novidade encontra-se, neste caso, no máximo no grau e complexidade, mas não de tipo nem de caráter. Arrighi aponta a expansão financeira como um braço forte da globalização recente, contudo afirma que seu verdadeiro significado é uma tentativa de reconstrução da hegemonia americana, assim como também se manifestou nos ciclos sistêmicos anteriores. A expansão financeira coincide com o declínio do Estado hegemônico e, por isso, do regime de acumulação até então em vigor proposto por tal *hegemon*.

O declínio do Estado hegemônico, superestrutura angular, é resultado da perda de sua competitividade produtiva sendo conduzido à marcha da expansão financeira¹⁹⁶. Entretanto, os ritmos e ciclos das hegemonias não estão isolados, ocorrem também dentro da dinâmica dos ciclos de Kondratieff, podemos dizer que, na verdade, o que Giovanni Arrighi denominou de “ciclos sistêmicos de acumulação” são a fusão entre o tempo-espaço estrutural e do tempo-espaço histórico-categorial que se reflete nas ondas longas com as suas características já abordadas propriamente atreladas ao modo de produção capitalista. Como afirmou corretamente Barnett, Kondratieff pode ter previsto uma transição de hegemonia:

“Kondratiev could be interpreted as predicting a fundamental shift in international power relations between the newly-industrialising transoceanic countries and the existing world powers within Europe, brought on by the varying impacts of the war and the declining wave of the third long cycle. The fact that this might bring new social relations was also mentioned by Kondratieff, although he did not expand on this idea in any detail (BARNETT, 1997, p. 111)”.

As hegemonias são um aspecto de longa duração do capitalismo histórico, uma “imutabilidade” observável ao longo do desenvolvimento do sistema mundo. As ondas econômicas longas são a outra “imutabilidade” da longa duração que tratamos no capítulo anterior. Ambas estas “imutabilidades essenciais”, no entanto, manifestam-se criando

** Parágrafo originalmente escrito em meu artigo “*Fase ou Regime de Acumulação: um diálogo entre as interpretações de Giovanni Arrighi e François Chesnais face à atual expansão financeira*” (2016).

¹⁹⁶ “[...] a concorrência interestatal foi um componente crucial de toda e qualquer fase de expansão financeira, bem como um fator de vulto na formação dos blocos e organizações governamentais e empresarias que conduziram a economia capitalista mundial por suas sucessivas fases de expansão material. Mas que [...] a *concentração* do poder nas mãos de determinados blocos de órgãos governamentais e empresarias foi tão essencial para as reiteradas expansões *materiais* da economia mundial capitalista quanto a concorrência entre estruturas políticas ‘aproximadamente equivalentes’ (ARRIGHI, 1994, p. 12-13).

“diferenças essenciais” entre períodos históricos embora preservando a continuidade e influenciando no desenvolvimento das estruturas e das tendências seculares do sistema. São, por isso, categorias sistêmicas.

As narrativas da longa duração procuram estabelecer correlações causais entre eventos e processos que possuem uma distância temporal. Contudo, nenhum tipo de processo ocorre com total capacidade para vislumbrar “segundo a segundo” o encadeamento das coisas. Exemplo de qualquer flor ou árvore que somente notamos seu desenvolvimento por certos lapsos de tempo e estação. A questão é que a longa duração tem um aspecto duplo, ela se desenrola pelas estruturas, mas também está presente nas rotinas da vida material que são afetadas paulatinamente e muito vagarosamente, especialmente se temos em foco a vida de cada indivíduo, somente em eventos de brutal repercussão como guerras e revoluções é que conseguimos ver o tempo acelerado ou em processo. São explosões de longa duração, que evidenciam o desabrochar das temporalidades e transformações atômicas numa síntese somente compreensível pela dialética da longa duração. É como se tivéssemos que, em conjunto com o pensar as categorias, como do simples ao concreto, ou, do abstrato ao concreto, tivéssemos que ir do tempo curto, ao médio, do médio ao longo, do longo ao médio e do médio ao curto, indo e voltando, Braudel sugeriu isto, até conseguirmos vislumbrar o processo que conecta e revela as várias camadas das “imutabilidades essenciais” e das “diferenças essenciais”. Assim, por exemplo, não podemos confundir as Hegemonias com uma situação absurdamente pura de paz onipresente, nem de ausência de competição, nem de exclusividade na produção, comércio e finanças, temos que pensar o conceito mais a fundo para compreender o processo cíclico que se desenrola no tempo.

Por outro lado, revela-se de imediato uma primeira questão: todas as hegemonias estiveram imbricadas em relações extremamente complexas com as hegemonias anteriores, sendo uma relação dupla de competição e complementariedade. Segundo, todas as hegemonias possuíam características geográficas que proporcionaram alguma vantagem dentro do período histórico em questão. Ademais, possuíam também características ideológicas e institucionais inflexoras. De tal forma que, seguindo a abstração de Roberto Cox, poderíamos dizer que as Hegemonias históricas do Sistema Mundo Moderno Capitalista “inovam” nas vias de interação entre “ideias, instituições e capacidades materiais” (geográficas e de forças produtivas). Ademais, estas hegemonias são dotadas de histórias específicas que as permitem terem também uma posição idiossincrática. Outro ponto é a questão colocada por Chase-Dunn de que são antes,

semiperiféricas, isto é, não são antes já ou sempre foram centro. As hegemonias possuem uma capacidade sistêmica de poder muito mais sólida que as demais concorrentes e também posicionadas ao centro do Sistema, entretanto, o Sistema e seus diversos tempos e espaços nunca estão estáticos em função desta hegemonia. São sínteses históricas da imbricação de padrões e diferenciações, uma das formas de recortar a longa duração, mas não a única, tendo que ser imbricada às ondas longas econômicas, os ciclos de Kondratieff, assim como aos demais tempospaços.

Embora os ciclos de Kondratieff tenham adquirido sua forma mais acabada a partir da revolução industrial, por causa do marco do tempospaço histórico-categorial propriamente capitalista, ondas de preços foram identificadas nos séculos anteriores, a partir das quais conseguiram identificar períodos de *trend secular* (sobre estes trabalhos ver Wallerstein, Braudel e também Goldstein). A “Revolução dos Preços do século XVI”¹⁹⁷, possibilitada pela Revolução Geográfica e Marítima do Atlântico, por exemplo, segundo Wallerstein, contribuiu para a criação das zonas da economia-mundo europeia, isto é, da Divisão Internacional do Trabalho. No debate sobre a Revolução dos Preços duas linhas são pensadas, a que atribui o processo inflacionário ao influxo de prata, isto é, foi uma questão monetária, e a que atribui o processo inflacionário à alteração da oferta, já que a população estava aumentando mais do que a capacidade de produção agrícola (KINDLEBERGER, 1996, p. 77; WALLERSTEIN, 1974). A tese de Wallerstein é a de que já estava em curso de fundo a lógica capitalista de acumulação, pois a revolução dos preços foi desencadeada pela oferta das condições materiais que ditaram a dinâmica inflacionária e o influxo monetário decorreu da necessidade por e da própria descoberta do minério em si. Já o intervalo secular de contração do século XVII, segundo o mesmo autor, contribuiu para o período de consolidação desta economia-mundo como ele narra em seu segundo volume de “*The Modern world-System*”.

Segundo os dados de Goldstein¹⁹⁸, os ciclos de Kondratieff podem ser datados desde (1495) 1509 como segue abaixo no quadro abaixo:

¹⁹⁷ “With the Discovery of the silver mountain Potosí in 1545 and that of mercury deposits at Huancavelica, the annual average of world silver production rose from 2,9 million ounces between 1521 and 1544 to 10 million in the following fifteen years and to 13.6 million in the first two decades of the seventeenth century (Vilar, 1969 [1979], p. 351) (KINDLEBERG, 1996, p. 76)”.

¹⁹⁸ Ele compara os estudos e dados de 33 estudiosos sobre as longas ondas e detecta um consenso que varia ligeiramente em alguns períodos de inflexão, mas que podem com certeza demonstrar forte evidências empíricas e teóricas sobre a ‘datação’ das ondas longas. Em sua cronologia retira seus dados dos trabalhos de Braudel para as fases da economia europeia entre 1495-1650, de Andre Gunder Frank para os dados da economia britânica entre 1650 e 1790, para o período entre 1790 e 1917 utilizada os dados de Kondratieff e para o período posterior a 1917 os dados de Mandel (Ver GOLDSTEIN, 1988, p. 67).

Fase A: 1509 – 1529 Fase B: 1529 – 1539
Fase A: 1539 – 1559 Fase B: 1559 – 1575
Fase A: 1575 – 1595 Fase B: 1595 – 1621
Fase A: 1621 – 1650 Fase B: 1650 – 1689
Fase A: 1689 – 1720 Fase B: 1720 – 1747
Fase A: 1747 – 1762 Fase B: 1762 – 1790
Fase A: 1790 – 1814 Fase B: 1814 – 1848
Fase A: 1848 – 1872 Fase B: 1872 – 1893
Fase A: 1893 – 1917 Fase B: 1917 – 1940
Fase A: 1940 – 1968

Quadro 2: Esquematização dos períodos dos ciclos de Kondrateiff correspondente a cada fase A e fase B desde o século XVI. Fonte: GOLDSTEIN, 1988, p. 67.

Embora o marco do tempoespço histórico-categorial tenha “começado” a partir da Revolução Industrial, conferindo traços cada vez mais “puros” à concepção abstrata do desenvolvimento do modo de produção capitalista - onde as ondas longas passam a refletir este desenvolvimento de maneira a englobar a maioria das variáveis e não somente os preços, pois se modifica a dinâmica da vida material – mesmo assim podemos refletir sobre o período anterior. Podemos afirmar que o “tempo do mundo” depende do tempoespço histórico-categorial, depende da forma como bate o coração do sistema. O problema histórico do preço é, de fato, central. A sociabilidade do mercado¹⁹⁹ confere ao preço um significado que revela as dificuldades da existência da vida material,

¹⁹⁹ Ver a seção sobre tempoespço histórico-categorial.

principalmente dos mais pobres e, como tal, pode revelar sobreposições entre o tempo político e o tempo econômico na medida em que, por razões meramente analíticas os separamos (são inseparáveis). Esta sociabilidade é tanto maior na medida em que se está inserido numa Divisão do Trabalho específica.

“Economic historians have long since noted that the European continent was organized by the division of labour; that is to say, much of its activity was designated by the confines of a common life. In 1400 Europe was certainly divided up according to zone, as in a von Thünen model. Nevertheless, before that date, great ‘industrial’ zones and some general organization of markets can already be observed in the eleventh, twelfth, thirteenth and fourteenth centuries (BRAUDEL;SPOONER, 1967, p. 376).

De acordo com Braudel, seria exatamente o movimento dos preços que poderia atestar a existência da estrutura economia-mundo. Além disso, em seu artigo com Frank Spooner indica que o movimento de preços entre 1450 e 1750 foi, ao contrário do que se poderia pensar por se tratar de um tempo mais antigo, um “regime de controles imperfeitos”²⁰⁰ (BRAUDEL;SPOONER, 1967, p. 376). Após explicações sobre o funcionamento da relação entre a moeda como unidade de conta (“*Imaginary Money*”) e a “moeda real”, isto é, o valor intrínseco dos metais (ouro e prata) nos sistemas monetários da Europa, enfatizando que as relações entre os dois são incompreensíveis sem a lógica da economia-mundo, isto é, sem os efeitos decorrentes da comparação e circulação entre países para entender como “moeda imaginária” (nominal) e moeda real irão refletir no sistema de preços doméstico, ressalta que o período 1450-1750 foi um período de desvalorização das unidades de conta e paralelamente de aumento do valor dos metais. Ademais notam que este movimento de desvalorização das unidades de conta veio acompanhado do aumento da demanda por ouro e prata, aumentando o nível de circulação e, assim, os mecanismos entre moeda real e moeda imaginária, afetaram de maneira mais forte o sistema de preços. Para estudar este efeito escolhem o movimento dos preços do trigo de uma perspectiva secular, o *trend secular*. Sustenta a escolha da avaliação do trigo porque a Europa, inclusive a Inglaterra, era ainda predominantemente rural e porque o trigo àquela época podia refletir impactos na maior parte da população enquanto era elemento essencial da nutrição²⁰¹.

²⁰⁰ “In the initial stages, therefore, it is logical enough to think of prices as though under the control of a conductor of music, who from London to Constantinople, from Moscow to Lisbon compelled them to conform to his directives. But in the course of this study, we shall see that the conductor is not always at his rostrum, that sometimes he shows signs of caprice, and that the musicians themselves are undisciplined: in short, that the music, wherever played, is full of individual initiatives. As in the language of economic theory, it is possible to say that the period from 1450 to 1750 was a régime of imperfect controls (BRAUDEL;SPOONER, 1967, p. 376)”.

²⁰¹ “Grainstuffs (les bledz), as the principal food of the people in the seventeenth century, would suffice, in a statistical study of prices, to give the best and surest idea of the major economic fluctuations. Boisguillebert

Dos resultados encontrados um dos mais importantes e que dá todo embasamento para o conceito de economia-mundo é a crescente diminuição das diferenças de preços entre as zonas, dado que na medida em que se intensifica o processo de acumulação mercantil-comercial, a circulação e a competição tratam de diminuir as diferenças de preços entre os países, ainda que as preservassem, pois cruciais para a acumulação diferencial²⁰². Ademais, tornam-se também, portanto, mais intensos os efeitos decorrentes de acontecimentos nacionais para o conjunto. Isso implica tentar entender como se fundem dialeticamente os acontecimentos nacionais e “internacionais” em suas diversas dimensões política, social, econômica, ideológica e religiosa. Para compreender isto devemos compreender os períodos de crise e inflexão da tendência secular, tanto em suas inflexões hegemônicas correspondentes aos *trends* quanto em sua inflexão mais curta das ondas longas de Kondratieff.

No caso do período estudado por Braudel e Spooner, a inflexão temporal, que marca a passagem da Revolução dos Preços do século XVI para a “crise do XVII”, vai de 1600 até o final da Guerra dos Trinta anos. A partir de então o movimento secular dos preços que era de ascensão entra em movimento de declínio, cujo direção de descenso secular durará até a Revolução Industrial. Neste segundo movimento secular são identificadas diferenças geográficas importantes. Do todo, os autores notam que a Revolução dos Preços começa com uma “pré-revolução” a partir de 1450 e que precedeu a chegada dos primeiros navios carregados de metais das Américas (BRAUDEL;SPOONER, 1967, 401;403), ou seja, haviam já condições econômicas internas que indicavam esta secularidade, impulsionada então posteriormente pela prata das Américas. Ainda segundo Braudel e Spooner, até então a Espanha exercia papel de redistribuidora do ouro do norte da África e possuía, em razão de sua posição marítima e de disputas na Europa, anexando Portugal em 1580, uma relação complexa com as

had already said the same thing in 1695: ‘the measure of wheat...sets the price for everything else’. Were not expenditures on bread in France in the eighteenth century, as Ernest Labrousse has suggested, equivalent to one half of the total budget of the poor, and so of the great majority of men? (BRAUDEL, SPOONER, p. 393)”.
²⁰² “The graphs reveal another problem: the unmistakable closing of the gap between the two lines from the early eighteenth century show how far prices throughout Europe had begun to converge. If the evidence for wheat has general value, was there not, because of this return to scale, a progressive breakdown in Europe of a certain type of merchant capitalism which could only operate through differences in price levels? These differences arose from differences in economic and social structure and, at the same time, out of historic differences. By over-exploiting these price differentials, merchant capitalism contributed to a process of levelling out, to the creation of a system of channels of communication, and in turn to a diversion of interests looking elsewhere for more favourable conditions. This is forcing the interpretation; but in 1440-9 the gap goes from 6 grams (in Lwow) to 43 grams (in Valencia), whereas in 1750 the figures are 38 and 75 respectively. The change that had taken place is fairly clear (BRAUDEL;SPOONER, p. 395).

idades Italianas que as financiavam. Braudel e Spooner consideram que o movimento secular de elevação dos preços (Revolução dos Preços do XVI) dura até a eclosão de uma curta, mas violenta crise financeira na Espanha, posterior à anexação de Portugal, cujos custos haveriam de serem pagos. Esta crise afetou diretamente as cidades italianas e:

“Thus a concerted and far reaching movement draws Spain and Italy into an unexpected early recession. This long-privileged zone of Europe did not resist the underhand blow of the declining imports of precious metals from America: for the prosperous, almost extravagant style of living called for ever larger shipments from the New World. France also shared in this recession in precious metals, or at least in part. After the short, violent movements of the end of the century, and then sharp declines, there was apparently a slight recovery here and there, which continued during the early years of the seventeenth century, staving off the real collapse. But the clear break at the end of the sixteenth century would seem to have been considerable (BRAUDEL;SPOONER, [1967] c2008, p. 404).

Entretanto, para os países do Norte, Alemanha, Países Baixos e Inglaterra, as mudanças chegaram a partir de 1620, sendo que no sul, portanto, começa antes e no norte, depois, mas, curiosamente, para Inglaterra e Holanda os preços nominais seguiram os preços da prata (BRAUDEL;SPOONER, [1967], c2008 p. 405), significando que os efeitos sobre os preços eram menos voláteis, ou seja, havia uma estabilidade de preços maior nestes territórios, que justamente seriam as próximas hegemonias. A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) acontece bem neste momento crítico, entre a crise na Espanha e o começo do declínio secular nos países do Norte. O que é mais “misterioso” é que tipo de força ou arranjo de forças – e qual a natureza dessas forças – faz com que se projete no tempo um movimento que se direciona num sentido específico, numa tendência de longa duração? Qual a força por trás dessa longa duração, o que a determina? Por que ocorre? Ocorrerá sempre? Sempre ocorreu? O que sabemos é que dentro desta tendência secular maior ocorrem outros ciclos menores. A questão toda é entender suas conexões obviamente e como elas estão, por sua vez, determinadas a partir das dimensões da vida social. A melhor forma de entender é pensar em uma ampla rede de ações e reações políticas, ideológicas, sociológicas e religiosas contextualizadas a partir destas pressões sistêmicas.

O que teria a Guerra dos Trinta Anos a ver com a inflexão da temporalidade secular da Revolução dos Preços do XVI para o movimento secular de declínio dos preços do longo século XVII? Ademais como entender os ciclos de Kondratieff dentro desta mesma indagação? É certo que não conseguiremos desenvolver plenamente os raciocínios por trás da resposta e, nem tampouco encontrá-la, porém temos que refletir sobre.

A revolução dos preços do século XVI não foi somente a revolução em uma variável econômica da vida, mas também da relação ideológica com o mundo exterior e

com as próprias promessas da vida material. A reforma protestante, o luteranismo e o calvinismo são produtos de um mundo em transformação, que influencia as mentes e é influenciado por elas. O longo movimento de ascensão econômica em conjunto com a adesão política dessa nova ideologia religiosa encontrou ambiente profícuo de exacerbação das rivalidades num momento em que os países Europeus haviam completado o segundo marco de deslocamento face ao resto do mundo, o segundo marco de elevação das capacidades materiais e bélicas²⁰³.

Na verdade a chegada da maturidade desta longa tendência secular do século XVI, que começa em 1450 e tem seu ápice em 1600 (Ver BRAUDEL;SPOONER, [1967] c2008, p. 464), quando se esgotam as forças de ascensão, cria a instabilidade econômica necessária para a intersecção com o tempo ideológico, mas no sentido de elevação das rivalidades. Outro aspecto foi a crise Espanhola salientada por Braudel e a ascensão Holandesa, fazendo com que o ambiente estivesse mais próximo de um equilíbrio de poder, refletindo as alterações nas “capacidades relativas de poder econômico” que levam aos conflitos (ORGANSKI, 1968). A autonomia relativa da rivalidade religiosa foi um fator determinante, mas também o foi o próprio produto material-econômico do movimento secular.

Não teremos tempo de percorrer toda história destes Kondratieffs da tabela, mas podemos estabelecer correlações entre datas e eventos. No compilado verificamos que do total de guerras deflagradas entre as grandes potências ou as envolvendo, do total de 119 eventos, 61 (51%) se concentraram em fases B e 58 (48%) se concentraram em fases A. A referência para a contagem é da obra de Levy (1983), para quem as guerras são “conflitos armados substanciais entre forças militares organizadas de unidades políticas independentes” (LEVY, 1983, p. 51-tradução nossa) e, as grandes potências são definidas como:

“A great power is defined here as a state that plays a major role in international politics with respect to security-related issues. The great powers can be differentiated from other states by their military power, their interest, their behavior in general and interactions with other Powers, other Powers’ perception of them, and some formal criteria. Most important, a Great Power possesses a high level of military capabilities relative to other states. At a minimum, it has relative self-sufficiency with respect to military security. Great Powers are basically invulnerable to military threats by non-Powers and

²⁰³ Quincy Wright define o período 1450-1648 como sendo de “adaptação experimental de armas de fogo e guerras religiosas” (tradução nossa), tendo a anarquia como recorte básico dos conflitos, além das relações sistêmicas-históricas, as relações econômicas de necessidade de preparação para a guerra e geracional-psicológicas (GOLDSTEIN, 1988, p. 101-102).

need only fear other Great Powers. In addition, Great Powers have the capability to project military power beyond their borders to conduct offensive as well as defensive military operations. They can actively come to the defense of allies, wage an aggressive war against other states (including most of the Powers), and generally use force or the threat of force to help shape their external environment. A state whose security rests on a broad territorial expanse or natural barriers to invasion but that is unable to threaten the security of other states is not a Great Power. Second, the interests and objectives of Great Powers are different from those of other states. They think of their interests as continental or global rather than local or regional. [...] Third, the Great Powers are distinguish from other states by their general behavior. They defend their interests more aggressively and with a wider range of instrumentalities, including the frequent threat or use of military force. They also interact frequently with other Powers. The Great Powers account for a disproportionate number of alliances and wars in the international system (often fought against each other), particularly those designed to maintain the balance of power and prevent the dominance of any single state. They are also involved in major territorial partitions and compensations (the partitions of Poland in the eighteenth century), guarantees (the Barrier Treaty guaranteeing the Utrecht settlement), and informal international organizations (the Concert of Europe) (LEVY, 1983, p. 16-17)".

Embora não seja de fato uma divisão expressiva, este método quantitativo e visual busca a intersecção com o tempo-espaço episódico e é válido na medida em que se pode vislumbrar, ou não, padrões relevantes. Nesse caso, somente tendo como referências as grandes potências e as guerras por elas travadas, não aparece um padrão, mas sim uma disposição igual entre as fases. Assim, de um lado, supor que as guerras têm uma lógica de eclosão, desenvolvimento e origem exclusivamente oriundas da lógica e desenvolvimento da economia é um equívoco, por isso, as intersecções dos tempo-espaços e do *ideológico* do cíclico precisam ser colocadas em suas temporalidades e espaços específicos. Da mesma forma, supor que as crises econômicas tem uma dimensão estritamente econômica, que seus desdobramentos não estão abertos às influências políticas, sociais e ideológicas é supor que não há totalidade.

De outro lado, devemos (i) ter em mente as ‘tipologias’ e durações das guerras e revoluções (guerras globais ou entre grandes potências; guerras civis; guerras de independência e, atualmente, guerras por procuração e guerras humanitárias; revoluções populares etc.); (ii) as particularidades históricas de cada espaço e as particularidades destes espaços em sua inserção temporal na lógica sistêmica, particularmente se centro, periferia ou semi-periferia; (iii) os momentos do Kondratieff recortados em 4 fases²⁰⁴: de prosperidade, maturidade, recessão, depressão; (iv) e as momentos do Kondratieff em

²⁰⁴ Esta diferenciação é importante desde que estamos pensando no método da inspeção visual, além do que pensamos ser inapropriada, por exemplo, a abordagem de Goldstein para quem “A few wars that fall on the turning points do not qualify for inclusion in either period (GOLDSTEIN, 1988, p. 239).

cada país, pois há “lags” (GOLDSTEIN,1988) de transmissão; (v) e a sobreposição dos Kondratieff com os *trend* seculares maiores, os ciclos sistêmicos e seus momentos de inflexão. Apesar de apontarmos este caminho para se tentar compreender um pouco das questões aqui levantadas, não temos nenhum pingão de pretensão de decifrá-las, apenas estamos nos esforçando para tentar entender, pois pensamos que é um dos mais interessantes problemas intelectuais e como tal que temos o dever de explorar. Como afirma Goldstein:

“Critics will say that what I call a cycle is not a cycle but just a series of up and downs, a ‘random walk’. Only periodicity would satisfy them that a cycle exists. But periodicity is only the superficial aspect of a cycle – the essence of the cycle is a (sometimes unknown) inner dynamics that gives rise to repetition. In a single time series variable, there is no way (other than periodicity) to distinguish superficial ups and downs from a deeper political-economic system, it is safe to conclude that there is a deeper systemic dynamic at work, not just a scatter of random ups and downs (GOLDSTEIN, 1988, p. 177)”.

O tempo-espaço estrutural, que diz respeito às construções políticas de centralização do poder na forma do Estado Moderno, por exemplo, e configura a superestrutura política e jurídica, se desenvolveu até os dias atuais, atingindo seu ápice em termos de número de Estados soberanos, e se sobrepõe à geopolítica do poder e das ideologias. Seria a temporalidade política em um sentido. Esta temporalidade política é tida como comandando os ciclos econômicos desde a perspectiva das evidências inflacionárias ou é um movimento mais irregular? Segundo Goldstein desde o século XVII a maior parte dos períodos inflacionários parecem estar conectados com as guerras, isto é, em algum sentido as guerras é que provocariam os processos inflacionários e, por isso, os ciclos teriam origem mais política do que estritamente econômica, entretanto, ele pondera que esta conexão não é tão “limpa” assim, ou seja, às vezes houve guerra e os preços se elevaram em decorrência, às vezes houve elevação dos preços e em decorrência guerras; às vezes as guerras não geram processos inflacionários etc:

“From the seventeenth century on, most of the major inflationary periods appear to be connected to wars. This pattern is evident in fig. 11.4, graph of the fluctuations of war severity and of the most central price indexes along with long wave phase periods (shown by vertical lines). Beginning in 1621 each upswing phase in the price series is dominated by a period (or two periods in the case of 1848-71) of major inflation lasting from three to twenty years. These periods of major inflation (identified by visual inspection) are labeled on figure 11.4 (‘MI’) and listed in table 11.6. Each major inflation period is associated with the later, high fatality stages of the escalatory war upswing (though not always the final war peak). In all but two cases, 1755 and 1914, the increase in great power war precedes the price increase (see table 11.6). But these relationships are somewhat irregular. Not every war escalation is inflationary; price deflation does not always follow the end of great powers war; and prices sometimes drift downward after an inflationary period while war continues (GOLDSTEIN, 1988, p. 249)”.

Como podemos entender estas evidências? O problema com esta verificação associativa de Goldstein é que ele considera apenas os movimentos dos preços para alocar as guerras às ondas longas, apesar de já as ter recortado cronologicamente partindo de vários indicadores de diversos autores, porém para a análise entre as guerras e os ciclos econômicos utiliza apenas os movimentos inflacionários. Outra questão suprema: se realmente as guerras são as causadoras dos ciclos econômicos longos, ora como há guerras em todos os tempos históricos (e fases), deveríamos supor que há ciclos econômicos em todos os tempos históricos e que deveríamos não estudar a lógica econômica, mas sim a lógica política e, assim, jogaríamos fora toda ciência dialética da vida material e histórica.

Por outro lado, limitando-se as situações de guerra aos confrontos entre as grandes potências, como fazem a maioria dos autores, é adequado na medida em que se consegue observar os termos dos tratados e o campo vitorioso como um campo que irá implicar uma nova rodada da ordem mundial e, por sua vez, como tal irá influenciar na dinâmica econômica do sistema, enquanto o tempo-espaço histórico-categorial trata de desenvolver-se paralelamente, temos então em foco, destarte, uma fusão entre o tempo-espaço estrutural e tempo-espaço histórico-categorial. Esta fusão, penso, seria exatamente o significado por trás dos “Ciclos Sistêmicos de Acumulação”. Porém, há outras questões de fundo que são determinantes na montagem das transformações. Antes de explorar melhor esta fusão, e como ela está manifestada no tempo-espaço cíclico-ideológico, temos que retornar nossa reflexão partindo das considerações (i), (ii), (iii), (iv) e (v). Lembrando que é apenas um exercício reflexivo para criar condições de analisar as conjunturas de uma maneira que possa incluir os movimentos de longa duração.

Até a “finalização” da construção dos estados modernos com base na racionalidade democrática, boa parte das guerras foram travadas por problemas de sucessão, não tendo, (ou em tese) a princípio, nenhum vínculo diretamente provocado por questões econômicas. O territorialismo *idem*, sempre foi um problema de guerra, situado até inclusive, poderíamos dizer no nível do tempo-espaço eterno em algum sentido, portanto, a guerra como inerentemente geopolítica é aspecto consensual. Entretanto, as Guerras refletem também a intensificação das convulsões sociais decorrentes dos movimentos ondulares do desenvolvimento do capitalismo e não somente do tempo-espaço estrutural. Assim, por exemplo, a Guerra dos Trinta Anos eclode no final crítico de uma fase B de Kondratieff e no período de maturidade de uma onda secular

maior, que tem, a partir de 1600 aproximadamente, seu momento de inflexão, por outro lado, tem forte cunho ideológico-religioso.

A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) foi travada não somente por causa de disputas de poder clássicas ou de disputas sobre sucessões dinásticas, mas também, no caso de França e Inglaterra, por causa do controle marítimo das rotas comerciais do Atlântico e Pacífico, nas Índias. Ademais, o período entre a Guerra dos Sete Anos (também chamada de “Segunda Guerra dos Cem Anos”) e as Guerras Napoleônicas foi crucial para a fusão entre o tempo-espaço estrutural e o tempo-espaço histórico-categorial, assim como para o estabelecimento do equilíbrio europeu, tendo esta guerra começado no ponto mais baixo da tendência secular de declínio do século XVII, porém, o próprio mecanismo de fusão desencadeou a expansão secular observada até o começo do século XIX, quando se marca uma dupla entrada tanto numa fase B de Kondratieff quanto numa secularidade de declínio até o início do XX.

A importância dessas posições marítimas não advinha somente delas mesmas, mas também do fato de que o Império Turco Otomano havia conquistado Constantinopla e bloqueado a passagem para as Índias pelo Mediterrâneo, fato histórico crucial também para compreender a revolução geográfica do século XVI com os descobrimentos. A “Segunda Guerra dos Cem Anos” significaria então um período de rivalidades entre as principais potências do coração da Europa, com um sistema de alianças mais racional e mundano (menos religioso) com poderes centrais já bem delineados (KENNEDY, 1988, p. 73-74). A Guerra, ao ter-se modificado sua natureza, viria a ser o “pivô” das principais “inovações financeiras” que possibilitaram a “revolução financeira” Inglesa e, com ela, a propulsão da revolução industrial, justificando assim as origens do “longo século XIX”. A recuperação econômica dos séculos XV-XVI perde força a partir do século XVII, forçando, mais uma vez, a investida maciça a posições longínquas e uma série de tumultos nas linhas sucessórias dos tronos europeus. Segundo Wallerstein, este é o período de consolidação do Sistema Mundo Moderno porque as rivalidades se acirram e os resultados das guerras iriam delimitar as principais potências num equilíbrio de poder nunca antes visto na história da Europa.

A necessidade de financiamento pública para a guerra, diz Ferguson (2007, p.75) foi o “pai” da formação dos Estados. Sua análise do “quadrado do poder”²⁰⁵ começa com

²⁰⁵ Segundo proposto por Ferguson, trata-se de um arranjo institucional construído como decorrência do ambiente de guerra que exigia financiamento por parte dos Estados. Essas instituições são: burocracia fiscal, parlamento, dívida nacional e banco central (FERGUSON, 2007, p. 37).

a imposição de tributos ao longo dos séculos XII e XIII em França e Inglaterra, mas nesta última a evolução do peso da tributação e da arrecadação evoluiu paralelamente à evolução do surgimento da democracia parlamentar cujo nascimento remonta a promulgação da Magna Carta pelo Rei João em 1215, que afirmava o princípio de que o Rei não tinha autoridade para impor arrecadações não feudais sem uma garantia parlamentar. A Guerra Civil, que durou de 1642 a 1648 (num período de maturidade à recessão de um Kondratieff B), terminou com a vitória do Novo Modelo comandado por Oliver Cromwell e a Commonwealth confiscou todas as propriedades reais, da Igreja e dos monarquistas; já em 1688-1689 (que ocorre em plena depressão de uma fase B) com a Revolução Gloriosa, o “Ato Declaratório dos Direitos e das Liberdades dos Súditos e da Sucessão da Coroa” limitava ainda mais o poder da monarquia de impor impostos sem sanção parlamentar: “*A Inglaterra é o país com a história ininterrupta mais duradoura de tributação consensual. Foi na Guerra dos Cem anos que se enraizou a convenção de que os tributos extraordinários necessários para financiar o conflito com a França exigiam aprovação do parlamento.*” (FERGUSON, 2007, p. 109). Se, de um lado essa dependência estrutural do monarca de fontes de receita controladas pelo parlamento forçou estratégias alternativas de financiamento, de outro, também forçou a organização na capacidade para arrecadar, dando vazão à revolução administrativa da burocracia fiscal (FERGUSON, 2007). Este último fato teria sido um dos motivos que deram sustentação para a dívida nacional inglesa precipitando maior previsibilidade e segurança, conseguindo menores juros. Em 1694, a fundação do Banco da Inglaterra foi parte da Revolução Financeira. Portanto, o Banco da Inglaterra subscrevia ações das companhias de comércio inexoravelmente sustentadas pela força bélica no além-mar, força esta que por sua vez necessitava de financiamento e de uma política de contenção da projeção do poder Francês no continente e nas posições coloniais, que vinham, por sua vez da sustentação da dívida nacional.

As estratégias econômica, financeira e geopolítica combinam-se para determinar o destino do sistema mundial e a Inglaterra saiu como grande vitoriosa perante todas as demais potências e o equilíbrio de poder com o Tratado de Viena, “*Depois de duas décadas de guerra quase constante e de bem mais de um século de tensões e conflitos de grandes potências, o sistema de estados europeu estava finalmente sendo organizado dentro de linhas que asseguravam um certo equilíbrio.*” (KENNEDY, 1988, p. 139). A própria possibilidade da Revolução Industrial na metade do século XVIII foi, em grande medida, determinada também pela revolução financeira precedente que, em sua gênese,

dependeu das posições monopólicas comerciais e, para conquistar estas, de poder militar. Esta lógica se exaspera quando se está numa longa duração de declínio secular ou numa fase B de Kondratieff. O período mais Imperialistas (Congresso de Viena; concerto europeu; partilha da África) estiveram inseridos exatamente no ciclo sistêmico de acumulação britânico que, por sua vez, está inserido dentro de um *trend secular* de baixa, sendo o período da “grande depressão” entre 1873-1893, uma fase B de Kondratieff que marca a passagem do “Imperialismo como Fase Superior do Capitalismo”. O período do Ciclo Sistêmico da Hegemonia Americana esteve inserido dentro de um *trend secular* de alta, não à toa, apesar das características da política externa americana, foi um período de oposição ao capitalismo com a Guerra Fria, um período de ampla institucionalização internacional e de expansão do número de países formalmente independentes.

Ampliando estas percepções, as guerras de independência, guerras civis e revoluções/rebeliões sociais também precisam ser pensadas neste sentido, isto é, em que momento ocorrem com maior frequência. A Guerra dos Oitenta Anos, de Independência da Holanda (1568-1648), eclode durante uma fase B de Kondratieff; a Guerra Civil Inglesa eclodiu em 1642, em meio a uma Fase B de Kondratieff; em 1688, no final de uma Fase B ocorre a Revolução Gloriosa na Inglaterra; a Guerra pela Independência dos Estados Unidos ocorre em 1776 numa fase B de Kondratieff; a Revolução Francesa em 1789 ocorre no final de uma fase B de Kondratieff; As lutas de Independência das Américas eclodem no momento de maturidade numa fase A e já entrando numa fase B de Kondratieff; a Primavera dos Povos, em 1848, eclodiu no final de uma fase B de Kondratieff. Isto é, as fases de passagem da maturidade para a recessão ou de depressão (MARTINS, 2011, p. 99), bem como os períodos de recessão em si e depressão possuem um potencial de embate de forças muito maior, o ambiente da crise e da recessão altera obviamente as condições anteriores, institucionais e econômicas, acarretando em momentos de intenso desafio ideológico, aos quais podem decorrer resultados positivos ou negativos.

Segundo Carlos Eduardo Martins, outros exemplos destes momentos críticos e que apresentaram maior explosão, de maturidade à recessão: “*as unificações alemã (1862 – 1870) e Italiana (1859-1870); a Revolução Meiji (1868); a Comuna de Paris (1871); os primórdios da Revolução Mexicana e Chinesa (1911); a Primeira Guerra Mundial (1914-1918); a Revolução Russa (1917); Maio de 1968; a Primavera de Praga, a Guerra do Vietnã; a ofensiva terceiro mundista na década de 1970; a experiência de governo socialista no Chile (1970-1973); e a Revolução Islâmica no Irã*” (MARTINS, 2011, p.

99). É importante ressaltar que estas eclosões são influenciadas pela conjuntura econômica estruturalmente crítica, mas assumem resultados e uma dinâmica relativamente autônoma em seu próprio desenvolvimento, dependendo também da intersecção com os demais tempospaços e, muito pesadamente, do aspecto *ideológico* do cíclico no âmbito da luta de classes.

Estes desafios ideológicos e as pressões sociais e econômicas da crise pressionam os Estados e os agentes capitalistas. Esta pressão, que é uma pressão diferente da intercapitalista, implica em que os “novos contratos sociais”, portanto, organizam as condições da passagem a uma fase expansiva, porém, este movimento não vem da periferia, mas sim do centro ou das semi-periferias. As periferias do Sistema Mundial Moderno possuem ciclos reflexivos aos do centro, em geral, possuem uma dependência cíclica bastante significativa. Basta olhar, por exemplo, para os “ciclos” na formação econômica no Brasil e América Latina em geral, por outro lado, em momentos de crise que estão dentro de fases depressivas de Kondratieff, como por exemplo, em decorrência da crise de 1929 e quando da eclosão da Segunda Guerra Mundial, a periferia latino-americana se viu obrigada a olhar para o mercado interno e promover a substituição de importações²⁰⁶.

Por isso, nos momentos da depressão à prosperidade os movimentos tem maior poder de institucionalização (MARTINS, 2011, p. 99), mas nem sempre em favor da classe trabalhadora. Ernest Mandel, para quem a taxa de lucro é o elemento chave na dinâmica dos ciclos, identifica como uma das forças exógenas/política para a expansão, a “derrota” da classe trabalhadora. Aí é que temos que entender uma coisa, a classe trabalhadora vai, durante a fase A, ganhando um fortalecimento da capacidade de organização e elevação salarial que, paralelamente à generalização das inovações e da elevação da concorrência intercapitalista, desembocam na pressão sob a taxa de lucro/acumulação, desencadeando as crises para a recessão e posterior depressão.

Assim, em 1848, bem como 1945 e 1990, as classes trabalhadoras foram afetadas de maneiras distintas, no primeiro caso a contenção liberal do socialismo, marcando a transição para a “geocultura do liberalismo centrista”, no segundo caso, a situação mundial foi fortemente influenciada pelo tempospaço estrutural, com a criação da ONU e, antes, como resultado da assinatura do Tratado de Versalhes foi criada a Organização Internacional do Trabalho e, claro, a bipolaridade ideológica do mundo pós-guerra

²⁰⁶ Exploraremos melhor estes pontos quando formos abordar o tempospaço histórico-categorial e a hegemonia americana.

pavimentou ou liberou o caminho para os projetos de desenvolvimento e internalização dos direitos trabalhistas, assim como para a explosão dos movimentos de independência da África e Ásia. Na década de 1990, o Consenso de Washington e a atuação do FMI, Banco Mundial e OMC selaram a generalização neoliberal que já havia sido colocada em prática nos Estados Unidos e Inglaterra. Na verdade, a expansão a partir de 1945 não esteve associada a uma verdadeira derrota da classe trabalhadora, ao contrário, talvez inclusive explicando o surto expansivo inédito dos anos dourados. Por outro lado, esta mesma dinâmica que no longo prazo comprime a taxa de lucro, na medida em que se desenvolve, quando atinge da prosperidade à maturidade, tendem a ser, ou tem o potencial de ser, “períodos de transformações progressistas que antecipam”, por isso por serem contestadoras, “parcialmente os conflitos posteriores” (MARTINS, 2011, p. 99).

Do ponto de vista ideológico, no sentido da “Ordem” em si de cada fase do Kondratieff, salta aos olhos a possibilidade de um movimento “pendular” a partir do marco de criação da geocultura do Sistema Mundo Moderno. Se, por exemplo, no momento de crise da fase A para a fase B, a “ordem” econômica e política está ancorada no intervencionismo estatal e no ‘social’, isto é, ao “não-liberalismo total” (tudo bem que isso não existe), a “ordem” seguinte imprimirá uma lógica mais liberal à economia, uma política mais anti-democrática e com ataques às classes trabalhadoras, assim como as políticas externas das grandes potências ocidentais tornam-se mais impositivas e agressivas. Há estudos sobre os ciclos econômicos defendem que o fenômeno cíclico se manifestaria em movimentações cíclicas na esfera da guerra, da política externa, dos valores sociais e da opinião pública (GOLDSTEIN, 1988); assim como através da narrativa da “Grande Transformação” de Karl Polanyi, vemos que a Ordem do Imperialismo de Livre Comércio, cujas bases institucionais eram o padrão-ouro, o Sistema do equilíbrio de poder, o mercado auto-regulável e o Estado liberal, cederam lugar a um padrão dólar-ouro fixo (o antigo de conversão automática através do mercado), a um Sistema de Estados cujo equilíbrio se mantinha fora da Europa no eixo EUA-URSS além de um Sistema fortemente institucionalizado através das Nações Unidas e um mercado controlado por um Estado Intervencionista. Daí que a crise do Regime de Bretton Woods, que é na verdade a crise da Hegemonia Americana, segue-se as mudanças que desembocaram na generalização do neoliberalismo, mesmo preservando o Sistema Internacional, só que com ampla atuação do poder militar dos Estados Unidos e das

grandes potências, principalmente através crescentes intervenções humanitárias. Ou seja, poderíamos pensar que a crise atual pode levar a um novo movimento pendular?²⁰⁷

De fundo, estritamente pensando na razão estrutural para o movimento oscilatório da economia capitalista em sua longa duração, as implicações políticas, sociais e ideológicas decorrem do fato básico do tempo-espaço histórico-categorial que coloca em oposição o capital e o trabalho, em uma síntese de Wallerstein sobre o que há em comum entre as teorias sobre as ondas longas, o fato de haver estruturada e ciclicamente um desequilíbrio entre oferta e demanda:

“It seems to me evidente when one places these three statements side by side that they share one common characteristic. They all assert that there is some process whereby over time there grows to be a significant discrepancy between some supply and some demand, and that this process is structural, not conjunctural. I do not contest this. Far from it, I embrace this common argument. We must then of course ask how come such a structural divergence between supply and demand occurs, and how come it occurs repeatedly, that is, cyclical. Logically, it seems to me this can only be because the factors that determine supply and demand, albeit linked, are different and therefore move at different rates (WALLERSTEIN, *the essential wallerstein*, p. 214).

A oposição entre o capitalista e o proletário inscrita nas relações sociais de produção se desenvolve inversamente no tempo. Esta inversão decorre dos mecanismos intrínsecos à queda da taxa de lucro, assim, como quem lidera o processo de geração e apropriação de riqueza são as camadas capitalistas a inversão do ciclo ocorre pelas lutas de classe e ideológicas. Ainda segundo Wallerstein, enquanto a apropriação é capaz de ser ditada pelas unidades empresariais visando as respectivas lucratividades, isto é, enquanto a oferta é determinada na esfera da razão individual, a distribuição e, a demanda, são determinadas na arena social e política (WALLERSTEIN, 2000, p. 215).

Seria esta oposição também observável para as relações centro-periferia? Os ciclos de Kondratieff e a dinâmica de novos mercados na Divisão Internacional do Trabalho são extremamente complexas e dizem respeito à forma expansiva do sistema. Isto também tem íntima relação com a proposta de interpretação de Rostow, que avalia a importância das matérias-primas e recursos naturais: “*Kondratieff cycles are ‘causes primarily by periodic undershooting and overshooting of the dynamics optimum levels of*

²⁰⁷ “Na evolução do capitalismo histórico como sistema mundial, esse tipo de movimento pendular foi observado pela primeira vez há oitenta anos, por Henri Pirenne. Em seu levantamento da história social do capitalismo, que inspirou nossa conceituação dos ciclos sistêmicos de acumulação, Pirenne também observou uma ‘regularidade surpreendente’ na alternância de fases de ‘liberdade econômica’ e fases de ‘regulação econômica’. A livre expansão do comércio cedeu lugar ao espírito regulatório que se característico da economia urbana, o qual, por sua vez, foi seguido pelo ardor individualista do Renascimento. Este atingiu seu auge na segunda metade do século XVI, quando o pêndulo começou novamente a oscilar na direção oposta. Assim como o espírito regulatório da economia urbana seguiu-se à liberdade do século XII, ‘o mercantilismo impôs-se ao comércio e à indústria nos séculos XVII e XVIII’ (Pirenne, 1953, p. 515) (ARRIGHI, 1996, p. 251)”.

capacity and output for food and raw materials in the world economy (ROSTOW&KENNEDY, 1979: 1-2, *Apud*, WALLERSTEIN, 2000, p. 214). As oposições, do ponto de vista de grupos ou países particulares, podem gerar resultados ambíguos no sentido de favorecer grupos ou países em momento de declínio, fases B ou não, assim como pode desfavorecer determinados grupos ou países nas fases A; há muito maior complexidade do que simplesmente associar as fases A ou B, positiva ou negativamente²⁰⁸ para todos os envolvidos (grupos econômicos e países) (WALLERSTEIN, 2000, p. 218); entretanto, as fases B, especialmente em seu vale, por se tratarem de períodos de extremas dificuldades sistêmicas e ruptura com as condições anteriores, são mais explosivas. São resultados diferenciais e o sistema depende destas diferenças, assim, mais uma vez podemos ter em mente a “imutabilidade essencial” e as “diferenças essenciais”.

Andre Gunder Frank também sugeriu este raciocínio, mas pensando nas determinações internas e externas. Em “*World Accumulation*”, Frank propõe que nos períodos de depressão dos ciclos os fatores internos aos países tendem a ser mais proeminentes e determinantes do que os externos, acontecendo o inverso nas fases de expansão dos ciclos. Nas fases A as transformações internas aos países são provocadas mais pelas condições sistêmicas de expansão do que pelas internas e, nas fases B as transformações internas dos países, claro em razão da pressão sistêmica depressiva, tendem a ter mais peso nas transformações dos países e do próprio sistema:

“In the uneven combined cyclical historical development, the ‘external’, ‘circulatory’ determinants are dialectically related to the ‘internal’, ‘productive’ ones, even beyond the tautological observation that both or all of these determinants are obviously internal to the social system we are studying. These two hypotheses form the guiding principles in the selection of historical events and interpretations presented in the following chapters: (1) institutional changes are primarily determined by what is ‘good business’; and (2) external contradictions and developments have more immediate importance when ‘business is good’, and internal contradictions and developments have more immediate importance when ‘business is bad” (FRANK, *world accumulation*, p. 64) It was suggested in Chapter 1, section 4 that the two processes of transition and these to sources of accumulation were both important and mutually related, but perhaps the second, ‘external’ one predominated during

²⁰⁸ “From the point of view of particular groups within the system (various clusters of capitalists and various groups of workers; different states; core zone versus peripheral zones), there is no simple correlation of ‘positiveness’ with A – or B- phases. They are always better for some than for others. In a B –phase, for example, there may be a decline in a salaried employment, but it may also be true that, for those who continue to be employed, real wages may rise. The decline in employment in one zone may mean its increase in another. The launching of new kinds of enterprises may offer high profits for those who obtain a temporary quasi-monopoly. But this may entail catastrophe for other entrepreneurs. The ‘development’ of a particular semiperipheral country may mean a real increase in the living standards of many within its borders, but entail a significant decline somewhere else in the world (WALLERSTEIN, 2000, p. 218).

cyclical upswings and the first, ‘internal’ one during cyclical downswings (FRANK, *world accumulation*, p. 97)”

Isso faz sentido porque as fases B são períodos em que as condições dadas no momento anterior se desfazem e as transformações tem que ocorrer de forma a engendrar uma nova fase expansiva da acumulação a partir de alguma “novidade”. Do exposto podemos dizer que há grandes conexões entre os ritmos cíclicos ou o tempo-espaço cíclico-ideológico, e as mudanças históricas durante o desenvolvimento do Sistema, bem como, por exemplo, estas mudanças estão imiscuídas também no desenvolvimento dos demais tempo-espaços, afetando as estruturas de poder entre Estados e entre classes.

4.2. A natureza da Hegemonia Americana na longa duração do Sistema Mundo Moderno Capitalista

As inovações que precederam e estiveram nos encadeamentos da fase A de Kondratieff após a grande depressão (1873-1896) foram originadas ou aplicadas originalmente nos (ou) a partir dos Estados Unidos: telégrafo²⁰⁹, telefone²¹⁰, rádio²¹¹, eletricidade²¹² e indústria automobilística²¹³. Kindleberger (1996, p. 25) fala na Lei de Carwell²¹⁴, a qual seria o fato de que nenhum país permanece na vanguarda das

²⁰⁹ “O telégrafo foi criado em 1794 na França, mas só em 1837, quando Samuel F.B. Morse exibiu o primeiro aparelho telegráfico com fios, nos EUA, iniciou-se a trajetória tecnológica da infra-estrutura que, posteriormente, denominaríamos de telecomunicações (MORAES, 2004, *In: O Poder Americano*, 2004, p. 351)”.

²¹⁰ “O telefone, inventado nos EUA por Alexander Graham Bell, em 1876, depois de incorporar inovações incrementais como o disco e a numeração, difundiu-se via redes locais para famílias e pequenos comerciantes. Em 1901, foi criada a ‘gigante’ das telecomunicações, a American Telephone and Telegraph Company – AT&T. Pouco tempo depois, o primeiro presidente da AT&T, alegando que os serviços de telefonia eram de interesse público, advogou junto ao Congresso a necessidade de universalização dos serviços e de integração das redes. Associada ao capital dos Morgan, a AT&T expandiu o Bell Laboratories, adquiriu uma fábrica de equipamentos, a Western Electric Corporation, incorporou empresas telefônicas locais e construiu ainda na primeira década do século XX, um monopólio privado nacional de telefonia e de telegrafia, integrado verticalmente, com uma forte estrutura P&D, que perduraria até os anos de 1970, contra todas as leis antitruste norte-americanas (DANTAS, 1996) (MORAES, *In: O Poder Americano*, 2004, p. 352)”.

²¹¹ O rádio foi invenção de diversos cientistas, mas foi Marconi que em 1896 numa apresentação em Londres pela primeira vez realizou uma transmissão continental, os interesses entre Londres e os Estados Unidos eram complementares e estando já avançados os setores de telefone e telégrafo, lá a rede e as potencialidades do mercado eram maiores, resultando na ida de Marconi aos EUA em 1901 e as primeiras transmissões de comerciais via rádio “cruzavam o Atlântico, monitorando a rota dos transatlânticos envolvidos no intenso comércio entre a Europa e a periferia exportadora de matérias primas (MORAES, 2004, p. 353)”.

²¹² O caminho para a eletricidade, sua transmissão e distribuição, foi um pouco mais desnacionalizado e percorreu um período mais longo. Entretanto, Benjamin Franklin e Thomas Edison, ambos americanos, destacam-se nessa trajetória. Edison era um empresário americano que patenteou e financiou-a para o *status* de inovação aplicável.

²¹³ O primeiro automóvel foi criado em 1885.

²¹⁴ Sua referência é o livro “*The Lever of the riches*” de Joel Mokyr, onde este autor se refere inúmeras vezes a esta Lei (KINDLEBERGER, 1996).

revoluções tecnológicas por mais do que duas ou três gerações, assim, poderíamos arriscar que são coincidentes as nacionalidades/territorialidades das inovações²¹⁵ e as hegemonias em questão. Além dessas grandes descobertas e aplicações, um novo produto, a cobertura e a transmissão de notícias (MORAES, 2004, *In: O Poder Americano*, p. 353) passou a alimentar o mercado nos Estados Unidos. Este mercado ficou mais associado ao sistema de telecomunicações que exerceria papel estratégico²¹⁶ para o poder americano durante o século XX.

Como parte integrante do Sistema Mundo, os Estados Unidos também compartilharam dos efeitos da transição sistêmica de poder no contexto da rivalidade geopolítica europeia, tendo a independência ocorrido entre os contextos e da Guerra dos Sete Anos (1753-1756) e o Congresso de Viena (1815)²¹⁷ (FIORI, 2004, p. 69). Segundo Fiori (2004, p. 71) - e aqui emana a complementariedade e rivalidade entre a hegemonia antiga e a posterior - até a grande unificação americana, com o fim da guerra civil, os Estados Unidos foram um “caso pioneiro de ‘desenvolvimento à convite’” representando um espaço importante de investimento Inglês. A guerra civil teve o mesmo papel estruturante da acumulação de riqueza e poder que as guerras na Europa dos séculos XVII e XVIII, pois marca a nacionalização do exército e a consolidação da Dívida Pública (FIORI, 2004, p. 75-76), esta última posteriormente funcionando como financiadora das ferrovias e negócios americanos (FIORI, 2004, p. 76).

Ainda durante o ciclo sistêmico britânico, se processavam as condições, complementariedades e rivalidades que iriam configurar o momento histórico preciso no qual a ascensão da Hegemonia Americana seria deflagrada e, para tanto, foi de suma importância o papel das duas grandes guerras mundiais no início do século XX. Já vimos que há autores que defendem a conexão entre os ciclos de guerra e os ciclos de Kondratieff, porém, esta associação ficou apenas circunscrita aos aspectos inflacionários

²¹⁵As invenções e as inovações, conforme Schumpeter e Mandel, diferenciam-se na medida em que internalizam-se na sociedade, isto é, passam de descobertas científicas importantes, mas ainda sem o processo prático de aplicação econômica, que deverá elevar a produtividade, ampliar as cadeias de consumo e nascimento de setores ou tecnologias secundários e terciários, assim como é fundamental que seu custo não seja superior às vantagens econômicas.

²¹⁶ Neste mesmo artigo, Moraes (2004), explica este caráter estratégico: “Na contramão dos argumentos que predominam na literatura setorial, neste artigo reiteramos a convicção de que as telecomunicações, desde a sua origem, estiveram relacionadas à área de defesa nacional e que hoje, mais do que nunca, constituem uma estrutura global de poder da qual os EUA dependem para a manutenção e expansão do seu poder imperial, no campo das armas, da moeda, da produção, das ideias e do conhecimento. Sem ignorar as transformações do setor que se alastram para além da primazia da condução da sua trajetória tecnológica, nossos argumentos apontam para a estrutura do poder que as telecomunicações hoje representam (MORAES, 2004, p. 349)”.

²¹⁷ Ver sobre esta influência Fiori “*O Poder Global dos EUA: formação, expansão e limites*”.

da correlação, ou, aos efeitos destrutivos das guerras que abririam margem para bruscas expansões devido à perda da capacidade material. Ainda no que tange à guerra, deve-se observar, que, esse viés destrutivo ocorre, principalmente, quando são travadas dentro dos territórios das grandes potências, ou seja, no “ninho” da acumulação capitalista.

A intersecção da passagem da Hegemonia Inglesa para a Hegemonia Americana, isto é, o declínio da Hegemonia Britânica e da ascensão da Hegemonia Norte-Americana, representou a passagem da “civilização do XIX que ruiu” (POLANYI, 2000), com todas as suas instituições liberais, para a Ordem Internacional Econômica e Política que iria orquestrar e generalizar algumas das principais características definidoras do Sistema Mundo Moderno Capitalista em seu desenvolvimento histórico, sendo que, destarte, esta “orquestração e generalização” estão na base da natureza da Hegemonia americana pela perspectiva da Longa Duração do Sistema. Por outro lado, há, por trás desta natureza, outra: a natureza da política externa norte-americana e sua tradição de continuidade estratégica básica²¹⁸. Vale explicar que a natureza da Hegemonia para o Sistema não é a base da Hegemonia, a base da hegemonia são os fatores que permitem à Hegemonia uma “primazia” produtiva, comercial e financeira em relação às demais nações e, durante um intervalo de tempo específico mantem esta primazia concomitantemente nestas três esferas. Quando opomos natureza e base queremos enfatizar os produtos históricos e sistêmicos deste período de Hegemonia, ou seja, a partir do olhar do desenvolvimento do Sistema quais são os principais desenvolvimentos. Lembrando também que a Hegemonia é um aspecto do Sistema e que há concomitantemente outras forças atuando.

Neste sentido, do ponto de vista do desenvolvimento dos seus tempospaços estrutural, histórico-categorial e cíclico-ideológico, destacam-se: a expansão do sistema de Estados, sua multiplicação; a internacionalização produtiva da empresa capitalista – isto leva (i) à possibilidade de estabelecimento de propriedades e lucros em espaços fora do território nacional numa expansão mundial da lei do valor e aumento da acumulação e das possibilidades paralelas de um arranjo monetário internacional com cada vez menos importância do lastro metálico devido às suas limitações intrínsecas (ii) a industrialização e desenvolvimento de regiões de fora do centro e (iii) a manutenção da Divisão Internacional do Trabalho, mas com mudança qualitativa das relações centro-periferia e da dependência; (iv) a consolidação da geocultura do “liberalismo centrista”; e a

²¹⁸ A noção de continuidade estratégica da política externa americana tem referência principal na pesquisa de Pecequillo (2012), ver especialmente a seção 1.1. As Bases da hegemonia: estrutura política e pensamento estratégico.

emergência da inovação como processo científico à produção e à monopolização - seja pelo Estado, seja pela grande empresa capitalista.

Do ponto de vista da continuidade estratégica da política externa ou política de projeção e manutenção do poder americano é possível ressaltar: (i) a ampliação qualitativa do território de proteção e intervenção através da Doutrina Monroe²¹⁹, da Doutrina Truman e da identificação constante de um inimigo; (ii) utilização da Dependência Latino Americana, principalmente em sua esfera política, como zona de influência de poder e de extração de vantagens; (iii) a influência dos valores da independência (1776), em particular a noção do “excepcionalismo americano” e da democracia, além de um “destino manifesto”, bem como, por outro lado, tais valores estruturaram, internamente, falhas democráticas em seu sistema eleitoral e assim como se refletem na política externa (PECEQUILLO,2012); (iv) explorando as “parcerias tradicionais” da Europa Ocidental e Japão pela causa comum da obstaculização da “ascensão do resto”²²⁰, “em particular China, Rússia e Índia” (PECEQUILLO,2012, p. 57); (v) o discurso anti-socialismo/comunismo e anti-autoritarismo, mas na prática apoiando golpes militares e articulando alterações de Regimes em diversos países; (vi) persistência de três visões: “isolacionismo”, “internacionalismo unilateral” e “internacionalismo multilateral” coadunadas com “perfis táticos de engajamento e contenção” (“dividir para conquistar”) (PECEQUILLO, 2012).

Em suma, estas linhas de continuidade estratégica básicas irão se relacionar de forma muito complexa com as transformações desencadeadas pela natureza da hegemonia americana, como afirma Pecequillo:

“[...] a coordenação da contenção (‘dividir para conquistar’) e do engajamento pela hegemonia esbarra no crescente poder chinês e nas limitações presentes do poder norte-americano no cenário internacional de tendências multipolares, deixando espaço para diversas articulações intra e extraregionais (PECEQUILLO, 2012, p. 84).

A questão fundamental é como cada uma das hegemonias históricas do capitalismo utilizaram estrategicamente os territórios e quais as mudanças qualitativas intrínsecas a tal utilização. Os Estados Unidos usaram o territorialismo para ampliar seu

²¹⁹ A Doutrina Monroe estabelece que o hemisfério ocidental é de influência exclusiva dos Estados Unidos, prevendo que a agressão a qualquer um de seus territórios nacionais é automaticamente uma agressão aos Estados Unidos, trata-se de uma expansão territorial sustentada pelo fato de pronta retaliação a qualquer Estado que venha a atacar o hemisfério. Esta doutrina assumiu caráter institucional com a criação da OEA, criando uma esfera de influência diplomática dos EUA.

²²⁰ “O mesmo processo é descrito por Zakaria (2008) como a ascensão do resto...” (PECEQUILLO, 2012, p. 25).

território interno e utilizaram os territórios fora do seu como espaços de acumulação e proteção ampliadas, porém mantendo a formalidade das soberanias estatais, usando os territórios alienígenas tanto como espaço econômico quanto geopolítico, enfatizando a essência capitalista e democrática de seus atos estratégicos com o princípio das “portas abertas”. No que tange a expansão das fronteiras, segundo Pecequillo (2012), é possível ver duas dimensões, a interna e a externa, a primeira “*justificando o processo de expansão continental do país no século XVIII e XIX, que permitiu a consolidação do território do Atlântico ao Pacífico (lembrando que em 1776, os Estados Unidos se limitavam a 13 colônias situadas na Costa Leste)*”, e a segunda, “*externa, cujas origens datam do século XIX com as primeiras incursões no continente americano e no Pacífico, evoluindo para o Wilsonianismo do pós-Primeira Guerra e a consolidação da hegemonia contemporânea a partir de 1945*” (PECEQUILLO, 2012, p. 3).

Após a conquista da Independência em 1776, os Estados Unidos e a Inglaterra assinaram acordos sobre as definições das fronteiras ao mesmo tempo em que as grandes potências disputavam a hegemonia na Europa (e no Mundo) e, em razão da derrota para os Ingleses na Guerra dos Sete Anos, a França perdeu territórios na Índia, Canadá e na Louisiana (FIORI, 2004, p. 69-70), sendo este último posteriormente comprado pelos Estados Unidos, após a Louisiana ter sido recuperada pelos Franceses do domínio Espanhol (FIORI, 2004). Assinaram com os Ingleses o Tratado de Fort Greenville em 1795 que definiu as soberanias em relação às terras indígenas posteriormente sendo criado o estado de Ohio (FIORI, 2004, p. 70). A derrota de Napoleão na Europa e o Congresso de Viena, reestabelecendo as forças conservadoras na Europa era o reestabelecimento de condições geopolíticas mais ameaçadoras para os Estados Unidos:

“Foi logo depois do *Boundary Treaty*, assinado em 20 de outubro de 1818 com a Inglaterra e do *Transcontinental Treaty*, assinado em 22 de fevereiro de 1819 com a Espanha, que o secretário de estado John Quincy Adams falou pela primeira vez da existência de um ‘destino manifesto’, na história dos Estados Unidos e, imediatamente, propôs a Jefferson a anexação de Cuba e da Flórida. Estava chegando a hora da Doutrina Monroe, mas esta é uma história que precisa ser relida com maior cuidado, para que se possa compreender melhor o expansionismo americano a partir da década de 1820. Depois de 1815, as forças conservadoras retomam o governo da Europa sob a hegemonia inglesa e o controle militar da Santa Aliança, composta pelos exércitos da Rússia, da Áustria e da Prússia, mobilizados para conter, definitivamente, a França. E, ao mesmo tempo, acertam entre si as regras básicas de funcionamento da nova ordem mundial criada pela expansão imperial das Grandes Potências europeias. Foi o momento em que se encerrou um longo ciclo de guerras e revoluções dentro do território europeu, na mesma hora em que se multiplicavam as guerras de independências dentro dos domínios coloniais dos impérios ibéricos (FIORI, 2004, p. 72)”.

Esta inflexão na geopolítica europeia (que ocorreu em meio à passagem de uma fase A para uma Fase B que vai de 1815 até 1848) e os movimentos de descolonização representavam potenciais ameaças, assim a Doutrina Monroe (1823) e a estratégia do *Open Door* (MONIZ BANDEIRA, 2016) foram escolhidos como estratégias dominantes. Então, a anexação do Texas em 1845 e a guerra contra o México aumentaram em 60% o tamanho do território americano, contando com a anexação do Novo México e Califórnia (FIORI, 2004, p. 74); e a conquista de Óregon da Inglaterra, que ‘abriu “as portas” dos Estados Unidos ao Pacífico’ (FIORI, 2004, p. 74).

Além disso, a extrema complementariedade econômica com a Inglaterra, os acordos comerciais bilaterais assinados com Dinamarca, Suécia, Holanda, França e mesmo com a Espanha (FIORI, 2004, p. 72), o comércio de longa distância com a Ásia²²¹ já configuravam a gênese e parte da natureza do que seria a Hegemonia Americana, mas seguiam “essencialmente primário-exportadores”, dependentes do capital financeiro inglês assim como alinhados à “estratégia imperial inglesa”:

“O século XIX ainda não havia chegado à metade e o comércio de longa distância dos Estados Unidos já havia dado seus primeiros passos em direção à Ásia, sempre que foi possível, com apoio da diplomacia americana. O tratado assinado pelos Estados Unidos com a Inglaterra, em 1794, já admitira que os navios americanos comerciassem com as colônias inglesas do oriente, e logo em seguida eles estariam chegando a Oman, Batavia, Manilha e Cantun. Foi na Ásia que os Estados Unidos começaram a definir sua política anticolonialista de expansão extracontinental. Uma opção pelo ‘território econômico’ sem responsabilidade administrativa, mas também uma estratégia para competir com a influência francesa e inglesa, baseada no uso da força e na conquista colonial. Por isso sua defesa permanente da política de ‘portas abertas’ e de preservação da unidade territorial, sobretudo no caso da China e do Japão. Mas, também, no caso do Canadá, com quem os Estados Unidos assinou o Tratado de Marcy Elgin, em 1854, abrindo mão definitivamente da anexação que sempre atraiu uma parte dos seus governantes e optando pela integração econômica do território canadense. Em 1844 o presidente americano, John Tyler, mandou seu enviado Galeb Cushing à China com a missão de conseguir o mesmo tratamento dado à Inglaterra, pelo Tratado de Nanking, imposto à China, depois da Guerra do Ópio, em 1842. A missão de Cushing foi bem sucedida e o Tratado de Wanghia abriu os portos de Canton, Amoy, Foochow, Ningpo e Shangai para os navios norte-americanos. O princípio das ‘portas abertas’ foi mantido, depois, pelo Tratado de Tientsi assinado simultaneamente pela Inglaterra, França, Rússia e Estados Unidos, depois de mais uma guerra vencida pelas duas principais potências coloniais da Europa. No caso do Japão, entretanto, a iniciativa coube ao presidente norte-americano Millard Fillmore que enviou o Comodoro Perry, em 1853, com a missão de conseguir a abertura dos postos japoneses. Este objetivo foi logrado através do tratado assinado entre os dois governos, em 1854, o primeiro tratado assinado pelo Japão com um governo ocidental, o governo dos Estados Unidos,

²²¹ “Em 1854, o Comodoro Mathew Perry, dos Estados Unidos, estacionou poderosa esquadra no litoral do Japão, no porto de Uraga, perto de Edo (atualmente Tóquio)e, com tal demonstração de força, compeliu os japoneses a assinarem a Kanagawa Convention e a abrirem os portos de Shimoda e de Hakodate aos comerciantes americanos. E os Estados Unidos começaram a desenvolver a estratégia do *Open Door*, que se tornou parte essencial de sua política exterior do século XX (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 48)”.

somente depois seguido pelos governos da Inglaterra, da Rússia e da Holanda. Quando chegou a hora da Guerra Civil americana, os Estados Unidos já tinham completado a conquista do seu território continental e haviam dado passos diplomáticos e comerciais extremamente importantes no tabuleiro geoeconômico asiático. Mas seguiam sendo uma economia fundamentalmente primário-exportadora e dependente do capital financeiro inglês, e mantinham-se alinhados com a estratégia imperial inglesa em todos os territórios que não fizessem parte de sua zona imediata de influência, na América do Norte, respeitando o domínio inglês do Canadá (FIORI, 2004, p. 74-75)”.

Durante a fase A de Kondratieff que vai de 1848 até 1872 a economia mundial expandiu-se sob a lógica da construção de ferrovias e da extração de carvão para alimentar a máquina à vapor, produção de ferro, aumento da oferta de ouro proveniente da Califórnia e Austrália e que, no caso do primeiro, conferiu um ímpeto ainda maior para a extensão do território americano, e ampliação dos mercados internacionais (MANDEL, 1995, p. 17). Neste período a posição americana passa a ter um peso cada vez maior na dinâmica econômica das ondas longas. A divisão Norte-Sul dos Estados Unidos culminou no impasse sobre os rumos da formação econômica e sua inserção na economia mundial, tendo sido solucionado através da Guerra Civil Americana. Este marco representou a inflexão crucial para a definitiva formação das bases da Hegemonia Americana a partir do “Capitalismo Moderno” do qual fala Hobson e o “capital financeiro” nasce do financiamento à União (em oposição aos Confederados) para a Guerra, fato determinante (FIORI, 2004, p. 76).

Em face das novas frentes de interesse deste capital financeiro a partir de 1898, com a Guerra Hispano-Americana, a Doutrina Monroe revigora-se, tendo sido alimentada teoricamente pela obra de Alfred Thayer Mahan que enfatizava a importância do domínio marítimo, especialmente no pacífico como parte da política de defesa americana (FIORI, 2004, p. 77). A escalada Imperialista no começo do século XX deu o contexto ideal ao que ficou conhecido como “corolário Roosevelt da Doutrina Monroe”:

“Entre 1900 e 1914, o governo americano foi obrigado a definir sua política frente a estes novos territórios conquistados além-mar e optou por um novo tipo de controle político, na forma de protetorados militares e financeiros, dos Estados Unidos, como foi o caso da República Dominicana, Haiti, Nicarágua, Panamá e Cuba. Estes países mantinham sua soberania interna, mas não tinham direito à política externa, nem tampouco à execução de uma política econômica que não tivesse de acordo com as exigências do pagamento de suas dívidas com os bancos norte-americanos. Além disto, os Estados Unidos mantinham seu direito de intervenção em todo e qualquer momento em que ocorressem desordens internas ou ameaças à manutenção do seu protetorado. Foi o momento em que os Estados Unidos assumiram, pela primeira vez, o papel de polícia internacional, transformando o Caribe numa espécie de zona colonial, sem o ônus da administração direta, como no caso das Filipinas que foram, de fato, a primeira colônia dos Estados Unidos e seu primeiro passo na luta pela hegemonia no tabuleiro asiático. Depois das Filipinas, os Estados Unidos

intervieram de forma cada vez mais frequente nos negócios asiáticos, como aconteceu no caso da Guerra dos Boxers na China em 1900, onde os Estados Unidos mobilizaram as demais Grandes Potências a favor da manutenção da integridade territorial chinesa. Mas, também no caso da Guerra Russo-Japonesa, onde os Estados Unidos adotaram uma posição de neutralidade, mas foram francamente favoráveis ao Japão sediando, inclusive, a pedido dos japoneses, a Conferência de Paz de 1905, em Portsmouth, New Hampshire. Finalmente, no dia 6 de dezembro de 1904, o Presidente Theodore Roosevelt reformulou a Doutrina Monroe e adequou-a aos novos tempos, em sua mensagem anual ao Congresso americano. A nova doutrina estratégica que estava por trás de sua ofensiva no Caribe e na Ásia e que ficou conhecida como ‘corolário Roosevelt da Doutrina Monroe’ (FIORI, 2004, p. 78).

Saindo do terreno geopolítico, as transformações internas da economia americana iriam, contudo, ser o tempero determinante para as inovações que o fariam conquistar já a superioridade produtiva já no final do século XIX, saltando do quinto lugar em 1840 para o primeiro lugar em 1895 no *ranking* das principais potências industriais, sendo também fundamentalmente relevante a onda de migrações que conseguiu preencher com justeza as demandas da exploração do território americano, especialmente a partir da corrida para o Oeste, alimentando a especulação com terras, o crescimento das ferrovias e, assim, o sistema financeiro (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 51-52). Foi durante a grande depressão, portanto, uma fase B, que os Estados Unidos conseguiram a primeira conquista de sua base hegemônica. Foi também neste período que se processaram as inovações americanas que irão ter papel propulsor na seguinte Fase A com o telégrafo, a eletricidade, o telefone, automóveis e rádio. Mas no que consistiu a superioridade produtiva? Além do protecionismo, houve um tipo de inovação organizacional que Giovanni Arrighi denominou de “internalização dos custos de transação”:

“As estratégias e estruturas de acumulação de capital que moldaram nossa época surgiram nos últimos 25 anos do século XX. Originaram-se numa nova internalização dos custos na lógica econômica da iniciativa capitalista. Tal como o regime holandês levava os processos de acumulação de capital em escala mundial um passo adiante dos genoveses, ao internalizar os custos de proteção, e tal como o regime britânico os levava um passo além dos holandeses, ao internalizar os custos de produção, o regime norte-americano fez o mesmo em relação ao britânico, ao internalizar os custos de transação (ARRIGHI, 1996, p. 247)”.

Os custos de transação são todas as atividades indiretas relacionadas à venda, produção e distribuição das mercadorias produzidas por uma empresa e que, por falta de controle ou de desenvolvimento apropriado, podem elevar os custos para o consumidor

final e, assim, limitar a expansão das empresas e a própria rotação do capital²²². A internalização implicava a integração verticalizada das empresas, adquirindo para si a internalização destes custos de transação centralizando o controle de múltiplas atividades e fragmentando geograficamente as cadeias interativas desta grande organização. Esta envergadura implicava uma estrutura de financiamento robusta.

Por isso, o advento da sociedade por ações nos EUA, conjuntamente com as ondas de integração horizontal e vertical que lhe são inerentes, foram parte integrante da dinâmica do mercado interno norte-americano em seu processo de evolução industrial, fato que imprimiu a essa economia, uma dinâmica e formatos empresariais distintos, nos quais, este tipo de alternativa ao risco em relação aos grandes investimentos necessários, em contraste com a baixa exigência do capital individual e familiar, foi um divisor de águas. As inovações organizacionais, mais especificamente a verticalização, ou internalização dos custos de transação, somente fizeram acompanhar as exigências de uma estrutura econômica na qual a riqueza privada dos acionistas era importantíssima para o prosseguimento dos lucros empresariais²²³.

Os Estados Unidos estavam a estruturar um novo tipo de relação entre o Imperialismo e o territorialismo através destas grandes empresas e devido às particularidades de sua gestão e estratégia de internacionalização, as grandes potências europeias engajaram-se, principalmente após a unificação Alemã e sua emergência como potência industrial, numa corrida Imperialista de domínios territoriais colonialistas numa tentativa de *reprise* do Modelo Holandês²²⁴ (ARRIGHI, 1996) e a Primeira Guerra Mundial foi produto direto deste momento histórico.

Contudo, é interessante observar que nem da passagem holandesa para a inglesa, nem da passagem inglesa para a holandesa, o Estado que se tornou Hegemonia desafiou diretamente (em guerra) a Hegemonia anterior nas “Guerras de Trinta Anos”, ou seja, o Estado que “forçou” a guerra não foi o Estado vencedor, mas sim o Estado que tinha uma relação de relativa complementariedade com o Estado Hegemônico (Inglaterra e Holanda; EUA e Inglaterra). Os desafiadores constantes foram a França e a Alemanha

²²² Nasce a partir do final do século XIX e começo do XX a teoria científica da administração com a publicação dos “Princípios de Administração Científica” de Frederick W. Taylor.

²²³ Sobre a questão da verticalização e dos custos de transação ver ARRIGHI (1996) sobre a importância da sociedade por ações ver BELLUZZO (2004 *In*: FIORI, 2004) e a tese de doutorado de Nelson Prado Alves Pinto (1994) “O capital financeiro na economia contemporânea: uma revisão teórica e histórica de seu papel no desenvolvimento recente dos Estados Unidos”.

²²⁴ Giovanni Arrighi fala sobre esta *reprise* no capítulo reservado a discutir a dialética entre mercado e planejamento.

(KINDLEBERGER, 1996), lembrando que os Estados Unidos, em ambas as guerras, lutaram ao lado da Inglaterra e não contra ela, bem como entraram tardiamente em ambas: em 1917 quando em 2 de abril aproximadamente “*oito navios norte-americanos, com suprimentos militares e alimentícios para a Grã-Bretanha e a França, foram postos a pique, afetando os interesses econômicos dos Estados Unidos, que lhes forneciam minério de ferro, zinco, cobre, algodão, lã, óleo, assim como armas e munições*” (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 85) e quando os Japoneses atacaram o porto de Pearl Harbor em 1941. É claro que houve momentos de rivalidade como no caso da Independência Americana, mas esta observação persiste.

Inclusive, após a Independência Norte-Americana e a perda do exclusivo de fornecimento do algodão cru, os britânicos focaram nas potencialidades da Índia e esta passou desde então a ser o sustentáculo de sua hegemonia, mas perdendo paulatinamente sua supremacia industrial-produtiva até que passou a especializar-se nas finanças no final do século XIX e começo do XX ainda tendo a Índia como grande sustentáculo (ARRIGHI, 1996, p. 269-271)²²⁵. Foi exatamente no trânsito da grande depressão, evidenciando o limite da expansão anterior, que os EUA ultrapassaram a Inglaterra como potência produtiva e, a partir deste mesmo momento, quando entra novamente num novo Kondratieff, que os Ingleses irão cair de cabeça em sua fase de expansão financeira. Embora a Inglaterra não tenha abandonado seu “livre cambismo” e sua unilateralidade no livre comércio, da grande depressão em diante seus concorrentes pularam para o protecionismo, tendo como “epicentro” a Alemanha (ARRIGHI, 1996, p. 272-273):

“O epicentro do contramovimento protecionista foi a recém-criada Alemanha Imperial. [...] A disseminação do desemprego, da inquietação trabalhista e da agitação socialista, a persistência das depressões na indústria e no comércio, os valores da terra que despencavam e, acima de tudo, a terrível crise tributária que o Reich vivia, tudo isso se conjugou para induzir Bismarck a intervir para proteger a sociedade alemã, a fim de que a devastação do mercado auto-regulador não destruísse o edifício imperial que ele acabara de construir (ARRIGHI, 1996, p. 273).

²²⁵ “Como observou Marx em 1853, ‘quanto mais o interesse industrial [britânico] tornou-se dependente do mercado indiano, mais ele se sentiu a necessidade de criar novas forças produtivas na Índia, depois de haver destruído a indústria nativa’. As ferrovias, os barcos a vapor e a abertura do Canal de Suez, em 1869, transformaram a Índia numa grande fonte de alimentos e matérias-primas baratos para a Europa – chá, trigo, sementes oleaginosas, algodão, juta -, bem como num grande e lucrativo escoadouro, protegido pela ação do governo, para os produtos da indústria britânica de bens de capital e para a iniciativa britânica. E mais, no fim do século XIX e início do século XX, o grande excedente no balanço de pagamentos indiano tornou-se o alicerce da reprodução ampliada dos processos de acumulação de capital e do domínio da City londrina sobre as finanças mundiais (Saul, 1960, p. 62, 188-94; Barrat Brown, 1974, p. 133-6; Tomlinson, 1975, p. 340; Bairoch, 1976^a, p. 83; Crouzet, 1982, p. 370; de Cecco, 1984, p. 29-38) (ARRIGHI, 1996, p. 271)”.

Os Estados Unidos cresceram muito acima da média da grande depressão e acima de Inglaterra e Alemanha. Segundo dados de Ernest Mandel (1975, p. 141-142), enquanto neste período a Inglaterra teve um crescimento industrial de 1,2%, a Alemanha teve de 2,5% e os Estados Unidos de 4,9%. Enquanto a taxa de crescimento do volume do comércio mundial entre 1840-1870 havia sido de 5,5%, entre 1870-1890 foi de 2,2%. Embora no período entre 1849-1873 a taxa americana tenha sido de 5,4%, evidenciando que a grande depressão os afetou, a influência da pressão sistêmica da onda longa foi muito menor em comparação aos demais países, tendo sido mais fortes os elementos internos de transformação da economia americana e que iriam elevar a nação à Hegemonia Mundial. Na fase A subsequente, quem os Estados Unidos continuaram a crescer acima das taxas (produto industrial) da Inglaterra, que entre 1894-1913 ficou em 2,2%, e, acima da Alemanha que, entre 1893-1913 ficou em 4,3, enquanto os Estados Unidos, entre 1894-1913, cresceram a uma taxa de 5,9% (MANDEL, 1975, p. 141-142). Contudo, haveria ainda um elemento sistêmico decisivo para esta transição, o qual somente se concretizou na medida em que as contradições da “civilização do XIX” de Polanyi estavam insuportáveis. As duas guerras mundiais realmente forjaram vantagens “excepcionais e exclusivas” (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 86) à já superioridade da economia americana:

“A cessação das exportações de grãos pela Rússia determinara o aumento da demanda de produtos agrícolas americanos, bem como de armamentos pelos países beligerantes. Sua indústria bélica adaptara-se às necessidades da guerra na Europa e obtivera enormes lucros com exportações de armamentos e munições para a Grã-Bretanha, a França e a Bélgica. Suas exportações de aço haviam quadruplicado, pulando de US\$ 25 milhões, em 1914, para US\$ 330 milhões, em 1915, e US\$ 1,3 bilhão, em 1916. O valor das exportações de explosivos também ascendera de US\$ 60 milhões, em 1914, para US\$ 1,7 bilhão entre janeiro de 1916 e março de 1917. Somente a firma E.I. du Pont de Nemours supriu os países da *Entente* durante a guerra e o valor de suas ações na bolsa aumentou de US\$ 20, em 1914, para US\$ 1.000, em 1918, quando foi celebrado o armistício. Também a procura de créditos e de financiamentos externos orientara-se para Nova York, e os Estados Unidos rapidamente se transformaram de devedores em credores da Europa, e de países como Canadá, Argentina, Panamá, Bolívia, Costa Rica e outros, que antes recorriam ao mercado de Londres. [...] Essas exportações e empréstimos propiciaram e mantiveram, até então, sua prosperidade, que passou a depender de que os Aliados continuassem a comprar material bélico e alimentos no mercado americano. E temor houve de que a Alemanha, com a poderosa arma dos submarinos, pudesse conquistar a supremacia no oceano Atlântico e terminasse por derrotar a Grã-Bretanha e a França, o que absolutamente não convinha aos Estados Unidos. A Washington afigurou-se então que permanecer fora da guerra acarretaria, no mínimo, um colapso econômico, que deixaria os banqueiros e exportadores americanos imobilizados com incobráveis empréstimos concedidos à Grã-Bretanha e a seus aliados. E daí por que, entre outros fatores, Woodrow Wilson não mais pôde manter a neutralidade do país, à espera de que os beligerantes se esvaíssem e ele pudesse mediar a “*Peace without victory*”. Somente a participação dos Estados Unidos no conflito

tornaria a vitória tecnicamente possível a completa vitória dos aliados (MONIZ BANDEIRA, 2017 p. 86-88)”.

Embora a crise da grande depressão tenha afetado pouco o desempenho da economia americana, os efeitos do período entre as guerras foram mais drásticos, haja vista a expansão financeira que culminou na crise de 29, uma crise que evidenciava que a acumulação de capital estava limitada por suas bases sociais e materiais. Durante o interregno entre as guerras entre 1914-1938, a taxa de crescimento do produto industrial nos Estados Unidos (em sequência aos dados anteriores de Mandel) foi de 2% e graças ao New Deal de Roosevelt. Este crescimento foi similar ao de Inglaterra, 2% e Alemanha, 2,2%. O ponto chave para a transição hegemônica foi a passagem de devedor a credor num momento em que os países rivais precisavam de financiamento; o fato de ter ficado ileso mesmo participando das guerras; o fato de que tornou-se o maior provedor de oferta do mundo auferindo aproximadamente 70% das reservas de ouro ao final do segundo conflito²²⁶; e os arranjos diplomáticos para a construção da nova ordem mundial, claro que, enquanto nas negociações estabelecia o exercício de sua supremacia ditando regras que os deixavam no comando desta mesma ordem mundial.

Esta nova ordem mundial iria nascer da proposição do Wilsonianismo, pregando a democracia, a autodeterminação dos povos e a segurança coletiva e que teve na Liga das Nações, embora fracassada²²⁷, seu embrião. Essa nova visão, o *internacionalismo multilateral*, que é diferente da visão *isolacionista*²²⁸ e do *internacionalismo unilateral*²²⁹, permitiu a articulação da nova ordem mundial no após segunda Guerra. Os Estados Unidos passam a produzir a natureza sistêmica das bases de sua hegemonia, mas para

²²⁶ “Em consequência desse novo e maior movimento ascendente de seus saldos comerciais e de conta corrente, os Estados Unidos passaram praticamente a desfrutar de um monopólio de liquidez mundial. Em 1947, suas reservas de ouro equivalem a 70% do total mundial. E a exacerbação da demanda de dólares, por parte de governos e empresas estrangeiros, significou que o controle norte-americano da liquidez mundial tornou-se muito maior do que estava implícito nessa extraordinária concentração de ouro monetário. A concentração e a centralização tanto da capacidade produtiva quanto da demanda efetiva foram igualmente impressionantes. Em 1938, a renda nacional norte-americana já era aproximadamente idêntica à soma das rendas nacionais da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e países do Benelux, e quase três vezes superior à da União Soviética. Mas, em 1948, equivalia a mais do dobro da renda do grupo supracitado de países da Europa Ocidental e a mais de seis vezes a da União Soviética (cálculos baseados em Woytinsky e Woytinsky, 1953, tabelas 185-6) (ARRIGHI, 1996, p. 284)”.

²²⁷ Principalmente pela rejeição do Congresso Americano em fazer parte da Organização. Ademais, durante seu funcionamento a consolidação dos regimes fascistas e nazista proclamaram a saída da Alemanha e Itália, colocando abaixo a tentativa da criação de uma segurança coletiva.

²²⁸ “pressupõe um claro distanciamento do mundo, preservando o país, que é minoritária” (PECEQUILO, 2012, p. 4).

²²⁹ “O unilateralismo permite garantir ao país maior margem de manobra e liberdade, guiando-se somente por seu interesse nacional. Os Norte-Americanos são deixarão de agir no mundo, mas o farão somente de forma tópica, em alianças não permanentes e em situações de clara necessidade” (PECEQUILO, 2012, p. 4).

garantir ditar a configuração normativa do sistema criando núcleos institucionais ideológicos para o exercício de seu poder dentro das Organizações Internacionais. Essa nova ordem não se limitava somente ao âmbito das relações internacionais, mas também fazia parte das lutas de libertação nacional e dos movimentos revolucionários num avanço sistêmico da agenda social e trabalhista. Era uma ordem que vinha de uma dialética também muito complexa entre as transformações “internas e externas”, mas que eram/são, na verdade, o Sistema Mundo Moderno Capitalista em seu movimento histórico.

Embora seja fato de longa duração que a luta de classes após a revolução industrial, principalmente após a organização da classe trabalhadora através dos sindicatos, tenha aumentado continuamente, ela acompanha relativamente os ciclos sistêmicos e as ondas longas, sendo parte integrante de sua própria dinâmica, já que interfere essencialmente nas relações de poder e nas bases sociais dos poderes. Segundo Silver e Slater (2001, p. 186) o período de expansão entre 1848-1875 foi relativamente mais calmo e menos turbulento do que o período subsequente da grande depressão, sendo que este último período foi marcado por uma segunda fase (lembrando 1848) dos movimentos trabalhistas e socialistas (SILVER;SLATER, 2001, p. 190) assim como pela ascensão dos movimentos de libertação nacional. Na seguinte fase A expansiva seguiu-se a turbulência, não tendo sido abafada por nenhum novo pacto a não ser aquele que unia os governos imperialistas com os produtores de armas, insumos correlatos e o financiamento inflacionário atrelando-se à exacerbação da expansão financeira (SILVER&SLATER, 2001, p. 195), cuja posição vantajosa dos Estados Unidos já fora apresentada.

Os entrelaçamentos dinâmicos entre as ondas longas e as fases dos ciclos sistêmicos são mais turbulentas quando se encontram numa fase B, podendo permanecer turbulentas numa fase A liderada pelo capital financeiro, pois representando o final dos ciclos sistêmicos. Em geral, as fases B, quando em seu limite, isto é, no máximo da depressão, tendem a apresentar maiores convulsões sociais, como 1914-1945, mas também os momentos bruscos da maturidade para a depressão são explosivos como já argumentamos. Estas duas tendências se intensificam quando estão sobrepostas a expansões financeiras que representam o fim dos ciclos sistêmicos. Destarte, sobre este projeto de “nova ordem”, as bases sociais do ciclo sistêmico americano teriam que superar as contradições do período de turbulências no entre guerras. Por isso, tanto na Europa

com o Welfare State, quando nos Estados Unidos e nos principais países da América do Sul os direitos sociais e trabalhistas foram internalizados aos sistemas jurídicos.

Os desafios à instauração da base social da Hegemonia Americana estavam relacionados não somente aos efeitos deletérios sobre a desigualdade em decorrência da expansão financeira britânica, mas acima de tudo pelo entrelaçamento entre as desigualdades e insatisfações das camadas mais pobres, marginalizadas e frágeis com os nacionalismos e os movimentos de libertação nacional, pois *“as rivalidades entre as grandes potências e os conflitos sociais ficaram muito mais entrelaçados, e o caos social desencadeou-se com muito mais rapidez do que na primeira transição”* (SILVER&SLATER, 2001, p. 199). No entreguerras o New Deal, a Revolução Keynesiana e a revolução na Rússia iriam esboçar o caminho. Por outro lado, era fundamental que houvesse a expansão do Sistema Interestatal, pois também, particularmente para os Estados Unidos, era essencial que as grandes potências europeias enfraquecessem através da dissolução dos seus Impérios (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 100), abrindo portas ao capital americano nas nações recém-libertadas. O resultado foi a assinatura dos acordos de Bretton Woods em 1944 com a criação de Instituições Internacionais que pudessem servir de lócus diplomático permanente para a solução de litígios e conflitos, tendo também a função formal de estabilizadoras da economia mundial.

Referencialmente ao Sistema, a natureza da hegemonia norte-americana e imbricada ao novo ciclo de Kondratieff, possibilitou então também uma nova forma para o exercício do territorialismo como meio de acumulação que provocou a internacionalização produtiva e a possibilidade das industrializações tardias, a superação do Sistema Clássico de Westfália com a expansão dos Sistema de Estados, porém preservando a estrutura centro-periferia, e a consolidação e expansão das Instituições Internacionais e do Direito Internacional, bem como consolidação da “geocultura do liberalismo centrista”, isto é, a internalização das pautas sociais e da política como domínio do povo.

A natureza da Hegemonia Americana imbricou-se com a natureza específica do novo ciclo de Kondratieff cujas bases tecnológicas foram lançadas no final do século XIX e durante as guerras. O desenvolvimento histórico das ondas longas acumulou não somente inovações, mas também “estruturas sociais de acumulação” com arranjos institucionais, além da viabilidade das forças de “contratendência à queda das taxas de lucro”, como, por exemplo, a previsibilidade das taxas de câmbio, a liquidez internacional

e as taxas de juros fixas, reduzindo o custo do capital em sua dimensão de custo de oportunidade. No caso específico da onda longa expansiva que vivenciou a economia mundial entre 1945-1973, além das Instituições de Bretton Woods, a função de realização do consumo teve papel vital em vista da natureza das principais inovações que sustentaram esta onda longa. Entre as inovações algumas permanecem, porém sem ser a fonte do impulso econômico, tendo sido já devidamente generalizadas, enquanto outras desaparecem quando substituídas por tecnologias melhores, outras ainda nascem como novas mercadorias.

A geladeira, eletrodomésticos, telefones, rádios, televisores, geladeira, automóveis, produtos de higiene pessoal, produtos farmacêuticos, computadores digitais civis e alimentos “inovadores”, sem falar nas inúmeras utilidades do plástico e de inovações como o náilon, o poliestireno e Politeno marcam a era dos “anos dourados” (HOBSBAWN, 1995, p. 260-261). A produção de mercadorias, isto é, a produtividade do trabalho e a capacidade de valorização do capital haviam se recuperado e ampliado, tendo como quadro básico a internacionalização produtiva em um ambiente de estabilidade monetária e protecionismo Estatal, desdobrando-se num período de intenso desenvolvimento econômico.

“A economia industrial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. Como vimos, a produção agrícola também disparou, embora não espetacularmente. E o fez, não tanto (como muitas vezes no passado) com o cultivo de novas terras, mas elevando sua produtividade. [...] O modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias do outro lado do oceano... (HOBSBAWN, 1995, p. 257;259)”

A realização destes produtos dependia da valorização do trabalho e da expansão do “*Open Door*”. Como adiantamos no começo desta seção, as principais inovações, como a eletricidade, o telégrafo, o rádio, o telefone e os automóveis foram inicialmente aplicadas ou geradas nos Estados Unidos. O petróleo emerge também como inovador dentro da cadeia de produtos, sendo a principal matriz energética na medida em que o consumo de automóveis aumenta, mas não se limita ao uso civil, como também ao uso

militar durante as duas guerras mundiais²³⁰. Aliás, a guerra²³¹, em razão de suas necessidades estratégicas, resultou em invenções tecnológicas que iriam ditar a cadeia produtiva deste novo ciclo de Kondratieff.

A própria expansão econômica e o “sucesso” da estratégia hegemônica americana, provocaram uma nova frente de dilemas em decorrência da própria natureza de sua hegemonia. De outro lado, a própria fase A de expansão havia chegado a sua maturidade, elevando os preços das matérias-primas, das taxas de juros e limitando o crescimento das taxas de lucro. A queda das taxas de lucro das empresas americanas começa bem antes da queda na Alemanha e Japão (ver figura 0.3 em BRENNER, 2006, p. 07), mas a partir da década de 70 até o início da década de 90 a queda é geral. Comparando 1950-70 com 1970-93 nota-se a inflexão: De uma taxa de crescimento do lucro líquido no setor de manufaturas de 24,4%, 23,1% e 40,4%, Estados Unidos, Alemanha e Japão, no segundo período, respectivamente, apresentam taxas de crescimento muito menores de 14,5%, 10,9% e 20,4% (Ver tabela 0.1 BRENNER, 2006, p, 5). Houve também aumento do desemprego, diminuição da produtividade do trabalho, diminuição dos salários reais e do produto (ver tabela 0.1 BRENNER, 2006, p. 5).

Conforme postulamos na seção anterior, os momentos de inflexão parecem ser acompanhados por inflexões ideológicas que na maioria das vezes tendem a prescrever/perceber que o problema da crise vem das políticas econômicas adotadas durante o desenrolar da fase anterior em questão. Assim como Roosevelt programou o New Deal e rompeu com as altas finanças, criando em 1933, a Lei Glass-Steagall (ARRIGHI, 1996, p. 288), marcando também o fim do padrão ouro e a volta a políticas protecionistas após a crise de 1929, ainda que posteriormente tenha-se engajado novamente no “livre-cambismo”, necessário às nações com superioridade produtiva uma vez que as atinge. Foi o que se observou não eleições que colocaram Ronald Reagan na Casa Branca a partir de 1981, mas já em 1971, durante a presidência de Richard Nixon os Estados Unidos começaram a abandonar o arranjo econômico do pós-guerra ao romper com a conversibilidade do dólar ao ouro.

²³⁰ “No final do século XIX, o querosene substituiu o óleo de baleia como principal fonte de iluminação domiciliar em todo mundo. Com isso, o petróleo passou a integrar definitivamente a moderna cesta de consumo de massas [...] Historicamente, foi sua importância militar – e não econômica 0 a que primeiro colocou o petróleo no centro da geopolítica internacional [...] Os navios de guerra movidos a petróleo, já naquela época, alcançavam maior velocidade e apresentavam substancial economia em termos de espaço e mão-de-obra (TORRES FILHO, 2004, p. 309-310).

²³¹ Ver Medeiros (2004 In: FIORI), “*O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar*”.

Os crescentes déficits em transações correntes e balança comercial dos Estados Unidos e o pior desempenho relativo da economia e da elevação da concorrência ensejaram desafios que teriam que ser respondidos e, tal como nos ciclos sistêmicos anteriores, a estratégia envolveu a expansão financeira e a “desfiguração” parcial da natureza de sua própria hegemonia, porém, e este é o X da questão, o Sistema já havia absorvido as principais transformações e iria continuar vivo. A natureza da hegemonia 1945-1970 entra em profunda contradição com as bases de sua hegemonia.

Em referência a Halliday, Pecequillo (2012, p. 5) nota também que, ainda que houvesse bipolaridade, a guerra fria era sistêmica na medida em que incluía todas as esferas, econômica, social, política, ideológica, estratégica e cultural, numa busca de influência muitas vezes contraditória à própria bipolaridade²³². Ademais, outra contradição destacada pela autora, era o abismo que separava o discurso democrático/liberal dos “bolsões segregacionistas” dentro dos Estados Unidos (PECEQUILO, 2012, p. 6). Na esteira destas contradições sistêmicas e dos valores nacionais americanos, ocorreram em 1963 a Marcha sobre Washington, liderada por Martin Luther King e o maio de 68, já na passagem da maturidade para a depressão, posteriormente já em sua fase B, em 1979, viria a ocorrer a Revolução Iraniana. Na América Latina a passagem da maturidade para a depressão e no próprio decorrer da depressão seria marcada por golpes militares apoiados pelo governo americano tendo sido articulados pela CIA (ver WEINER, 2008, *Legado das Cinzas*). Ainda conforme Pecequillo, outra pedra angular da política externa e da própria estabilidade política nacional é a identificação de um inimigo a ser combatido:

“Durante a Guerra Fria, as ideias da missão especial e da identidade definida pelo combate ao inimigo foram essenciais e sustentaram o consenso doméstico. A ideia do inimigo tornou-se funcional para o estabelecimento da identidade nacional a partir do outro, tanto que, com o fim da bipolaridade, umas das principais dificuldades estratégicas tem sido a de estabelecer um novo ‘outro’. Na ausência destes parâmetros, as relações políticas e jogos de barganha domésticos revelam tanto uma estrutura permeável ao debate e a demandas, como à fragmentação e instabilidade (PECEQUILO, 2012, p. 6)”.

Por isso, entre 1969-1979 os Estados Unidos trataram de ajustar sua estratégia. A década de 1980-90 iria ser a década da viragem rumo à expansão financeira e ao neoliberalismo e, ao mesmo tempo, com a queda da URSS, seriam identificados novos inimigos. Pensamos que muito, ou tão mais importante, do que o poder bruto americano, que ainda persiste, são as grandes transformações que tem de fato real potencial para

²³² Os descompassos, por exemplo, dos desenvolvimentos Latino Americanos e Asiático, por exemplo, são fruto destas contradições.

limitar o exercício pleno ou total deste poder, as tendências multilaterais do mundo e os realinhamentos geopolíticos e geoeconômicos. É a isto também que se deve o verdadeiro processo de longa duração do declínio da Hegemonia Americana, entendida também, assim como sua hegemonia, nos termos de sua própria natureza face ao desenvolvimento do Sistema. Mesmo que ainda mantenha as bases de sua hegemonia, estas trouxeram novos traços à sua natureza sistêmica em meio às continuidades dos efeitos produzidos pela natureza anterior, por isso consideramos que há um processo de declínio da hegemonia norte-americana. Tentaremos elaborar esta análise pensando nos diversos tempospaços e no próprio desenvolvimento de longa duração do Sistema Mundo Moderno Capitalista. A partir disso pensamos ser possível então entender também o declínio nos termos de sua natureza.

Gostaríamos antes de fazer uma intervenção necessária: a natureza da hegemonia americana não teve sua dinâmica única e exclusivamente produzida a partir dos Estados Unidos, mas sim de um contexto histórico, ideológico e sistêmico preciso e que ficou marcado pela bipolaridade da Guerra Fria e por lutas no interior dos Estados. O mundo não foi somente construído pelos norte-americanos, as nações em suas individualidades e interação com seus dilemas e com o Sistema agiram igualmente para desenvolver as proporções da natureza desta hegemonia para o Sistema. Sua natureza está associada às forças do próprio Sistema, bem como a natureza do seu declínio está também associada às forças do próprio Sistema.

4.3. Controvérsias sobre o Declínio da Hegemonia Americana.

A conjuntura emana e responde a aspectos de longa duração sistêmica com os quais as Relações Internacionais estão a lidar diariamente. Desde a década de 1970 está em debate o declínio da Hegemonia Americana. O declínio precisa ser analisado a partir da particularidade histórica que representa, tendo de fundo a longa duração nas dimensões (i) da tendência secular de descenso e estagnação (ii) da nova onda de Kondratieff que passa a vigora a partir da década de 1990 e; (iii) da intersecção dos tempospaços buscando identificar “grandes continuidades” e “grandes transformações” dentro da conjuntura. A análise segue nas próximas seções, porém antes é necessário organizarmos alguns argumentos sobre o debate.

Em “*O Poder Americano*”²³³ Fiori (2004, p. 13;15) sugere que haveria um problema teórico crucial (“grande problema teórico”): a incapacidade, tanto da “teoria da estabilidade hegemônica” quanto das teorias do “Sistema-Mundo”, de explicar porque, dado que e se as hegemônias são estabilizadoras e coordenadoras da ordem mundial - oferecendo bens públicos e oferecendo a capacidade de orquestrar um “interesse geral” - do ponto de vista histórico, foram estas mesmas hegemônias que provocaram as grandes crises do sistema?

Considera ainda outro problema: as previsões destas teorias seriam que haveria a ascensão de outra hegemonia sucessora, fato que diante do que chama de “Hiperpoder Global Americano”, estas previsões teriam, por enquanto, fracassado. A leitura desenvolvida por Fiori provém do clássico texto de M.C. Tavares sobre a retomada da hegemonia americana. Desde sua publicação em 1985, abriu-se a perspectiva para o entendimento da Hegemonia Americana como uma transmutação do regime de acumulação capitalista e como tal permite a construção de um Império Americano – financeiro, militar, político, produtivo e ideológico. Em o “Mito do Colapso do Poder Americano”, o tema é desenvolvido também por Carlos Medeiros e Franklin Serrano. Em geral, nos outros três clássicos livros de organização de Fiori, “*Poder e Dinheiro*”, “*Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*” e “*Polarização Mundial e Crescimento*” o tema perpassa e costura mais firmemente tendo em perspectiva diversos enfoques, seja a partir da perspectiva de países ou grupos de países isolados, seja pelo enfoque do tipo específico de acumulação contemporâneo, pelo enfoque geopolítico ou das relações centro-periferia.

Segundo Fiori (2004, p. 92-93), diante da própria crise da sociedade americana na década de 1970, a “crise do dólar”, a correlação de forças internas nos Estados Unidos, representadas a partir de “três estratégias” (Nixon, Carter e Reagan) passou a permitir as diretrizes políticas da Era Reagan, que seria a “terceira estratégia”, “vitoriosa”, e que “combinou o messianismo anticomunista de Carter com o liberalismo econômico de Nixon”, rumo à reestruturação das bases da hegemonia americana que, por sua vez, iria influenciar toda a estrutura do regime de acumulação internacional. Assim, destacam-se como principais pilares sustentadores desta reestruturação, segundo estas clássicas contribuições anteriormente mencionadas:

²³³ Especificamente no artigo “*Formação, expansão e Limites do Poder Global*”.

- (i) Um padrão monetário-financeiro ineditamente sem restrições de lastro, sem restrições no balanço de pagamentos e sem, por enquanto, nenhum rival que possa estabelecer um confronto;
- (ii) Este padrão é o “dólar-flexível” que está ancorado a um regime de valorização financeira dos capitais privados internacionais, fundindo os interesses financeiros dos grandes investidores internacionais aos interesses do poder e Estado americano e do dólar, tendo os títulos públicos americanos o elo de conexão emblemático;
- (iii) Esta valorização financeira por sua vez está ancorada na liberalização das economias em suas dimensões bancária, de capitais, produtiva e comercial;
- (iv) Esta valorização financeira, a “financeirização”, representa uma profunda transformação da forma básica de riqueza, colocando no centro da acumulação a riqueza fictícia;
- (v) A liberalização produtiva e comercial da economia e a perda da competitividade americana foram acompanhadas pela reorganização da Divisão Internacional do Trabalho a partir da estratégia das grandes corporações transnacionais de buscar uma gestão global *multisourcing*, especialmente na Ásia;
- (vi) Especialização dos Estados Unidos no setor de tecnologia da informação, a “Nova Economia” e em setores com alta complexidade tecnológica;
- (vii) Atuação institucional no âmbito do FMI, OMC e Banco Mundial, aproveitando-se da crise da dívida no terceiro mundo, desencadeada pela elevação das taxas de juros americanas em 1979, como forma de exigir contrapartidas institucionais e uma agenda padronizada das políticas macroeconômicas cujas bases ficaram sistematizadas no Consenso de Washington; a instauração ideológica e sistêmica do Neoliberalismo;
- (viii) Expansão da presença militar global norte-americana e organicidade entre o complexo industrial-militar e a economia nacional americana, o que, por sua vez, torna orgânica a expansividade e intervencionismo de sua política externa e de sua economia nacional; poder militar que, por sua vez, forçaria a aceitação do regime financeiro em questão;

- (ix) Política de aproximação com a China como forma de enfraquecimento do regime soviético e de reposicionamento do poder americano na Ásia, fundamental para engendrar a reorganização da DIT, fato consumado posteriormente;
- (x) Centralidade da Geopolítica do Petróleo;

Para parte destes autores, como Fiori e Tavares, assim como outros como Chesnais, os pilares da reestruturação da Hegemonia Americana, especialmente os que implicaram a especialização financeira, seriam a causa básica duma estagnação ou depressão constante na esfera produtiva (MARTINS, 2011, p. 204-205). Apesar de, por exemplo, em diversos de seus trabalhos, Fiori ressaltar a constante busca pelo poder e a constante capacidade das potências de concorrer por este poder através das guerras, nota-se, no entanto, a noção de um Império Americano, isto é, uma negação da própria competição. Quer dizer, não seria um tanto estranho aproximar o poder americano a um poder imperial e ao mesmo tempo aproximar a dinâmica do sistema a um contexto constante de competição? Em “Teoria do Poder Global”, defende que o que levou à acumulação capitalista, segundo ele, não foram “os jogos das trocas”, mas o “jogo das guerras”. Entretanto, no fundo, seria que para que continue a acumulação capitalista deveria estar presente uma espécie de insucesso da possibilidade de um poder absoluto, ou seja, busca-se poder absoluto, mas a força do sistema é que este nunca pode ser alcançado, pois a natureza do Sistema é a competição. Por isso, pensar num Império Americano cujo poder é tão superior e estrutural parece contradizer a natureza do próprio sistema. Assim coloca Fiori,

“Depois da II Guerra Mundial, durante a Guerra Fria com a União Soviética e sob hegemonia dos Estados Unidos entre as demais Grandes Potências, a economia capitalista viveu sua “época de ouro” e o mundo experimentou uma gestão global baseada em regimes e instituições supranacionais, mesmo quando tuteladas pelos Estados Unidos. Mas este período de “hegemonia mundial” durou até a década de 70, quando os Estados Unidos mudam sua estratégia internacional. Foi o momento em que perderam a Guerra do Vietnã e se aproximaram da China, abandonaram o regime monetário internacional criado em Bretton Woods e adotaram progressivamente o sistema dólar-flexível e, finalmente desmontaram os controles sobre a circulação internacional dos capitais privados e optaram pela desregulação completa dos mercados financeiros, que já vinham apoiando e promovendo onde possível, desde a década de 1960. Uma nova estratégia internacional de escalada na direção do poder global unipolar e imperial, conquistado depois da Guerra do Golfo e da dissolução da União Soviética em 1991 (FIORI, 2004, p. 79)”.

Adiante, reconhece esta contradição, mas diz que o “império global” é a condição real da situação desde após a queda da União Soviética:

“Um situação mundial que é nova, mas que não é um fato excepcional e imprevisível na perspectiva de longo prazo do sistema mundial, criado pela expansão dos estados e das economias nacionais europeias. Pelo contrário, ela aproximou o sistema do seu limite tendencial e contraditório: a constituição de um ‘império global’. E do ponto de vista dos Estados Unidos, representou mais uma etapa de um processo contínuo de concentração e centralização de poder político econômico, que começou no século XIX no continente americano, e se globalizou depois do fim da II Guerra Mundial (FIORI, 2004, p. 94).

Contudo, podemos dizer, por exemplo, então, que o projeto da União Europeia também é um projeto de reposta ao “poder Imperial” dos Estados Unidos que foi se construindo na medida em que as discrepâncias entre os Estados europeus em separado e os EUA foram ficando mais visíveis. Seria uma nova fase de centralização do poder analogamente ao seu exórdio na Europa fragmentada, mantendo a competição, porém numa fase superior, mais elevada, na qual são criados “Estados-Impérios Mundiais”, tendo como Império Máximo os Estados Unidos, ora sendo parceiros, ora inimigos, ainda mais quando se tem em mente outros “Impérios” ou poderes continentais como China e Rússia. Seria, então, num exercício de extrapolação, quase afirmar que Wallerstein estava certo, pois as economias-mundo historicamente tendem a virar Impérios-Mundo. Isto leva a outra discussão, a mesma que elaborou Kautsky em sua perspectiva do Ultraimperialismo, aliás, uma crítica feita por Fiori aos analistas do Sistema-Mundo é que estes teriam aderido ao funcionalismo da “teoria da estabilidade hegemônica” em detrimento da adesão da Teoria do Imperialismo (FIORI, 2008, p. 13).

Em outro artigo, ao elaborar a interpretação da crise da década de 1970, afirma que a derrota no Vietnã e a crise do dólar, são partes constitutivas da necessidade que tem o *hegemon* de constantemente buscar por posições de poder estratégicas e que, dessa forma, como resultado contraditório, o *hegemon* acaba deflagrando a crise da própria ordem que ajudou a construir e a se construir (FIORI, 2004, p. 89-91). Entretanto, esta “derrota passageira” (p.91), segundo Fiori, já corria paralelamente à aproximação com a China, o que representou a cartada final contra a União Soviética “bloqueando a possibilidade de uma hegemonia russa no sudeste asiático e, ao mesmo tempo, propondo aos chineses um retorno à velha parceria econômica que havia começado com o tratado de 1844, em torno à defesa da política de ‘portas abertas’, e que havia se revigorado com a aproximação sino-americana de 1943” (FIORI, 2004, p. 91). O mesmo poderia ser aplicado à crise do dólar, isto é, segundo Fiori, ela foi o resultado de uma série de políticas adotadas²³⁴ pelos Estados Unidos ao longo da década de 60 com o incentivo às operações

²³⁴ “No seu Relatório Econômico Presidencial ao Congresso Americano, de 1973, o presidente Richard Nixon defendeu explicitamente que ‘os controles de capitais para fins de balanço de pagamentos não devem

off-shore no *euromarket* e a paulatina passagem para a defesa de uma política de capitais liberalizada “permitindo que as taxas de juros refletissem as diferenças nacionais de produtividade do capital” (FIORI, 2004, p. 91-92).

Aliás, a perda de competitividade produtiva norte-americana para Alemanha, Japão (BRENNER; 2006) foi um dos aspectos anteriores à crise do dólar, pois este desvaloriza-se não somente pelo afluxo de capitais e alta liquidez mundial, como também porque produtivamente a economia americana perdia a capacidade de competir, refletindo, assim, por sua vez nos déficits gêmeos.

A teoria do “Poder Global” confere, aparentemente, um papel análogo ao da mão-invisível de Adam Smith ao Sistema Mundial, só que no caso, na esfera das relações internacionais²³⁵. A competição irrefreável pelo poder, a centralização política e aumento do poder militar, das posições monopólicas e das imposições legais é que geraria a capacidade de acumulação da riqueza, não sendo, portanto, nas palavras de Fiori “a obra do capital em geral”.

Em “*O Sistema Interestatal Capitalista no Início do Século XXI*”, ao criticar Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, autores que trabalham com a hipótese de uma crise terminal da hegemonia, Fiori afirma que estes fazem confusão entre “planos e tempos históricos diferentes” (FIORI, 2008, p. 20). Teriam, segundo ele, por causa disso, por exemplo, sido incapazes de perceber que os sintomas do declínio da década de 1970 se transformaram nas maiores forças estruturais do poder americano. Os sintomas que eram na verdade eventos do “tempo breve” e, posteriormente, revelaram-se estruturais de um poder sistêmico, mesmo sob os constantes ciclos de “bolhas especulativas” desde 1987. Fiori associa a estrutura do poder americano com o conceito estrutural de relações de poder de Susan Strange. Para Fiori as “derrotas militares e a expansão chinesa” significam uma “grande transformação expansiva do sistema mundial” e sustenta sua análise na teoria do “universo em expansão” “*onde todos os Estados que lutam pelo*

ser encorajados’ e que, pelo contrário, o livre movimento de capitais é a melhor forma de promover políticas econômicas corretas (FIORI, 2004, p. 92)”.

²³⁵ Nesta passagem a associação é quase explícita: “Exatamente como na concorrência capitalista, onde o próprio capital recria sem cessar as suas novas formas de competição, porque perderia capacidade de acumulação se ocorresse uma monopolização completa dos mercados (2004, p. 103)”. No caso, posteriormente ao 11 de Setembro a concorrência ficou sob responsabilidade do terrorismo: “Foi o momento em que os Estados Unidos definiram seu novo inimigo bipolar, e propuseram uma parceria estratégica global, com todas as grandes potências, para combater o ‘terrorismo internacional’ (FIORI, p. 103). Sustenta esta projeção imperial do poder americano, a natureza do novo inimigo escolhido, o terrorismo, pois está e pode estar em todos os lugares, a todo tempo, de várias formas e táticas, sendo a estratégia americana a constante política externa de ataque preventivo, um inimigo fluído para um poder igualmente fluído (Idem, 2004, p. 103).

“poder global” – em particular, as grandes potências – estão sempre criando, ao mesmo tempo, ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra, sem perder sua preeminência hierárquica dentro do sistema (FIORI, 2008, p. 22)”. Destarte, conclui-se, conforme postula, não se pode confundir as crises, as convulsões sociais ou as derrotas militares com rupturas, elas são na verdade a regra do Sistema e fazem parte das lutas pelo poder.

“Por fim, resumindo e voltando à discussão da conjuntura internacional da “crise americana” neste início do século XXI: do nosso ponto de vista, o sistema mundial é um “universo em expansão” contínua, onde todos os Estados que lutam pelo ‘poder global’ – em particular, a potência líder ou hegemônica – estão sempre criando, ao mesmo tempo, ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra. Por isso, crises econômicas e guerras não são, necessariamente, um anúncio do ‘fim’ ou do ‘colapso’ dos Estados e das economias desenvolvidas. Pelo contrário, podem ser uma parte essencial e necessária da acumulação do poder e da riqueza destes Estados, e do próprio sistema mundial. E nesta conjuntura, em particular, as crises e guerras que estão em curso fazem parte – do nosso ponto de vista – de uma transformação estrutural, de longo prazo, que começou na década de 1970 e que aponta, neste momento, para um aumento da “pressão competitiva” mundial – geopolítica e econômica – e para o início de uma nova “corrida imperialista” entre as grandes potências, que já faz parte de mais uma “explosão expansiva” do sistema mundial, que se prolongará pelas próximas décadas e contará com uma participação decisiva do poder americano (FIORI, 2008, p. 33-34)”.

A formação do Sistema Interestatal perpassa sim esta lógica “expansiva do universo” e é parte do que expusemos no tempo-espço estrutural, inclusive tendo como referência a própria teoria de Fiori e de Charles Tilly e Nobert Elias, mas este também é composto de relações econômicas na Divisão Internacional do Trabalho e por uma miríade de formações econômico sociais formando “relações mundiais de produção” (PALLOIX) que se dividem abstratamente nas relações centro-periferia e semi-periferia, ademais de incorporarem, por causa mesmo das contradições do capitalismo enquanto modo de produção, ritmos cíclicos de expansão e contração seculares da atividade econômica. É a intersecção entre os tempo-espços o grande X da questão e o que nos permite identificar “grandes continuidades” e “grandes transformações”. Na verdade, não se trata de confundir “planos e tempos históricos”, mas sim de entender suas intersecções.

Entretanto, é claro, de um lado, não se pode negar a veracidade de que a reestruturação da Hegemonia se deu dessa forma, a partir dos pontos supracitados, bem como que esta forma não gera um regime de acumulação financeirizado e com potencial para determinar uma tendência secular de declínio das taxas de crescimento da economia mundial e ou de estagnação secular da economia mundial, mas não da acumulação. Porém, não se pode negar que no período 1994-2007-8 houve uma expansão do crescimento econômico dentro mesmo desta tendência secular declinante que, corroborou

para diminuir a amplitude desta última fase A de Kondratieff e que agora volta a se manifestar na economia mundial. Esta afirmação não contesta as contribuições analíticas básicas de interpretação do *fato inconteste* do poder do Estado Americano no “tempo breve” e nem a forma como tal poder se sustenta e que está corretamente colocado pela tradição Tavares-Fiori e sua produção bibliográfica, apenas é preciso colocar em perspectiva crítica a partir dos tempoespaços trabalhados no segundo capítulo, bem como, tendo como epistemologia a própria longa duração no sentido de podermos tentar identificar “grandes continuidades” e “grandes transformações”.

Por outro lado, pensamos que as críticas encaminhadas por Fiori aos autores do Sistema-Mundo não procedem porque estes analistas não entendem que a crise é do dia para a noite, não negam o poder ainda imenso dos norte-americanos, não negam nenhum aumento da competição e nenhum tipo de transição pacífica sem antes o sistema enveredar numa luta “Imperialista”, não há ingenuidade. Aliás, sobre o sistema ser um “universo em expansão”, por exemplo, Immanuel Wallerstein concorda que uma das características do Sistema Interestatal é estar em expansão, não somente do ponto de vista da formação de novas unidades políticas soberanas na luta pelo poder, mas também por características intrínsecas à acumulação propriamente capitalista. A expansividade do sistema foi tema trabalhado também por Theotonio dos Santos em Imperialismo e Dependência. Outros autores, como Samir Amin igualmente abordam a natureza expansiva da lei do valor e as próprias teorias Imperialistas colocam como angular tal expansividade, mas não porque é o poder pelo poder, mas porque é um poder tipicamente capitalista.

A crise da década de 1970, confundida com a crise do que se convencionou chamar de regime de Bretton Woods, foi na realidade uma crise do dólar e da competitividade americanas, não uma crise do Regime de Bretton Woods em si. Tal Regime seria aceito, é claro, enquanto a combinação de superioridade monetária e produtiva americana estivessem plenamente garantidas para garantir um padrão monetário e financeiro tendo o dólar como referência.

É absolutamente certa a afirmação de Fiori de que a elevação dos juros em 1979 significou que as taxas de câmbios dos países iriam passar a flutuar conforme suas respectivas produtividades²³⁶. Nada mais vantajoso para os Estados Unidos então romper

²³⁶ Nas teorias do valor trabalho o dinheiro (já passadas sua temporalidade histórica para assim constituir-se multiplamente como unidade de conta, medida dos valores, meio de pagamento e reserva de valor) vale mais quanto maior a produtividade, isto é, quanto maior é a produtividade maior o poder aquisitivo de

com o padrão-fixo. Na comparação de dois períodos, entre 1960-73 e entre 1973-79 a taxa de crescimento da produtividade dos Estados Unidos ficou abaixo de Japão, Alemanha e G7. No primeiro período enquanto a taxa de crescimento da produtividade (PIB/Trabalhador) nos Estados Unidos foi de 2,3% e, no segundo período de 1,2%; para Japão, Alemanha e G7, no primeiro período as taxas foram de 8,6%, 4,2% e 4,8%; enquanto para o segundo período, para os mesmo países e respectivamente, as taxas foram de 3,7%, 2,5% e 2,8% (BRENNER, 2006, p. 240). A expansão econômica do após guerra tratou de restabelecer a robustez econômica das grandes potências através não somente do plano Marshall, mas também através da manutenção de taxas de câmbio fixas e desvalorizadas que pudessem equilibrar as estruturas de oferta e demanda da economia mundial que estavam completamente assimétricas devido às guerras. A distribuição da liquidez internacional, e seu fornecimento era parte orgânica da própria existência do capitalismo norte-americano.

A desvalorização do dólar teria então somente uma saída: a elevação das taxas de juros para níveis tão altos que seria praticamente impossível não atrair capitais para reestabelecer a diplomacia do dólar forte, mesmo sem produtividade que o sustentasse. Ademais, teria também que romper com a conversibilidade automática e fixa com o ouro e submeter todas as demais economias, principalmente as economias em desenvolvimento, à lógica da “produtividade”. O segundo passo foi institucionalizar a instabilidade, primeiro internamente durante a Era Reagan e, depois, generalizando-a através da utilização da crise da dívida na periferia para forçar os ajustes estruturais via FMI, ajustes estes pensados por seletivo grupo durante o Consenso de Washington. Além disso, o acordo do Plaza de 1985 teria cumprido um papel importante, pois colocaria o Japão numa grave recessão e globalização financeira (TORRES FILHO, 2012). Diante da perda da superioridade produtiva os Estados Unidos procuraram fortalecer a dimensão financeira-monetária, militar, comercial e ideológica.

O declínio não veio acompanhado de perda de dominação e esse é o grande “x” da questão. Ademais, como mesmo afirma Arrighi, cada ciclo sistêmico é acompanhado

compra da moeda, pois se produz em menor tempo de trabalho e, com tal diminuição, pois tendo o valor origem na quantidade de trabalho, há respectivamente a diminuição do valor da mercadoria, assim, o “dinheiro compra mais”. Isso *ceteris paribus*. Então, tendo em vista que a taxa de câmbio é o valor das moedas nacionais em relação a suas capacidades de compra recíprocas, logo, as nações com maiores índices de produtividade tem câmbio mais valorizado, já que o poder de compra da economia é maior. Nas nações com menores índices de produtividade as taxas de câmbio seguem o caminho inverso. Destarte, no jogo das balanças comerciais, estando em piores condições os países periféricos e dependentes, as taxas de câmbio passam a refletir os saldos e déficits, flutuando conforme os “sinais”.

de inovações e de um aumento da complexidade do regime de acumulação, não somente em termos tecnológicos e econômicos, mas também políticos e sociais. É o que ele e Beverly Silver chamam de mudança na “*densidade dinâmica do sistema*” (MARTINS, 2011). Como escreveu Wallerstein, “*The real question is not whether U.S. hegemony is waning but whether the United States can devise a way to descend gracefully, with minimum damage to the world, and to itself*” (WALLERSTEIN, 2003, p. 27).

Foi exatamente o aumento da “densidade dinâmica do sistema” que possibilitou o rompimento de séculos com o lastro metálico e, assim, com o padrão dólar-flexível. É claro que a possibilidade da não substituição do dólar por “outra coisa” esteve assentada no processo de disseminação do dólar como reserva, meio de pagamento e unidade de conta que foi catapultado pela situação assimétrica que a economia americana ocupava perante o sistema mundial, detendo 2/3 das reservas mundiais de ouro no imediato pós-guerra, assumindo caráter de conversibilidade praticamente exclusivo, forçando os demais países, carentes então de reservas de ouro e destruídos pela Guerra (no caso das potências europeias e Japão), a acumular dólar para poder quiçá ampliar suas reservas em ouro (BRAGA;CINTRA, 2004, p. 259).

Por isso, quando Volcker elevou a taxa de juros, a atratividade que emanou foi justificada por este fato²³⁷, a internacionalização do dólar e a insuficiência do ouro como instrumento para expressar a acumulação e produção de riqueza concreta e abstrata foram os dois pilares da possibilidade de transição para o padrão dólar-flexível, mas toma sua forma final e acabada só na metade da década de 1985. Este formato acabado pode ser expresso no que Braga chama de *Padrão Sistêmico de Riqueza*. Mas o mercado não atua sozinho, o Estado teve participação chave ao longo da construção desta lógica por ser a via de institucionalização das condições necessárias ao estabelecimento não somente da mobilidade do capital com a liberalização, mas também de sua plena criatividade com a desregulamentação e desintermediação, reservando aos bancos centrais a função de mantenedora de lastro fiduciário da expansão financeira: a montagem institucional do neoliberalismo. Porém, o mesmo regime que confere ainda o poder ao dólar é o mesmo regime que o ameaça.

²³⁷ É claro que os dois choques do petróleo foram importantes para enfraquecer as economias europeias e japonesa que eram altamente dependentes desta fonte de energia.

Entretanto, a “autogenética”²³⁸ (KNAPP, 1924), cujo paroxismo é a moeda Americana, por mais que seja autogenética, não prescinde das condições reais da economia, isto é, das capacidades reais da reprodução material da sociedade em suas relações relativas entre Estados e Classes. Destarte, embora haja um “estruturalismo” particular do poder Americano, este não está imune às contradições que gera nem tampouco, às tendências seculares da estrutura de longa duração e dos tempospaços do Sistema.

Por isso, como aponta Carlos Eduardo Martins, embora a Hegemonia financeira, ideológica e militar dos Estados Unidos esteja sendo conservada, está também constantemente sendo “vulnerabilizada” pela “pressão dos déficits em transações corrente e públicos sob o dólar”, pela “crise de legitimidade do neoliberalismo”, pelo “desgaste do imperialismo estadunidense” e pelas “reações político-militares” em relação a este imperialismo (MARTINS, 2011, p. 170). Além disso, segundo o autor, os Estados Unidos “deverão perder a liderança no crescimento econômico mundial”, expandindo-se abaixo da economia mundial (MARTINS, 2011, p. 176), isto porque, em última instância, a lógica do “*zigue-zague*” do dólar coloca um limite nas possibilidades de desvalorização defensiva do dólar, destarte as taxas de crescimento ficam limitadas à política do dólar forte (MARTINS, 2011, p. 182 – em nota de rodapé).

“O eixo geopolítico do crescimento se desloca para o Leste Asiático e o baixo crescimento se apresenta, sobretudo, nos Estados Unidos e seus aliados ideológicos regionais: a Europa Ocidental, a América Latina, o Leste Europeu ou a África que aplicam o pacote de políticas públicas neoliberais. Eles pressionam a média de crescimento para baixo enquanto a China, principalmente, a partir de 200, sustenta a expansão mundial com impactos positivos sobre as periferias. Os conflitos políticos e sociais incidentes nas periferias podem radicalizar o deslocamento dessas regiões para o eixo mundial do crescimento, impulsionado hoje desde a China e o Leste Asiático, ao estabelecerem novos centros regionais de acumulação, acompanhando as tendências centrífugas rumo a multipolaridade (MARTINS, 2011, p.186).

Para muitos analistas não somente a desconcentração do poder econômico mundial é o plano de fundo essencial das justificativas do declínio da hegemonia, mas também, como mostraram a derrota na Guerra do Vietnã e os atentados de 11 de Setembro, a existência de uma vulnerabilidade mesmo como o maior poder militar do mundo. André Gunder Frank, em um de seus últimos artigos escritos, de nome

²³⁸ Conceito desenvolvido por Knapp (1924) que representa a fusão histórica entre a origem material do dinheiro e sua natureza política-cartal enquanto dinheiro-papel. Nesse processo de fusão, existiriam outros conceitos de representação como hylogenesis, pensatory, morphic e proclamatory, dando bastante ênfase ao aspecto legal e proclamatório-Estatal do dinheiro face ao fato de que sua materialidade como papel ou como uma linguagem de computador não possui utilidade física para quem o aceita inseri-lo como meio de produzir.

“*Apresentando o Tio Sam – sem roupas*” compara os Estados Unidos a um “audacioso parasita”, buscando ressaltar que o governo norte-americano não somente possui a maior dívida externa do mundo, mas que, recebendo dinheiro do mundo, não à paga, ou, ao menos, não à paga parcialmente, desse modo, afirma Frank, o “Tio Sam sustenta o maior esquema Ponzi do Conto do Vigário”, sendo que tal conto, servilmente, é útil para garantir uma desigualdade econômica estrutural entre os países, o que garante recursos naturais aos Estados Unidos, pois se todos os países crescerem não haverá suficiente para todos.

Frank reconhece o “privilégio exorbitante” do fato de que enquanto os demais países devem produzir, vender, acumular dinheiro e depois trocar este dinheiro pelo dinheiro (outro), o dólar, para importar e pagar compromissos financeiros, os Estados Unidos precisam apenas imprimir moeda, ou seja, devem em sua própria moeda, não possuem restrições no balanço de pagamentos. Reconhece também, como no texto clássico de Tavarez, que o poder do “Tio Sam repousa no dólar e no pentágono”, porém pondera que “*a vulnerabilidade de um e de outro é o calcanhar de Aquiles que ameaça a vulnerabilidade do outro*” (FRANK, 2009, p. 83).

Traçando a relação comercial com a China demonstra como as empresas norte-americanas que atuam no mercado doméstico lucram com a situação. Importam da China a um preço X e vendem internamente a um preço $X + 1$. Isto é, não precisaram produzir, um lucro comercial estrito, mas para elas especificamente. Isto somente é possível pelo domínio político da dívida e da impressão dos dólares. Enquanto isto continua Frank, para o credor da dívida que compra os títulos norte-americanos, o lucro, ou retorno, juros, é geralmente inferior ao lucro da empresa norte-americana. Os Estados Unidos também recebem divisas das receitas de suas *holdings* no exterior e dos serviços das dívidas no terceiro mundo, compensando (ou quase compensando) o déficit comercial. Contudo estes dois movimentos forçam a fuga de investimentos num contexto de déficits gêmeos, tanto no orçamento quanto na balança comercial. Frank lembra também o fundamental acordo feito por Kissinger com a Arábia Saudita e que posteriormente valeu para a OPEP de que o petróleo seria comercializado em dólar, mas depositado no “Tio Sam” em troca de presentes bélicos (armas). Lembra também como no caso do Iraque (que queria, segundo ele, sair dessa dependência do dólar) ocorreu a “troca de dívida por equidade”, isto é, ao invés de pagar a dívida o devedor dá algum direito de propriedade que gere lucro: a bela união do dólar e do pentágono. Isto tudo não é tão simples assim, então coloca a essência característica do “Conto do Vigário”:

“[...] sua característica essencial é que ele só pode continuar a pagar dólares e se manter no topo enquanto continuar a receber, de fato, novos dólares, voluntariamente, se possível através da confiança, ou então pela força. [...] Mas o que ocorre se e quando a confiança se esgota e os dólares não chegam mais? As coisas já estão ficando mais tumultuadas na casa do Tio Sam (FRANK, 2009, p. 89)”.

André Gunder Frank praticamente previu a eclosão da crise financeira de 2008 quando afirmou que diante do ritmo de elevação do déficit comercial e orçamentário, os juros teriam que subir, pois estavam em patamar baixo e sob a lógica das “re-hipotecas”, com isso estouraria a bolha. Realmente foi o que aconteceu. O central na análise de Frank é que ele compara a situação norte-americana com um esquema Ponzi, isto é, de alto risco e alavancado, bem como financeiro, mas que ao contrário dos esquemas Ponzi do mercado financeiro em si, o esquema norte-americano, o Ponzi Mundial, requer e assenta-se numa base real mundial de “produtor-comerciante-consumidor” como ele diz, uma verdadeira “função na divisão político-econômica internacional do trabalho” e compara os Estados Unidos a uma “rosquinha frita” (*doughnut*) por estar no centro da economia mundial, mas ao mesmo tempo ser vazio, ou seja, a base produtiva mundial ter se deslocado para a Ásia, exceção dos produtos agrícolas e bélicos, bem como a “nova economia”. Continuando com a metáfora, avalia então os riscos e oportunidades:

“A falência do dólar desintegraria (desintegrará) essa rosquinha frita político-econômica que envolve e organiza o mundo e lançaria centenas de milhões de pessoas, para não mencionar uma quantidade indeterminada de dólares e seus possuidores, em uma desordem com consequências imprevistas e imprevisíveis. Muitas pessoas, no alto e no baixo polo totêmico mundial, têm um grande interesse em evitar isso, ainda que isso exija continuar a vencer o Tio Sam como um balão. Ou, para se referir a uma bem conhecida comparação, continuar a fingir que o Imperador Nu, está vestido e mandar para ele algo para calçar. Isso também inclui a China, para quem uma revelação diante do Tio Sam seria uma sorte no infortúnio. Isso obrigaria a China a mudar seu curso econômico-político e, em vez de entregar de graça os seus produtos ao Tio Sam, a transferir sua produção e seu consumo para dentro, para o seu pobre interior e para a vizinhança próxima da Ásia Oriental. Tudo isso podia e devia já estar sendo feito; quanto à transferência da produção e do consumo para os vizinhos próximos na Ásia, a China recentemente começou a fazê-lo, mas não para o seu interior. Então, o que acontecerá aos ricos no topo do esquema Ponzi do Tio Sam, quando a confiança dos bancos centrais mais pobres e dos exportadores de petróleo se esgotar, e quando os pobres mais destituídos no mundo, confiantes ou não, não puderem mais, de fato, fazer os seus pagamentos? O esquema Ponzi do Conto do Vigário do Tio Sam viria – ou virá – a se despedaçar, como todos os outros esquemas anteriores, só que agora com um grande estrépido mundial. Isso, em última instância, derrubaria a demanda atual de consumo do Tio Sam para o tamanho mundial real e feriria muitos exportadores e produtores em todo mundo. De fato, isso pode envolver uma reorganização fundamental da venda por atacado da economia política mundial agora liderada pelo Tio Sam (FRANK, 2009, p. 93-94)”.

Aqui temos em foco como a dimensão destrutiva da singularidade monetária norte-americana, diante do entrelaçamento das posições financeiras e comerciais dos atores, é capaz de manter a reprodução da singularidade pelo simples fato de que qualquer

alteração brusca produzira efeitos sistêmicos. Ou seja, a força do dólar não vem só do pentágono. Entretanto, ao contrário do poder da arma que só pode ser vencido, em tese, com arma, esta outra força do dólar pode ser driblada. Daí surge outra questão, a parte que poderia levar, no desespero, os Estados Unidos, diante de uma crescente perda de hegemonia financeira-monetária, a efetivamente utilizar seu poder militar para forçar posições e comandar territórios econômicos. O que nos leva a outra, até que ponto isso seria viável, quer dizer, pra que destruir o mundo se não se pode viver sozinho? E se, isto ocorrer, aí sim estaríamos numa situação de caos sistêmico quase que apocalíptico porque há outros poderes militares no mundo, não sendo, neste sentido, uma situação natural de *pax* de um Império.

Enfim, na verdade o debate todo parece girar ao redor da complexidade da relação (ou coexistência) entre (da) (a) continuidade das bases da hegemonia americana no âmbito financeiro, ideológico e militar, e (com) (a) natureza do declínio da hegemonia americana no seu sentido da longa duração sistêmica face às transformações recentes no mundo. A natureza do declínio tem a ver com os entrelaçamentos dos desenvolvimentos sistêmicos, nos termos das “grandes continuidades” e das “grandes transformações”, parte das quais simbolicamente identificadas à natureza da hegemonia americana entre 1945-1970 - como ampliando e expandindo alguns desenvolvimentos ou características intrínsecos do próprio sistema - e a estratégia da “retomada da hegemonia americana” em sua dimensão ideológica, econômica, financeira-monetária e militar após 1970.

4.4. Intersecção dos tempospaços e a natureza do declínio da Hegemonia Americana: Grandes Continuidades e Grandes Transformações.

“[A]s we all know, events must run their course before becoming history, so that *all* true history exists only by virtue of its conclusion, and begins its historical career from there (TILLION, *Apud* Abu-Lughod, p. 12).

“(…) teoricamente, se parte do suposto de que as leis de produção capitalista se desenvolvem em estado de **pureza**. Na realidade, as coisas ocorrem sempre aproximadamente, mas a aproximação é tanto maior quanto mais desenvolvida e mais se elimina sua mescla e entrelaçamento com os vestígios de sistemas econômicos anteriores (MARX, *Apud* MARINI, 2011, p. 174)

Nesta seção temos que fazer a parte mais difícil: explorar as intersecções dos tempospaços em suas características de longa duração e desenvolvimentos históricos almejando identificar grandes continuidades e grandes transformações que possam nos ajudar a compreender a natureza do declínio da hegemonia americana. Ao fazer isso, tentaremos fazer notar que o Sistema Mundo Moderno Capitalista está chegando, muito

provavelmente em seu Zênite, e que a natureza deste declínio é parte constitutiva deste mesmo Zênite. Apesar de podermos projetar cenários para pensar o contrário, em todo caso, há fortes forças de inflexão na longa duração.

Propusemos que parte da natureza da Hegemonia Americana foi expandir ou amplificar as características do Sistema Mundo Moderno Capitalista e na dimensão do tempo-espaço estrutural, os Estados continuam a determinar o “lócus do poder”, porém do ponto de vista da superestrutura política e jurídica, devido exatamente à expansão do Sistema Interestatal, numa paulatina e turbulenta superação formal do Sistema de Westfália (pois se os reconhecimentos mútuos de soberania e são criados novos Estados-Nação), as Instituições Internacionais emergem como novo lócus do exercício dos poderes Estatais. Esta superestrutura político-jurídica desenvolveu paralelamente a ampliação das possibilidades do Direito Internacional e da Diplomacia com valores modernos expressos num sistema de *jus cogens*²³⁹ reconhecidos pela comunidade internacional. Entretanto, esta “grande transformação” continua sujeita à “grande continuidade” das relações centro-periferia e semi-periferia, bem como do forte “realismo” que caracteriza os funcionamentos decisórios internos às principais instituições internacionais, principalmente quando pensamos que ainda são um canal de manutenção da hegemonia ideológica, financeira e militar americana.

De antemão, temos que ter como premissa um paradoxo básico dentro do Sistema Interestatal e a forma como este se “modifica” nas Instituições Internacionais, o fato de que somente existem desde que os Estados se comprometam, ou seja, elas são dependentes. Entretanto, podem ser instrumentos estratégicos de poder dos Estados ou grupos de Estados, especialmente se há ampla margem para realinhamentos geopolíticos e geoeconômicos devido à desconcentração do poder econômico mundial em processo desde 1970 e intensificada pela última fase A de Kondratieff.

Até o final da Segunda-Guerra Mundial e, mais formalmente, até a assinatura da Carta das Nações Unidas em 1945, o Sistema Mundial configurava-se pela manutenção de espaços Imperiais e por um sistema de valores Imperialistas, sendo a soberania um conceito atribuído apenas à Europa. As lutas de descolonização e libertação nacional na Ásia, África e América Latina realizaram na prática os princípios contidos na carta magna, por mérito próprio. Atualmente, ao mesmo tempo em que se expandiu então o

²³⁹ *Jus Cogens* são Normas Imperativas que, apesar de não constarem como fontes do direito internacional são entendidas como valores básicos dentro da comunidade internacional, os quais estão expressos principalmente na Carta da ONU.

Sistema Interestatal, as Instituições Internacionais de cunho regional são centralizações num sentido análogo à grande continuidade da centralização do poder político, mesmo que sem a supranacionalidade, com exceção do caso particular da União Europeia em algumas áreas. Estes movimentos geram estremecimentos violentos na medida em que desafiam a própria identidade do Sistema Mundo Moderno Capitalista com o Sistema Interestatal enquanto superestrutura político-jurídica básica, ainda que, em última instância, a própria existência dessas Instituições Internacionais dependa dos Estados e, ademais, as principais instituições, como FMI e Banco Mundial, careçam de processos decisórios e ideológicos reais e verdadeiramente democratizantes para o desenvolvimento das civilizações. De tal monte que a “transformação de uma continuidade” (formação de Estados Nacionais e da expansão do Sistema Interestatal) “torna-se diferença” que atualmente é uma das principais vertentes de canalização e vascularização do declínio da Hegemonia Americana, bem como um canal para transformações sistêmicas articuladas.

Estas são vertentes de canalização e vascularização do declínio da Hegemonia Americana, mas dependem da distribuição do poder econômico mundial, isto é, da distribuição da “riqueza das nações” em última instância como o aumento da participação econômica dos BRICS e, em particular, da China. Em função da capacidade de pressão que estes países têm em conjunto, podem pressionar por reformas nas principais instituições internacionais, assim como criar instituições paralelas que podem ofuscar a atuação do FMI e do Banco Mundial - ou mesmo ofuscar áreas de livre comércio já consolidadas para os Estados Unidos, como o Nafta - em suas tarefas de determinar as diretrizes das políticas econômicas nacionais como contrapartida ao acesso a empréstimos ou programas que cumprem a função de generalizar e aprofundar o neoliberalismo desde a década de 1990 e que mantém a hegemonia financeira e ideológica norte-americana.

Um exemplo de sucesso destas pressões foi a revisão das quotas dos países no FMI em 2010 e, em 2015, a entrada do Yuan na cesta de moedas que compõe o DES (Direitos Especiais de Saque) – esta cesta é revista a cada 5 anos. As previsões de quotas são importantes porque determinam o poder de voto, por exemplo, os Estados Unidos, pela regra do FMI, atualmente possuem na prática poder de veto, já que suas quotas representam financeiramente 16,52% do poder de voto. As decisões do FMI são acatadas pela afirmativa de no mínimo 85% do poder de voto entre os votantes que são todos os membros (Conselho de Governadores – responsável pelas principais decisões). Ou seja, dado que os Estados Unidos possuem 16,52% deste poder, resta que se optam por um “não”, virtualmente estão vetando a decisão. O Conselho de Governadores é a instância

decisória maior. A China possui 6%, o Japão 6%, a Alemanha 5%, a Rússia 2,6%, a Índia 2,5%, Itália, 2%, a França 4% e a Arábia Saudita 2% (posteriormente à reforma de 2010, a China ultrapassou a Alemanha). Como afirma Stunkel:

“The BRICS’s push for reform culminated in 2010, when a significant quota reform was agreed upon – including a quota shift by more than 6 percent in favor of large emerging countries. China became the third-largest shareholder and overtook Germany, while Russia, India, and Brazil entered the list of ten most important shareholders. The IMF hailed these steps as ‘historic’ and pointed out that they represented ‘a major realignment in the ranking of quota shares that better reflects global economic realities, and a strengthening in the Fund’s legitimacy and effectiveness. It can thus be argued that in the realm of international finance, the BRIC countries were briefly able to act as ‘agenda-setters (STUNKEL, 2015, p.17)”.

No caso da estratégia de ofuscar através de instituições paralelas é emblemático o caso do *New Development Bank* dos BRICS, cujo documento oficial foi assinado em 2019 em Fortaleza. A iniciativa e a ambição de se criar um banco de desenvolvimento havia sido pensada na quinta cúpula de 2013. Em seu artigo 1, que estabelece os propósitos e funções, destaca-se o fato de que não é somente um banco de desenvolvimento para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, mas também para outros países emergentes e países em desenvolvimento, tanto para projetos públicos quanto privados. No artigo 2, estabeleceu o valor inicial de subscrição de US\$ 50 bilhões e capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões. Seu foco é infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Inicialmente cada parte possui 100.000 ações, implicando que seus poderes de voto são iguais, pois proporcionais aos valores subscritos. E, em seu artigo 24, estabelece que o banco possa fornecer financiamento em moeda local:

“The Bank in its operation may provide financing in the local currency of the country in which the operation takes place, provided that adequate policies are put in place to avoid significant currency mismatch”. No artigo 22 está aberta a possibilidade de negociar termos e unidade monetária: “In the case of loans made, participated in, or guaranteed by the Bank na equity investments, the contract shall establish the terms and conditions for the loan, guarantee or equity investment concerned in accordance with the policies established by the Board of Directors, including, as the case may be, those relating to payment of principal, interest and other fees, charges, commissions, maturities, **currency** and dates of payment in respect of the loan, guarantee or equity investment, in accordance with the policies of the Bank. In setting such policies, the Board of Directors shall take fully into account the need to safeguard its income”²⁴⁰.

Evidentemente que o alinhamento visando um equilíbrio de poder é regra básica da política internacional. A novidade é o grau de institucionalização e o grau de capacidade de influenciar aspectos materiais e normativos concretos a partir de interesses comuns que podem limitar a dimensão de influência do unilateralismo americano. Outra

²⁴⁰ Disponível em: <https://www.ndb.int/wp-content/themes/ndb/pdf/Agreement-on-the-New-Development-Bank.pdf>. Já foram autorizados 50 projetos.

novidade é que ocorrem num contexto de desenvolvimento profundo do Direito Internacional num ambiente econômico, social, ideológico e político transnacionalizado e globalmente mais denso. Os compromissos acordados possuem elevados níveis de institucionalização, cuja reversão pode apresentar consequências tão fortes que os atores “sentem-se” sistemicamente limitados a efetuar, ainda que, em última instância, prevaleça a vontade soberana dos Estados²⁴¹, mesmo assim, em cada tratado ou acordo os países consentem em seguir determinados processos de entrada e saída a respeito dos quais tem que respeitar caso não queiram sofrer consequências orquestradas pelos interessados em questão.

Contudo, o mesmo direito internacional que consagra os valores dos direitos humanos (1948- Declaração Universal dos Direitos Humanos), e os valores dos pactos de 1966 (Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos; Pacto dos Direitos Cívicos, Políticos e Econômicos)²⁴², também é o mesmo direito internacional que dá suporte à Doutrina do

²⁴¹ Na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 e reelaborada em sua versão de 1986 a incluir as Organizações Internacionais, o princípio da soberania Estatal e das possibilidades de determinação e aceitação das regras dos acordos e tratados se revela no mecanismo das reservas e no fato de que o consentimento somente vale para os Estados signatários, não valendo para terceiros Estados. A convenção de 1969 somente entrou em vigor em 1980. Os Estados Unidos assinaram, porém nunca ratificaram, sendo que para eles, por exemplo, a convenção é sem validade. Da mesma forma sabemos que apesar de Wilson ter proposto a criação, em conjunto com as demais potências, a criação da Liga das Nações em 1918, a entrada dos Estados Unidos nunca foi aprovada pelo Congresso, tendo que esperar pela criação da ONU, quando estavam em condições de elaborar grande parte das regras.

²⁴² Além dos Três Grandes (1948, 1966, 1966, 1993 – este último Declaração e Programa de Ação de Direitos Humanos da Conferência Mundial de Direitos Humanos, que realça a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos) e dos Sistemas Regionais de Proteção dos Direitos Humanos: “No desenvolvimento da proteção de direitos humanos no sistema da ONU, houve, nas últimas décadas, intensa produção normativa, de natureza convencional, estimulada pela Organização, além de Pactos já citados. Destacam-se tratados sobre temas específicos, tais como:

- Convenção sobre Repressão do Crime de Genocídio (1948);
- Convenção sobre Proteção de todas as Pessoas contra a Tortura e outras Penas e Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984)

Ademais, há os tratados que protegem categorias de pessoas, como, por exemplo:

- Convenção e Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados (1951);
- as duas Convenções sobre a Apartheid
- Convenção sobre os Direitos da Mulher Casada
- Convenção Relativa aos Direitos da Criança (1990), entre outras.

Por fim, cabe mencionar os tratados contra a discriminação, tais como:

- Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1965)
- Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1980);

R2P (Responsabilidade para Proteção) que prevê as intervenções humanitárias. Aliás, o envio de contingentes militares às “missões de paz da ONU” vem ganhando terreno estratégico para China e Índia²⁴³.

Agora, averiguando os encaminhamentos diplomáticos e estratégicos dos Estados Unidos como reação a estes processos, a gestão Clinton privilegiou o posicionamento da política externa na tradição do “internacionalismo multilateral” na tentativa de equilibrar as tendências de regionalização institucional e possibilitar um engajamento maior dos Estados Unidos aos movimentos em jogo, tendo em vista também a queda da União Soviética que trazia todo um novo contexto aos dilemas tradicionais da geopolítica. Assim, buscou estabelecer acordos de livre comércio como foi o caso do NAFTA, da

- Convenção sobre a Repressão ao Crime do *Apartheid* (1973), entre outras.

“Vários destes tratados estabelecem sistemas de monitoramento do cumprimento dos deveres de promoção e proteção de direitos pelo Estado. Esse é dado crucial, a ser observado. Assim, pode-se apontar como tendência, tanto necessária quanto positiva, que o Direito Internacional, em matéria de proteção dos Direitos Humanos, caminhe para fase de implementação dos direitos, oferecendo às vítimas de violações de direitos humanos mecanismos como o da *petição a Comitês internacionais* (os treaty bodies), como o previsto na Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação racial, Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e a Convenção contra a tortura), ou ainda obrigando os estados a apresentar relatórios sobre a observância de tais direitos (sistema dos informes periódicos)” (ACCIOLY;SILVA;CASELLA, 2017, p. 491-492).

Apesar da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, as declarações regionais e sistemas de proteção regionais aos Direitos Humanos refletem, cada uma, aspectos de ênfase histórica, isto é, no caso da Declaração dos Direitos e Deveres do Homem destaca-se a preocupação com os Deveres, por notável influência norte-americana incluem não somente direitos, mas também deveres; Na Convenção Europeia dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais (1950) ressalta-se a ênfase no “fundamental” da liberdade, inalienável. Embora mais tardio porque tardia a construção dos Estados nacionais soberanos africanos, em 1981 é assinada a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, pois continente assolado pelo colonialismo europeu refletindo sua preocupação com o princípio da autodeterminação. E, ainda, a Carta dos Direitos Humanos e dos Povos do Mundo Árabe (1993) que reflete a mesma preocupação.

²⁴³ Em 1990 o país com maior contribuição de contingente era o Canadá, seguido de Finlândia, Áustria, Noruega, Gana, Nepal, Irlanda, Reino Unido, Suécia, Fiji, França, Espanha, Dinamarca, Polônia, Índia, URSS, Estados Unidos, Brasil, Venezuela, Iugoslávia, Hungria, Colômbia, enquanto a China figurava entre os menores, com apenas 5 militares. Informações Disponíveis em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/nov-1990.pdf>. Já em 2020 a China e a Índia estão entre os 10 maiores contribuidores, na ordem decrescente, os maiores países contribuidores nas missões de 2020 são: Etiópia (6639), Bangladesh, Ruanda, Nepal, Índia (5404), Paquistão, Egito, Gana, Indonésia, China (2544), União da República da Tanzânia, Senegal, Marrocos, Burkina Faso, Chade, Togo, África do Sul, Uruguai, Itália, Camarões, Zâmbia, Níger, Guiné, Mongólia, Malawi, Malásia, Comboja, Burundi, Mauritânia, França, Sri Lanka, Uganda, Espanha, Reino Unido, República da Coreia, Irlanda, Alemanha, Jordânia, Benin, Gabão, Costa do Marfim, Fiji, Ucrânia, Nigéria, Tailândia, Suécia, El Salvador, Argentina, Servia, Brasil, Eslováquia, Finlândia, Polônia, Peru, Portugal, Gâmbia, Áustria, Tunísia, Guatemala, Romênia, Djibouti, Congo, Quênia, Grécia, Cazaquistão, Líbéria, Turquia, Dinamarca, Rússia, Vietnã, Serra Leoa, Noruega, Zimbábue, Canadá, Bélgica, Lituânia, Namíbia, Austrália, Armênia, Brunei, Chile, Suíça, Estados Unidos (30), Mali, Paraguai, Bhutan, Bolívia (27). Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>.

APEC e do projeto da ALCA, este último estagnado, tendo sido vitorioso o projeto do MERCOSUL para os interesses da América do Sul. No entanto, o aspecto anti-socialista/comunista continuava em plena gestão Clinton e foi aprovada a Lei Helms – Burton prevendo sanções a quem fizesse acordos ou transações econômicas com Cuba. Ademais, da transição de Clinton para Bush já haviam sido escritos dois documentos, o PNAC (Project for the New American Century -2000) e o DPG (*Defense Planning Guidance* -1992).

“[...] o DPG, que possuiu entre seus formuladores nomes como os de Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz, representava interesses concretos de grupos sociais e políticos no país, que se tornariam chave na futura presidência Bush filho em 2001 e embasariam a Doutrina Bush (2002). O DPG defendia o unilateralismo e o distanciamento de organismos como as Nações Unidas por considera-los prejudiciais aos interesses do país, a contenção das potências regionais e o reposicionamento estratégico na Eurásia para ocupação dos espaços da antiga União Soviética (PECEQUILLO, 2012, p. 16).

Na mesma medida em que já começava a se esboçar o desenho da política externa americana durante a década de 1990 e 2000, foi em 1989 que, através do Consenso de Washington, as diretrizes institucionais do neoliberalismo passaram à agenda oficial das Instituições Internacionais ao estabelecer contrapartidas mais rígidas à tomada de empréstimos. Foi também o período em que o GATT se transmutaria para a OMC ao final da Rodada Uruguai em 1994 e que havia começado em 1986 no governo de Reagan. Ainda durante o Governo Clinton em 1994 foi lançada a PDD (Presidential Decision Directive) 25 que colocou em segundo interesse as operações de paz como objetivo estratégico multilateral, porém sem descartá-las como alternativa desde que útil aos interesses norte-americanos. Abaixo um trecho do documento:

“Participation in UN Peace operations can never substitute for the necessity of **fighting and winning our own wars**, nor can we allow it to reduce our capability to meet that imperative. It can, however, serve, in effect, as a ‘force multiplier’ in our efforts to promote peace and stability. [...] Having considered the factors in Annex I, the United States will vote in the UN Security Council for multilateral peace operations, or, where appropriate, take the lead in calling for them, when member states are prepared to support the effort with forces and funds; when the U.S. decides that the operation’s political and military objectives are clear and feasible; and **when UN involvement represents the best means to advance U.S. interest**. The U.S. will not support in the Security Council proposals for UN involvement in situations where such involvement is not viable or when it would interfere with U.S. interest. [...] **Peace operations can be valuable tools in certain circumstances to advance our national interest**. They cannot and **will not substitute for unilateral or coalition action when that is what our national interest requires**. Thus, in building our capacity for peace operations, we will not discard or weaken other tools for achieving U.S. objectives. The U.S. will maintain the capability to act unilaterally or in coalitions when our interest and those of our friends and allies are at stake. Multilateral peace operations

must, therefore, be placed in proper perspective among the instruments of U.S. foreign policy (PDD 25, p. 1-2, grifos nossos)”.²⁴⁴

Apesar disso os Estados Unidos figuram como os maiores contribuidores financeiros das Operações de Paz junto com os demais membros do Conselho de Segurança, estando a China em segundo, a França em terceiro, o Reino Unido em quarto e a Rússia em quinto (orçamento 2018). Não existe a previsão específica das Operações de Paz na Carta da ONU de 1945, o que há são artigos nos capítulos VI e VII que permitem, em certas circunstâncias de ameaça à segurança internacional e à paz, decididas pelo Conselho de Segurança (CS), as intervenções armadas e militares. As Operações são autorizadas exclusivamente pelo Conselho de Segurança e todas as decisões sobre orçamento e logística são submetidas ao CS. Durante a Guerra Fria era problemática a autorização devido às divergências e o poder de veto que bipolarizava as decisões, assim, em 1950, foi lançada a Declaração Unidos pela Paz, que previa a possibilidade, desde que autorizado pelo CS, de a Assembléia Geral autorizar as Operações, tendo sido usada algumas vezes. A China aparentemente está tomando a frente nas participações e cresceram suas contribuições de contingente e orçamento, sendo um movimento importante de tomada de influência estratégica em regiões secundárias para os Estados Unidos como a África. Posteriormente às experiências da década de 90 na Somália, Bósnia e Kosovo, os Estados Unidos, por exemplo, não contribuíram com forças na Ruanda e nem no Congo, atualmente, evidentemente desconsideraram a crise humanitária do Yemen, bem como muitas operações seguem sem participação significativa dos Estados Unidos.

A administração de Bill Clinton promoveu a expansão da OTAN durante os anos 90, quando em 1999 tornam-se membros República Tcheca, Hungria e Polônia, em 2004 entraram Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia; em 2009, Albânia e Croácia; em 2017, Montenegro; Entre os membros originais: Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Reino Unido e Estados Unidos; em 1952 entraram Grécia e Turquia; em 1955, Alemanha e em 1982, a Espanha). Com os atentados de 11 de setembro a linha unilateral e a continuidade da política externa ficariam ainda mais explícitas. É colocada em prática a famosa Doutrina Bush, ampliando aquela linha básica de continuidade da política externa americana que prevê a ampliação qualitativa do território de proteção estabelecendo zonas de influência estratégicas, tendo sido esta zona amplificada com o lançamento da doutrina preventiva

²⁴⁴ Disponível em: <https://fas.org/irp/offdocs/pdd/pdd-25.pdf>

e identificando um “eixo do mal”²⁴⁵, e o terrorismo como potencialmente localizado em todas as partes, onipresente. Contudo, por um momento, enquanto os Estados Unidos tiveram apoio na Guerra do Afeganistão, por se tratar do “princípio de legítima defesa”, a Guerra do Iraque revelou rachaduras indesejáveis no alinhamento atlantista tendo sido estabelecido o “eixo da paz” russo-franco-alemão.

“Conduzidas no âmbito das Nações Unidas, as negociações que antecederam à invasão do Iraque foram caracterizadas por uma polarização entre as posições norte-americana, britânica, francesa, alemã e russa. Os Estados Unidos, com o apoio da Grã-Bretanha de Blair, estabeleceram que o Iraque de Saddam Hussein representava uma ameaça real à segurança global devido a sua posse de armas de destruição em massa e ambições de hegemonia regional. Na lógica da Doutrina Bush, o Iraque, definido como membro do Eixo do Mal, deveria ser alvo de uma intervenção preventiva. Com isso, os Estados Unidos construíram a ‘Coalizão da Vontade’. Entretanto, a lógica preventiva, ou a percepção, ou a percepção do Iraque como ameaça iminente, não foi compartilhada por França, Alemanha e Rússia. EM oposição à ‘Coalizão da Vontade’, na qual os membros majoritários Estados Unidos e Grã-Bretanha eram acompanhados por nações de menor poder estratégico na Europa Ocidental e Oriental (como Portugal, Espanha, Romênia, Bulgária), estabeleceu-se o ‘Eixo da Paz’ Paris-Berlim- Moscou. Além do objetivo declarado da defesa do multilateralismo, o ‘Eixo da Paz’ detinha propósitos estratégicos ao se contrapor aos Estados Unidos: a operação no Iraque, caso bem sucedida, permitiria aos norte-americanos controlar grande parte das reservas energéticas do Oriente Médio, afetando diretamente os europeus e potências emergentes como China e Índia, consumidoras desses recursos; no caso da Rússia, a projeção norte-americana no Iraque afetaria ainda mais a geopolítica regional do Oriente Médio e da Ásia Central, em detrimento de seus interesses estratégicos e no setor de energia. Além da expansão da OTAN ao ocidente, a Rússia, que apoiara a operação no Afeganistão, seria pressionada ainda mais ao Oriente. Assim, tanto a Europa Ocidental quanto a Rússia visavam conter o avanço norte-americano nesse espaço geopolítico (PECEQUILLO, 2012, p. 66).

Entretanto, usando a OTAN, os Estados Unidos fizeram França e Alemanha recordarem de seus interesses estratégicos mais profundos em relação às potências emergentes da Eurásia e também às ameaças do terrorismo em meio à “troca de lideranças na Europa” no pós-2005 com França e Alemanha politicamente à direita (PECEQUILLO, 2012, p. 67) e aos acontecimentos posteriores à crise de 2008. A definição de um novo inimigo, agora o verde (Islamismo), (PECEQUILLO, 2012; MONIZ BANDEIRA, 2017) é movimento paralelo usado no discurso também para promover um posicionamento militar em razão das ameaças potenciais de Rússia, China e Índia (RIC) na Eurásia, todas potências nucleares e que possuem articulação tanto no âmbito regional, multilateral quanto bilateral num jogo complexo que busca enquadrar os Estados Unidos usando tanto das Instituições Internacionais quanto de projetos como a Nova Rota da Seda, quanto relacionamentos estratégicos e militares como tem sido o caso dos exercícios militares

²⁴⁵ Irã, Coréia do Norte, Iraque. Em geral associado aos Estados “bandidos e falidos” (PECEQUILLO, 2012).

conjuntos entre Rússia e China (*Idem*). Os Estados Unidos jogam nas fragilidades de segurança da Europa Ocidental, estando circunscrita pela OTAN, em sua necessidade de abastecimento de recursos energéticos e na questão do combate ao terrorismo. Aliás, a menor convergência de uma política externa comum na União Europeia é igualmente explorada (*Idem*).

Para o caso do Japão, continua sua análise Pecequillo, a relação aparece como igualmente simbiótica, com o Japão sendo o “poder civil global do capitalismo democrático e humano” enquanto os EUA, através do fornecimento de segurança, exerce a poder estratégico de contenção das potências asiáticas (PECEQUILLO, 2012, p. 73). Ademais, ainda avalia que a própria crise financeira do Japão, após o acordo do Plaza em 1985, enfraqueceu sua capacidade de assertividade diante dos demais países asiáticos, o que é bem ruim para os Estados Unidos, mas é utilizado também para engajar o Japão e sua contenção da Rússia e da China.

“A despeito dos crescentes laços econômicos entre China, Rússia, Japão e Índia, politicamente as nações tendem a optar por relações preferenciais com a Hegemonia, prevalecendo desconfianças mútuas. As nações emergentes tendem a optar por coalizações de geometria variável, nas quais tanto o Japão quanto os Estados Unidos encontram-se excluídos (PECEQUILLO, 2012, p. 74)”.

Neste sentido, foi lançada a estratégia do “Pivô Asiático pelo QDR 2010” em “resposta às transformações geopolíticas” da primeira década do século XXI (PECEQUILLO, 2012, p. 78):

“A mesma prevê o realinhamento das forças militares norte-americanas na região do pacífico, incluindo o reposicionamento das bases no Japão e países vizinhos como a Austrália e a Indonésia. O objetivo é aumentar e tornar mais efetiva a projeção de poder dos Estados Unidos diante do avanço chinês, russo e indiano. O elemento militar é parte de uma estratégia integrada que envolve, além da segurança, o alargamento dos laços diplomáticos com a região, o aprofundamento de parcerias econômicas, o fortalecimento das democracias locais e o alargamento de organismos multilaterais existentes. Em termos inovadores, é lançada a proposta *Transpacific Partnership* (TPP), que se soma aos organismos econômicos políticos existentes, incrementando os laços estratégicos Estados Unidos-Pacífico (PECEQUILLO, 2012, p. 78)”.

Outros alinhamentos institucionais regionais incluem a IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), a SAARC (Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional: integração regional no espaço do oceano Índico), o G20, a União Africana, a Liga Árabe, o TPP (não assinado por Donald Trump) e a Organização para a Cooperação de Xangai, fundada em 2001, sendo membros China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirquistão), o Fundo Monetário Árabe, Banco Islâmico de Desenvolvimento e a NEPAD (New Partnership for Africa’s Development). Stunkel (2015) aponta a maioria dos analistas consideram que apesar das igualdades entre os BRICS, por exemplo, haveria

diferenças importantes entre eles como o fato de somente Rússia e China estarem no Conselho de Segurança ou o fato de o Brasil não possuir bomba atômica, ou o fato de alguns serem importadores enquanto outros são exportadores de petróleo e commodities etc. Em todo caso, mesmo diante da complexidade deste quadro de transformações sistêmicas, a grande transformação definida na expansão das Instituições e Organizações Internacionais, como produto mesmo da expansão do Sistema de Estados, representa uma mudança qualitativa do Sistema, sendo, portanto, por isso, parte mesma da natureza do Declínio da Hegemonia Americana. No quadro abaixo buscamos dimensionar esta multiplicidade exemplificando com algumas instituições ou projetos de alinhamento geoeconômico e geopolítico que incluem ou não incluem os EUA conforme o quadro 3:

INCLUEM ESTADOS UNIDOS	NÃO INCLUEM
OEA	TPP ²⁴⁶
APEC	ASEAN ²⁴⁷
ONU	LIGA ÁRABE ²⁴⁸
FMI	SAARC ²⁴⁹
OMC	BRICS
BIS	IBAS ²⁵⁰
G20	UNIÃO AFRICANA
G7	ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI ²⁵¹
OTAN	NEPAD ²⁵²
	FUNDO MONETÁRIO ÁRABE
	G 20 +
	PROJETO DA NOVA ROTA DA SEDA
	RCEP ²⁵³

²⁴⁶ Trans-Pacific Partnership – Acordo de Associação Transpacífico - 2016.

²⁴⁷ Associação de Nações do Sudeste Asiático - 1967.

²⁴⁸ 1945

²⁴⁹ South Asian Association for Regional Cooperation - 1985.

²⁵⁰ Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul - 2003.

²⁵¹ Criada em 2001, é uma Intergovernamental Permanente com oito membros, Índia, Cazaquistão, China, Paquistão, Rússia, Uzbequistão, Quirguistão e Tajiquistão, cujos objetivos de cooperação englobam diversas áreas, inclusive segurança.

²⁵² Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, criada no âmbito da União Africana.

²⁵³ Parceria Econômica Regional Abrangente – negociações começaram em 2013. Envolve a ASEAN, China, Japão, República da Coreia, Índia e Austrália.

	UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO
	ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO CONTINENTAL AFRICANO
	MERCOSUL
	FORUM DE COOPERAÇÃO CHINA- ÁFRICA
	AIIB ²⁵⁴
	CEF ²⁵⁵
	RCIF ²⁵⁶

Quadro 3: Organizações Internacionais, Acordos ou Iniciativas Internacionais que refletem alinhamentos geopolíticos e geoeconômicos sob o ponto de vista de incluírem ou não a participação dos Estados Unidos. Fonte: Elaboração própria.

As dificuldades residem ainda na capacidade de os Estados Unidos influenciarem as Organizações Multilaterais, mas as iniciativas regionais e funcionais independentes estão sendo cada vez mais utilizadas e as pressões por reformas no FMI, OMC, Conselho de Segurança e Banco Mundial crescem na medida em que cresce o poder econômico dos BRICS, da Ásia e da África, concomitantemente ao possível aprofundamento das contradições para dentro da economia norte-americana, como o aumento dos seus déficits gêmeos e dependência numa financeirização sustentada no dólar que pode ser desmantelada no médio prazo pelas estratégias de reposicionamento monetário nas reservas oficiais, trocas comerciais e precificação internacional.

Já a capacidade de crescimento da economia mundial nos leva à dimensão do tempo-espço histórico-categorial e cíclico-ideológico. Avançando, neste sentido, numa forma de intersecção da dimensão das superestruturas político-jurídicas/Instituições Internacionais há que se considerarem os interstícios do tempo-espço histórico-categorial nos seus dilemas da dependência, das contradições do neoliberalismo e da “revolução científico-técnica” e suas consequências, diante da observação da tendência secular declinante, para a capacidade de crescimento e desenvolvimento da economia mundial e dos países em separado, como a China que, por sua vez, engaja nossa intersecção com o tempo-espço transformacional por se tratar de uma experiência de desenvolvimento inédita e confrontadora da ótica neoliberal e capitalista.

²⁵⁴ Asian Infrastructure Investment Bank.

²⁵⁵ China-Eurasian Economic Cooperation Fund.

²⁵⁶ Russia-China Investment Fund.

No novo Kondratieff que se estabelece na década de 1990, do ponto de vista das inovações, pode-se associar esta expansão à chamada “Nova Economia” ou quarta revolução industrial, a “bolha tecnológica” (que estoura em 2001). Do ponto de vista sistêmico o crescimento Chinês acima da média mundial, especialmente para os países periféricos e semi-periféricos foram determinantes a partir de 2003. Do ponto de vista dos pré-requisitos do custo do capital a queda das taxas de juros favoreceu a estabilização na queda das taxas de lucro nos Estados Unidos. Institucionalmente, pelas intermediações do FMI foram retomados os fluxos internacionais de capital para os países que colocaram em prática a agenda do Consenso de Washington e houve também a entrada da China na OMC. Para a economia americana foram importantes as liberalizações comerciais implantadas neste período, NAFTA²⁵⁷, por exemplo, para explorar estratégias *multisourcing* elevando os lucros das empresas americanas, como já estavam fazendo na Ásia. Multilateralmente a criação da OMC estabeleceu o livre comércio, fato que promoveu realmente uma intensificação dos fluxos comerciais. Esta nova onda ficou também marcada pela ascensão econômica e política dos BRICS e pelos atentados de 11 de setembro, além dos avanços de vários projetos de integração e alinhamentos regionais, como Mercosul (1994), União Europeia (1992-2002)²⁵⁸ e Asean que lança sua primeira carta em 2008 e a criação do G20 +.

Uma fase A que, ao mesmo tempo em que, por causa da China e da agenda dos BRICS, exibia uma clivagem ideológica implícita e explícita, ao mesmo tempo avançou na agenda neoliberal. Uma fase A que, ao mesmo tempo em que, através das Instituições Internacionais promovia o multilateralismo com base na agenda neoliberal, promovia também movimentos de “defesa” com a criação de grandes blocos regionais em oposição ao liberalismo econômico multilateral. Uma fase A que viu, no entanto, pulularem diversas crises financeiras na América Latina e na Ásia, mas que viu na América do Sul ascender a “maré cor de rosa”, Chavez, Lula e Kirchner, Evo Morales e Rafael Correa. Esboçam-se nesta fase processos de realinhamentos dos poderes globais e da reação da política externa americana numa postura que aprofundaria seu declínio hegemônico. Finda a expansão com a crise de 2008, mas que realmente piorou em termos de crescimento a partir de 2012-2014, a conjuntura se altera e as condições de temperatura

²⁵⁷ E em 2007 o CAFTA.

²⁵⁸ Na América Latina a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e a CASA/UNASUL (Comunidade Sul-Americana de Nações).

e pressão também, conjuntura esta que tem que ser colocada sob a perspectiva do tempo-espaço histórico-categorial.

De acordo com o esquema de Giovanni Arrighi (1996, p. 219) os períodos de expansão financeira foram (aproximadamente): para o ciclo genovês entre 1560-1620; para o ciclo holandês entre 1740-1780; para o ciclo britânico entre 1860-1940 e; finalmente para o ciclo americano entre 1970-?. Nos períodos de expansão material o ciclo sistêmico ainda está submetido às ondas longas, variando de acordo com as inovações, os pactos sociais e as lutas de poder. Se formos sobrepor estes períodos com os dados da cronologia de Goldstein (1988), vemos que as fases de expansão financeira realmente estão associadas muito mais a fases B do que a Fases A, ou, historicamente, 104 anos (de fases B) contra 67 anos (de fases A) numa proporção de 1,5:1. Em negrito os períodos correspondentes às expansões financeiras.

Fase A: 1509 – 1529 Fase B: 1529 – 1539
Fase A: 1539 – 1559 Fase B: 1559 – 1575
Fase A: 1575 – 1595 Fase B: 1595 – 1621
Fase A: 1621 – 1650 Fase B: 1650 – 1689
Fase A: 1689 – 1720 Fase B: 1720 – (1740) 1747
Fase A: 1747 – 1762 Fase B: 1762 – (1780) 1790
Fase A: 1790 – 1814 Fase B: 1814 – 1848
Fase A: 1848 – (1860) 1872 Fase B: 1872 – 1893
Fase A: 1893 – 1917 Fase B: 1917 – 1940
Fase A: 1940 – 1968

Quadro 4: Esquema de periodização dos ciclos de Kondratieff por Fases A e B sobrepostas, em negrito, às fases de expansão financeira de Giovanni Arrighi desde o século XVI. Fonte: Elaboração

própria a partir do esquema de datas de Giovanni Arrighi (1996) e da datação de GOLDSTEIN, 1988, p. 67.

Para analisar esta constatação e sua persistência atual temos que considerar que o neoliberalismo e a atual expansão financeira, mesmo não impedindo a tendência secular cíclica dos Ciclos de Kondratieff, está categorialmente arranjada a um crescimento limitado e menos ainda a um desenvolvimento, agravando-se pelo declínio do crescimento populacional e aumento da desigualdade.

*Na forma fictícia, o capital-dinheiro (que pode ser um título, uma ação, duplicata, letras etc.) incorpora um valor acima daquele que é abstratamente capaz de gerar na economia real, sendo valorizado pela dinâmica da especulação. Ou seja, o crédito, ao assumir diversas formas em instrumentos que operam como capital-dinheiro, quando da especulação em torno do que representam no futuro em termos de valor, acaba sendo objeto de precificação acima do valor só porque gera valor. Há uma aposta na criação de valor futuro e tal aposta é alvo de precificação. “*Como pode então uma soma de valor ter preço além do próprio preço, fora do preço que se expressa em sua própria forma de dinheiro? [...] Preço diferindo qualitativamente do valor é contradição absurda.*” (MARX, 2008b, p. 471)²⁵⁹.

A tendência secular do declínio das taxas de lucro está inversamente relacionada com a expansão financeira, já que esta última se projeta no sistema como estratégia alternativa para a alocação dos capitais acumulados. Se, como afirma Mandel, as taxas de juros são *proxy* das taxas de lucro, o atual patamar baixo das taxas de juros provavelmente reflete um patamar também baixo das taxas de lucro, ao menos, até o ponto em que

* Parágrafo originalmente escrito em nosso artigo “*Fase ou regime de acumulação: um diálogo entre as interpretações de Giovanni Arrighi e François Chesnais face à atual expansão financeira*” (2016).

²⁵⁹ Ainda segundo Marx, “O sistema de crédito, pela natureza dúplice que lhe é inerente, de um lado, desenvolve a força motriz da produção capitalista, o enriquecimento pela exploração do trabalho alheio, levando a um sistema puro e gigantesco de especulação e jogo, e limita cada vez mais o número dos poucos que exploram a riqueza social; de outro, constitui a forma de passagem para novo modo de produção. [...] Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises e, em consequência, os elementos dissolventes do antigo modo de produção. [...] Finalmente, não há dúvida de que o sistema de crédito servirá de poderosa alavanca durante a transição do modo capitalista de produção para o modo de produção do trabalho associado; todavia, será apenas um elemento relacionado com outras grandes mudanças orgânicas do próprio modo de produção. Por outro lado, as quimeras acerca do poder miraculoso que teriam o crédito e os bancos de marchar no sentido do socialismo supõem que se desconhecem por completo o modo capitalista de produção e a circunstância de o sistema de crédito ser uma de suas formas. Quando os meios de produção tiverem cessado de se converter em capital (o que inclui a abolição da propriedade fundiária privada), o crédito como tal não terá mais sentido algum, [...] Enquanto perdurar o modo capitalista de produção, haverá como uma de suas formas o capital produtor de juros, que constitui de fato a base de seu sistema de crédito.” (MARX, 2008b, p. 588;803).

estejam tão baixas e, em conjunto com outras mais forças de contratendência, possa permitir um aumento sustentado das taxas de lucro, embora não signifique que as massas de lucro não estejam aumentando, ao contrário. Como no âmbito mundial nem nos Estados Unidos estamos observando um crescimento acelerado do PIB em termos históricos (exceção da Ásia), isso indica que, apesar das baixas taxas de juros não houve recuperação dos investimentos. Como vimos tem havido, do ponto de vista do conjunto da economia mundial uma tendência declinante da formação bruta de capital fixo como proporção do PIB, tendo saído de 28% em 1974 para 23% em 2016 e, em 2018 ficando em 24%. Enquanto em média, desde 2007, a taxa anual de crescimento do capital fixo nos Estados Unidos foi de 1,59%, no período anterior, de 1971-2006 foi de 4,5%. Entre 1992-2006 a taxa média de crescimento foi de 5,31%. Para a economia mundial o crescimento anual da taxa desde a crise de 2008/9 foi de 2,97% e no período da fase A entre 2002-2007 foi de 7,2%.

A elevada liquidez nos mercados financeiros, principalmente após os pacotes monetários de Fed e BCE não impulsionou os investimentos, mas sim ampliou a capacidade de especulação nos mesmos mercados financeiros que fizeram eclodir a crise financeira e Donald Trump revogou parte da Lei Dodd-Frank lançada por Obama em 2010 que havia sido criada para melhorar a regulação do mercado financeiro nos Estados Unidos. Esta alocação em valorização financeira produz uma diminuição relativa do investimento afetando o desempenho da economia de uma maneira geral, sendo que a valorização financeira em si somente se sustenta pela possibilidade de manutenção de um efeito riqueza que possa durar um período de tempo razoável para efetivamente possibilitar “lucros fictícios” do ponto de vista sistêmico, mas “reais” do ponto de vista “individual” (CARCANHOLO;SABADINI, 2009).

Para tanto, deve-se alimentar uma bolha. Esta sustentação financeira, por sua vez, é não convergente com políticas econômicas que limitem a mobilidade de capitais no sistema financeiro internacional, que limitem os tipos de instrumentos financeiros e instituições autorizadas a atuar no mercado, que limitem a alavancagem, que limitem a capacidade de monopólios ou oligopólios de influenciar preços (dado que as grandes empresas listadas em bolsa ter poder de precificação), que limitem a influência do mercado sob o custo do trabalho, que limitem a capacidade de controle dos gastos governamentais. Por isso a agenda neoliberal pensada no Consenso de Washington foi generalizada ao mundo, enquadrando os países nesta lógica e limitando o circuito material de reprodução ampliada do capital para o desenvolvimento. Está traçada uma limitação

estrutural do crescimento, mas não da acumulação, nem, tampouco, necessariamente uma depressão permanente, já que a atuação cíclica dos Kondratieff e da recomposição do “equilíbrio não-ideal” mediante as oscilações das variáveis econômicas que determinam o custo do capital, bem como das forças de contratendência. No entanto, durante as expansões financeiras os ciclos tendem a possuir muito mais anos em fases B do que em fases A, sendo que também a intensidade das expansões é relativamente menor.

Nos Estados Unidos, enquanto o PIB avançou 32% entre 2008-2017, os ganhos dos trabalhadores da manufatura avançaram 23%, e a inflação 17%, ou seja, os ganhos mensais reais dos trabalhadores do setor de manufaturas avançaram apenas 6% ao longo de quase 10 anos, menos de 1% ao ano. Trata-se de um setor que sofreu com a perda de força dos sindicatos, com a reorganização da DIT à Ásia e que possui elevada concorrência com os trabalhadores imigrantes, assim também ocorre no setor de serviços e, muito provavelmente, o rendimento real dos ganhos neste setor, exceção do nicho financeiro, não cresceu expressivamente em níveis reais.

De outros agregados, a formação bruta de capital fixo cresceu 16,15% no mesmo período, o crescimento dos gastos do Governo avançou apenas 3,67%, o consumo cresceu 14,6% no mesmo período e o crescimento das exportações foi de 31%. Ou seja, o crescimento do PIB americano foi empuxado pelas exportações. Os lucros das corporações não-financeiras domésticas cresceram aproximadamente 24% de 2008 a 2017, ou seja, menos que o PIB, evidenciando certa estagnação. Entre 2000-2006 os lucros cresceram aproximadamente 167%, entre 1990-1999 cresceram aproximadamente 115%, entre 1980-1989 cresceram 33%, entre 1968-1979 cresceram 145%. Tendo em vista essa comparação dos lucros podemos dizer que há uma larga crise da lucratividade das empresas americanas após a crise de 2008, sendo sustentada pela contenção dos rendimentos reais do trabalho e pelo desempenho das exportações²⁶⁰, isso justifica o baixo crescimento da formação bruta de capital fixo. O fato é que atingisse um nível em que o crescimento do PIB está acomodado a uma capacidade ociosa e, o crescimento real dos salários não sustentam retornos para ampliação de capital internamente. É provável que esta situação seja o retrato da União Europeia.

Para a atual expansão financeira, se pegarmos desde 1974, o crescimento médio do PIB da economia mundial foi de 2,88% entre 1974-1993, de 3,38% entre 1994-2007 (a mais recente fase A) e 2,45% entre 2008-2018, resultando que este último período

²⁶⁰ Estes dados foram calculados pela autora a partir dos arquivos disponíveis no site do World Bank (<https://data.worldbank.org/indicador>) e a partir do relatório “*Economic Report of President*” de 2019.

apresenta-se como uma fase B²⁶¹. Enquanto a fase A durou apenas 13 anos, as duas fases B estão durando 29 anos, ou seja, uma proporção de 2,2, maior que a proporção histórica de 1,5:1. Neste contexto a recente redução do crescimento Chinês é preocupante, muito embora tenha crescido ainda a taxas muito superiores do que Europa e Estados Unidos. Em média desde a crise de 2008/9 a China cresceu 8,1% ao ano, saindo de um crescimento de 9,65% em 2008 para 6,56% em 2018 - o que é mais preocupante para a economia mundial do que para ela mesma. É preocupante não somente porque a China representa aproximadamente 15% do PIB Mundial e porque esteve durante muito tempo num nível alto de crescimento meio que estrutural para a demanda mundial, mas porque os países do centro estão estagnados. Mesmo os Estados Unidos cresceram a uma média de 2,5% ao ano e representam aproximadamente 23% do PIB Mundial. Juntos, Estados Unidos e China representam aproximadamente 40% do PIB Mundial, contudo, temporalmente, a China aumentou sua participação e os Estados Unidos diminuíram. A União Europeia capenga e cresceu 0,98% na média anual desde a crise de 2008/9, embora a partir de 2014 tenha saído de uma mísera taxa de crescimento de 1,73%, para uma taxa de aproximadamente 2% nos anos seguintes até 2018.

*A salvação do grande capital financeiro americano após a crise de 2008 culminou na crise da dívida americana²⁶² que evoluiu entre 2011-2012 e, em conjunto com a liquidação de ativos podres (desde a crise de 2008), cujos proprietários eram também bancos europeus, os efeitos de 2008-2009 transformaram-se na crise da Dívida Europeia (2012). Os bancos da Europa tiveram seus balanços comprometidos com títulos podres e a estratégia de ajuda através de ‘pacotes de compra de ativos’ resultou no inchaço das dívidas públicas nos países semiperiféricos da Europa que já haviam sofrido com o reordenamento da DIT e com a entrada na zona do euro. A crise da Dívida Europeia então se desdobra em severa crise financeira e econômica que diminuiu a taxa de crescimento da economia mundial, mas antes de tudo, deve ser entendida como desdobramento de uma lógica de acumulação muito maior, conforme Moniz Bandeira:

“A crise porém, ao alcançar inevitavelmente a Europa, obrigou o European Central Bank, em agosto de 2008, a injetar ‘billions of Euros into overnight lending markets’, e comprometeu e envolveu os próprios Estados nacionais. Levou a Islândia, cujos bancos mantinham negócios num valor três vezes

²⁶¹ Dados calculados pela autora com base dos indicadores do World Bank (<https://data.worldbank.org/indicator>). .

* Parágrafo originalmente escrito em nosso artigo “Repercussões antissistêmicas da crise financeira de 2008 e a “crise do liberalismo centrista” (2017b).

²⁶² Além disso, a dívida americana vinha crescendo também pela necessidade de cobrir os déficits de seu comércio exterior e pela elevação exponencial dos gastos militares em meio à “War on Terror”.

maior que o PIB do país, a uma virtual bancarrota, com reflexo sobre o Reino Unido, seu principal credor. E, em fins de 2009, manifestou-se na Grécia, ameaçando a estabilidade de toda a Eurozona, dado que vários países não cumpriram as metas do Tratado de Maastricht para a unificação monetária, entre as quais o controle do déficit orçamentário (até 3% do PIB) e do endividamento público (até 60% do PIB). A situação configurou-se ainda mais grave, porquanto a eventual desestabilização da Eurozona poderia provocar uma crise sistêmica, devido à promiscuidade dos bancos alemães, franceses e também americanos com os Estados Nacionais e outros bancos, mediante dívidas cruzadas. [...] Esse endividamento dos Estados com os bancos e dos bancos com outros bancos evidenciou que, não obstante os fatores nacionais, domésticos, a crise que se agravou na Grécia e ameaçou contagiar toda a Eurozona também era, em outra dimensão, uma consequência direta da crise dos Estados Unidos, dado que o sistema capitalista, entrançado pelo mercado mundial e pela Divisão Internacional do Trabalho, constitui um todo interdependente, e não uma simples soma de economias nacionais.” (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 170-171).

*A atuação da TROIKA foi decisiva em suas exigências de austeridade para aprofundar a crise europeia, pois deflagrou ainda maior desaceleração econômica, deflação e desemprego, além de ativar o retrocesso de direitos historicamente conquistados.

A Ásia e o Pacífico cresceram em média 4,6% ao ano desde 2008/9, não tendo sido tão impactada quanto às outras regiões, pois seu crescimento já vinha de uma taxa média de aproximadamente 5% antes da crise. Nos países dependentes a situação é mais dramática porque se agrava a lógica da transferência de valor e os ciclos de Kondratieff atuam reflexivamente. Aliás, as transferências de valor entre centro e periferia são uma fonte importante de compensação quando o centro incorre em problemas. No conjunto, a América Latina e o Caribe apresentaram uma taxa média de crescimento de 1,65% desde a crise 2008/9, enquanto, em contrapartida, notem, o seu déficit em transações correntes aumentou. Argentina, Brasil e Chile, de uma situação de superávit em transações correntes no período de fase A, passaram para uma situação novamente crônica de déficits. Somando os déficits dos três países, a transferência total de valor foi de U\$ 773.830.925.306,80 bilhões de dólares. A dependência neste imbróglio emerge como ponto de apoio e aposta de defesa por parte dos Estados Unidos na América Latina e, em particular, as empresas transnacionais e instituições financeiras transnacionalizadas de diversas nacionalidades e que possuem comando de movimentação de densos aportes ou retiradas de capital.

Contudo, há uma grande transformação em processo e que lança as bases da possibilidade de uma infraestrutura monetária multilateralizada à Ásia para

* Idem

contrabalançar o poder do dólar: a inversão e bifurcação entre os déficits em transações corrente do Norte e do resto do mundo (ARRIGHI, 2008):

“Como banqueiro do mundo, a Grã-Bretanha, no apogeu imperial, ‘nunca teve de se preocupar com ataques especulativos à libra’, ao passo que os Estados Unidos, para ‘derrubar os ‘regimes delinquentes’, primeiro no Afeganistão e agora no Iraque, é o maior devedor do mundo’. Esta situação foi resultado da escalada do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos norte-americano [...] De fato, os europeus não foram os principais financiadores do enorme déficit norte americano nas transações correntes. [...] desde a crise asiática de 1997-1998 as transações correntes dos países do Norte do globo, *tomados em conjunto* (ou seja, antigo Primeiro Mundo, incluindo o Japão), sofreram déficit cada vez maior, em boa parte em virtude do déficit norte-americano, ao qual corresponde o superávit cada vez maior das transações correntes no resto do mundo (ou seja, dos antigos Terceiro e Segundo Mundos). Como veremos no Epílogo, essa bifurcação extraordinária envolve a dependência crescente do domínio financeiro global do Norte e principalmente dos Estados Unidos ao fluxo de dinheiro e crédito oriundo dos mesmos países com maior probabilidade de serem vítimas desse domínio. Por enquanto, os financiadores mais importantes do déficit norte-americano, em transações correntes foram os governos da Ásia oriental, que se dedicaram a compras maciças de títulos do Tesouro norte-americano e a acumular reservas em dólar – em primeiro lugar os japoneses, mas também os chineses, em nível cada vez mais significativo (ARRIGHI, 2008, p. 202)”.

Nesta inversão, que tem maior peso da economia americana no caso do Norte, a América Latina continua rigorosamente reproduzindo as contradições históricas de sua dependência, participando reflexivamente desta paulatina transformação da “geomaterialidade” (neologismo) da economia-mundo, ficando sob a zona de influência norte-americana em seus mecanismos clássicos de projeção de poder. Finalizada a onda expansiva em 2008, até seus desdobramentos com a crise da dívida na Europa, os governos de Esquerda da “maré cor-de-rosa” entraram em grave processo de desgaste, não somente pela chegada da crise internacional, mas também devido à própria política externa americana e do contragolpe de setores sociais e ideológicos que almejavam aprofundar o conjunto neoliberal de diretrizes, os quais, particularmente no Brasil, tiveram com o *Impeachment/Golpe* de/em Dilma Roussef e a posterior posse do governo Michel Temer e, finalmente, com a eleição de Jair Bolsonaro, “sucesso” ao conseguir engatar a PEC do “Teto dos gastos” e as reformas previdenciária e trabalhista, por exemplo. Assumindo uma postura de “alinhamento automático” aos Estados Unidos, o Brasil (e os Estados Unidos) fragilizam momentaneamente os engajamentos do BRICS, principalmente também após a eleição do presidente Indiano Narendra Modi de extrema-direita em 2019. A UNASUL idem. Neste sentido, fica patente a importância estratégica do Brasil, não somente por ser uma das 10 maiores economias do mundo, mas porque é decisivo tanto para os Estados Unidos quanto para os RICS, ainda que estes tenham um teor de autonomia muito maior do que o Brasil no momento.

Já no Oriente Médio e Norte da África o crescimento médio desde a crise de 2008/9 foi de 2,99%, mas saiu de um crescimento de 4,49% em 2007 para 2,33% em 2018²⁶³. Os países da África Subsaariana saíram de 5,35% em 2007 para 2,38% em 2018, tendo crescido desde 2008/9 em média, 3,58%. A crescente correlação entre o dinamismo Africano e Chinês vem influenciando as médias maiores para Norte da África e África Subsaariana. As semi-periferias, principalmente asiáticas e o continente africano, sob a influência do “projeto civilizacional” Chinês, apresentam um dinamismo superior ao do centro tradicional na Europa, Estados Unidos e América Latina. Este projeto civilizacional estaria em oposição direta ao tipo de “desenvolvimento” neoliberal.

Destarte, a tendência secular que ora acomete mais gravemente o Ocidente é parte da teia social engendrada pela expansão financeira e que está enraizada na forma particular da propriedade dos meios de produção e da mais-valia própria do capital financeiro e do capitalismo em sua dimensão histórica-categorial. Atualmente tal forma é capaz de pressionar a reprodução global do capital, pois influenciando na distribuição do investimento, na repartição entre lucro/juros e na institucionalização política da economia com o Neoliberalismo pela intersecção com o tempo-espaço estrutural. Contudo, essa expansão financeira advém de outra tendência secular potencializada pelo desalinhamento entre a composição orgânica do capital e a capacidade da massa salarial de realizar o valor ao preço do capital investido. Além disso, a elevada centralização de capital, outra tendência secular, garante um nível de lucro para grandes corporações devido ao seu amplo monopólio ou oligopólio na venda de mercadorias e serviços de baixa elasticidade renda estável ou pelo simples fato de atuar em diversos nichos, o que os exime da necessidade de investimentos, preferindo aplicar no mercado financeiro. Além disso, a própria centralização através de fusões e aquisições emerge como outra forma de valorização sem investimento. Assim, amplia-se a desigualdade econômica quando temporalmente o crescimento mostra-se insuficiente para pressionar o mercado de trabalho.

O fenômeno da desindustrialização é evidência concreta da mudança da dinâmica do crescimento e, em parte da revolução científico-técnica, mas possui diferenças entre centro e periferia²⁶⁴. Enquanto no centro está relacionada à elevação da produtividade

²⁶³ Dados calculados pela autora com base dos indicadores do World Bank (<https://data.worldbank.org/indicator>). .

²⁶⁴ Para ver esta discussão sobre a desindustrialização, seus diversos autores e análises, ela foi abordada de maneira bastante completa por Rodrigo Vergnhanini (2013) em sua dissertação de mestrado “O debate

tecnológica e do aumento da renda per capita, que desloca a demanda para setores de serviços, na periferia está relacionada estritamente aos efeitos do neoliberalismo em economias dependentes e ao que se chama “doença holandesa” em períodos de *boom* como o que aconteceu entre 1994-2007.

sobre a mudança estrutural da economia brasileira nos anos 2000”, onde explica que o termo desindustrialização é tanto concebido na literatura como “natural”, “clássico”, “positivo” ou “precoce”, como “negativo”. Como ele aponta, surpreendentemente, o debate sobre a desindustrialização teve seu exórdio em decorrência da constatação de que os países desenvolvidos, notadamente Estados Unidos, Inglaterra e Japão estariam sofrendo da diminuição do setor manufatureiro no produto nacional e no emprego nacional desde meados da década de 1970. Convencionou-se então a taxonomia desindustrialização para explicar e conceituar este fenômeno. O trabalho de referência neste campo, no que tange aos países desenvolvidos, é o de Rowthorn; Ramaswamy (1998) e Rowthorn and Coutts (2004). Nestes trabalhos os autores elencam as variáveis que em sua análise deram origem ao processo de desindustrialização e, através da utilização de regressões econométricas atribuem a cada variável um determinado peso explicativo para que seja possível apontar qual destas variáveis seria a variável chave. Assim fazendo, descobrem que a variável chave é a mudança no padrão de consumo da economia quando a renda *per capita* chega a determinado nível. Neste nível de renda *per capita* a demanda por produtos da indústria tende relativamente a diminuir em relação à demanda por serviços devido a uma espécie de ‘Engel’s Law’ entre setores. Além disso, o menor preço relativo dos produtos manufaturados devido ao aumento da produtividade neste setor, já advinda obviamente do crescimento econômico histórico, faz com que a participação do gasto com estes produtos caia em relação aos gastos com serviços. No que se trata do emprego, como ambos os setores crescem em produção absoluta, mas, a diferença de produtividade em favor dos manufaturados, implica que o setor de serviços, menos dinâmico, empregará relativamente mais do que a indústria. Assim, portanto, para que se dê prosseguimento ao crescimento econômico, isto é, ao ciclo econômico de forma sustentada, é necessário que se amplie a divisão do trabalho em favor dos serviços e da terceirização. Os autores também atribuem bastante peso ao comércio internacional e ao investimento. No primeiro caso apontam a reorganização produtiva da economia internacional com deslocamento significativo da produção manufatureira para países com salários mais baixos, notadamente os asiáticos, provocando a perda de competitividade e também a deslocalização do setor industrial dos países desenvolvidos para a Ásia e, por isso, a desindustrialização. O baixo investimento em capital fixo é também apontado como causa da desindustrialização. Estas duas últimas variáveis, embora tenham peso reconhecido pelos autores, principalmente após a ascensão chinesa, não possuem menor peso explicativo do que as anteriores. Em oposição a esta abordagem “positivista”, Palma (2005), apesar de reconhecer os fatores internos apontados por Rowthorn, considera como variável chave as transformações institucionais e financeiras que caracterizam e caracterizaram a economia mundial a partir de 1980. Aumento do papel dos mercados internacionais, a aderência a um sistema ‘monetary and deflationary oriented’, financeirizado e a reestruturação industrial tanto na dimensão organizacional quanto tecnológica são, para Palma (2005), as variáveis chave. Coloca, neste sentido, a lógica neoliberal como central para o estopim e razão fulcral da desindustrialização tanto nos países desenvolvidos quanto nos ainda em desenvolvimento, indicando precisamente que a especificidade do segundo grupo de países e de forma mais drástica da América Latina, é o fato de que nestes o processo de desindustrialização iniciou-se em um nível de renda per capita menor. Logo, analogamente à classificação da desindustrialização dada aos países desenvolvidos que, pela interpretação de Rowthorn, seria “positiva” ou “natural”, a desindustrialização nos países em desenvolvimento e periféricos teria se processado de maneira “precoce” e “negativa”. No primeiro caso, portanto, de “desindustrialização positiva”, as causas da perda de participação são decorrentes dos efeitos de gasto e deslocamento provocados pela alta renda *per capita* atingida nos países desenvolvidos. Enquanto a “desindustrialização precoce” ou “negativa” nos países subdesenvolvidos acontece antes mesmo destes atingirem nível de renda equivalente aos dos países desenvolvidos.

O ponto crítico da desindustrialização é que num arranjo institucional como o neoliberalismo, que é expressão da tendência secular do sistema em ampliar e generalizar suas categorias econômicas para a acumulação de capital, e, num modo de produção em que o trabalho está dissociado do tempo e da materialidade, estando à mercê do tempo geral do mercado, resulta que a diminuição da capacidade de alocar trabalho, produzida pela desindustrialização, pela “revolução científico-técnica” e pela lógica da “financeirização”, gera uma oferta excessiva nos setores que ou necessitam de elevadas qualificações e somente as classes média e alta têm efetivamente condições de preencher, ou que emprega com salários baixos e condições de trabalho vulneráveis e quase totalmente sem direitos e garantias.

Este processo foi mais ou menos o que ocorreu nos Estados Unidos em função de sua estratégia de retomada, ao transferir parte de sua produção para os países da Ásia, especialmente a China, limitou a capacidade de empregabilidade nos setores tradicionais do Fordismo e especializou-se na “nova economia”. Não há base para estabelecer uma reprodução do trabalho com elevação sustentada dos salários e nem do crescimento, pois, paralelamente, há que se fazer a manutenção da geopolítica do dólar forte, onde um limita estruturalmente o outro. Ainda, conforme Serrano (2008) constata, durante a fase expansiva foi a *“crescente substituição de salário por crédito que manteve o consumo agregado crescendo a taxas razoáveis, num contexto de relativa estagnação do salário real da maioria dos trabalhadores* (SERRANO, 2008, p. 100).

Destarte, é necessário resgatar teoricamente a organicidade contida entre as relações sociais de produção e as superestruturas política-jurídica a partir de uma perspectiva que possa dar conta do real significado da dinâmica capitalista contemporânea face ao desenvolvimento da longa duração em seus traços seculares. No sentido utilizado por Marx em *“Contribuição à crítica”*, a categoria da superestrutura se refere ao formato e configuração específicos das estruturas jurídicas e políticas que são estabelecidas e que permitem a fluidez das metamorfoses da forma capital e de sua acumulação própria na totalidade do modo de produção.

É uma *“forma social determinada de existência”* e está condicionada pelas relações de produção e pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas de forma que em razão do nível do desenvolvimento das forças produtivas nesta atual etapa da “Revolução Industrial” e da globalização, está sendo posta de maneira mais clara a “revolução científico-técnica” e a contradição que esta impõe à superestrutura política-jurídica-ideológica e que tem no neoliberalismo seu ápice. Pois, aumentando o

engajamento da ciência sem uma contrapartida social num contexto de expansão financeira, é extremamente problemático na medida em que aprofunda a desigualdade e aumenta ainda mais a crise de realização subjacente ao sistema, de tal forma que lança as bases para um processo “*revolucionário que confronta o modo de produção capitalista e sua superestrutura jurídico-política e ideológica com uma nova estrutura de forças produtivas que ele não pode absorver integralmente*” (MARTINS, 2011, p. 112).

Como os Estados Unidos estão no centro da institucionalização do neoliberalismo, dependendo da continuidade deste, e da concatenação mundial da acumulação financeira sistêmica para a manutenção do dólar, redundando que, em razão da problemática do recente aprofundamento das desigualdades e desta contradição fundamental que confronta a acumulação financeira, a natureza do declínio da hegemonia americana está intimamente atrelada aos limites sociais e políticos decorrentes desta situação, a qual é inerente à longa duração do desenvolvimento do Sistema Mundo Moderno Capitalista nos termos de suas tendências seculares. Aqui estamos em condições para voltar a falar do tempo como valor e do valor como tempo.

Nas condições sistêmicas em que hoje estão assentadas as relações sociais de produção o tempo da materialidade do trabalhador dissociou-se ainda mais de sua qualidade particular para uma qualidade geral regulada por forças de *mercado* ao nível da concorrência intraclasses diante da flexibilização dos direitos trabalhistas (que trazem uma rotatividade e vulnerabilidade maior aos empregos) e da concorrência via internacionalização produtiva e livre-comércio, bem como pela força *política* e econômica dos capitais centralizados. Por outro lado, o tempo também está relacionado com a esfera técnica do capital, isto é, suas forças produtivas e, por mais que seja pré-condição para o assentamento das possibilidades de relações sociais de produção mais independentes da divisão do trabalho, livrando o homem da necessidade do valor de troca estabelecido no mercado, enseja, principalmente sob a condição sistêmica neoliberal e, de maneira mais aguda no neoliberalismo dependente, dificuldades ao trabalhador, particularmente quando entra em processo sua superexploração. A estagnação significativa do crescimento econômico e da renda per capita mundial relativamente aos níveis do pós-guerra em conjunto com a elevação da desigualdade social, mesmo num mundo extremamente tecnológico e potencialmente abundante em termos de riqueza material, pode ser entendida como uma evidência destes dois processos de desmaterialização do tempo devido à atuação da lei do valor em escala global. Assim que,

entender o tempo em seu verdadeiro significado social (e não geral) passa a ser muito mais supremamente importante do que a máxima “*time is Money*”.

Todas estas questões nos colocam diante da possibilidade ou não de um novo Kondratieff. Em “*Counters of the World*” Angus Maddison faz projeções para o período 2003-2030, estimando declínio demográfico e crescimento anual da renda per capita maior que o período 1973-2003. A média da renda per capita segundo ele para 2003-2030 seria de 2.22 %. Como já estamos em 2020, podemos olhar esta projeção de maneira crítica e constatar que a média entre 2003-2018 ficou abaixo de 2.22%, tendo sido de 1.711%, ou seja, para que sua projeção esteja correta seria preciso que nos próximos anos a média de crescimento anual da renda per capita seja de 2.72%. As possibilidades de acumulação sem, em contrapartida, desencadear um crescimento ou desenvolvimento econômico que sustente a diminuição da desigualdade, possui estritos limites sociais, políticos e ideológicos. Da mesma forma a base econômica dos ciclos de Kondratieff entrelaça o social, político, geográfico e tecnológico:

“Podemos afirmar que no ciclo longo, a lógica econômica da acumulação capitalista se projeta sobre os elementos tecnológicos, sociais, políticos e geográficos, buscando funcionalizá-los ao seu desenvolvimento. O êxito determina a continuidade dos ciclos; a autonomia desses elementos, a ruptura desse processo. A luta de classes é um componente fundamental dos ciclos de Kondratieff e pode estabelecer sua continuidade ou ruptura. A vitória global da burguesia nas lutas de classe, desde o século XIX, vem determinando sua reprodução ampliada. Portanto, a questão da liberdade não pode ser dirigida contra os ciclos longos. É através das lutas de classe que esses tem se desenvolvido, como parte da expansão das estruturas de acumulação capitalistas na economia mundial (MARTINS, 2011, p. 90).

Na medida em que vimos a reversão do Kondratieff da fase A para a fase B a partir de 2008 vimos aumentarem em grandes proporções as convulsões sociais, os movimentos “antissistêmicos” e a ascensões do reacionarismo da extrema direita. Para restaurar os níveis da taxa de lucro as instituições terão, por sua vez, que apertar (aliar-se a um autoritarismo) ainda mais a camada social já fragilizada em função das recorrentes reformas sociais pós-TROIKA e das reformas previdenciárias que, como no Brasil, significaram uma solução capitalista para o problema futuro da diminuição da oferta de trabalho, uma tendência secular pós século XXI.

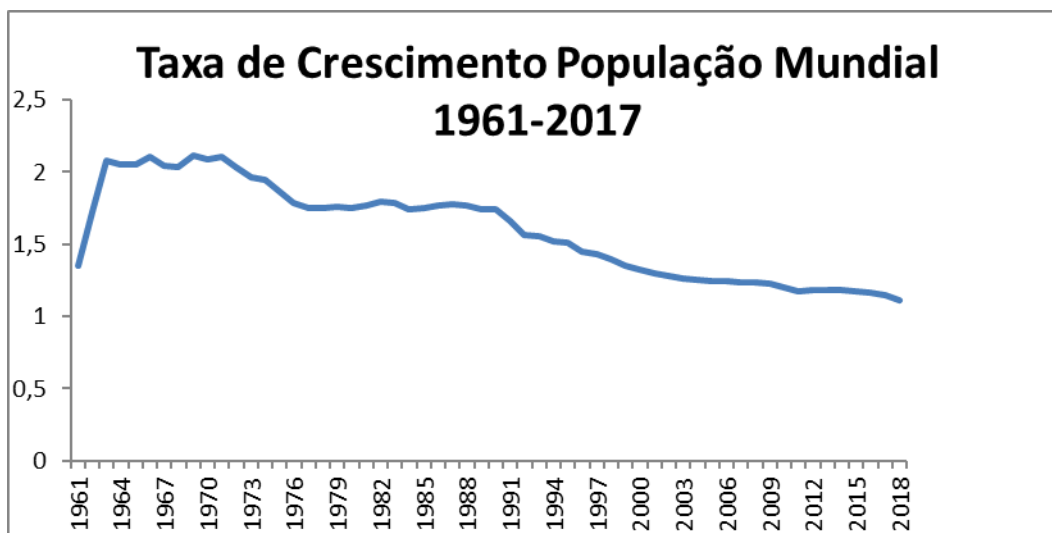


Gráfico 16: Evolução da taxa anual de crescimento da população mundial 1961-2017. Fonte: Elaboração a partir dos dados disponíveis do WorldBank (<https://data.worldbank.org/indicador>) nome do indicador *population growth (anual %)*.

Estes limites são claramente percebidos na crescente bifurcação ou, em outros termos, na crescente perda da legitimidade democrática dos resultados eleitorais, já que as vitórias recentes não foram vitórias com maiorias expressivas²⁶⁵, o que nos leva ao caráter *ideológico* dos ciclos e das tendências seculares, bem como ao padrão de que as fases B tendem a concentrar mais convulsões e marcos revolucionários, tal qual a fase de maturidade à crise.

*O ano de 2011 foi emblemático, com a explosão de movimentos sociais e políticos pelo globo. Os ocorridos no Norte da África e que, em analogia aos eventos de 1848 (“Primavera dos Povos”), ficaram conhecidos como “Primavera Árabe” marcaram o espectro da ‘Revolução Mundial’. O ano de 2011 foi bastante crítico: crise da Dívida Americana, as revoluções no Egito, na Líbia, no Iêmen e na Síria; a Revolução de Jasmim na China, o Movimento Occupy Wall Street, e a maior manifestação popular na Rússia depois do final da URSS só para citar alguns acontecimentos. De acordo com artigo

²⁶⁵Alguns exemplos são: Estados Unidos (Voto popular: Trump 45,9% e Hilary Clinton 48,0%; mas mesmo assim o resultado do Colégio Eleitoral deu a vitória a Donald Trump); Brasil (Dilma vence com 51,64% dos votos enquanto Aécio atinge 48,36%); Argentina (Macri vence com 51,40% dos votos); França (Emmanuel Macron vence com mais margem, 66,06% dos votos, só que Marine Le Pen, de extrema direita, conseguiu expressivos 33,94 % dos votos); na Alemanha fenômeno similar, mesmo com a vitória da chanceler Angela Merkel cuja vitória ficou marcada pela entrada no parlamento, pela primeira vez depois do final da Segunda Guerra Mundial em 1945, da extrema direita, sob a sigla do AfD, que obteve 13,2 % dos votos, enquanto o partido de Merkel CDU (União Democrata Cristã) obteve 33% dos votos e seu rival, Martin Schulz do SPD (Partido Social Democrata) teve 20% dos votos; Na Suécia em 2014 a oposição à esquerda venceu as eleições parlamentares, com aproximadamente 30% dos votos, mas para a extrema-direita o resultado foi histórico, alcançando aproximadamente 10% dos votos. *Idem

* Idem

publicado pelo grupo de pesquisa²⁶⁶ liderado por Beverly Silver na Johns Hopkins University no *Arrighi Center for Global Studies*, é realmente surpreendente a intensificação de protestos desde 1991 até 2011, mas principalmente neste último ano²⁶⁷. Neste artigo defendem que, embora alguns autores corretamente percebam a conexão entre os protestos e a crise financeira de 2008, a onda de protestos de 2011 pode também ser entendida como tendência secular do capitalismo histórico em períodos de financeirização e transição hegemônica (KARATASLI, Sahan Savas *et ali*, 2015, p. 192).

*No entanto, observam os autores, a maior menção de protestos em 2011 não foi do que denominam “Tipo Marx” (protestos por direitos nos novos centros de acumulação do capital), nem “Tipo Polanyi” (protestos em defesa de direitos nos ‘velhos’ e decadentes centros de acumulação do capital), ambos conceitualizados por Beverly Silver, mas sim de outra natureza e localização. Foram catapultados pelo “excesso relativo de população estagnada”, que coincidem com condições de subemprego e instabilidade, máxima exploração e baixa remuneração nas localidades/espacos excluídos, principalmente jovens e/ou desempregados (KARATASLI, Sahan Savas, 2015, p. 195).

*Moniz Bandeira (2017) explicita claramente como a cadeia de eventos que ficou conhecida como “primavera árabe” esteve pré-determinada pela situação econômica, especialmente na Tunísia e Egito:

“A população da Tunísia era de cerca de 10,4 milhões de habitantes, altamente alfabetizada e urbanizada, e apenas 11,8%, em 2005, viviam abaixo do nível de pobreza, de acordo com o Banco Mundial. Com uma força de trabalho de quase 4 milhões de pessoas, a Tunísia tinha um altíssimo nível de desemprego, da ordem de 15% a 20% ou mais, uma vez que a cada ano 140.000 jovens entravam no mercado de trabalho, mas apenas de 60.000 a 65.000 empregos eram criados na grande Túnis e nas áreas ao longo do litoral. E o desemprego tornava-se cada vez maior nas cidades do interior como Sidi Bouzid, Gafsa e Bengierdane, onde as demonstrações contra o governo já estavam a ocorrer, exprimindo a exclusão social, que afetava, sobretudo, a juventude. [...] A situação no Egito se afigurava, de fato, explosiva. [...] A taxa de crescimento econômico caíra de 4,6% para 2% em 2008. As oportunidades de trabalho, havia décadas, não acompanhavam a taxa de crescimento da população, que estava a alcançar, em dezembro de 2010, cerca de 84,5 milhões de habitantes, dos quais 43,4% viviam em áreas urbanizadas, cerca de 20% a 25% viviam abaixo do nível da pobreza, e o índice de desemprego, de uma força de trabalho de 26,1 milhões, era bastante elevado, da ordem de 9,7%. [...] Apesar de haver crescido 5% desde 2005, sua economia não conseguira criar empregos conforme as necessidades da população. A juventude estava seriamente afetada pelo desemprego. Cerca de 90% dos desempregados eram jovens com

²⁶⁶ Global Social Protest Research Group.

²⁶⁷ Ver o artigo de Karatasli, Sahan Savas; Kunral, Sefika; Scully, Ben; Upadhyay, Smriti, “Class, crisis and the 2011 protest wave: cyclical and secular trends in global labor unrest” (2015, p. 189), disponível em: <http://krieger.jhu.edu/arrighi/research/socialprotest/>

* Idem

* Idem

menos de 30 anos. Os graduados tinham de esperar pelo menos cinco anos por uma oportunidade de trabalho na administração. E as políticas neoliberais executadas pelo ditador Mubarak agravaram as desigualdades e empobreceram milhões de famílias.” (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 236-240)

Neste sentido, não há como negar que o período em questão faz parte da lógica dos encadeamentos da dinâmica da crise contemporânea do Sistema Mundo Moderno Capitalista. Ainda, não somente movimentos e forças políticas antissistêmicas de ‘esquerda’ emergiram após 2008, mas movimentos e forças políticas antissistêmicas conservadoras e neofascistas de frações de classe também prejudicadas por todas as transformações em processo.

*Este ponto é fundamental para entender o que é o *Sistema* e, em última instância, em que medida estes movimentos e forças políticas podem de fato apresentar elementos de transição e conflito, tendo em vista, principalmente, como se comportam os alinhamentos geopolíticos e geoeconômicos que se desdobram dos mesmos no interior dos Estados Nacionais.

Um exemplo disto tem sido a América do Sul que, na Argentina, após o fracasso de Macri, elegeu novamente a esquerda tendo como Kirchner a vice e o Chile que em 2019 vive ondas intensas de protestos e manifestações populares contra o neoliberalismo e pela reescrita da constituição. Na Venezuela as investidas pela deslegitimação de Maduro, com forte articulação internacional, via OEA e União Europeia, chegam a colocar um presidente autodeclarado sendo o retrato do “(in)processo” democrático. A investida norte-americana sobre a Venezuela e contra o Irã, elaboradas através de sanções para ambos os casos, e ataques militares no caso do segundo, tem por trás um fator geopolítico inédito, tendo sido inclusive mencionado por Donald Trump quando do pronunciamento à Nação após o assassinato do líder da Guarda Revolucionária do Irã: os Estados Unidos atualmente ultrapassaram a Arábia Saudita na capacidade de produção de Petróleo. Este fator amplificou a capacidade de exercer pressão sob os países exportadores e está vem sendo testada contra estes dois países. Na Bolívia consolidou-se um golpe militar contra Evo Morales. Outra problemática é a dramática crise migratória que ora se desenrola diariamente não somente em função da Guerra Civil na Síria, mas também do Yemen, Somália, Venezuela, Mali. Segundo a agência da ONU para refugiados é a maior crise migratória desde a segunda guerra mundial.

* Idem

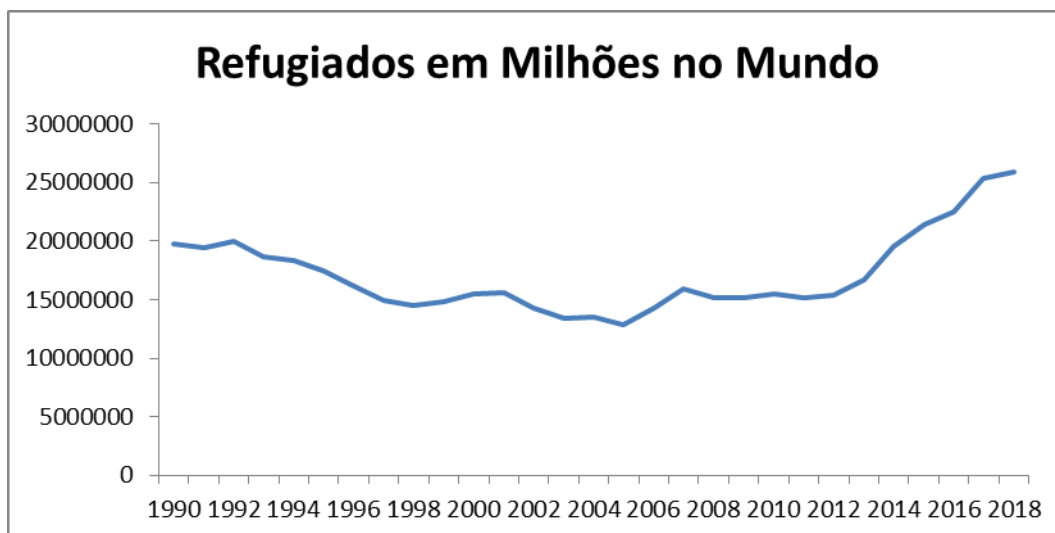


Gráfico 17: Evolução da trajetória de pessoas refugiadas no mundo entre 1990-2018. Fonte: Elaboração a partir dos dados disponíveis do WorldBank (<https://data.worldbank.org/indicador>) nome do indicador *refugee population by country or territory of origin*.

Isto tem se refletido no aumento da intolerância, criminalização e exploração dos imigrantes, culminando, por exemplo, na ascensão de forças ultraconservadoras em alguns países europeus. É a radicalização ideológica da crise econômica global devido a suas consequências sociais, políticas e geopolíticas. Como dissemos, a polarização ideológica pode ser notada nos resultados sem amplas maiorias expressivas nas eleições presidenciais e parlamentares de vários dos principais países do Sistema Interestatal, refletindo clara bifurcação como expressão da crise do ‘liberalismo centrista’, o qual teve seu ápice entre 1945-1968 (WALLERSTEIN, 1974).

Em “Adam Smith em Pequim” Giovanni Arrighi propõe a tese de que “*o fracasso do Projeto para o Novo Século Norte-Americano e o sucesso do desenvolvimento econômico chinês, tomados em conjunto, tornaram mais provável do que nunca, nos quase dois séculos e meio desde a publicação de A riqueza das nações, a concretização da ideia de Smith de uma sociedade mundial de mercado baseada em uma maior igualdade entre as civilizações*” (ARRIGHI, 2008, p. 24). Entretanto, sendo isto possível ou não, estamos diante de um limite e este está traduzido a partir da percepção de que a grande continuidade das tendências seculares básicas do Sistema Mundo Moderno

Capitalista chegam a um ponto de inflexão, a generalização do Sistema está posta em sua forma mais “pura”, um zênite, conforme Wallerstein:

“The real crunch will come in the processo f proletarianization, or, more generally, in the process of commodification – the quintessential way in which the sucesso f the system is in fact its main destabilizing factor. Since commodification, however, appears as ‘success’ to both the defenders and the opponents of the system, it is seldom noted that it is a ‘success’ that is breeding failure. I am speaking here of what neoclassical economists call the ‘free flow of factors of production’ and what Marx called the realization of the ‘law of value’. Capitalism is referred to glibly as a system of free enterprise based on free labor (and, of course, alienable land and natural reosurces), and we often fail to recognize the most obvious of all historical facts about the capitalist world-economy: that, in five hundred years of its existence, at no time have the factors of production been fully ‘free’ nor the law of value fully realized. [...] Indeed, any definition of capitalism that requires the *full* freedom of these factors, or even the freedom to the conclusion that the world-economy is not yet capitalist but is still ‘feudal’ or ‘pre-capitalist’. That would, however, obviously be absurd. Such a conclusion fails to take note of how central to the functioning of the capitalist world-economy is the *partial* freedom of the factors of production, the *partial* realization of the law of value. This ‘partial’ phenomenon *is* capitalism. Nonetheless, capitalism, through its internal processes, pushes toward the fuller realization of the law of value. And it is this ‘success’ that is causing the crisis, and wil be the undoing of the capitalist system (WALLERSTEIN, 1982, *dynamic of global crisis*, p. 23-24) [...] The two asymptotes of geographical expansion and commodification have reached the level where they have begun to act as structural constraints on the survival of capitalism as an historical system. And since the crisis operates through the consciousness of the people who live under these constraints, this brings us to political and cultural arena. In order, therefore, to understand the ways in which the crisis has presented itself, we must look first at the politico-cultural superstructure of the capitalist world-economy (WALLERSTEIN, 1982, *dynamics of global crisis*, p. 25).

Neste sentido de limite, no caso do tempoespaco eterno, em sua definição geográfica, emerge o continente africano podendo tornar-se um novo “*geographical pivot of history*” (MACKINDER), cuja dimensão estratégica está sendo abocanhada pela China e largamente negligenciada pelos norte-americanos, preferindo concentrar-se em suas esferas de influência clássicas. A expansão à África pode ser pensada como destino de uma invasão de capital que possibilitaria ao sistema uma nova rodada expansiva nos moldes dos ciclos de Kondratieff, não somente pela potencialidade de crescimento dado seu subdesenvolvimento, mas também em razão de sua dotação de recursos naturais, ou seja, a potencialidade da África ainda está por ser determinada. Por outro lado, como considerar a evolução dos Sistemas Históricas, como o Sistema Mundo Moderno Capitalista, sem levar em consideração as “forças profundas” (RENOUVIN;DUROSSELLE, 1967) da materialidade, da natureza? Não faria sentido achar “grandes transformações” no eterno. Podemos pensá-lo em termos históricos e por limitações. Podem apresentar especificidades históricas como, por exemplo, momentos de tendência de crescimento demográfico e, como agora, momentos de tendência de

queda no crescimento demográfico²⁶⁸. Os recursos naturais e matérias-primas também sofrem modificações de acordo com a centralidade de cada tipo nos diversos sistemas históricos, no entanto, sua centralidade para a vida material é uma grande continuidade.

No que tange à guerra, há autores que defendem ciclos de guerra de 50 anos e há ainda estatísticas que mostram que o século XX foi o século com mais guerras e mortes em termos relativos. Se formos pensar nos ciclos de guerra de 50 anos²⁶⁹, tendo em vista que a segunda grande guerra terminou em 1945, teríamos que ter tido uma grande guerra entre as potências no ano 2000, na virada do milênio, houve a Guerra do Golfo, mas não foi entre potências. Não foi isso o que ocorreu, mas não significa que não pode haver guerra. A grande transformação da bomba atômica modifica a dinâmica das guerras por ficarem mais prováveis em terceiros territórios que não as possuem, levando a uma espécie de “orientemedialização” da mesma, podendo serem vítimas países com recursos naturais. Emergem também novos tipos de guerra como as guerras cibernéticas, biológicas e híbridas. Uma das grandes transformações seria, neste sentido, aumentar as capacidades de desestabilização “silenciosa” para a manutenção de posições de poder.

Em qualquer dos cenários que podem ser traçados o tempo-espaço eterno tenderá a ser cada vez mais um problema da humanidade e revelará o grau de humanidade da própria humanidade. As pressões demográficas, ecológicas e geográficas tendem a ser cada qual, em cada espaço, distintas, mas no âmbito do Sistema estas pressões tornar-se-ão cada vez mais fortes. A ação antrópica está pressionando as bases de equilíbrio de longuíssima duração do tempo-espaço eterno. Podemos entender isso também através da noção de zênite, onde buscamos expressar que num momento histórico preciso o Sistema atingiu uma “pureza” de suas características e tendências formativas, de desenvolvimento

²⁶⁸ Não à toa se nota que em importantes países a pirâmide etária ou se inverteu ou irá se inverter em alguns anos. Este fato por si implica no longo prazo uma diminuição da oferta de mão-de-obra para o Sistema tendo ele que, para efetuar sua *ceaseless accumulation of capital*, que solucionar ou transformar-se. No momento em diversos países a resposta tem sido reformas previdenciárias, as quais tem sido objeto de confrontação, especialmente em França.

²⁶⁹ “The great power war severity times series (fig. 11.1) strongly suggests fifty-year cycles. In the middle years of the graph, around 1600-1800, are four regularly recurring war peaks (marked ‘WP’). Each is sustained, high-fatality war that ends a series of wars of escalating severity. These peaks are spaced about fifty years apart, though of shorter duration and not preceded by a series of escalating wars. Only the final peak, World War II, does fit the pattern, following too closely after the World War I peak. Going back to the years before 1600, three more peaks are visible, although much more weakly in the first two cases, which have similar though slightly shorter spacing. Furthermore, there is a dramatic one-to-one correspondence between the recurring war peaks shown on the graph and the long wave peaks (from the base dating scheme), which are indicated on the figure by small arrows at the top. For nine successive long waves, until 1918, each war peak occurs near the end of an upswing phase period. From this, I date ten war cycles since 1495 (table 11.3) (GOLDSTEIN, 1988, p. 239)”.

e de expansão e, com estas, de suas contradições²⁷⁰. A mistura desta “pureza” levará o Sistema a resultados imprevisíveis diante da crise sistêmica a que está sendo acometido e a natureza da crise da Hegemonia Americana se defronta com o sucesso da alternativa civilizatória chinesa colocando o tema capitalismo x socialismo/comunismo como mais vivo do que nunca.

CONCLUSÃO

Iniciamos a discussão teórica sobre a epistemologia das análises do Sistema Mundo justamente para colocar em foco a necessidade de análises *totais*, sendo que, como tal, é composta pelo “movimento do saber” que envolve também o marxismo e a teoria marxista da dependência, os quais, por sua vez, também procuram elaborar análises totais. O Sistema Mundo Moderno Capitalista é, primeiro, um Sistema, segundo, engloba o Mundo, terceiro é Moderno e, quarto, é Capitalista. Sistemas Históricos anteriores existiram, expandiram-se, desenvolveram-se e transformaram-se. Provavelmente este também será o destino do nosso atual sistema histórico. Como já explicado na primeira parte, os Sistemas-Mundo se definem por sua historicidade e totalidade. Mas também se definem pela sua formação no tempo e como o próprio tempo se ergue como epistemologia necessária, onde o próprio marxismo e a teoria marxista da dependência se encaixam e compreendem as análises totais no tempo. Os Sistemas históricos são “seres sociais” incompreensíveis sem suas partes, assim como estas são incompreensíveis sem este “ser social”. Embora possamos utilizar as mesmas características, sua historicidade e totalidade, para definir outros Sistemas Mundo (ora porque na verdade estas são também premissas epistemológicas-metodológicas) o atual Sistema-Mundo tem uma natureza diferente de outros. Mas é importante o processo temporal e espacial de formação, desenvolvimento e zênite deste Sistema. Para tanto, tivemos que procurar compreender como os diversos tempospaços (eterno, episódico, estrutural, cíclico-ideológico,

²⁷⁰ Historicamente a existência de determinadas categorias econômicas pode e teve que preceder a Revolução Industrial, a “biografia do capital”: letras de câmbio, crédito, moeda, bancos etc. A questão fulcral é quando estes elementos em conjunto estão coordenados às leis abstratas e concretas do capitalismo. Paulatinamente o capitalismo, enquanto processo indelevelmente histórico, vai se transmutando e assumindo claras periodizações. É possível assim analisar a história do capitalismo como “Imperialismo como fase superior do capitalismo” (LENIN); como “Capitalismo Tardio” (MANDEL); como “Sistema Mundo Moderno” (WALLERSTEIN), como “Capitalismo Monopolista” (BARAN & SWEEZY) ou “Capitalismo Senil” (AMIN).

transformacional e histórico-categorial) estiveram/estão em articulação e sobrepostos desde que partimos da Longa Duração como perspectiva e de uma “*interciência*”, isto é, pela luta contra a “clivagem nomotético-idiográfica” para poder dar inteligibilidade à formação, expansão, desenvolvimento e zênite deste Sistema (no momento atual do século XXI) e, enfim, pensar sobre a natureza do declínio da hegemonia americana diante desta perspectiva. Muitas lacunas foram deixadas, mas nosso esforço buscou ir atrás do chamado reverberado através das “grandes contribuições” destes “grandes pensadores e pensadoras” a partir dos quais nos baseamos para escrever esta tese.

Concluimos que as bases da hegemonia americana estão sobrepostas às contradições deste Zênite e que a natureza de seu declínio também está determinada pelas “grandes continuidades” e “grandes transformações” do Sistema Mundo Moderno Capitalista nos termos de suas tendências seculares e da intersecção dos seus tempospaços. Entre estas “grandes continuidades” destacam-se o desenvolvimento desigual e combinado, a tendência ao declínio da taxa de lucro, os ciclos de Kondratieff, expansão do Sistema Interestatal, a máxima expansividade territorial do capitalismo, a institucionalização generalizada da lei do valor (que hoje assume a cara do neoliberalismo). Entre as “grandes transformações” destacam-se um Sistema Interestatal com Instituições Internacionais regionais e multilaterais potencialmente locus estratégico para a confrontação diplomática da hegemonia americana, a desconcentração do poder econômico face ao crescimento da economia Chinesa, o próprio teor civilizatório do modelo Chinês e a “revolução científico-técnica”. Entretanto, a natureza do declínio diante destas sobreposições, apesar de serem forças sistêmicas, não está isenta da atuação da política externa americana, principalmente face ao seu forte espírito de continuidade estratégica básica. Assim, os cenários e destinos de cada espaço neste nosso tempo serão codeterminados por estas forças e a conjuntura de baixo crescimento econômico da economia mundial abrirá um período de intensas lutas sociais e políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Janet. **Before European Hegemony: the world system A.D. 1250-1350**. New York/Oxford: Oxford University Press, c1989. pdf

ABU-LUGHOD, Janet. Discontinuities and Persistence: one world system or a succession of systems? In: FRANK, Andre Gunder; GILLS, Barry. **The World System: five hundred years or five thousand?** London and New York: Routledge, 1993. pdf

ACCIOLY, Hildebrando; DO NASCIMENTO E SILVA, G.E; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. 23ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

AMIN, Samir. **Capitalism in the age of globalization: the management of contemporary society**. London and New York: Zed Books, 1996. pdf

AMIN, Samir. **The Implosion of contemporary capitalism**. New York: Monthly Review Press, 2013. pdf

AMIN, Samir. **La acumulación en escala mundial**. Buenos Aires: Siglo veintiuno editors, 1975.

AMIN, Samir. **Unequal Development: an essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism**. The Harvester Press, c1976. pdf

AMIN, Samir. The ancient world-systems versus the modern capitalist world-system. In: FRANK, Andre Gunder; GILLS, Barry (Org.). **The World System: five hundred years or five thousand?** London and New York: Routledge, 1993. pdf

AMIN, Samir. **Os desafios da mundialização**. Ideias e Letras, 2006.

AMIN, S. *et al.* **Imperialismo e Comércio Internacional**. São Paulo: Global Editora, 1981.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996. pdf

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly, Silver. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2001.

ARRIGHI, Giovanni; HOPKINS, K. Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. **Antisystemic Movements**. London: Verso, New Left Books, 1989.

ALBINATI, Ana Selva. Apresentação. In: MARX, Karl. **Diferença entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e a de Epicuro**. São Paulo: Boitempo, 2018. pdf

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de Almeida. Relatividade e relativismo: Einstein e a teoria social. **Tempo Brasileiro**. n.175, pp. 113-134, 2009. Disponível em: <https://mwba.files.wordpress.com/2010/03/2009-almeida-relatividade-e-relativismo-einstein-e-a-teoria-social-tempo-brasileiro.pdf>

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Formação do Império Americano**: da guerra contra a Espanha à guerra do Iraque. 5ed revista e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Epub.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria**: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões da Eurásia à África e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.

BARNETT, Vincent. **Kondratieff and the Dynamics of Economic Development**: long cycles and industrial growth in historical context. Macmillan Press, 1997. pdf

BELLUZZO, Luiz G. **Os antecedentes da Tormenta**. Unesp: Campinas, 2009.

BELLUZZO;COUTINHO. Desenvolvimento e Estabilização sob finanças globalizadas. **Economia e Sociedade**. Campinas: V.7, pp. 129-54, dez,1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Edições 70. [S.d.]. *Digital Source Google Groups*. pdf

BRAUDEL, Fernand. **La Historia y las ciencias sociales**. Alianza Editorial, 1970. pdf

BRAUDEL, Fernand. **Civilization and Capitalism 15th-18th Century**: the perspective of the world. V.III. London: COLLINS, c1984. pdf

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. **Revista de História**. Volume XXX, n. 62, Ano XVI, 1965.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. V.1. As estruturas do Cotidiano: O Possível e o Impossível. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. V.2. O jogo das trocas. 2ed. v.2. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. V.3. O tempo do mundo. 2ed. v.3. São Paulo: Martins Fontes, 2009a.

BRAUDEL, Fernand. **The Mediterranean and the mediterranean world in the age of Philip II**. Volume One. *Translated from the French by Siân Reynolds*, [S.d.]. pdf

BRAUDEL, Fernand. SPOONER, Frank. Prices in Europe 1450 to 1750. In: **Cambridge Economic History of Europe**: the economy of expanding Europe in the sixteenth and

seventeenth centuries. Edited by: E.E.RICH;C.H.Wilson. v. IV.: Cambridge University Press, [1967]. Cambridge Histories Online c2008. Cambridge. pdf

BRENNER, Robert. **The Economics of Global Turbulence: the advanced Capitalist Economies from Long Boom to Long Downturn, 1945-2005.** London/New York: Verso, 2006. pdf

BOYER, Robert. **The Regulation School: a critical introduction.** New York: Columbia University Press, 1989. pdf

BRAGA;CINTRA. Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano. In: FIORI, José Luís (org.) **O Poder Americano.** Vozes: Rio de Janeiro, 2004.

BRAGA, Carlos S. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: FIORI (org.) **O poder americano.** Vozes: Rio de Janeiro, 2005.

BUKARIN, Nicolai. **A Economia Mundial e o Imperialismo.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989.** Tradução Nilo Odália. 2ed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991. pdf

CAMARINHA, Ísis. As relações centro-periferia na economia-mundo: formação capitalista periférica e dependência. **Dissertação de Mestrado.** PUC-SP, 2014.

CAMARINHA, Ísis. A dinâmica da centralização mundial de capital e a crise de 2008. **Monografia.** Facamp, 2015.

CAMARINHA, Ísis. Estudo sobre a problemática da troca desigual e as implicações sobre a acumulação internacional de riqueza. **III Encontro Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais – Anais.** Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 20 e 21 de outubro de 2016. pdf

CAMARINHA, Ísis. Fase ou regime de acumulação: um diálogo entre as interpretações de Giovanni Arrighi e François Chesnais face à atual expansão financeira. **VII Encontro de pós-Graduação em História Econômica & 5º Conferência Internacional de História Econômica, ABPHE.** 2016a. pdf

CAMARINHA, Ísis. Uma resenha de O Sistema-Mundo Moderno IV: liberalismo centrista triunfa, 1789-1914. Resenha. **Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo.** v.24.2, p. 161-174, 2017. pdf

CAMARINHA, Ísis. O poder estrutural americano e o programa de Donald Trump. In: MARTINS, Carlos Eduardo;FERREIRA, Carlos Serrano (Orgs.). **Economia Política da Crise: Estados Unidos, Brasil e Argentina.** Boletim de Conjuntura, Rio de Janeiro, v.2,n.3, 2017a. pdf

CAMARINHA, Ísis. Repercussões antissistêmicas da crise financeira de 2008 e a “Crise do liberalismo Centrista”. In: MARTINS, Carlos Eduardo;FERREIRA, Carlos Serrano

(Orgs.). **Conflitos e Revoluções**. Boletim de Conjuntura, Rio de Janeiro, v.2, n.4, 2017b. pdf

CHASE-DUNN, Christopher;KWON, Roy. Continuidades e Transformações na evolução dos sistemas-mundo. In: VIEIRA, Pedro Antonio;VIEIRA, Rosangela de Lima;FILOMENO, Felipe Amin (Org.). **O Brasil e o Capitalismo Histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

CHASE-DUNN, Christopher; LERRO, Bruce. **Social Change: globalization from the stone age to the present**. London and New York: Routledge Taylor and Francis Group, 2013. pdf

CHASE-DUNN, Christopher;HALL, Thomas. **Rise and Demise: comparing world-systems**. Westview Press, 1997. pdf

CHASE-DUNN, Christopher. **Global Formation: structures of the world-economy**. Maryland: Rowman&Littlefield Publishers, INC, 1998. pdf

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CARCANHOLO, Reinaldo; SABADINI, Mauricio. Capital Fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro, n.24, junho 2009.

DAY, R.B. Kondratieff, Trotsky y Mandel. In: **Los Ciclos Econômicos Largos**. Akal 74, 1979.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

DOBB, Maurice. In: SWEEZY, Paul. **O debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo**. 4ed.v.18. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

DOWBOR, Ladislau. **A formação do capitalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo**. São Paulo: Outras Palavras e Autonomia Literária, 2017. pdf

DUMÉNIL, Gerard;LÉVY,Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia americana. In: CHESNAIS, François)Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Pdf

DUJIN, J.J Van. **The Long Wave in Economic Live**. London/Boston/Sydney: George Allen & Unwin, 1983.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: formação do Estado e Civilização. Volume II. [S.l]: Jorge Zahar Editor, [S.d]. pdf.

FERGUSON, Niall. **A lógica do dinheiro: riqueza e poder no mundo moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FIORI, Luís José. **O Poder Global**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FIORI, Luís José. Formação, expansão e limites do poder global. In: (Org.) FIORI, L.J. **O poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIORI, Luís José. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. pdf

FIORI, L. José. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, C. Maria; FIORI, L. José. (Org.). **Poder e Dinheiro**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FIORI, José Luis. O Sistema Interestatal Capitalista no início do século XXI. In: FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos De Aguiar; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FIORI, José Luis. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FLORESTAN, Fernandes. **Marx, Engels, Lenin**: a contradição em processo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FLORESTAN, Fernandes. Introdução. In: MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FRANK, Andre Gunder; GILLS, Barry. **The World System**: five hundred years or five thousand? London and New York: Routledge, 1993. pdf

FRANK, Gunder Andre. **World Accumulation, 1492-1789**. New York: Algora Publishing. [S.d]. pdf

FRANK, Andre Gunder. Apresentando o Tio Sam – sem roupas. In: MARTINS, Carlos Eduardo, VALENCIA, Adrián Sotelo. (Org.). **América Latina e os Desafios da Globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.

FRANK, Gunder Andre; ARRIGHI, Givanni; AMIN, Samir; WALLERSTEIN, Immanuel. **Dynamics of global crisis**. New York: Monthly Review Press, c1982. pdf

FRANK, Gunder Andre. **Reorient: global economy in the Asian Age**. Berkely, Los Angeles, London: University of California Press, 1998. pdf

FRANK, Gunder Andre. **Reflections on the world economic crisis**. New York and London: Monthly Review Press, c1981.

FREEMAN, Christopher; CLARK, John; SOETE, Luc. **Unemployment and technical**

Innovation: a study of long waves and economic development. London: Frances Pinter, [1982?].

EMMANUEL, Arguiri. **Unequal Exchange:** a study of the Imperialism of Trade. New York and London: Monthly Review Press, c1972. pdf

GARVY, George. La Teoria de los Ciclos Largos. In: **Los Ciclos Econômicos Largos.** Akal 74, 1979.

GELL, Alfred. **A antropologia do tempo:** construções culturais de mapas e imagens temporais. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOLDSTEIN, S, Joshua. **Long Cycles.** New Haven London: Yale University Press, 1988. pdf

GORDON, David. EDWARDS, Richar.REICH, Michael. Long Swings and stages of capitalism. In: KOTZ, David. McDONOUGH,REICH, Michael. **Social Structures of Accumulation:** the political economy of growth and crisis. Cambridge University Press, 1994. pdf

GURVITCH, Georges. **The Spectrum of Social Time.** D. Reidel Publishing Company/Dordrecht-Holland, 1964. pdf

HAWKING, Stephen. **O Universo numa casca de Noz.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

HILTON, Rodney. Introdução. In: SWEEZY, Paul. **O debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo.** 4ed.v.18. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

HILTON, Rodney. *et al.* **A transição do feudalismo para o capitalismo:** um debate. 5ed. Tradução Isabel Didonnet, São Paulo: Paz e Terra, impressão 2004. Digital Source Group, pdf-ebook.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). 2 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric. **A Era das Revoluções:** 1789-1848. Paz e Terra, [S.d]. pdf

KARATASLI, Sahan *Et ali.* Class, Crisis, and the 2011 Protest Wave: cyclical and secular trends in Global Labor Unrest. In: WALLERSTEIN ,Immanuel; CHASE-DUNN, Christopher;SUTER,Christian (eds). **Overcoming Global Inequalities.** London: Paradigm Publishers, p. 184-200. 2015. pdf

KNAPP, Georg Friedrich. **The State Theory of Money.** London: McMillan & Company Limited, 1924. pdf

KITCHIN, Joseph. Cycles and Trends in Economic Factors. **The MIT Press,** 1923. pdf

KOTZ, M. David;McDONOUGH, Terrence; REICH, Michael. **Social Structures of Accumulation.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994. pdf

KINDLEBERG, Charles. **World Economic Primacy: 1500-1990**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1996. pdf

KUZNETS, Simon. **Crescimento Econômico Moderno: ritmo, estrutura e difusão**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KLEINKNECHT, A. MANDEL, E. WALLERSTEIN, I. **New findings in long-wave research**. Nova York: St Martin's Press, 1992. pdf

KLINGBERG, Frank L. The historical Alternation of Moods in American Foreign Policy. **World Politics**. 4, n. 2, 1952.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo, Atlas, 1982.

KENNEDY, Paul. **The rise and fall of the great powers**. London: Unwin Hyman, c1988. pdf

KONDRATIEFF, Nikolai. M.I. Tugan-Baranovsky (The Main Features of his Scientific Worldview). Originally published as a booklet in 1923. Translation of the article published in 2004 [Kondratieff N.D/Kondratieff N.D Kondratieff's Letters from Suzdal/Ed. By Yu V. Yakovets *et al.*, pp.776-798. Moscow: Ekonomika. 2004. [2004?]. pdf

KONDRATIEFF, Dmitrievich Nikolai. **Los ciclos largos de la conyuntura económica**. Espanhol. Traducción y presentación de Luis Sandoval Ramírez. Universidad Nacional Autonoma de México, Instituto de Investigaciones económicas, Ediciones del Lirio. [2008?].

KONDRATIEFF, Nikolai. The static and the dynamic view of Economics. **The Quarterly Journal of Economics**. V.39.n4. p.575-583, 1925. pdf

KOTZ, David. McDONOUGH, REICH, Michael. **Social Structures of Accumulation: the political economy of growth and crisis**. Cambridge University Press, 1994. pdf

KRUGMAN, Paul. **Um basta à depressão mundial: propostas para uma recuperação plena e real da economia mundial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KRUGMAN, Paul. **The return of depression economics and the crisis of 2008**. New York - London: W.W.Norton, 2009. pdf

LEVY, Jack. **War in the Modern Power System 1495-1975**. The University Press of Kentucky, 1983. pdf

LEGRAND, Muriel Dal Pont. Clément Juglar (1819-1905). Consta: Gilberto Faccarello and Heinz D. Kurz. Download from Elgar Online. Via Sydney University. [2018?].

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. Casacnaify. [S.l] [S.d].

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010. pdf

MACKINDER, J. Halford. The geographical pivot of history. **The geographical journal**. Vol 70, n. 4, [1904] dezembro 2004, pp298-321. pdf

MADDISON, Angus. The World Economy: a millennial perspective. **Development Center Studies. OECD**. 2001. pdf

MADDISON, Angus. **Contours of the World Economy**: essays in Macro-Economic History. Oxford Press, 2007. pdf

MARIUTTI, Eduardo Barros. A perspectiva do Sistema-Mundo. Adaptado de MARIUTTI, Eduardo Barros “Considerações sobre a perspectiva do Sistema-Mundo” In: **IV Congresso Brasileiro de História Econômica (ABPHE). São Paulo, 2000.**

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MANDEL, Ernest. **Late Capitalism**. Translated by Joris De Bres. London: NLB, [1975] *second impression* 1976. pdf

MANDEL, Ernest. **Long Waves in Capitalist Development**: a Marxist interpretation. London/New York: Verso, 1995. pdf

MANDEL, Ernest. Las Ondas Largas en la historia del capitalismo. In: **Los Ciclos Económicos Largos**. Akal 74, 1979.

MANDEL, Ernest. Explaining long waves of capitalist development. In: FREEMAN, Christopher. **Long Waves in the World Economy**. London and Dover: Francis Pinter, 1984.

MARTINS, Carlos; VALENCIA, Adrián Sotelo. (Org.). **A América Latina e os Desafios da Globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011. pdf

MARTINS, Eduardo Carlos. El sistema mundo capitalista y los nuevos alineamientos geopolíticos en el siglo XXI: una visión prospectiva. In: GANDASEGUI, M. Martins, C. e VOMMARO V. (Coord.). **Soberanía, hegemonía e integración de las democracias em revolución en America Latina**. Quito, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Livro Primeiro. Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultura, c1996. pdf

MARX, Karl.ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. **Diferença entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e a de Epicuro**. São Paulo: Boitempo, 2018. pdf

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômico filosóficos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012. pdf

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume IV**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume V**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008c.

MORAES, Gloria. Telecomunicações e o Poder Global dos Estados Unidos. In: FIORI, José Luis. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta;STEDILE, João Pedro (Org.).. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra.2011.

MEDEIROS, Carlos A. A economia política da Internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI (org.) **O Poder Americano**. Vozes: Rio de Janeiro, 2004.

MEDEIROS, Carlos A. Globalização e a Inserção Internacional Diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVAREZ;FIORI (org.) **Poder e Dinheiro**. Vozes. Petrópolis, 1997.

MEDEIROS, Carlos A. A China como duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**. Vol.26,No3 (103),pp.381-400 julho-setembro/2006.

MEDEIROS;SERRANO. Padrões Monetários Internacionais e Crescimento. In: FIORI (org.) **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**. Vozes: Petrópolis, 2000.

METRI, Mauricio. **Poder e riqueza na Europa Medieval**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2007. pdf

McNEILL, William. **Plagues and Peoples**. Garden City, New York: Anchor Press. [S.d] pdf

McNEILL, William. **The Human Condition**: na ecological and historical view. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, c1980.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. Introdução. In: MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ORGANSKI, A. F. K. **World Politics**. 2ed. New York: Alfred A. Knopf, Inc. 1968. pdf

PIRENNE, Henri. **Economic and Social History of Medieval Europe**. [1937?]. pdf

PALLOIX, Christian. **A Economia Mundial Capitalista**. [S.l]: Editora Estampa, 1972.

PALMA, José Gabriel. De-industrialisation, ‘premature’ de-industrialisation and the Dutch-Disease. **Revista NECAT**. Ano 3, n.5 Jan-Jun, 2014.

PECEQUILLO, Cristina. **Os Estados Unidos e o Século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. pdf

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, c2000. pdf

POMERANZ, Kenneth. **The Great Divergence**: China, Europe and the making of the modern world economy. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2000. pdf

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PINTO, Nelson Prado Alves. O capital financeiro na economia contemporânea: uma revisão teórica e histórica de seu papel no desenvolvimento recente dos Estados Unidos. **Tese de Doutorado**. Unicamp. 1994.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKI, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. v.1, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2000. pdf

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. pdf

PRADO, Eleutério. A estagnação secular e o futuro do capitalismo. **Marx e o Marxismo**. V2,n3,ago/dez, 2014.

RAMÍREZ, Luis Sandoval. Los ciclos económicos largos, Kondratieff y el momento actual. **Instituto de Investigaciones Económicas. UNAM**. [S.d].pdf

RANGEL, Ignácio. O Quarto Ciclo de Kondratieff. **Revista de Economia Política**.v.10.n.4. (40), out-dez, 1990.

RENOUVIN, Pierre;DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

RICHTA, Radovan (Dir.). **La Civilización en la encrucijada** (implicaciones sociales y humanas de la revolución científicotécnica). Introdução (El sentido de las transformaciones. México D.F: Siglo Veintiuno editores, 1971.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Fernand Braudel e as Ciências Humanas**. Londrina: Eduel, 2013.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: CONTRAPONTO, 2001. pdf

ROWTHORN, Robert;COUTTS, Ken. De-Industrialization and the balance of payments in advanced economies. **Discussion Papers. United Nations Conference on trade and development**. n.4, May, 2004.

ROWTHORN, Robert;RAMASWAMY, Ramana. Growth, Trade and Deindustrialization. **Working Paper IMF**. April, 1998.

SILVER,Beverly;SLATER, Eric. As Origens Sociais das Hegemonias Mundiais. In: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly, Silver (Orgs.). **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2001.

SANTOS, Dos Theotonio. **A Teoria da Dependência**: Balanço e Perspectivas. 1998. pdf

SCARRE, Christopher. **Past Worlds: the times atlas of archaeology**. London: Times Books, 1988. pdf

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de Pensão e os Fundos Mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: FRANÇOIS, Chesnais (org.) **A Finança Mundializada**. Boitempo: São Paulo, 2005.

SADER, Emir.Dos SANTOS, Theotonio (Coord.).MARTINS, E. C. VALENCIA, S. A. (org.). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SERRANO, Franklin. Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI (org.) **O poder Americano**. Vozes: Rio de Janeiro, 2004.

SERRANO, Fraklin. A economia Americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000. In: FIORI, José LUis; MEDEIROS, Carlos De Aguiar;

SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHUMPETER, Alain Joseph. **Business Cycles**. New York Toronto London: McGraw-Hill Book Company, 1939. pdf

SCHUMPETER, Alain Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Ordemlivre.org. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. pdf

SCHUMPETER, A. Joseph. **Capitalism, socialism and democracy**. London and New York: Routledge, 2003. pdf

SCHUMPETER, Joseph. **A teoria do desenvolvimento capitalista: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997. pdf

SHAIKH, Anwar. The First Great Depression of the 21st Century. *In*: PANITCH, Leo. *et al* (Ed.). **Socialist Register 2011: the crisis this time**. 2010. pdf

SROUR, Robert Henry. **Modos de Produção: elementos da problemática**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

STUNKEL, Oliver. **The BRICS and the Future of Global Order**. Lanham: Lexington Books, 2015. pdf

SWEEZY, Paul. **O debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo**. 4ed.v.18. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SUMMERS, Larry. The age of secular stagnation: what it is and what to do about it. **Foreign Affairs**. 2016. Disponível em: <http://larrysummers.com/2016/02/17/the-age-of-secular-stagnation/>

TAVARES. C. M. A retomada da hegemonia Americana. **Revista de Economia Política**. v. 5. n. 2, abril-junho, 1985.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus: AD 990-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. pdf

TORRES FILHO, Ernani T. A crise da economia japonesa nos anos 90 e a retomada da hegemonia americana. *In*: TAVAREZ;FIORI (org.) **Poder e Dinheiro**. Vozes: Rio de Janeiro, 1998.

TROTSKY, Leon. La curva del desarrollo capitalista. *In*: **Los Ciclos Econômicos Largos**. Akal 74, 1979.

YAKOVETS, Yuri. **The Heritage of Nikolai Kondratieff: a view from the 21st century**. [S.l.] [S.d.]. pdf

WALLERSTEIN, Immanuel. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. *In*: VIEIRA, Pedro Antonio;VIEIRA, Rosangela de Lima;FILOMENO, Felipe Amin

(Org.). **O Brasil e o Capitalismo Histórico**: passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Inventions of Timespace Realities: towards an understanding of four historical systems. **Geographical Association**, v.73, n. 4, p. 289-297, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel. A brief agenda for the future of long wave research. *In: New Findings in long wave research*. KLEINKNECHT, Alfred; MANDEL, Ernest; WALLERSTEIN, Immanuel (Ed.). St' Martins Press, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. Social Science and Contemporary Society: the Vanishing guarantees of Rationality. **Inaugural Address, Convegno Internazionali di Studi of Associazione Italiana di Sociologia, Palermo, October 26-28, 1995**.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Rise and Future Demise of World-System Analysis. **91st Annual Meeting of the American Sociological Association, New York, August 16, 1996**. Disponível em: <https://www.binghamton.edu/fbc/archive/1996papers.htm>

WALLERSTEIN, Immanuel. Open the social sciences. **Social science research council**, v. 50, n. 1, march 1996a. Disponível em: <http://hiebertglobalcenter.org/blog/wp-content/uploads/2013/04/Reading-2-Immanuel-Wallerstein-Open-the-Social-Sciences.pdf>

WALLERSTEIN, Immanuel. Social Change? Change is eternal. Nothing ever Changes. **Sessão Solene de Abertura of the III Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Feb. 7, 1996b**. Fernand Braudel Center, Disponível em <https://www.binghamton.edu/fbc/archive/iwportug.htm>

WALLERSTEIN, Immanuel. Time and Duration: The Unexcluded Middle. **Conférence de prestige sur le theme, 'Temps et Durée, 'Université Libre de Bruxelles, Sept. 25, 1996c**. Fernand Braudel Center, Disponível em: <https://www.binghamton.edu/fbc/archive/iwtimdu.htm>

WALLERSTEIN, Immanuel. Eurocentrism and its avatars. **Keynote Address at ISA East Asian Regional Colloquium, 'The Future of Sociology in East Asia', nov. 22-23, 1996d**. Fernand Braudel Center, Disponível em: <https://www.binghamton.edu/fbc/archive/iweuroc.htm>

WALLERSTEIN, Immanuel. The Time of Space and the Space of Time: The future of Social Science” **Tyneside Geographical Society Lecture, Univ. of Newcastle upon Tyne, co-sponsered by the Institute of British Geographers and the Royal Geographical Society, Feb. 22, 1996e**. Disponível em: <https://www.binghamton.edu/fbc/archive/1996papers.htm>

WALLERSTEIN, Immanuel. Social Science and the quest for a just society. **American Journal of Sociology, CII, 5, March, 1997**. Fernand Braudel Center, Disponível em: <https://www.binghamton.edu/fbc/archive/iwquest.htm>

WALLERSTEIN, Immanuel. Spacetime as the bases of knowledge. **Keynote adrees at convergencia/World Congress of Convergence, Cartagena, Colombia, May 31-June 5, 1997a**

WALLERSTEIN, Immanuel. Braudel and Interscience: a preacher to empty pews? **5th Journées Braudeliennes, 'Braudel and the U.S: *Interlocuers valables?*', Binghamton university, Oct. 1-2, 1999.**

WALLERSTEIN, Immanuel. **World System analysis: an introduction.** London: Duke University Press, c2004. pdf

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems analysis: theory and methodology.** California: Sage Publications, c2004a. pdf

WALLERSTEIN, Immanuel. World System versus World-Systems: a critique. In: FRANK, Andre Gunder;GILLS, Barry. **The World System: five hundred years or five thousand?** London and New York: Routledge, 1993. pdf

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914.** Berkely/Los Angeles/London: Universtiy California Press, 1974. pdf

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y las Orígenes de la economia mundo europea en el siglo XVI.** 2.e. Madrid: Siglo XXI, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System II: mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1600-1750.** New York: Academic Press, 1974b. pdf

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Essential Wallerstein.** New York: The New Press, 2000. pdf

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Decline of American Power: the US in a chaotic World.** London/New York: The New Press, c2003. pdf

WALLERSTEIN, Immanuel. Crisis as Transition. In: FRANK, Andre GUnder,MIN, Samir,ARRIGHI, Giovanni. **The Dynamics of Global Crisis.** MOnthly Review Pressa, 1982. pdf

WHITROW, G.J. **O que é tempo? Uma visão clássica sobre a natureza do tempo.** Zahar, [2005?]. pdf

WEINER, Tim. **Legado das Cinzas: uma história da CIA.** Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2008.

VERGNHANINI, Rodrigo. O debate sobre a mudança estrutural da economia brasileira nos anos 2000. **Dissertação de Mestrado.** UFRJ, Instituto de Economia. Rio de Janeiro, 2013.